

REPRESSÃO E DIREITO A RESISTÊNCIA

Os comunistas na luta contra
a ditadura (1964-1985)



REPRESSÃO E DIREITO À RESISTÊNCIA

Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)

APOIO



Anita Garibaldi

REALIZAÇÃO



Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



Supervisão
Augusto César Buonicore

Edição
Priscila Lobregatte

Revisão
Maria Lucília Ruy

Colaboração
Bernardo Joffily
Fernando Garcia de Faria
Oswaldo Bertolino
Pedro de Oliveira

Capa, projeto gráfico e diagramação
Cláudio Gonzalez (Movimento)

Fotografias
Fundação Maurício Grabois (imagens
extraídas dos depoimentos em vídeo)

Impressão
RD Gráfica

Tiragem
1.000

Equipe do Projeto “Repressão e direito
à resistência – os comunistas do Brasil
nos anos de chumbo (1964-1985)”

Felipe Spadari da Silva
(coordenador do projeto)

Fernando Garcia de Faria
(coordenador do CDM)

Raísa Luísa de Assis Marques
(pesquisadora)

Raimundo Souza (Théo)
(pesquisador)

Wellington Souza
(estagiário)

Alexandre Prestes
(apoio)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R225 Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta
 contra a ditadura (1964-1985)./.—São Paulo : Anita
 Garibaldi, coedição com a Fundação Maurício Grabois,
 2013.
 414 p.

ISBN 978-85-7277-137-5

1. Comunismo. 2. Partido Comunista do Brasil.
3. Ditadura, Repressão; Resistência, 4. Ação Popular.
5 História oral. I. Título.

CDU 321.64

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

São Paulo, 2013

Fundação
Maurício
Grabois



Presidente
Adalberto Monteiro

Secretário-geral
Augusto César Buonicore

Diretor Administrativo e Financeiro
Leocir Costa Rosa

Diretor de Comunicação e Publicações
Fábio Palácio de Azevedo

Diretora de Formação
Nereide Saviani

Diretora de Políticas Públicas
Márvia Scárdua

Diretor de Estudos e Pesquisas
Aloísio Sérgio Rocha Barroso

Diretor de Temas Ecológicos e Ambientais
Luciano Rezende

Diretor de Cultura
Javier Alfaya



Fundação Maurício Grabois
Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja
Centro - CEP 01220-010
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 3337-1578
fmg@grabois.org.br
www.grabois.org.br



Anita Garibaldi
Editora Anita Ltda.
Rua Amaral Gurgel, 447, 3º andar, cj. 31
Vila Buarque - CEP 01221-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 3129-3438
livraria@anitagaribaldi.com.br
www.anitagaribaldi.com.br

ADVERTÊNCIA

Este livro tem como objetivo tornar públicos relatos de militantes comunistas que foram perseguidos durante a ditadura militar de 1964-1985. Relatos estes feitos de acordo com a memória de cada um. Por isso, pode haver contradições nas informações fornecidas pelos entrevistados. O compromisso desta publicação é tão somente trazer à tona as narrativas daqueles que vivenciaram na pele as perseguições do período ditatorial, de maneira a jogar luz sobre fatos ainda obscuros e ajudar a recontar a história brasileira pela voz das vítimas e não dos algozes.

Os textos foram editados a fim de se adaptarem a esta publicação e depois revisados pelos próprios entrevistados, que muitas vezes fizeram correção na forma e no conteúdo e acrescentaram informações que não estavam nos seus depoimentos originais. As íntegras das entrevistas gravadas em vídeo – sem edição – ficarão depositadas no centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois e na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Secretária Executiva
MÁRCIA PELEGRINI

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vices-presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Secretário Executivo da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Secretária Executiva Substituta
AMARÍLIS BUSCH TAVARES

Coordenador-geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Coordenadora de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Coordenação de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica
ALINE AGNES VIEIRA MACABEU
DANIEL FERNANDES DA ROCHA
DEBORAH NUNES LYRA
EDUARDO HENRIQUE FALCÃO PIRES
ERIK DE CARVALHO LOBO VIANNA (Estagiário)
JENY KIM BATISTA
JULIANA DE OLIVEIRA CARLOS COSTA (Consultora MJ/PNUD)
MARIA JOSÉ VICENTE DA SILVA (Apoio)
PAULA REGINA M. G. DE ANDRADE
SÔNIA MARIA ALVES DA COSTA (Consultora MJ/PNUD)

O presente projeto foi apresentado no ano de 2011 à II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e selecionado pelo Comitê independente para fomento. A realização do projeto objetiva atender às missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do governo federal, exceto quando exposto em contrário.

COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 24 conselheiros, em sua maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há dez anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988, a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2011 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem as vítimas em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2007 a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando as sessões de apreciação dos pedidos aos locais.

COMPOSIÇÃO ATUAL

PRESIDENTE

Paulo Abrão

Conselheiro desde 04 de abril de 2007. Nascido em Uberlândia/MG, em 11 de junho de 1975, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É especialista em Direitos Humanos e Processos de Democratização pela Universidade do Chile. Atualmente, é secretário nacional de Justiça, presidente do Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), professor licenciado do Curso da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e membro da diretoria da Coalizão Internacional de Sítios de Consciência. Integrou o grupo de trabalho de redigiu a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade.

VICES-PRESIDENTES

Egmar José de Oliveira

Conselheiro desde 26 de abril de 2004. Nascido em Jaraguá/GO, em 02 de agosto de 1958, é graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis. Atualmente é advogado militante em Goiás, atuando em causas criminais e de direitos humanos.

Sueli Aparecida Bellato

Conselheira desde 06 de março de 2003. Nascida em São Paulo/SP, em 1º de julho de 1953, é religiosa da Congregação Nossa Senhora — Cônegas de Santo Agostinho e advogada graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, com intensa atividade nas causas sociais. Já trabalhou junto ao Ministério Público Federal na área de direitos humanos, foi assistente parlamentar e atuou no processo contra os assassinos do ambientalista Chico Mendes. É membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É conselheira da Rede Social de Direitos Humanos. Compõe o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA).

CONSELHEIROS

Aline Sueli de Salles Santos

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Caçapava/SP, em 04 de fevereiro de 1975, é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. É professora da Universidade Federal do Tocantins/TO.

Ana Maria Lima de Oliveira

Conselheira desde 26 de abril de 2004. Nascida em Irituia/PA, em 06 de dezembro de 1955, é Procuradora Federal do quadro da Advocacia-Geral da União desde 1987 e graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Ana Maria Guedes

Conselheira desde 04 de fevereiro de 2009. Nascida em Recife/PE, em 19 de abril de 1947, é graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador. Atualmente é membro do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integrante da Comissão Organizadora do Memorial da Resistência Carlos Marighella, Salvador/BA.

Carolina de Campos Melo

Conselheira desde 02 de fevereiro de 2012. Nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1976, é graduada e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Advogada da União desde setembro de 2003. É também Professora do Departamento de Direito da PUC-Rio e Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Direitos Humanos.

Carol Proner

Conselheira desde 14 de setembro de 2012, nascida em 14 de julho de 1974 em Curitiba/PR. Advogada, doutora em Direito Internacional pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha), Coordenadora do Programa de Mestrado em Direitos Fundamentais e Democracia da UniBrasil, Co-Diretora do Programa Master-Doutorado Oficial da União Europeia, Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo – Universidade Pablo de Olavide/ Univesidad Internacional da Andaluzia. Concluiu estudos de Pós-Doutorado na École de Hautes Etudes de Paris (França). É Secretária-Geral da Comissão da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná.

Cristiano Paixão

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido na cidade de Brasília, em 19 de novembro de 1968, é mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e fez estágio pós-doutoral em História Moderna na Scuola Normale Superiore di Pisa (Itália). É procurador regional do Trabalho em Brasília e integra a Comissão da Verdade Anísio Teixeira da Universidade de Brasília, onde igualmente é professor da Faculdade de Direito. Foi professor visitante do Mestrado em Direito Constitucional da Universidade de Sevilha (2010-2011). Co-líder dos Grupos de Pesquisa “Direito e história: políticas de memória e justiça de transição” (UnB, Direito e História) e “Percurso, Narrativas e Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo” (UFSC-UnB).

Edson Claudio Pistori

Conselheiro desde 13 de janeiro de 2009. Nascido em Rondonópolis/MT, em 15 de março de 1977, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e mestre em Geografia na mesma instituição. Foi assessor da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Eneá de Stutz e Almeida

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida no Rio de Janeiro/RJ, em 10 de junho de 1965, é graduada e mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora da Universidade de Brasília, onde atualmente é coordenadora do curso de graduação em Direito. Foi vice-presidente do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) na gestão 2009-2011.

Henrique de Almeida Cardoso

Conselheiro desde 31 de maio de 2007. Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 23 de março de 1951, é o representante do Ministério da Defesa junto à Comissão de Anistia. Oficial de artilharia do Exército pela Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), é bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

José Carlos Moreira da Silva Filho

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Brasília/DF, em 18 de dezembro de 1971, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Juvelino José Strozake

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Alpestre/RS, em 18 de fevereiro de 1968, é advogado graduado pela Faculdade de Direito de Osasco (FIEO), mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP).

Luciana Silva Garcia

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Salvador/BA, em 11 de maio de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia e mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente coordena a área de proteção a testemunhas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Conselheira desde 23 de julho de 2008. Nascida em Cianorte/PR, em 17 de novembro de 1972, é advogada graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É especialista, mestre e doutoranda em Ciências Criminais, pela mesma instituição. Foi integrante do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul entre 2002 e 2011 e professora da Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA).

Márcio Gontijo

Conselheiro desde 21 de agosto de 2001. Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 02 de julho de 1951, é advogado público de carreira e pertencente aos quadros da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça desde 1976. É representante dos anistiados políticos na Comissão de Anistia. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, é o decano da Comissão de Anistia, tendo ainda acompanhado a criação da Comissão Especial de indenização dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Marina da Silva Steinbruch

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em São Paulo/SP, em 12 de abril de 1954, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Atuou como defensora pública da União por 22 anos.

Maria Emilia Guerra Ferreira “in memoriam”

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida em Manaus/AM, em 22 de outubro de 1944, é religiosa da Congregação de Nossa Senhora — Cônegas de Santo Agostinho. Psicóloga graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae” de São Paulo. É mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou como membro do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo.

Mário Albuquerque

Conselheiro desde 22 de outubro de 2009. Nascido em Fortaleza/CE, em 21 de novembro de 1948. É membro da Associação Anistia 64/68. Atualmente preside a Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou do Estado do Ceará.

Narciso Fernandes Barbosa

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Maceió/AL, em 17 de setembro de 1970, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e possui especialização em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba. É advogado militante nas áreas de direitos humanos e de segurança pública.

Nilmário Miranda

Conselheiro desde 1º de fevereiro de 2012. Nascido em Belo Horizonte/ MG, em 11 de agosto de 1947, é Jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual, deputado federal e ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH - 2003/2005). Quando deputado federal presidiu a Comissão Externa para Mortos e Desaparecidos Políticos. Foi autor do projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que presidiu em 1995 e 1999. Representou por 07 (sete) anos a Câmara dos Deputados na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. É membro do Conselho Consultivo do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”. Atualmente é presidente da Fundação Perseu Abramo.

Prudente José Silveira Mello

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Curitiba/PR, em 13 de abril de 1959, é graduado em Direito pela Universidade Católica do Paraná e doutorando em Direito pela Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Advogado trabalhista de entidades sindicais de trabalhadores desde 1984, atualmente leciona nos cursos de pós-graduação em Direitos Humanos e Direito do Trabalho do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC).

Rita Maria de Miranda Sipahi

Conselheira desde 22 de outubro de 2009. Nascida em Fortaleza/CE, em 23 de fevereiro de 1938, é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife. É servidora pública aposentada pela Prefeitura do Município de São Paulo. Possui experiência em Planejamento Estratégico Situacional e já desenvolveu trabalhos na área de gestão como supervisora geral de desenvolvimento de pessoal da Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo. Participa do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo/Coletivo de Mulheres.

Roberta Camineiro Baggio

Conselheira desde 25 de maio de 2007. Nascida em Penápolis/SP, em 16 de dezembro de 1977, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Conselheiro desde 25 de maio de 2007. Nascido em Santa Maria/RS, em 11 de julho de 1975, é advogado graduado e mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor licenciado do Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix de Belo Horizonte. Atualmente é consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Conselheira desde 26 de fevereiro de 2008. Nascida em Estrela do Sul/MG, em 31 de junho de 1968, é graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia e doutoranda em Direito pela Universidad de Alicante (Espanha). É membro do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais.

Virginius José Lianza da Franca

Conselheiro desde 1º de agosto de 2008. Nascido em João Pessoa/PB, em 15 de agosto de 1975, é advogado graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, especialista em Direito Empresarial e mestrando em Direito pela mesma instituição. Atualmente é coordenador-geral do Conselho Nacional de Refugiados do Ministério da Justiça (CONARE). Ex-diretor da Escola Superior da Advocacia da Ordem dos Advogados – Seccional Paraíba. Ex-procurador do Instituto de Terras e Planejamento Agrário (INTERPA) do Estado da Paraíba. Igualmente, foi secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

MARCAS DA MEMÓRIA:

Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil

Criada em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação da lei nº 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Nesses anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no país e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é meio de buscar reconciliar cidadãos violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou para com eles, devolvendo-lhes a cidadania e o patrimônio roubados, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis –, a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública, em todo o território, dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Ao fazê-lo, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa seguir sempre sendo aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas... mas também, pode-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender a estes amplos e inovadores propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

- a) **Audiências Públicas:** atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.
- b) **História oral:** entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizados nas bibliotecas e nos centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral.
- c) **Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da sociedade civil:** por meio de Chamadas Públicas a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.
- d) **Publicações:** com o propósito de publicar uma coleção de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil, além de reimprimir ou republicar outras obras e outros textos históricos e relevantes e registrar anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades. O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitam a toda a sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa de que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça



ÍNDICE

Agradecimentos	16
Apresentação	17
Prefácio	21
DEPOIMENTOS	
Aldo Silva Arantes	25
Aurélio Peres	43
Bernardo Joffily	55
Carlos Augusto Diógenes (Patinhas)	69
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda (Caíque)	85
Dilermando Nogueira Toni	101
Dynéas Fernandes Aguiar	113
Elio Ramires Garcia	131
Eustáquio Vital Nolasco	145
Gildásio Westin Cosenza	159
Gilse Maria Westin Cosenza	175
Haroldo Borges Rodrigues Lima	189
José Dalmo Ribeiro Ribas	207
José Renato Rabelo	219
José Roberto Brom de Luna	235
Luciano Roberto Rosas de Siqueira	247
Maria do Socorro Gomes Coelho	265
Maria do Socorro Jô Moraes	275
Maria Liège Santos Rocha	285
Michéas Gomes de Almeida (Zezinho do Araguaia)	297
Myriam de Oliveira Costa	307
Ozéas Duarte de Oliveira	321
Péricles Santos de Souza	329
Raul Kroeff Machado Carrion	345
Ronald Cavalcanti Freitas	361
Ronald de Oliveira Rocha	373
Glossário	391
ANEXO 1 - Lista completa de todos os entrevistados	393

AGRADECIMENTOS

Esta é uma obra feita por muitas mãos, da mesma forma que a democracia brasileira. No início, quando tudo era apenas uma ideia contamos com o apoio de Alexandre Viana, Camila Ferreira, Fabiana Alves Guiga, Jéssica Thaís da Silva, Lilian Laranjeira e Rodrigo Moreira. Durante toda a produção de roteiros, organização de imagens, digitalização de periódicos, fotos e cartazes, passando pela logística dos encontros com os entrevistados, foi de imensa importância a ajuda prestada por Adriana Nunes, Breno Moreno, Bruno Ferrari, Cristiane Aparecida de Jesus, Daniela Catto, Deise Monteiro, Geane Rita Santos, Inácio Carvalho, Jéssica da Silva Carvalho, Leni Peres, Letícia Barros de Figueiredo, Luis Carlos Bittencout Silva, Luiz Fernando S. Santos, Márcia Silva, Maria da Conceição Peres, Maria Neuma Barreto Cavalcante, Mariana de Rossi Venturini, Marta Alves, Rose Silva, Solange Souza, Soraya Moura, Ulema Andrade e Zanzul Alexandre Pessoa.

Um especial agradecimento a Luiz Manfredini que cedeu gentilmente suas entrevistas que auxiliaram no aprofundamento de roteiros.

Cinco dos entrevistados foram essenciais para a realização de entrevistas nas suas cidades: no Rio de Janeiro, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda (Caíque); em Fortaleza, Carlos Augusto Diógenes (Patinhas); e, em Belo Horizonte, José Carlos Arêas, Celina Alves Padilha Arêas e Wellington Teixeira Gomes.

Vozes da luta pela liberdade

Esta publicação é mais um fruto do importante projeto Marcas da Memória, vinculado à Comissão da Anistia do Ministério da Justiça. Ao tomar conhecimento da II chamada pública, em 2011, a Fundação Maurício Grabois, através de seu Centro de Documentação e Memória, apresentou um projeto, que foi aprovado pela Comissão presidida por Paulo Abrão. Este é um dos grandes entusiastas do restabelecimento da verdade sobre os fatos ocorridos no período da ditadura militar entre 1964 e 1985.

Em diversos momentos, ele destacou a importância de trabalhos como este “para a construção de uma memória oficial sobre a ditadura que vitimou o país por mais de duas décadas”. Segundo Abrão, esses são passos importantes para a criação de “um movimento nacional pela memória”, que ajuda a combater a cultura do esquecimento. Uma cultura que provoca duplo dano à nossa sociedade: colabora para que os fatos criminosos e hediondos relacionados à repressão política não sejam desvendados e, em consequência, nos desarma da necessária vigilância para que não se repitam.

O livro que o leitor tem em mãos abarca, basicamente, os depoimentos de militantes que pertenceram à Ação Popular (AP) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), duas organizações de origens diferentes que se aproximaram no final da década de 1960 – processo que culminaria na incorporação da AP ao PCdoB, em 1973.

As entrevistas trazem informações originais sobre o processo de transformação da AP – uma organização juvenil originalmente ligada à igreja católica que se converteu numa organização marxista-leninista – e os intensos debates ocorridos durante esse período. Contam a saga de dezenas de jovens – a maioria pertencente às camadas médias, provinda do movimento estudantil – que pagaram alto preço por sua atitude contestadora ao regime militar. Muitos deles foram presos e torturados, outros mergulharam na mais profunda clandestinidade ou tiveram de, em algum momento, abandonar o país.

Em seus depoimentos não há sinais de arrependimento ou rancor, mas apenas o sentimento de dever cumprido e a exigência de que se faça justiça histórica. No fundo,

sabem que com sua ação decidida, ao lado do povo brasileiro e nas mais variadas frentes de luta, contribuíram para que a democracia pudesse retornar em 1985, quando a ditadura militar brasileira finalmente foi derrotada. E que a democracia então conquistada era mais avançada do que a existente nos períodos anteriores ao golpe militar, ainda que estivesse bastante aquém daquela com que eles sonhavam. Por isso, estes lutadores do povo têm a clara consciência de que a luta ainda não chegou ao fim.

Os ideólogos oficiais do regime militar, acuados pelas crescentes denúncias de abusos e de desrespeito aos direitos humanos, buscam vender a ideia de que travaram uma guerra em nome dos interesses nacionais e que combateram “terroristas”. Dizem que a anistia deveria significar esquecimento dos abusos cometidos “dos dois lados”. Não distinguem a violência do opressor da justa resistência dos oprimidos por sua liberdade. O direito à rebelião contra governos despóticos é reconhecido por todas as Cartas democráticas. É como dizem os versos de Bertolt Brecht: “Do rio que tudo arrasta se diz violento, mas ninguém diz violentas as margens que o oprimem”.

Sabemos que resgatar os fatos ocorridos no transcorrer da ditadura imposta em 1964 é uma tarefa nem sempre fácil. Ainda hoje muitas portas continuam fechadas. As dificuldades para a construção de uma história da esquerda brasileira sempre estiveram ligadas aos longos períodos de falta de liberdade em que fomos obrigados a viver. Geralmente, e com certa razão, nessa hora, sempre lembramos o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985), momentos em que a repressão política agiu de maneira mais desenvolta e violenta. Contudo, mesmo fora desses dois períodos históricos, o povo teve de conviver com uma democracia bastante restrita, pelo menos até 1985. Fiquemos apenas num único exemplo: nos seus primeiros 62 anos de existência (entre 1922 e 1984), o Partido Comunista do Brasil conheceu menos de dois anos de legalidade.

Para reconstituir essa luta subterrânea contra o arbítrio em nosso país, as fontes orais são imprescindíveis. Afinal, a repressão política dificultou a produção de documentos que descrevessem o cotidiano e as ações da resistência. O pouco que foi produzido perdeu-se nos ataques dos órgãos de segurança a casas de militantes e aparelhos clandestinos.

Devolver essa documentação a seus legítimos proprietários ou disponibilizá-la para o conhecimento do grande público seria um ato justo e democrático. Contudo, não há por que ficarmos lamentando. Na ausência de registros documentais, os realizadores deste livro foram ouvir militantes da causa democrática daqueles anos de chumbo.

Felizmente, o governo brasileiro vem tentando colaborar – ainda que com dificuldades – para este necessário resgate da história. Dentro desse espírito de jogar luzes sobre um passado sombrio, cabe destacar a atuação da Comissão de Anistia e a recente criação, pela presidenta Dilma, da Comissão da Memória e da Verdade. Aliás, as forças democráticas e progressistas devem apoiar e impulsionar essa Comissão para que ela, superando as resistências existentes, consiga apresentar um amplo painel de desrespeitos aos direitos humanos ocorridos durante a ditadura e vá construindo os elementos para que os criminosos possam ser processados, a exemplo do que vem acontecendo de forma exitosa em diversos países da América do Sul, onde também vigoraram ditaduras militares brutais.

O exemplo de vida dos militantes ouvidos nesta publicação iluminará os caminhos das novas gerações que ingressam na luta política e desejam ver nossa democracia ampliada, atingindo a mídia monopolizada, o Poder Judiciário e a própria legislação eleitoral, que busca prender os partidos políticos aos interesses das grandes empresas privadas. E mais do que tudo, deseja ver mais direitos sociais ser agregados a essa democracia. A nossa esperança é de que livros como este ajudem a reforçar as energias das correntes progressistas que no país ainda travam duras batalhas. Uma nação forte e socialmente justa se constrói valorizando os gestos, as condutas, as opções em defesa dos fundamentos sobre os quais ela deveria ser erigida: liberdade, soberania e bem-estar para todos.

Adalberto Monteiro

jornalista e presidente da Fundação Maurício Grabois

Augusto César Buonicore

historiador e secretário-geral da Fundação Maurício Grabois

A memória das lutas sociais e a história dos comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)

Em 2010 a Comissão de Anistia criou o projeto Marcas da Memória com um duplo objetivo: de um lado, cumprir sua missão legal de reparar as vítimas e divulgar a memória política brasileira. De outro, permitir que tal processo fosse conduzido não apenas por agentes estatais, desde seus gabinetes em Brasília, mas também por entidades da sociedade civil ao longo de todo o nosso Brasil. O livro que agora apresentamos – parte de um projeto selecionado para fomento pela II Chamada Pública do Marcas da Memória – é um exemplo exitoso das iniciativas conjuntas que pudemos construir desde estas premissas.

Até o presente momento a Comissão de Anistia já reconheceu praticamente 40 mil perseguidos políticos pelo regime. Cada um deles tem uma história única de luta e dor. Não obstante, alguns grupos políticos foram especialmente perseguidos durante a ditadura, agregando um elemento coletivo a uma perseguição que, *prima face*, pareceria individual. Não há dúvida de que os comunistas estão entre aqueles mais severamente perseguidos pela ditadura. O contexto da época torna tal afirmação quase autoevidente: a ditadura se deu especificamente para afastar o perigo comunista, então os comunistas eram os inimigos primeiros. Eram os alvos. O massacre dos jovens idealistas que lutaram no Araguaia pelo maior contingente militar destacado para uma batalha pelo Estado brasileiro desde o fim da Segunda Grande Guerra dá conta da dimensão e da violência impingida contra os comunistas durante a ditadura.

Neste livro, são resgatadas as histórias dos comunistas perseguidos pelo regime. O cuidadoso trabalho levado a cabo pela Fundação Maurício Grabois permite que, por meio da reconstrução destas histórias, novas gerações tenham acesso a todo um conjunto fascinante de episódios da política brasileira nas décadas de 1960 a 1980. E é essa a grande qualidade desta obra: o conjunto de recortes biográficos não constitui um amontoado de fragmentos, mas sim uma rede orgânica, uma teia viva por onde se vê a história articulada. A obra

constitui uma narrativa onde a luta política contra a ditadura e por justiça social conecta as variadas existências individuais. Os muitos comunistas perseguidos individualmente retomam, aqui, sua dimensão de grupo politicamente organizado. Juntos representam não apenas a si próprios, mas a toda uma geração de lutadores perseguidos políticos brasileiros, e todo o seu pensamento político de esquerda que o autoritarismo pretendeu exterminar.

A ditadura procurou, por diversos meios, impedir que a cidadania se organizasse socialmente, e impedir que os grupos disputassem politicamente a sociedade. Assim, a presente obra devolve à democracia algo vital que dela a ditadura tentou tolher, pois reconta a organização da causa operária, do comunismo, e suas utopias, dentro de um contexto onde o simples ato de fazer política era criminalizado. Durante a ditadura fazer política era uma opção de vida arriscada, e essa obra conta a história daqueles que ousaram fazer tal opção em prol de seus ideais.

Para os leitores conhecedores do período, *Repressão e Direito à Resistência: Os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)* representa uma obra de fôlego, que reúne os depoimentos de alguns dos principais artífices do movimento proletário no Brasil. Para os leitores que agora se interessam pelo tema pela primeira vez, oferece um interessante painel sobre as relações sociais no país durante a ditadura, a organização política na clandestinidade, e as diferentes interpretações que os mesmos fatos ensejaram, à época em que ocorreram e no presente.

Mais ainda: a presente obra humaniza figuras mitificadas. Se de um lado o leitor poderá conhecer mais sobre a estruturação das organizações políticas, seus ideais e objetivos, seu financiamento, táticas e estratégias, e assim por diante, de outro, poderá conhecer os dramas de ser mulher em meio a um conflito violento. Poderá conhecer as difíceis escolhas de casais apaixonados em meio ao movimento revolucionário. Terá acesso à dor daqueles que perderam seus entes queridos para a repressão política. Conhecerá, assim, como cada um viveu aquilo que nos faz mais humanos – e, portanto, mais iguais – em um contexto de profunda desumanização, brutalidade e indiferença.

Existem muitas maneiras de contar, e conhecer, a história. Aqui, com maestria, está representada uma delas: através da perspectiva daqueles que ativamente lutaram para construir os sonhos que moviam suas utopias, e aceitaram pagar o preço que lhes foi cobrado, às vezes com a própria vida.

Brasília, março de 2013.

Paulo Abrão

Presidente da Comissão de Anistia

Ministério da Justiça



DEPOIMENTOS



ALDO SILVA ARANTES

Aldo Arantes é goiano de Anápolis, nascido em 20 de dezembro de 1938. Começou sua militância política no movimento estudantil, tendo sido um dos principais presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), eleito em 1961. Foi um dos fundadores da Ação Popular (AP) em 1963 e, mais tarde, um dos artífices de sua incorporação ao PCdoB. Perseguido político, passou 11 anos na clandestinidade e foi preso duas vezes, sendo a segunda depois de reunião do Comitê Central do partido em dezembro de 1976, quando ocorreu a Chacina da Lapa. Arantes foi um dos principais expoentes da luta pela Anistia e pelas Diretas Já e, atualmente, é membro do Comitê Central do PCdoB.

O começo da atuação estudantil

Saí de Goiás em 1958, indo para o Rio de Janeiro prestar vestibular. Ingressei na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) em 1959 e logo fui eleito para dirigir o jornal *Unidade* do Centro Acadêmico. Com o apoio da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1960 fui eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na época, havia uma polarização grande em torno da questão da Revolução Cubana e, então, o DCE assinou uma nota denunciando a tentativa de invasão da ilha revolucionária por parte de mercenários ligados ao ditador Batista, com o apoio do imperialismo norte-americano. A direita, que era forte na faculdade, tentou me destituir, mas não

conseguiu. Partimos então para a disputa político-ideológica com ela. Fizemos a Semana Social e levamos inúmeras pessoas de esquerda para falar com os estudantes. Houve um rico processo de discussão e reflexão, que reuniu uma quantidade imensa de alunos no ginásio onde se realizavam as atividades. Tal iniciativa elevou muito o nível político dos jovens daquela universidade.

A JUC já estava bem organizada nas universidades brasileiras e, no Congresso da UNE em Belo Horizonte, em 1960, Herbert José de Sousa, o Betinho, foi candidato a presidente. Mas, naquele momento, a JUC ainda não havia tido crescimento suficiente para que o elegêssemos, pois o partidão (PCB) tinha hegemonia no movimento estudantil universitário. Isso foi alterado no congresso seguinte, em 1961. Naquele momento o PCB se dividiu e uma parte me apoiou. Isso garantiu minha eleição para a presidência da UNE. Pela primeira vez um membro da JUC assumia tal posto.

Atuação na presidência da UNE

Até então, a atuação da UNE era pouco voltada para os problemas gerais dos estudantes. E nós colocamos o nosso eixo de atuação na luta pela reforma universitária. Realizou-se o primeiro Seminário Nacional sobre a Reforma Universitária, na gestão anterior, e fizemos o segundo na Universidade Federal do Paraná. Ali estabelecemos os nossos objetivos: luta pela democratização e modernização da universidade, tendo como centro a representação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades. Defendíamos, também, o fim da cátedra vitalícia. A luta pela reforma universitária combinava-se com a luta anti-imperialista.

Duas outras iniciativas também foram de grande importância no processo de mobilização dos estudantes na luta pela reforma universitária: o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE e a UNE Volante.

Visita ao presidente Jânio Quadros

Após a eleição, juntamente com a presidenta do DCE da Universidade do Brasil, tive uma audiência com o presidente Jânio Quadros para comunicá-lo sobre a eleição da nova diretoria da UNE. Na visita ocorreu um fato inusitado: os ministros militares da Guerra, Aeronáutica e Marinha estavam na antessala da presidência também aguardando para falar com o presidente. No entanto, fui chamado em primeiro lugar – uma indicação de que a crise estava em curso.

Quando entramos, o presidente estava sentado diante de um telex. Não falou nada, então, ficamos sem saber o que fazer. E ele se virou para mim e disse: “Senhor presidente, queira se assentar”. Olhei para o lado para ver se tinha algum presidente, mas era comigo mesmo. Respondi: “Presidente, sou o novo presidente da UNE e trouxe para o senhor a comunicação da posse da nova diretoria”. Ele reagiu à forma como me dirigi a ele: “Presidente, nos Estados Unidos, na França, em todos os países do mundo, trata-se um presidente da República por excelência”. Naquela época, eu era jovem, meio petulante e

não liguei, mas comecei a tratá-lo de excelência. Dali a pouco estava falando novamente “senhor presidente”. Lá pelas tantas, entreguei o ofício comunicando a posse, e Jânio o pegou e disparou: “Senhor presidente, vocês necessitam de um chefe de cerimonial. Imagine mandar um ofício mimeografado para o presidente da República”. Pedimos desculpas, porque, realmente, aquilo tinha sido um absurdo.

Em seguida, a situação se alterou. Depois desse teatro todo, ele atendeu a todas as nossas reivindicações: sede para a UNE em Brasília e recursos para o CPC. E determinou que o ministro da Educação nos recebesse de imediato para dar andamento ao que tinha sido prometido por ele. Saí de Brasília muito satisfeito e voltei para Goiânia, onde morava a minha família.

Lembro-me como se fosse hoje: fui com meu pai comprar um terno porque naquela época presidente de UNE usava terno e gravata, e eu não tinha um. No dia da minha posse, tive de pedir um emprestado de um amigo. Estava na loja quando uma rádio deu a notícia da renúncia do presidente.

Os ministros militares declararam que não aceitariam a posse do vice-presidente constitucional João Goulart, e ameaçaram prendê-lo caso chegasse a Brasília. Voltei para o Rio de Janeiro, onde a movimentação golpista já estava em curso.

Resistência no Rio Grande do Sul

Por segurança, nós nem entramos na sede da UNE. Betinho, que me assessorava, e eu viajamos para o Rio Grande do Sul, pois o governador Leonel Brizola comandava a resistência ao golpe. Ali decretamos uma greve universitária em apoio à posse de Goulart. Após o contato com o governador gaúcho, passei a falar na Rede da Legalidade, transmitida pela rádio Guaíba, cujas aparelhagens funcionavam nos porões do Palácio Piratini. Temia-se que um ataque aéreo pudesse destruir os transmissores da rádio e cortar o contato com o resto do país. Ali falava o governador, se dirigindo ao conjunto do povo brasileiro, e o presidente da UNE, aos estudantes.

Porto Alegre vivia um clima de guerra civil. Havia canhões antiaéreos protegendo o Palácio Piratini e o povo nas ruas marchando. Num lugar chamado Mata Borrão, que era o centro das articulações da sociedade civil contra o golpe, João Amazonas, como principal dirigente do Partido Comunista do Brasil no estado, ajudava a organizar o movimento de resistência. Depois de relutar, o general Machado Lopes, comandante do III Exército, terminou apoiando a iniciativa de Brizola. Essas foram algumas das razões pelas quais a luta em defesa da legalidade teve êxito.

Surgiu, então, como alternativa, a implantação do parlamentarismo. Tancredo Neves foi ao Uruguai negociar com Jango a aceitação desta proposta e ele terminou aceitando. Esta era uma característica de Jango: muito conciliador.

Lembro-me bem da reação de Brizola e do povo gaúcho. Estava no Palácio Piratini quando Jango chegou, e Brizola protestou energicamente porque queria ir às últimas consequências na resistência ao golpe. Em frente à sede do governo estadual havia umas cinco mil pessoas e o presidente Goulart foi até o balcão para cumprimentá-las. Muitos

bateram palmas, mas também outros vaiaram porque já tinham recebido a notícia de que ele havia aceitado o parlamentarismo. Quando terminou a crise da legalidade e fui me despedir de Brizola, fui agraciado com um revólver 38. Ele me disse que era para marcar aquele momento da política brasileira.

Após a posse, Goulart esteve na sede da UNE com vários ministros de seu gabinete parlamentarista, inclusive o primeiro-ministro Tancredo Neves, para agradecer pelo apoio recebido. Aliás, esta foi a primeira vez que um presidente da República esteve na sede da entidade.

A UNE Volante

Nós organizamos seminários sobre a reforma universitária, mas havia a necessidade de ir aos estados discutir com as bases estudantis as resoluções aprovadas. Em função da relação amistosa estabelecida durante a crise da legalidade, Brizola conseguiu que a Varig nos transportasse por todo o Brasil. Isso nos permitiu fazer a UNE Volante. A UNE Volante cumpriu três objetivos. Primeiro: mobilizar os estudantes em torno da questão da reforma universitária e da luta contra o imperialismo; segundo: fazer as apresentações do CPC e organizar seus núcleos; e terceiro: organizar a AP.

A UNE Volante realizava assembleias, reuniões com as lideranças estudantis e fazia contatos com as lideranças locais. Unificava o movimento estudantil em torno da reforma universitária e das reformas de base. O CPC foi uma iniciativa extremamente importante que marcou a cultura brasileira. Ele estava organizado por departamento: o de música, que contava com o trabalho de Carlinhos Lira; o de teatro, com Oduvaldo Vianna Filho, o Vianinha, entre outros; o de cinema, com os melhores diretores, entre os quais, Cacá Diegues – inclusive, a UNE produziu o filme *Cinco vezes Favela*.

Durante a UNE Volante, o CPC apresentava a peça *Auto dos 99%*, que denunciava o caráter elitista da universidade; e *A Revolução na América Latina*, de Augusto Boal. Procurávamos não apenas apresentar espetáculos, mas também criar núcleos no CPC. E isso ajudava a conquistar os estudantes para o debate da questão universitária e, ao mesmo tempo, consolidava e unificava o movimento estudantil.

Conflito com a cúpula da igreja católica

No período anterior ao golpe, houve um esforço de engajamento da JUC numa prática política de esquerda, e tal postura foi criando conflitos com a alta hierarquia da igreja. Num determinado momento, dom Hélder, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, me chamou e informou que o Vaticano determinara que a igreja do Rio me afastasse da JUC por eu ter sido responsável pela filiação da UNE à União Internacional de Estudantes (UIE), uma entidade comunista. Era considerado absurdo o fato de um líder da ação católica ser conivente e apoiar uma decisão como essa. Eu disse a ele: “dom Hélder, o senhor é meu amigo e amigo da UNE e, por isto, não posso aceitar esta comunicação vinda do senhor. Quero recebê-la do próprio cardeal, dom Jaime de Barros Câmara”.

Ele então marcou a audiência à qual compareci com outras 15 ou 20 pessoas do mo-

vimento estudantil. O cardeal me comunicou a posição da igreja e tentou se justificar, afirmando que não daria divulgação ao fato. Afirmei que aquilo era secundário e que considerava que estava-se cometendo um grave erro, pois com isso iria afastar grandes contingentes de jovens da igreja. O resultado dessa história é que fui expulso de JUC. E, então, chegamos à conclusão de que não dava mais para permanecer numa organização que tinha relação de dependência com a igreja e decidimos construir uma que fosse autônoma, a Ação Popular.

Quando realizamos a UNE Volante, começamos a estruturar a AP nacionalmente. Durante a caravana eu, como presidente da UNE, me voltava para os debates e mobilização dos estudantes universitários. Betinho, que nos acompanhava, aproveitava para reunir os descontentes da JUC nos estados e outras pessoas, visando à organização da AP. Visitamos quase todas as capitais do Brasil. Naquela época, a imprensa escrita tinha hegemonia na comunicação, e *O Globo* estampou na primeira página: “A UNE está fazendo um processo de comunização do Brasil”.

Isso acabou tendo uma enorme repercussão. A juventude, na sua rebeldia, queria ver o que era aquilo. Quanto mais íamos subindo o Brasil, chegando ao Nordeste, mais aumentava a mobilização. Em Salvador realizamos uma apresentação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), para mais de cinco mil estudantes. Em Maceió tivemos uma recepção à altura de autoridades de grande destaque.

Ao final, saímos com um movimento estudantil unificado e forte. Logo depois da UNE Volante, num conselho realizado no Maranhão, deflagramos a greve pelo 1/3 de representação estudantil nos órgãos universitários. E durante o Carnaval de 1963 realizamos o congresso de fundação da AP.

Congresso de fundação da Ação Popular

A pauta central desse congresso era aprovar o documento-base que formularia as diretrizes políticas e ideológicas da Ação Popular, cujo fundamento ideológico expressava uma concepção progressista e defendia o socialismo e a revolução brasileira – porém, as concepções ainda estavam um pouco misturadas. Ali conviviam o cristianismo, o existencialismo e o marxismo. Naquele momento, também foi eleita a sua primeira direção, com Betinho à frente.

A base principal da AP era composta por estudantes, sobretudo os universitários. Contudo, ela já tinha alguma ligação com os camponeses através do Movimento de Educação de Base (MEB), que realizava um processo de educação por rádio. A AP tinha um trabalho junto ao movimento camponês em Pernambuco, Maranhão e Alagoas, e tinha presença no movimento operário em São Paulo, no ABC.

“Já matou seu comunista hoje?”

Naquele período havia pichações nas paredes do Rio de Janeiro com os dizeres: “Já matou seu comunista hoje?”. Isso demonstrava o nível a que havia chegado o conflito

político-ideológico no país. Numa madrugada, a sede da UNE foi metralhada quando os dirigentes dormiam. Levantamos e fizemos uma reunião de diretoria e, em seguida, convocamos uma entrevista coletiva e fizemos uma nota acusando o governador Carlos Lacerda como responsável. Na parede externa da UNE picharam “Fora os lacaios de Moscou”, com a assinatura do Movimento Anticomunista (MAC). Em resposta, realizamos uma grande manifestação na Cinelândia que reuniu por volta de 10 mil pessoas.

Naquela época, o movimento estudantil tinha um papel fundamental na luta social do Brasil – e isso porque não havia centrais sindicais. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) não era central, mas um comando, uma articulação de cúpula do movimento sindical. E a organização sindical dos trabalhadores rurais era incipiente. As Ligas Camponesas tinham importância, mas sua organização se limitava a alguns estados. Por isso, os estudantes se destacavam na mobilização da sociedade, através da UNE. Com tudo isso, a AP, que dirigia aquele movimento, adquiriu muita força e influência.

A partir da Campanha pela Legalidade em 1961, a UNE e eu passamos a ter uma excelente relação com Brizola. Juntos, fizemos uma proposta de realização de um convênio que foi colocado em prática – entre a Supra e o Ministério do Trabalho, dirigido por Almino Afonso, para desenvolver a sindicalização rural. Além desse relacionamento com Brizola, mantínhamos contatos também com Francisco Julião e Miguel Arraes, então governador de Pernambuco. Mas, de fato, a relação maior era com Brizola.

AP e o golpe militar

No final da minha gestão à frente da UNE, fui para a Superintendência Política de Reforma Agrária (Supra), em Brasília, onde trabalhava também o padre Lage. Juntos, fizemos uma proposta de realização de um convênio entre a Supra e o Ministério do Trabalho, dirigido por Almino Afonso, para desenvolver a sindicalização rural – que foi colocado em prática. O crescimento da organização dos sindicatos rurais terminou originando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Quando veio o golpe militar, eu estava em Belo Horizonte e fui para Brasília. Havia sido convocada uma reunião do Congresso Nacional. Lembro-me que lá estávamos Betinho e eu numa galeria lotada. Abrindo a sessão, seu presidente, o senador Auro Moura Andrade, declarou taxativamente: “O presidente da República deixou a capital federal, portanto, deixou o cargo de presidente. Por isso, declaro vaga a presidência da República”. Na verdade, Jango havia deixado Brasília e ido a Porto Alegre, onde acreditava haver melhores condições para uma resistência. Assim, não tinha que pedir a autorização do parlamento. Aquilo era, na verdade, uma tentativa de “legalizar” o golpe de Estado.

No momento que ele falou, protestei nas galerias gritando “Golpista! Golpista!”. E alguns deputados progressistas – como Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio e Rogê Ferreira – impediram que eu fosse preso. Quando estava saindo de Brasília, vi os tanques entrando na cidade numa quantidade tal que fazia os prédios tremerem. Fui para Goiás e fiquei um mês na fazenda de um tio. Depois, Betinho e eu seguimos para o Uruguai, onde restabelecemos os contatos com Brizola.

A AP no pós-golpe

Chegamos ao Uruguai em meados de 1964 e ficamos até julho de 1965. Mantínhamos contato com Brizola e ele, por sua vez, fazia aquelas reuniões com o pessoal da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, tentando articular um movimento armado contra a ditadura militar.

A AP havia ficado desorganizada após o golpe e isso fez com que decidíssemos retornar ao país. Voltei com minha esposa, Maria Auxiliadora, Dodora, que tinha tido bebê no Uruguai. Brizola nos repassou cinco mil dólares, os quais Betinho e eu resolvemos investir na reorganização da AP, o que causou alguns problemas com o nosso aliado.

Por falar em dinheiro, num determinado momento depois do golpe, a direção da AP decidiu enviar uma turma para Cuba para fazer treinamento militar. Para isto, recebemos 16 mil dólares. Quase no mesmo período, a AP foi convidada para ir à China estabelecer relações com o Partido Comunista da China (PCCh). Após o debate realizado na organização, optamos pelo caminho chinês da guerra popular prolongada e passamos a criticar o foquismo. Por isso, mandamos uma pessoa a Cuba para devolver o dinheiro. Foi um negócio inacreditável. O representante cubano disse que nunca ninguém tinha devolvido dinheiro em função de diferenças de opinião – isso mostrava a seriedade com que tratávamos essa questão de dinheiro.

Voltando ao Brasil, realizamos uma reunião para reorganizar a Ação Popular. Constituímos o chamado Comando Nacional e definimos uma nova diretriz política para a organização. Do ponto de vista ideológico, não mudou muito: foi mantida aquela concepção cristã sobre o engajamento político. Mas, do ponto de vista político, houve uma clara ruptura com o reformismo e uma adesão à via revolucionária. Assumi a direção principal da AP e passamos a organizar a luta política contra a ditadura, e formamos uma comissão militar, tendo como dirigente Haroldo Lima. Ele viajava pelo Brasil procurando identificar áreas onde pudéssemos desenvolver a luta armada, e continuamos dirigindo o movimento estudantil. Os presidentes da UNE, depois do golpe – Luís Guedes, Luiz Travassos e Jean Marc –, eram todos da AP.

Influência chinesa

A radicalização da luta política foi nos colocando a necessidade de uma fundamentação teórica mais sólida. A Revolução Cultural chinesa estava no auge. Os chineses afirmavam que vivíamos uma nova etapa do marxismo: o marxismo-leninismo-maoísmo. E esta nova fase exigia a formação de um partido comunista de tipo inteiramente novo. Em função disso, os chineses convidaram a direção da AP para fazer uma visita a seu país, e fui escalado para essa missão. Participei das festividades do aniversário da República chinesa. Mao Tsé-tung, Lin Biao e Zhou Enlai estavam lá.

Participei de discussões sobre o pensamento de Mao Tsé-tung, guerra popular prolongada, o partido de tipo inteiramente novo e a linha de massas. Esses debates resultaram num texto que elaborei e que ficou conhecido por *Documento Amarelo*, por causa da cor de

sua capa. Assim, o contato inicial do conjunto da AP com o marxismo deu-se pela vertente do pensamento de Mao Tsé-tung.

Na viagem, ficou acertado que encaminharíamos militantes para fazer um curso político-militar na China. Jair Ferreira de Sá, de codinome Dorival, foi fazer o curso e voltou imbuído da concepção maoísta, sobretudo da ideia de partido inteiramente novo. Terminou assumindo a direção principal da organização no meu lugar.

Integração na produção

Nesse período, fruto dessa influência chinesa, desenvolveu-se o processo de integração na produção, cuja diretriz principal era ampliar a ligação com as massas. A guerra popular prolongada, difundida pelo PC da China, implicava a incorporação de amplas massas no processo revolucionário.

Vários dirigentes e militantes da AP foram deslocados para áreas, sobretudo do movimento camponês: Haroldo Lima, para a região do cacau, no sul da Bahia; e Betinho, para uma fábrica no ABC paulista. Eu estava fragilizado politicamente, e Dorival vinha com a corda toda, com uma grande liderança. Então, decidi seguir para o interior de Alagoas. O fato é que isso fortaleceu minha posição e resultou no reconhecimento de minha disposição de luta.

Fui para Pariconha, distrito de Água Branca, no alto sertão de Alagoas. Ali atuava Gilberto Teixeira (Juarez), que era de Goiás. Ele foi para lá como contador da cooperativa do sindicato local e eu como parente dele. Na verdade, iríamos dirigir a escola de treinamento político-militar de camponeses, que se localizava num pequeno sítio que compramos. Ao lado disso, tínhamos o trabalho no sindicato e na cooperativa, e nossas esposas davam cursos de alfabetização.

Primeira prisão

Em 1968, o governador de Alagoas foi à região de Pariconha, e um de nossos companheiros fez-lhe alguns questionamentos, o que chamou a atenção das autoridades. Era sinal da existência de subversivos por ali. Logo depois veio o AI-5 e o governo mandou a repressão prender os suspeitos. Como nem Juarez nem eu estávamos lá, prenderam alguns camponeses e as nossas mulheres. Quando chegava de viagem e estava me dirigindo para Pariconha, o padre da região, que não nos apoiava, disse: “Olha, não é bom você ir para lá porque eles prenderam suas mulheres. Se chegar lá, eles vão prendê-lo também”. Respondi que não tinha recursos para sair dali e ele me deu algum dinheiro. Informou também que a polícia fazia um revezamento: prendia uma das mulheres e soltava a outra.

Naquele momento, estava presa Rosa, esposa de Gilberto. E minha companheira e meus filhos estavam soltos com a filha de Gilberto e Rosa. Então, caí na besteira de ir até a casa para vê-los e acabei sendo preso. Eles não me conheciam, portanto, não me torturaram, mas o fizeram com Gilberto. Ficamos num antigo presídio no centro de Maceió. Nossos filhos e esposas ficaram presos na Policlínica da Polícia Militar de Alagoas. Eles

permaneciam trancados o dia todo e uma hora por dia saíam para tomar um banho de sol. E nós, num presídio de criminosos comuns, mas em celas separadas.

Julgamento

Tivemos uma primeira sessão de julgamento no Recife (PE). As crianças foram levadas para o tribunal e fizeram aquela confusão. Aí foram chegando os oficiais para o Conselho de Justiça da 7ª Região Militar. Um deles perguntou: “Afinal de contas, o que é isso? Agora o tribunal virou um jardim de infância?”. Um funcionário respondeu que as crianças também estavam presas havia quatro meses e meio. “O quê?”, exclamou o oficial. Quando começou o julgamento, os juízes militares já estavam com certa predisposição de resolver aquela situação. Imagina a repercussão internacional que teria uma criança com três anos presa? Um coronel da Polícia Militar de Alagoas deu depoimento. E eles lhe perguntaram: “Por que prendeu Roberto?” – meu nome era Roberto. “Por que prendeu Juarez?”. E ele foi dando as razões para as prisões. Em seguida, questionaram: “Mas por que prenderam as mulheres?”. Ele respondeu: “Lá em Alagoas nós temos um método que é o seguinte: quando a gente não encontra os maridos, prende as mulheres”. Um dos juízes militares exclamou: “O quê?” e botou as mãos na cabeça. Imediatamente a advogada se levantou e disse: “Senhor presidente, solicito que as mulheres sejam colocadas em liberdade imediatamente, pois não havia nenhuma razão para prendê-las”. E todas as crianças e esposas foram soltas.

Houve uma denúncia de que estávamos sendo ameaçados de morte. Então, nos tiraram do presídio e nos levaram ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Ficamos num quarto, que nem sequer era fechado. Mas nossa situação era difícil, e pensamos: “Não dá para ficar aqui porque, numa hora dessas, eles descobrem nossa verdadeira identidade e daí não saímos nunca mais”. Então, resolvemos fugir.

Certo dia um médico foi nos visitar e me reconheceu. Disse: “Aldo, o que você está fazendo aqui?”. Eu disfarcei e respondi: “Eu não sou Aldo. Sou Roberto”. Ele se tocou, saiu de lá e avisou a AP. Além disso, se dispôs a ajudar na fuga. Ele era presidente do Centro Acadêmico de Medicina na época que eu dirigia a UNE. Tinha um carro que era o único daquele tipo na cidade. Portanto, se expôs para me ajudar. Chegou a discutir o caso com a direção do partido, que não autorizou a operação de resgate. E ele tomou a iniciativa contra a decisão do PCB.

Fuga do Dops

A fuga foi articulada por João Batista Drummond, dirigente da Ação Popular no Nordeste. A ideia era a seguinte: eles trariam um sonífero e nós colocaríamos na bebida do soldado. Como combinado, coloquei o sonífero no café, mas nada de ele beber. Pelo esquema montado, tínhamos que sair às 3h30 da madrugada. Chegou o horário marcado e nós ainda estávamos lá. Felizmente, o guarda que estava de plantão caiu no sono, sem

sonífero. Ele estava dormindo sobre uma escrivaninha que havia na entrada da delegacia. Ao fugirmos teríamos de passar ao lado dessa escrivaninha e ela ficava a menos de um metro entre nós e o guarda. Se ele acordasse e levantasse a mão, nos pegava. Gilberto saiu na frente e quando chegou à porta o pessoal da delegacia que ficava em frente gritou e o guarda acordou. Saímos correndo e eu tropecei e caí. Se ele quisesse tinha dado um tiro pelas costas e matado os dois, sobretudo a mim que estava mais perto por ter saído depois.

Do lado de fora estava o pessoal que nos aguardava: um companheiro armado e o médico José Rocha, do PCB, em seu carro. Ao sairmos, ficaríamos alojados numa casa que tinham conseguido com um amigo. Estava chovendo quando chegamos. Gilberto, eu e outra pessoa batemos à porta e nada de abrirem. Começávamos a ouvir as rádios-patruilhas com as sirenes ligadas. Pensamos que seríamos presos outra vez, mas, por sorte, a AP tinha alugado uma casinha na periferia para servir de base de apoio e fomos para lá. Ficamos uns três dias, e depois o mesmo médico nos tirou de Alagoas e nos levou para Pernambuco, dentro do porta-malas do veículo. Não sabia que duas pessoas poderiam caber num espaço daqueles! Foi uma atitude muito solidária de José Rocha com quem me encontrei mais tarde, já quando eu era deputado federal.

Incorporação da AP ao PCdoB

Com a adesão da AP ao marxismo-leninismo, aos poucos foi surgindo a ideia de fundi-la ao PCdoB, que também tinha ligações com o PC da China. Então, foram estabelecidos contatos entre as duas organizações marxista-leninistas. Contudo, a direção do PCdoB não aceitava a ideia de fusão. Num determinado momento, Pedro Pomar escreveu um artigo colocando abertamente o problema, e dizia que o partido marxista-leninista já existia no Brasil e, assim, não se tratava de uma fusão e sim de uma incorporação. Ele fez algumas críticas que terminaram enfraquecendo a posição dos que eram a favor da incorporação – no caso, Renato Rabelo, Haroldo e eu.

O artigo criou problemas principalmente com Duarte Pereira. Ele insistia na proposta inicial da AP de realizar congressos das duas organizações para fazer a fusão. Um fato que agravou as contradições com Duarte foi o ingresso no PCdoB de João Batista Drummond, dirigente da AP no Nordeste, antes de uma decisão coletiva da organização. Pelo entendimento de Duarte, aquela era uma articulação do PCdoB, que atropelava o processo de unificação.

Em abril de 1972 eclodiu a resistência armada no Araguaia e se intensificou a repressão ao PCdoB. A partir de então, decidimos que tínhamos de acelerar o processo de incorporação. Até então, havia a ideia da realização de um congresso para discutir a questão. A maioria da direção chegou à conclusão de que não dava mais para esperar, o PCdoB estava sob fogo e, então, tínhamos que acelerar o passo.

Eu estava na China quando houve a reunião entre Renato, Haroldo, João Amazonas e Pedro Pomar. Durante a conversa, Amazonas disse: “Olha, a partir do momento em que iniciamos a Guerrilha do Araguaia, estamos com a sentença de morte decretada. Por isso,

quero elogiar vocês porque na atual situação ninguém se disporia a entrar no PCdoB e vocês tomaram essa decisão”. Quando da incorporação, Renato, Haroldo e eu fomos integrados na Comissão Política, e outros membros da direção nacional da AP passaram a se incorporar ao Comitê Central do PCdoB.

Avaliação da Guerrilha do Araguaia

Nas reuniões da Comissão Política e do Comitê Central a questão mais importante era a avaliação da Guerrilha do Araguaia. Mesmo Ângelo Arroyo, quando chegou no início de 1974, não tinha informações atualizadas do que estava acontecendo na região, nem sobre a morte de Maurício Grabois, o comandante da Guerrilha. Mas já se pressentia que aquela experiência estava praticamente no fim.

Nesse quadro, fizemos algumas reuniões de avaliação em que apareceram opiniões diferenciadas. Amazonas e Renato defendiam plenamente a experiência da Guerrilha do Araguaia. Pomar desaprovava a visão foquista. Haroldo e eu tínhamos uma opinião crítica, mas sem criticar como uma experiência foquista. Nas condições do Brasil, uma iniciativa daquela natureza não teria condições de sair vitoriosa. E todos nós reconhecíamos o heroísmo dos que lutaram no Araguaia.

A minha visão de hoje é de que às vezes, ao criticar, preocupados em tirar lições para o futuro, deixávamos de ressaltar o significado daquele episódio. Nem sempre a resposta a uma agressão é dada de forma muito ajustada e sim do jeito que é possível ser dada. Quando Marx analisou a experiência da Comuna de Paris, que foi uma coisa meio voluntarista, ele a elogiou pelo seu significado histórico e não pela forma concreta que assumiu, ou se havia sido correto ou não o seu desencadeamento. Acredito que era essa a atitude de Amazonas naquele momento. Reafirmo a crítica que fiz, mas ressalto o significado e o papel do movimento.

Chacina da Lapa

Sabíamos que haviam ocorrido quedas no Rio de Janeiro, mas não o que tinha acontecido com Jover Telles. Tínhamos um traidor entre nós e não o identificamos. Durante a reunião – ocorrida de 14 a 16 de dezembro de 1976, quando aconteceu a Chacina da Lapa –, ele tentou camuflar o que estava acontecendo. Tem um fato interessante: após sair da prisão, ao visitar o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, ele me falou que tinha tomado conhecimento de que a reunião do PCdoB estava cercada pelo Exército, três dias antes da Chacina da Lapa. E fui informado de que o adido da embaixada americana em São Paulo é que lhe havia dado essa informação.

Quando terminou a reunião, e estávamos nos preparando para sair, Drummond colocou documentos dentro de uma embalagem de biscoito e saiu com Wladimir Pomar. Haroldo e eu saímos logo depois. Desci do carro e fui pegar o metrô na estação Paraíso e, quando ia entrando, fui preso. Protestei, mas mesmo assim me colocaram um capuz e me

levaram. Haroldo foi para a casa dele de ônibus. Eles o seguiram e o prenderam no dia seguinte quando saía.

Torturas no DOI-CODI

Quando Wladimir estava sendo torturado, ouviu um comentário de que a pessoa que estava com o documento na embalagem de biscoito havia sido morto. Ou seja, tinham matado Drummond na tortura. Depois, eles disseram que ele tinha tentado fugir – tipo de coisa que a repressão sempre fazia.

Eu estava sendo torturado violentamente no DOI-CODI quando, num determinado momento, a tortura parou. Ouvi uma reunião e tudo indicava que deviam estar discutindo o problema da morte de Drummond e o que iam fazer conosco. No outro dia de manhã, fomos levados para o Rio de Janeiro, para a Rua Barão de Mesquita, onde ficava o DOI-CODI carioca. Durante a viagem conseguimos saber que estávamos todos juntos no avião: eu, Haroldo Lima, Elza Monnerat e Wladimir Pomar. Na verdade, não sabíamos para onde estávamos indo, só soubemos um pouco depois.

Lá, as torturas continuaram, e com os métodos de sempre: a “geladeira”, a “cadeira do dragão”, os choques elétricos e agressões físicas. Tivemos esse período de tortura e depois voltamos para São Paulo, onde continuamos sendo torturados. Num determinado momento, chegou Luiz Eduardo Greenhalgh, meu advogado, em companhia de minha mãe, com uma ordem judicial. Assim, ambos puderam constatar a minha situação. Minha mãe procurou o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, e ele disse: “A senhora só tem um caminho, que é denunciar. Agora, se a senhora fizer isso corre o risco de acontecer o mesmo que ocorreu com o seu filho”. Ela respondeu: “Faço qualquer coisa para salvar o meu filho” e foi para a imprensa.

A denúncia saiu na *Folha de S.Paulo* e na revista *Veja*. Com isso, pararam as torturas, pois o fato já havia repercutido internacionalmente. Houve uma grande solidariedade na França e vários artistas assinaram um manifesto denunciando os assassinatos e nossa prisão e tortura. Em Portugal, o movimento foi maior ainda – inclusive, foi composta uma música em nossa solidariedade, *Sangue em Flor*.

A rotina na prisão

Cessada a tortura, fui para o presídio do Hipódromo, onde ficamos pouco tempo numa ala de presos políticos. Depois de uma greve de fome dos presos do presídio Tiradentes, que durou 32 dias, o governo terminou abrindo o presídio Romão Gomes, destinado a abrigar todos aqueles condenados por delitos contra a ordem pública. Os presos que chegavam do Tiradentes levaram a biblioteca de lá, inclusive livros marxistas com capas falsas para despistar. Procurávamos realizar tantas atividades que, ao final do dia, ainda faltava tempo. Fazíamos exercícios físicos de manhã, jogávamos futebol; tínhamos aulas de inglês, de política, de filosofia etc.; fazíamos trabalhos manuais; enfim, realizávamos um conjunto de coisas que terminavam consumindo todo o nosso tempo.

Quase tudo era decidido coletivamente. Lá dentro não havia interferência da polícia porque estávamos num período próximo da Anistia e tínhamos certa autonomia. Quando chegava a hora de dormir, eles trancavam as celas, mas durante o dia elas ficavam abertas. E, claro, havia os muros altos com militares armados em cima deles.

Houve então uma reivindicação para abrir as janelas para podermos ver a rua, e fomos atendidos depois de fazermos greve de fome por 11 dias – que foi uma experiência interessante. Nos primeiros dias, passa-se muita fome, mas aos poucos isso vai diminuindo e se habitua. O problema eram os programas de televisão com suas propagandas de comida, uma atrás da outra. No dia que abriram as janelas, fiquei emocionado. Tinha um companheiro que estava lá havia nove anos sem poder ver a rua. Ele chegou até a janela, viu uma fileira de luzes e disse: “Gente, esse colar de luzes é uma coisa tão bonita!”. Essa foi uma conquista importante para nós.

Escrevendo na prisão

Quando estivemos presos, Haroldo e eu escrevemos um livro sobre a história da Ação Popular, desde a sua criação até a incorporação ao PCdoB. Procuramos elaborá-lo com base em nossas memórias e nas de alguns outros militantes que estavam lá no presídio, sobretudo José Milton – que era da Bahia e já faleceu. Depois, pegamos algumas informações com Carlos Azevedo. Quando terminamos o livro, procuramos encontrar uma forma de tirá-lo do presídio. Um amigo nos deu um vaso de flores, então, colocamos uma tampa de lata sob a terra e, embaixo dela, o livro envolvido num plástico. Quando o vaso foi sair, os guardas cutucaram a terra para ver se tinha alguma coisa dentro, bateram no fundo falso e nada encontraram. Foi assim que minha esposa, a Dodora, conseguiu tirar o livro da prisão.

A luta pela anistia

Existiam polêmicas dentro do presídio. Uma delas, que parece incrível hoje, era quanto ao direito à visita conjugal, pelo qual muitos dos presos lutavam. Um setor moralista considerava isso um verdadeiro absurdo. Felizmente essa reivindicação foi conquistada. Mas o conflito mais interessante foi em relação à anistia. Um grupo não queria porque entendia como bandeira liberal-burguesa. Estávamos querendo o socialismo, como é que íamos aceitar uma conquista burguesa? É claro, era uma pequena minoria.

Para a grande maioria, um momento marcante na vida da prisão foi quando se desenvolveu a campanha pela anistia. Começamos a receber visitas de artistas, intelectuais e parlamentares. A mais importante foi a do senador Teotônio Vilela, que fez uma reunião conosco e todo mundo falou de suas lutas, da prisão, das torturas e das marcas deixadas. Ele ficou muito impressionado. Dissemos que a anistia não devia ser a do governo e sim uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Quando saiu do presídio, a imprensa foi em cima dele. “Senador, o que você ouviu dos terroristas aí dentro?”. Ele disse: “Eu não vi terroristas aqui. Vi jovens idealistas, que lutam pela liberdade e pela democracia”. Isso foi algo muito marcante para nós. O mais

incrível é que ele era usineiro, um empresário, havia apoiado o golpe militar e pertencido à Arena. E ele se sensibilizou de tal forma pela questão da anistia que mudou de lado.

Anistia e liberdade

Com a Anistia, saímos da prisão. Ficaram apenas aqueles que tinham realizado ações armadas nas quais pessoas haviam sido vitimadas – os chamados crimes de sangue. Pouco tempo depois, estes também foram soltos. Quando saí, um jornalista me perguntou se, caso eu pudesse refazer minha vida, trilharia o mesmo caminho. Afirmar que faria tudo de novo, mesmo sabendo dos problemas que aquela opção acarretou para mim e minha família.

Ao sair trabalhei algum tempo na Hidrobrasileira, empresa de meu amigo Sérgio Motta, que havia sido da direção da AP. Antes disso, quando havia completado dois anos e meio de prisão, fiz um pedido de liberdade condicional. Para conseguir isso, era preciso um documento garantindo que teria um emprego – o que foi dado por Sérgio. Mas o Tribunal Militar não me concedeu liberdade condicional. Somente quando saí, com a Anistia, é que fui trabalhar na empresa dele por cerca de um ano.

Eu sentia uma necessidade muito grande de retornar para Goiás, meu estado natal, onde estavam minha mãe, meus irmãos e meus amigos. Por isso me mudei para lá e o partido resolveu que eu deveria ser candidato a deputado federal. Ali, no período da luta pela anistia, o nome de maior referência era o meu. A campanha que haviam feito pelos presos políticos de Goiás era muito centrada em mim e, então, a população do estado tomou conhecimento de meu nome. Por isso, quando se resolveu lançar minha candidatura, houve uma adesão muito grande. Era como uma resposta à ditadura militar. Tive uma boa votação, mas não deu para ser eleito e fiquei como primeiro suplente. Por sorte, acabei assumindo logo em seguida, quando um deputado foi para uma secretaria do estado.

Na Câmara dos Deputados, fui autor da lei que legalizou os grêmios estudantis, extintos pela ditadura, e da que legalizou a União Nacional dos Estudantes. Também criei a lei que restabeleceu o direito do povo da minha cidade natal de eleger o seu prefeito, pois Anápolis era considerada área de segurança nacional, não tendo eleição para prefeitura. E isso aconteceu no finalzinho da ditadura.

Diretas Já

Na campanha das Diretas Já, o PMDB constituiu uma comissão de mobilização. Dela participaram os deputados Dante de Oliveira, Domingo Leonelli, da Bahia, e eu. E resolvemos fazer a primeira manifestação pelas Diretas Já em Goiânia. Reunimos cerca de 10 mil pessoas no centro esportivo da Universidade Católica, onde não coube todo mundo. Era uma manifestação ainda pequena se comparada com as que viriam depois. Na ocasião tivemos o apoio do governador de Goiás, Íris Rezende.

Houve uma série de manifestações no Brasil inteiro. Representei o PCdoB no comício de Porto Alegre com 200 mil pessoas e no de Recife. Eles foram crescendo à medida que a campanha das Diretas Já avançava. No Rio, um milhão de pessoas; em São Paulo, o maior

comício, com dois milhões. Nunca na história do Brasil tinha havido um movimento dessa dimensão. No entanto, na votação ocorrida na Câmara dos Deputados, fomos derrotados. Não conseguimos o coeficiente necessário para a aprovação da emenda Dante de Oliveira.

A ditadura decretou estado de emergência em Brasília e o general Newton Cruz foi o seu executor. Os estudantes da Universidade de Brasília (UnB) entraram nas dependências da Câmara dos Deputados e foram cercados. Começou a negociação e o Exército disse que se os estudantes saíssem, não teriam problemas. Um grupo de oito a dez deputados os acompanhou. Quando passávamos defronte dos ministérios militares, a repressão caiu sobre nós. Olhei para trás e cadê os deputados? Estávamos apenas Jacques Dornelas, do PDT, e eu. E fomos levados para o comando da operação militar.

Quando chegamos, Newton Cruz reconheceu Jacques, que era militar, e foi para cima dele. Os outros generais o seguravam para que não agredisse o deputado. Até eu fui tentar segurá-lo. Nessa história segura de lá, segura de cá, Newton olhou para mim e disse: “E esse aqui, quem é?”. “É outro deputado”, responderam. Então nós dois fomos presos e levados para a Polícia Federal. No trajeto, falamos: “Vocês estão cometendo uma ilegalidade porque a Constituição não permite a prisão de deputados federais”. E eles disseram que não estávamos presos, mas apenas sendo “conduzidos”. O presidente da Câmara entrou em contato com a Polícia Federal e logo fomos libertados. No outro dia, fizemos um duro protesto na Tribuna contra nossa prisão.

Depois, em 1986, veio a eleição da Assembleia Constituinte e novamente me elegi deputado. Na abertura, falou o presidente do Supremo Tribunal Federal, que dizia que a “revolução” tinha feito isso e aquilo e eu lá da minha cadeira corrigia gritando: “Golpe militar! Ditadura militar!”. Isso criou certo constrangimento, pois era uma solenidade em que estavam presentes diversas autoridades e embaixadores.

Na Constituinte Haroldo foi o líder do PCdoB e eu o vice-líder, e também faziam parte da bancada comunista Eduardo Bonfim, Lídice da Mata e Edmilson Valentim.

Uma vida clandestina

Ao todo, fiquei na clandestinidade por 11 anos, e preso por mais de três anos, somando as duas prisões. No esquema clandestino da AP, tínhamos uma vida aparentemente normal. Não era um aparelho clandestino. Era uma casa de família com toda sua rotina. Morava com minha mulher e meus dois filhos. Fiz um curso de eletrônica para dar cobertura, porque minha atividade era política. Por questões de segurança, eu saía de casa todos os dias como se estivesse indo trabalhar.

A nossa situação econômica era muito difícil porque a AP não tinha muitos recursos. Num determinado momento, vendemos a casa que ainda tínhamos em Pinheiros, São Paulo, destinando os recursos à AP. Era uma herança da minha esposa. Morei na Vila Formosa, na Zona Leste de São Paulo, e meus filhos viviam na casa de seu Agostinho e dona Gesina, operários têxteis que tinham um padrão de vida muito melhor do que o nosso. Por não termos televisão, os meninos iam assistir na casa deles e terminaram sendo tratados como membros daquela família.

Um dos nossos problemas era a segurança do local de moradia. Eu sempre levava meus filhos, André e Priscila, à escola, e no caminho ia contando histórias que buscavam lhes encucar alguns valores. Dizia que deveriam sempre falar a verdade, serem honestos com as pessoas. Num desses dias, vindo da escola, André me questionou: “Você diz que a gente tem que ser honesto, que a gente não pode falar mentira. Mas, por outro lado, você me diz que a gente não pode contar onde é nossa casa. Então, eu falo a verdade ou minto?”. Fiquei pensando como é que ia responder isso para uma criança, e disse: “André, você assiste o Zorro?”. Ele disse que sim. “Você gosta do Zorro?”, continuei. “Claro que eu gosto do Zorro!”, exclamou. “Você acha que o Zorro deveria revelar a identidade dele?”. “De jeito nenhum, pai! Se ele disser a identidade dele, o sargento Garcia vai prendê-lo!”. Aí eu falei: “Pois é! Com o papai é igual, se revelar minha identidade vou ser preso”. “Ah bom!”, respondeu. E assim acabou a conversa.

Num determinado momento, pouco antes de minha segunda prisão, meu pai faleceu. Um dia antes de morrer, muito emocionado, disse para minha mãe não me contar nada. Temia que se fosse a seu enterro acabaria preso. Minha mãe só me informou sobre a sua morte um mês depois. Ela me enviou algumas coisas dele, entre as quais uma caneta.

Meu filho André teve uma experiência com os primos sobre o nome da família que o deixou encucado, porque os nomes dele e da Priscila sempre foram estes, mas o sobrenome era frio – na clandestinidade eu me chamava Roberto Guimarães Silva. Um dia André encontrou a caneta que meu pai me dera e nela estava escrito Galileu B. Arantes. Ele sabia que meu pai se chamava Galileu. E, então, saiu com a caneta na mão gritando: “Descobri, descobri!”. Perguntei: “O que você descobriu André?”. “Descobri o nome do vovô. Nossa família é Arantes”, respondeu contente. Falei com Dodora: “Acho que agora vamos ter que abrir o jogo”. Fizemos uma reunião de família e expliquei-lhes: “o nome do papai é Aldo e da mamãe é Maria Auxiliadora. Nós vivemos nessa situação porque a gente luta contra a ditadura”. André olhou e falou três vezes: “Aldo, Aldo, Aldo” e se voltou para mim e disse: “Pai, você quer saber de uma coisa? Você não tem cara de Aldo, tem cara de Roberto”. Foi uma coisa genial!

Na vida clandestina convivemos o tempo todo com a possibilidade de sermos presos, torturados e eventualmente assassinados. Quando estava na rua e passava um carro da Operação Bandeirantes (Oban), pensava: “Chegou minha hora”. Era uma tensão quase permanente. Tanto que eu nem ia ao centro da cidade, porque só de passar pela Praça da República, em São Paulo, encontrava alguém conhecido.

Valeu a pena

Acredito que tudo isso que vivi valeu a pena. Houve sacrifícios, especialmente durante a clandestinidade, com prisão, torturas, risco de morte, impossibilidade de manter contatos mais frequentes com a família. Meus filhos tinham dificuldade de entender por que a nossa vida era de tão grandes dificuldades.

Agora, há outro fato mais relevante: a humanidade não avança se não tiver pessoas que se disponham a enfrentar a luta com todas as consequências que ela traz. Os grandes

avanços sempre precisaram de grandes sacrifícios pessoais. As conquistas que obtivemos em nosso país não caíram do céu. Muita gente morreu, muita gente foi assassinada. Não existe avanço possível se não houver lutas e sacrifícios para construir um mundo melhor.



AURÉLIO PERES

Aurélio Peres nasceu em Bilac, interior de São Paulo, no dia 31 de julho de 1939. De origem rural, começou sua militância política no interior da igreja católica, participando das lutas camponesas. Membro da Ação Popular, mais tarde ingressou no PCdoB. Foi preso e torturado. Já em liberdade, tornou-se uma referência nas lutas sociais, especialmente no movimento contra a carestia. Elegeu-se deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1978. Fez um mandato em defesa dos operários e dos movimentos de moradia. Em 1987, encerrou seu segundo mandato e tentou retornar ao trabalho na Caloi, onde foi impedido de voltar às suas atividades. Conseguiu trabalho na Eletropaulo, onde se aposentou.

Raízes camponesas

Minha origem é camponesa. Meu pai era um agricultor, proprietário de um pequeno pedaço de terra em Santa Fé do Sul, interior de São Paulo. Trabalhei na lavoura até os 23 anos e naqueles tempos não havia outro lugar para as pessoas se encontrarem senão a igreja. E foi lá que iniciei minha atuação social. Eu tive o privilégio de ter tido contato com padres bastante avançados.

Em 1963, um padre alemão me convenceu de que devia estudar fora e seguir a carreira religiosa. Assim, arrumou-me uma vaga no seminário arquidiocesano de Ribeirão Preto, localizado em Brodowski. Foi lá que tive o primeiro contato com o movimento político mais organizado, no caso, pela reforma agrária. E como eu vivia esse drama, facilmente abracei a causa.

A primeira ação da qual participei foi uma operação “arranca capim”, em Rubineia. Era uma fazenda de mata virgem, às margens do rio Paraná. Havia cerca de 100 famílias sem-terra. Elas foram chamadas e lhes foi feita uma proposta: que desmatassem a fazenda e plantassem por dois anos. Nesse período, eles não seriam remunerados pelo trabalho, mas também não teriam que pagar nada. O pagamento seria a renda obtida pelo que eles colhessem nos dois anos. E o pessoal entrou com muita vontade porque a terra era muito boa.

Eles desmataram, plantaram no primeiro ano e perderam tudo por causa de problemas climáticos. Plantaram no segundo ano e novamente sofreram com o mau tempo, não conseguindo colher nada. Ficaram com uma mão na frente e outra atrás. Eles tentaram renegociar o acordo por mais um tempo e o fazendeiro se negou, de maneira que teriam que desocupar a terra no final do ano. Criou-se um clima tenso.

Nesse período, já haviam surgido alguns elementos da Ação Popular (AP) para ajudar. Chegou, por exemplo, Luís Carlos Guedes, de Campinas. Numa das assembleias que fizemos, aprovamos uma resolução que defendia arrancar o capim todo, já que o trato era plantar por dois anos e, no último, entregar a terra com o capim plantado. E todo o capim já estava plantado. Não tínhamos como pagar uma assistência jurídica, por isso recorremos ao advogado Mário Carvalho de Jesus, que era ligado à igreja em Perus.

Ele iniciou o processo e disse logo de início que dificilmente ganharíamos a causa, mas que ficaríamos na terra por algum tempo, enquanto corresse o processo, e poderíamos plantar o que quiséssemos. E realmente nós ficamos de 1963 até 1969. O movimento Arranca Capim foi em 1965 ou 1966.

Logo depois, fizemos uma proposta para o fazendeiro de comprar suas terras. Mas não tínhamos dinheiro. Montamos uma cooperativa e, por meio da influência de Mário Carvalho, conseguimos a promessa de um financiamento do governo federal.

Tudo foi caminhando bem até que a Companhia Energética do Estado de São Paulo (Cesp) deu um parecer contrário porque as terras iam ser inundadas pela represa de Ilha Solteira. Na verdade, nem 10% das terras seriam inundadas, mas o governo federal se valeu do parecer da Cesp para voltar atrás e não conceder o financiamento prometido.

Mudança para São Paulo

No dia do golpe, eu estava no seminário. Para mim, não foi muita surpresa. Embora ainda não tivesse uma militância mais intensa, eu achava que ia acontecer algo porque não acreditava que os militares fossem aceitar a continuidade de Jango. E nunca acreditei naquela história do esquema militar do presidente.

Não tive grandes problemas em 1964 porque minha militância era quase nula. A verdadeira fisionomia da ditadura só começou a ficar clara para mim em 1968.

Depois de concluir o clássico, nós fomos transferidos para a região do Ipiranga, em São Paulo, que chamávamos de seminário central. Foi um choque muito duro porque Brodowski, de onde eu vinha, tinha um grau de abertura acima da média. E, de fato, entramos numa enrascada, pois aquele seminário central era muito atrasado, muito retrógrado.

Tivemos de usar nossa capacidade de organização para tentar arrebentar aquela camisa de força. Dois anos depois, conseguimos realizar um movimento interno que foi responsável por uma revolução no seminário central do Ipiranga. Na época, o cardeal de São Paulo era dom Agnelo Rossi, um homem muito reacionário, contrário até mesmo ao Concílio Vaticano II. E acabei sendo “premiado” porque o cardeal pediu a minha cabeça. A turma que tinha vindo comigo de Ribeirão Preto também foi aconselhada a deixar o seminário.

Eu estudava pela Diocese de Jales. O bispo era um holandês bastante avançado para a época e não aceitou a decisão do cardeal de São Paulo. Ele disse que eu podia continuar os estudos de outra forma. Assim, passei a morar com um padre no Jabaquara e ele transferiu minha matrícula para o Instituto de Filosofia e Teologia que foi criado pelos dominicanos e camilianos. Foi um período muito interessante porque também comecei a me interessar pelo movimento estudantil.

Da vida religiosa à classe operária

Nós íamos às manifestações, mas não estávamos orgânicos, organizados em nenhum grupo político. Foi nesse período que conheci José Dirceu e o Luiz Travassos. Participamos de algumas ações estudantis em São Paulo antes da queda do Congresso da UNE em Ibiúna.

Por volta do final de 1968, fui chegando à conclusão de que não conseguiria levar adiante a vida religiosa. Abandonei os estudos e me integrei à classe operária. A primeira fábrica em que trabalhei foi a Wapsa Autopeças. Logo que entrei, percebi que não dava para ficar ali como prensista, que era uma função menos qualificada. Foi ficando claro para mim que eu teria de me diferenciar dos demais operários para poder fazer o trabalho político. E isso passava pela profissionalização, porque então as pessoas não me olhariam mais como um simples prensista, mas como um ferramenteiro, profissão que era tida como pertencente à elite da classe operária. Resolvi estudar no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

A primeira coisa que fiz logo que entrei na fábrica foi procurar o movimento da oposição sindical porque naqueles anos, começo da década de 1970, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, tendo Joaquinção à frente, era o símbolo do peleguismo.

Politizando o Clube de Mães

Enquanto eu era operário e militava no movimento sindical, minha esposa, Conceição, fazia parte do Clube de Mães, que surgiu em nossa casa e era apoiado pela igreja católica. Ela não tinha emprego fora, seu trabalho era essas atividades no bairro.

O movimento foi crescendo e num determinado momento, Conceição, Irma Passoni e eu nos perguntamos para onde iria o Clube de Mães. Continuaría dando curso de como educar criança, como ajudar o marido? Essas questões já eram tratadas e não resolviam os problemas das mulheres e dos trabalhadores. Descobrimos que era preciso politizar a sua ação. A primeira ideia que surgiu neste sentido foi bem singela: escrever uma carta ao presidente da República pedindo o aumento do salário e o congelamento dos preços. Era o começo do movimento do custo de vida, por volta de 1972.

O objetivo era que essa carta chegasse a Brasília e fosse lida na Câmara dos Deputados. E a única referência que tínhamos era o deputado federal Freitas Nobre. Ele aceitou e a leu no “pinga-fogo” do plenário. Isso não teve repercussão nenhuma para a maior parte da população brasileira, mas alertou os órgãos de repressão sobre o nosso movimento. Em 1973, quando fui orador pela oposição sindical, na manifestação de 1º de Maio ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos, aproveitei para ler a carta. Então começou a perseguição policial contra mim.

Primeiras investidas

No início de 1974, houve a primeira investida da ditadura sobre nós. Foram presos Waldemar Rossi, Antônio Flores e Vital Nolasco. Eu também poderia ter sido pego, mas escapei. Naquele período, eu trabalhava na Rolamentos Schaeffler, e como fui avisado das prisões a tempo, abandonei o emprego. Logo em seguida os agentes foram até a fábrica me buscar.

Fiquei uns sete meses escondido numa paróquia perto de São Miguel Paulista. A igreja tinha muita gente boa, muitos padres engajados e muita informação. Então, eu ficava sabendo quem tinha sido preso. Concluimos que seria melhor eu reassumir minhas atividades do que cair na clandestinidade.

Então voltei e fui mostrando a cara aos pouquinhos. Arrumei emprego, mas não podia voltar ao sindicato. Comecei a realizar o trabalho político nos bairros e a participar com mais intensidade do movimento contra a carestia, que acabou desembocando num grande abaixo-assinado e num ato na Praça da Sé, seguindo depois para Brasília.

Sequestro, prisão e tortura

Não demorou muito para a repressão me pegar. Aconteceu no dia 13 de setembro de 1974, aniversário da Conceição. Estávamos mais ou menos esperando por aquilo. A repressão tinha passado na casa do nosso vizinho um dia antes e ele disse que eu morava ao lado. Nós tínhamos visita quando fui sequestrado. Foi um sequestro porque eles foram me buscar às 23h e à paisana. Jogaram-me dentro de um carro e durante um tempo fiquei sem capuz.

Fui acompanhando o caminho que faziam: Avenida Santo Amaro, Largo Treze, Avenida Vereador José Diniz, Avenida Ibirapuera, passaram em frente ao antigo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e até ali fui olhando tudo. Depois, puseram-me um capuz e logo vi que não rodaram muito. Percebi que era a Rua Tutoia, onde ficava a Operação Bandeirantes (Oban). Logo que cheguei, entrei direto na tortura. A primeira coisa que eles fizeram foi me dar um empurrão e me jogar na parede. “Vamos ver se ele é forte mesmo”, diziam. E a tortura se deu durante toda a madrugada até a manhã do dia seguinte. Lá pelas 7h, eles trocaram a equipe de torturadores. Eles queriam saber quem era quem. Vieram com uma lista enorme e me perguntaram quem eu conhecia, a qual organização eu pertencia etc.

Interrogatório sobre a igreja

Então, aconteceu um fato que não sei explicar. Até essa altura, eu estava sendo torturado sem capuz. Não tinha o menor problema para eles que eu visse o rosto dos torturadores. Na lista que eles me apresentaram estavam Antônio Alves, o Bauru, Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho, entre outros. O único que eu não conhecia era Herzog. Neguei tudo.

Puseram-me o capuz e passaram a questionar quem, na igreja, comandava a reação que houve quando da minha prisão. No dia seguinte à minha captura, logo cedo, o padre Raimundo havia ido até a Oban saber sobre a minha situação. E aí a pancadaria vinha para saber quem era o cabeça daquela articulação da igreja.

A minha tortura se estendeu até certa altura e aí, de repente, parou. Pelas informações que pude colher depois, foi o período em que o cardeal dom Paulo Evaristo Arns estava seguindo para Roma e que um representante estava assumindo seu posto. Quem passou a responder pela diocese foi Ulhôa Cintra. Ele imediatamente entrou em contato com o comandante do II Exército de São Paulo que, por sua vez, pediu explicações para a Rua Tutoia. Foi quando a tortura física parou. Depois, continuou aquele processo de interrogatórios e as sistemáticas ameaças relacionadas à integridade da minha família.

A pancadaria, os choques, o pau-de-arara foram um processo bastante violento. Pude entender depois por que eu estava sendo torturado sem capuz: a intenção deles era me matar.

Depois da intervenção do comandante do II Exército, houve alguma articulação na cúpula da Justiça Militar de São Paulo e um dos juízes pediu minha presença no Fórum, que ficava na Rua Brigadeiro Luis Antônio. Foi um episódio interessante porque houve um enfrentamento entre as instâncias da repressão: o juiz pediu a minha presença e o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) se recusou.

“Liberdade condicional”

Um tempo depois, eles chegaram à conclusão de que iam me colocar em liberdade. E o fizeram, mas com uma condição: que eu sáisse para descobrir quem estava articulando todo aquele movimento dentro da igreja e desse o nome para eles. A primeira coisa que fiz quando saí em outubro de 1974 foi entrar em contato com Luiz Eduardo Greenhalgh. Ele me orientou a me reapresentar no DOI-CODI no dia seguinte, em sua companhia.

Quando chegamos, o delegado disse: “Você não tem jeito mesmo. Manda ele lá para o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Eles que se virem com ele”. Então, oficializaram minha prisão. Quem me recebeu foi o delegado Singilo. Lá, o único prisioneiro político era eu. Fiquei duas semanas preso. Eles tinham informação, sobretudo a respeito do que eu fazia no sindicato e do meu trabalho no bairro. Eles já sabiam que eu era do PCdoB.

Eu havia entrado para a Ação Popular (AP) por volta de 1970. Tive todo um período – mais ou menos entre 1968 quando deixei o seminário e 1971 – de atuação exclusiva na

região sul ao lado de Vital Nolasco, Ana Maria Martins e todo esse pessoal que era da AP. A partir de então ocorreu o processo de incorporação ao PCdoB. Do nosso grupo, nem todos entraram. E não foi um processo massivo: as pessoas foram aderindo aos poucos.

Fiquei em liberdade condicional em 1975. Um ano depois, o processo foi julgado na Justiça Militar em São Paulo e fui absolvido. Mas a promotoria recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e o meu processo ficou pendente de julgamento em Brasília até 1978.

Processo de apresentação da candidatura

Depois de deixar a prisão, fiquei isolado do partido por muito tempo. Isso se intensificou após a Queda da Lapa. Portanto, tive de me orientar pela minha própria cabeça. Tanto que o primeiro contato mais sério foi feito quando já era deputado. Concorri pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e no período da campanha fiquei sob a direção da chamada Estrutura 1 do PCdoB.

Desde a incorporação da AP, por medida de segurança, o partido foi dividido em duas estruturas estanques. Na Estrutura 1 ficaram os antigos militantes e na 2 os que ingressavam da AP. No entanto, eu não aceitava a divisão que eles propunham. José Genoíno, o pessoal da Freguesia do Ó, Conrado, Fernando Alvarenga – que eram da Estrutura 1 – defendiam aquela tese de que era preciso se fingir de morto. Essa diretiva entrou em choque com a Estrutura 2, e talvez com alguns elementos da direção nacional do PCdoB porque o primeiro contato que tive foi com Dynéas Aguiar e ele não defendia a ideia que deveríamos nos fingir de mortos. Muito menos Diógenes Arruda.

O processo eleitoral começou em 1978, quando já havia acontecido a primeira grande reunião da Praça da Sé e a invasão da catedral pela tropa de choque da Polícia Militar paulista. Eu era um dos coordenadores do movimento contra a carestia quando isso ocorreu.

A decisão de que eu participasse como candidato nas eleições de 1978, não posso negar, foi influenciada pela Estrutura 1. Nessa altura, o movimento contra a carestia começava a discutir se lançaria candidatos. Logo de cara apareceu a candidatura de Irma Passoni. Só que o pessoal não aceitou que ela encabeçasse a chapa. Foi quando a Estrutura 1 apresentou meu nome. Eu estava inelegível por causa do processo que ainda corria em Brasília, mas se concluiu que isso não importava porque o objetivo era marcar posição e não me eleger.

Mas, surgiu outro problema: eu não era filiado ao MDB e o prazo de filiação já havia se esgotado. O pessoal da Estrutura 1 resolveu entrar em contato com Orestes Quércia. E a recomendação era de que eu preenchesse a ficha de filiação sem colocar a data. Naturalmente, Quércia datou a ficha retroativamente e registrou a candidatura dentro do prazo legal. Essa questão foi resolvida e Irma Passoni concordou em se lançar para deputada estadual enquanto eu concorreria a uma vaga de deputado federal.

O deputado mais barato do Brasil

Na hora de fazer campanha, não tínhamos dinheiro algum. Eu me locomovia de ônibus com uma sacolinha na mão cheia de folhetos. O único recurso que tínhamos para fazer pro-

paganda era o *silk-screen*, mas não tínhamos papel. Então, pegávamos folha de jornal velho e usávamos essa técnica para fazer os cartazes da campanha.

O registro foi impugnado, mas nós continuamos a campanha assim mesmo. Enquanto isso, Luiz Eduardo ia tentando reverter a decisão de Brasília. Ele arrumou outro advogado, muito conceituado, Sigmaringa Seixas, e juntos conseguiram colocar meu processo na ordem do dia. Houve o julgamento e fui absolvido faltando apenas três dias para terminar o prazo. A candidatura vingou e me elegi com 48 mil votos. Quando entrei no Congresso, em 1979, estava escrito num dos painéis colocados nos corredores da Câmara dos Deputados: “Aurélio Peres, o deputado mais barato”.

Um mandato aberto ao povo

O mandato parlamentar foi uma das tarefas mais difíceis que enfrentei na minha vida. Eu era um camponês que tinha virado operário. E de repente me vi colocado numa bancada federal. E não tinha uma assessoria, como existe hoje.

Alguma coisa eu tinha de fazer, afinal eu era o único representante da classe operária no Congresso Nacional. Participamos ativamente da campanha pela anistia. Naquele momento surgiu o senador Teotônio Vilela. Ele assumiu a direção do movimento e o impulsionou. Eu ainda estava no meu primeiro mandato, sem experiência, mas consegui acompanhá-lo nas caravanas pela anistia. Visitamos presídios em Fortaleza, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre etc. Fui um companheiro inseparável de Teotônio e, apesar das minhas limitações, sempre levei o nome do partido ao longo da campanha.

O pouco recurso de que o mandato dispunha coloquei à disposição do partido. Uma das vagas que eu tinha como deputado federal serviu para Aldo Arantes viabilizar sua candidatura em Goiás. A outra ajudou Aldo Rebelo a estruturar sua candidatura a vereador em São Paulo. Não estou me queixando, mas apenas descrevendo como foi meu mandato. Quem me assessorava, por livre e espontânea vontade, era Antônio Carlos Queiroz, do jornal *Movimento* em Brasília. O resto era da minha cabeça.

Resolvi que deveria colocar meu mandato e a sua estrutura a serviço dos movimentos sociais. O meu gabinete recebia o pessoal que vinha não só de São Paulo, mas do país inteiro. O meu apartamento funcional foi a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante o processo de sua reconstrução em 1979. Os estudantes se aglutinavam todos lá. Dormiam pelos corredores do apartamento. Eu me orgulho disso.

O meu apartamento virou também uma espécie de alojamento dos aposentados e do pessoal do movimento do custo de vida. Era tão procurado que a Secretaria-Geral da Câmara chamou a minha atenção sobre isso. Depois, meu mandato foi colocado a serviço do trabalho de organização de base. Eu percorri essa cidade de São Paulo fazendo reuniões por todos os lados. Ajudei o movimento operário, dando cobertura em portas de fábrica durante as greves. Enfrentei a repressão, impedindo que a polícia usasse de violência contra os operários. Na greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, me coloquei na linha de frente contra a tropa de choque.

O prenúncio do fim... da ditadura

Em 1979 ocorreu a greve dos metalúrgicos de São Paulo. Nela foi assassinado o líder operário Santo Dias. Era meu amigo. Foi uma grande perda. Tudo aconteceu na fábrica de lâmpadas Sylvania, na Avenida Sabará. Depois de ter sido baleado pela polícia, ele foi levado para o pronto-socorro de Santo Amaro. Quando consegui chegar e entrar, já estava morto. Acredito que sua morte foi um dos prenúncios de que a ditadura estava chegando ao fim.

O pessoal do ABC costuma reivindicar que tudo teria começado ali, mas não é verdade. Qualquer historiador que for analisar aquele momento vai perceber que os fatos ocorridos no ABC foram a continuação de uma longa trajetória de lutas e não o início do processo. No mesmo período houve essa greve na cidade de São Paulo arrancada à força porque Joaquinão não a queria. Houve uma assembleia que ele não pôde conter, depois aconteceram os grandes piquetes em Santo Amaro que marcaram o movimento sindical.

Naquele período, mesmo com imunidade parlamentar, fui preso umas oito vezes. Os policiais me pegavam e me levavam para o Dops ou para o Comando da Polícia no aeroporto de Congonhas. Quando chegava, o comandante era obrigado a me liberar, pois eu era deputado federal.

Certa vez, eu estava em Pinheiros, numa fábrica de inox, fazendo campanha da Chapa 3. Chegou o comando da PM, me deu voz de prisão, me jogou no camburão e me levou para o Dops. Quando cheguei, os guardas me entregaram para o delegado de plantão, que era o Singilo. Ele me viu e perguntou: “O que você está fazendo aqui, deputado?”. Respondi: “Pergunte para os seus comandados”. Então, ele disse: “Esse pessoal está maluco. Você não está preso coisa nenhuma”.

Em outra ocasião, estávamos dando cobertura para um piquete na Villares, lá em Santo Amaro, e ocorreu um choque com a polícia. Era o pessoal da oposição que estava fazendo piquete. Intervim e disse: “Não vão prender ninguém”. Os policiais diziam que estávamos impedindo as pessoas de entrarem. “Ninguém está impedindo nada. Estamos convencendo todo mundo”, respondi.

Quando o comandante chegou, disse que eu não seria preso, mas que Conceição e eu deveríamos nos apresentar no dia seguinte ao comando da PM no aeroporto de Congonhas. Quando chegamos lá, o delegado que foi nos interrogar disse: “Mas o que vocês pensam da vida? Vocês não estão satisfeitos com o que já fizeram? Quando vocês ouvem o Hino Nacional, não ficam arrepiados?” Eu falei: “Não, a gente respeita, mas não fica arrepiado não”.

Confrontos nas ruas

Em 1980, fui orador na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) e dei voz às teses da oposição sindical. Algum tempo depois, entre 1982 e 1983, aconteceu a passeata dos desempregados. Naquele momento, o desemprego era enorme em São Paulo. O meu comitê, na Avenida Vitor Manzini, em Santo Amaro, era a casa dos operários. Havia uma subseção do Sindicato dos Metalúrgicos, mas era dominada pela pelegada, que não abria espaço para os trabalhadores.

Nos fundos do meu comitê, havia uma fábrica de bebidas. Um dia, ela colocou uma placa “Admitem-se operários”. Juntou uma multidão, mas poucos foram selecionados. Então, o povo resolveu marchar em passeata até o Largo Treze. Lá, havia muitos marginais que acabaram se juntando à manifestação e aproveitaram para saquear um supermercado próximo, na Rua Herculano de Freitas. Aquilo virou uma bola de neve e ninguém mais conseguiu conter os saques. A polícia veio e houve confronto. A coisa foi se espalhando, feito pólvora que vai incendiando. Claro, tentaram atribuir todo aquele vandalismo aos trabalhadores e disseram que eu tinha sido o organizador.

Apesar desses percalços, o movimento dos desempregados continuou e um dia organizamos uma passeata até o Palácio dos Bandeirantes. Por coincidência, nesse mesmo dia, eu tinha uma audiência com o governador Franco Montoro. Estávamos reunidos quando a passeata chegou. Houve aquele impasse de receber ou não os manifestantes e opinei que ele deveria receber ao menos uma comissão para que as reivindicações fossem apresentadas. Ele demorou a dar uma resposta e nesse meio tempo o pessoal começou a chacoalhar as grades, que acabaram indo ao chão. Isso teve grande repercussão.

Em defesa das ocupações

Não foi somente ao movimento operário que eu dei cobertura, mas também ao movimento popular. Um caso emblemático foi a ocupação da fazenda Itupu em 1981. Eu ajudei, mas o caso era mais complicado porque ela ficava numa área de preservação ambiental. No entanto, consegui impedir que a polícia usasse de violência contra os manifestantes.

Também ajudamos numa ocupação na Zona Leste, para os lados de Ermelino Matarazzo. Até hoje existem duas ruas, uma com meu nome e outra com o nome do Benedito Cintra. Demos cobertura e fomos vitoriosos porque conseguimos fazer com que o governador Montoro decretasse a área como de utilidade pública. A favela foi regularizada e os moradores estão lá até hoje. Apoiamos muitas ocupações e manifestações ao longo de todo o mandato.

Em 1982, fui reeleito, mas a campanha foi um pouco mais difícil. A disputa interna no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi bastante grande. Havia candidatos com muita força financeira e dinheiro não é sinônimo de PCdoB. Garra é sinônimo de PCdoB. Fizemos uma campanha sem recursos e conseguimos 60 mil votos.

6º Congresso e Diretas

Em 1983, o PCdoB realizou o seu 6º Congresso. A plenária final foi na minha residência em Santo Amaro. Não acompanhei muito as discussões porque minha tarefa era cuidar da segurança. O pessoal conseguiu fazer o congresso mesmo na clandestinidade. Ali hospedamos os principais líderes partidários. Lembro-me de João Amazonas, Dynéas Aguiar, Haroldo Lima, Jô Moraes, Luciano Siqueira, Alanir Cardoso, Gilse Cosenza, Ana Martins, Sérgio Miranda e Aldo Arantes.

Mais tarde, em 1984, veio a batalha pelas diretas. Não tive grandes participações porque foi algo acertado entre as cúpulas partidárias, mas ajudei em tudo que estava ao meu

alcance. Em nome do partido, falei na grande manifestação do Rio de Janeiro, na Cinelândia. Foi difícil para um operário enfrentar um palanque com uma multidão daquela, mas só fui menos aplaudido do que Brizola e Tancredo Neves. Também falei em nome do PCdoB em Curitiba e Cuiabá.

Oposição paraguaia

Quando fui deputado, havia um movimento parlamentar em Brasília de apoio à oposição no Paraguai. Num determinado momento, entre 1981 e 1982, eles organizaram uma comissão para se reunir com a oposição em Assunção. Eles combinaram de se encontrar em Curitiba e de lá ir para a capital paraguaia. Como eu estava em São Paulo, achei melhor ir direto e encontrá-los lá.

Quando eles chegaram à capital paraguaia, a Polícia Federal já estava lá e botou todo mundo no avião e mandou de volta. Quando cheguei, fiquei sozinho. Soube o que tinha acontecido e achei melhor não entrar como parlamentar, mas como turista. Apresentei o RG, entrei e consegui me reunir com a oposição. Trocamos ideias e quando eu estava pronto para voltar, já com o cartão de embarque na mão, veio a imprensa. Dei uma declaração dizendo quem era, entrei no avião e fui embora.

Assembleia Internacional para a Democracia no Chile

Como deputado, participei da Assembleia Internacional para a Democracia no Chile. No Congresso Nacional, sempre havia alguma atividade acontecendo no exterior; algumas eram financiadas e outras não. As financiadas nunca sobravam para nós. Fui convidado e viajei ao Chile pagando do meu bolso. O chefe da comissão era o senador Severo Gomes do PMDB. Tive a oportunidade de usar a palavra umas duas ou três vezes no evento. Mas, o pior aconteceu quando o deputado João Cunha resolveu falar. Ele era um orador destemperado e fez um discurso dizendo que Pinochet teria que entrar no Congresso de quatro. Naquela noite ninguém dormiu porque teve uma ameaça de bomba no hotel onde estávamos e fomos obrigados a sair. E João Cunha simplesmente se refugiou na embaixada brasileira.

Nessa viagem, fui convidado para algumas agendas externas. Por exemplo, visitei presos políticos e fui convidado para um encontro com um grupo de oposição a Pinochet que, eu soube depois, era ligado ao PC Chileno. De tanto que eu saía para esses encontros, certa vez Severo Gomes chegou e disse: “Rapaz, mas por que diabo você é tão convidado para essas reuniões?”. Eu falei: “Não sei, talvez eles me achem bonito”.

Encontro com Sarney

Em 1985, após a sua legalização, o PCdoB passou a ter uma bancada na Câmara dos Deputados. Além de mim, havia Aldo Arantes, Haroldo Lima e Luís Guedes. E ocorreu algo inédito para o partido: nossos deputados foram recebidos pelo presidente da República,

José Sarney. Ele nos recebeu sem restrições e com muita simplicidade para uma troca de opiniões sobre a conjuntura econômica da época, o congelamento dos preços. Sarney estava em maus lençóis naquele momento e quis saber a opinião do PCdoB. Mas, foi um fato bastante simbólico para a história do partido.

Tentando retornar à vida operária

Em 1986, não consegui me reeleger. Então, quando deixei a Câmara, tentei voltar para a Caloi, onde tinha ficado licenciado enquanto ocupava a cadeira de deputado. Cheguei lá e disse que minha pretensão era reassumir meu cargo. Até brinquei com Guido Caloi: “Olha, deixei minha bancada em Brasília, mas quero a minha bancada daqui de volta”. A empresa me respondeu que não podia ter um ex-deputado trabalhando nos seus quadros e me chamou para um acordo. A proposta era que eu recebesse seis meses de salário sem ter de entrar na fábrica. Acabei aceitando porque eu não tinha reserva nenhuma e minha família tinha de comer.

Aproveitei esses seis meses para procurar emprego. Eu tinha muita amizade com Herculano, do setor de Recursos Humanos da Villares. Um dia passei por lá e estavam precisando de ferramenteiro. Liguei para Herculano e disse: “Naturalmente, eu não posso dizer que vou entrar na fábrica, pegar na lima e desempenhar o papel de um excelente ferramenteiro porque estou há oito anos ausente da profissão. Mas, eu tenho condições de me readaptar facilmente e eu gostaria de trabalhar com vocês aí”.

Ele me retornou dizendo: “Por mim, você estaria empregado, nem precisaria fazer teste. Mas, um nome como o seu não pode ser admitido sem passar pela diretoria. E sei que se eu submeter o seu nome à diretoria, não passa. Então, prefiro nem colocar”. E assim foi. Cheguei a procurar uma fabriquinha na Vila Santa Catarina e a resposta foi a mesma: “Não dá Aurélio, um deputado federal trabalhando numa fabriquinha dessas?”.

Eu não conseguia nada em lugar nenhum. Então, Almino Afonso me arrumou uma vaga na Eletropaulo, onde trabalhei mais sete anos até me aposentar.



BERNARDO JOFFILY

Bernardo Joffily é um carioca nascido em 20 de outubro de 1950. Iniciou sua vida política no movimento estudantil, sendo eleito vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) em 1968. Foi da Ação Popular (AP) e, depois, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Trabalhou na rádio Tirana, localizada na Albânia socialista, e de lá irradiava notícias para o Brasil em tempos de forte censura e cerceamento das liberdades. Foi um dos criadores da *Tribuna da Luta Operária*, jornal que marcou a imprensa alternativa por dirigir-se, em linguagem simples e contundente, às massas trabalhadoras. Nos anos 2000, concebeu o portal Vermelho, do qual foi editor até 2010. Atualmente, é tradutor e membro do Comitê Central do PCdoB.

Primeiros passos como militante

Na adolescência, entre 1962 e 1965, morei em Brasília e ali vi as primeiras passeatas e o golpe de 1964. Meu pai era um funcionário do Ministério da Fazenda, sem formação acadêmica, e minha mãe professora na Universidade de Brasília (UnB). Logo depois do golpe, houve um pedido de demissão coletiva dos professores, em protesto contra a repressão na universidade, e minha mãe dentre eles. Então, voltamos para o Rio de Janeiro, onde dei os primeiros passos na militância de verdade. Estudei num colégio estadual que teve certa importância na minha formação e para a minha geração: o André Maurois. Ali criamos uma turminha e concorremos ao grêmio. Perdemos.

Eu participava da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Ames) e, em junho de 1967, fui convidado para entrar na Ação Popular. No dia 7 de setembro fui preso numa turma de três, na qual estava o paranaense Luiz Manfredini. Passamos uma noite no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) por distribuir panfletos contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) na saída de um jogo de futebol no Maracanã. Logo em seguida, em outubro ou novembro de 1967, aconteceu o Congresso da Ames e acabei entrando para a sua diretoria como vice-presidente.

Na Semana Santa de 1968, num congresso clandestino num desses aparelhos da santa madre igreja católica em Belo Horizonte, fui eleito para a diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) no cargo de vice-presidente. Naquele tempo, existia o presidente, que na minha gestão era o pernambucano Marcos Melo, e o restante era vice-presidente. No movimento secundarista a AP tinha uma maioria mais confortável, no movimento universitário é que se criou certa paridade de forças entre ela e as dissidências estudantis do PCB.

Polarização no movimento universitário

Havia uma polarização entre, de um lado, AP e PCdoB – e o partido era ainda uma força pequena, embora ascendente no movimento estudantil – e, de outro, todas as dissidências do PCB, o próprio PCB e a Polop. No conjunto dessas forças havia o que se chamava de linha Vladimir – referência a Vladimir Palmeira –, que tinha José Dirceu como um de seus principais expoentes. A AP era mais radical. Para ela e o PCdoB, não deveria haver diálogo com a ditadura, quando se formou uma comissão com representantes de diversos setores sociais para conversar com o governo após a Passeata dos Cem Mil.

Para a Ames, elegeu-se uma chapa pura da AP, e na Ubes uma não totalmente pura. Entraram um companheiro de Goiás, que era um desconhecido, e Alanir Cardoso, independente, e também uma moça da Bahia, que não era da AP – a única mulher da diretoria. Mas ela não participou da gestão. E no congresso – acredito eu –, o único militante do PCdoB era o presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes), Guilherme Ribas. Ele teve um papel muito ativo e, dentre aquela meia dúzia de dirigentes, polarizou o congresso. Falou bastante, mas não tinha uma atitude de hostilização à diretoria e nem situacionista; era de uma força independente. Participaram do congresso – puxando pela memória, com generosidade – cerca de 70 pessoas, porque era um congresso clandestino. Então começamos nossa gestão na Ubes.

Discutia-se bastante sobre a relação entre as lutas específicas e as lutas políticas contra a ditadura, pois havia visões diferenciadas a respeito. Naquele tempo apenas o PCB era a favor da via pacífica, e todas as outras forças que participavam do movimento estudantil, excetuando aquelas da direita, eram pela luta armada.

Havia no centro do Rio de Janeiro um grande restaurante estudantil, subsidiado pelo governo, onde faziam a refeição de 10 a 15 mil pessoas. O nome dele era Calabouço e se constituía num dos principais centros do movimento secundarista. Ele era praticamente administrado pelos próprios usuários que tinham uma entidade muito forte chamada Fren-

te Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec). Ela era liderada por Elinor Brito, estudante de origem humilde que pertencia ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

A morte de Edson Luís

O restaurante estava ameaçado de extinção devido ao projeto de um viaduto. Então, dia sim, dia não, tinha manifestação contra o seu fechamento. Eu não participei da passeata em que Edson Luís foi baleado. Quando cheguei à casa da minha tia, onde morava, me telefonaram e disseram que tinham matado um estudante no Calabouço, e como já era tarde da noite, fui dormir.

No dia seguinte, eu fui ao centro da cidade, peguei um ônibus e o trânsito estava completamente engarrafado, não andava. Quando estava no aterro do Flamengo, desci e segui a pé. No caminho me deparei com a enorme manifestação na Cinelândia, protestando contra a morte de Edson Luís. Devia ter umas 20 mil pessoas, e parte delas tinha passado a noite inteira velando o corpo e fazendo discursos.

Logo vi Wilson, presidente da Ames – um negão forte, mais velho do que eu. Ele estava completamente afônico: “Ô Bernardo, que bom que você chegou! Ninguém mais tem voz”. E, então, me puseram para falar nas escadarias. Modéstia à parte, os secundaristas tiveram um peso importante naquele momento: paravam colégios inteiros.

O governador era Negrão de Lima, não era muito alinhado com a ditadura, e foi negociado com ele que não haveria repressão durante o cortejo fúnebre. Edson seria enterrado no cemitério São João Batista, que fica na praia do Botafogo, a uns sete quilômetros da Cinelândia. Havia muito papel picado e quando chegou ao fim da tarde, uma multidão tomou a praia do Flamengo em direção a Botafogo. Estava anoitecendo e alguém tinha conseguido milhares de velas, que foram acesas. Uma cena realmente de arrepiar! Quando terminou a cerimônia, com Edson Luís já sepultado, umas cinco mil pessoas ainda gritavam “Sangue! Sangue!”. E na missa de sétimo dia, os cavalarianos da Polícia Militar agrediram os manifestantes nas escadarias da igreja da Candelária.

Sexta-Feira Sangrenta

Um diretor da Ubes – naquele tempo, como hoje em dia – roda o Brasil inteiro. Então, fui para Goiás, Brasília, Rio Grande do Sul etc. Quando houve a chamada Sexta-Feira Sangrenta, em junho de 1968, eu estava no Rio de Janeiro. Começou com uma manifestação estudantil por mais verbas para a educação, e quando ela passava na frente da embaixada norte-americana, o pessoal apedrejou o prédio. Testemunhas disseram que havia atiradores em torno da embaixada, que começaram a disparar nos manifestantes. Ocorreu uma repressão muito pesada. Segundo relatos da época, citando os hospitais do Rio de Janeiro, morreram 23 pessoas, inclusive um policial militar, acertado por uma máquina de escrever atirada de cima de um dos prédios. A famosa Passeata dos Cem Mil, da qual participei, foi um protesto contra a Sexta-Feira Sangrenta. Fiquei sabendo que meu pai participou e ele não era de ir a passeatas.

Crescimento da Ubes

A Ubes vivia um importante período de ascensão, que vai até o Ato Institucional número 5 (AI-5). Podemos dizer que o movimento estudantil, os intelectuais, os artistas acordaram antes que o restante do povo. O movimento era ainda descolado de amplas camadas populares. Aquilo foi uma coisa muito bonita, fizemos o que pudemos. Dois dias depois do AI-5, realizamos um conselho da Ubes na Bahia que teve presença três vezes maior do que no congresso realizado no ano anterior, com representação de quase todos os estados.

Nesse conselho foram indicados dois assessores porque aquela instância não tinha autoridade para eleger diretores; contudo, na prática, os assessores viraram diretores da entidade. Os dois eram do PCdoB: Luís Artur Turíbio, mais conhecido como Turiba, da Guanabara, e João, do Ceará – que foi brutalmente torturado, mas teve um comportamento impecável.

PCdoB em ascensão

Nessa época, o PCdoB vinha crescendo. Este é um testemunho que posso dar por ter sido membro da comissão nacional estudantil da AP, da qual Rogério Lustosa era o dirigente principal. Depois que ele foi para o movimento operário, Jean Marc, Honestino Guimarães, Euler Ivo e eu assumimos a condução do movimento estudantil. E eu tinha a seguinte sensação: estávamos acuados pela ofensiva dos nossos aliados do PCdoB. Pedacos inteiros da AP começavam a migrar para este partido. Lembro de Walkíria Afonso da Costa e seu namorado, Idalízio, que lutaram e morreram no Araguaia. Helenira Resende foi antes – na primeira vez que fui a São Paulo, no começo de 1968, ela já era do PCdoB. Este foi um fenômeno anterior. Ela foi uma das pioneiras desse movimento.

A Ação Popular, naquela época, era muito sectária e não deixava o pessoal entrar. Walquíria e Idalízio eram quadros do movimento estudantil de Minas Gerais. Naquele tempo, eu estava em Minas e diria que cerca de 80 pessoas entraram em bloco para o PCdoB por causa do trabalho de um militante – do qual não descobri até hoje o nome –, que começou a distribuir o jornal *A Classe Operária* para esse pessoal e os convenceu de que o PCdoB “é que era o tal”. Havia essa relação entre AP e PCdoB no movimento estudantil, de aliança política e, ao mesmo tempo, estávamos numa certa aflição por ver nossa turma indo para o PCdoB. Talvez o partido, mais calejado na luta clandestina, com a experiência do Estado Novo, tenha resguardado melhor seu trabalho estudantil.

Prisões-relâmpago

Minha primeira prisão aconteceu em setembro de 1967 por causa de uma panfletagem, depois de um jogo no estádio do Maracanã, denunciando uma reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) que ocorreria naqueles dias no Rio. Eu tinha 16 anos de idade e os outros dois também, quando nos prenderam e levaram para o Dops. Fomos interrogados e contamos uma historinha de “João sem braço”. Passei uma noite ali. Na

tarde do segundo dia, meu pai foi até lá, conversou com os policiais e fomos soltos. Não teve inquérito nenhum.

Minha segunda prisão foi nas barcas de Niterói, em janeiro de 1968. Fazíamos uma panfletagem contra a guerra do Vietnã. Essa durou menos tempo ainda, cerca de três horas. Havia uma dependência policial dentro da estação das barcas e ficamos lá.

E tive uma prisão um pouco mais comprida em outubro de 1968, em Pernambuco. José Eudes – que viria a ser deputado do PT e na época era líder secundarista – e eu fomos presos num comício-relâmpago, realizado numa praça do Recife, em solidariedade à greve dos cortadores de cana da cidade do Cabo. Foi a primeira grande greve de assalariados agrícolas na época da ditadura. Fui pego e levei uns tapas na hora de ser preso. Um menino que estava na praça jogou uma cadeira de engraxate nos policiais para ver se eles me soltavam, mas não foi bem sucedido. Depois, eles nos levaram para um mercado e Eudes, que era recifense, conseguiu se mandar pela janela. Bobeei e fiquei dez dias preso num Juizado de Menores. Isso aconteceu antes do AI-5 e de eu completar 18 anos de idade – o que me colocou numa situação completamente diferente da dos companheiros presos posteriormente, que enfrentaram aquela barra que todos conhecem.

Conselhos da Ubes

Como eu era o diretor da Ubes que estava em Salvador, tive de preparar a infraestrutura de um conselho nacional de uma entidade clandestina. Lembro que batia nas portas, mas ninguém se arriscava a hospedar o nosso conselho. O problema é que já havia uns 300 secundaristas do Brasil inteiro em Salvador, e só sei que alguém deu o caminho das pedras e nós fizemos um conselho-relâmpago. Reunimos esses secundaristas de surpresa no auditório de uma faculdade no centro da cidade. Os fundos da faculdade davam para a Cidade Alta e tinha uma enorme escadaria, que levava a um outro bairro completamente diferente. Fizemos o conselho da Ubes em 5 minutos, depois descemos a escadaria e nos dispersamos nuns dez grupos. O meu grupo se reuniu numa casa de praia em Itapuã. Ficamos lá alguns dias em discussões políticas. Mas, o conselho não pôde se realizar efetivamente.

No início de 1970 fizemos um conselho extraordinário da Ubes em condições extremamente precárias, com representação muito menor do que o da Bahia, e mesmo do que o de Belo Horizonte. Reunimos o que tinha sobrado do movimento secundarista e elegemos uma diretoria provisória, cujo presidente era um companheiro de Belém do Pará, Marcos Brasil, que em seguida foi preso e teve um comportamento muito ruim. E a partir daí a Ubes deixou de ter vida organizada real. Logo aconteceu o mesmo com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com a prisão e assassinato de Honestino Guimarães.

Recordo-me que, depois do assassinato de Honestino, portanto em agosto de 1973, houve a decisão de que as entidades nacionais estudantis deviam permanecer vivas enquanto bandeira de luta, aspiração, patrimônio dos estudantes, ou seja, não houve a extinção das entidades, mas não havia mais condições de elas funcionarem naquele período do governo Médici.

Jornal *Libertação*

Depois da Ubes, ainda fiquei talvez um ano na comissão estudantil da AP. Por volta de 1971, saí e fui trabalhar numa comissão adjunta à direção nacional da AP que produzia o jornal *Libertação*, uma publicação clandestina.

O *Libertação* era um jornal mensal da AP. As capas eram bonitas, porque Elifas Andreato ajudava na sua concepção. Além de escrever, eu mexia com essa parte de diagramação e passava para Divo Guizoni as matrizes para a impressão. A outra caloura na redação foi Jô Moraes, hoje deputada federal por Minas Gerais. Além de nós, havia o veterano que nos ensinou o jornalismo: Carlos Azevedo. Ele tinha trabalhado na revista *Realidade*, tinha uma experiência de redação de verdade. No início, quem nos acompanhava pela direção da AP era Duarte Pacheco Pereira, outro jornalista de mão cheia. Depois passou a ser Haroldo Lima.

Quando houve a incorporação da AP ao PCdoB, ficou acertado que nós continuaríamos fazendo o jornal e manteríamos a sua rede de distribuição. Isso até eu deixar a equipe do jornal para ir trabalhar na rádio Tirana.

Livro Negro da Ditadura

Nesse período editamos o *Livro Negro da Ditadura*, um repositório de denúncias firmes e bem documentadas das arbitrariedades do regime, apresentando todo o trabalho sujo que a repressão ditatorial estava fazendo: prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Ele era amplo, sem discriminar as diversas siglas partidárias, e foi feito a muitas mãos. Teve a direção de Duarte Pereira, e depois de Haroldo Lima; e Jô Moraes, Azevedo e eu escrevemos alguns capítulos. Fiquei encarregado dos originais do livro e de datilografá-lo. A parte de impressão ficou com Divo Guizoni que, juntamente com Raquel Guizoni, era responsável pela gráfica. A capa foi feita por Elifas Andreato, na qual havia uma caveira com um quepe de general. O livro foi datilografado com a ajuda de estudantes da Politécnica da USP e concluído na cidade de Campinas, quando eu morava no bairro São Bernardo, em 1972.

Quando já estava tudo fechado, aconteceu o assassinato de Carlos Danielli. Ele, Luiz Guilhardini, Lincoln Oest, todos dirigentes do PCdoB, morreram numa pancada só entre o final de 1972 e o início de 1973. Por isso, foi feito um rearranjo final no livro para dar conta dessa denúncia.

A primeira notícia da Guerrilha do Araguaia

Eu ainda estava trabalhando no jornal *Libertação* quando, num ponto com Duarte Pereira perto da Ponte do Piqueri, na Lapa, em São Paulo, ele me disse: “Tenho uma notícia para você. Parece que começou a luta armada no Brasil”. E me deu a primeira informação sobre a Guerrilha do Araguaia, pedindo-me para datilografar e ilustrar o primeiro documento que vi sobre o movimento: uma reportagem feita com os guerrilheiros na selva amazônica. Pelo que parece, na verdade, tinha sido escrita por Danielli. Datilografei, fiz a

ilustração e rodamos uma tiragemzinha porque a gráfica do PCdoB estava com problemas de segurança e não podia fazer esse trabalho. O material foi impresso na gráfica da AP.

Clandestino em Campinas

Naquele momento, eu me chamava José Ricardo Magalhães, e tinha nascido na Bahia – tudo falso, inventado. E me mudei para Campinas em 1971. Como José Ricardo, me casei com Olívia Rangel e tive uma filha. E montamos um cursinho na paróquia do bairro Fura Zóio, favela localizada no Jardim Flamboyant. Eu dava aulas de história num cursinho pré-vestibular, e trabalhei também em gráfica com carteira assinada. Isso dava certa proteção.

A AP não era uma organização pequena, mas entre 1967 e 1968, ela “fechou as portas”. Entrar para a AP se tornava uma coisa difícilíssima, era preciso concordar em se integrar à produção. Quem não tinha tido a sorte de ter entrado antes e já estava na estrutura, como eu que integrava a comissão nacional estudantil, ficava como simpatizante.

Em Campinas havia Augusto Petta e Áurea Lemos e, em torno deles, uma quantidade grande de simpatizantes – alguns que sabiam que eu era Bernardo, conheciam minha identidade. Eles me ajudaram muito, mas acredito que não havia uma estrutura de militância da AP funcionando na cidade. Fiquei ali até a prisão de Honestino. Ele sabia que estávamos em Campinas, pois era meu amigo e tinha estado na minha casa, mas havia aquela orientação: “O cara foi preso, sabe onde você mora, então, se manda”. Foi quando minha mulher, Olívia, levou minha filha Mariana, de apenas dois meses de idade, para visitar parentes na Bahia. Depois, fomos para São Paulo e alugamos uma casa na Freguesia do Ó.

Incorporação da AP ao PCdoB

Honestino esteve em Campinas justamente para discutir a incorporação da AP ao PCdoB. Ele e outros ainda resistiam à ideia. Dorival era o nome frio do companheiro Jair Ferreira de Sá, que liderou essa resistência. Acredito que representava menos de 10% dos efetivos da AP, mas, também, nesses casos é preciso dar um desconto. Os debates eram muito intensos, muito apaixonados, e feitos em circunstâncias ingratas. Eu tenho a impressão de que eles estavam tentando acertar e entraram por um caminho que não foi o caminho que nós escolhemos, mas eu não atiraria pedras neles não.

Naquela época, fizemos um trabalho junto com dona Ada Oliveira, mãe do jornalista Pedro de Oliveira. Nesse bairro do Jardim Flamboyant chegamos a montar uma célula do PCdoB com moradores locais: operários que eram alunos do curso de Madureza que tínhamos montado. E saímos meio abruptamente, mas, de qualquer forma, dona Ada continuou a trabalhar por ali e rendeu frutos.

Recebi de Haroldo Lima a notícia de que meu pedido de ingresso no PCdoB tinha sido aceito no dia 1º de maio de 1973. Houve a incorporação, e não fusão, da AP ao PCdoB, por isso as pessoas pediam ingresso individualmente, seguindo as regras dos Estatutos.

Deslocamento para a Albânia

Nesse mesmo ano (1973), por volta do mês de julho, surgiu um pedido para que eu escrevesse uma biografia de Stálin. Tarefa é tarefa, e, com dificuldade, fui atrás das fontes, escrevi o texto e mandei para o pessoal. Creio que essa biografia foi pedida só para avaliar se dava para eu ir para a Albânia trabalhar na rádio Tirana. O pessoal da AP me conhecia, mas a direção do PCdoB não. Por isso, deve ter feito esse teste, mas nunca tirei isso a limpo.

O fato é que em meados de 1973, José Antônio – codinome de Haroldo Lima – chegou com uma história de que estavam pensando em meu deslocamento e de Olívia. Naquela época, a noção que tínhamos de deslocamento era para o meio rural, porque a linha do partido era a da guerra popular. E ele explicou que não seria para o campo e perguntou se Olívia falava alguma língua estrangeira. Achei aquilo muito esquisito, e pensei: “Para ir para o Maranhão ou Pará precisa de língua estrangeira?”. Ela tinha morado um ano na França e tinha um francês fluente, muito melhor do que o meu. E, então, uns dois “pontos” depois, ele soltou que a ideia era de que fôssemos trabalhar na rádio Tirana.

E nós ficamos esperando porque os processos clandestinos são sempre muito lentos. Na maior parte do tempo ficávamos esperando as coisas acontecerem. Até que em fevereiro de 1974 pegamos um ônibus até Porto Alegre e, de lá, fomos para Buenos Aires. Nesta última cidade, fiquei conhecendo Diógenes Arruda.

Mariana, a nossa filha, tinha sete meses. Na sua cadeirinha de bebê, colocamos um material com denúncias das torturas praticadas no Brasil e que iria ser usado no Tribunal Bertrand Russell que julgaria a ditadura militar brasileira, iniciativa do senador italiano Lélío Basso.

Tinha havido o golpe no Chile, em setembro de 1973, e na Argentina havia uma porção de exilados brasileiros, e Arruda era um deles. Ali esperamos uma semana. Foi quando conheci Dynéas Aguiar. Seguimos para Paris, onde encontramos alguns companheiros. Lembro de um em especial que tinha sido da AP, Zé Carioca, cujo nome não me recordo. Ele nos ciceroneou e nos hospedou mais umas duas semanas, e fomos até a embaixada da Albânia. Eu usava uma barbicha e me orientaram a cortá-la para entrar no país. Tudo bem! Cortei a barba e cortei o cabelo curtinho, e no fim de março pegamos um voo até Belgrado e depois até Tirana. Lembro que a Olívia ficou muito emocionada ao ver o soldadinho com aquele quepe com estrelinha vermelha. Ela sempre associava soldado com coisa ruim e lá o soldado estava do nosso lado.

Vivendo na Albânia

Ficamos cinco anos trabalhando na rádio Tirana, na transmissão em língua portuguesa para o Brasil. Lembro-me de que antes de partir conversei com Aldo Arantes, que já tinha estado na Albânia. Ele me disse: “Olha, é um país pequeno e pobre”. Mas, ouvíamos a rádio Tirana e tínhamos noção de como era o país. Fui à biblioteca municipal e li tudo o que havia a respeito.

Havia o seguinte esquema na rádio Tirana: eram sempre dois casais de brasileiros; um casal veterano e outro mais novo. Os nomes frios dos que nos antecederam eram Mário e Lurdes, que tinham sido da AP, mas entraram bem antes para o PCdoB. Parece que tiveram um envolvimento na prisão de Arruda. Ele era um jornalista com experiência, e aprendi bastante com ele.

No nosso trabalho lá, havia uma transmissão de uma hora de duração, que ia ao ar às 20 horas e às 22 horas. E, pelo que me lembro, repetia às 8h da manhã. Elas jogaram um papel importante naquela época. O jornal *A Classe Operária* circulava com enorme dificuldade no Brasil, por isso as pessoas gravavam as notícias e os documentos que eram transmitidos pela rádio, depois datilografavam e faziam uma impressão local. Assim, as informações e diretivas do partido chegavam aos militantes e amigos.

Além da locução, era feito o trabalho de tradução do material do albanês ou do espanhol e de escrever as matérias sobre o Brasil. Para isso, à noite, uma pessoa ficava ouvindo o rádio em ondas curtas para pegar informações sobre o que acontecia em nosso país sob a ditadura. Era uma rotina bastante densa.

Autonomia na rádio Tirana

Há dois capítulos sobre a questão da autonomia dos brasileiros na rádio Tirana: uma coisa eram os artigos de *A Classe Operária*, e outra, o que nós escrevíamos. Os artigos da *Classe* normalmente passavam batido. Os albaneses não opinavam, pois era o órgão oficial do partido. Lembro de uma exceção, quando apoiamos o general Euler Bentes Monteiro que concorreu contra o general Figueiredo no Colégio Eleitoral em 1978. O militar era crítico à ditadura e ingressou no MDB, mas os albaneses não engoliram esse negócio.

Lembro-me de ter tido enormes discussões com o diretor da seção para línguas estrangeiras – porque a rádio Tirana transmitia em 16 idiomas. Ele tinha sido guerrilheiro e era de uma geração bem mais antiga do que a minha. Deu trabalho convencê-lo a deixar a informação ir ao ar, foram horas de debate e discussão. Notei que ele não estava concordando muito, mas simpatizava com meu esforço de defender a nossa posição. E nós acabamos sendo autorizados a transmitir artigo pela rádio Tirana.

Vamos para o segundo capítulo, sobre o que nós mesmos escrevíamos. Jimmy Carter esteve no Brasil, e carregava aquela bandeira dos direitos humanos. Na época, os americanos viviam numa relação de “tapas e beijos” com o governo Geisel. Os albaneses desconfiavam disso. Eles questionavam: “Defesa dos direitos humanos pelos americanos? Vocês vão acreditar nesse negócio?”. Contudo, já tínhamos uma tendência a tratar com mais esperteza essa contradição. É claro, não íamos acreditar no imperialismo americano. Cabe destacar que Jimmy Carter não foi um presidente normal dos Estados Unidos. Pergunta para os cubanos o que eles acham do governo Jimmy Carter. Esse tipo de coisa acontecia. Mas em geral eles tinham um grande respeito pelos brasileiros, que tinha a ver com a relação com o PCdoB.

A Guerrilha do Araguaia nas ondas da Tirana

Trabalhei cinco anos na rádio, de março de 1974 até abril ou maio de 1979. Nós recebemos e transmitimos, por exemplo, o Comunicado nº 8, que informava sobre a terceira campanha de cerco e aniquilamento à Guerrilha do Araguaia. Aquele era um momento crítico: não tínhamos nenhum esquema de comunicação com a Guerrilha, mas um esquema mequetrefe, no qual a correspondência com as notícias e materiais chegava pelo correio. Uma boa parte das cartas que recebíamos do partido chegava de Roma, provavelmente de uma família de simpatizantes. Nós cansamos de receber *A Classe Operária* e outras coisas por esse sistema. Depois da Queda da Lapa teve mudanças porque a direção estava no exílio.

Chegamos em 1974, quando já tinha acontecido o fatídico Natal de 1973, quando Graibois foi morto. Se ele não representou o fim da Guerrilha, foi uma vitória militar decisiva da ditadura sobre os guerrilheiros. Acontece que, por esse sistema de comunicação ser muito lento, demorou a cair a nossa ficha. E também por medidas de prudência, como todo exército faz, não seríamos nós a dar a guerra por perdida, pelo menos até que chegassem informações mais precisas.

Por este mesmo endereço na Itália minha mãe escrevia carta para nós. Ela não sabia que estávamos na Albânia. Um dia minha irmã viajou para a Europa e resolveu nos visitar... Na Itália. Foi até o tal endereço e bateu à porta. A família a atendeu e não falou nada sobre a nossa localização. Ela estava com um disco dos Saltimbancos para minha filha. E os italianos falaram: “Quer saber de uma coisa? Tudo bem! Não conhecemos Bernardo e Olívia, mas deixa o disco conosco que nós daremos um jeito”. Minha irmã concordou e duas semanas depois ele chegou à Albânia.

Chacina da Lapa

Tomamos conhecimento da Queda da Lapa em dezembro de 1976 através da BBC de Londres. Contudo, a transmissão falava que era do Partido Comunista Brasileiro e então nós ficamos nessa dúvida, que duraria um dia. Em Portugal, a denúncia da Chacina da Lapa e a solidariedade aos prisioneiros foram muito grandes e nós irradiávamos tudo isso.

Cobrimos o 7º Congresso do Partido do Trabalho da Albânia e as polêmicas com os chineses. Traduzimos e transmitimos todas essas informações. Fiquei conhecendo João Amazonas quando ele participou do congresso do PTA, pois ele ia nos visitar em casa. Discutíamos sobre o trabalho na rádio e a situação brasileira. Quero registrar aqui que Arruda passou uns seis dias, logo no início – o trabalho da rádio ainda estava com Mário e Lurdes –, dando-nos uma aula sobre a história do PCdoB. Foram umas seis noites – uma memória que não encontrei outra igual. Arruda, de três em três meses, dava uma chegada lá para discutir com os albaneses e aproveitava para conversar conosco.

João Amazonas esteve lá depois da Queda da Lapa. Uma vez ele espichou a estadia até a Albânia e aproveitamos para fazer um curso com companheiros que estavam espalhados pela Europa – em Portugal, França e Bélgica. As aulas eram ministradas por Amazonas e Arruda. A maior parte dos alunos ainda não conhecia pessoalmente Amazonas. Então, Ar-

ruda disse: “Trouxemos para conversar com vocês um grande dirigente, que tem tradição no movimento comunista”, e falou uns três minutos levantando a bola do camarada, mas sem dizer o nome. Deu uma pista: seu nome era o de um grande rio da América Latina. Então, Amazonas gritou: “São Francisco!”. E ficou claro que ele era João Amazonas.

A 7ª Conferência realizou-se em 1979, e foi feita em duas etapas. A primeira, pelo que parece, ocorreu no final de 1978. Eu estive no segundo “capítulo” da conferência. Participaram ao todo por volta de duas dúzias de pessoas. Naquele tempo não se perguntava pelos nomes. Na questão do Araguaia, não me lembro de ter havido um inconformismo ou alguém dizendo que era foquismo, uma aventura, e teria sido melhor não ter ocorrido. Parece que isso ocorreu na reunião da Lapa, mas na parte da conferência que eu assisti isso não apareceu.

Criação da *Tribuna da Luta Operária*

Quando aconteceu a Queda da Lapa, escrevi uma carta para a direção do PCdoB dizendo que queríamos voltar para o Brasil, mas só regressamos em 1979, usando passaportes portugueses. Depois ficamos sabendo que o casal do passaporte não era um casal, haviam se casado somente para tirar o passaporte para nós, um gesto de desprendimento. Passamos pela França, onde ficamos duas semanas. Por não podermos passar pelo Brasil, tivemos de voltar por um caminho complicado.

De Paris pegamos um avião que fez um pinga-pinga, parando em Porto Rico, Bogotá, Lima e Assunção. E minha sogra, minha mãe e um irmão de Olívia nos receberam em Assunção. De lá pegamos um ônibus até o estado de São Paulo. Mas a Anistia ainda não havia sido aprovada.

Quando fizemos escala em Paris, tivemos uma reunião com Arruda e Amazonas, que tinha a ideia, já bem amarradinha, de fazer um jornal de massas com base em experiências anteriores do partido. Ele seria dirigido pelo PCdoB, mas não se declararia abertamente como sendo do partido e teria como foco a classe operária. Pela proposta inicial, ele se chamaria *Causa Operária*, mas já havia um jornal trotskista com esse nome.

Amazonas propôs que a sede da *Tribuna* fosse na cidade do Rio de Janeiro. Eu disse: “Ideia magnífica, apoio em tudo. Mas eu acho que tem de ser em São Paulo”, e argumentei que as principais greves e a ascensão da classe operária estavam ocorrendo lá. “O Rio de Janeiro foi importante antigamente, hoje em dia o centro é São Paulo”, disse. E ele concordou.

Depois de passarmos alguns dias em Campinas, alugamos um apartamento na Lapa e fui para o Rio de Janeiro. Rogério Lustosa tinha saído da prisão e estava com vida legal. Conversamos também com Dynéas, que ficava indo e voltando – era um dos companheiros que conseguia entrar no Brasil mais facilmente. Conversamos com Azevedo, que trabalhava no *Bondinho*, uma revista do grupo Pão de Açúcar. Ele participou da elaboração dos primeiros números do jornal, e deu grandes ideias, grandes ajudas para configurar a concepção do jornal. Pedro de Oliveira, que também era jornalista, participou desse esforço. Quem desenhou o logotipo do jornal foi Elifas Andreato. E nós lançamos o número um em novembro de 1979. O zero havia saído em outubro para fazer finanças e para agitar as coisas.

Jornal perseguido

O jornal foi perseguido e sofreu apreensões. Quando ocorreu aquele episódio do Rio-centro, nossa manchete foi: “Figueiredo engole a bomba”. Acertamos na mosca e foi apreensão na mosca também. Teve outra apreensão por causa de uma greve geral e talvez tenha tido mais uma ou duas. Em 1984, um incêndio criminoso destruiu os arquivos da *Tribuna da Luta Operária*, e reconstruímos a redação com apoio de voluntários, em uma campanha para arrecadar fundos. Foi muito bonito, mas o arquivo se perdeu.

O jornal era legal, registrado, e tinha até uma presença nas bancas, embora não tenha sido regular. Eles faziam apreensão dos exemplares que encontravam nas sedes e bancas – contudo, em geral, a maior parte já estava circulando nas mãos dos militantes. Não fechavam o jornal, apenas nos levavam e davam um chá de cadeira na Polícia Federal e tiravam nossas impressões digitais. Era certa guerra de nervos e, então, chamávamos nosso advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh. Mas, em suma, nunca mais dormi na cadeia.

Teve um momento em que as sucursais da *Tribuna da Luta Operária* eram as sedes do Partido Comunista do Brasil, que não podia aparecer por ainda ser ilegal. Era um jornal ligado ao povo e às suas lutas. Quem olha a *Tribuna* vê a cobertura dessas lutas com uma proximidade de olhar que não se encontra nos jornais da época. Ela dava um retrato vivo e multifacetado da luta do povo brasileiro num dos seus momentos mais importantes: o ocaso da ditadura militar.

Autocrítica

Há outra coisa que não poderia deixar de dizer com certo tom autocrítico: era um jornal sectário. Basta ver a forma como eram tratados o Partido dos Trabalhadores, Lula e Brizola. Aquilo estava errado. Embora – fazendo uma síntese hoje – possamos dizer que, na política geral, o PCdoB agiu com muito acerto. Criticamos, mas votamos favoravelmente à Constituição de 1988. O PT foi contra. Nós participamos da campanha das eleições diretas e, depois, da campanha de Tancredo Neves e na sua vitória no Colégio Eleitoral contra Paulo Maluf.

Acredito até que, do ponto de vista imediato, o PT pode ter se beneficiado eleitoralmente ao ter boicotado o Colégio Eleitoral, mas do ponto de vista de uma visão histórica maior, não. Muitos petistas hoje talvez pensem assim. Então, no que diz respeito à política, a linha do jornal me orgulha. Agora, do ponto de vista de tratamento das diferenças, principalmente das diferenças no campo da esquerda, era um jornal sectário. Melhoraria muito se tivesse tido mais jogo de cintura e mais espírito de persuasão.

Rogério Lustosa era secretário de Agitação e Propaganda do Comitê Central e diretor do jornal *Tribuna*. Uma figura excepcional. Participava da equipe, escrevia à máquina como todos nós. Era um polemista fora do comum e, ao mesmo tempo, um espírito democrático. Fiquei na *Tribuna* de 1979 até 1987 e não me lembro de nenhuma vez em que Rogério tenha baixado o “centralismo-democrático”, como se diz na gíria comunista, e de ter imposto na marra a sua opinião à maioria. No final das contas, tudo ia para votação.

Ele ganhava ou perdia, tranquilamente. Ele dirigia o jornal pela persuasão, pela argumentação, às vezes ferina, cáustica, que era o jeito dele.

Experiência em São Bernardo do Campo

Saí da *Tribuna* em fevereiro de 1987. Estava querendo fazer uma experiência em São Bernardo do Campo. Na época, era um lugar muito importante devido à existência de uma classe operária combativa. Também existia certa fadiga porque eu já estava na imprensa do partido e fora da estrutura do partido havia muitos anos, sempre em organismo especial. Queria atuar dentro da estrutura ordinária do PCdoB e não num organismo especial. João Amazonas concordou com a ideia.

Mudei para lá em 1987 e no ano seguinte já fui candidato a prefeito de São Bernardo do Campo pelo PCdoB. Tive apenas 700 votos. E ali fiquei até 1994. Hoje tiro a conclusão de que, talvez, eu não tenha sido o melhor quadro para levantar o PCdoB de São Bernardo.

Bastião albanês

A decisão de escrever o livro *Bastião albanês* surgiu em São Paulo, depois de uma reunião do partido numa pizzaria. Era 1989, período pós-muro de Berlim, mas antes da queda da Albânia. Lembro de que estava Teresa Costa Rego, viúva de Diógenes Arruda. Ela fez observações críticas à Albânia e eu disse: “Teresa, eu vou te mostrar que você está errada. Vou até lá e escreverei um livro”. Estava convencido de que o caminho das reformas de Ramiz Alia era correto. O livro está escrito, vocês podem ler e julgar o conteúdo. Não o renego, era o que eu pensava naquele tempo. Vamos dizer que apostei no cavalo errado.

Lembro de que enquanto estava recolhendo material, encontrei um velhinho, que foi dirigente do Partido Comunista Neozelandês e trabalhava na rádio Tirana. Ele tinha o pleno domínio da língua, mas com um sotaque carregado. Convidou-me para tomar um chá na casa dele, quando fez uma avaliação muito dura e muito crítica da situação da Albânia. Mas, acredito que ele tenha ficado com pena de me desiludir completamente, de falar “bicho, não escreve esse livro, você está entrando numa fria”.

Quando estava terminando o livro aconteceu aquele episódio da embaixada: aquela leva de desesperados querendo ir para a Itália. Lembro de ter perguntado para Rogério e Amazonas se era o caso de publicar o livro. Acho que eles não quiseram assumir o peso da responsabilidade de dizer “publica” ou “não publica”, e então disseram “faça o que você achar melhor”. E resolvi publicá-lo.

Depois daquilo tudo ainda houve uma eleição pluripartidária em que o ex-Partido do Trabalho da Albânia, convertido em Partido Socialista da Albânia, ganhou de lavada – o que mostra que a opinião do povo sobre a experiência socialista ainda não era tão negativa. Depois de 20 anos, em 2008, voltei lá e tudo já está muito diferente.

Acredito que a experiência socialista albanesa, vista no seu conjunto, é heroica. Ela faz parte da nossa caminhada pela emancipação da humanidade, mas houve erros cruciais. Um deles estava na compreensão da questão internacional, como a tese do social-imperia-

lismo soviético, da completa restauração do capitalismo na União Soviética. Por isso, nem embaixada na União Soviética a Albânia tinha. O conceito de social-imperialismo soviético, a meu ver, não se sustenta. A mesma coisa se deu em relação ao rompimento com a China. São aspectos que considero errados.

Na linha geral de construção do socialismo na Albânia havia um conceito que era o de se apoiar nas próprias forças – que, para mim, teórica e historicamente se mostrou errôneo. O socialismo só vai dar certo se for implantado em escala mundial e não isoladamente. Nos países, podemos ter os rebentos, os germes. Mas essa era uma missão impossível para um país de três milhões de habitantes que era o mais atrasado da Europa.



CARLOS AUGUSTO DIÓGENES

Cearense nascido em 1944, Carlos Augusto Diógenes, conhecido como Patinhas, teve papel importante na estruturação do PCdoB no Nordeste, especialmente no Ceará. Começou sua trajetória no movimento estudantil, com maior destaque para sua atuação na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde cursou Engenharia. Dentro da estratégia do partido de estabelecer áreas de resistência pelo interior do país, Patinhas teve a missão de seguir para Bahia e Rondônia. Devido à perseguição, viveu por 11 anos na clandestinidade. Atualmente, é presidente do PCdoB em seu estado natal.

Formação militar

Meus pais eram pequenos camponeses do interior do Ceará e em 1959 fui para Fortaleza, seguindo o roteiro das famílias cearenses, cujos filhos vão saindo para a capital. Como o estado tinha uma das três escolas de cadetes do Exército no Brasil, acabei ingressando na carreira militar. Esta era uma das poucas formas de ascensão social numa região pobre. Entrei na escola de cadetes em 1960. Tive uma formação militar, o que influenciou na minha personalidade: sou muito organizado nas minhas coisas e cumpro os horários.

A escola de cadetes representava uma boa oportunidade para me colocar na vida, mas tinha uma rotina rígida de internato, sem muito contato com a cidade. Em 1962 os cadetes

de Fortaleza foram transferidos para Campinas e ali nós não éramos nada. As condições da alimentação eram péssimas. Por isso, houve uma greve de fome: ninguém almoçou, apenas pegou uma laranja e saiu do refeitório. O corpo de cadetes foi convocado para uma reunião com o subcomandante. Lembro bem de quando ele entrou no auditório e disse: “Isso aqui é coisa de comunista”. E eu disse: “Poxa, então comunista é coisa boa”.

A opção pela Engenharia

No final de 1962, resolvi sair da carreira militar e fazer Engenharia no Ceará. Entrei em um cursinho da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), montado por Celso Furtado, que dava bolsas a alunos com rendimento familiar baixo e certo nível de conhecimento – era uma forma de incentivo à formação de engenheiros e agrônomos no Nordeste. Entrei para o cursinho e ganhei bolsa de estudos até o quinto ano de Engenharia.

O cursinho funcionava num prédio da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, atrás do restaurante universitário. As movimentações estudantis em 1963 ocorriam ali. Durante várias manifestações, aquela área terminava sendo toda cercada.

O cursinho tinha professores progressistas, um deles, Miguel Cunha, de Química, era do partidão, apelido dado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1966 ele foi um dos reorganizadores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). E também o professor Milton, de Física, que foi cassado. Então, passei a despertar para a política. Evidentemente, meu foco era passar no vestibular. Passei muito bem, acho que em terceiro lugar. A maior nota em matemática foi a minha. Entrei para a Faculdade de Engenharia na UFC e logo nos primeiros dias aconteceu uma assembleia de resistência ao golpe.

Os movimentos no pós-1964

O Diretório Acadêmico (DA) Walter Bezerra de Sá, da Engenharia, era dirigido por pessoas do nosso relacionamento. Mas, em 1964, vivíamos uma fase de declínio do movimento e de certo recuo. A União Estadual dos Estudantes (UEE), por exemplo, que mal chegou a ser reestruturada no Ceará, morreu no ano do golpe.

Em 1966, foi feita a eleição do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e eleita uma primeira diretoria por consenso, tendo como presidente Homero Castelo Branco, da Escola de Economia, área de influência do partidão. A União Nacional dos Estudantes (UNE) tinha um papel muito importante e quando chegava um de seus diretores, todo mundo queria conversar com ele para ter mais informações.

Em 1965 houve a reorganização do PCdoB do Ceará. Um companheiro nosso, José Augusto, era engenheiro da Petrobras na Bahia, foi ao Rio Grande do Sul, fez contato com a direção do partido. A partir daí foram ao Ceará Dynéas Aguiar e Carlos Danielli, e foi estruturada uma direção com antigos dirigentes do PCB. Ozéas Duarte passou, então, a ter um papel de destaque.

Praticamente não houve resistência ao golpe; nem os trabalhadores foram preparados para isso. Todo mundo confiava no esquema militar de João Goulart. A postura dos diri-

gentes do PCB – que havia afirmado não existir possibilidade de golpe – levou muitos a buscarem outras alternativas políticas. Em 1962 tinha havido a reorganização do PCdoB, embora sem a participação de ninguém do Ceará. E em 1965 dissidentes do PCB formaram um núcleo do PCdoB no estado.

Fortalecimento do PCdoB via movimento estudantil

No partidão, depois de 1964, houve uma debandada geral. Saíram militantes para o PCdoB, para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), para a Ação Libertadora Nacional (ALN), para o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) etc. Eu valorizo o papel de Ozéas nesse processo porque ele deu consistência maior ao partido. Esteve em reuniões nacionais, teve contato com os principais dirigentes e, como ele era estudante de Direito e conhecia as lideranças estudantis, começou a montar o comitê universitário. Francis Vale, que também fazia Direito, me colocou no PCdoB em 1966. Havia ainda João de Paula, que fazia Medicina, e Sérgio Miranda, que também vinha do PCB e havia entrado depois, em 1967.

Ozéas formou uma boa equipe no movimento estudantil. Um dirigente antigo do partidão, Assis Aderaldo, também foi para o PCdoB. Lideranças dos mais diversos cursos foram sendo recrutadas: Machado na Agronomia; Cosme na Veterinária; e eu na Engenharia. Criamos então o Comitê Universitário do partido. Ozéas teve também o tino político de compreender que o PCdoB tinha que se preparar para ganhar o DCE e conquistar a direção do movimento estudantil.

Em 1966, Francis me chamou para uma reunião do PCdoB, a primeira em que estive. Naquele momento eu já sabia da existência do partido, o pessoal passava documentos para mim. A pessoa que tinha ficado encarregada de me recrutar um ano antes foi o irmão de Glênio Sá, Gilberto Fernandes.

Em 20 de agosto de 1966, colocaram-me como um recém-recrutado numa reunião no interior, em um sítio com a participação de dirigentes estaduais e de vários universitários. Lá foi tomada a decisão de formar o Comitê Universitário, de estruturar o partido em todas as faculdades e disputar o DCE.

Comitê Universitário

Entrei para o Comitê Universitário como secretário de Organização. O secretário político era João de Paula e o de Agitação e Propaganda, outro ex-militante do PCB que tinha participado das Ligas Camponesas quando adolescente, Pedro Albuquerque, filho de comunista que, depois, foi para o Araguaia. Entrei no meio dessas pessoas já experientes, quadros políticos. João de Paula era um quadro político de grande talento, muita habilidade, muito raciocínio político, e Pedro Albuquerque também.

Construímos bases nas faculdades. No curso de Engenharia tínhamos uma com 12 pessoas, recrutadas por mim. Havia bases grandes também na Medicina, na Agronomia, no Direito, nos institutos e em vários cursos.

O partido no Ceará praticamente tinha como centro o movimento estudantil. Mas conseguiu algumas pontas no trabalho operário, e no interior, região do Cariri, e passou a fazer um trabalho ligado à questão camponesa. Vários religiosos ligados a dom Fragoço tinham contato direto com o PCdoB e passamos a ter um trabalho importante com as pastorais na região de Crateús. José Duarte chegou – se não estou enganado, no início de 1968 – e passou a ser o representante do Comitê Central no Ceará.

Em 1967, por volta do mês de setembro, conseguimos formar uma chapa única para o DCE em torno do PCdoB. João de Paula na presidência e, como vice, Ruth Cavalcanti, da Ação Popular (AP). Em 1967, participei do Congresso da UNE em Valinhos (SP), como delegado.

Congresso da UNE em Valinhos

Nesse congresso a representação do PCdoB era muito pequena: cerca de dez delegados. Em Valinhos tive um primeiro encontro com Diógenes Arruda Câmara. Foi um contato feito andando pelas ruas; conversávamos e ele ia procurando orientar o nosso trabalho no meio estudantil. Havia alguns companheiros da Bahia, do Ceará, alguém de São Paulo e do Rio, lembro bem do presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes), Guilherme Ribas, um menino alto que foi para a Guerrilha do Araguaia e ali morreu.

Tentamos entender a divergência entre a AP e o pessoal da dissidência estudantil do PCB. Nós nos reuníamos debaixo de umas mangueiras e éramos procurados por todo mundo. Havia uma tendência maior de fecharmos com a AP, mas ficamos numa posição em princípio contra as duas correntes. Optamos pela abstenção – nós e, se não estou enganado, companheiros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Luiz Travassos foi eleito presidente da UNE por uma diferença muito pequena, uns quatro votos. No retorno participei de uma prestação de contas, novamente com Arruda, e evidentemente a nossa atitude foi repreendida. Afinal, como é que fazíamos uma burrice daquela?

Poderíamos ter entrado para a diretoria da UNE num momento de ascensão do movimento estudantil. O partido ainda era pequeno e procurava ocupar espaços. Para se articular nos estados não havia nada melhor do que ter um diretor da UNE. Ou seja, não podíamos ter optado pela abstenção. Isso demonstra bem nossas fragilidades na época.

Crescimento do movimento estudantil

À medida que o movimento estudantil entrava em ascensão, o embate ficava mais claro: no Ceará o PCdoB era a força principal. O pessoal do PCB fechava conosco, e também aglutinava pessoas importantes, como Fausto Nilo, Augusto Pontes e outros intelectuais, que se uniram em torno do Grupo de Arte, o Gruta. Formamos assim um bloco maior, que se transformou em força hegemônica a partir de 1967.

A segunda força era a AP, que tinha como uma das principais lideranças Mariano de Freitas, da Medicina; Helena Serra Azul; Francisco Monteiro, conhecido como Chico Pas-

seata. Existia também o pessoal trotskista do grupo intitulado 4ª Internacional, ligado a Arlindo Soares, na Faculdade de Direito.

Em 1967 ainda conseguimos manter a unidade de todas as correntes. Já em 1968, não. Com a radicalização do movimento estudantil, vem a disputa. José Genoíno era calouro e entrou para o partido; tinha um tom mais ofensivo do que João de Paula, que era mais articulador. Diante dessa radicalidade que o movimento foi assumindo, Genoíno foi o nosso candidato numa disputa acirrada.

Geralmente havia manifestações estudantis e era comum as polêmicas girarem em torno do roteiro das passeatas. Primeiro pedíamos permissão à polícia e comunicávamos que usaríamos determinadas ruas. Então, no meio da manifestação, geralmente a AP e os trotskistas tentavam mudar o roteiro. Coisas mínimas, mas que refletiam as divergências existentes. E a nossa postura no DCE – que era controlada de perto por um quadro político da qualidade de Ozéas – era a de descer no meio da estudantada, nas salas de aula, e discutir com eles. Tínhamos essa preocupação de ganhar os estudantes.

Repúdio aos militares

No início de 1968, o reitor da Universidade Federal do Ceará, José Leite, convidou para ministrar a aula inaugural o comandante da 10ª Região Militar, general Dilermando Monteiro. Eu já era presidente do Centro Acadêmico (CA) de Engenharia, membro do conselho do DCE e, com João de Paula, representante estudantil no Conselho Universitário, tomamos a decisão, no PCdoB e depois no DCE, de que devíamos entrar na aula inaugural e ali manifestar o nosso repúdio.

Juntamos um grupo de talvez umas 50 pessoas, formado por dirigentes do DCE e dos CAs e mais alguns estudantes. Fizemos uns cartazes onde se lia “Abaixo a ditadura militar”, “Respeito à universidade”. E entramos naquela aula inaugural, cheia de militares e policiais federais, com os cartazes escondidos. João de Paula, então, subiu no palco e fez o protesto de uma forma até respeitosa. Ele era muito cuidadoso nisso; queria deixar claro que não era nada pessoal contra o general, mas um protesto dos estudantes por aquela aula inaugural estar sendo realizada por um militar, o que refletia o momento de total falta de liberdade vivido no país. Quando terminou, começaram a gritar “Comunistas! Vietcongues!”. E nós saímos.

No dia seguinte, um sábado, tinha uma reunião do Conselho Universitário, e lá fomos João de Paula e eu para a força. A reunião atrasou porque o vice-reitor, um fascista, e outros foram acompanhar o general ao aeroporto e pedir-lhe desculpas. Então o reitor abriu a reunião colocando que a pauta passava a ser aquele ato de subversão e punição dos comunistas baderneiros. João de Paula e eu enfrentamos a reunião tentando colocar nossa posição, mas o bombardeio foi enorme. O reitor pôs em votação a suspensão do DCE por seis meses. Foram contra só os nossos dois votos e mais dois, um do representante da Faculdade de Direito, Martins Rodrigues, e outro de um diretor do curso de Farmácia. Quatro votos a 26.

A segunda-feira chegou com a notícia de que o DCE havia sido suspenso. Foi impressionante, um fenômeno. No curso de engenharia, fazíamos assembleias talvez com

30% dos estudantes, e dessa vez havia 90% deles. Foi um movimento de massa intenso, com manifestações e passeatas. Logo em seguida aconteceu a morte de Edson Luís. A resolução virou letra morta: o DCE continuou com todas as prerrogativas, funcionando no prédio da universidade, com representantes no Restaurante Universitário, apenas sem participação no Conselho Universitário.

Esse fato político enraizou mais o movimento estudantil, que entrou em ascensão. Talvez tenha sido o único DCE dirigido pelo PCdoB no Brasil, um DCE de massa, com lideranças respeitadas. Nessa época, o partido tinha se sobressaído também na Bahia, onde era muito ofensivo.

Política do PCdoB para o movimento estudantil

No início do ano letivo de 1968, foi montado um ativo estudantil nacional em São Paulo, em que fui como representante do Comitê Universitário no Ceará. Amazonas, Pomar e Arruda também estavam lá. Lembro-me de voltar ao Ceará, todo empolgado, e falar a Ozéas sobre um velhinho baixinho que me chamara a atenção, e ele disse: “Aquele é o Amazonas”. E eu: “Rapaz, é mesmo?”. E ele continuou: “O outro, o altão, é o Pomar, um grande intelectual”.

Em seguida, o partido lançou resolução do Comitê Central intitulada *Ampliar e radicalizar*, que trabalhava a relação dialética entre ter, ao mesmo tempo, uma postura abrangente, de diálogo, e também de radicalização política. O documento específico do movimento estudantil e o *Ampliar e radicalizar* eram usados nos recrutamentos. Depois do AI-5, surgiu o documento sobre a guerra popular, que também passou a ser usado com este fim.

Podemos dizer que o PCdoB passou a ter uma política nacional para o movimento estudantil a partir daí, tendo como base o Ceará, principalmente, e a Bahia. Logo veio o episódio da eleição da UEE de São Paulo, que quase levou à cisão da entidade entre a AP e a dissidência estudantil do PCB, e então lançamos o Movimento de Unidade e Ação, o MUA. João de Paula passou a se destacar como uma importante liderança nacional. A partir daí o PCdoB segurou com firmeza a bandeira da unidade do movimento estudantil.

Evidentemente, tivemos depois do Ato Institucional número 5 (AI-5) e na década de 1970 o descenso do movimento estudantil e a dispersão das lideranças. Saí do Ceará no final de 1968 e fui para a Bahia. O partido no Ceará passou por um período de desarticulação em função da repressão, mas se rearticulou em 1975 com o deslocamento de Gilse e Abel para o estado. Voltei para o Ceará somente em 1980 com a Anistia. Então, lideranças como Benedito Bezerril e eu, que tínhamos surgido nos anos 1960, reforçamos a reestruturação do partido no estado. O fato de o PCdoB ter conquistado posição de destaque naquela época teve influência no futuro do partido no Ceará. Se fôssemos um partido apagado naquele momento, com certeza o desdobramento teria sido outro, desfavorável.

Em 1968, o PCBR enviou um quadro ao Ceará – Assis, de Pernambuco – para formar o partido. Depois de seis meses, ele foi chamado pela direção nacional e perguntaram como é que estava o PCBR cearense. Ele disse: “Rapaz, do mesmo jeito: só tem a mim”.

“Mas como é que pode?”, questionaram. E ele disse: “Não tem jeito, o PCdoB ocupou todos os espaços lá. É a força hegemônica, não tem como entrar. Então, estou me encostando no PCdoB, onde o pessoal é meu amigo, para ver se mais à frente abre-se uma brecha”.

Ozéas Duarte

Realmente, nós tínhamos essa capacidade de aglutinar. E é preciso registrar os fatos como se deram: friso, mais uma vez, o papel de Ozéas, como grande reorganizador do partido no Ceará nos anos 1960.

Sobre a linha aprovada na 6ª Conferência que pregava a união dos patriotas, lembro que especialmente Pedro Albuquerque e Assis Aderaldo voltaram com dúvidas do congresso da UNE em Valinhos e houve um grande debate no Comitê Universitário, no qual Ozéas teve um papel muito esclarecedor. Fomos formados, portanto, desde o início, enfrentando esse problema da luta ideológica. Ozéas era a pessoa do secretariado do Comitê Estadual que acompanhava o movimento estudantil, que nos conduzia politicamente, tendo sido um ponto de unidade e de orientação essencial para nós.

Luta armada

Quando a Ação Libertadora Nacional (ALN) começou a tentar se estruturar no Ceará, alguns diziam: “Queremos preparar a luta armada, então, vamos para a ALN, que nos dá mais liberdade. O PCdoB é um partido burocrático como o PCB”. Foi nesta época que a direção nacional lançou um documento, mostrando a necessidade de se construir bases concretas no interior, *Guerra Popular: o caminho da luta armada no Brasil*. Lembro que quando Genoíno entrou para o partido, andava com esse documento debaixo do braço. Havia no movimento estudantil, realmente, um embate ideológico, teórico sobre essa questão. Praticamente todo mundo defendia a luta armada, exceto o PCB em descenso total.

Esse debate foi especialmente grande em 1968, ano de radicalização que teve como símbolo maior a morte de Edson Luís, quando aconteceu ainda a Passeata dos Cem Mil, no Rio, e uma passeata de 20 mil em Fortaleza. Vale ressaltar que naquele momento, Fortaleza deveria ter, quando muito, entre 400 e 500 mil pessoas. A universidade tinha cerca de oito mil estudantes. Ou seja, uma passeata de 20 mil era bastante significativa. Ali estavam presentes estudantes universitários, secundaristas, donas de casa etc. O movimento estudantil foi um polo de aglutinação contra a ditadura militar; os parlamentares do MDB participavam e a igreja também.

Havia muita repressão por parte da ditadura, com radicalização do nosso lado. Nós, do DCE, montamos um grupo de segurança, que ia às passeatas com bombas de coquetéis Molotov. Quando tinha um confronto com a polícia, começávamos a jogá-las; por isso a nossa política era ampliar e radicalizar. E quando havia choques, repressão, reação nossa, no outro dia estávamos em sala de aula, em contato direto com os estudantes. Era um rico debate com muita polêmica, gente contra, gente a favor e nós procurando esclarecer.

Uma questão muito simples que demonstra qual era o nosso espírito: no Restaurante Universitário nós, os principais dirigentes estudantis do PCdoB, não nos sentávamos na mesma mesa. Se o fizéssemos e Ozéas visse, ele vinha e falava: “Desfaçam a mesa. Quem é estudante da Engenharia senta com as pessoas da Engenharia”. Naquele momento era necessário batermos papo, nos relacionarmos e acreditar que procedimentos como esses contribuíram para isso e para ampliar a nossa influência e a participação dos estudantes.

Estudantes organizados

Creio que no final de 1968 tínhamos cerca de 80 estudantes organizados em cinco ou seis bases que funcionavam nos cursos. Toda semana, elas se reuniam, discutiam os documentos e davam a sua contribuição. Na Engenharia, eram uns 12 estudantes, e os representantes de turma também eram do partido.

Possivelmente em abril, fui chamado para uma reunião que montou um núcleo nacional do partido que prepararia nossa participação no Congresso da UNE em Ibiúna. Havia pessoas da Bahia, do Rio, de São Paulo e eu, do Ceará; mas não éramos as principais lideranças de massas do partido. Participei de umas três ou quatro reuniões desse núcleo, fiquei responsável por acompanhar a nossa ação no Nordeste e por isso viajei para o Piauí e Maranhão tentando tirar alguns delegados. No segundo semestre de 1968 fui integrado ao secretariado do Comitê Estadual e foi decidido que não iria para Ibiúna. Segundo o plano, terminando a faculdade, eu ficaria no partido do Ceará ou pelo Nordeste. Então, quem representou a Engenharia foi o companheiro que ficou na presidência do Diretório Acadêmico, Marcos Sampaio. Lembro que fiquei meio chateado, querendo ir, e quando o Congresso de Ibiúna caiu, eu disse: “Poxa, eu tinha que estar era lá, no meio da turma”.

Ainda assim, joguei um papel importante na realização da passeata dos 20 mil no Ceará. Puxamos o ato imediatamente, eu e lideranças intermediárias, porque as principais estavam em Ibiúna. Houve muitos confrontos, muita bomba Molotov, pessoas presas. Foi uma demonstração de que havia uma série de lideranças intermediárias ali, com condições de assumir o comando. Fortaleza foi a única capital que teve manifestação exigindo a soltura dos presos, o que não ocorreu nem no Rio, nem em São Paulo.

Nós já entramos no Congresso de Ibiúna em articulação com a AP. O partido participaria da chapa de Jean Marc pela primeira vez como PCdoB, com quatro quadros: João de Paula, do Ceará; Miguel, da Bahia; Ronald Rocha, do Rio; e Helenira Resende, de São Paulo. Depois da queda de Ibiúna, a decisão que o pessoal tomou na prisão foi fazer congressos regionais. O do Ceará foi na Escola de Arquitetura. E neles foi eleita a nova diretoria da UNE.

O AI-5 na UFC

Devido ao estabelecimento do AI-5, no dia 13 de dezembro, nossa formatura na UFC – que era aquele ato solene, de muito impacto na cidade e que aconteceria no dia 14 – acabou sendo suspensa. Então, a geração de 1968 não colou grau. Com o AI-5 nós, as principais lideranças, passamos a ser perseguidos.

Meu término de curso foi um tanto quanto atabalhoado. Na verdade eu seria reprovado por faltas. Até o terceiro ano, fui um dos primeiros alunos, mas o último ano só terminei por causa da solidariedade da minha turma. Havia um respeito às lideranças, eu era bom aluno, então mesmo aqueles de direita achavam que eu estava no movimento por uma opção ideológica e não tinha sentido não terminar o curso.

Em minha defesa, o pessoal resolveu realizar uma greve, deixando de fazer a prova final de várias matérias. Até que o diretor chamou a turma, fez um acordo, pegou minha caderneta e botou presença nas minhas faltas. E lá foi Patinhas fazer a prova! Tinha que tirar seis numa delas, sete na outra, a turma se revezando até meia-noite, me dando os resumos, os macetes. Numa disciplina, a de contabilidade, o professor me reprovou por meio ponto, mas no dia da prova de recuperação ele estava me esperando, olhou para mim e disse: “Patinhas, você já passou, pode ir embora”.

Cada um de nós procurou sair do Ceará: Genoíno, João de Paula, Pedro Albuquerque e eu. Pedi a um amigo que me levasse à Praça do Ferreira, que era o ponto de encontro dos universitários. Ele disse: “Você é maluco, cara!”. Ele tinha um jipe, pegou e disse: “Olha, vou te deixar aqui, dou uma volta, e em 15 minutos te pego”. Nisso passou um colega meu, Augusto, e me disse que o tio dele era diretor da Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), e precisava de cinco engenheiros para serem contratados. Ele tinha quatro nomes, só faltava o quinto, e me perguntou: “Você quer assumir a função de engenheiro?”. Eu aceitei e, assim, poucos dias depois estava na Bahia.

Patinhas na Bahia

Na Bahia, trabalhei na Suvale em Barreiras; aproveitei um final de semana e fui a Salvador, onde tive um contato com Rafael, cujo nome verdadeiro era José Barbosa. Ele me orientou a ficar na região. Tínhamos uns contatos em Bom Jesus da Lapa, e eu ficaria na direção estadual do partido na Bahia como responsável pela região do São Francisco. Mas, no Ceará, a situação se precipitou: a Polícia Federal prendeu meus pais, queriam saber onde eu estava, e no final de 1969 fui para Salvador, já clandestino.

Carlos Danielli esteve lá e ajudou a rearticular a direção, que passou a ter como núcleo principal Rafael como secretário político, eu de Organização e Gileno, de Agitação e Propaganda. Eu acompanhava o Comitê Universitário e o Comitê Secundarista, era o assistente, como se falava na época.

Éramos uma força muito combativa na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1969. Ocupávamos espaços importantes, tínhamos um núcleo que era formado por Vandick Coqueiro, na Economia da UFBA; Dinaelza Coqueiro, sua esposa; Luzia Reis em Letras; Caldas na Medicina; Caires, de Direito; Rosalindo Souza que já tinha terminado a graduação e estava em Itapetinga. Dermeval da Silva Pereira tinha terminado a faculdade, era funcionário da Caixa e também fazia parte do Comitê Estadual. Os principais nomes no movimento secundarista eram: Zezinho, que foi para o Araguaia; Noélia Ribeiro, que depois foi minha esposa; e Maria Emília, irmã de Monteirão e que também foi para o Araguaia.

Nesse período, então, os contatos entre PCdoB e AP se intensificaram e o pessoal da AP passou a procurar o pessoal do PCdoB nos estados. Tivemos umas duas ou três reuniões com dois dirigentes da AP na Bahia. E no movimento estudantil começamos a atuar em parceria com a AP.

Frentes estudantil e camponesa

Em 1971, nosso trabalho na Bahia era estudantil e também camponês. O partido já tinha vários contatos em Guanambi, Livramento do Brumado, Brumado, Itapetinga, Vitória da Conquista, na região da Chapada e também com os trabalhadores do cacau em Itabuna, Ilhéus e, especialmente, em Camacan. E fui me deslocando para acompanhar essas bases.

Tínhamos, depois da região do cacau, já entrando no Espírito Santo, um trabalho muito grande junto aos posseiros, com dois quadros camponeses: Zezinho, que hoje está em Pernambuco, com muita ligação com a massa, oriundo das Ligas Camponesas; o outro tinha o nome de guerra Zé Gordão, já falecido. Era sargento do Exército, foi preso, transferiu-se para a Bahia e ficou organizando o PCdoB no meio dos camponeses. Então, havia um trabalho grande no sul da Bahia.

Em uma reunião com o pessoal de Camacan, em 1971, eles falaram da prisão de vários quadros da AP que estavam também trabalhando na área, onde depois soubemos que havia atuado Haroldo Lima. Posteriormente, sob a direção de Danielli, passei a montar um trabalho em áreas próximas visando a criar condições para uma resistência armada.

O esquema era subordinado à Comissão Militar Nacional, sem prestação de contas ao coletivo estadual por questões de segurança. Nada que aparecesse, só conhecer a região e se relacionar com o povo. Como o partido tinha influência no meio dos assalariados agrícolas e havia certa repressão com algumas prisões, pensou-se em montar uma retaguarda, para que, no caso de enfrentamentos armados, o pessoal tivesse como se refugiar na área.

Lua de mel sob tensão

Em 1971, quando me casei, passei a lua de mel numa casinha na serra entre Bahia e Minas Gerais, fingindo ser camponês. Havia um outro casal do partido morando ali, que tinha comprado dois ou três hectares de terra. E fomos morar por lá, em Macarani, na divisa com Minas, no Vale do Jequitinhonha. Eu usava nome frio de Luís e tinha 28 anos. Minha companheira era chamada de Maria das Graças e tinha 21 anos.

Quando nós dois saímos de Salvador, no dia 11 de setembro de 1971, fomos parados numa barreira na estrada para Vitória da Conquista. Os soldados revistavam tudo e olhavam atentamente os documentos. Era o cerco a Lamarca. E poucos dias depois foi noticiado o seu assassinato. Eu já tinha percorrido a região da Chapada, onde Lamarca foi morto, também fazendo pesquisa. Nossa decisão, após discussão com Danielli, foi de nos concentrarmos na divisa com Minas Gerais, onde já havia um trabalho mais sólido com os posseiros do cacau.

Eu já estava no sul da Bahia quando peguei um ônibus com Sérgio Miranda. Fomos para uma reunião – com Pomar e Amazonas –, e ele disse: “Estou com uma carta do Drummond onde ele pede a filiação ao PCdoB”. Isso criou certa polêmica dentro da AP, que vivia um processo interno de discussão sobre a integração ao PCdoB. Inclusive o documento frio de reservista que eu tirei, Sérgio Miranda também, tinha sido através de Drummond, num esquema que ele tinha montado em Aracaju.

Posteriormente estruturou-se um comitê da região sul da Bahia, tendo como centro Vitória da Conquista, e fui escolhido como dirigente. Houve esse desmembramento por questão de segurança. Sérgio Miranda ficou como secretário político em Salvador.

Deslocamento para o campo

Porém, um companheiro estudante, Calazans, que morava numa área vizinha, de pecuária, foi preso e terminou falando o que sabia e o que não sabia. Então, minha companheira e eu tivemos de sair rapidamente. Era 1973 e a repressão já tinha como foco de sua ação desmantelar o PCdoB em função do início da Guerrilha do Araguaia. Consta que o próprio delegado Sérgio Paranhos Fleury articulava a repressão na Bahia.

O deslocamento para o campo era um processo natural, não era forçado. Hoje examinamos, e afirmamos: “Poxa, esse negócio era meio esquisito”. Mas não no contexto político daquela época, de estudantes, de profissionais liberais que estavam sendo perseguidos e sabiam que, uma vez presos, seriam torturados ou até mortos. Então, como opção de vida, a pessoa tinha que ir para a clandestinidade, para o campo. Não passava pela cabeça do PCdoB naquela época que o regime militar ia cair através de uma transição no colégio eleitoral.

Por exemplo, Rosalindo Souza, que tinha sido uma de nossas principais lideranças na Faculdade de Direito, ia ser julgado pela Justiça Militar. Ele mesmo nos procurou e foi para o Araguaia. A Bahia colocou no Araguaia algo em torno de 11 pessoas, todas lideranças – era um partido muito combativo, muito ofensivo.

Com o surgimento do Araguaia, acredito que todas as outras áreas de pesquisa no Ceará, Bahia, São Paulo, Paraná, foram desativadas. Ficou tudo em função do Araguaia e da região amazônica como um todo. De um ponto de vista mais geral, foi um movimento feito pelo partido que foi saindo do litoral e das capitais e descobrindo o interior do Brasil. O partido deslocou centenas de quadros perseguidos pela repressão para diversas regiões do interior, em busca do local mais propício. Antes, havia tentado montar uma área no Maranhão; depois decidiu ir em direção ao Araguaia. Isso foi feito sem que o trabalho nas capitais fosse desarticulado.

Era comum, na nossa época, estarmos numa reunião no Comitê Estadual ou no Comitê Estudantil e perguntarmos onde estava uma determinada pessoa e ficarmos sabendo que ela havia ido para a clandestinidade. E a substituição era natural também. Cheguei à Bahia em 1969, fui logo ser secretário de Organização.

A difícil arte da clandestinidade

Hoje, buscamos obter um funcionamento mais coletivo no partido, um maior debate de ideias; naquele período, não havia condições para isso. O sigilo era a regra – não sabíamos onde o outro companheiro morava e nem seu nome verdadeiro.

Depois da Bahia, primeiro tive de passar uns quatro ou cinco meses em Minas, na cidade de Teófilo Otoni. Os contatos eram difíceis, feitos de dois em dois meses. Não tínhamos o número de telefone nem o endereço de ninguém. O meu contato era Sérgio Miranda, que tinha ido para São Paulo.

No final de 1972, eu soube pela rádio Tirana da morte de Danielli, Lincoln Oest e Luiz Guilhardini, que esteve no Ceará no período da reorganização. Em São Paulo, tentamos um contato com Sérgio Miranda, creio que no Natal de 1973, mas ele não foi; um mês depois repetimos. Finalmente ele apareceu e nos levou para uma conversa com Amazonas.

Mudamos para São Paulo, e alugamos uma casinha na Vila Guilherme. Minha companheira, que na Bahia fazia o segundo ano de Enfermagem, foi trabalhar num hospital na Vila Maria, inicialmente como atendente de enfermagem e eu, que era engenheiro, fui trabalhar como auxiliar de topógrafo. Trabalhei em obras em São Paulo e na Baixada Santista.

No início de 1974, fui me encontrar com Elza Monnerat e me aparece Joaquim, nome de guerra de Ângelo Arroyo. Ele ficou lá em casa certo tempo, ia até morar lá, mas depois percebemos que não daria porque os donos do imóvel moravam nos fundos. Conversando conosco, ele falava da ideia de retomar o trabalho do Araguaia. Foi o período em que a direção nacional desenvolvia análises sobre a Guerrilha, os acertos, os erros, toda aquela polêmica. Lembro que na eleição de 1974 ele estava lá conosco, ouvindo as notícias no rádio e comentou que o quadro político no Brasil mudara bastante.

Rondônia, um novo capítulo

Em 1975, fomos para Rondônia. Primeiro ficamos seis meses em Cuiabá, procurando montar a história de que éramos sergipanos. Mas o pessoal olhava para mim e dizia: “Rapaz, você é cearense. Não tem pescoço”. Noélia trabalhava numa farmácia, só para se entrosar no meio do povo, se enraizar, construir uma história que permitisse ir com naturalidade para Rondônia. Eu arranjei um serviço, fui fazer a medição de umas terras, terminei sem receber um tostão, mas pude me legalizar.

Fomos para Ji-Paraná e ficamos de agosto de 1975 a dezembro de 1979, depois da Anistia. A orientação era arranjar emprego, entrar no meio do povo, conhecer a mata e a região. Noélia trabalhava no hospital e eu na topografia. Estive uma ou duas vezes em São Paulo, em conversa com Amazonas e Ângelo Arroyo, que chegou a fazer uma visita à região, em 1976.

Lições do Araguaia

Para esse trabalho, tirávamos lições do Araguaia. Para ali tínhamos deslocado mais de 60 companheiros para uma área que achávamos grande, mas que na prática demonstrou-se

pequena. Nossos apoios nas cidades eram muito fracos, não tínhamos praticamente nada em Belém e Marabá. Ao iniciar a guerra, também não previmos uma área de retaguarda para a retirada do pessoal.

No Araguaia, era para os guerrilheiros terem saído da região. Mas sair como, se não existia ponto de apoio próximo à área? Os depósitos que eles faziam com munição, medicamentos, alimentos eram todos dentro da área da guerrilha. Danielli tinha um sistema de entrada, mas depois que foi assassinado, quebrou-se a ponte com São Paulo. Inclusive, Arroyo falava de pessoas da guerrilha urbana que queria ir para o Araguaia, mas ficamos sem ter a entrada. Este foi um grande debate no comando militar e a saída de Arroyo foi importante no sentido de avaliar isso. Ele concluiu que era preciso montar uma grande rede de apoio nas cidades próximas da área central da Guerrilha.

Outra vantagem de Rondônia e Acre – especialmente Rondônia, porque o Acre naquela época era muito desmatado – foi o fato de serem divisa com Bolívia e Peru. No Araguaia, não havia para onde escapular. A concepção do nosso trabalho na região era se integrar, com paciência, sem pressa. Arroyo ia morar conosco e nos passou a visão de que haveria um salto no trabalho. Íamos tirar um lote de terra para nós e para ele.

Naquele momento, eu já trabalhava para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) através de empreiteiras. Assim como fizera em Cuiabá, minha companheira foi trabalhar em farmácia. Moramos um tempo em Porto Velho, e com mais ou menos um ano, fomos para Ji-Paraná, que se chamava Vila de Rondônia, principal cidade do interior na época. Eu vivia fazendo serviço de topografia na mata, ficava às vezes um ano fazendo isso. Passava 15 dias na cidade e depois voltava à mata. Quando terminava um serviço, demorava um ou dois meses para pegar outro. Nessa rotina, peguei malária três vezes.

Dessa forma, passei a conhecer bem a região. Fiz até um trabalho no Acre, por seis meses, depois no rio Madeira, próximo a Guajará-Mirim, divisa com a Bolívia. E trabalhei na região de Pimenta Bueno, em Rolim de Moura, hoje uma grande cidade, cujo perímetro foi todo demarcado por mim. Tudo aquilo sofreu um grande processo de colonização; todo dia chegavam muitos e muitos ônibus de colonos do Sul.

Arroyo considerava a área propícia por ser de fronteira; dava a entender que ali haveria um processo mais demorado, de colocar pessoas na mata e nas cidades. Cogitava inclusive de haver militantes nossos com propriedades, com terras, mesmo distantes da área da Guerrilha.

Arroyo ficou lá por umas três semanas. Era a sua primeira viagem a Ji-Paraná, e saiu dizendo que no começo do ano iria morar ali. Na partida, em Porto Velho, em vez de pegar um ônibus descendo para Mato Grosso, pegou um na direção do Acre. Com certeza, foi manter contato com Ronald Freitas, dirigente do partido proveniente da AP e fazia o mesmo trabalho que o nosso naquele estado.

Chacina da Lapa

Em dezembro de 1976, houve os assassinatos na Lapa, que eu soube pela rádio Tirana. Para nós foi um choque, porque conhecíamos Arroyo, Pomar e Drummond, mesmo sem sabermos os nomes verdadeiros de alguns deles.

Tentei dois contatos que tinha em São Paulo, sempre de seis em seis meses, mas não deu resultado. Então, ficamos desenvolvendo o mesmo tipo de trabalho, sempre buscando informações. Nesse tempo começava a sair o jornal *Movimento*, que era vendido em Ji-Paraná. Comprávamos com todo o cuidado. Tinha início o período da Abertura, mas estávamos totalmente isolados e supúnhamos que o partido estivesse completamente desarticulado, pois sua “cabeça” havia caído. Tínhamos que continuar o trabalho. Qual era a outra saída? Ir para o Ceará? Neste caso, certamente eu seria preso. Na Bahia, peguei quatro anos de prisão, condenado à revelia.

Minha esposa, com o nome de Maria, trabalhava como balconista na maior farmácia da cidade. Ela era muito querida, atenciosa, tinha a formação teórica, tinha prática de hospital e de farmácia e atendia bem ao povo. Ganhei um dinheiro num serviço de topografia em Vilhena e, assim, pudemos comprar uma farmácia num bairro popular de Ji-Paraná. O chamariz era a confiança que o povo tinha na dona Maria. Região de fronteira é região sem lei, com todo tipo de picaretagem. Por isso, acabamos tendo uma ligação muito forte com o povo e fizemos muitas amizades, especialmente ela porque eu mesmo vivia mais na mata.

Anistia e transição

Se não estou enganado, no momento da Anistia eu estava exatamente nesse trabalho em Pimenta Bueno. Saí em torno de outubro de 1979. No começo de dezembro vendemos a farmácia e fomos para a Bahia, mas primeiro passei por Cuiabá. Naquele tempo, eram três ou quatro dias de estrada para fazer essa viagem. Reencontramos a família dela, matamos a saudade. Depois, fizemos o mesmo no Ceará. O pessoal achava que estávamos mortos: o Comitê de Anistia da Bahia procurava por Noélia e o do Ceará por mim depois de 12 anos na clandestinidade.

Então, começou a transição para uma nova vida. Minha companheira tinha a ideia de voltar a Ji-Paraná, até pela ligação afetiva que tinha criado com o povo. E eu achava que não devíamos ir porque havia um novo quadro político.

Em fevereiro ou março de 1980, tivemos o primeiro contato com Amazonas, Renato Rabelo e Ronald Freitas em São Paulo. A primeira ideia era que eu fosse para o Maranhão, trabalhar na Federação de Assistência Social e Educacional, a Fase, ligada à igreja católica. Estive uma vez em São Luís, mas esse emprego não deu certo e, naquele momento, aumentavam as divergências do partido no Ceará. Era o problema das duas estruturas.

Havia a articulação de Gilse Cosenza, que foi para o Ceará em 1975 através de Pomar e estruturou a direção do partido com Benedito Bizerril e Chico Lopes. E havia Jorge Paiva, que fora da AP e havia montado uma estrutura em torno dele. Era uma pessoa de difícil relacionamento, mas conseguiu eleger Maria Luiza deputada estadual pelo PMDB.

As duas estruturas não se integravam e no início a orientação era essa mesmo, pois se acontecesse de uma cair, haveria a outra. Maria Luiza teve o grande mérito de organizar o movimento pela anistia no Ceará. Mas, com a Anistia, voltaram os dirigentes do partido e deixou de haver perseguição. A direção nacional, após várias tentativas de unificação, tomou a decisão de reconhecer oficialmente a Estrutura 1 – articulada por Gilse Cosenza –

como o partido de fato, e fez uma conclamação aos companheiros da outra estrutura. Nessa época, o grupo de Maria Luiza afastou-se do partido e formou o Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Processo de acumulação de forças

E, então, começou o processo de acumulação de força do PCdoB. Em 1982, elegemos Chico Lopes vereador; em 1986, nos aliamos ao PMDB contra Maria Luiza, que já estava no PT. Ela ganhou a prefeitura e ficamos numa situação bastante difícil. Depois, veio o fracasso da administração, que foi desastrosa e, numa briga dentro do PT, ela acabou sendo expulsa. Nós continuamos a nossa caminhada. Fomos organizar a Federação de Bairros e Favelas e veio daí a filiação de Inácio Arruda, hoje senador.

Na campanha das Diretas Já, tivemos uma participação grande. Benedito Bezerril era da executiva do PMDB, por isso, participamos dos comícios já como comissão pró-legalidade. E a eleição de Tancredo foi uma consequência desse grande movimento cívico. Fui escolhido pelo partido para ser a pessoa que publicamente discursava em nome dessa comissão.

Em 1986, descobriu-se que havia um serviço de informações dentro da Universidade Federal do Ceará, com fichas que teriam sido enviadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). Alguns diretores do DCE – Inácio Carvalho, Linduína Fonteles e Francisca Martir – resolveram expropriar essas fichas. A Polícia Federal cercou o DCE, prendeu-os e houve grandes manifestações. Naquele momento, o presidente já era José Sarney, mas o desmonte desses órgãos de informação e de repressão ainda demorou um tempo. Esses companheiros foram presos, foi aberto processo, depois foram anistiados. Foi um acontecimento que teve grande repercussão regional.

Rica experiência

Não participei de guerrilha. Minha experiência foi de convivência com o povo pobre, o povo simples camponês do interior, da região amazônica, e considero uma experiência muito rica. Às vezes alguém pergunta: “Ah, você não se arrepende de ter perdido uma década?”. Eu digo que não perdi nada. Primeiro, participei da resistência, o que para mim foi importante. Segundo, aprendi muito como ser humano. Uma coisa é, como sociólogo, fazer uma pesquisa de como vive o povo pobre do interior, outra trabalhar na enxada como trabalhei na Bahia. Montamos uma escola e minha companheira passou a alfabetizar as pessoas. Em dois anos, éramos padrinhos de mais de 20 moradores da região. Na hora de ir embora foi aquele chororô.

A vida clandestina é muito difícil, mas na maior parte dela eu convivi com o povo. Na Bahia, era camponês e mascate, vendia roupa nas fazendas; em Rondônia, era topógrafo. Não esqueço certa vez, em Rondônia, em que eu estava numa região perto de Ariquemes, onde a malária era muito comum. E topografia na mata é difícil, é muito úmido e a lente do teodolito fica molhada, há abelhas, é um trabalho lento – precisa derrubar árvores, passar picada. Uma hora, o trabalho parou completamente. Encontrei um camponês com um saco

nas costas, branco, totalmente sem sangue por causa da malária, pedindo ajuda. Ele viera do Paraná em busca de terra, não tinha conseguido no Incra e saiu fazendo picada com a mulher, dois ou três filhos, sem motosserra, no machado. Os filhos e a mulher morreram de malária, ficou sozinho e queria dinheiro para voltar. Essa é a saga do nosso povo. Nós o levamos ao acampamento, demos de comer, juntamos o que tinha de dinheiro e lhe entregamos. Além do aspecto humano, creio que valeu a pena do ponto de vista da resistência. O resultado nós vemos no Brasil de hoje. Lógico, temos outros desafios, mas me sinto muito gratificado.



CARLOS HENRIQUE TIBIRIÇÁ MIRANDA

O carioca Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, conhecido como Caíque, nasceu no dia 24 de abril de 1951. Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FEA-UFRJ), teve uma intensa atuação política no período da ditadura militar. Como secundarista, participou de diversas manifestações estudantis e foi um dos criadores da União da Juventude Patriótica (UJP), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Atualmente, é membro da Comissão Política do PCdoB-RJ e responsável pela Fundação Maurício Grabois no estado.

Engajamento precoce

Minha primeira participação em atividades políticas foi na campanha para presidente da República, do Marechal Lott contra Jânio Quadros, em 1960. Eu tinha dez anos e formei, com os filhos de alguns comunistas, um comitê infantil pró-Lott e Jango e pró-Sérgio Magalhães, candidato a governador do então estado da Guanabara, contra Carlos Lacerda. Naquela época, como podia eleger o presidente de uma coligação e o vice de outra, ganharam Jânio e Jango. Com a renúncia do Jânio em agosto de 1961 e a tentativa de evitar a posse do vice, João Goulart, foram presas diversas pessoas na Guanabara. Meu pai foi um deles. Era a primeira vez que eu via a repressão.

No dia do golpe militar de 1964, meu pai estava fora de casa. Ele era oficial da reserva da Marinha e tentava fazer os fuzileiros navais reagirem e ocuparem o Palácio Guanabara, sede do governo do estado onde Lacerda estava. Mas, o legalismo da época impediu que houvesse essa ação. Os comandantes dos fuzileiros navais se recusavam a agir sem uma ordem expressa de Jango. Naquela noite, com meu pai ausente, a polícia entrou em casa e levou minha mãe. Assim, meu pai foi preso na renúncia de Jânio e minha mãe no dia do golpe.

Militância a partir do grêmio

O golpe militar, ocorrido entre 31 de março e primeiro de abril de 1964, pegou a esquerda despreparada. Havia poucos bolsões de resistência. Os que estavam na União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja sede foi incendiada, tiveram de fugir. Praticamente não houve reação, apesar do grande comício pelas reformas ocorrido em 13 de março. A minha participação nesses dois episódios foi ainda uma coisa de garoto. A militância efetiva só se deu a partir de 1965, quando já estava no Pedro II, o maior colégio federal do Rio de Janeiro, e com grande tradição de lutas. Ali, entre 1965 e 1968, comecei a atuar no grêmio com alguns estudantes que, mais tarde, ingressaram no chamado Agrupamento Comunista de São Paulo, uma dissidência do PCB, dirigida por Carlos Marighella.

O primeiro contato que tive com o PCdoB foi através de militantes do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. Era 1966 e havia sido realizada a 6ª Conferência do Partido Comunista do Brasil que aprovou o documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, no qual se fazia uma análise do golpe, dos seus ensinamentos, e se propunha uma estratégia, uma tática de combate à ditadura militar. Falava, ainda, de como deveria ser o processo de luta armada. Também recebi documento da recém-fundada Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB. Existia uma efervescência política e ideológica muito grande naquele período e eu, num primeiro momento, mantinha uma atuação junto aos companheiros da dissidência do PCB, que formariam a Ação Libertadora Nacional (ALN), e com o pessoal do PCdoB.

Forças em movimento

Naquele momento, existia também a Dissidência da Guanabara (DI-GB), saída do PCB – que pregava ser a revolução imediatamente socialista e, ao mesmo tempo, que o movimento estudantil não podia dirigir esta luta. Por isso, encampava prioritariamente as bandeiras específicas contra a política educacional, por mais vagas e verbas. O PCdoB e a Ação Popular tinham outra visão. Diziam que se devia, ao mesmo tempo, organizar as lutas específicas dos estudantes e uni-las à luta contra a ameaça neocolonialista, contra o imperialismo e contra a ditadura. A DI tinha muita força no Rio de Janeiro. Teve uma assembleia na Faculdade de Economia em que quase se conseguiu que o presidente da UNE, Luiz Travassos, não falasse tal era o nível de radicalização entre as diversas correntes do movimento estudantil. O pior é que a assembleia estava cercada pela polícia.

Um pouco antes, em setembro de 1966, tivemos o cerco policial à Faculdade de Medicina. Era o Dia Nacional de Luta dos Estudantes. O diretor saiu para negociar e houve um diálogo interessantíssimo. O comandante da tropa disse: “Vocês têm meia hora para decidir, depois vamos entrar”. E o diretor respondeu que só tinha uma maneira de entrar naquela faculdade: fazendo o vestibular. Antes do tempo estipulado, eles invadiram o local. Foi o chamado Massacre da Praia Vermelha. Depois disso, houve certo descenso no movimento estudantil.

Contudo, no início de 1968, os alunos da Faculdade de Química, dirigidos pela Ação Popular (AP) e pelo PCdoB, deflagraram uma greve que durou mais de 30 dias. Ela deu certo gás ao movimento, mas o episódio que deflagrou a luta estudantil foi o assassinato de Edson Luís de Lima Souto pela polícia, em 28 de março. O corpo do jovem foi levado para onde hoje é a Câmara de Vereadores. Ali houve uma disputa com os órgãos de repressão em torno da posse do corpo. Quem negociou para que o corpo passasse a noite ali foi Lincoln Bicalho Roque, mais tarde assassinado pela ditadura.

Estudantes nas ruas

O enterro de Edson Luís foi tranquilo, sem polícia na rua. Em 1º de abril – aniversário do golpe –, ocorreram manifestações que foram duramente reprimidas. No dia da missa de sétimo dia de Edson Luís, lembro-me que saí com uns 15 companheiros. A igreja da Candelária estava cercada pela polícia e com uma espessa nuvem de gás lacrimogêneo. Mesmo assim optei por entrar, mas os que estavam comigo recuaram. No final do culto, a cavalaria investiu contra os que saíam protegidos pelos padres.

Em resposta, no dia 19 de junho, fizemos uma manifestação no centro do Rio de Janeiro. Foi ali, pela primeira vez, que decidimos não correr e enfrentar a polícia. Nossas companheiras levavam pedras nas bolsas. Decidimos ir para cima deles. No final do dia um jipe do Exército, por acaso, deu de cara com a manifestação estudantil. Quando os soldados viram aquilo, correram e abandonaram o veículo, que foi virado e queimado. Jean Marc Von Der Weid, futuro presidente da UNE que tentava apagar o fogo e evitar que o jipe explodisse, foi preso dentro de um ônibus e acusado de ter sido o autor do incêndio.

Em seguida teve uma grande assembleia na Faculdade de Economia, que também foi cercada pela polícia. Resolvemos escapar por trás, em direção ao campo do Botafogo. Meta-de conseguiu fugir, contudo os que vinham atrás foram cercados e tiveram que pular para dentro do campo, onde cerca de 400 estudantes foram presos. Eu, que ainda era secundarista, fui detido nesse dia. Meu irmão viu pela televisão e avisou meus pais. Eles se dirigiram ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e conseguiram, no meio da madrugada, que eu fosse solto. Imagina: 400 estudantes universitários e secundaristas sendo presos e agredidos. Foi uma verdadeira comoção no Rio de Janeiro.

Sexta-Feira Sangrenta e Passeata dos Cem Mil

No dia seguinte teve um episódio que foi histórico: a Sexta-Feira Sangrenta. Tudo começou na embaixada americana e se espalhou pelo centro da cidade. Uma pauleira. Resultado

tado: um PM e vários populares morreram. Então a igreja, os artistas, o movimento popular e estudantil se unificaram para fazer uma grande passeata de protesto.

Depois de muitas ameaças, a manifestação acabou sendo liberada e ocorreu no dia 26 de junho. Era a Passeata dos Cem Mil. Ao final, foi escolhida uma comissão com o objetivo de dialogar com o governo do general Costa e Silva. Houve uma divergência clara no interior do movimento. A Ação Popular e o PCdoB se recusaram a participar. A UNE, dirigida pela AP, também se recusou. O diálogo proposto não conduziu a nada. Mas acredito que a AP e o PCdoB deveriam ter participado, enviado representantes e politizado a discussão.

Em seguida fizemos a chamada Manifestação dos 60 mil, e dali para frente houve um processo de radicalização crescente. Em 22 de outubro, na frente da Faculdade de Ciências Médicas, a polícia matou um estudante, Luis Paulo da Cruz Nunes. No dia seguinte organizamos outra manifestação. O pessoal da DI e do PCB defendia que deveríamos ir direto para o cemitério para não ter confronto. Nós, a AP e o grupo de Marighella defendíamos que o cortejo deveria passar pelo centro da cidade. Vencemos.

Então, o pessoal do Marighella foi para frente do jornal *O Globo* e depredou o edifício. Num certo momento, quando o batalhão de choque avançou, a atriz e cantora Vanja Orico se ajoelhou para tentar parar a investida dos policiais e eles passaram por cima dela. Ouviu-se barulho de tiros por todo lado. Pensávamos que eram de festim, até que notamos que eles perfuravam os carros. Os policiais estavam mandando bala de verdade em cima dos estudantes. Do meu lado tinha um popular, que nem estava na manifestação, e caiu com a cabeça varada por uma bala. Ele morreu na hora. Ao todo, morreram duas pessoas nesse dia.

Em dezembro tivemos o Ato Institucional número 5 (AI-5) e com ele a repressão absoluta ao movimento estudantil. As diversas organizações de esquerda mergulharam ainda mais na clandestinidade, notadamente o pessoal da DI. O PCdoB e a AP ainda tentaram manter o movimento estudantil organizado, através da UNE e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

O ingresso ao PCdoB e a escola de 1968

No Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, havia o Ronald Rocha, a Myriam Costa e o Lúcio Castelo Branco, que praticamente me recrutou. Nós tínhamos lá um organismo muito grande, inclusive alguns alunos do IFCS foram ao Araguaia. Fiquei de 1966 até 1968 definindo a organização política à qual eu iria me integrar.

No IFCS existiam todas as correntes de pensamento que se possa imaginar. E nós lançamos uma chapa do PCdoB, encabeçada por Ronald Rocha, e ganhamos a eleição do Centro Acadêmico. Acredito que tenha sido Centro Acadêmico Edson Luís (Cael). O PCdoB dividia a direção do CA da Química da UFRJ com a Ação Popular.

A ALN, agrupamento de Marighella, de luta anti-imperialista e de resistência à ditadura, independentemente da generosidade, da bravura, do caráter heroico e das ações revolucionárias, acreditava que não era necessário haver um partido político. Bastava uma organização para se partir para a ação e, dali, se construiria o partido. Defendia que o revolucionário não precisava pedir autorização à direção para fazer alguma ação, pois isso seria

um ato burocrático. E foi nesse processo de discussão que, no dia 13 de dezembro de 1968, acabei ingressando no PCdoB. Lembro-me bem dessa data porque estava sendo lido o Ato Institucional nº 5. Incorporei-me ao partido, entrei num carro e fomos fazer pichação contra o AI-5 nos estaleiros do Rio de Janeiro.

Em 1968, se não me engano, quem dava assistência à fração estudantil do PCdoB era Diógenes Arruda. Nessa época foi aprovado um documento de orientação para o movimento, que serviria para nortear a nossa atuação no Congresso da UNE em Ibiúna (SP). Eu era secundarista, mas recebia todos os documentos, porque valiam tanto para universitários como para secundaristas. Eles nos ajudavam nos embates políticos e ideológicos que ocorriam no período.

Existiam diferenças nas concepções e nas formas de organização. Havia discussões sobre o caráter da revolução brasileira e de como travar a luta contra a ditadura, se devia ser armada ou pacífica e, sendo armada, como deveria ser feita. O PCdoB tinha um documento chamado *Guerra Popular, o caminho da luta armada no Brasil*, que serviria de base para a preparação da Guerrilha do Araguaia, iniciada em abril de 1972. O ano de 1968 foi, para nós, uma escola.

Vida clandestina

Nós tínhamos métodos absolutamente clandestinos, inclusive nomes frios. Meu nome no partido era Assis e, posteriormente, na União da Juventude Patriótica, Artur. Para participar de reuniões com membros da direção ou de cursos entrávamos nos carros de olhos fechados e assim permanecíamos. Rodávamos um tempão até chegarmos ao local do evento. Não podíamos saber onde era.

No movimento de massas, as pessoas se encontravam e era muito fácil identificar quem era quem. Mas na militância partidária tudo era absolutamente clandestino. A partir de 1969 houve um aumento das ações armadas na cidade. E, ao contrário, insistimos em continuar dentro do movimento de massas. Em março de 1970 fizemos uma manifestação de 400 pessoas contra a agressão norte-americana ao Camboja e pelo voto nulo nas eleições. Três ou quatro estudantes se encontravam num ponto da cidade e eram levados em grupos até o local onde seria o ato.

Quando começou a concentração, subiu Ronald Rocha representando a UNE e em seguida falou Luís Artur Turíbio, o Turiba, representando a Ubes. Nesse momento incendiámos uma bandeira dos Estados Unidos, enforcamos um boneco do Tio Sam e desfraldamos uma bandeira vietcongue, que era vermelha e azul, com uma estrela dourada no centro. Entramos na Avenida Rio Branco e ali houve repressão com a prisão de um companheiro secundarista.

Quando entrei para o partido me incorporei ao Comitê Estudantil Secundarista, que dirigia os militantes dessa frente. Nesse comitê estávamos Turiba, Manuel Lapa, Ubirajara Soares, Iracema Soares, Joel Vasconcelos Santos e eu, entre outros.

Eu era do Grêmio do Pedro II até o seu fechamento com o AI-5. Não era da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Ames) nem da Ubes, mas era um dos responsáveis por arrumar local para as lideranças estudantis que iam ao Rio de Janeiro se reu-

nir, inclusive para reunião da diretoria da Ubes. Quando chegavam os quadros da AP, que estava meio sem esquema no Rio, nós os recebíamos e os alojávamos, pois nesse momento tínhamos uma estrutura maior. Assim, conheci Gildo Lacerda e José Carlos da Mata Machado e Honestino Guimarães. Em 1970 desfilei com Gildo numa escola de samba. Todos eles foram assassinados pela ditadura.

A última reunião da Ubes, antes de ser completamente desarticulada pela repressão, foi feita num sítio de meu pai em Teresópolis e durou uns quatro dias. Dela participaram Marco Melo, Bernardo Joffily, Alanir Cardoso e Euler Ivo, todos da Ação Popular. Do partido estávamos Turiba, eu e nossos representantes na Bahia e no Ceará. No mesmo sítio, posteriormente, foi realizada a conferência estudantil secundarista da União da Juventude Patriótica.

União da Juventude Patriótica

A UJP foi um desdobramento da linha estabelecida pelo partido que tinha como centro o combate à ditadura e ao imperialismo norte-americano. Para isso, era preciso uma organização mais ampla que uma união de juventude comunista, embora, durante algum tempo, essa dúvida tenha pairado inclusive na direção estadual. A posição de Carlos Danielli foi decisiva na definição pela criação de uma entidade de jovens anti-imperialista e de natureza democrática, que refletisse o documento *União dos brasileiros*, mas que não se confundisse com o partido. Durante o ano de 1969 houve esse processo de debate e em 1970 a entidade foi criada.

Ela era muito mais ampla que o PCdoB, agregando pessoas que não necessariamente ingressavam no partido. A UJP teve o seu auge entre 1970 e 1972. Quando o Exército atacou a Guerrilha do Araguaia, em abril de 1972, foi para cima de nós no Rio de Janeiro.

Myriam Ribeiro Costa, num balanço que fez com Lincoln Bicalho Roque, constatou que em setembro de 1972 havia 600 pessoas na UJP. Elas organizavam-se clandestinamente em núcleos nas escolas secundárias e universidades. A Medicina da UFRJ, onde meu irmão estudava, era um curso com a duração de seis anos e com 12 períodos. Nós tínhamos organismos da UJP em todos eles. Com a saída do pessoal da DI para a luta armada, começamos a entrar e participar da direção do movimento estudantil na PUC, na Universidade Federal Fluminense (UFF), na UFRJ etc. E a UJP ia se constituindo como a principal força política entre os estudantes cariocas.

Direção da UJP

A União da Juventude Patriótica foi criada no Rio de Janeiro e na medida em que a experiência desse certo seria estendida aos demais estados. As primeiras reuniões foram conduzidas pelo Comitê Regional da Guanabara, dirigido por Jover Telles, Armando Frutoso e Lincoln Bicalho Roque.

Na primeira direção da UJP, o secretário político, dirigente máximo, era Lincoln Bicalho Roque, um quadro experimentado, capacitado politicamente, e extremamente amplo na sua atuação – um agregador. Foi um dos melhores militantes que já conheci na minha vida.

Nela, atuavam também Myriam Ribeiro Costa, eu – representando o setor secundarista – e mais dois companheiros. Um deles – tenho quase certeza – foi o filho de Salatiel, que militava no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O outro era do movimento popular. A secretária de Organização e responsável pela publicação do jornal da UJP era a Myriam, codinome Mariana. O nome de guerra do Lincoln era Mário. No setor universitário, tínhamos a Lúcia Souto, posteriormente deputada e médica e a Mônica Tolipan na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Davi Tygel, que era do conjunto Boca Livre, chegou a fazer um hino para a UJP.

Estrutura

A estrutura da UJP era organizada em núcleos compostos de três a cinco pessoas. Tínhamos uma comunicação bastante ofensiva levando em conta as duras condições de clandestinidade em que vivíamos. Por exemplo, fizemos algumas chuvas de panfleto, que era uma das marcas da UJP. Isso funcionava da seguinte maneira: num determinado dia, vários casais da UJP entravam em edifícios do centro do Rio de Janeiro dizendo que iam até algum lugar do prédio. Localizavam-se em janelas estrategicamente escolhidas. Na hora marcada todos despejavam o material que tinham levado.

Eram ações que exigiam um grande grau de ousadia. Todo militante andava com uma caneta Pilot para fazer pequenas pichações. Pichávamos tudo que era ônibus, banheiros públicos, paredes de escola etc. Tínhamos também adesivos improvisados. Pegávamos fitas crepes e colocávamos um carimbo com a marca da UJP. O jornal da UJP tinha uma tiragem elevada para a época. Por exemplo, havia faculdade em que em todas as carteiras tinha um jornal. Era um sistema de comunicação muito ostensivo, levando em conta o período em que vivíamos.

Recrutamento

Na virada de 1971 para 1972, começamos a organizar as comemorações dos 50 anos da Semana de Arte Moderna. Então reunimos todo mundo – o pessoal do PCdoB, AP, Organização Revolucionária Marxista, Política Operária (Polop), PCB, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Fração Bolchevique – e conseguimos fazer um jornal chamado *Pau-Brasil*, que tinha uma tiragem gigantesca. A UNE e a Ubes não assinavam porque não era permitido. Mas, a UNE esteve representada ali por Umberto Câmara Neto, que seria assassinado pela ditadura.

Nós ainda fazíamos assembleias de uma forma muito ampla. Esse movimento era uma fonte para recrutamento tanto para a UJP como para o partido. A prova da eficiência desses recrutamentos é que do Rio de Janeiro foram para a Guerrilha do Araguaia Lúcia Maria de Souza, Maria Célia, Adriano Fonseca, Jana Moroni, Arildo Valadão, Áurea Valadão, Guilherme Lund, Hélio Luis Navarro, Antônio da Pádua Costa, Tobias Pereira Jr., Telma Regina Correia, Luís René Silveira e Ciro Flávio Salazar. Hoje eles compõem a lista de mortos e desaparecidos políticos. E a seleção para o Araguaia era extremamente rígida.

Isso tudo mostra que o PCdoB não se reduzia a uma única forma de luta, como uma questão de princípio, mas articulava a luta armada com uma intensa atuação nas cidades. Quando a Guerrilha foi atacada, como disse, estávamos preparando a comemoração dos 50 anos da Semana de Arte Moderna, em torno da UNE e da Ubes clandestinas.

Apesar da repressão, a nossa atuação era intensa, tanto na UJP quanto no partido e no movimento estudantil secundarista. O setor de vestibulandos era interessante. Construíamos o nosso movimento universitário a partir dele, direcionando onde o militante secundarista deveria fazer vestibular. Alguns queriam ir para a área da saúde e nós falávamos: “Vai fazer enfermagem porque ali não tem ninguém nosso”. Construimos trabalho em várias universidades dessa maneira. Tinha um jornal chamado *Funil* que era dirigido pelo partido e pertencia ao comitê dos vestibulandos.

Atuávamos em outros segmentos da pequena burguesia: intelectualidade, jornalistas, professores etc. Tínhamos também atuação nos bairros populares. Quando a UJP foi fortemente atacada no movimento estudantil e mataram Lincoln Bicalho Roque, ela sobreviveu em função do nosso trabalho em alguns bairros. Ali era mais fácil se manter clandestino.

Prisões e mortes na UJP

A UJP foi fundada em 1970 e viveu até 1975. Grosso modo ela teve dois grandes períodos. O primeiro é o da sua fundação e crescimento, quando ela ocupa um espaço vazio deixado por outras organizações. Então surgia gente de todo lado e começamos a dirigir muitas entidades. Isso foi até meados de 1972.

A partir de 1972, houve uma onda de prisões no meio secundarista. Um camarada foi preso em São Paulo e entregou determinada casa, pois acreditava que não tinha mais nenhum militante vivendo nela. Mas ali estava o secretário político do Comitê Estudantil Secundarista, Tasso de Lara Donato. Ele tinha uma companheira, Cristina Capistrano, filha de David Capistrano, que também era do Comitê Estudantil. Prenderam os dois.

Depois a repressão chegou aos secundaristas do Rio de Janeiro. A primeira queda graúda, em junho de 1972, foi a do camarada José Roberto Brom, que era da direção estadual. Em agosto, Ronald Rocha foi preso e no início de 1973 ocorreu o assassinato de Lincoln Bicalho. Então os membros do comitê universitário também foram detidos e torturados. Nelson Nahon, entre outros, estava na Baixada Fluminense tocando a UJP. Esses só foram presos em 1975. Neste ano caíram nas mãos da polícia Delzir Mathias, Arlindenor Pedro de Souza, Dilcélia Quintela e Uirtz Sérvulo.

Lembro-me também que Elisabeta Boneti foi presa ainda em 1971. Ela era do Comitê Estudantil Secundarista junto comigo. Foi sequestrada no pátio da escola. Teve até um embaraço diplomático, por causa da sua nacionalidade italiana. Houve, então, um acordo para que ela saísse do Brasil. Tanto Elisabeta quanto Joel eram quadros que atuavam no meu organismo.

Nesse mesmo período se deu a prisão e assassinato do Joel. Ele foi preso no dia 15 de março de 1971. Estava levando *A Classe Operária* e alguns jornais da UJP a um companheiro, Antonio Carlos de Oliveira da Silva, o Macandal, no morro do Borel, na Tijuca. Acabou

sendo levado para o Dops e dali para o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Macandal saiu e Joel não. Desde então nunca mais foi visto. Ele se tornou o primeiro morto e desaparecido do PCdoB. Era aluno da Escola Técnica de Comércio do Rio de Janeiro, designado para atuar na Ames. E representava o Rio de Janeiro na Ubes.

Eu e Joel, de vez em quando, pegávamos o trem da Central do Brasil às 4 horas da manhã. Íamos até a última estação e ali colocávamos panfletos nos bancos. O pessoal entrava, pegava o material e lia. Nós atuávamos muito juntos. Então, houve essas duas perdas, mas foram isoladas. Ninguém caiu por causa deles, pois não falaram nada de importante. Joel, por exemplo, tinha o endereço de alguns de nós, inclusive o meu. Não delatou ninguém.

Fomos avisados que iria cair a repressão sobre nós em janeiro ou fevereiro de 1972. Alguns militantes da Fração Bolchevique foram presos durante a comemoração da Semana de Arte Moderna e quando saíram nos disseram: “Vocês estão crescendo e a polícia já está de olho em vocês”.

Preso na Rua Barão de Mesquita

As prisões começaram numa segunda-feira. Eu cobria os pontos e as pessoas não apreciavam. Na sexta-feira, em junho de 1972, fui preso. Os policiais meteram o capuz na minha cabeça e me jogaram no chão do banco de trás de um fusca. Seguimos para a Rua Barão de Mesquita. O dirigente José Roberto Brom também fora preso e teve um comportamento exemplar. Ele tinha nas mãos parte da estrutura do partido, inclusive da direção estadual, e não entregou nada.

Quando cheguei ao DOI-CODI, percebi que meu setor inteiro havia caído. Então começamos a montar o quebra-cabeça sobre como aquilo teria ocorrido. Nos interrogatórios, eles queriam saber sobre a estrutura do partido. Mas a área que eles achavam que eu conhecia estava toda presa. Minha sorte foi que os policiais acreditavam que eu era da UJP, e do Comitê Secundarista do PCdoB no Rio. Não sabiam que eu tinha contato com a direção regional, com Lincoln Bicalho, Delzir Mathias, Nelson Levy, Armando Frutuoso e Jover Telles. Por isso, depois de duas semanas, eu estava solto. Tinha apenas que ficar assinando um livro no Ministério do Exército, para provar que não estava clandestino. No início ia quase todo dia, depois de algumas semanas me dispensaram desse ritual.

Quem não estava preso significava que já tinha fugido. Escaparam apenas dois companheiros do comitê secundarista: Juca e sua esposa, Chiquinha.

Antessala do inferno

O objetivo da repressão não era só detectar a estrutura e prender as pessoas, mas acabar com a sua perspectiva de militância. Muita gente parou de atuar em função da prisão e das torturas. O DOI-CODI era a antessala do inferno.

Meus pais tinham um parente que era da alta hierarquia da igreja católica e através dele chegaram a dom Eugênio Sales. Ele soube que eu tinha ouvido um dos policiais dizer:

“Aqui eu sou Deus e eu posso fazer o que eu quiser com você. Eu posso te matar e posso fazê-lo desaparecer”. Imagina para dom Eugênio a heresia que representava alguém dizer que era Deus!

Minha mãe, tentando me localizar, foi ao Ministério do Exército e ouviu de Adyr Fiúza de Castro, responsável pelo DOI-CODI no Rio: “Minha senhora. Eu sou um fanático, fui preparado para destruir, minha missão é matar”. E ela respondeu: “E eu fui preparada para construir, minha missão é curar, eu sou médica” e meu pai acrescentou: “E eu sou professor”.

Quando se chega a um local desses, onde a tortura é generalizada, tem que montar uma estratégia para ficar inteiro e conseguir sair vivo. Quem apanhou muito foi Zé Roberto, pois sabiam que ele era assistente do Comitê Regional da Guanabara e tinha informações importantes.

Prisões e assassinatos em sequência

No dia 1º de novembro de 1972, a minha casa foi invadida; queriam me prender outra vez. Mas eu estava em Teresópolis. Alertado por meu pai e minha irmã, fugi para São Paulo, onde fiquei escondido até o início de 1974.

Entre o final de 1972 e os primeiros meses de 1973, mataram Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Danielli, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho. Lembro-me que estava descendo a Avenida São João, em São Paulo, e vi estampada no jornal a notícia da morte desses camaradas. A mesma coisa aconteceu quando da Chacina da Lapa. Coisa terrível.

Em 1976 estávamos sem contato com o Comitê Central pelas quedas que haviam ocorrido nos anos anteriores. Cheguei em casa e minha mulher falou que haviam ligado querendo saber o que estava ocorrendo. Parece que havia tido uma repressão pesada. Liguei o rádio e tive a notícia da tragédia. Mas só tive certeza de quem eram quando falaram o nome Pedro Pomar. Então, fui sentando e falei: “Pegaram o Comitê Central”. Essas foram as informações mais duras que recebi no período da ditadura.

Em 1974, retornei ao Rio de Janeiro para fazer vestibular na Faculdade de Economia da UFRJ. Matriculei-me sem saber direito como é que estava minha situação junto à polícia política. Como nada aconteceu, me reincorporei ao movimento estudantil.

Logo depois, passei a atuar no jornal *Opinião*. Em 1975 fundaram o jornal *Movimento* e através dele começamos a aglutinar as pessoas que iam saindo da clandestinidade e mesmo da prisão. Zé Roberto e Delzir Mathias, entre outros, participaram desse processo em torno do jornal *Movimento*.

A UJP chegou ao fim quando as últimas pessoas que estavam mantendo a estrutura foram detidas: Delzir, Arlindenor, Nelson Nahum, Dilcéa, Uirtz etc. Delzir foi barbaramente torturado. Os agentes, inclusive, tinham um atestado de óbito em seu nome previamente feito. Modesto Silveira salvou-o num hospital militar.

“Guerrilha de Marabá”

A primeira informação que tivemos sobre a Guerrilha do Araguaia foi que ela estava ocorrendo em Marabá. Por isso pichávamos “Viva a Guerrilha de Marabá!”. Quando fui solto, o policial no DOI-CODI me disse: “Não quero te ver em Xambioá”. E eu lá sabia onde ficava Xambioá?

Naqueles anos, o militante da UJP da Faculdade de Medicina da UFRJ, Cláudio Taibas, ajudado por Brás, faziam o *Libertas*, todo impresso artesanalmente em tela de *silk-screen*. Era um jornal muito bonito, distribuído para toda a Faculdade de Medicina e algumas outras unidades. Usando essa estrutura, que conheciam bem, passaram a imprimir algumas edições do jornal clandestino chamado *Araguaia*.

Quando voltei ao Rio, em 1974, comecei a recebê-lo. Mostrei para Zé Roberto e Delzir que também não sabia de onde estava vindo o jornal. O *Araguaia* começou a sair no período em que já havia ocorrido o ataque à comissão militar da Guerrilha, com a morte de Maurício Grabois; portanto, circulou quando o movimento armado já estava praticamente aniquilado. Mas, ainda não tínhamos informação da derrota.

Fortalecimento do PCdoB depois de 1964

O partido no Rio de Janeiro, com as dissidências que ocorreram no PCB após o golpe militar, começou a se fortalecer. O primeiro acontecimento foi a incorporação do Comitê dos Marítimos, dirigido por José Maria Cavalcanti e Luiz Guilhardini. Esta era uma categoria operária importante, com tradição de luta.

No transcurso do agravamento das divergências no interior do PCB, se formou a chamada “Maioria Revolucionária” do Comitê Regional da Guanabara. Uma parte desses militantes, comandados por Jover Telles e Armando Frutuoso, através de um processo que chamaram de “reencontro histórico”, ingressou no PCdoB. Mais tarde, em 1973, ocorreria a incorporação da Ação Popular.

Tudo isso fez com que o Partido Comunista do Brasil ficasse mais forte no estado e no país. Mesmo quando em dezembro de 1976 houve o ataque ao Comitê Central, o PCdoB não deixou de atuar. Após a Queda da Lapa, no Rio de Janeiro, atuávamos através do jornal *Movimento* e ainda tentávamos fazer trabalho de massas.

Fora do país estavam Diógenes Arruda, Renato Rabelo, João Amazonas, Dynéas Aguiar e Nelson Levy. Eles organizaram uma direção no exterior que mandava diretivas pela rádio Tirana, da Albânia, e pelo jornal *A Classe Operária*, cujos artigos também eram transmitidos por aquela emissora. Nós gravávamos, batíamos à máquina, imprimíamos e distribuíamos as orientações.

Em 1975 o PCdoB havia lançado um manifesto aos brasileiros. Ali colocou claramente as suas consignas: Constituinte, fim de todos os atos de exceção e anistia. Eram as três bandeiras para se combater a ditadura. Nesse período, no Rio, atuávamos sem contato direto com o Comitê Central.

Em 1978, participei da direção da campanha de Modesto da Silveira para deputado federal, juntamente com Delzir Mathias, Arlindenor Pedro de Souza e Gildásio Cosenza. Após a vitória eleitoral, numa reunião de avaliação, apareceu Rogério Lustosa, membro do Comitê Central. Ele nos comunicou que íamos começar a reorganizar o partido. Era o período da realização da 7ª Conferência do PCdoB na Albânia. Ainda não havia tido a Anistia.

Jover Telles

Jover Telles era secretário político do Comitê Regional da Guanabara, membro da Comissão Executiva do Comitê Central e o traidor responsável pela Queda da Lapa. Eu o conheci muito, pois atuava diretamente com ele. Jover era oriundo da chamada “Maioria Revolucionária” do Comitê Regional da Guanabara. Entrou para o partido junto com Armando Frutuoso, morto e desaparecido na ditadura.

Era um quadro político experimentado, tinha escrito livro sobre a história do movimento operário. Entrávamos de olhos fechados nas reuniões que ocorriam num aparelho partidário e ele já estava lá. Os principais dirigentes no Rio eram: Jover, Frutuoso, Lincoln Oest e Lincoln Bicalho. Nós reverenciávamos essa turma.

O partido montou uma comissão com o objetivo de apurar quais as razões para a descoberta da casa na Lapa, onde se reunia o Comitê Central. Alguns já suspeitavam de Jover, mas uma coisa é uma pessoa fazer tal acusação, outra é a responsabilidade que cabe a uma organização política. Rastreado tudo, concluiu-se pela culpa dele.

Acredito que alguém de outra organização política o tenha localizado e nos comunicou. Pediram a ele uma carta explicando o que ocorrera. Ele escreveu uma história da carochinha de como escapou junto com Zé Novaes. Na verdade, para não levantar suspeita, a polícia também deixou fugir Zé Novaes, que o acompanhava na saída daquela reunião do Comitê Central. Só que Zé Novaes foi direto para a Bahia e logo entrou em contato com o partido; mas Jover sumiu. Hoje se sabe que ele negociou com a repressão e recebeu, se não me engano, 100 mil cruzeiros e um emprego para a filha numa fábrica de armas.

Ele não sabia que João Amazonas não iria estar na reunião, porque Pomar é que ia para uma atividade fora do Brasil. Mas, no último momento, teve um problema de saúde na família e negociou para Amazonas viajar em seu lugar. Essa informação Jover não tinha e, por isso, a repressão acreditava que João estaria presente na reunião da Lapa. Acabaram assassinados Pomar e Arroyo. Na tortura ainda morreu João Batista Drummond. Ele tinha vindo da AP antes da incorporação desta ao PCdoB. Na época, isso causou certa crise entre as duas organizações.

Reorganização pós-anistia

A partir de 1979, com a Anistia, os dirigentes começaram a regressar. Voltaram Arruda, Amazonas, Nelson Levy e Dynéas. Nesse momento havia uma luta interna no partido. Surgiam várias divergências. Ainda caberia lutar contra a ditadura tendo como centro as bandeiras presentes no documento de 1975? Haveria lugar para uma ampla frente

democrática? Seria correto colocarmos a cara para fora, criando o jornal *Tribuna da Luta Operária* e formando uma comissão pela legalidade do PCdoB? Ou deveríamos continuar nos fingindo de mortos? Estes eram temas colocados nos nossos debates.

Tendo como fachada a discussão sobre a Guerrilha do Araguaia – se ela havia sido correta ou não –, um grupo de pessoas se organizou paralelamente à estrutura do partido. Em março de 1980 o Comitê Central aprovou um documento denunciando essa ação divisionista que ia contra a unidade e as orientações do partido. No Rio de Janeiro isso teve certo impacto. Ali foi realizada uma reunião da qual participaram Nelson Levy, Delzir Antonio Mathias, Carlos Gomes, Alcir Henrique da Costa, Flora Abreu, Marcos Aurélio, Rogério Lustosa, Dynéas Aguiar e eu.

Nesse dia, Nelson Levy puxou um documento combatendo o documento do Comitê Central e Dynéas perguntou se o documento que estava sendo criticado também ia ser distribuído. Diante da negativa de Levy, ele tirou da pasta o documento do CC e distribuiu na reunião. Resumindo a ópera, ao final da reunião formaram-se dois grupos. O primeiro de cinco pessoas (Levy, Alcir, Flora, Carlos Gomes e Delzir) e o segundo de quatro (Rogério, Marcos, Dynéas e eu). Eles então buscaram se constituir enquanto Comitê Regional do Rio de Janeiro. Respondemos que havia duas maneiras de eles virarem direção estadual: pelas bases, o que não ocorreu, ou por indicação do Comitê Central, então representado por Dynéas. Assim, eles foram desautorizados.

Nós saímos da reunião, fomos para outro local, e nos constituímos na Comissão de Reorganização do partido no Rio de Janeiro. Ela passou a ser composta por Maria Dolores, José Roberto Brom de Luna, Luis Fernandes e eu. Fizemos então a primeira conferência clandestina, realizada em Cabo Frio, e elegemos o Diretório Regional do Rio de Janeiro. A segunda conferência, também clandestina, foi num sítio em Jacarepaguá, e contou com a presença de João Amazonas. Todo mundo ia de olhos fechados. Se tivesse cinco pessoas que sabiam a localização do sítio era muito.

Disputando as eleições

Em 1976 apoiamos Antônio Carlos de Carvalho do MR-8, que foi eleito vereador. Dois anos depois apoiamos Raimundo de Oliveira e Modesto da Silveira, também eleitos. Contudo, em 1982, o partido resolveu lançar um candidato a vereador na capital – o nome escolhido foi o de Arlindenor – e a deputado estadual – que seria eu. Lançamos também vereadores em Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Nova Iguaçu, Caxias. Na verdade, isso era para reorganizar o partido. Não tínhamos muitas perspectivas de vitória.

A eleição era quase geral: para governador, senador, deputados, prefeitos e vereadores. O problema é que, na época, o voto era vinculado. Ou seja, para votar nos nossos candidatos tinha que se votar também em Miro Teixeira para governador e Arthur da Távola para senador, ambos do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB). Naquele momento as pessoas mais à esquerda estavam apoiando Brizola ou Lysâneas Maciel. Deu Brizola nessa eleição e eu tive quase quatro mil votos para deputado estadual.

Articulações pela democracia

Aquele agrupamento que saiu do PCdoB e formou o Partido Revolucionário Comunista (PRC) tinha uma proposta de ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT). A nossa posição era de continuar no PMDB, uma frente política para conquistar a democracia. Em seguida, entramos na campanha pelas Diretas Já. A emenda Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas para presidente, teve a maioria dos votos, mas foi derrotada por não conseguir os votos necessários.

Aos sairmos da Cinelândia, depois da derrota da emenda das Diretas, bandeiras da comissão da legalidade do PCdoB foram levadas para a sede do meu comitê de campanha. Gildásio e eu tínhamos montado uma gráfica ali. A Polícia Federal chegou junto e invadiu o local. Resultado: ela apreendeu toda aparelhagem e o *offset* que tínhamos suado para montar. Aí se abriu um processo. A acusação era de que estávamos tentando derrubar o regime. O julgamento felizmente se deu quando Tancredo Neves já tinha sido eleito no Colégio Eleitoral. Então, o advogado Marcelo Cerqueira quis arrolar como réu no processo o próprio Tancredo, por ele ter, concretamente, posto fim ao regime militar. Foi uma zona dentro da auditoria, uma confusão. Essa tirada do Marcelo foi histórica. Acredito que foi um dos últimos processos contra o partido.

Bom, com a derrota da emenda, veio a questão: nós vamos disputar no campo deles ou não vamos? Devemos ir para a disputa no Colégio Eleitoral? O partido decidiu ir ao Colégio Eleitoral e apoiar a candidatura de Tancredo Neves contra Paulo Maluf, candidato do regime militar. O PT decidiu pelo boicote. Olha só a confusão política e ideológica nesse período.

Fomos ao Colégio Eleitoral, Tancredo foi eleito e morreu em seguida. Nova discussão: o vice-presidente José Sarney, que viera das hostes governistas, deve assumir ou não? O partido defendeu que assumisse. Decisão acertada, pois o presidente Sarney, entre outras medidas democráticas, legalizou todos os partidos clandestinos. Afinal, qual era a nossa bandeira? Qual era o grande objetivo tático pelo qual vínhamos lutando todos esses anos? Pôr fim à ditadura militar, conquistar e consolidar a democracia. Foi isso o que aconteceu, só que por meios que não previmos antes.

Estavam equivocados aqueles que, como os companheiros da Polop, no curso da luta contra a ditadura diziam ser contra a bandeira da anistia, pois isso significaria pedir para que os militares nos perdoassem. Quando defendíamos as liberdades democráticas, eles rebatiam dizendo que isso era uma bandeira burguesa e não socialista. Nós sofrendo na tortura e eles com uma conversa dessas, que na prática levava ao imobilismo das forças democráticas e oposicionistas. Em 1968 a dissidência estudantil do PCB gritava “Abaixo a ditadura dos patrões!” E nós respondíamos “Abaixo a ditadura militar e pelas liberdades democráticas!”. Estas eram palavras de ordem para a ação concreta. Nós não inventamos a correlação de forças, fomos atuando no curso da luta real. Creio que foi isso que fizemos e com razoável sucesso.

Reação da repressão

Com o avanço da nossa luta e a ampliação das conquistas democráticas, como a anistia, um agrupamento dentro do aparelho repressivo tentou resistir e investiu contra aquele processo. Um pouco antes, em 1975, havia ocorrido a morte de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho, ambos do PCB. Em dezembro de 1976, ocorreu a Chacina da Lapa.

Os jornais da imprensa alternativa ganharam um peso muito grande naqueles anos. Eram legais e, por isso mesmo, podiam ser expostos e vendidos em bancas de jornal. O que os elementos do aparelho de repressão faziam para impedir isso? Eles começaram a ameaçar e incendiar as bancas que teimavam em vender jornais alternativos.

Em agosto de 1980, os terroristas de direita enviaram uma carta-bomba à sede da OAB, que matou dona Lyda Monteiro. Outra bomba foi enviada à Câmara Municipal do Rio, que explodiu e mutilou a mão de um assessor do vereador Antônio Carlos de Carvalho, do MR-8. Na madrugada, a sucursal do jornal *Tribuna da Luta Operária* foi atingida por outro artefato explosivo. Como não feriu e nem matou ninguém, o episódio ficou pouco conhecido.

Na sequência, em 1981, na véspera do 1º de Maio, ocorreu o episódio da bomba do Riocentro. Ela explodiu no colo de um sargento, que morreu. Um capitão ficou ferido. Um Inquérito Policial Militar (IPM) declarou que eles haviam sido vítimas do atentado. Teriam sido atacados por terroristas, ligados a grupos de extrema esquerda. A *Tribuna da Luta Operária* estampou na capa “Figueiredo engole a bomba”. Então houve uma ordem para apreender toda a edição do jornal.

De manhã cedo peguei Eliana Lustosa, que era da redação, e fomos para a sede do jornal sabendo que haveria problemas. Na hora que chegamos, quando ia abrir a porta percebi que o pessoal da Polícia Federal nos cercava. Voltei a colocar a chave da sede no bolso e entrei na sala do lado. Liguei para meu pai, que era vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa, e ele mandou para lá as redes de televisão. Elas chegaram filmando.

Primeiro dissemos aos policiais que eles não tinham mandado de busca e apreensão e, por isso, não iam entrar. Eles disseram que iam invadir de qualquer jeito e então resolvi abrir. Contudo, os jornais procurados não estavam mais lá. Gildásio tinha tirado tudo e não tinha me avisado. Depois, ainda fizemos finanças com esse jornal apreendido pela ditadura.

Os policiais ficaram bravos por não terem encontrado o jornal. Começaram a vasculhar tudo e quando notei que iam chegando perto de uma bandeira da comissão pela legalidade do PCdoB, saí de perto. Então, um deles saiu com a bandeira vermelha, como um troféu. “O que é isso?”, perguntou. Eu retruquei: “Foi você que plantou esse material aí para nos incriminar”. Ficaram ainda mais enlouquecidos e nos levaram presos. Eu brinco que o Riocentro gerou duas prisões: a minha e a de Eliana Lustosa. A primeira pergunta que fizeram foi quais eram as ligações dela com Rogério Lustosa? Ela olhou e falou irônica: “Telefônicas”.

6º Congresso do PCdoB em 1983

O pessoal que formaria o PRC defendia a convocação imediata de um congresso à revelia da direção e cristalizou uma cisão. Naquelas condições, sob a ditadura, realizar um congresso amplo seria uma temeridade. Além disso, tinha acabado de ocorrer a 7ª Conferência, que nos deu certa organização e um direcionamento político ajustado.

Contudo, na primeira oportunidade, a direção do partido convocou o seu 6º Congresso, não açodadamente como os dissidentes pretendiam. Foram publicados três livrinhos que eram resultantes das teses aprovadas no 6º Congresso. Só para saber como era difícil fazer um congresso na clandestinidade, foi possível a participação de apenas dois delegados do Rio de Janeiro: Luis Fernandes e Maria Dolores. Mais do que isso colocaria em risco a segurança.



DILERMANDO NOGUEIRA TONI

Dilermando Nogueira Toni nasceu em 7 de novembro de 1947 em Belo Horizonte, onde passou sua infância e parte de sua juventude. Aderiu à Ação Popular (AP) e foi uma destacada liderança do movimento estudantil especialmente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde cursou Economia. Entrou para a clandestinidade em 1968 e, mais tarde, ainda durante o processo de discussão sobre a incorporação da AP ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), passou a integrar o partido. Foi deslocado para várias cidades do Nordeste e, no interior do Maranhão, ajudou na luta dos camponeses pelo direito à terra. Atualmente integra o Comitê Central do PCdoB.

Vida estudantil

Sou oriundo de uma classe média relativamente abastada. Estudei em escola particular todo o meu curso primário e depois, no secundário, fui para o Colégio Militar e lá fiz o ginásio e o primeiro ano do científico. Foi um período do qual não tenho nenhuma saudade. Fui expulso do Colégio Militar e aí tive que ir para uma escola pública, o Colégio de Aplicação, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais onde fiz o segundo ano científico.

O terceiro ano científico foi no Colégio Universitário da UFMG, um ensino público de excelente qualidade. Passei no vestibular de Economia, sem fazer cursinho, em 13º lugar entre

600 candidatos. Na Faculdade de Ciências Econômicas convivi com pessoas que hoje são muito conhecidas na sociedade brasileira, entre elas a presidenta da República Dilma Rousseff.

Havia um ambiente de esquerda na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Mas comecei a abrir minha mente já no Colégio de Aplicação e a participar das manifestações contra a ditadura no segundo semestre de 1966, quando eu era estudante do Colégio Universitário. Vendo as manifestações de hoje não se pode imaginar como era naquela época. Ia-se para a rua para apanhar e ser preso. E gritar e reagir como fosse possível. Não tinha refresco.

Aderindo à Ação Popular

Entrei para a Ação Popular (AP), em janeiro de 1967. Na minha época, em Belo Horizonte, as organizações tradicionais como o PCB e o PCdoB, eram mais frágeis. Havia o pessoal da dissidência do PCB. Mas, as principais forças em disputa no movimento estudantil eram basicamente a AP e a Polop. A AP tinha uma presença grande. Foram meus colegas de faculdade Abel Rodrigues Avelar, Petrônio Gabriel Frade, Chiquinho Maquieira. Esses são do PCdoB até hoje. Mas também havia o Aluísio Marques, que foi secretário da prefeitura de Belo Horizonte, a sua ex-esposa Dirlene, Marcos Gomes, que era da diretoria da UNE. O ex-ministro Nilmário Miranda, a ex-ministra Dorothea Werneck, o economista da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) Rogério Werneck e o deputado José Anibal (PSDB-SP) que naquela ocasião era de esquerda. Também Alberto Duarte que foi vereador em Belo Horizonte. Quero lembrar especialmente Gildo Macedo de Lacerda que morreu assassinado pela ditadura.

Em 1967 eu havia me transformado numa liderança na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Por isso o meu nome chegou a ser cogitado para ser da diretoria da UNE em 1968, mas eu tive de assumir outras tarefas.

Influência chinesa

Em 1967-68 a Ação Popular começou a sofrer uma influência chinesa maior. Várias camaradas – como Renato Rabelo e Ronald Freitas – foram para a China e passaram lá bastante tempo estudando e conhecendo o país. Mas também foi Jair Ferreira de Sá que era o principal dirigente da AP. Formulou-se então o que seriam os seis pontos estruturantes do que deveria ser uma organização revolucionária marxista-leninista.

A liderança da AP procurava compreender e definir o que era a nossa sociedade, o caráter da revolução brasileira, o caminho da guerra popular, a questão do partido de vanguarda etc. Por essa época a Ação Popular começava a se definir como uma organização marxista-leninista, muito simpática ao pensamento de Mao Tsé-tung. E então foi feito um realinhamento de todo mundo que estava na AP. Nestes seis pontos residia, grosso modo, a base da unidade com o Partido Comunista do Brasil.

Um desses pontos era qual deveria ser o perfil de seus militantes. A AP tinha uma grande base na pequena burguesia, entre os estudantes, intelectuais e tal. E se colocava o problema da guerra popular, no campo, naturalmente. Então um grande número de militantes

da Ação Popular foi para o campo com esse objetivo e também buscando uma transformação ideológica a partir da integração na produção. Não era uma transformação ideológica a partir de um conhecimento melhor do militante das bases da teoria revolucionária proletária, mas sim a partir de ele se integrar na produção. Precisava ser operário ou camponês. Era uma visão incorreta, mas foi o que prevaleceu naquela época.

Com o objetivo de me transferir para o campo, comecei a ficar cada vez mais longe dos meus estudos e da militância na minha escola. Não fui nem ao Congresso de Ibiúna em 1968 porque já estava me preparando para ser deslocado. Então foram feitas bateladas de reuniões para a escolha de áreas aonde devíamos ir. E assim foi feito.

Perseguição e clandestinidade

Já em meados de 1968 entrei para a clandestinidade. Eu já havia sido preso em Belo Horizonte em manifestação e era perseguido porque me destacava muito nos conflitos de rua. Eu era ágil e forte, pois praticava esporte. Num desses confrontos um policial ficou muito ferido. A partir desse dia passei a ser procurado pela repressão. Fazíamos muitos comícios-relâmpago pelas ruas, pontos de ônibus, na marquise da Escola de Economia etc.

Tem gente que se lembra disso até hoje. Dilma outro dia encontrou com Renato Rabelo, presidente do PCdoB, e falou: “Ah, o Diler vivia em cima de um banquinho, fazendo discurso”. Em todo lugar nós parávamos e começávamos: “Companheiros, abaixo a ditadura, fora o imperialismo”. Além disso, fazíamos panfletagens, discursos, ações sempre muito rápidas porque a polícia logo chegava. E assim a situação foi se radicalizando.

Nessa época eu estava sendo perseguido e, por isso, sempre tinha cuidado com o lugar onde dormia, por onde andava, e procurava não dar muita bobeira, não passar por certos lugares, não andar tarde. Era sempre preciso tomar certas precauções. Nesse período cumpri também algumas tarefas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Estadual dos Estudantes (UEE). Lembro que a UNE me delegou, como uma de minhas tarefas, ir a Curitiba no começo de 1968, ainda como estudante, para ajudar nas mobilizações.

A luta por Saluzinho

A partir do segundo semestre de 1968, fui viver em uma área rural conhecida como Serra Azul, na Mata da Jaíba, município de Varzelândia, Minas Gerais. O objetivo era me integrar na produção e preparar uma área de guerrilha. Na viagem, passei por Montes Claros e fui até Varzelândia de ônibus. De lá segui para a Serra Azul a pé por 60 quilômetros carregando uma mochila nas costas e um rádio, para saber as notícias, algum dinheiro e umas armas. Fui juntamente com um grupo bom de companheiros e por lá ficamos nove meses. Pelo rádio ficamos sabendo da edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), em dezembro de 1968. A situação radicalizava-se ainda mais.

Trabalhávamos na roça de feijão e de mamona. Mas lá nossa grande luta foi pela libertação de Saluzinho – Salustiano Gomes –, líder camponês que estava preso porque havia resistido de armas na mão a uma ação de grilagem. Latifundiários tinham tentado expulsar

uns camponeses e Saluzinho resistiu dentro de uma gruta e acabou preso depois de vários dias. Esse episódio teve muita repercussão na imprensa de Minas Gerais à época.

A luta por sua libertação foi conduzida com muito cuidado. Escrevíamos panfletos à mão, com lamparina, pois não tinha energia elétrica em canto nenhum. Essa luta mobilizou os camponeses porque Saluzinho era muito conhecido, muito querido. E ele estava preso em condições precaríssimas numa cidade chamada São João da Ponte, que era próxima a Varzelândia.

Fizemos algumas reuniões, sempre muito bem recebidas, e fomos fazer uma visita a ele na cadeia. Imagine a ousadia, eu perseguido indo visitar um preso. Mas lá eu não era conhecido e minha história de vida era outra. Fui montado numa mula e o sobrinho dele a cavalo. Nós andamos 36 léguas, que são mais de 200 quilômetros. Saluzinho se emocionou profundamente quando nos viu e nós nos identificamos como parentes dele.

Em meados de 1969 a repressão identificou o trabalho na Serra Azul. Antes que ela chegasse, nós saímos de lá. Saluzinho foi recambiado para Belo Horizonte, onde ficou preso um bom tempo. Só vim a ter notícias dele em 1988 quando voltei a morar em Belo Horizonte, vindo do Maranhão. Eu queria visitá-lo depois da redemocratização. Ia constantemente a Montes Claros fazer trabalho partidário e lá peguei o rastro dele e fui encontrá-lo no município de Itacarambi. E me lembro como se fosse hoje: nós estávamos de carro, numa estradinha de terra assim pelo interior, e ele vinha vindo numa carroça, puxada por um jumento. Tinha ido buscar água no rio. Quando Saluzinho me viu, ficou numa alegria só, me abraçou, chorou. Foi uma cena muito emocionante.

Ele nos convidou para jantar e durante a refeição ele disse: “olha, eu sou comunista até morrer, sou comunista roxo”. Foi a expressão que ele usou. Morreu pouco tempo depois. Foi um lutador, é uma referência do movimento camponês em Minas Gerais que não pode ser esquecida. Para mim foi extremamente importante tê-lo conhecido. Sua decidida posição de classe me marcou profundamente.

De volta a BH

Em meados de 1969, saindo da Serra Azul e indo para Belo Horizonte, um dos companheiros que estava comigo foi preso na chegada à capital. A informação de que dispúnhamos era a de que vários companheiros e aparelhos haviam caído em Belo Horizonte. Todo cuidado seria necessário para não sermos presos.

Mas esse companheiro, contra a minha vontade, resolveu se deslocar até a casa onde morava Loreta Valadares para fazer contato. Acontece que sua casa já era muito visada e estava sob a vigilância do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). O contato que tínhamos era outro, em outro lugar. Ele “furou” a regra e pagou por isso.

Ainda na Serra Azul, consegui convencer Oldack Miranda, irmão de Nilmário Miranda, que estava com a gente na época, a não fazer a mesma coisa. Ele e sua companheira queriam chegar à casa onde morava Loreta. E eu pedi encarecidamente para ele fazer o ponto de chegada numa outra casa, que era a de Petrônio Gabriel Frade. Foi assim que Oldack escapou de ser preso. Depois, ele foi deslocado para o Maranhão, para o trabalho

no Vale do Pindaré. Lá pegou uma malária desgraçada.

Em 1970, eu já estava em São Paulo e o pessoal da direção me mandou levar uns materiais e fazer discussões políticas na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão. Lá fui eu, de ônibus. Quando fui fazer o ponto de chegada em São Luís, Oldack estava lá. Mas, ele estava tão abalado da malária que não aguentava ficar em pé. Então sentou-se na guia da rua e disse: “Você não sabe o que aconteceu comigo: passou um rapaz aqui agora há pouco e me deu uma esmola. Pensou que eu fosse um mendigo”.

A vida em São Paulo

Saindo da Serra Azul, fiquei pouco tempo em Belo Horizonte e fui para São Paulo porque a polícia havia estado na casa de meus pais querendo me pegar. Fiquei uns meses morando no bairro da Mooca e conheci João Batista Drummond, que era de Belo Horizonte também e tinha sido colega de meus primos no colégio Loyola.

Depois fui para Mauá. Cheguei a participar de assembleias no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Tive muito contato com o pessoal de Mauá, com José Carlos e Gilda e com várias pessoas do Jardim Zaíra, entre os quais Raimundo Eduardo, que era filho de um pedreiro. Esse rapaz morreu torturado na Operação Bandeirantes (Oban). Eu coloquei o nome do meu primeiro filho de Raimundo Eduardo, em homenagem a ele. Meu segundo filho ganhou o nome de Carlos Daniel, em homenagem ao Carlos Danielli, dirigente do PCdoB que morreu sob tortura.

Nessa época a Ação Popular formou o Grupo de Trabalho Militar para executar algumas tarefas mais radicais e passei a integrá-lo. Em 1971 morei num barracão de fundos em Mauá com minha companheira à época, Maria Nelma Gomes Coelho. Eu me lembro que naquela época fazia muito frio e lá não tinha chuveiro quente. O banheiro era fora da casa. A água você tirava de um poço e botava num balde e ele servia como um chuveiro.

Eu já tinha sido condenado a seis meses de prisão em Minas e os meus direitos políticos já tinham sido cassados. Em São Paulo fui condenado a três anos de prisão num processo junto com Herbert José de Sousa, mais conhecido como Betinho, que morava no Jardim Zaíra e com quem tive uma convivência intensa durante alguns meses. Era uma pessoa muito generosa; tinha hemofilia, então vivia cheio de ataduras para evitar sangramentos. Ele trabalhava numa fábrica de porcelana em Mauá. E foi exatamente por causa da hemofilia que tanto ele quanto os irmãos Henfil (Henrique de Sousa Filho) e Chico Mário, nas transfusões de sangue, pegaram o vírus do HIV, e acabaram morrendo por falta de recursos na época.

Não me lembro exatamente de quando fui embora de São Paulo. Quem ficou morando no barraco foi José Carlos da Mata Machado. Ele era estudante de direito em Minas, filho do professor Edgar da Mata Machado, um jurista renomado, e esse rapaz morreu tempos depois, assassinado pela ditadura na queda dos remanescentes da AP. Depois da Anistia procurei o professor Edgar e falei para ele: “Sinto muito. Eu fui colega do Zé”. Acho que é uma obrigação daqueles que escaparam com vida dar um pouco de conforto para os pais dos que morreram.

Mudança para Salvador

De São Paulo, segui para Salvador onde eu fazia parte do Comando Municipal. Vários camaradas do Comitê Regional da Bahia foram presos; por isso, formamos um Comando Regional Provisório formado por Dalva Estela Rodrigues, que é de Minas, eu e mais alguns camaradas.

Na capital baiana, também comecei a ser perseguido. Primeiro houve o episódio da minha prisão na Ribeira, ocorrida na mesma ocasião que a de Emiliano José, atualmente deputado federal pelo PT da Bahia. Mas, consegui escapar da delegacia do Largo do Pagaio, para onde me levaram. E então fizemos muitas manifestações e pichações pela liberdade de Emiliano.

Depois teve o caso de Theodomiro dos Santos, condenado à morte em Salvador. Fizemos três manifestações contra sua sentença. Apesar de rápidas e convocadas clandestinamente, conseguimos juntar mais de cem pessoas. Isso ocorreu no governo do general Médici.

Por meio de alguns amigos meus, passei a ter informações que chegavam à minha família. Um desses recados foi “manda seu filho tomar cuidado, porque se for pego, não será apenas para ficar preso”. Quando vinha um recado desses já imaginávamos o que nos esperava. A repressão da ditadura pegou meu irmão em Brasília, onde ele servia ao Exército. Quase o mataram de tanto torturar. Atualmente ele tem 63 anos e até hoje não consegue tratar dos dentes de tanto choque que levou na língua. A tortura deixa sequelas agudas. Naquela ocasião, minha mãe disse, a quem quisesse ouvir, que preferia me ver morto a me ver traidor. Isso me dá forças até hoje.

Aproximação com o PCdoB

Na Bahia, tive um contato rápido com Ronald Freitas. Fui avisá-lo, em Feira de Santana, da prisão do pessoal do Comando Regional da Ação Popular. De tempos em tempos, eu me encontrava com Haroldo Lima.

Também lá fiz os primeiros contatos com o PCdoB. Nós discutimos na direção provisória e chegamos à conclusão de que, embora a AP ainda não tivesse se decidido, queríamos nos colocar sob a direção do PCdoB. Como não tínhamos muito contato com a direção da AP, havia aqueles que se precipitavam e os que preferiam fazer um movimento mais coletivo, levando os outros companheiros a adquirir essa mesma consciência. Eu fui um dos que se precipitaram.

De Salvador me mudei para Maceió. Lá, meu contato era Rui Frazão. Morei um ano em Maceió, vendendo confecções pelas ruas da cidade. À noite, pescava na lagoa do Mundaú, arrastando rede. Sobrevivia comendo ovo de pata e os pescados que eu pegava. Foi uma vida muito dura; eu pesava 51 quilos. Meu primeiro filho nasceu nessa época. Desde que cheguei a Alagoas, em 1972 até a Anistia, em 1979, eu me chamava João Francisco Pereira, mais conhecido como João Alagoano. Até hoje no Nordeste tem gente que me chama por este nome.

Rui Frazão

Mensalmente, minha mulher e eu tínhamos contato com Rui Frazão. Nossos encontros eram muito intensos. Rui defendia firmemente a ideia de que da fusão da AP com o PCdoB iria surgir um partido de tipo inteiramente novo, um partido marxista-leninista-maoísta, um partido da terceira etapa. Quando os outros camaradas da AP e ele próprio decidiram que deveriam entrar para o PCdoB, ele foi à minha casa para me comunicar. Lembro-me que chegaram ele e José Luís Guedes. Fizemos uma festa, pois nós tínhamos tomado essa decisão havia muito tempo. Depois ele foi assassinado pela ditadura militar. Senti muitíssimo a sua morte.

Rui Frazão era uma figura simples, muito educada. Uma pessoa muito afetiva e compreensiva, falava baixo, tinha formação em ciências econômicas e, por isso, eu tinha facilidade em conversar com ele, porque também sou dessa área. Lembro-me que discutimos quando houve a ruptura do padrão ouro, em 1971, com o fim do tratado de Bretton Woods e chegamos a trocar algumas opiniões sobre a crise.

Deslocado para o Ceará e para o Maranhão

De Maceió, o partido me mandou para o Ceará, e fui morar em Juazeiro do Norte. Lá passei todo o ano de 1973, trabalhando como marceneiro. Ficamos sob a direção de Wladimir Pomar que era do Comitê Central do PCdoB. Wladimir disse, outro dia, que o PCdoB resolveu mandar militantes do Nordeste para o Ceará, e depois do Ceará para o Maranhão, a fim de tentar constituir um apoio à Guerrilha do Araguaia. Portanto, eu fiz parte desse movimento.

Do Ceará fui para o Maranhão, para uma cidadezinha chamada Santa Luzia, incrustada na mata do rio Pindaré-Mirim. Fiquei no estado de 1974 a 1982. Lá nós demos continuidade ao trabalho político camponês que a Ação Popular havia desenvolvido pouco tempo antes na região do Pindaré. Estava desarticulado, mas foi um trabalho admirável, com ampla participação da massa camponesa radicalizada. Por lá passaram Ronald Freitas, Rogério Lustosa, Rui Frazão e vários outros camaradas, dirigentes e militantes. Manuel da Conceição era a principal liderança.

Para começar recrutamos Nonatinho, Raimundo Nonato da Silva, que era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia e havia tido contato com a luta anterior.

A questão básica que nos mobilizava era a da posse e legalização da terra e a grilagem, seu contraponto. Aquela era uma região de expansão da fronteira agrícola, então o camponês se mudava para lá e ocupava, desbravava, derrubava, plantava e colhia. Logo chegava o latifundiário com documento falso e, através do uso da violência e dos assassinatos, tomava posse, fazendo a chamada acumulação primitiva.

Entre os companheiros que foram para o Pindaré estava um operário que mora atualmente no ABC paulista, Dentinho. Lá ele foi trabalhar na roça, no meio da mata, na região do Buriticupu. Quase morreu de malária. Chegou a Santa Luzia carregado em uma rede, não falava mais. Só não morreu por causa da solidariedade de um acadêmico de Medicina

à época que apareceu por lá e que o levou para São Luís, onde havia mais recursos. Ele se comoveu com a situação porque o único médico da cidade havia se negado a atendê-lo.

Eu trabalhei como marceneiro, depois como soldador e mecânico de máquinas de serraria. Morei anos em casa de taipa coberta de palha de babaçu, sem ter uma geladeira, e durante anos só calçava uma chinela de dedo. Logo eu, que vinha de uma família abastada, da classe média alta. A luta impõe todas essas coisas.

Tensão no campo

Em Santa Luzia a violência era muito grande. Violência da polícia e dos pistoleiros contra a população pobre. E como estávamos firmemente empenhados na luta camponesa pela terra, éramos muito visados. Todo mundo era obrigado a andar armado 24 horas por dia. Eu não usava cabo em revólver para não fazer volume. Para me defender, dormia com a arma debaixo do travesseiro todo santo dia, nunca me separava dela em ocasião nenhuma.

Lembro que uma vez nós estávamos fazendo uma manifestação contra a grilagem, pelo direito dos trabalhadores à terra e de repente chegou um grupo de três pistoleiros e foram sacando as armas para atirar. Estava presente Luiz Pedro, que era deputado estadual do PCdoB. Ele era o alvo dos pistoleiros. Mas quando eles pensaram em botar a mão nas armas já estavam sob a mira dos companheiros havia muito tempo. Aí eles saíram correndo.

Havia muita tensão e pressão, as ameaças de morte eram cotidianas. Nestas circunstâncias tombaram várias lideranças camponesas. Mataram Nonatinho, depois mataram Zizi, que também era do sindicato, e vários outros. Nonatinho foi uma grande liderança, presidia o sindicato e fazia parte do Comitê Estadual do PCdoB. Era um tipo franzino, mas tinha a língua afiada. Ele tinha uma posezinha próxima a Santa Luzia. Lá eu ia encontrá-lo à noite, de bicicleta. E ficávamos no ranchinho dele discutindo, trocando ideia a noite toda. Depois, armávamos as redes e dormíamos. Nonatinho foi um lutador exemplar, um camarada dedicado, muito querido, e que tinha muitos amigos.

Um belo dia ele saiu de uma reunião do Comitê Estadual em São Luís e foi para Santa Luzia. Quando ele desceu do ônibus, foi morto. O enterro de Nonatinho foi muito emocionante. José Luiz Moreira Guedes era deputado e foi ao enterro. E muita gente de movimentos sociais daquela época, gente da igreja e de todo lugar. O pistoleiro que o assassinou fugiu. Mais tarde, ele andou falando que tinha matado uma pessoa em Santa Luzia, assim e assado, contando vantagem. Então, alguns amigos do Nonatinho foram lá saber direito quem era o tal assassino. E ele sumiu do mapa.

A Federação de Órgãos para Assistência Social (Fase) tinha um escritório em Santa Luzia e ajudava a luta camponesa. Nádia Campeão foi trabalhar lá junto com Marcos Kowarick, que era marido dela, em 1979. Eram agrônomos, formados em Piracicaba, São Paulo, e deram suas contribuições na luta dos camponeses.

A luta camponesa, naquela região, foi importante, e se espalhou por Imperatriz, Açailândia, Buriticupu, Santa Luzia, Santa Inês, Zé Doca e outros lugares. Isso frutificou. Até hoje Santa Luzia, Zé Doca e Santa Inês têm trabalho do partido.

A dor da saudade

Durante todo esse período, minha mulher e eu ficamos longe dos nossos filhos. Minha família e a dela os acolheram e deram a educação dos primeiros anos de vida. Meu segundo filho nasceu em Juazeiro do Norte, no Ceará, em 1974. Eu não estava mais lá, já tinha ido para o Maranhão. Fui vê-lo com dois meses de vida, rapidamente na rua, quando minha companheira ia entregá-lo a meus pais, em Belo Horizonte. O bebê Carlos Daniel iria se juntar ao irmão Raimundo Eduardo, dois anos mais velho, que já estava lá. Era muito grande a dor de uma mãe se separando dos filhos nestas circunstâncias.

Nossa postura era de que não dava para fazer guerrilha com filho na mochila. Fui vê-los quase dois anos depois. Eu chegava e eles perguntavam “quem é esse?”. Com um nó na garganta, eu dizia: “Eu sou o seu pai. Venham cá me dar um beijo”. Foram contatos muito esparsos, cercados de mil cuidados. A repressão procurava se aproveitar das relações familiares para mapear os militantes. Nunca disse a ninguém onde estava morando. Nenhum telefonema. Cartas eram raras e só de outros estados. Não se pode imaginar a alegria que sentimos quando a anistia foi conquistada. A primeira coisa que fiz foi pegar um ônibus e buscar meus filhos.

Chacina da Lapa

Eu fui a São Luís em dezembro de 1976, peguei uma revista *Veja* na rodoviária e lá estava a notícia de que tinha caído a reunião do Comitê Central do PCdoB. Wladimir Pomar tinha sido preso. Era a Chacina da Lapa. O que devíamos fazer se a pessoa com quem tínhamos contato havia caído? Nós tínhamos duas opções: sair ou ficar e resistir.

Decidimos ficar, tomar medidas de precaução e estabelecer uma rota de fuga. Passávamos a noite inteira em plantão. De duas em duas horas trocava-se o plantão. Era penoso porque trabalhávamos o dia inteiro no pesado e de noite tínhamos que ficar acordados. E no plantão, se não acordássemos o próximo, dormia todo mundo.

Os contatos foram restabelecidos com Etelvino Oliveira Nunes que também morou clandestinamente no Maranhão durante muitos anos. Ele era estudante de engenharia em Belo Horizonte e ainda hoje mora em São Luís. Foi do Comitê Central e é o atual secretário de Organização do partido no estado. Eu me lembro que todas as vezes que nós nos encontrávamos tínhamos uma contribuição para dar ao partido. Trabalhando, juntávamos um dinheirinho e separávamos uma parte para o PCdoB. Isso era religioso, faz parte da educação do militante comunista.

Em Santa Luzia, tivemos a construção de vários organismos do partido. Comitê municipal estruturado, com presidente, e células de base compostas de camponeses em vários povoados. Como um partido político com vida na cidade, disputava eleições nos sindicatos etc. Era assim em Santa Luzia, Zé Doca, Santa Inês, Imperatriz etc.

As diretas em São Luís

Em meados de 1982, eu me mudei para a capital do estado, São Luís. A anistia havia sido conquistada, as condições de luta eram muito diferentes e tínhamos que nos adaptar à nova situação. Lá ocupei a presidência do partido até o fim de 1986, quando fui substituído por Nádia Campeão, atual vice-prefeita da cidade de São Paulo.

Naquele período, as principais lutas foram pela legalização do partido e pelas diretas. No Maranhão, a mobilização pelas diretas foi enorme. Eu, como presidente do partido, falava em comícios para cerca de 60 mil pessoas. O movimento de rua em São Luís, Imperatriz, Bacabal e noutras cidades foi grandioso.

Havia um comitê suprapartidário e o PCdoB participou ativamente do movimento. Estiveram no Maranhão Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, João Amazonas e diversas lideranças nacionais. O senador José Sarney fez uma transição. Ele saiu do Partido Democrático Social (PDS) e passou a integrar o Partido da Frente Liberal (PFL), que o indicou como vice de Tancredo. Sarney fez um movimento importante. Creio que se não tivesse havido aquela ruptura, não teríamos a maioria no Colégio Eleitoral.

Legalização do PCdoB

Também foi importante a luta pela legalização do PCdoB. Tanto nas ruas de São Luís como em palestras e reuniões em recinto fechado. João Amazonas esteve por lá nesta época.

Participamos do 6º Congresso em 1983. Mandamos uma delegação, da qual fiz parte. Então, fomos a Fortaleza, onde se deu uma das sessões preparatórias do congresso, acompanhada por Renato Rabelo.

Em 1982, elegemos o deputado estadual Luiz Pedro pela legenda do PMDB. E ficamos com o segundo suplente de deputado federal, o camarada José Augusto Mochel. Nessa ocasião, apoiamos Renato Archer para governador.

Em 1986 aconteceu a campanha pela Constituinte. Concorremos com Luiz Pedro para deputado federal ainda pela legenda do PMDB. Mas não obtivemos sucesso. Apoiamos Epi-tácio Cafeteira que se elegeu governador do Estado.

Relações com José Sarney

Houve relações políticas do PCdoB do Maranhão com o então presidente José Sarney. Como presidente da República, ele passou à história como a pessoa que conduziu a redemocratização do país. Cumpriu um papel importantíssimo. Sarney durante o tempo em que foi o presidente da República, com exceção da etapa final, manteve conosco uma relação muito profícua. Procurávamos entender que embora líder de uma oligarquia regional, Sarney, naquele exato momento, ajudava a pôr fim ao regime militar. Além disso, legalizou os partidos políticos clandestinos e as centrais sindicais.

Nosso partido, que tanto lutou pela democracia, pelo fim da ditadura militar, não deveria se somar a este esforço, mantendo sua independência? Muitos não compreenderam a

essência do movimento que se passava naquela época. Pode-se ver que no curso de alguns anos o PCdoB no Maranhão passou de alguns militantes abnegados, escondidos pelo interior, para um partido envolvido na grande política, influente na sociedade maranhense.

Agora, a situação é outra no Maranhão. O grupo Sarney já está há quase 50 anos dirigindo o estado, que continua com os indicadores sociais mais baixos do país. Portanto, é um grupo conservador que utiliza um método atrasado de fazer política. E no cenário político existem forças que pretendem uma renovação, que querem reconstruir o Maranhão. O núcleo dessas forças é o PCdoB e o ex-deputado Flávio Dino.

O retorno à terra natal

Fiquei em São Luís até o fim de 1987 quando retornei a Belo Horizonte. Voltava à terra natal depois de quase 20 anos, a maioria dos quais morando no Nordeste. Fazendo um balanço, acho que valeu muito a pena. Convivi com uma parte da população brasileira extremamente pobre e sofrida. Gente simples do interior ou de capitais, com quem aprendi muito.

Morei em cinco estados, sempre fugindo, mas sempre resistindo ao lado de outros camaradas contra a ditadura e pela democracia. Tive a ventura de escapar com vida. Guardarei para sempre em minha lembrança, com toda a consideração, os queridos companheiros e companheiras que tombaram na luta, aqueles e aquelas que foram presos e torturados, que foram obrigados a deixar o país. São eles os verdadeiros heróis do povo brasileiro. Sem o esforço dessas pessoas, não teria sido possível derrotar a ditadura, o neoliberalismo que se seguiu, e muito menos começar a construir uma nação verdadeiramente democrática e independente.



DYNÉAS FERNANDES AGUIAR

Nascido em São Paulo em 1932, Dynéas Aguiar ingressou no Partido Comunista do Brasil (então PCB) em 1950. Sua atuação começou no movimento estudantil secundarista, chegando a exercer por duas vezes a presidência da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) entre 1953 e 1955. Dynéas esteve no centro dos mais importantes momentos do PCdoB, desde o processo de reorganização em 1962 até a legalização em 1985. Viveu no Chile e na Argentina entre 1972 e 1978 onde atuou no movimento de solidariedade à luta do povo brasileiro. Foi membro da direção nacional do seu partido entre 1962 e 1994. Posteriormente, assumiu a secretaria de Cultura e a vice-prefeitura da cidade paulista de Campos do Jordão. Atualmente assessora o Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois (FMG).

A divisão dos comunistas brasileiros

No período de Juscelino Kubitschek, foi aplicado certo projeto de industrialização e de desenvolvimento e a corrente nacionalista burguesa ganhou. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) era o centro irradiador da ideologia desenvolvimentista. Mas tínhamos também a influência dos ideólogos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), conhecidos como cepalinos, que formavam um movimento

progressista em certo sentido, pois faziam críticas ao imperialismo. O seu objetivo principal era o desenvolvimento do capitalismo autônomo no país. E isso tudo influenciava o Partido Comunista.

Em 1956, ocorre o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Inicialmente, parecia estar reduzido ao combate ao culto à personalidade de Stálin, mas, na verdade, o que se pretendia ali era liquidar com as posições marxistas revolucionárias no interior do movimento comunista internacional. O mote passava a ser o caminho pacífico para o socialismo e a coexistência pacífica com o imperialismo. A questão da revolução deixava de existir.

A crítica dos soviéticos ao chamado stalinismo teve reflexo no Brasil. Em 1957, sob intensas críticas de dirigentes e militantes comunistas, Luiz Carlos Prestes fez uma manobra e jogou toda a responsabilidade pelos erros políticos cometidos e os métodos mandonistas nas costas de Diógenes Arruda, secretário de Organização desde 1943, e dos outros camaradas da direção. Com base nisso, ainda em 1957, uma reunião do Comitê Central afastou Maurício Grabois, João Amazonas e Arruda da Comissão Executiva do partido.

A nova política reformista, influenciada pelo 20º Congresso e pela conjuntura nacional, materializou-se na *Declaração de Março*, de 1958. Este documento enfrentou resistências internas. Afinal, como uma resolução aprovada no Comitê Central (CC) poderia ir contra a decisão de um congresso realizado pouco antes, em 1954?

5º Congresso

A direção do partido decidiu convocar o 5º Congresso em 1960. Nos debates que o antecederam, se expressaram todas essas ideias em conflito de forma mais articulada. Acredito que aquele tenha sido um dos momentos mais ricos de discussão interna no partido. No seu processo de preparação, o Comitê Central, comandado por Prestes, interveio diretamente numa série de conferências regionais. Eles não queriam discutir as teses e sim a escolha dos delegados para formar uma maioria – e conseguiram. O congresso acabou aprovando as teses reformistas.

Lembro-me que ele foi realizado em meio à euforia diante de uma possível vitória eleitoral do marechal nacionalista Teixeira Lott para a presidência da República. Mas ele foi derrotado por Jânio Quadros, que era apoiado pela União Democrática Nacional (UDN). Na política externa, o novo presidente assumiu uma posição avançada, especialmente em relação a Cuba, que estava ameaçada pelo imperialismo norte-americano. Mas na política interna Jânio era conservador e entreguista.

Conferências locais

Comigo ocorreu um fato interessante na conferência de São Paulo. Eu estava fazendo minha intervenção – na qual criticava diretamente Prestes e a direção do partido pela dissolução da União da Juventude Comunista (UJC) – e, de repente, Prestes chegou.

Então, suspenderam a sessão para recebê-lo. Nesse interregno, Giocondo Dias sentou-se ao meu lado e falou: “Ouvi dizer que você estava criticando o Velho sobre o problema da UJC. Não faça isso, diga que fui eu o responsável por isso”. Achei um absurdo aquela proposta. Não me intimidei e continuei minha intervenção criticando Prestes e a tentativa de acabar com a UJC.

Naquele período de luta interna, a cidade de São Paulo foi um dos centros da resistência, principalmente os comitês distritais da Mooca, dirigido por Ângelo Arroyo, e o do Tatuapé, dirigido por Pedro Pomar e José Duarte. No comitê municipal, o dirigente principal era Armando Mazzo, que era membro do Comitê Central e havia aprovado a *Declaração de Março* de 1958, mas não aderido totalmente às posições reformistas e liquidacionistas. Na conferência municipal, da qual participei como delegado, os dirigentes do partido fizeram-lhe um ataque violentíssimo e o destituíram da direção municipal. A atitude do comitê estadual foi a de liquidar com a direção municipal de São Paulo.

Na plenária final consegui ser eleito delegado para a conferência estadual. Nesta, o Comitê Central jogou tudo o que tinha e enviou Prestes, Carlos Marighella, Mário Alves e Jacob Gorender. Prestes fez uma intervenção pesada contra aqueles que criticavam as teses do CC e buscou não permitir que estes se elessem delegados. Pomar e Arroyo, dois dos maiores críticos, ainda eram membros do Comitê Central; ou seja, eram delegados natos ao Congresso. Mas os demais que os acompanhavam foram excluídos totalmente da lista de nomes, ninguém foi eleito. Os delegados de São Paulo foram afinados com as posições do Prestes. O período da preparação do 5º Congresso já prenunciava o que vinha pela frente.

Atuando no Sindicato da Construção Civil

No final da conferência estadual, Giocondo Dias chegou perto de mim novamente e disse: “Você tem experiência no movimento sindical e nós dirigimos o Sindicato da Construção Civil de Brasília. Este é o único sindicato da cidade e tem muita força, mas os companheiros não têm experiência alguma. Então nós tínhamos pensado que você podia ir para lá e ajudar os nossos sindicalistas”. Fiquei pensando, e na hora não respondi nada. Mas passado um tempo aceitei a proposta. Viajei para Brasília em outubro de 1960, logo depois da eleição de Jânio.

Fui trabalhar no Sindicato da Construção Civil e também participava da fração sindical. Entrosei-me no comitê estadual e fiquei responsável pela organização das bases operárias do partido. Criamos uma série de bases ligadas à construção civil, organizamos as primeiras passeatas operárias realizadas em Brasília na luta pelo salário mínimo e conseguimos uma grande vitória. Através do sindicato e do partido, começamos a constituir também as primeiras entidades de moradores. Conseguimos ainda organizar o partido nos movimentos secundarista e universitário.

Reorganizando o Partido Comunista do Brasil

Em agosto de 1961, o jornal *Novos Rumos* publicou os Estatutos e o Programa do Partido Comunista Brasileiro com a finalidade de registrá-lo na Justiça Eleitoral. Muitos consideravam aquilo como a liquidação do tradicional Partido Comunista do Brasil. O congresso não havia autorizado isso. Então surgiu a ideia de escrever uma carta ao Comitê Central, que foi assinada por 100 camaradas.

Era um texto respeitoso dizendo que a direção estava errada e que era preciso revogar a decisão de registrar outro partido ou então convocar um novo congresso para que ele decidisse sobre as mudanças propostas. No final de agosto, então, veio a renúncia do presidente Jânio. O vice era Jango, eleito pela chapa derrotada de Lott. Então se abriu uma grave crise política e institucional. Os ministros militares, com o apoio da direita, tentaram impedir a posse de João Goulart, violando a Constituição.

Havia se constituído um poderoso movimento pela legalidade no Rio Grande do Sul, comandado pelo governador Leonel Brizola. O governador de Goiás, Mauro Borges, também resistiu aos golpistas. Nós, camaradas de Brasília, junto com os de Goiás, procuramos organizar a resistência ao golpe. A crise foi superada com um grande acordo através do qual a posse de Jango se daria, mas sob o sistema parlamentarista que lhe reduzia os poderes.

Tensão interna

Naqueles dias turbulentos, ficou momentaneamente suspensa a discussão dentro do partido. Ela foi retomada, ainda com mais força, depois da posse de Jango. A direção começou a punir e expulsar os camaradas que haviam organizado a *Carta dos Cem* e que vinham se manifestando de maneira mais persistente contra as atitudes consideradas liquidacionistas. Estes camaradas – ao lado de outros tantos – não tiveram alternativa senão a de se reagruparem e convocar uma conferência extraordinária para reorganizar o velho partido da classe operária, o Partido Comunista do Brasil. A conferência ocorreu em fevereiro de 1962.

Em 1961, enquanto tudo isso acontecia, fui secretário de Agitação e Propaganda do partido em Brasília. Quando chegou o jornal *Novos Rumos* com os documentos do Partido Comunista Brasileiro, falei aos camaradas que não iria distribuí-lo. Marco Antônio Coelho, que era deputado federal e membro do Comitê Central, disse que tinha de distribuir e pronto. Houve toda uma discussão entre nós, mas continuei na direção do partido.

Eu sempre viajava a São Paulo para ver a família e aproveitava para manter contato com Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Eles me colocavam a par de como estavam as discussões, e assim eu ia acompanhando o debate. Contudo não havia nenhuma articulação entre nós.

Em 1962, por volta do mês de março, eu trabalhava na prefeitura de Brasília, quando recebi a visita de Lincoln Cordeiro Oest. Ele me comunicou que tinha ocorrido a conferência. Eu não tinha recebido correspondência sobre aquele evento – que ele disse ter sido enviada –, por isso não compareci. Lincoln me levou os documentos que foram

aprovados. Li o material e disse que estava de acordo. Foi quando ele me comunicou que eu havia sido eleito membro suplente do Comitê Central.

Um dia, recebi uma cópia do livro *A Guerra de Guerrilhas*, de Che Guevara. Levei para o pessoal do partido no Rio de Janeiro e a Editora Futuro publicou no final de 1961. Os camaradas já estavam sendo expulsos do PCB, mas ainda não haviam reorganizado o PC do Brasil. O problema é que a publicação foi proibida e apreendida pelo ministro da Justiça de Jango. Contudo, a editora já havia me mandado um pacote de livros e comecei a vendê-los. Convocaram-me novamente para uma reunião com a presença de Marco Antônio Coelho. Disseram que eu estava tendo uma atitude antipartido. Segundo eles, a venda de livro proibido podia criar um problema sério. Reafirmei minha posição e, finalmente, eles me afastaram do partido. Pensei: “bom, agora vou tratar de organizar o PC do Brasil em Brasília”.

Eu acreditava que seria muito difícil, mas não foi. Todas aquelas bases operárias que formamos passaram para o PCdoB. Conseguimos arregimentar o pessoal do hospital distrital de Brasília, de Sobradinho, de Taguatinga, os secundaristas e os universitários. Fui procurando todo mundo e explicando o que estava acontecendo.

Distribuí o *Manifesto-Programa* do partido, aprovado na Conferência de fevereiro de 1962, e nos organizamos rapidamente. Nessa época, Amazonas começou a visitar-nos e fazer reuniões com professores, jornalistas e parlamentares. A partir de Brasília pegamos contatos com Goiás. Amazonas fez uma palestra naquele estado e com isso conseguiu trazer os companheiros de Tarzan de Castro e outros que eram, ou haviam sido, das Ligas Camponesas.

A rebelião dos sargentos de Brasília

Logo em seguida veio a revolta dos sargentos em Brasília, que estavam organizados nacionalmente. Na eleição de 1962 foram eleitos alguns deles, mas a Justiça Eleitoral os impediu de tomar posse. Então, criou-se um movimento no sentido de dar posse a esses sargentos e as coisas foram se radicalizando.

O caso foi parar no Supremo Tribunal Federal. Então, as lideranças decidiram que, caso fosse mantida a cassação, elas iriam organizar uma demonstração de força em escala nacional. Em Brasília, os sargentos entraram em contato conosco. Disseram que o único partido que eles aceitavam era o PCdoB. O líder era o sargento Antônio Prestes de Paula, da Aeronáutica. Nós nos reunimos com militares da Aeronáutica, do Exército e com os fuzileiros navais.

A reunião do Supremo, que manteve a cassação, ocorrida em setembro de 1963, terminou às 17 horas e às 18 horas fomos aos quartéis. Começamos a organizar o que seria o levante de sargentos em Brasília, o único que ocorreu no país. Em outros lugares houve apenas protestos desarmados.

As coisas correram relativamente bem nos quartéis da Aeronáutica e com os fuzileiros. Quando fomos sublevar o quartel do Exército, o pessoal de lá recuou. Eles vieram com a história de que não podia ter mortes. Disseram que no dia seguinte iriam fazer uma

reunião e tirar um manifesto, porque teria vindo esta orientação de São Paulo. Como já era de madrugada, voltamos para a base. Falei para os camaradas: “Terminou. O protesto está feito, não dá para ir mais longe que isso”. Aproveitamos aquele momento para expropriar algumas armas, que depois foram parar no Araguaia. Os sargentos não chegaram a ficar presos, mas responderam processo. Eu também fiquei respondendo a um Inquérito Policial Militar (IPM).

Tiroteio às margens do rio Maranhão

Havia em Taguatinga alguns pequenos proprietários rurais ligados a Francisco Julião e ao padre Alípio, líderes das Ligas Camponesas. Essas pessoas tinham participado das ações durante o levante dos sargentos. Quando fomos ocupar a central telefônica, eles foram conosco.

Depois de acabado o movimento, alguns deles se armaram e resolveram preparar uma guerrilha no interior de Goiás. Saíram de Taguatinga por volta de setembro e se deslocaram para uma região chamada Vão dos Angicos. Nós soubemos disso porque foi uma coisa meio ostensiva. Em vez de saírem aos poucos, em segredo, saíram todos juntos e fazendo alarido. Todo mundo na cidade ficou sabendo o que eles tinham ido fazer. O dirigente principal do grupo era Horaci Ferreira Dias.

O Departamento de Estrada de Rodagem (DER) estava abrindo um caminho que faria a ligação com o norte de Goiás, e o engenheiro chefe encontrou um jovem que vinha com um revólver na cintura. O garoto falou que estava com o grupo de Horaci, mas não aguentou e estava voltando para casa. Em seguida ele foi preso e entregou tudo que tinha acontecido e onde estava o grupo.

Quando o engenheiro, que era meu amigo, me relatou isso, imediatamente fui procurar padre Alípio. Ele me disse que aquilo era bobagem e não devia me preocupar. Contudo, passados uns dias, soubemos que a polícia tinha atacado a região onde eles estavam. Horaci e a maioria tinham sido presos. No finalzinho de outubro fui procurado por um camponês chamado Mato Grosso, que narrou o ataque da polícia e as prisões. Contou ainda que seis deles tinham escapado e se refugiaram numa determinada região. Eles desejavam estabelecer contato com o partido, não queriam mais voltar para Brasília e sim ingressar na preparação da luta armada.

Entrei em contato com a direção nacional e ela pediu que eu fosse para a região conversar com aquele pessoal. Depois deveria passar o contato deles para Arroyo. Fui com Darlon de Castro, irmão de Tarzan, e Mato Grosso. Fomos com o jipe de uma companheira, Dilmir Stoduto, até Mato Seco – uma região de pequenos proprietários com os quais trabalhávamos havia anos. Com eles não falávamos de preparação militar ou guerrilha, embora isso estivesse em nossas cabeças, pois era uma região muito boa do ponto de vista estratégico.

Pegamos três cavalos e fomos até a barranca do rio Maranhão, nascente do rio Tocantins. Em seguida tomamos um barco a remo e subimos o rio até onde eles estavam. Haviam construído uma casinha numa elevação à beira da margem do rio, mas estavam

nos aguardando numa gruta. Chegamos e começamos a conversar. Então falei para irmos dormir e, no dia seguinte, decidiríamos o que fazer. Era quase meia-noite. Lá pelas tantas da madrugada, fomos atacados. Houve tiroteio e um do nosso grupo, que estava de sentinela, tomou um tiro de raspão na cabeça. Um dos que estavam do outro lado também recebeu um tiro. Aí eles se retiraram, mas antes quebraram nosso barco.

Então formamos três grupos. Cada um tentaria escapar por um caminho diferente. Combinamos de nos encontrar em Mato Seco. Ainda era noite, estava muito escuro, quando falsei o pé e rolei ribanceira abaixo. Nessa queda quebrei os ossos da articulação da mão esquerda. O camarada que tinha sido ferido a tiro e eu voltamos pelo mesmo caminho que havíamos feito. Chegamos a Mato Seco uns dois ou três dias depois.

Ficamos ali cerca de três dias e fui de jipe até Sobradinho, à casa de um camarada nosso. Depois mudei para a casa de um engenheiro, que trabalhava comigo na assessoria do planejamento da prefeitura de Brasília e era membro da ala esquerda do Partido Democrático Cristão (PDC). Pedi contato com o partido para saber como eu deveria proceder. Carlos Danielli disse que eu deveria voltar ao trabalho na prefeitura, mesmo pesando contra mim vários processos. Respondi que poderia ser preso e ele respondeu: “Se for preso, vamos lutar pela sua liberdade”. Daí, voltei ao trabalho. Foi um espanto para os funcionários, pois a imprensa local havia publicado que eu tinha sido baleado e morto no conflito. Fiquei trabalhando e respondendo a um IPM.

Um dia fui chamado para depor e um sargento amigo me alertou: “Dynéas, o major está disposto a te prender hoje. Ele descobriu um cidadão que mora na beira do rio Maranhão e diz que te viu no conflito. O cara está aqui para reconhecê-lo. Se ele te reconhecer, você será preso na hora”. Meu advogado me orientou que o processo de reconhecimento não poderia ocorrer daquele jeito: só eu e o denunciante. Como tinha um pessoal trabalhando no local, o major juntou uns seis deles e colocou todo mundo enfileirado, para o cidadão identificar. Daí eu é que não aceitei, porque tinha quebrado minha mão e seria só o oficial dizer para o homem que o suspeito estava com a mão enfaixada e, pronto, eu estaria frito. Então obrigaram todos a ficar de braços para trás, em fila. A testemunha chegou e ficou olhando todo mundo. Ele não enxergava direito e tinha que olhar bem perto de nossos rostos. Então, virou para o major e falou: “o homem não está aqui”. O oficial ficou zangado feito o diabo, e continuei em liberdade, mas respondendo ao processo.

O golpe militar e a viagem à China

A direção do partido preparava a primeira delegação que faria um curso político e militar na China e me incluiu nela. Quando chegou o mês de março de 1964, viajei ao Rio de Janeiro com o objetivo de participar de uma reunião do Comitê Central e aproveitei para tirar a documentação necessária à viagem que faria. Logo após o término dessa reunião, foi desencadeado o golpe militar.

No dia 31 de março as tropas de Minas Gerais começaram a se deslocar para derrubar Jango e receberam apoio de outras guarnições militares. O pessoal de Goulart dizia que o seu esquema militar resistiria a qualquer golpe, mas nós nunca confiamos nesse esquema.

A resposta do Brigadeiro Teixeira para Marighella, que queria que este oficial bombardeasse as tropas golpistas de Mourão Filho, foi: “Só recebo ordens do meu comandante e meu comandante é o presidente da República”. E Goulart, por sua vez, dizia não querer derramar sangue do povo brasileiro.

Naquele momento, acompanhei Carlos Danielli e Lincoln Oest até Niterói, porque havia uma informação de que alguns sindicatos estavam preparando uma resistência armada ao golpe. No Rio de Janeiro não tinha tido praticamente movimento algum neste sentido. Procuramos ver se aquela notícia era real. Num dos sindicatos, o presidente, muito constrangido, afirmou que ele tinha armas no porão, mas que ninguém estava disposto a pegá-las e enfrentar o golpe, nem mesmo ele. As coisas acabaram por aí.

Embarquei para a China no dia 2 de abril. Daniel Calado e eu tínhamos ficado por último, os outros companheiros já tinham viajado antes do golpe. Então houve um episódio meio folclórico. Quando íamos pegar o ônibus para o aeroporto nos encontramos com a marcha organizada pelo governador Carlos Lacerda, que comemorava a vitória do golpe. Tivemos que acompanhá-la até certo trecho para conseguirmos chegar ao nosso destino. Ainda bem que ninguém nos viu ali. Pegamos o avião normalmente, não tivemos problema nenhum. Mais tarde ficamos sabendo que aquele avião havia sido o último que levantara voo, depois fecharam o aeroporto. E só voltei para o Brasil no final de outubro ou início de novembro de 1964.

O curso na China

Éramos nove camaradas nessa primeira turma. Nela estavam Osvaldão, Paulo Mendes, Diniz Cabral, Paulo Ribeiro, Gomes, Senhorzinho, Daniel Calado e Barbosa. Desses, três foram para o Araguaia.

O nosso curso teve duas etapas. Na primeira, estudamos a teoria e a história da Revolução Chinesa, baseada no pensamento de Mao Tsé-tung, e depois fomos a Nanquim, onde tivemos a parte militar.

O curso terminou no mês de setembro. Diniz, Paulinho e eu recebemos a orientação de retardarmos um pouco nossa volta ao Brasil porque estávamos com um monte de processos. Os outros voltaram, pois estavam legais. Nós assistimos ao desfile do 1º de outubro, 15 anos da Revolução Chinesa, participamos de algumas recepções onde estavam os principais dirigentes do partido da China, como Chu En-lai e Mao Tsé-tung. E tivemos uma conversa reservada com Deng Xiaoping.

6ª Conferência do PCdoB

Quando voltei da China, entrei em contato com a direção do partido. Fiquei ligado diretamente a Pomar, que me enviou para o interior de Goiás, região de Crixás – uma área de apoio e de recuo do que seria a região principal da Guerrilha, que eu não sabia onde ficava. Fui para lá no comecinho de 1965, depois chegou Wladimir Pomar com sua esposa e filhos e mais alguns outros camaradas.

Eu morava na cidadezinha de Santa Teresinha que, naquela época, tinha uma única rua com 50 ou 60 casas. Wladimir e outros arrendaram um sitiozinho que ficava próximo dali. Virei comprador de arroz. Comprei um cavalo e rodava a região inteirinha para fazer reconhecimento de terreno. No final de 1965, Pedro Pomar enviou um emissário até nós. Eu estava indo num caminhão de arroz quando nos deparamos com um ônibus atolado, pois chovia muito. Por coincidência, o companheiro estava nesse ônibus. Puxou conversa e, quando descobriu que eu era quem ele procurava, me disse que Pomar mandara avisar que tinha havido prisões em Uruaçu e que entre os presos estava o jornalista Armando Gimenez. Então, desmontamos o esquema e voltei para São Paulo. Depois segui para o Rio de Janeiro, onde trabalhei com Carlos Danielli na Comissão Nacional de Organização do PCdoB. Nesse período estávamos preparando a 6ª Conferência.

Nesse período, fui principalmente para o Nordeste: Bahia, Ceará e Maranhão. Mas fiquei também um tempo no Rio Grande do Sul. Participaram da conferência os membros do Comitê Central, que vinha desde 1962, e os delegados eleitos nas etapas regionais. Foi um processo de congresso. Lembro apenas de uma polêmica quanto à amplitude da frente antiditatorial, que alguns eram contra. E alguns defendiam o enfrentamento armado imediato. Isso era o resultado da pressão das organizações foquistas, já atuantes no Brasil.

O centro da pauta era a nossa estratégia e tática frente à ditadura militar. A questão da luta armada estava implícita, mas não era ponto de pauta. Aprovamos a formação de uma ampla frente única para isolar os militares e poder realmente enfrentar aquela situação criada no país. Na conferência aprovou-se o documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*.

Logo após a Conferência, José Huberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues saíram da direção do PCdoB no Rio Grande do Sul e se deslocaram para o Araguaia. Então o partido me enviou para aquele estado com a tarefa de ajudar na reorganização da direção regional. Quando cheguei os principais dirigentes eram Carlos Magalhães, Otto Alcides Ohlweiler e Lila Ripoll. Depois voltei para minhas tarefas na Comissão Nacional de Organização no Rio de Janeiro.

Movimento de resistência popular

Em 1968, Lincoln Oest, que estava na direção de São Paulo, foi preso. Quando ele saiu da prisão, a direção nacional me enviou ao estado para substituí-lo. Lincoln Oest voltou ao Rio de Janeiro e foi para o meu lugar na comissão de organização.

Na direção de São Paulo estavam Armando Gimenez, Manuel Ferreira, Diógenes Arruda e Lúcio Petit. José Duarte já tinha ido dirigir o partido no Ceará. Nossa maior força estava no movimento estudantil; tínhamos base na Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) em São Bernardo do Campo etc. Também tínhamos o presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes), Antônio Guilherme Ribas, e dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), como Helenira Resende.

Logo depois do Ato Institucional número 5 (AI-5), que ocorreu em dezembro, fizemos uma reunião com os nossos universitários e a sala estava cheia. Tratamos da nova situação e o que fazer. Lembro apenas que a conclusão a que chegamos foi ir para a luta.

Numa reunião do secretariado de São Paulo, com a presença de Pedro Pomar, discutimos sobre como iríamos organizar um amplo movimento de massas populares. Estávamos bem inseridos no movimento estudantil secundarista e universitário. Contudo, na capital, não tínhamos influência em outros setores sociais.

Aquele havia sido um ano em que havia ocorrido uma seca muito forte do Nordeste. Pomar então apresentou a ideia de montarmos um movimento de solidariedade aos nordestinos. Lembramos que a Praça da Árvore, na Vila Mariana, era um local onde os nordestinos se juntavam para trocar correspondência e informações sobre os parentes, e deslocamos alguns companheiros universitários para lá. Entre eles estavam Nair Kobashi e Rioko Kaiano. Elas conversaram com o povo e apresentaram a proposta de montar um movimento. Chegamos a nos reunir no Sindicato dos Bancários, com o auditório lotado. E o movimento chegou a fazer um boletim. Foi uma coisa bastante ampla. Começou com a solidariedade aos nordestinos e depois se transformou num movimento de resistência à ditadura militar, dirigido pelo partido.

Convite dos albaneses

Em 1969, os albaneses mandaram um convite para que uma delegação de comunistas brasileiros visitasse o país. Ficou acertado que íamos Jover Telles e eu. Enquanto estávamos na reunião da Comissão Executiva, acertando os detalhes da viagem, estava acontecendo um jogo de futebol. Durante a partida, o locutor falou para não desligar o aparelho porque tinha uma notícia muito importante para dar: a morte de Marighella. E mostraram o fusca baleado e ele caído. Apesar do choque, mantivemos o plano da viagem para a Albânia.

Fui com minha filha Tininha e minha companheira Nanci para o Rio Grande do Sul, onde elas ficaram, pois a família dela era daquele estado. Segui de ônibus até Buenos Aires. Quando chegou num determinado trecho da viagem, o Exército nos parou e os soldados entraram para fazer uma revista atrás de guerrilheiros. Eu usava um terno todo preto e um sargento perguntou: “Você é padre?”. Respondi que não. “E essa coroinha na sua cabeça?”. Falei que estava ficando careca. Grande parte do esquema de fronteira de Marighella, que outros também usaram, baseava-se nos padres do seminário de Viamão. Por isso, o Exército ficava de olho nos religiosos. Pensei em dizer: “Não sou padre, sou apenas um comunista”. Conseguimos chegar a Buenos Aires e depois viajei para a Albânia, onde participamos do 25º aniversário da Revolução Albanesa. Jover seguiu por outro caminho.

Na volta, passei pelo Chile e conversei com um casal brasileiro que tinha trabalhado na rádio Pequim. Eles tinham recebido uma correspondência enviada por Amazonas comunicando a prisão de Arruda. Quando voltei a São Paulo reencontrei o partido e não havia tido queda alguma – uma prova de que o comportamento de Arruda na prisão foi exemplar.

Araguaia e a guerra popular

Mesmo naquele período difícil, nunca deixamos de realizar cursos, palestras e estudos. Quando estávamos na Comissão Nacional de Organização – Danielli, Guilhardini, eu e outros companheiros –, estudávamos muito, principalmente durante a preparação do documento *Guerra popular, caminho da luta armada no Brasil*. Estudamos todos os movimentos revolucionários que ocorreram no Brasil. E naquele período organizamos um curso, que demos em São Vicente e em Ubatuba. Nele, depois que fizemos a discussão sobre o problema da guerra popular, Suely Kanayama chegou para mim e falou: “Eu quero ir para o campo”.

Então conversei com ela, depois a apresentei a Danielli. Definido o deslocamento para a região da Guerrilha, a pessoa rompia o contato conosco. O esquema que montamos em São Paulo era o seguinte: o militante começava a faltar às reuniões, chegar atrasado para os compromissos, e depois de algum tempo falávamos que ele não queria mais nada e tinha se afastado. Assim, não ficava a pergunta sobre onde havia ido parar a pessoa. Fizemos isso com Lúcio e com Maria Lúcia Petit, Suely e Rioko. Muitos protestavam contra essa tática, pois não queriam ficar com a fama de desertores.

Suely Yumiko Kanayama falou que seus pais tinham um sítiozinho e iria passar uns dias com eles para pensar no assunto. Os filhos de orientais não fazem as coisas no impulso. Quando voltou, me procurou e falou: “Parei, sentei e repensei toda a minha vida. Quando comecei a pensar no meu futuro vi uma neblina, não sei como vai ser”. Perguntei, então, se ela estava disposta a atravessar a neblina. Ela respondeu: “já estou do outro lado da neblina”. E, então, ela foi para o Araguaia. Grabois protestou: “Tá maluco? Mandar uma menina dessa?”. Ela era uma garota bonita, suave e delicada. Mais tarde, Amazonas revelaria que ela havia sido uma das melhores guerrilheiras que tivemos, por sua dedicação, coragem e determinação.

Em 1972, li numa nota d’*O Estado de S. Paulo* que o Exército tinha atacado um grupo de contrabandistas no interior do Pará. Achei uma coisa esquisita. Nesse dia encontrei-me com Amazonas. Perguntei se sabia de algo e ele me falou que aquilo estava relacionado com o partido. A região que eles atacaram era a nossa base guerrilheira. Havia começado a luta armada. Foi assim que fiquei sabendo sobre o local da Guerrilha: o Araguaia.

Organizando a solidariedade internacional: Chile e Argentina

Quando começou a Guerrilha no Araguaia, a direção do partido discutiu e viu que uma das coisas mais importantes era construir a solidariedade internacional. Então, em maio, decidiram que eu deveria ir para o exterior. Comigo viajaria Arruda que acabara de sair da prisão, onde havia sido muito torturado. Ele iria para a Europa e eu para o Chile. Afastei-me da direção do partido no estado de São Paulo e Luiz Vergatti ficou no meu lugar.

No Chile, uma das minhas tarefas era divulgar a luta no Brasil, em especial a Guerrilha do Araguaia. Mas, segundo a recomendação da direção do partido, não assumiríamos a

Guerrilha como algo do PCdoB, porque os militares queriam justamente isso para poderem dizer que aquilo era coisa de comunista e assim restringir o movimento de solidariedade no país e no exterior.

Quando cheguei já existia um comitê de solidariedade aos brasileiros que ajudava os exilados que chegavam àquele país. Também editava um boletim chamado *Frente Brasileira de Informação*, com a sigla FBI. Em geral a notícia que eles publicavam tratava das prisões, torturas e dos assassinatos. De certa maneira porque o pessoal que ia para o Chile chegava muito arrebatado, física e psicologicamente. E era preciso denunciar isso.

Nós, no entanto, pensávamos um pouco diferente. Fiz uma reunião com a direção desse comitê, no qual estava Almino Afonso, José Serra, Betinho (Herbert José de Sousa), Armênio Guedes, apresentei os documentos e comunicados dos guerrilheiros do Araguaia e pedi para que publicassem. Responderam que só publicariam se o material fosse assinado pelo PCdoB. Observei que não podíamos assinar porque aquilo era uma coisa do povo da região. Então eles não publicaram os documentos.

No Chile tínhamos contato com o pessoal da Ação Libertadora Nacional (ALN), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares). Fizemos uma discussão com eles e distribuímos os documentos do Araguaia. A aceitação foi muito grande. E então montamos outro esquema e lançamos um jornal chamado *Jornada da Luta Popular*, do qual chegamos a tirar três edições antes do golpe militar no Chile. Nesse jornal focávamos principalmente na resistência do povo brasileiro contra a ditadura. Um dia, tivemos uma reunião com sindicalistas chilenos e o levamos. Um desses companheiros se levantou e falou: “Pela primeira vez estamos recebendo informações que nos deixam alegres com o Brasil, pois agora sabemos que ainda tem luta naquele país”.

No exterior, estabelecemos contatos com os partidos marxista-leninistas da América Latina, como os de Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru. Não fiquei como exilado e sim como turista, então a cada três meses eu tinha que sair do país e ir para a Argentina. De lá passava por Paraguai e Uruguai e voltava para o Chile. Numa das viagens para a Argentina, um camarada me disse que tinham matado três terroristas no Brasil. No início de 1973, ele me deu o jornal, falei “esses não são terroristas e sim membros da direção do nosso partido”. Eram Lincoln Oest, Carlos Danielli e Luiz Guilhardini.

Por ocasião do golpe de Estado de Pinochet, eu estava novamente na Argentina e não pude mais voltar para o Chile. Na Argentina fizemos uma coisa mais ampla. Montamos o Comitê de Solidariedade à Luta dos Povos da América Latina (Cosolpla). Havia, então, ditaduras no Chile, Brasil, Bolívia, Uruguai, Paraguai. Logo chegaria a vez da Argentina.

A primeira tarefa desse comitê foi tirar as pessoas que estavam refugiadas na embaixada da Argentina no Chile. Diógenes Arruda, Amarílio Vasconcelos e suas companheiras estavam entre os refugiados. O governo argentino, pressionado por setores conservadores, não queria que os exilados ficassem no país. Por fim, ele aceitou recebê-los contanto que não ficassem ali – a Argentina deveria ser apenas um ponto de passagem. Diógenes Arruda, depois de uma breve estadia, foi para a França.

Na Argentina publicávamos o boletim *Noticiero Brasileño*, que era distribuído no próprio país com notícias da resistência no Brasil. Também escrevíamos o jornal *O Araguaia*, que mandávamos para o Rio de Janeiro onde era diagramado, rodado e distribuído.

Uma coisa importante: até 1976, eu tinha reunião com a direção no Brasil a cada quatro ou cinco meses – esta rotina acabou com a Queda da Lapa, em dezembro daquele ano.

As três bandeiras contra a ditadura e a Queda da Lapa

A Guerrilha do Araguaia já tinha sido liquidada pelo Exército. Mas a luta contra a ditadura continuava e crescia nas cidades, incorporando vários setores. Então o partido buscou levantar bandeiras, palavras de ordem concretas para a luta democrática contra a ditadura. Um documento aprovado em 1975 apresentou as chamadas “três bandeiras”: fim dos atos e leis de exceção; anistia para todos os presos políticos; e a convocação da Constituinte precedida pelo fim do regime militar.

A questão central passava a ser a luta democrática. E, naquele momento, todos os grupos armados urbanos tinham sido eliminados e a própria Guerrilha do Araguaia também fora derrotada. Por outro lado, havia ocorrido a acachapante vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974. Estava crescendo a luta pela anistia, liderada por Terezinha Zerbini, e o movimento estudantil começava a se recuperar dos golpes sofridos. As três bandeiras, aprovadas em 1975, inseriam o partido na luta democrática que se expandia rapidamente nas cidades. Contudo, veremos que isso não representou uma guinada abrupta. No documento da 6ª Conferência, veremos que essas reivindicações já estavam lá. Mudavam-se apenas a tônica e a força dada a elas. Existia, assim, certa continuidade na linha política.

Em 1973, houve a incorporação do pessoal da Ação Popular (AP) ao partido, que foi um fato muito importante naquele momento em que a repressão se voltava contra o PCdoB.

7º Congresso do PTA

Em 1976, os companheiros da embaixada albanesa, em Buenos Aires, fizeram um convite para que o partido mandasse uma delegação ao 7º Congresso do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), que ocorreria no final do ano. Insistiram muito para que João Amazonas encabeçasse o grupo. Voltei ao país e discuti isso com a Comissão Executiva, mas Amazonas disse que não podia se ausentar do Brasil naquele momento. Então, foi decidido que iria Ângelo Arroyo. Ficou tudo acertado, marquei o ponto de encontro com ele e voltei para a Argentina.

Quando fui para o ponto me encontrar com Arroyo, quem me apareceu foi Amazonas. Estranhei e ele me esclareceu que Arroyo não tinha podido viajar, pois tinha uns contatos importantes com um pessoal na região Norte do país. Levei Amazonas para minha casa e arranjei uma documentação fria para que pudesse viajar. Ele me perguntou se poderia acompanhá-lo até Tirana e participar da delegação brasileira. Eu concordei e, então, viajamos para a Europa.

A maioria dos partidos marxista-leninistas da América Latina se considerava maoísta – defendiam o pensamento Mao Tsé-tung como nova etapa do marxismo-leninismo e o partido inteiramente novo. Nossas posições eram diferenciadas, mas convivíamos bem. Quando chegou o Congresso na Albânia, aproveitamos para realizar uma reunião desses partidos que lá estavam presentes. Ali elaboramos um documento conjunto. Nele se abria, indiretamente, uma divergência em relação à chamada teoria dos três mundos, apregoadada pelos comunistas chineses. Segundo ela, existiam no mundo duas superpotências: a União Soviética e os Estados Unidos. Naquela etapa histórica, a União Soviética passava a ser o pior inimigo dos povos, com isso eram amenizados os ataques ao imperialismo norte-americano, considerado decadente. Os albaneses não aceitaram isso e Enver Hoxha fez um ataque a esta teoria no 7º Congresso do PTA.

Divergências com a China

A reunião dos partidos marxista-leninistas da América Latina, realizada neste ambiente, aprovou um documento segundo o qual no nosso continente tínhamos dois inimigos, a União Soviética e os EUA, sendo que o imperialismo norte-americano tinha mais presença entre nós. Por isso, não tinha sentido apoiar um imperialismo contra o outro. Assim pensava o PCdoB.

Nisso houve unanimidade entre nós, não teve discrepância entre os partidos marxista-leninistas latino-americanos, maoístas ou não maoístas. Ficou acertado que cada um levaria uma cópia para discutir e aprovar na direção de seus respectivos partidos, e marcamos um novo encontro em Paris para assinar o documento e divulgá-lo. Tudo bem, tudo resolvido – pelo menos era o que parecia.

Então recebemos, através da embaixada chinesa na Albânia, um convite para que visitássemos a China. Também queriam a presença de Amazonas. Arruda ficou em Paris, enquanto Amazonas, Renato Rabelo e eu viajamos para a China. Na conversa com os dirigentes chineses, eles afirmaram que consideravam a declaração dos partidos latino-americanos um ataque à sua política e que nós estávamos sendo instrumentalizados pelo PTA. Argumentamos que aquilo não era correto, mostramos que para a América Latina o inimigo principal continuava sendo o imperialismo dos Estados Unidos. Os chineses então propuseram que o documento não fosse assinado ou divulgado, ficando apenas como resultado de uma reunião de consulta entre os partidos. O que não foi aceito pelos partidos e o documento foi assinado e publicado, inclusive n' *A Classe Operária*.

A notícia da Queda da Lapa

Durante essa visita à China, um dirigente do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh) nos comunicou que tinha recebido a informação de que uma reunião do Comitê Central do PCdoB havia caído nas mãos da repressão. Muitos tinham sido presos e alguns mortos, falaram principalmente de Pomar e Arroyo. Acredito que na hora não citaram o nome de João Batista Drummond. Foi um impacto muito grande para todos

nós. Surgiu certa dúvida, mas Amazonas confirmou que a casa onde tinha ocorrido a chacina era mesmo o local no qual se reunia o CC.

Mas, como ainda tinha que se completar a difícil conversa com os chineses, Amazonas e Renato ficaram ali e eu fui imediatamente para a França. Junto com Arruda, procurei informações sobre o que tinha acontecido com a direção do partido no Brasil. Além dos mortos e presos, tínhamos ainda dois dirigentes aparentemente desaparecidos: Jover Telles e José Novaes, que também estavam na reunião do CC.

Depois de uma semana, Amazonas e Renato chegaram a Paris. Mas ainda não sabíamos a causa da queda da reunião da Lapa. Então, voltei à Argentina para poder estabelecer contatos com o partido no Brasil. Descobrimos que Novaes estava bem, pois tinha se contatado. Sobre Jover não se tinha notícia nenhuma. Levaria ainda algum tempo para suspeitarmos dele como um traidor.

A 7ª Conferência: reestruturando o partido

O fato concreto é que estabeleci contato com o partido no país através de Maria Dolores, do Rio Grande do Sul, que foi até a Argentina. Através dela encontramos Sérgio Miranda, sobrevivente da Comissão Nacional de Organização. Os outros estavam presos ou mortos. A partir dele pegamos contato com outros militantes e comitês regionais. A primeira notícia – e a mais importante – foi que nenhum comitê regional havia caído após a Chacina da Lapa. Prova que os camaradas presos tiveram um comportamento bom. Eles não entregaram ninguém.

Voltei a Paris e informei aos companheiros a situação. Foi quando se consolidou a ideia de se constituir, pela primeira vez, uma direção no exterior. Ali nós produzíamos o jornal *A Classe Operária* e através da rádio Tirana, na Albânia, transmitíamos diariamente notícias e orientações para os militantes clandestinos no Brasil.

Logo vimos que havia necessidade da realização de uma conferência nacional para se discutir sobre a situação do país e do partido. Por isso convocou-se a 7ª Conferência, ocorrida em duas partes entre 1978 e 1979.

O objetivo dela era reorganizar a direção partidária e, ao mesmo tempo, orientar os militantes em sua atuação na nova conjuntura que se abria no país. Havia um crescimento da organização e da luta popular, especialmente dos operários. Mas havia divergência com o grupo encabeçado por Nelson Levy, Ozéas Duarte e Ronald Rocha, que mais tarde seriam expulsos do PCdoB e formariam o Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Eles consideravam que tudo que estava acontecendo, como a anistia, era um movimento dos militares para poderem se firmar no poder e que eles estariam ainda fortes. O partido precisava manter a diretiva de “fingir-se de morto”, aprovada no auge da repressão em 1973. A nossa opinião era justamente o contrário. O que ocorria representava uma conquista da luta popular que estava em ascensão. Quem estava em crise era a ditadura militar.

Uma de nossas principais tarefas naquele momento seria intensificar ao máximo a luta pela anistia. Lançamos logo após a Conferência, em 1979, a *Tribuna da Luta Operária*.

Não me esqueço da primeira sede. Meu pai e minha mãe, que já haviam falecido, tinham uma salinha que estava fechada. Peguei a chave e ali montamos a sede do jornal, que por algum tempo serviu de fachada para a atuação do partido na semiclandestinidadade. A primeira equipe foi composta por Olívia Rangel, Bernardo Joffly e Dilair Aguiar, meu filho. E Rogério Lustosa logo a ela se incorporaria e assumiria sua direção.

A *Tribuna* era uma grande janela de um partido ainda clandestino. Tínhamos sucursais espalhadas pelo Brasil. Criou-se a figura do tribuneiro que vendia jornais nas fábricas, nas escolas secundárias e universidades. Mais do que janela, a *Tribuna* foi a grande porta por onde novos militantes entravam para o partido. Várias vezes ela foi apreendida pelo governo e atacada por terroristas de direita.

Reorganização e legalização

Em agosto de 1979, foi aprovada a Anistia e voltaram os exilados, entre eles os integrantes da direção no exterior: Amazonas, Renato e Arruda. Logo tratamos de rearticular o Comitê Central.

Queríamos também iniciar um movimento pela legalização do PCdoB. Então, fui conversar com o advogado Márcio Thomaz Bastos, ligado ao movimento pela anistia. Ele sugeriu que não usasse a palavra legalização, pois seria reconhecer que ele, mesmo clandestino, existia, ferindo a lei. Isso daria margem para um processo contra nós. Sugeriu que se formasse uma comissão pela legalidade do Partido Comunista do Brasil – e assim fizemos. A primeira sede desse movimento foi no bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, em 1983.

Claro, isso não resolveu a questão da repressão. Em outubro de 1984 ocorreram prisões de membros do partido em vários estados ao mesmo tempo. Eu mesmo fui preso pela Polícia Federal na sede da comissão pela legalidade. Prenderam militantes que estavam fazendo um curso na Vila Mariana. Todos foram acusados de tentar reorganizar um partido ilegal. O processo não deu em nada, pois estávamos no fim do regime militar, às vésperas da eleição de Tancredo.

Um pouco antes – no final de 1982 e início de 1983 –, realizamos o 6º Congresso do PCdoB de forma totalmente clandestina. Fizemos primeiro as conferências estaduais, e os delegados eleitos se reuniram nas conferências regionais. Ali se deram as grandes discussões e foi eleito um número mínimo de camaradas – apenas dois por região, perfazendo oito ao total, que se reuniriam num congresso. Além deles, havia os membros do CC. Ou seja, a plenária final foi pequena. Isso permitiu que ela fosse feita na mais estrita clandestinidadade, no apartamento do deputado Aurélio Peres em São Paulo.

Aprovamos os documentos e elegemos a nova direção nacional. A última direção eleita em congresso havia sido a de 1962. Da Executiva eleita pós-reorganização foram assassinados seis membros: Grabois, Pomar, Arroyo, Danielli, Lincoln Oest e Guilhardini.

Redemocratização

Lembro que, após a derrota da campanha das Diretas Já, decidimos apoiar Tancredo no Colégio Eleitoral contra Paulo Maluf, candidato do regime militar. Os trotskistas, então no Partido dos Trabalhadores (PT), nos desceram o cacete. Contudo, a vida mostrou que estávamos corretos naquele momento. A vitória de Tancredo ajudou a sepultar a ditadura e a conquistar a democracia que temos até hoje.

Após a derrota de Maluf iniciamos a Campanha pela Legalidade, agora em melhores condições. Fazíamos comandos nos bairros populares para pegar assinaturas das pessoas em prol da legalização do PCdoB. Depois, quando a lei dos partidos foi mudada, passamos a fazer filiação em massa para conseguir nosso registro legal. Em 1985 o partido conquistou a legalidade, embora tivéssemos que continuar com as campanhas de filiação até conseguirmos o registro definitivo.

Em 1988 realizamos o 7º Congresso, o primeiro legal da história do nosso partido desde 1922. Todos os congressos anteriores tinham ocorrido com o Partido Comunista do Brasil na ilegalidade e mesmo na clandestinidade. Ele foi realizado em São Paulo e com grande entusiasmo. Uma coisa muito emocionante para nós, que tínhamos vivido todos aqueles anos de dura clandestinidade. Eu olhava aqueles milhares de militantes, no ato de encerramento, a maioria composta de jovens, gritando “1, 2, 3, 4, 5 mil e viva o Partido Comunista do Brasil”, e recordava de dezenas de camaradas assassinados pela ditadura.

Lembro que Amazonas fez uma intervenção emocionante sobre os camaradas que haviam tombado. Nosso partido foi muito sacrificado, mas não apenas o nosso partido, o povo brasileiro foi muito sacrificado. Desapareceram companheiros valorosos, que tinham grande contribuição a dar ao nosso país. Bom, enfim, isso faz parte da vida, faz parte da luta por um mundo melhor.



ELIO RAMIRES GARCIA

Elio Garcia teve contato com a política ainda muito criança. Nasceu em 9 de maio de 1944, em Ituêta, Minas Gerais, cidade que deixou de existir. Seu pai, operário, foi o primeiro a lhe apresentar o Partido Comunista. Mais tarde, já militante no Espírito Santo, foi um dos responsáveis pela reorganização do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nesse estado e em diversos outros. Fez curso na China, foi preso e perseguido político. Atualmente, Elio trabalha no escritório da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na cidade de Colatina, onde vive desde 1975.

Comunista desde as origens

Nasci em Ituêta, Minas Gerais, uma cidade que não existe mais porque foi submersa pelo lago formado por uma represa de uma hidrelétrica. Morei lá até os cinco anos de idade, quando meu pai se transferiu para Vila Velha (ES), na região metropolitana da Grande Vitória, onde fiquei até 1966. Meu pai era um operário da construção civil que, nessa capital, conheceu, através de amigos, o Partido Comunista do Brasil. Adorava a União Soviética e lembro que, quando criança, ele ia para a casa dos companheiros ouvir a rádio de Moscou. E a literatura em casa era *Voz Operária*, *Semanário* e algumas publicações da coleção “Romances do Povo”, da Editorial Vitória. Acredito que meu pai não tenha sido militante comunista, mas um simpatizante.

Certo dia, um primo, que era do Partido Comunista, me disse: “Tem uma reunião hoje, vamos lá discutir algumas coisas”. Resolvi ir nessa, depois na seguinte, e continuei indo. Ninguém me perguntou se eu estava entrando no partido, mas, na prática, já estava nele. Isso ocorreu no primeiro trimestre de 1960. Meu dia a dia, a partir de 1961, era na União Espírito-Santense dos Estudantes (Uese), da qual era secretário de assuntos nacionais, depois secretário-geral e vice-presidente.

5º Congresso do PCB

Cheguei a participar da Conferência Municipal de Vila Velha, preparatória do 5º Congresso do PCB (Partido Comunista do Brasil) em 1960. Tinha apenas 16 anos e não acompanhei as polêmicas publicadas na Tribuna de Debates do jornal *Novos Rumos*. Só soube das graves divergências internas um ano depois, em agosto de 1961, através do camarada Carlos Nicolau Danielli. Tomei conhecimento de que haviam sido publicados um novo Estatuto e novo Programa em suplemento do jornal *Novos Rumos*, do PCB. Eu perguntei a ele: “Esta foi uma resolução do congresso?”. Danielli me respondeu que o congresso não havia autorizado nada disso. Tinha sido uma decisão do Comitê Central.

Depois do 5º Congresso, Danielli foi destacado para trabalhar no Espírito Santo – ou melhor, degredado. Eu o conheci na metade de 1961, antes da criação do PC Brasileiro (PCB). Ele organizou um curso de língua russa para a juventude do partido e eu ingressei. Sempre teve uma atitude muito correta. Nunca se aproveitou da sua situação para fazer trabalho paralelo junto à juventude do partido. Depois da sua expulsão do PCB, em dezembro de 1961, ele me disse: “Eu estou indo embora”. Só então me historiou brevemente as divergências que levaram à sua expulsão. No final, me disse ainda: “Você deve estudar um pouco. Vou te dar o *Duas Táticas e Que Fazer?*, de Lênin. Estude isso e, mais à frente, continuamos conversando”.

Estruturação do PCdoB

Depois da Conferência que reorganizou o PC do Brasil (PCdoB), em 18 de fevereiro de 1962, Danielli voltou a Vitória e nos informou sobre o ocorrido. Carregava com ele certo número de exemplares de *A Classe Operária*. Um primo dele, de prenome Nelson, também levava o jornal para a cidade. Mas, num primeiro momento, eu era o único militante do partido na capital que distribuía a *Classe*, coisa de uns 20 jornais. Como era ativista do Sindicato dos Comerciantes acabei entrando na diretoria em 1963. Então, estruturamos o PCdoB entre os secundaristas, universitários, comerciantes, bancários, funcionários públicos. Mas, o número de militantes ainda era reduzido, dez ou doze camaradas em toda a cidade.

Nós passamos a atuar em bloco. Um camarada nosso era presidente do Diretório Acadêmico (DA) da engenharia, eu diretor na Uese, e Aduino Santos Pedrinha, ativista do Sindicato dos Bancários. Quando passamos a atuar de forma organizada e independente do PCB, este resolveu tomar medidas administrativas contra nós. Para isso convocou uma reunião conosco. Resolvemos comparecer e declaramos: “você são vocês, nós somos nós”.

Já éramos 11 secundaristas. Foram então propostas medidas disciplinares: advertências, suspensões e uma expulsão. Fui premiado com a expulsão, coisa que me orgulhou muito. É claro, não reconhecemos as medidas, porque dizíamos que não havíamos entrado naquele partido, o PC Brasileiro. Eu, particularmente, entrei para o PC do Brasil em 1960.

Aquele foi um período muito rico, de muita discussão. Todo mundo avançava muito rápido. Achávamos que o reformismo vinha tomando conta do PCB desde a discussão sobre a proposta de resolução sobre o 20º Congresso do PCUS em 1956 e da *Declaração de Março* de 1958. Criticávamos a direção do PC Brasileiro por estar a reboque de Jango.

Tínhamos que reconstruir o partido, o PCdoB, considerando nossas diferenças em relação ao PC Brasileiro. Já tínhamos noção de que um golpe seria inevitável. Mas não havia nada que pudéssemos fazer, porque quem detinha o poder de organização era ainda o PC Brasileiro, que era de um tamanho descomunal perto da nossa meia dúzia de gatos pingados.

Contraposição ao PCB

Tivemos atuação num organismo chamado Frente de Mobilização Popular, que foi uma proposta de Brizola. Ali o PC Brasileiro também atuava no sentido de atenuar os pendores revolucionários dos brizolistas. O nosso partido teve atuação marcante, inclusive numa campanha pela encampação da subsidiária de uma empresa estrangeira, a canadense *Bond & Share*, denominada Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, que atuava nos serviços de distribuição de energia elétrica e de transportes urbanos, de bondes elétricos. Fizemos piquetes na frente dos guichês com a palavra de ordem “Não pague sua conta de luz e, se cortarem, nós religamos”. Realmente tínhamos uma equipe para fazer isso. Às vésperas do golpe militar havíamos crescido um pouco, com diretores nos sindicatos dos bancários e comerciários e nas entidades estudantis. Mas nossa atuação de massa ainda era reduzida. Éramos, então, cerca de 30 militantes.

Divulgávamos o jornal *A Classe Operária* e uma série de opúsculos, editados pela Editorial Futuro, como os livretos do *Terceiro Grande Debate do Movimento Comunista*, com artigos elaborados pelo Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh), polemizando com os soviéticos. Divulgamos também o *Guerra de Guerrilhas*, de Che Guevara. Era uma forma de nos contrapormos ao PCB quanto aos caminhos da revolução brasileira.

Além disso, atuávamos nas frentes de massa e na Frente de Mobilização Popular, que organizou um grande comício pelas reformas de base com Jango, na cidade de Vitória, logo no início de 1964. Até um camarada nosso falou em nome de estudantes secundaristas. O partido esteve presente no comício pedindo a decretação da encampação da subsidiária da *Bond & Share*, a já mencionada Companhia Central Brasileira de Força Elétrica. Contudo, tínhamos a convicção de que a política de conciliação de Jango iria levar – como acabou levando – ao golpe militar.

Desdobramentos do golpe

Sabíamos que o partido precisava se resguardar. O que não foi muito difícil, porque nós éramos bastante diminutos. Na primeira semana após o golpe, um dos nossos camaradas foi preso: Roberto Cortes, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Do PC Brasileiro foram presos cerca de 100 militantes, e até o presidente do Sindicato dos Comerciantes, do qual eu participava, foi preso.

Em Vitória não existia Organização de Combate Marxista-Leninista, Política Operária (Polop), nem Ligas Camponesas. A Polop esteve lá uma vez, através da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), no congresso da Uese de 1961, mas não prosperou organicamente. O Partido Operário Revolucionário Trotskista (Port) tinha um único militante, Délio Neves – que nem atuava na Frente de Mobilização Popular: aquilo era muito reformismo para ele. Ali atuavam somente o bloco brizolista, o PC Brasileiro e nós. Embora pequenos, marcamos posição. O conselho da Frente era formado por entidades como o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo (Consintra-ES), a União Estadual dos Estudantes (UEE), entidade de representação dos universitários, e a Uese, entidade dos secundaristas. O PCdoB se fazia presente, no conselho da Frente de Mobilização Popular, através da entidade secundarista.

Quando eclodiu o golpe militar, as entidades secundaristas e universitárias acharam por bem que os estudantes se reunissem na sede da UEE. Os trabalhadores se concentraram na sede do Sindicato dos Arrumadores de Carga, uma categoria da orla marítima. Houve greve nos transportes, na orla marítima e entre os bancários, e uma passeata de comerciantes. Lembro também da passeata com cerca de 200 estudantes, saindo da sede da UEE e indo até o Palácio Anchieta, para cobrar do governador Francisco Lacerda de Aguiar que se posicionasse ao lado da legalidade. O governador recebeu uma comissão de cinco estudantes e nos disse: “Eu estou com a legalidade, estou com a ordem” – só não especificou com que legalidade nem com que ordem. No dia seguinte, ele já tinha aderido ao golpe. Inclusive os presos na primeira semana de abril ficaram em estruturas do próprio estado: na Chefatura de Polícia e no Quartel do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

A repressão no Espírito Santo foi um pouco mais suave que em outros lugares. Não houve caso de torturas e de mortes naquele primeiro momento e ninguém ficou preso por mais de uma semana. Havia cerca de 100 presos. Refiro-me aqui aos primeiros momentos do golpe, depois as coisas mudariam de figura.

Crescimento do PCdoB

O golpe e a pouca resistência havida provocaram tristeza e desânimo em muitas pessoas. Alguns, que ainda tinham perspectiva de luta no Espírito Santo, entraram para o nosso partido – cerca de 20 militantes. Mesmo pessoas que não eram do PC Brasileiro disseram

“esse pessoal do PCdoB é que estava certo”. Lembro-me de alguns deles, como Antônio Caldas Brito, então secundarista, Gildo Ribeiro e Paulo Pedreira da Silva, acadêmico de engenharia, além de um punhado de pessoas que se juntou ao partido naquele período.

Minha tarefa não se alterou e consistia em construir o partido. Existiam pessoas extremamente irritadas, tristes com o golpe, mas dispostas a prosseguir por outros caminhos. Por isso, o partido cresceu muito nesse período. Cresceu e se expandiu para além da capital e de Vila Velha. O partido tinha desde 1963 influência entre os posseiros de Cotaxé, que tinham tradição de luta, embora não recusassem ajuda do PC Brasileiro. E nós fomos construir o partido lá.

A retomada do contato do Comitê Central com o partido no Espírito Santo se deu através de Paulo Ribeiro Martins, que não era dirigente nacional, mas sim um quadro intermediário à disposição do Comitê Central. Depois dele foi para Vitória o camarada Danielli, membro da Executiva do partido.

Viagem à China

Certo dia, Carlos Danielli me disse: “Seu nome foi incluído numa lista de camaradas para ir conhecer a construção do socialismo e fazer um curso no exterior. E então? Encara?”. Perguntei: “Em Cuba?”. Ele respondeu: “Não, na China”. Aceitei na hora. Isso ocorreu entre fevereiro e março de 1965 e, em maio, já estava com o passaporte. Ainda houve tempo para que enviassem outro camarada ao Espírito Santo para tirar o passaporte: Ari Olguin da Silva – que era gaúcho, mas atuava no Rio de Janeiro, na frente cultural. Tiramos os documentos com os nomes legais.

Viajamos num voo Rio-Zurique. Na Suíça ficamos 17 dias aguardando o visto da embaixada chinesa. O chefe do nosso grupo era Ari, antigo militante do partido, que fazia os contatos com a embaixada chinesa. Recebemos o visto e saímos para Xangai no dia 12 de junho, num avião de uma linha aérea paquistanesa, que fez um pinga-pinga. Passamos uma noite em Karachi e de lá voamos até Dacca, no então Paquistão Oriental. Gerson Alves Parreira, Ari Olguin da Silva e eu fomos recebidos pelo Partido Comunista da China em Pequim no dia 13 de junho, sendo que outros companheiros já lá estavam – num total de 10 militantes do partido. O curso foi dividido em duas partes. A primeira, estritamente política, realizou-se em Pequim, durante três meses.

A delegação tinha uma direção integrada por Manuel José Nurchis, José Huberto Bronca, chefe da delegação e encarregado do contato com o PCCh, e Ari Olguin da Silva. Lembro ainda de Miguel Pereira dos Santos, Amaro Luís de Carvalho, Tarzan de Castro, Elio Cabral de Souza, Gerson Alves Parreira e Paulo de Assunção Gomes. A relação pessoal era muito boa, mas a relação política não. Por que quatro camaradas (Tarzan, Elio, Amaro e Gerson) eram oriundos das Ligas Camponesas e atuavam em bloco nas discussões, isso ficou muito nítido na China. Depois observei essa mesma divisão no plenário da 6ª Conferência de 1966, com a atuação de Diniz Cabral. Os camaradas Bronca, Nurchis e Miguel morreram no Araguaia. Não existe notícia de Paulo Assunção, e a família não fala a respeito. Era um operário gaúcho, um sujeito valente, mas que teria morrido em

Brasília sob tortura. Mas isso não está confirmado. Suponho que Paulo tenha ficado com o partido, porque era muito ligado a José Huberto Bronca. Eles reconstruíram o partido no Rio Grande do Sul.

Como eu disse, alguns companheiros chegaram antes de mim e outros dois depois. Quando estes chegaram – em 15 ou 16 de junho –, iniciou-se o curso. Foram três meses em Pequim e dois meses e meio em Nanquim.

Estudos intensivos

No curso, o material de estudo era todo baseado nos escritos de Mao Tsé-tung, e não era dado nenhum texto de Marx, Engels, Lênin ou de Stalin. Naquele período, entre 1965 e 1966, Lin Piao estava no auge de seu prestígio, quem não estava bem na luta interna era Liu Chao-chi. Por isso mesmo, Mao indicou Lin Piao para seu sucessor. Começavam a se ensaiar os primeiros passos da chamada Grande Revolução Cultural Proletária, mas ainda não havia a Guarda Vermelha.

Em Nanquim foi realizada a parte político-militar do curso. Havia estudos específicos dos textos militares de Mao: *Sobre a guerra prolongada*, *Problemas da Guerra e da Estratégia*, *Problemas Estratégicos da Guerra de Guerrilhas Antijaponesa*, textos sobre a construção do Exército Popular de Libertação etc. Estudos intermináveis das campanhas realizadas pelo exército popular, das suas batalhas, com aqueles mapas enormes. Pouca coisa havia de prática de campo. Não houve, por exemplo, nenhum treinamento específico para guerra na selva. Podiam nos ter passado, pelo menos, a experiência do Vietnã. Na China, a guerra de libertação não contou com esse componente de guerra na selva. Os estudiosos chineses não davam muita importância para isso. Estudávamos mais a questão da concepção militar, era basicamente um curso em sala de aula. Claro, tivemos aula de engenharia militar e de como fabricar explosivos.

Algo muito importante para nós foi um banquete realizado no dia 1º de outubro de 1965, no plenário da Assembleia Popular Nacional. Fomos levados de avião de Nanquim para participar do desfile do 16º Aniversário da Proclamação da República Popular da China, realizado em Pequim. À noite, houve um grande banquete. Em dado momento, todo mundo ficou de pé, um frenesi, um burburinho. Era Mao Tsé-tung indo de mesa em mesa para cumprimentar cada uma das cerca de 250 pessoas, em sua maior parte representantes do corpo diplomático. E nós lá, os dez brasileiros, considerados como amigos estrangeiros. E todos nós cumprimentamos o presidente Mao, mão na mão, olho no olho. Esse eu acredito que tenha sido um dos fatos mais marcantes da visita à China. Depois fizemos um giro de 30 dias pelo país, conhecemos cerca de dez cidades, permanecendo dois ou três dias em cada uma delas.

De volta ao Brasil

Na volta, no dia 31 de dezembro, embarquei com Miguel Pereira dos Santos. Os outros retornaram alguns dias depois. A viagem foi tranquila até a Suíça. Fizemos escala

em Daca, onde carimbaram nossos passaportes. Voltamos e entramos por São Paulo. Alguém na alfândega brasileira podia perguntar o que estávamos fazendo em Daca, perdidos lá pelo Paquistão. Mas, não houve problema nenhum. Miguel, apesar de pernambucano, estava radicado em São Paulo e era bancário. Ele tinha um contato com o camarada Pedro Pomar, que nos encontrou e nos levou para um aparelho. Ali estava o camarada Amazonas. Fizemos prestação de contas para ele, Pomar e Danielli, que chegou posteriormente. Depois tivemos uma conversa reservada com Amazonas para ver o que cada um ia fazer dali por diante, qual seriam as tarefas.

Danielli havia falado que eu deveria retornar para o Espírito Santo e voltar ao mesmo trabalho que tinha. Amazonas, discordando, disse: “Você passou quase um ano fazendo curso de formação política e militar e agora vai voltar e se ligar à produção? Você deve cuidar da construção do partido”. E, então, voltei para o Espírito Santo em janeiro de 1966 e me integrei à direção. O Comitê Regional era composto por Guilherme Tavares, Carlito Ozório e Antônio Caldas Brito. Havia também Gildo Ribeiro, que se ligou ao partido em 1964. Quando fui à China, em 1965, ele já estava no PCdoB.

6ª Conferência do PCdoB

Por volta de maio organizamos a conferência estadual para escolher o delegado à 6ª Conferência, para a qual fui indicado. O documento-base para discussão era *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Ele foi apresentado apenas durante a conferência, mas aquela já era a concepção do partido de 1964. Para nós, aquilo não era nenhuma novidade, nenhuma guinada, como alguns falavam. Na Conferência houve apenas uma voz discordante: Diniz Cabral. Aqui e ali alguém apresentou uma emenda, coisa de menor importância. A 6ª Conferência realizou-se em São Paulo, mas o lugar exato, não faço a mínima ideia. Todos tinham um ponto e eram pegos por um carro do aparelho. Entrávamos e ficávamos no fundo do veículo, com os olhos sempre fechados.

Eu me lembro da presença de Pomar, Grabois, Amazonas, Danielli, José Duarte e Lincoln Oest. Num determinado momento, Danielli me falou: “Aquele ali é o Arroyo”. Havia uma moça que era delegada de Brasília, a companheira de Élio Cabral. Lembro de Diniz Cabral, Bronca, Ozéas Duarte, do Ceará, e de dois delegados dos marítimos: Luiz Guilhardini e um taifeiro conhecido como Copa.

Assisti a uma intervenção jocosa de Grabois contra a posição de Diniz Cabral. Para este, o documento era muito amplo e não tinha nada de revolucionário. Era preciso organizar a luta armada imediata. Só Diniz apresentou esse tipo de opinião. Grabois liquidou com ele, de maneira muito sarcástica. Pomar fez uma intervenção muito séria, com muita profundidade. Fundamentaram o documento com a necessidade de unir todas as forças democráticas e patrióticas contra a ameaça neocolonialista e a ditadura militar.

Ala Vermelha

No ano seguinte teve um problema sério no Espírito Santo: o PCdoB quase todo se bandeou para a chamada Ala Vermelha. O camarada Gildo Ribeiro afirma que só ficaram três militantes, e o camarada Danielli até me pediu para redigir uma carta para dizer que eu não era integrante da Ala, pois ela estava usando o meu nome.

Naquele mesmo período, em 1968, eu havia retornado ao Rio de Janeiro, para substituir César Telles, que tinha ido montar a imprensa do partido em São Paulo. Acabei ficando alguns dias, coisa de um mês, no mesmo apartamento em que Dynéas Aguiar morava.

Saí do Espírito Santo nos primeiros dias de setembro de 1966, quando Tarzan de Castro foi preso em Goiás. Danielli me orientou a me mudar de estado. A repressão bateu na casa de meus pais, levaram meu pai para a Polícia Federal e lhe ordenaram que se apresentasse lá toda semana. Ele foi até o dia em que se zangou e disse: “Não vou mais. Chega!” Pegou os oito filhos e foi para São Paulo. Mas isso já no final de 1968.

Entre os marítimos

Fui para o Rio, ainda em 1966, e lá Danielli me apresentou a Luiz Guilhardini, cujo nome de guerra era Gustavo. Eu o havia conhecido no plenário da 6ª Conferência. Então fui designado para compor a direção do Comitê Regional Marítimo. Guilhardini não era mais dirigente marítimo e sim nacional, conduzido ao Comitê Central pela 6ª Conferência. Ele atuava no Birô Leste, cuidando do partido desde o Rio de Janeiro até o Ceará.

Na conferência de incorporação dos marítimos eu estava lá e compus o secretariado, por designação do Comitê Central. José Maria Cavalcante, dirigente principal daquele organismo, já comprou de saída uma briga comigo, porque ele não admitia que quem não fosse marítimo pudesse ser da direção.

A Conferência dos Marítimos ocorreu no estado do Rio, provavelmente na região de Caxias, na Baixada Fluminense, próximo ao mar. Havia cerca de 15 delegados. Apenas três foram contrários à incorporação ao PCdoB. José Maria pediu, então, que eles se retirassem, pois não eram mais do partido. Foi assim mesmo, meio na pancada, do jeito dele, muito grosseiro e autoritário. Não havia necessidade daquilo.

Foi uma conferência muito rápida, de um dia só. A ordem do dia tinha um ponto só: a incorporação ao PCdoB. Guilhardini já era dirigente nacional do partido. O PC Brasileiro se ressentiu daquela perda, embora naquele momento já fosse um organismo pequeno e quase não tivesse bases organizadas. Havia perdido muito da sua força depois do golpe militar. Houve uma debandada muito grande, muita tristeza, muita insatisfação e muitas desistências também. Isso deve ter acontecido no país inteiro. E mesmo a *Classe Operária* era pouco requisitada pelos marítimos após o seu ingresso no PCdoB. Sei disso porque eu é que imprimia o jornal. Pelos lugares onde passei a imprensa ficou por minha conta – no Ceará, no Comitê Regional do Rio e no Espírito Santo.

O Comitê Marítimo tinha, antes da incorporação, um secretariado composto por Copa, Guilhardini, Paulo – operário naval que tinha o nome de guerra de Gurgel – e José Maria. Logo depois, o secretariado foi modificado. Saíram Guilhardini e José Maria. Ficaram Copa, Paulo (Gurgel) e eu. Paulo faleceu dois anos depois. Morei algum tempo com Luiz Guilhardini. Após a conferência, ele foi deslocado e continuei morando em sua casa até março de 1967. Depois, fui para Caxias.

Divergências internas

José Maria tinha uma concepção distorcida sobre o partido. Para ele, os marítimos eram “os” comunistas e o núcleo do setor marítimo era mais importante que o próprio partido. Defendia que deveria ser só de marítimo, não podia ter ninguém que não fosse operário naval, estivador ou arrumador. Era, no fundo, um pequeno burguês, indisciplinado e criador de caso, que não percebia que estava inserido num conjunto. Não compreendia que os órgãos inferiores deveriam se subordinar aos órgãos superiores. Ele era o secretário político do núcleo do setor marítimo antes da incorporação e, mesmo deslocado de área, ele queria continuar nessa posição, ainda que não oficialmente.

E, fugindo da tarefa para a qual foi destacado no Mato Grosso, ficava no Rio visitando um e outro militante. E intrigando. Intrigando principalmente com relação ao chamado “patrimônio do Comitê Marítimo”: uma perua kombi. José Maria dizia que o Comitê Central havia se apropriado dela. Isso até se transformou em motivo de brincadeiras entre nós. Guilhardini em tom de gozação dizia: “Nós vamos para São Paulo no patrimônio dos marítimos”. A reunião da direção dos marítimos ocorria na casa de Orlando, um camarada cearense, operário naval. E acabei o encontrando de novo em Fortaleza em 1967.

Guilhardini era um operário comunista intelectualizado. Eu conheci a biblioteca na casa dele, e fiz uma festa enquanto morei ali. Um sujeito de uma afabilidade enorme. Ele era meio fanhoso, e era engraçado conversar com ele. Mas era de uma clareza, de uma visão, capaz de expor as coisas mais complicadas como se estivesse tomando cafezinho. Um camarada formidável. Conversava horas com ele e a esposa, Orandina Alves Sebastião. Vivi com eles entre setembro de 1966 e março de 1967. Mas, já no finalzinho, não posso precisar quando, ele já não estava mais na casa. Apreendi muita coisa com ele, mas fomos deslocados para outras tarefas e nunca mais o vi.

Atuando no Ceará

Um dia, Danielli disse que no Ceará havia uns camaradas que entrariam para o PCdoB e, como eu tinha alguma experiência em construção do partido, deveria ir para lá. Viajei em maio de 1967. Tenho certeza da data, porque foram dois meses depois que me casei. Era só mandar que eu já estava indo: tarefa é tarefa.

No Ceará encontrei Ozéas Duarte. Na verdade, foi um reencontro porque já o conhecia da 6ª Conferência, onde fomos delegados. Eu o encontrei numa situação delicada. O José Maria do Ceará chamava-se Sales – personagem que criava caso com a direção e

com todo mundo. Indisciplinado, faltava sempre aos pontos. Quem me passou o quadro da direção no Ceará foi Luiz Vergatti, que também estava por lá; seu nome de guerra era Murilo. A minha casa era um aparelho da direção regional do partido. Durante o tempo em que estive no Ceará, Vergatti é que dava assistência pelo Comitê Central. Depois, José Duarte, ainda em 1967.

Começamos a atuar no movimento estudantil e logo João de Paula Monteiro Ferreira foi eleito presidente do DCE da Universidade Federal do Ceará. E o partido explode no movimento estudantil. Era força hegemônica no estado, organizando manifestações. Um trabalho que deu frutos enormes em 1968.

Depois, José Genoíno ocupou a presidência do Diretório Central, substituindo João de Paula, o Prateado. Além destes, o Comitê Universitário era composto por Carlos Augusto Patinhas, Pedro Albuquerque e Francis Gomes Vale. Era um pessoal que tinha importância no movimento de massas. Entre os estudantes, tínhamos um jornalzinho, o *Bisu*, que não era do partido, mas orientado por ele.

No Ceará minha primeira tarefa foi junto à imprensa, reproduzindo *A Classe Operária*. Depois, junto a José Duarte, orientando a atividade do Comitê Universitário. O pessoal era muito ousado. Houve um episódio no qual eles sequestraram um agente da Polícia Federal e tomaram o revólver dele. Aquilo deu uma confusão enorme. Pedro Albuquerque organizou a ação. Estávamos ainda no período de resistência e tendo um ascenso do movimento popular e eles foram prender justamente um policial?

No início de 1968, fiquei muito doente, praticamente 60 dias hospitalizado, com tuberculose, cuidado por militantes do PC Brasileiro que respeitavam Ozéas.

Retorno ao Rio

Voltei ao Rio em junho de 1968, para integrar o comitê do estado; meu filho mais velho tinha seis meses. Vi o partido atuando nas manifestações estudantis. Conheci Ciro Flávio Salazar, estudante de arquitetura no Fundão; José Luís de Vargas, que quase vira cunhado de Antônio Guilherme Ribeiro Ribas. Conheço bem a história. Guilherme Ribas não foi para Caxias e sim para Nova Iguaçu, na casa onde morava José Luís. Este era da direção do estado do Rio, estudante de química, sujeito muito bom, com uma boa visão de partido.

No estado do Rio o partido era fraco. Tinha núcleos em Duque de Caxias, São João do Meriti, Nova Iguaçu, Niterói. Minha tarefa novamente era imprimir a *Classe*. César Telles tinha ido a São Paulo para fazer o jornal em *offset*. Eu entregava certo número de exemplares para Lincoln Oest. Não era muita coisa não. E fiquei nessa função até um pouco depois da Copa do Mundo de 1970.

Fiquei sabendo que Lincoln Bicalho Roque estava no PCdoB em 1970. Quando da minha transferência para Minas Gerais, eu tinha que passar os contatos do Rio de Janeiro para outro dirigente do partido. E Danielli levou o referido dirigente que, para minha surpresa, era meu velho amigo Lincoln. Nós nos conhecemos em 1955 no primeiro ano do curso ginásial, no Colégio Estadual do Espírito Santo.

Lincoln era um sujeito extremamente inteligente, estudioso. De repente, ele sumiu da escola: ganhara uma bolsa de estudos e foi para o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Começou a atuar no movimento estudantil e se ligou ao Partido Comunista Brasileiro. Em 1967, soube que estava organizando o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e buscava pessoas descontentes do PC Brasileiro. Ele foi até o Espírito Santo me pedir para ajudar a montar uma reunião com esses dissidentes e eu ajudei.

Convivendo com Walkíria

Quando cheguei a Minas, a camarada Walkíria Afonso Costa estava saindo da direção e se deslocando para o Araguaia com seu companheiro Idalísio Soares Aranha Filho. Tivemos três reuniões em que ela me passou o que era o partido e onde estava estruturado em Minas Gerais. Ela, inclusive, me chamou a atenção para uma coisa e eu, infelizmente, não levei em conta. Disse: “Aqui o DOI-CODI já acabou com o Comando de Libertação Nacional (Colina) e outras organizações de esquerda. E eles mandaram um recado para nós dizendo que agora vão acabar com o PCdoB”. Walquíria era uma camaradinha de raciocínio rápido. Tinha visão de partido, de conjunto e da luta revolucionária.

Eu continuava achando que isso nunca aconteceria conosco, pois não somos como todo mundo. Esse era meu jeito. Mas nos atingiram e o PCdoB só voltou a ser reerguer em Minas através dos camaradas oriundos da Ação Popular (AP). No estado, o partido não era muito pequeno. No Inquérito Policial Militar (IPM) contra o PCdoB, aberto em 1972, havia 11 pessoas indiciadas. Era um partido com importante presença no movimento estudantil. Walquíria, por exemplo, era dirigente do seu diretório acadêmico.

Prisão em Belo Horizonte

Fui preso em Belo Horizonte logo em maio de 1971. Havia acontecido algumas quedas por ali. Por excesso de liberalismo e de confiança compareci a um ponto ao qual não deveria ter ido. Acabei sendo preso devido a uma delação de um camarada. A repressão queria prender o secretário político do partido, Carlos Vitor Alves Delamônica. Fui preso com o nome falso de José de Almeida Lima. Clandestino havia seis anos, estava com uma cara bem diferente da foto que os militares tinham, a mesma do passaporte, do início de 1965.

Os policiais diziam que o delator havia revelado que eu conhecia Carlos Vitor e sabia onde ele estava. Eu disse: “Sei lá quem é esse Delamônica. Não conheço ninguém com esse nome”. Eles mostravam a foto e perguntavam: “Não é esse cara aqui?”. Respondia: “Não, o cara que eu ia encontrar na praça, que ia me arranjar um emprego, era um cara alto louro e magro. O cara da foto tinha um rosto redondo, bigode preto, cabelo preto”. Eu não contei mais coisa nenhuma. Acabei libertado depois de 90 dias. A prisão durou do início de maio até o início de agosto. Um ano depois fui a julgamento e absolvido. Ou melhor, José de Almeida Lima foi absolvido. Não tinham nada contra ele. Não era do partido, do movimento estudantil, do movimento operário, não era coisa nenhuma. Um clandestino que de tão clandestino ficou clandestino até na cadeia.

Refiz o contato com a direção nacional do PCdoB depois que saí da prisão. Eu conhecia duas casas que eram aparelhos do Comitê Central, deixei recados ali e finalmente fui recontatado. Lincoln Oest ficou furioso e disse: “Você é um irresponsável, você colocou o Comitê Central em risco, você é um aventureiro, liberal!”. Esse era o jeito dele, muito rígido. Era parecido com Arruda na rigidez. Não fui criticado, levei mesmo foi uma esculhambação. Merecida, muito merecida.

Começa a Guerrilha do Araguaia

Ainda em 1971, recebi a incumbência de voltar ao Ceará. Eu estava ali quando recebi a notícia do início da Guerrilha do Araguaia. José Duarte chegou e me disse: “Começou a luta armada”. Foi uma alegria muito grande, porque era o coroamento de um processo que passou pelo estudo de estratégia, tática, engenharia militar que fizemos na China. Agora estávamos fazendo aquilo que queríamos fazer, e que era necessário fazer.

Lembro de que disse a ele: “Zé, se a direção resolver, estou nessa, hein?”. Ele respondeu: “Você? Depois daquela tuberculose? Você não vai de jeito nenhum! Você tem a saúde trincada, vai morrer lá”. Em minha opinião, a direção do PCdoB teve uma atitude correta: tinha que ocultar a preparação da Guerrilha. Se não tivesse escondido, tinha caído como todos os outros caíram e o Araguaia não teria acontecido.

Incorporação da AP

Logo se iniciou a incorporação do pessoal da AP ao PCdoB no Ceará. Havia uma desconfiança de que existia um infiltrado entre eles. E parece que de fato existia. Entre dezembro de 1972 e janeiro de 1973 ocorreram muitas quedas no estado. Eu havia levado o camarada suspeito à minha casa. Por isso tinha que ir embora rapidamente. Já estava com a passagem comprada e José Duarte me disse para tentar recuperar o valor do aluguel que tinha sido pago. O proprietário, aproveitando a situação, não devolveu o adiantamento.

Cheguei a ver dois homens estranhos batendo à porta de minha casa. Nem voltei, fugi para São Paulo. Cheguei no finalzinho de dezembro de 1972. Alojei-me na casa de meu pai e entre 2 e 3 de janeiro fui me encontrar com Danielli num ponto, na Domingos de Moraes, nas imediações da Vila Mariana. Esperei e ele não apareceu. Possivelmente, já estivesse morto, assassinado pela repressão, fato posteriormente comprovado.

Não fui preso. Isso significa que o camarada Danielli manteve sua fibra e sua convicção revolucionária até morrer, não entregando os pontos que tinha. Foi um desespero para mim. Eu o conhecia havia doze anos, atuamos juntos muito tempo. Tinha uma relação de camaradas, não de pai para filho, mas de irmão mais velho para irmão mais novo. Posteriormente tive notícia do assassinato de três outros grandes companheiros: Lincoln Oest, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. Uma tristeza. Minha mãe é que conta: “Você chorava. Sentava no cômodo que seu pai lhe destinou e chorava”. Foi um período terrível para mim. A essas alturas a confiança balança. Sem contato, sem saber para onde ir. Passei ainda dois anos ali. Felizmente, tinha a minha família por perto.

Chacina da Lapa

Soube da Chacina da Lapa, ocorrida em dezembro de 1976, quando já estava afastado da estrutura do partido e vivendo em Colatina com um nome falso. Meu nome era José em Minas e Jesus Pedro da Silva no Ceará. Pensei: “Se aquele pessoal que foi em casa era da polícia, aqueles nomes falsos não me serviriam mais. Tenho que arranjar outro”. Lá fui eu arranjar outro nome. Apesar do impacto da Chacina da Lapa ter sido até maior para o partido, eu não tinha relação tão íntima com o pessoal morto ali, mas mesmo assim foi uma nova tristeza para mim.

Em 1979 veio a Anistia, mas eu ainda não havia me legalizado. Um advogado de presos políticos em Vitória me disse o seguinte: “Você está com pressa de assumir a sua verdadeira identidade? Tem algum problema pendente para resolver? Se não tem, dá um tempo”. Na época, ainda havia explosão de bancas de jornal e ameaças. Seguindo a opinião de meu advogado, achei melhor esperar um pouco até tudo se acalmar. Por isso, reassumi minha verdadeira identidade tempos depois, em 1983.

José Duarte e Namy Chequer foram à minha casa em Colatina em 1982 e me pediram para voltar a militar. Falei: “Velho, deixa eu ficar quieto aqui um pouco no meu canto. Estou com o partido, acompanho as coisas do partido e o que o partido precisar de mim estou à disposição. Mas voltar à militância, agora não. Quero dar um tempo”. Fiquei como uma espécie de “auxiliar de militante”, como dizia Edgard Carone.



EUSTÁQUIO VITAL NOLASCO

O mineiro Eustáquio Vital Nolasco nasceu em Belo Horizonte no dia 16 de dezembro de 1946. Iniciou sua militância no movimento estudantil, mas por ser um jovem trabalhador, acabou aderindo à Juventude Operária Católica (JOC). Depois, passou a fazer parte da Ação Popular (AP) e, por fim, ingressou no PCdoB. Por sua atuação no meio sindical e no movimento contra a carestia, foi preso e barbaramente torturado. Participou da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e ajudou a organizar as grandes greves dos anos 1980. Mais tarde, foi eleito e reeleito vereador na capital paulista, tendo sido o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Vala de Perus. Atualmente, é membro do Comitê Central e secretário de Finanças do PCdoB.

O começo da militância

Antes do golpe de 1964, eu participava do movimento secundarista em Belo Horizonte, mas não era uma liderança. Naqueles tempos, havia o movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), que ficava pelas ruas colhendo assinaturas contra o comunismo e a reforma agrária. Então, juntávamos uma turma de estudantes e fingíamos que íamos assinar. Na hora “H”, metíamos os pés nas bancas e derrubávamos tudo. Era uma confusão geral. Os caras eram bons de briga, gente treinada. Lembro-me, por exemplo, que teve um

congresso organizado pelos setores nacionalistas e de esquerda em defesa das reformas de base. E uma turma de direita queria desmanchá-lo à força. Foi outra pauleira danada. O clima era esse antes do golpe militar.

Depois do golpe, lançaram a campanha “Dê ouro para o Brasil”. Minha mãe, inclusive, doou algo que tinha. Eu fiquei na minha. Logo em seguida, em 1965, fui servir o Exército. Não me dei bem e fui preso por questões disciplinares e não por envolvimento político. Junto comigo havia vários soldados que estavam presos desde a época do golpe, também por insubordinação.

Quando as tropas de Mourão Filho saíram para o Rio, eles ficaram de guarda no quartel. Isso durou algum tempo. Quando elas voltaram, foi-lhes dada licença pela participação no golpe, e aqueles soldados que haviam ficado em Minas continuaram no seu posto, sem folga. Cansados, eles começaram a se articular para não ficarem mais de plantão e foram presos, mas não eram ativistas políticos.

Naquele início de ditadura, os estudantes faziam muita passeata. O ponto de encontro era a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Eles desciam a Rua da Bahia e quebravam tudo. Um dos alvos era o City Bank. Continuei participando esporadicamente de uma manifestação ou outra, até que tive contato com o pessoal da Juventude Operária Católica, a JOC. O padre José Miranda queria formar um grupo da JOC no nosso bairro e atraiu um amigo meu e acabei indo junto nas reuniões. Ele não quis saber mais de nada e eu continuei.

No final de 1968, ou início de 1969, participei de um congresso da JOC em Recife e fui eleito para sua comissão nacional. Eu já era da comissão estadual em Minas. Eles me queriam liberado para atuar na organização, mas não quis porque estava trabalhando, era operário e já participava da luta sindical. Por isso, no começo de 1968 participei da greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

“Máquinas de fazer cadáver”

Na greve houve um problema com o ministro Jarbas Passarinho. Ênio Seabra, ligado à Ação Popular, tinha sido eleito presidente do sindicato, mas não deixaram que ele assumisse e o cassaram antes mesmo da posse. Puseram no seu lugar um rapaz chamado Santana. Acredito que era até ligado ao partidão. A secretária-geral do sindicato era Conceição Imaculada de Oliveira, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Numa das assembleias onde se decidiria pela continuidade da greve, o coronel Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho do general Costa e Silva, que tinha ido acompanhar de perto o movimento, pediu a palavra. Para nos intimidar, ele falou para tomarmos cuidado porque o governo tinha máquinas de fazer cadáver. Ênio pediu a palavra e fez um discurso que terminou, mais ou menos, assim: “Se o senhor tem máquinas de fazer cadáver, nós é que fabricamos essas máquinas, então quem deve tomar cuidado é o governo”. A assembleia foi abaixo. Passarinho foi embora furioso, mas não houve nenhuma agressão contra ele. Esta foi uma das primeiras greves operárias depois do golpe e fomos vitoriosos. Eles não deram aumento, mas uma antecipação de 10% para toda a categoria. Foi aquela festa.

Conceição era muito combativa, por isso, mais tarde, foi presa e bastante torturada. Quando terminou a greve, eu era um jovem todo entusiasmado, entrei na sala dela e falei: “Conceição, agora a gente vai botar essa ditadura abaixo”. Ela virou para mim e disse: “Rapaz, talvez eu não veja o fim da ditadura, mas você na certa verá. Vamos ainda ter que passar por muitas greves como essa e muitas coisas mais para vermos o fim dessa ditadura”. Saí da sala puto da vida e pensei: “Essa mulher é uma pelega”. Depois a vida provou que ela tinha razão. As coisas seriam muito mais difíceis do que eu pensava.

Greves políticas

Nós tínhamos vários jornais. O interessante é que eles eram feitos pelos próprios trabalhadores, mas era a AP que cuidava disso. Tínhamos o jornal *Companheiro*, que circulava na Mannesman e outras empresas. Fazíamos ainda *O Martelo*, que também trazia os problemas da fábrica. Eles eram distribuídos nas empresas e nos bairros operários. Tudo era feito dentro da perspectiva de deflagração de uma greve em outubro, mês em que a categoria tinha o seu dissídio coletivo.

Nossas reivindicações eram mais econômicas, centradas no aumento dos salários. Naquela época tínhamos uma política de arrocho salarial. Por isso, as greves se tornavam uma luta contra a própria política econômica do regime militar e viravam greves políticas. É claro, também havia as palavras de ordem contra a ditadura, mas aí era mais por conta dos ativistas dos grupos políticos clandestinos. Naquela greve estavam envolvidas AP, Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), PCBR, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e tudo quanto é tipo de organização que se pode imaginar.

30 mil de braços cruzados

Houve outra greve no final do ano. Ali teve uma disputa sobre qual corrente política começaria primeiro o movimento. Porque cada uma queria ser mais radical que a outra. No final das contas, juntamos uma peãozada e falamos “essa greve vai começar por nossa conta”. E foi como ela começou. Durou mais de uma semana e foi marcada pela violência. Cerca de 30 mil trabalhadores pararam. Só a Mannesman tinha mais de cinco mil operários de braços cruzados. A paralisação, novamente, abarcou Contagem e Belo Horizonte. Mas foi de um voluntarismo sem tamanho. Ocupamos a fábrica, prendemos a diretoria da empresa etc. Só que não tínhamos força para segurar aquilo tudo. O resultado é que sofremos uma forte repressão.

Na Mannesman, os peões estavam dentro da fábrica e a polícia cortou a água e não deixou entrar comida para os grevistas. Começou a negociação e eles propuseram liberar a água e a alimentação em troca da libertação do pessoal da gerência. A polícia e os patrões começaram a divulgar boatos dentro da fábrica de que a mulher de um estava doente, que tinham prendido a família de outro. Tudo isso – somado ao medo de uma possível intervenção por parte da repressão – ia minando o ânimo dos trabalhadores menos preparados.

Essa greve foi comandada pelo pessoal mais especializado, como os ferramenteiros; a peãozada mesmo, que trabalhava na fundição, participava, mas não era ativista e tinha menor nível de consciência. Num certo momento essa massa foi abandonando a luta. Então, vendo o isolamento das lideranças, os policiais invadiram a fábrica e fizeram o diabo. Prenderam meio mundo, foi uma confusão. Em seguida, mandaram os ativistas embora por justa causa, esfacelando o movimento sindical em Contagem e Belo Horizonte. Depois dessa repressão toda, alguns companheiros me diziam encabulados: “Se você quiser me visitar, tudo bem, agora falar de política e de sindicato não quero mais”. O pessoal ficou muito amedrontado.

Montamos uma espécie de fundo de apoio a esses companheiros. Tínhamos os padres dominicanos e carmelitas que nos apoiavam muito. Eles conseguiram, através de uma entidade chamada Cáritas, cestas básicas que levávamos para as pessoas que estavam em situação mais difícil, que foram mandadas embora sem pagamento, sem direitos, sem nada.

Contatando a AP

Foi o pessoal da JOC que me pôs em contato com a Ação Popular. Na época, a AP era uma organização muito fechada. Eu era operário e estava fugindo da repressão e mesmo assim não pude entrar como militante. Fiquei no que eles chamavam de célula de ampliação, uma espécie de estágio para saber se a pessoa tinha ou não condições de entrar para a organização. No final, acabei passando no teste e fui aceito.

Depois do Ato Institucional número 5 (AI-5), a repressão foi atrás da JOC e começou a prender gente. Prenderam o padre Michel Leven, que era o nosso assistente na cidade de Belo Horizonte. Não demoraram a chegar a mim. Como o pessoal da JOC não tinha lugar fixo para ficar, eu aluguei uma casa no meu nome. E quem assumiu como fiador foi o Farias, ex-presidente do Sindicato dos Bancários, cassado durante o golpe. Quando começou a repressão, por segurança o pessoal da casa foi para o Rio de Janeiro e eu fiquei com o problema na mão.

Então, procurei dom Serafim, bispo em Belo Horizonte, o responsável pelas pastorais da igreja, e pedi para que rescindisse logo o contrato do aluguel e pagasse à proprietária para que eu pudesse entregar o imóvel. E ele enrolou para fazer isso. Até que os vizinhos e a dona estranharam a casa fechada e chamaram a polícia. Arrombaram a porta e acharam ali material da JOC e de outras organizações de esquerda. Então, o pessoal do Exército foi atrás de mim na empresa onde eu trabalhava.

Perseguição e clandestinidade

A empresa era pequena, tinha pouco mais de cem trabalhadores. O escritório onde fui interrogado ficava no meio da fábrica. A peãozada viu que algo estranho estava acontecendo e se juntou em volta da salinha. Acho que os militares ficaram um pouco apreensivos, pois estavam apenas em três pessoas. Eles falaram: “já temos o que queríamos”. E foram embora. Eu pensei: “Eles vão voltar para me pegar”. E não fui para casa naquele dia.

Fiz a coisa certa. Eles invadiram minha casa e tive que entrar na clandestinidade. Fiquei morando com Mário Bento, operário da Ação Popular, depois fui para a casa de outro companheiro, também uma ex-liderança metalúrgica. Fiquei ali entre três e quatro meses. A família dele me colocou o nome de tio Bronco, que era personagem do programa “Família Trapo”, interpretado por Ronald Golias.

Na época da ditadura, mesmo sem condições nós dividíamos nossos salários com a AP e posteriormente com o PCdoB, que usavam o dinheiro para ajudar outros camaradas mais necessitados. A solidariedade, o companheirismo, a camaradagem me marcaram muito. São coisas inestimáveis, sem isso não sobrevivíamos. Para sobreviver na época da ditadura precisávamos nos apoiar muito uns nos outros. Eu acredito que isso fez muita gente aderir ao comunismo.

“Comedores de soja”

Rogério Lustosa, dirigente da Ação Popular, foi morar onde eu estava. Nós dois vivíamos numa situação difícil, não tínhamos dinheiro para nada. O que conseguíamos ia para comprar o leite da filhinha dele e nós só comíamos soja. Era bife de soja, salada de soja, leite de soja, porque ela tinha muita proteína e se conseguia ir vivendo somente com aquilo. Por isso nos apelidamos, ironicamente, de comedores de soja.

Um dia eu já estava de saco cheio de tanto comer soja. Não aguentava mais aquilo. Então fui procurar o pessoal de uma comunidade de cristãos holandeses e contei a nossa dramática situação. Eles arrumaram comida e me pediram para esperar que tinham algo mais para nós, mas deixaram a recomendação de que não abrisse a porta para ninguém. Combinamos até uma senha. Quando voltaram trouxeram um punhado de dinheiro. Então, passei num armazém, comprei de tudo, até cachaça.

Contudo, às vésperas do 1º de Maio de 1969, Rogério foi preso. Ele acabou não sendo identificado como dirigente da AP e logo foi solto. Ele até mandou um recado que eu podia continuar na casa, mas eu já tinha ido embora e fugido para Santo André, em São Paulo. Detalhe: foi o dinheiro doado pelos holandeses que me possibilitou comprar minhas passagens e fugir de Belo Horizonte.

Vivendo em São Paulo

Passei a ficar morando na casa de Maria José, que era da comissão nacional da JOC. Um dia me cansei de ficar ali e escrevi uma carta para Mário Bento dizendo que queria voltar ao meu pessoal, no caso a JOC. Ele entregou a carta para Gilse Cosenza logo antes de ela ser presa com outros militantes e dirigentes da AP. A polícia, de posse da minha carta, foi à casa de meus pais e revirou tudo. Como eu disse na carta que pretendia voltar, acharam que eu já estava em casa. Então, por segurança, fiquei onde estava, não fui mais para canto nenhum. Quando saí de Minas perdi os laços com a direção da AP.

Em São Paulo conheci a turma liderada pelo frei Chico, irmão de Lula, que era do partido. Na época, estava uma discussão tremenda para ver se entrávamos na chapa de Paulo

Vidal, considerado pelego, ou se era melhor montar uma chapa de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Foi uma discussão infernal.

Mas nesse ínterim, encontrei com Antonio de Almeida Soares, o Tom, companheiro de Ana Martins. Ele, que também havia sido da JOC, arrumou um lugar para que eu vivesse na cidade de São Paulo. Fiquei morando na casa de um padre chamado Fernando, na Cidade Leonor, Zona Sul. Ali conheci Aurélio Peres e sua esposa Maria da Conceição. E começamos a atuar na oposição sindical.

Depois de 1971, quando me casei, voltei a militar na AP e a nossa ligação era com Antonio Neto Barbosa, o Barbosinha. Logo passei a fazer parte do núcleo de direção da Ação Popular no estado, já em processo de discussão sobre sua incorporação ao PCdoB.

Apoio à Guerrilha e adesão ao PCdoB

Quando soubemos da Guerrilha do Araguaia, ainda na AP, o apoio foi total. Inclusive fizemos um movimento para arrecadar recursos para enviar aos guerrilheiros. A maioria da direção da AP, diante do início da Guerrilha e da repressão que começava a se abater sobre o PCdoB, resolveu apressar o processo de incorporação.

Contudo, isso não foi muito tranquilo em São Paulo. Nesse estado, a AP tinha como dirigente nacional Duarte Pereira, que era contra a incorporação da forma como estava sendo feita, por considerá-la apressada. Então, ficamos meio divididos. Passamos a ter uma dupla militância: na AP e no PCdoB. Barbosinha e eu, por exemplo, militávamos nas duas organizações. Alguns eram somente da AP.

Nós dois íamos tentando puxar todos os indecisos para o PCdoB, mas a coisa não foi fácil. Teve muita discussão, muito quebra-pau. Tanto é que vários não vieram. No PCdoB, por segurança, constituímos a Estrutura 2. O pessoal que já era do partido antes da incorporação ficou na Estrutura 1. Assim, caso uma caísse, a outra poderia permanecer de pé.

Movimento do Custo de Vida

Começamos a organizar o Movimento do Custo de Vida. Ele abrangia todo mundo, especialmente o pessoal da igreja com o qual estávamos ligados. O congelamento de preços era uma bandeira ampla, mas bastante radical na época, porque a ditadura não permitia nenhum tipo de questionamento à sua política econômica e de arrocho salarial.

Nós nos reuníamos dentro das igrejas, nos clubes de mães, nas associações de moradores e sindicatos. No início do movimento, os clubes de mães tiveram um papel muito importante. Organizados pela igreja, neles mães de família se reuniam para rezar, aprender culinária, costurar e fazer outros trabalhos domésticos. Num certo momento a esquerda católica e os comunistas aproveitaram esses espaços para iniciar a luta contra o custo de vida. Junto vieram as lutas por creche, por saúde, por transporte etc.

Contudo, nós da AP, que tínhamos entrado para o PCdoB, cometemos um erro. Mudamos o nome do movimento para Movimento Contra a Carestia, coisa que o pessoal da igreja não concordou, dizendo que queríamos aparelhá-lo.

A história foi a seguinte: tinha havido em São Paulo, na década de 1950, um amplo movimento contra a carestia liderado pelo Partido Comunista do Brasil. Houve grandes manifestações, como a Marcha da Panela Vazia e até greves operárias. Nosso pessoal achou que repetindo aquele movimento estaríamos sendo mais radicais e nos ligando com a luta dos comunistas do passado.

A igreja, pelo seu lado, achou que aquilo estava tomando uma feição político-partidária e aproveitou a brecha para cair fora. O negócio ficou nas mãos do PCdoB e, depois de chegar a um certo auge entre 1978 e 1979, entrou em declínio. Em 1978 o movimento ainda elegeu a dobradinha Aurélio Peres, do PCdoB, para deputado federal, e Irma Passoni, da igreja, para deputada estadual.

Prisões em série

Trabalhei em várias empresas e era sempre a mesma história: de repente, acontecia a prisão de algum companheiro conhecido e éramos obrigados a largar tudo e ir embora. Foi o que aconteceu comigo na época em que trabalhei na Wallita. Com apenas três meses de casado, larguei tudo e fui embora. Então fui trabalhar na Philco, no Tatuapé. Eu tinha muito contato com Waldemar Rossi e Aurélio Peres, que dirigiam a oposição sindical.

Um dia, fiquei sabendo da prisão de inúmeros membros da oposição sindical e avisei Barbosinha. Disse-lhe que era bom tomarmos cuidado. Ele ficou de avisar outro camarada com o qual teria um ponto logo em seguida. O problema é que Dirceu – nome do companheiro com quem ele ia se encontrar – já tinha sido preso e, sob tortura, tinha entregado o ponto para a polícia. Aí prenderam Barbosinha. Novamente desapareci do mapa. Quando encontrei com Duarte Pereira e Tom, depois de uns quatro ou cinco dias, todos disseram que podia voltar, porque Barbosinha não tinha falado nada na tortura.

Então voltei até a empresa onde trabalhava para fazer a rescisão do contrato de trabalho. Demitiram-me e pediram que voltasse outro dia para acertar o que faltava. A rescisão, no entanto, deveria ser feita na Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Quando cheguei lá, os policiais me prenderam. Tentei fazer um discurso, dizer que eles eram assassinos e iam me matar. Ali mesmo já me encapuzaram e me levaram para o Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Minha prisão ocorreu entre os dias 12 e 13 de março de 1974.

Tortura indiscriminada

Foram uns 20 dias de tortura. Torturas de todo tipo que se possa imaginar: pau-de-arara, cadeira do dragão, palmatória, choques elétricos etc. Eles queriam informações sobre a Ação Popular (AP) e o PCdoB. E um dos episódios na prisão acho que seria importante relatar. Quando me torturavam, um deles falou que eu parecia ser filho do Carlos Danielli e fariam comigo o que tinham feito com ele. Eu sabia que ele tinha morrido sob tortura na prisão. Isso, ao invés de me abater, me deu mais ânimo. Inclusive, quando tivemos nosso segundo filho, queríamos botar o nome de Danielli, mas o cartório não aceitou, pois pode-

ria ser confundido com um nome de mulher. Por isso colocamos o nome Daniel. Essa foi a maneira que encontramos de homenageá-lo.

Como me localizaram? Barbosa quando foi preso não disse nada. Tanto é que no ponto que eu tinha com ele não tive problema nenhum. Mas na casa dele havia uma anotação com referência a um militante da AP que trabalhava numa grande fábrica na Zona Leste. Deduziram que era no Tatuapé. Os policiais de posse dessa informação conseguiram identificar o meu nome e a empresa na qual eu trabalhava.

Após a prisão, o padre Fernando e minha irmã foram me procurar no DOI-CODI. Ele era um cidadão muito calmo e conversou com o sentinela. Contou uma história e disse que precisava mandar umas roupas e alimentos para mim. E conseguiu convencê-lo a receber a sacola e, assim, confirmou que eu estava lá. Os chefes ficaram putos com ele e parece que o sentinela foi punido. Um dia seguiram minha irmã e a prenderam. Torturaram-na em minha frente. Mas até então eu não tinha dado nenhum endereço a eles, nada. Foi quando minha irmã acabou dizendo onde eu morava. Eles foram até casa e encontraram apenas dois livros de Jorge Amado e alguns de poesia. Ficaram mais putos ainda. Voltaram e parecia que iam me matar naquele dia. Até que entrou na sala um oficial graduado e disse que não era para me eliminar, pois muitos já sabiam que eu estava lá.

Terror no DOI-CODI

Vi coisas horríveis acontecerem no DOI-CODI. Um dia me jogaram numa sala com um casal. O rapaz chamava-se Albino e era do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Disseram: “você conhece esse casal?”. Respondi que não. “De fato”, falou o policial, “vocês não se conhecem, só queremos mostrar para eles o que fizemos com você. Ele não quis falar, e se não quiserem falar vai acontecer o mesmo com vocês”. Arrancaram minha roupa, eu estava com as costas em carne viva. Então, falei: “não digam nada para esse bando de miseráveis”. Depois desse episódio me deram mais umas porradas.

Certa vez, vi a companheira de Albino tentando se suicidar cortando o pulso com uma colher de plástico. Eles viram, pegaram uma faca e entregaram para ela. Disseram: “se você quer se matar, se mata”. E ela cortou os pulsos e o sangue escorreu pelo chão. Eles a levaram e eu nunca mais a vi, não sei que fim levou.

Quando estávamos presos, Barbosinha me passou um bilhete dizendo que eu podia ficar tranquilo que a repressão só sabia que eu era da AP. Li e depois comi o bilhete, pois ele poderia me complicar. Depois, vieram os oficiais da inteligência militar, um do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), um da Aeronáutica (CISA) e outro do Exército. Com eles a conversa era mais refinada. Diziam: “é melhor você confessar conosco, se não vamos ter que entregar você para as feras e nós não queremos isso”. Mesmo assim, continuei negando. Ao todo foram 50 dias, dos quais 40 no DOI-CODI e 10 no Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Antes de sair do DOI-CODI, chegaram dois policiais. Eles se sentaram e disseram: “não nos interessa mais nenhuma informação, queremos apenas fazer um trato contigo. Nós vamos te oferecer um emprego na Petrobras em Minas Gerais e vamos financiar uma casa

para você pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Mas vai ter que dizer que foi tratado bem e não foi torturado”. Não resisti e dei uma gargalhada na cara deles. Falei: “vou dizer que arrumei essas marcas quando caí do bonde?”.

Os policiais ficaram putos e saíram da sala. Ao saírem deixaram a porta aberta. Não sei se de propósito, talvez fosse para que eu tentasse fugir e aí podiam me matar. Só depois de uma hora, veio um carcereiro e perguntou o que eu estava fazendo naquele lugar. Respondi que tinham me levado, me interrogado e me deixado ali. O cidadão me pegou e me levou de volta para a cela.

Transferência para o Dops

Fiquei mais uns dias e apareceram outros policiais para conversar comigo. Disseram que agora eu ia para o Dops, porque ali não se fazia a parte jurídica, o inquérito propriamente dito. Naquele local onde eu estava cuidava-se apenas de coletar informações dos presos. Ou seja, lá era o lugar da tortura. Falaram que eu seria julgado pela Justiça Militar e, possivelmente, seria absolvido. Eu não interessava a eles, pois era apenas um peão. “Mas tem um detalhe”, concluíram eles: “não volte mais aqui. Se você voltar, por atividade política, não vai sair vivo”.

Em dois dias fui transferido para o Dops, onde fiquei uns dez dias. Passou o 1º de Maio e o delegado do Dops me chamou para assinar o inquérito e nele não tinha nada contra mim, apenas dizia que eu era da AP.

Saí, mas fiquei com a obrigação de me apresentar uma vez por semana e assinar uma espécie de livro de presença. De novo, me alertaram para que não me metesse mais com política. Então, fiz a imprudência de responder: “farei não, até porque se eu me meter em política os caras do DOI-CODI disseram que iam me matar”. Isso me custou mais dois dias de cadeia. Pensaram: “esse cara ainda vai sair por aí falando mal de nós”. No final, o delegado do Dops disse: “ninguém vai mexer contigo, nem precisa vir aqui assinar o livro. Vai cuidar da sua vida”. Ele me soltou e voltei a trabalhar.

Continuando a militância

Na época da minha prisão eu já era casado com a Ester e tinha uma filha, a Patrícia. Minha companheira se escondeu num canto e Patrícia foi para a casa de amigos em Belo Horizonte. Depois que fui solto, nos reencontramos e consegui remontar minha família. É claro, não cumpri a promessa feita aos homens da repressão e continuei militando.

Em 1974 fui trabalhar numa indústria química e participava das assembleias do sindicato. Contudo, não podia aparecer muito, pois a repressão ainda estava me monitorando. Depois, houve um julgamento e fui absolvido. Isso já foi no final de 1975 e início de 1976. A partir daí voltei a estabelecer contato com o partido, através de Aurélio Peres e Ana Martins.

Quando estava retomando as relações com o PCdoB, em dezembro de 1976, ocorreu a Queda da Lapa. Neste momento me desarticulei completamente e não tive mais contato partidário. Mas continuei na minha atuação sindical. Algum tempo antes, quando soube

que estava sendo julgado, a empresa química me demitiu e então fui trabalhar numa metalúrgica e comecei a atuar na oposição sindical de São Paulo.

Apesar da ditadura, não era muito difícil encontrar emprego porque eu era um profissional qualificado, era eletricista de manutenção. Existia muita carência de mão de obra especializada nas indústrias de São Paulo. Por isso, às vezes eles fechavam os olhos sobre a nossa militância. Apesar da minha ficha policial, nunca tive dificuldade com emprego pelo menos até 1979. Depois das grandes greves operárias, os patrões começaram a fazer as listas negras. Só muito tempo depois, em 1978, às vésperas da Anistia, consegui retomar os contatos com o partido através do próprio Barbosinha, que era o principal dirigente da Estrutura 2 do PCdoB em São Paulo.

Em 1978, a partir da luta do movimento do custo de vida, havíamos lançado as candidaturas de Aurélio Peres para deputado federal e de Irma Passoni para deputada estadual, que concorreram pelo MDB. Para nossa surpresa, elegemos os dois. Depois disso ocorreu uma divisão no movimento custo de vida e Irma Passoni, já no PT, resolveu sair candidata à deputada federal contra Aurélio na eleição de 1982. A aliança entre os comunistas e os setores progressistas da igreja foi rompida.

Os acontecimentos de 1979

Arruda, quando chegou do exílio em 1979, teria um encontro com os militantes do partido em Osasco. Como eu os conhecia, a direção regional me mandou para recepcioná-lo na cidade. Disseram-me mais ou menos como ele era, com aquele bigodão. Logo que vi reconheci a figura. Quando me aproximei, ele olhou para mim e disse ríspido: “O que você quer comigo? Não tenho nada para falar com você”. Creio que ele ficou desconfiado. Mas quando foram chegando os ativistas de Osasco – alguns ele já conhecia – e me abraçaram, a sua atitude mudou. Ele se aproximou e disse: “Então, você é que foi mandado pela direção regional?” Respondi que sim e coloquei-o em contato com o partido local.

Eu estava na recepção a João Amazonas em novembro de 1979. Aliás, eu é que arrumei o auditório do Sindicato dos Metalúrgicos para fazer o ato de recepção dele no estado. Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, ao qual fazíamos oposição, cedeu o local sem problemas. Ele só não ocorreu porque, no mesmo dia, Arruda teve um infarto e morreu. O que seria um dia de festa virou um dia de tristeza.

Ainda em 1979 havia sido criada a *Tribuna da Luta Operária*, um jornal que trazia matérias sobre a vida operária, de dentro das fábricas e dos bairros periféricos. Fui o primeiro a escrever uma carta para a seção Fala Povo. Como tínhamos influência dentro de algumas fábricas, através das comissões, dos cipeiros, os próprios operários escreviam matérias ou passavam informações para a redação da *Tribuna*. Tudo isso fazia com que o jornal se identificasse com os operários. Dentro da fábrica Metal Leve, por exemplo, chegávamos a vender 200 exemplares.

Logo depois, criamos o Centro de Cultura Operária, o CCO, do qual fui o primeiro presidente. O grande estimulador desse projeto foi Zé Duarte, operário e antigo dirigente do partido. O objetivo era formar politicamente os trabalhadores. Dávamos curso, passá-

vamos filmes e realizávamos debates. Falávamos sobre a história do movimento operário, programávamos estudos sobre as obras do Lênin. Foi uma época em que nos preocupávamos muito com a formação dos militantes e do povo em geral. Na AP o primeiro livro que me deram para ler foi *A Questão Agrária*, de Kautsky. E com isso peguei o hábito de ler e estudar.

A greve de São Paulo

Quando houve as greves no ABC e na cidade de São Paulo em 1979, eu estava trabalhando em Osasco e nós puxamos uma greve ali. Como eu participava do movimento contra a carestia, me deixaram falar numa daquelas assembleias plebiscitárias ocorridas em São Bernardo do Campo.

Depois da greve, Lula e os demais diretores do sindicato foram presos. Então, os operários fizeram uma grande concentração na igreja Matriz e depois seguiram até o Paço Municipal. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco alugou vários ônibus para levar os operários ao ato de solidariedade. Mas o pessoal estava enrolando para sair, segurando os ônibus, com medo de chegar lá e enfrentar uma pauleira. Então, Ester e eu falamos que não tinha que esperar mais ninguém e fomos com a caravana para São Bernardo do Campo.

A polícia tinha cercado o pessoal no Paço Municipal. Nós fomos chegando e cercando a polícia. Então ela ficou no meio de milhares de manifestantes. Quando a peãozada percebeu isso foi para cima da polícia e ela teve que correr.

Solidariedade comunista

A solidariedade entre o pessoal de fábrica era muito grande. E também no interior do partido. Num certo momento, Barbosinha foi obrigado a fazer hemodiálise toda semana e precisava de um doador de rim. O partido procurou vários doadores que se voluntariaram para a operação, mas não eram compatíveis. Ester descobriu que o dela era compatível e decidiu doar o seu ao camarada necessitado. Isso é só para ver como existia solidariedade entre nós. Coisa que falta em muitos companheiros nossos na atualidade. Alguns poucos ainda têm essa nobre característica. O ex-deputado Jamil Murad, por exemplo, é um desses. Não nego que a situação hoje é outra. Não se tem as mesmas necessidades que havia naquela época.

Disputas sindicais

Em 1981 Aurélio encabeçou a chapa 3 de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, presidido por Joaquinão. Nessa época, eu já trabalhava na Metal Leve em São Paulo e eles queriam que eu compusesse a chapa. Mas, eu tinha apenas três meses de empresa e pelo Estatuto do sindicato tinha que ter pelo menos dois anos. A Chapa 2, também de oposição, era encabeçada por Waldemar Rossi, ligado à

igreja. No segundo turno ainda tentaram se unificar, mas já era tarde e foram derrotados por poucos votos. Hoje, acredito que aquela divisão não foi certa, pois se tivéssemos nos juntado, com certeza, tínhamos levado o sindicato e a história do movimento sindical brasileiro poderia ter sido outra.

Quando houve a campanha de filiação para garantir a legalidade do PCdoB, filiamos muitos operários na Zona Sul de São Paulo. Ester, minha companheira, ganhou uma placa por ter filiado mais gente. Nesta época eu já estava na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Aurélio Peres ainda era deputado federal, com forte presença naquela região. Entrei para a diretoria do sindicato em 1983 e fiquei até 1987. Foi um período, no início da Nova República, em que nos aliamos com nosso antigo inimigo Joaquinção. A razão era a nossa disputa acesa com as concepções políticas e sindicais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT, que considerávamos divisionistas. Nós, então, estávamos na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT).

Vou dizer uma coisa, Joaquinção era pelego, mas, na época em que fui da diretoria do sindicato, não éramos impedidos de fazer trabalho nas fábricas e organizar os trabalhadores. Hoje, acredito que criamos uma imagem exagerada dele. A mesma coisa aconteceu em relação ao presidente do sindicato de Osasco. Nós da oposição éramos muito sectários. Joaquinção morreu pobre numa situação muito pior do que a de muitos militantes sindicais que o criticavam na época. Claro, ele tinha lá seus problemas, não era um sindicalista classista. Ele não queria perder o *status* de presidente e fazia tudo para isso. Mas acredito que no movimento sindical de hoje tem gente bem pior do que ele.

Eleições de 1986

Em 1986 cometemos um grave erro em São Paulo, nós nos coligamos com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e apoiamos Quércia para governador, que foi vitorioso. Contudo, o partido lançou chapa própria para deputado federal e não conseguiu o coeficiente necessário. Nesta eleição não elegemos ninguém e perdemos o mandato do nosso deputado operário. A crise foi feia e teve até uma intervenção da direção nacional no Diretório Regional. No final da história, Barbosinha, que era o principal dirigente no estado, foi expulso do partido.

Em 1987 nós fizemos o movimento “Fora Sarney” e “Diretas 1988”. Quando o presidente foi ao Largo Treze, nós fizemos uma encenação. Arrumamos uma pessoa parecida com Sarney e a pusemos dentro de uma jaula. A polícia veio e deu uma confusão danada. A professora Raquel Guisoni deu umas bandeiradas nuns seguranças e eles pensaram que tinha sido a Ester. Eu e ela acabamos presos.

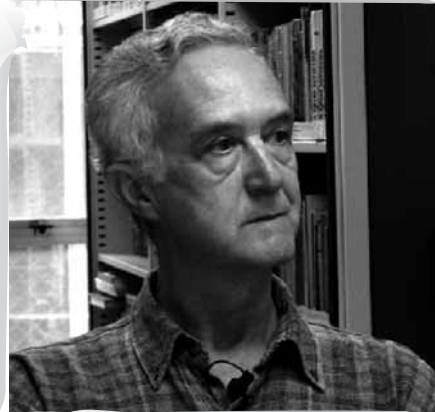
Terminado o meu mandato na diretoria do sindicato, voltei imediatamente para a fábrica. Em 1987 fui o mais votado na história da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da Metal Leve. Tive mais de 60% dos votos numa eleição em que votaram entre dois e três mil trabalhadores. E repeti o feito na eleição seguinte.

Vereança

Quando chegou 1988, saí candidato a vereador numa coligação encabeçada por Luiza Erundina, como candidata a prefeita. Ela foi eleita. Meus eleitores eram, basicamente, operários da Zona Sul. Fiquei na segunda suplência, mas assumi a vereança ao lado do camarada Aldo Rebelo. Em 1992, concorri novamente e me reelei. Em 1996 fiz uma terceira tentativa, mas perdi.

Quando eu era vereador, a Câmara Municipal criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar as valas clandestinas em Perus, onde supúnhamos estar enterrados vários desaparecidos políticos, e fui o Relator dessa CPI.

Um dia, fomos até Perus, mandamos cavar e, de fato, foram achados vários restos mortais. Foi uma ação que teve grande repercussão. Chamamos os torturadores e homens da repressão para serem ouvidos. O coronel Erasmo Dias foi um deles. Eles eram obrigados a se apresentar diante da Comissão. E, com a cara dura, negavam as torturas e diziam que não se arrependiam de nada que tinham feito. E alguns disseram que fariam tudo de novo.



GILDÁSIO WESTIN COSENZA

Nascido em 1947, na cidade de Belo Horizonte, Gildásio Westin Cosenza iniciou sua militância política no Colégio Estadual Central. Foi membro da Ação Popular (AP), juntamente com sua irmã, Gilse Cosenza. Iniciou a Faculdade de Agronomia na Universidade Federal de Viçosa, mas em 1969, após o AI-5 e o decreto-lei 477, teve que abandonar o curso e passar para a clandestinidade. Faz parte do PCdoB desde 1972 e foi secretário sindical do Comitê Municipal de Belo Horizonte até 2011. Atualmente, é da Coordenadoria de Assuntos Profissionais do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais (Sindados).

Família, infância e o começo da militância

Meu pai era um pequeno comerciante do interior que tinha se mudado para Belo Horizonte, onde nasci em 1947. Depois ele voltou para o sul de Minas, para uma cidadezinha chamada Paraguaçu, onde vivi até os dez anos de idade. Mais tarde, fui morar com parentes em Belo Horizonte porque meu pai queria que seus filhos tivessem a possibilidade de um estudo universitário. Ao todo, somos 11 irmãos, dos quais, Gilse, Gilseone e eu fomos presos políticos. Gilse foi membro do Comitê Central do PCdoB. Começamos a militar na AP e, depois, Gilse e eu nos integramos ao PCdoB. Quando iniciei a militância, estudava no Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, considerado então o melhor de Minas e, se-

guramente, o principal centro político do movimento secundarista, um enorme viveiro que produziu muitos quadros militantes, alguns dos quais até hoje atuando em diversos partidos, como a presidenta Dilma Rousseff. De lá, fui para a Universidade Federal de Viçosa.

A entrada na AP e o contexto estudantil

Havia muitas forças políticas – como a Organização de Combate Marxista-Leninista, Política Operária (Polop), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), entre outros –, mas, em Minas, a hegemonia era da AP. Todo o movimento estudantil era da AP e minha irmã Gilse já era uma de suas lideranças. Comecei a atuar no movimento secundarista num momento de grande efervescência, quando, em meio aos debates ocorridos no colégio tive o primeiro contato com textos marxistas. Discutíamos sobre filósofos, teóricos católicos, Sartre, Marx, participávamos de passeatas que seguiam pelos colégios e iam engrossando até chegar à avenida central de Belo Horizonte, a Afonso Pena.

O golpe militar, visto do Colégio Estadual Central

Não me esqueço de que em 1963 foi lançado um jornal da esquerda católica, o *Brasil Urgente*, redigido pelo frei Josafá. E se não me engano em fevereiro estávamos nas ruas vendendo um de seus exemplares, cuja capa estampava em letras garrafais: “Gorilas preparam golpe”. E, então, chegaram notícias da revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro e, um belo dia, o comunicado de Mourão Filho e Magalhães Pinto, montando o secretariado de guerra, unindo toda a direita anti-João Goulart.

Na época, o PCdoB tinha acabado de se reorganizar e quase não havia notícias dele na área em que eu circulava – em Minas, era quase inexistente. Pouca gente questionava se poderia acontecer, de fato, alguma coisa. A maioria acreditava que o governo João Goulart era imbatível, e seu esquema militar, nacionalista, com o general Jair Dantas Ribeiro à frente, impediria qualquer golpe. Mas algumas pessoas consideradas como “exóticas da esquerda católica” diziam que não era bem assim. Para o PCB, não existia nenhuma possibilidade de a direita tomar o poder. Entretanto, havia as “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” e aquela ofensiva violentíssima, e diziam que os comunistas iam ocupar tudo. E, para nós, se tratava apenas da direita esperneando e não haveria o menor perigo de golpe.

Naquele momento, também aconteciam muitas mobilizações populares envolvendo metalúrgicos, comerciários, estudantes, ou seja, existia uma efervescência social. Os estudantes participavam do Movimento de Educação de Base (MEB), indo para as favelas alfabetizar o povo. Em meio a todo esse caldo, a juventude católica foi se radicalizando – dando lugar à Ação Popular –, e conseguiu assumir o controle da União Nacional dos Estudantes (UNE) e depois da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), passando a fazer parte do processo de luta pelas reformas de base.

O governo João Goulart era o que de mais avançado tinha acontecido na história do Brasil: propunha a reforma agrária ao lado de todas as rodovias federais; a estatização das

unidades de produção de gasolina; o fortalecimento da Petrobras, entre outras importantes bandeiras. Tínhamos também a ascensão da classe operária. A direita enlouqueceu. Lembro-me que quando Jango lançou o Movimento de Educação de Base, o MEB, uma das lideranças do Movimento da Mulher Mineira criticou: “Agora estão com esse negócio de querer educar essas pretinhas todas. Daqui a uns dias, não teremos mais empregada doméstica”. Essa é a elite brasileira!

A ida para a universidade e a militância política

Em 1966, terminei o Colégio Estadual e fui para a Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde cursei Agronomia. Lá, existia somente a AP, e eu participava da coordenação do interior, visitando as poucas universidades e faculdades existentes em Viçosa, Poços de Caldas, Itajubá, São João del Rey e Uberaba. Nessas cidades não havia disputa para o Centro Acadêmico: quando indicávamos, estava eleito. Mas havia disputa em Belo Horizonte. Polop, PCBR e outras forças estavam iniciando a sua participação e, no final da década de 1960, eles ganharam o DCE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), derrotando a AP. E quando aconteceu a eleição da União Estadual dos Estudantes (UEE) nós vencemos.

Na capital, a AP era forte, mas no interior era absoluta. No Congresso da UNE em Valinhos (SP), em 1967 – no qual fui delegado –, elegemos como presidente Luiz Travassos. Nessa época, começavam a aparecer duas lideranças políticas muito importantes, que chegaram para disputar o congresso: Vladimir Palmeira, do Rio de Janeiro, e Zé Dirceu (José Dirceu de Oliveira e Silva), de São Paulo. Ganhamos com três votos de diferença, num acordo costurado por outra jovem liderança da AP: Renato Rabelo. Fui um dos últimos a sair do convento, onde acontecia o congresso, e oito horas depois de tirarmos todo mundo, chegava a polícia.

As prisões no Congresso da UNE de 1968

Em 1968, fomos radicalmente contra a realização do congresso unificado porque não havia segurança, todo mundo poderia ser preso. A ideia era organizá-lo por etapas regionais e depois somar os votos, mas não conseguimos aprovar a proposta no conselho nacional. Na última reunião preparatória, o presidente da UEE/MG, Raimundo Mendes, disse que quem não tinha direito a voto ficaria para denunciar a prisão e lutar pela libertação. Tínhamos certeza de que seríamos presos, como de fato aconteceu.

Chegamos a São Paulo no dia da chamada “Batalha da Maria Antônia”, confronto ocorrido no dia 3 de outubro de 1968, na Rua Maria Antônia, entre estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e do Mackenzie. O pessoal era pego nos pontos de ônibus, em locais de encontro espalhados pela cidade, e todo mundo era levado para a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Foi a primeira vez que vi o pessoal do PCdoB, que chegava com uma bancada expressiva, especialmente do Rio de Janeiro.

Quando os policiais invadiram o congresso, mal haviam acontecido os embates iniciais. Fomos todos levados para a Casa de Detenção de São Paulo. Depois de dois dias chegaram

os policiais do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Minas. Da delegação de quase 140 delegados, 30 – entre as principais lideranças – foram colocados em um ônibus e, em outros ônibus, o restante do pessoal, que depois foi solto ao chegar a Belo Horizonte.

Presos sob o AI-5

Isso aconteceu em outubro de 1968 e o nosso *habeas corpus* foi julgado em 11 de dezembro. Seríamos soltos logo depois, mas no dia 13 foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5). Então, o comandante do batalhão chegou dizendo: “Vocês acharam que iam ser soltos? Vocês estão fodidos porque agora acabou esse negócio de juiz babaca decidir alguma coisa, vocês vão mofar aqui dentro”.

Éramos em torno de 20 homens e 10 mulheres. Elas foram para o presídio feminino e nós para o Batalhão-Escola da Polícia Militar (PM), e depois para o Dops. Passamos aproximadamente um mês, depois do AI-5, sem visita, incomunicáveis. Até que começaram a liberar as visitas e a soltar devagar o pessoal. Nós – os últimos – fomos soltos perto do dia 25 de janeiro de 1969.

Depois que saí, fui para Viçosa e redigimos um boletim, que distribuimos na faculdade denunciando o AI-5. No dia seguinte, a universidade foi invadida por vários caminhões do Exército provenientes de Juiz de Fora. Um colega, Edmundo Magela Carneiro, e eu – as duas principais lideranças em Viçosa – saímos. Os professores nos protegeram para não sermos presos. Eles nos esconderam num cafezal experimental até a noite, quando um deles nos tirou da universidade e nos levou até uma mata perto dali, de onde seguimos a pé até o município próximo, Senador Firmino, terra da família de Edmundo.

De lá, fomos para Barbacena e, depois, para Belo Horizonte – quando passei a viver em semiclandestinidade. Nossa tarefa passou a ser reorganizar a UEE de Minas.

Outro companheiro, Fábio Marcial Andrade Cunha, também militante da AP, foi se encontrar conosco em Belo Horizonte. Edmundo resolveu procurar a família e depois conseguiu matrícula para concluir o curso de Agronomia em Goiânia. Fábio e eu fomos presos em junho de 1969, na capital mineira, e depois nos reencontramos em São Paulo. Fui atuar em Goiânia e Fábio no Nordeste, onde passou a militar até a Anistia, quando retornou para sua terra natal, Uberlândia, onde faleceu pouco depois em um acidente rodoviário.

Unidade entre os movimentos sociais

Em 1968 houve uma grande greve em Contagem. Tínhamos muito contato com as principais lideranças operárias, principalmente com Ênio Seabra, Mário Bento, ambos da AP – inclusive, lançaram um documento pregando a unidade dos movimentos operário, estudantil e camponês. Naquele momento, a AP travava uma grande polêmica com os foquistas – defensores das propostas de Debray e Guevara sobre foco guerrilheiro. Depois, os foquistas acabaram se afastando do movimento. Foi quando o PCdoB enviou Ronald Rocha para Minas e a AP transferiu para lá Rogério Lustosa.

Fiquei preso de outubro de 1968 até janeiro de 1969. A invasão da Universidade de Viçosa aconteceu no início de fevereiro de 1969 e, em junho, houve prisão em massa do pessoal da AP. Estávamos completando o processo de reorganização do agrupamento, e havia muitos militantes indo para o movimento operário e camponês. A AP abriu várias frentes de trabalho no campo. Muitas universitárias estavam se integrando à produção industrial na principal fábrica têxtil da época, a Renascença, em Belo Horizonte.

Rockfeller no Brasil

Em junho de 1969 a missão Rockfeller começou a rodar pela América Latina. O governo norte-americano mandou Nelson Rockfeller fazer um *tour* por vários países e ele foi recebido com tomate podre na Venezuela, com pedra na Colômbia. A todo lugar que ele ia, havia manifestações contrárias. Mas ele chegou em meio a uma repressão violenta no Brasil e, por isso, houve protestos em pequena escala.

Em repúdio à sua passagem pelo país, em Belo Horizonte um estudante de engenharia, militante da AP, preparou uma pequena catapulta no edifício mais alto da cidade com uma estrutura de retardo que usava ácido. A substância ia corroendo as amarras, a mola se soltava e jogava os panfletos lá de cima, em pleno centro da cidade.

Sumiços e prisões na AP

Mas, às vésperas de Rockfeller chegar ao Brasil, fizemos uma reunião com Gildo Macedo Lacerda – membro da AP depois assassinado; Paulo Teles, do Diretório Acadêmico da Medicina; e Humberto Câmara Neto, de Pernambuco, também assassinado. Na reunião, tratamos do sumiço de várias pessoas da AP e concluimos que elas haviam caído. Decidimos nos dividir para alertar a todos que sumissem por causa da repressão. José Carlos Mata Machado já estava clandestino, mas tinha hepatite e retornou à casa dos pais para se tratar. Passei lá para avisá-lo e fui para a casa de retiro espiritual da igreja católica, o Graal, no bairro da Serra, um de nossos principais refúgios, onde estavam hospedadas umas cinco pessoas ligadas a nós, entre as quais, Luís Raul Machado, diretor da UNE. Mas quando cheguei, a repressão já tinha invadido o local. Tentei fugir pela varanda, que estava molhada, escorreguei, levei um tombo e, ainda deitado, comecei a ser chutado pelos policiais. Fui preso novamente – em 17 de junho de 1969 – e levado para a sede do Serviço Secreto da PM. Passei uma noite sendo espancado. Depois, fui levado para a sede do Batalhão-Escola da PM em Belo Horizonte – onde já havia cerca de 90 pessoas, todas conhecidas, entre as quais, padres, freiras, o pessoal de apoio da igreja, militantes da AP – e não parava de chegar gente.

Medo na casa dos Cosenza

Naquela época, combinamos dizer que morávamos com nossos pais porque se a repressão invadissem a casa, alguém ficaria sabendo da prisão. Voltando a fevereiro de 1969, minha irmã Gilse, que já estava integrada ao movimento camponês, engravidou. Estava numa

reunião da direção da AP quando estourou a bolsa. Tiveram de, correndo, arrumar uma maternidade para fazer o parto clandestinamente. Ela já estava com a prisão preventiva decretada. Descobriram, então, que ela esperava gêmeas, que nasceram prematuras de sete meses. Uma morreu logo, a outra passou meses internada entre a vida e a morte. Mas no final de maio, início de junho, ela se recuperou, e foi criada pela minha irmã Gilda e por Henfil (Henrique de Sousa Filho) até que Gilse saísse da cadeia. Seu nome é Juliana. Mais tarde, ela se tornou militante estudantil, tendo participado da direção da União da Juventude Socialista (UJS).

Naquele 17 de junho, dia do aniversário de uma irmã mais nova, Gilvânia, Gilse foi à casa de nossos pais para dar-lhe parabéns e dizer que Juliana havia se salvado. E exatamente na hora em que ela estava lá, a polícia chegou, pois eu tinha dito que morava com meus pais. Minha mãe teve uma presença de espírito maravilhosa. Primeiro peitou os policiais e disse “sem mandado não entra”. Então, apresentou Gilse, que era muito parecida fisicamente com a irmã menor, e disse: “esta é a Gilvânia”. Como éramos 11 irmãos, a casa era grande. Minha mãe levou os policiais para o quarto de meus irmãos, dizendo: “este aqui é o quarto dele, podem revistar, mas faz mais de um mês que ele não vem aqui”. Gilse aproveitou a brecha e saiu para avisar Loreta Valadares que eu havia sido preso e que tinha havido mais prisões. Quando ela chegou, o local já havia caído e Loreta tinha sido presa, e assim que Gilse entrou na casa foi pega também.

E então, quando vi Gilse entrar na prisão em que eu estava, foi aquele choque. Pensei: “pronto, pegaram ela e a criança”. Mas ela sorriu para mim e disse que não, que estava tudo bem com a menina. Fomos levados para o Colégio Militar e separados do resto da turma, inclusive de Gilse. Lá, a tortura começou violenta.

Lustosa, “o caipira”

Meses antes, às vésperas do 1º de Maio, tínhamos decidido fazer panfletagens e pichações. Rogério Lustosa, outro companheiro e eu fomos para os bairros operários entre Belo Horizonte e Contagem. Já estávamos acabando quando chegou a repressão e prendeu Rogério. Mas ele estava com um documento falso e deu uma de caipira, disse que tinha chegado do interior para arrumar emprego. Ele foi muito espancado, mas manteve a história. Depois, jogaram-no numa cela no Dops. Em 17 de junho, quando fui preso, fiquei dois ou três dias no Colégio Militar e de lá me transferiram para o Dops; quando cheguei e passei pela primeira cela, vi Rogério. Fiquei quieto.

Dias depois, nos deixaram tomar banho de sol e ele me contou essa história e disse que estava se passando por capiau, que não sabia nada e até errado falava. E mais gente continuava chegando ao Dops; as celas estavam entupidas. Então, um tempo depois tiraram Rogério da cela dizendo: “Você está só ocupando lugar aqui, não sabe de nada mesmo. Vai embora!”. E Rogério, muito cara de pau, respondeu: “Vou não, doutor, não tenho dinheiro. Vocês tomaram o papelzinho em que eu tinha anotado e eu não sei achar mais a pessoa que eu ia procurar aqui”. Os policiais do Dops ficaram com pena dele, e fizeram uma vaquinha para ele voltar para o interior. E o filho da mãe pegou o dinheiro dos policiais do Dops e se mandou!

Isso aconteceu no final de junho. Ali pelo final de julho, os agentes estavam com uns papéis que tinham achado na casa de alguém e descobriram que o tal caipira era Rogério, e, então, tiveram um ataque histérico no Dops. Entraram na cela batendo nas pessoas só de raiva. “E a gente deu dinheiro para aquele filho da puta!”, diziam.

Freiras violentadas

Aquela foi a primeira vez, em Minas, que houve prisões nessa escala e com torturas indiscriminadas. Havia prendido alguns padres e freiras, e uma ou duas delas foram violentadas. O bispo de Belo Horizonte, que era extremamente conservador, excomungou publicamente os torturadores e os que tinham violentado as freiras. Isso teve uma grande repercussão. Afinal, a igreja católica fora um dos centros da mobilização reacionária do golpe no Brasil.

Para diminuir a pressão da sociedade, todo mundo que não era “queimado” foi liberado para ficar em prisão domiciliar. Obrigaram minha mãe e eu a assinarmos um documento no qual se afirmava que eu ficaria em prisão domiciliar e que se eu fugisse, ela iria presa no meu lugar. Naquele momento, eu já tinha sido transferido do Dops para o Presídio de Neves e no dia que foram me levar para assinar esse documento, fui transferido para o 12º Regimento de Infantaria, a sede do comando do Exército em Minas.

Eu não queria assinar o tal documento, e meu pai e minha mãe queriam que eu assinasse. Meu pai era muito conservador, deu-me uma bronca por estar me metendo com “esse negócio de subversão”. Mas, para minha surpresa, ele me disse para sumir, pois sabia que se eu fosse preso novamente seria morto. Era agosto de 1969 e não se conseguia sair de Belo Horizonte pela rodoviária porque cada pessoa que entrava nos ônibus tinha que mostrar os documentos. E eu temia ser pego dessa maneira.

Misturado à torcida do Galo

Como torcedor do Atlético, conhecia várias pessoas da diretoria do clube e sabia que ia acontecer uma partida contra o São Paulo. O Atlético estava invicto havia vários jogos e uma caravana de mais de 90 ônibus saiu de Belo Horizonte para assistir ao jogo. O diretor me orientou a entrarmos no meio da torcida. Espalhamos o pessoal pelos ônibus e combinamos de ninguém ficar nos primeiros porque com aquela quantidade de ônibus, se eles revistassem, o fariam nos primeiros. Mas, como eu conhecia vários líderes de torcida, gente da diretoria, eles acabaram me fazendo ficar no primeiro deles.

Paramos no posto da Polícia Rodoviária Federal em Betim, e quase morri de susto: havia meia dúzia de tanques, três de cada lado da estrada, uma quantidade impressionante de tropa com fuzil, metralhadora, até metralhadora de tripé. O capitão já chegou xingando, dizendo que a torcida toda estava bêbada. Então, todos começaram a gritar “cruzeirense”, “bicha” etc. E o policial rodava a metralhadora dizendo “Eu atiro! Eu atiro!”. E o pessoal retrucava: “Então, você vai matar todo mundo”. Até que o diretor do Atlético desceu e disse que ali só havia torcedores que tinham bebido um pouco, e eles nos liberaram.

Em cada entroncamento da rodovia Fernão Dias, havia tanques, tropas. E eu não estava entendendo o motivo. Cheguei a São Paulo preocupado, e morrendo de vontade de assistir ao jogo no Pacaembu, mas devido ao horário do contato com a direção não pude assisti-lo, fui recebido por um companheiro preocupado, que finalmente explicou que o presidente Costa e Silva havia tido um problema de saúde e uma junta militar havia assumido no seu lugar, destituindo o vice-presidente que era civil. Por isso, resolvemos sumir, passar realmente para a clandestinidade.

Discutindo o caráter da AP

A AP montou uma estrutura – que caiu logo depois – com a família de José Luís Moreira Guedes, que tinha uma transportadora e despachava caixotes para todo o Brasil. Então, os documentos da AP, os livrinhos de Mao etc. eram enviados como carga comum. Naquele momento havia toda uma discussão no interior da AP sobre ela ser um partido de tipo inteiramente novo, um Partido Comunista Marxista-Leninista-Maoísta. O dirigente que mais intransigentemente defendia essa linha era Jair Ferreira de Sá, codinome Dorival. No debate, Paulo Wright tinha uma posição a que eu chamaria de “neotrotskista”. Eles eram como dois polos, e a maioria se afinava com o maoísmo de Jair. Na medida em que o debate começou a se afunilar, passou a se discutir a unificação com o PCdoB. Para surpresa geral, Jair passou para o outro polo e se uniu a Paulo Wright.

Nesse processo de luta, eu – já dirigente da AP – defendia a posição do Partido Comunista Marxista-Leninista-Maoísta. Discutíamos, por exemplo, se o PCdoB fazia ou não parte dessa frente, se era ou não o polo mais avançado. Meu último contato em São Paulo foi com Aldo Arantes e Haroldo Lima, discutindo justamente essas questões, sobre as quais concordávamos.

Fui para Goiás no início de 1970, onde vivíamos um processo de crescimento. Honestino Guimarães estava clandestino e eu mantinha muito contato com a mãe e a família dele. A repressão, no entanto, me localizou e a direção decidiu que eu deveria sair, dando lugar a Paulo Fonteles, que passou a dirigir a estrutura que englobava Goiás e Brasília. Fui para São Paulo, mas rodei também por Paraná e Rio Grande do Sul.

O milagre dos dominicanos

Naqueles dias, muitos militantes da AP tiveram que fugir do país. Em Minas, tínhamos um esquema de apoio por meio dos padres dominicanos. Costumo brincar dizendo que eles faziam milagres, pois colocavam a pessoa no convento e ela aparecia no Uruguai. E a AP decidiu que mandaria alguém para o exterior para tentar organizar esse pessoal. Numa reunião em São Paulo – da qual participei com Aldo Arantes, José Carlos Mata Machado e outros –, a direção definiu a necessidade de dar um rumo político ao combate à ditadura porque já não bastava mais apenas denunciar as torturas.

Uma associação para os exilados brasileiros

Um policial federal em Goiânia, ligado a nós, me passou um passaporte falso e eu viajei para o Uruguai, saindo pelo Rio Grande do Sul, onde tínhamos um esquema na fronteira. Lá, encontrei nosso pessoal e começamos a discutir sobre a criação de uma associação de exilados brasileiros com dois papéis: coordenar a luta política contra a ditadura e criar uma estrutura de auxílio e apoio aos exilados recém-chegados. Muitos militantes não conseguiam entender nada que os uruguaios falavam, não tinham o que comer, onde ficar. E conseguimos fazer isso no Uruguai, basicamente apoiados pelo coronel Dagoberto – ex-presidente dos Correios e Telégrafos, um nacionalista odiado pela ditadura. Depois, fizemos o mesmo na Argentina e no Chile, onde nosso principal contato, e coordenador do trabalho, era José Serra, professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Naquele momento, Salvador Allende estava no poder e acabei conhecendo vários de seus ministros, entre eles, Pedro Vuscovic.

No Chile, segue o debate sobre os rumos da AP e do socialismo

Em nossos debates, começava a surgir outra posição influenciada pela experiência chilena: se o socialismo estava avançando com Allende, o caminho seria pela via pacífica. Lembro-me que tivemos contato com o Partido Comunista Marxista-Leninista (PCM-L) do Chile e com o Partido Comunista do Chile – que naquele momento considerávamos reformista. O PCM-L, no entanto, era sectário, estreito. Um sectarismo tão forte que chegava às raias da burrice: no dia em que Allende foi eleito, alguns dirigentes do PCM-L foram espancados pela massa porque fizeram um comício denunciando a vitória do “reformismo traidor”. E a AP acreditava nesse caminho do PCM-L do Chile, e Serra também. Eu estava extremamente preocupado porque fomos conversar com os ministros de Allende, e eles diziam “vamos avançar e chegar ao socialismo e ao comunismo”.

Rumo à Europa

Depois de um tempo, estive rapidamente no norte do Chile, na Bolívia e na Venezuela. Voltei ao Chile e peguei um avião para a Europa, com o objetivo de fazer a mesma coisa lá, já que tínhamos uma base muito grande em Paris. O principal contato político na França estava na embaixada da Albânia, com um quadro conhecido como Labostienne que, inclusive, insistia para que eu mobilizasse outras pessoas e fôssemos fazer um curso na Albânia. Os albaneses destacavam sempre que o PCdoB era um partido marxista de velho tipo. Já os chineses não deixavam de afirmar que ele era um partido a ser fortalecido, e a AP deveria contribuir para a consolidação de um partido marxista-leninista-maoísta. Eu tinha um contato na embaixada chinesa, e ele me disse: “Por que você não articula esses exilados que estão aqui, que se dizem comunistas, revolucionários, para fazer seminários?”. E então começamos a debater política, documentos teóricos etc. A cada dia, um apresentava a realidade do seu país. Aprendi demais nesse período.

De volta ao Chile, sob o perigo do golpe

Em 1972, voltei ao Chile e a situação já estava muito difícil com a atuação de grupos de extrema-direita como o Pátria e Liberdade, contra o governo Allende. Lembro-me de ter conversado com o pessoal do PCM-L do Chile, que nos contou ter provas de uma reunião feita num navio da Marinha de Guerra entre as lideranças empresariais e os milicos para preparar o golpe – o que foi relatado ao governo Allende, mas este respondeu que não havia com o que se preocupar. Então, fui conversar com alguns ministros e disse: “Isso aqui está parecendo o Brasil antes do golpe”. Um deles virou para mim e falou: “ustedes están enganados, las fuerzas armadas de Chile son legalistas y profesionales. No hay la menor posibilidad de golpe”.

Saí de lá, reuni nossa base e disse que logo iria explodir um golpe, como no Brasil. Então, José Serra levantou-se e fez um discurso violentíssimo afirmando que minha posição era traição porque o internacionalismo proletário obrigava que os brasileiros pegassem em armas para lutar junto com os chilenos. Depois voltei ao Uruguai, onde a situação já estava complicada também.

Filiação ao PCdoB

Quando voltei ao Brasil, pelo Rio Grande do Sul, seguindo para São Paulo, passei a ter contato com o PCdoB. Nossos pontos eram todos no bairro do Ipiranga e, contrariando a orientação da AP, acabei me filiando. E o PCdoB me mandou para o Rio Grande do Sul. Senti que a segurança não estava muito boa em Porto Alegre e me mudei para Pelotas, onde fui trabalhar numa fábrica de óleo de soja e depois arrumei um emprego de vendedor numa empresa atacadista de doces. Por acaso, as cidades que eu atendia eram as de fronteira, onde tínhamos um esquema muito bom, que nos garantia a entrada de materiais e a saída de pessoas perseguidas.

Quando achei que as coisas iam bem, houve uma queda. Tentei fugir, mas a rodoviária estava ocupada. Eu tinha contato com uma pessoa que transportava lã de Pelotas para uma fábrica próxima a Porto Alegre, e fui com ele. Cheguei perto da casa de um companheiro e vi que estava sendo vigiada. Arrumei dinheiro com outro conhecido e consegui ir para Curitiba, onde procurei um simpatizante que fora militante em Anápolis (GO). Ele me arrumou dinheiro e viajei até São Paulo, onde encontraria Jair, da AP, com quem tinha um ponto próximo ao usado pelo PCdoB no Ipiranga, e o informei que a organização no Rio Grande do Sul tinha caído e que era preciso avisar o pessoal. Gilse era o ponto de contato da direção da AP nesse estado.

Um tempo depois eu estava para voltar à Europa quando houve uma prisão muito grande no Rio de Janeiro, e a direção decidiu que eu deveria ir para o Rio. Nessa época, a AP já havia se incorporado ao PCdoB e, por segurança, foram formadas duas estruturas: a “Estrutura 1” e a “Estrutura 2”. Haroldo Lima e Aldo Arantes já estavam assumindo a direção, e Renato “costurava”.

Estruturas 1 e 2

Em 1973, 1974, a situação começava a melhorar no Rio de Janeiro. Então, João Amazonas fez uma exigência: que não fosse mantido nenhum contato com a Estrutura 1, que era a antiga do partido, porque havia infiltração policial. Naquele momento, o PCdoB (Estrutura 2) estava fazendo campanha para Lysâneas Maciel – eleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1970 e reeleito em 1974 –, com o objetivo de termos parlamentares que ajudassem na luta contra a ditadura. De repente, a Estrutura 1 soltou uma nota conclamando o voto nulo. João ficou uma fera, mas depois fez um acordo: “Vai ter um contato – só você da Estrutura 2 com somente uma pessoa da Estrutura 1”. Então, primeiramente Aldo, e depois Haroldo, foram ao Rio me apresentar ao tal contato, que era Armando Frutuoso.

Preso com Armando Frutuoso

Segundo dizia o pessoal, a turma era maravilhosa, velhos combatentes etc. Fiquei impressionado com a formação e com o conhecimento deles, mas me apavorei quando Armando chegou dizendo que eles frequentavam a casa um do outro, quer dizer, não havia esquema de segurança. Um dia, Armando contou que tinha contato com um companheiro que não apareceu num ponto determinado e ele, então, foi até a casa do militante para esperá-lo chegar. Eu o questionei: “Você está louco? E se ele tivesse caído e a polícia já estivesse na casa?”, e disse-lhe que não podia fazer isso.

Tínhamos contato semanalmente e um dia – por meio das mensagens codificadas que publicávamos nas áreas de anúncio dos jornais como se fossem orações – o Comitê Central mandou um aviso. Eu deveria avisar Armando de que havia ocorrido uma queda, inclusive com a prisão de José Maria Cavalcanti – que foi torturado durante um mês e não falou nada. Conforme a orientação, Armando deveria cortar os contatos, mas ele os manteve. E quando ele foi se encontrar com outro militante – talvez da Marinha, e parece que era infiltrado – foi pego. Como ele tinha anotado num papelzinho o local do meu ponto – no Largo do Campinho, perto de Madureira – também me pegaram.

Naquela época, eu usava documentação falsa com o nome de Ademir da Costa Guimarães e, como tinha feito um curso de eletrônica, montei uma oficina de rádio e consegui ser um representante da ABC, uma das maiores fabricantes de rádio e tevê do país. No dia da prisão, eu estava com uma maletinha, dessas de representante comercial, com um fundo falso cheio de exemplares de *A Classe Operária* com a tinta ainda fresca. Levaram-me direto para o DOI-CODI do Rio, depois para o de São Paulo, e fiquei preso até 1978.

Armando Frutuoso por Gildásio Cosenza

Armando Frutuoso tinha um conhecimento teórico muito grande. Eu não o conhecia direito, mas ele me falava de suas lutas. Disse-me que tinha sido um líder sindical muito expressivo e demonstrava ter admiração por Jover Telles que, segundo ele, era um operário

que virou intelectual. Armando era extremamente ponderado e capaz de perceber as coisas. E pelo que sei, não caiu mais ninguém do PCdoB a partir da sua prisão. Ele me contou certa vez que vivia muito angustiado com a hipótese de sua mulher e de sua filhinha serem presas e torturadas. Por isso, ele as mandou para outro canto do Rio.

Na ditadura, nós aprendemos que, por mais que se tenha confiança numa pessoa, é preciso partir do pressuposto de que, uma vez presa, ela pode falar. E percebi que um pessoal achava que havia segurança absoluta. No caso de Zé Maria, vi angústia, sofrimento, quando, mais tarde, estivemos presos juntos em Bangu, ao me dizer “eu segurei”. Naquele tempo, se um militante tinha um ponto comigo e eu soubesse que ele tinha caído, nunca mais apareceria perto do local. Então, acredito que a principal causa dessas prisões foi certo liberalismo de achar que havia segurança e acabar deixando de tomar certos cuidados.

Depois de torturado durante um mês, sem falar nada, e de saber que sua prisão já tinha sido noticiada em jornais, José Maria confirmou a data e o local de um ponto. Mas tínhamos uma direção da Estrutura 1 que confiava na longa militância de todos e dizia que lá só tinha “pau para dar em doido”, expressão antiga para dizer que algo ou alguém é inquebrável.

A “ajuda” de Jover Telles

Armando e eu fomos torturados na mesma sala e ele contava histórias mentirosas para despistar os torturadores. Dizia coisas que não levariam à queda de ninguém. Então, eles iam para uma sala do lado de fora e eu escutava alguém dizendo “isso é verdade, isso é mentira”; voltavam e nos colocavam no pau-de-arara, ou nos jogavam no chão e nos chutavam. Era um clima de terror daqueles!

E quem sabia o que era verdade ou mentira? João Amazonas concluiu que essa pessoa era Jover Telles. Eu não o conheci, só escutava uma voz lá fora confirmando ou negando os depoimentos. Eles sabiam que Armando era do Comitê Central e pensavam que eu fazia parte da Comissão de Agitação e Propaganda, o que era mentira. Nesse momento, assassinaram Armando e tentaram forjar a história de que ele havia tentado fugir.

Diante de tudo isso, chegamos à conclusão de que algumas coisas que Frutuoso dizia, confirmadas ou não pelo personagem oculto, não poderiam ser do conhecimento de um agente da repressão. Somente alguém de dentro da direção do partido saberia. Por isso, tudo me leva a crer que Jover havia sido preso e estava entregando tudo. Quando ele confirmava ou desmentia, fazia isso numa boa. Eu não escutava gritos, nem barulhos de tortura, somente conversa. Ele se bandeou, fez um acordo e entregou tudo. Não entregou todo o Comitê Central nem a Estrutura 2 porque ele não conhecia.

Então, Jover foi para Petrópolis, procurou uns amigos do partido e disse que todo mundo no Rio havia caído e que ele conseguira escapar. Pelo que parece, houve uma reunião da direção, mas Jover não foi convocado, e foi mantida observação sobre ele. Um ano depois, em dezembro de 1976, eles o chamaram. Ele foi e levou a polícia, numa ação que resultou na Chacina da Lapa.

Terror no DOI-CODI

Continuei sendo torturado e um dia quase morri de susto. Na época, era muito comentado que a polícia do Rio de Janeiro, no governo de Carlos Lacerda, matava mendigos e jogava no Rio da Guarda. E, então, resolveram fazer terrorismo comigo: “Você sabe o que é o Rio da Guarda? Você vai morrer agora, acabou”. Mas notei que estava na Rodovia Presidente Dutra sendo levado para o DOI-CODI de São Paulo. Lá, a tortura aumentou mais ainda. Nessa época caíram vários dirigentes e militantes do PCB.

Depois de um tempo, me tiraram do pátio térreo e me levaram para uma cela em cima. Escutei um cara falando “empacotou um aí”. Tiraram-me da cela em que eu estava para poder forjar o suicídio do jornalista Vladimir Herzog. Quando voltei, eles me disseram “foi o Ramiro que apagou ele”. Ramiro era Pedro Antônio Mira Grancieri, policial que comandava uma das equipes de torturadores do DOI-CODI paulista.

No processo de Clarice Herzog contra o governo, eu identifiquei o assassino dele, porque “Ramiro” tinha uma âncora tatuada, enorme. Então, Luís Eduardo Greenhalgh e Airtton Soares perguntaram se eu topava depor, e eu depus para identificá-lo. Ele era um dos poucos que não era chamado de “doutor” e sim de “capitão”.

Vivendo o “sonho” do Dops

Um dia fui levado para o Dops, que naquela época era o nosso sonho porque 99% dos que lá chegavam não morriam. Eu estava com menos de 40 quilos, cheio de hematomas, e mal aguentava ficar em pé. Passei uns 15 dias sendo tratado como um príncipe, sem entender nada. Depois descobri o motivo: eles queriam que as marcas do meu corpo desaparecessem. Minha mãe, minha irmã, o deputado Lysâneas Maciel e outros exigiam que eu fosse apresentado.

O marechal Rodrigo Otávio – ex-combatente da Segunda Guerra e então membro do Superior Tribunal Militar –, foi convencido por Lysâneas e por minha mãe a assumir a luta pela minha apresentação. Ele entrou em contato com o DOI-CODI e disse: “Ou vocês apresentam esse jovem, ou eu vou fazer uma inspeção aí”. Foi quando me mandaram para o Dops, onde pude rever minha mãe. Segui para a auditoria e denunciei o assassinato de Armando e as torturas que presenciei e vivi. Fiz uma descrição dos torturadores e de Ramiro. E o juiz José Paulo Paiva, um fascista, disse, na frente de meu advogado: “Aqueles idiotas ainda torturam sem capuz? Não aprenderam ainda?”.

Depois, me levaram de volta para o DOI-CODI. Lá, não me perguntavam nada, só me davam porrada. “É para você aprender. Aqui fica com dificuldade para falar, chega lá fala demais”, diziam. Depois do Dops fui levado para a delegacia do Cambuci, que fora transformada em presídio político.

“Promete que não vai fugir?”

Nessa época, quem mantinha contato comigo era minha irmã, Gilda Cosenza, que fora

casada com Henfil. Ela ia toda semana do Rio para São Paulo, de ônibus, viajando a noite toda, para me visitar por duas horas e voltar. Por isso, pedimos minha transferência para o Rio. Um belo dia, sem aviso, a Polícia Federal me pegou e não falou para onde eu ia. Quando estava no meio da estrada, disseram: “Estamos te levando para o Rio, como você pediu. Quero saber o seguinte: você está algemado, com as mãos para trás? Viajar assim até o Rio é muito incômodo. Promete para a gente que você não vai fugir e a gente te solta”. Falei “tudo bem”.

Fomos conversando. Eram dois agentes, os dois dizendo que eram da Polícia Federal desde 1951, da época do Getúlio Vargas. “Somos contra tudo isso aí. Sabemos que você apanhou demais, mas conosco não tem nenhum problema não”. E para minha surpresa pararam numa churrascaria. Comemos um senhor churrasco, tomei dois chopes e fiquei totalmente bêbado depois daquele tempo todo no DOI-CODI sem beber nada e fraco de tudo.

Em Bangu, greve de fome por visita íntima

Chegando ao Rio, me levaram direto para o presídio de Bangu, onde os presos políticos estavam se mobilizando, fazendo greve de fome para tudo. Não tínhamos direito a visitas íntimas, mas havia um cantinho do pavilhão que tinha um banheiro e dava para fazer um quartinho. Pedimos para a direção, mas a solicitação foi negada. Então, ficamos em greve de fome por 17 dias para exigir o direito de receber visita íntima. Mas alguns do PCB disseram que não iam fazer greve de fome. “A gente luta é pela liberdade. Vamos depois dizer para a posteridade que estávamos fazendo uma greve de fome para praticar sexo?”. Mas, enfim, cederam. Havia um carpinteiro que era do PCB e conseguimos que o Departamento Prisional do estado do Rio de Janeiro (Desip) doasse madeira e Eucatex. O escritório de Niemeyer doou um colchão. Fizemos a cama e montamos o nosso motelzinho. Decidimos que quem não havia feito greve de fome não tinha direito. E para o primeiro dia houve sorteio.

A ajuda de Zerbini

Depois, fizemos outra greve de fome e conseguimos uma televisão. Niemeyer doou uma daquelas antigas, grandes, a cores. Foi quando ouvimos a notícia da prisão e morte dos membros do Comitê Central na Lapa. No dia seguinte, mandaram que me preparasse porque iam me pegar. Eu tinha ficado internado no Instituto do Coração, aos cuidados do doutor Euryclides de Jesus Zerbini, e pediram a ele documentos sobre minha saúde porque eu ia voltar para a tortura. Depois, soube que Zerbini disse que estava indo para um congresso internacional de cardiologia em Londres e que se me levassem para a tortura, ele faria barulho por lá. Eles não tinham peito para prender doutor Zerbini, único brasileiro, e um dos primeiros do mundo, a fazer um transplante cardíaco. E fui solto no dia 19 de março de 1978.

7ª Conferência do PCdoB

Durante o processo da 7ª Conferência, aproveitamos para retomar os contatos. Não me recordo se Rogério Lustosa participou, mas ele estava no Rio. Um dia, ele chegou anunciando

do a criação de um jornal nosso, a *Tribuna da Luta Operária*. Montamos a sede numa sala alugada na Lapa – que, inclusive, foi explodida pelo terrorismo de direita em 27 de agosto de 1980, mesmo dia em que explodiram o gabinete do vereador Antônio Carlos, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), e a sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde a secretária Lyda Monteiro foi assassinada.

Naquele momento, fizemos todo um trabalho de reorganização do partido e começamos a montar uma boa base na área da saúde, com o antigo militante Mauro Brandão e a médica residente Jandira Feghali, que acabara de se filiar ao PCdoB. Isso tudo ocorreu no início dos anos 1980. Com a *Tribuna*, montamos um esquema de vender o jornal conforme a contribuição que a pessoa pudesse dar. Foi assim que filiamos um jovem operário negro muito interessado na política: Edmilson Valentim.

Os comunistas e as eleições de 1986

Pelo meu entendimento, Jandira deveria ser candidata a deputada e estouraria nas urnas. Muitos no partido foram contra porque consideravam se candidatar como um “desvio burguês”. Numa reunião sobre quem lançaríamos, propus o nome dela, e a ex-presidente do partido no Rio, Maria Dolores, propôs o nome de Arlindenor Pedro de Souza. Eu era muito amigo dele, mas fui contra. Dynéas Aguiar me apoiava, mas perdemos por um voto na direção do Rio.

No entanto, naquela época conforme a posição do partido, até para ser candidato a síndico o Comitê Central tinha de aprovar. Quando Dynéas chegou a São Paulo, o Comitê Central vetou o nome de Arlindenor. Então, houve uma reunião de emergência na direção do Rio, na qual foi proposto que eu fosse o candidato. E eu propunha o nome de Jandira. Ganhamos por um voto, Jandira foi candidata e rapidamente nossa campanha disparou.

Mas conversando com Dynéas, ele alertou para o fato de que naquela eleição a esquerda estava “torta”: só tinha gente branca da Zona Sul, ex-presos políticos, universitários. Precisávamos de gente com a cara do povo, da Zona Norte. E logo pensamos em Edmilson. Dynéas me orientou a consultá-lo e, então, na sede do Distrital de Madureira, Djalma Oliveira e eu o chamamos na faculdade onde ele estudava e colocamos a questão: “Vamos eleger a Jandira, mas estamos precisando lançar um cara que seja da Zona Norte, operário e negro. Você topa?”. Ele ficou “branco” de susto, mas fizemos tanta pressão que ele acabou aceitando. Fiz uma reunião com Dynéas e no final ele decidiu ir para São Paulo propor o nome de Edmilson e brigar dentro do PMDB para que ele fosse candidato. No final, ele foi eleito deputado federal e Jandira estadual, levando quatro ou cinco com ela. E partimos para a legalização do partido.

Apoio a Arthur da Távola

Em 1988, o partido havia decidido apoiar Arthur da Távola, do PSDB, para a prefeitura do Rio. Eu era chefe de gabinete de Jandira e fui indicado pelo partido como um dos coordenadores da campanha. Brigávamos muito dentro da coordenação porque Arthur estava

indo cada vez mais para a direita, a ponto de, sem nos consultar, anunciar que o repórter Amaral Neto, figura-símbolo da ditadura militar, estava aderindo à sua campanha, assumindo inclusive posição na coordenação. Fizemos uma reunião do secretariado e decidimos nos posicionar contra. Chamei um jornalista do *Jornal do Brasil*, muito meu amigo, e disse que o PCdoB discordava daquilo porque enquanto todas as outras pessoas, inclusive o candidato Arthur da Távola, eram contra a ditadura, Amaral Neto – que Lacerda chamava de “Amoral Nato” – sempre foi menino de recado da ditadura. E o pessoal do PSDB chiou.

Eu estava fazendo uma tarefa de partido, mas a presidência estadual chamou o JB e pediu para publicar um desmentido, dizendo que aquela posição não era a do PCdoB e sim de um assalariado do gabinete da Jandira. Então, pedi uma reunião e solicitei meu afastamento do secretariado e do Comitê Estadual para militar no Distrital norte. Passei a atuar junto ao movimento metalúrgico e fui da coordenação de campanha quando ganhamos pela primeira vez o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio.

Em 1997, me afastei da assessoria dos metalúrgicos e voltei para Minas Gerais. Prestei concurso público para a empresa municipal de informática da Prefeitura de Belo Horizonte, Prodabel, e fui chamado. Fui eleito para o Comitê Municipal, depois para a Comissão Política do Secretariado Municipal e logo a seguir para o Secretariado Municipal, e fui secretário sindical municipal em Belo Horizonte até 2011.

Os avanços do Brasil

Estou com 64 anos. Comecei a atuar muito jovem, ainda secundarista. E quando olho o país de 60 anos para cá, vejo o quanto avançou. Lembro de uma conversa que tive com os chineses e eles diziam, nos anos 1970, que só se conseguiria eliminar a miséria na China entre 2015 e 2025. Pensei: “Esses caras estão malucos! Estamos em 1970 e eles falando em 2025”. Dizia-se que os ocidentais são muito apressados: 50 anos é um período histórico curto. Então, eu disse: “Mas até lá, milhões de pessoas vão morrer de fome” e eles responderam: “Alguém tem uma sugestão melhor?”.

Então, sempre me lembro dos chineses: “Você tem alternativa melhor para hoje?”. Eu queria um Brasil socialista hoje, mas não é possível. Porém, estamos construindo algo e me dá uma alegria muito grande rodar por aí e ver que em lugares onde o partido era pequenininho, ou não existia, hoje é grande e que pudemos contribuir para esse processo de mudanças no país.



GILSE MARIA WESTIN COSENZA

Gilse Maria Westin Cosenza nasceu em 1943 na cidade de Paraguaçu, Minas Gerais. No movimento estudantil, foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP). Na prisão, sofreu torturas físicas, psicológicas e sexuais. Com a integração da AP ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), passou a militar no partido e foi uma das responsáveis pela sua reconstrução no Ceará. Transferindo-se para São Paulo, assumiu a presidência da União Brasileira de Mulheres (UBM) e dirigiu a Comissão Nacional de Mulheres do PCdoB. De volta a Minas Gerais, foi presidente do PCdoB em Belo Horizonte. Atualmente é membro do Comitê Estadual do PCdoB-MG.

Família conservadora

Meu pai, José Nicodemo Cosenza, era um comerciante extremamente católico, conservador e patriarcal. Para ele, suas filhas deveriam fazer o ginásio e depois o magistério – isso era o máximo que ele admitia. Dar aula para crianças seria, segundo ele, a única profissão aceitável para uma mulher, até se casar e se tornar uma respeitável esposa e mãe.

O fato de não haver ginásio para mulheres em Paraguaçu, minha cidade natal, fez com que eu fosse para o internato no Colégio das Irmãs dos Santos Anjos, em Varginha. O internato era rígido e nos deixava muito presas. E eu sentia que era preciso movimentar as coisas e ir mais adiante.

Minha mãe, Simone Westin Cosenza, professora primária, era o modelo de esposa e mãe tradicional, totalmente submissa ao marido e com 11 filhos. Estava sempre grávida e com uma criança agarrada a ela. Vivia preocupada em não desagradar a meu pai. Eu dizia desde menina que não queria casar nunca. Incomodava-me tremendamente a diferença entre o tratamento dado a meus irmãos mais velhos e a mim, as amarras que me eram impostas.

Iniciando a militância estudantil

Quando eu já estava com 13 anos de idade, surgiu a ideia de se criar a Umes (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) de Varginha. Foi a primeira vez que ouvi o nome de uma entidade estudantil.

As freiras permitiram que dois candidatos apresentassem suas propostas no nosso internato. Achei aquilo entusiasmante. Os estudantes já estavam reivindicando o direito de opinar sobre as aulas, a disciplina no colégio e a criação de canais de diálogo com a direção. Apoiei Clodoaldo, que era o candidato mais avançado. Fiz campanha e até *jingle*.

Terminado o ginásio, meu pai queria que eu continuasse interna. Aprontei o maior escândalo e consegui o apoio de minha avó materna que morava em Belo Horizonte. Fui para lá, passei no concurso de seleção do Instituto de Educação e continuei vivendo com minha avó.

Ao entrar no Instituto de Educação, achei tudo maravilhoso e comecei a me mexer. Conheci imediatamente Helena Paixão, que era dirigente da JEC naquela escola e me convidou para entrar na organização. Eu desconfiei: achava que aquilo era para ser freira, ser “filha de Maria”. Mas ela me convenceu que não. Disse que a JEC era para cuidar das pessoas, para brigar pelas questões sociais. Helena dizia que Cristo não queria justiça só para depois da morte, mas para ser usufruída em vida e que a organização queria mobilizar os estudantes com esse objetivo. Então, entrei para a JEC e imediatamente criamos o grêmio estudantil, do qual fui diretora. Isso tudo aconteceu nos primeiros anos da década de 1960. Naquele momento, começava a luta pelas reformas de base.

A crise da legalidade, quando os militares tentaram impedir a posse de Jango em 1961, nem chegou até nós no colégio. A primeira luta mesmo foi pelo acesso à educação. A partir disso, as discussões foram se ampliando. Começamos a perceber a ligação da questão da educação com a luta pela reforma agrária, contra o imperialismo, pela independência do Brasil, pelos direitos sociais dos trabalhadores. Criamos um grupo para dar aulas de alfabetização nas favelas pelo método Paulo Freire. Aí nosso contato com os problemas sociais aumentou. Percebemos que a luta era maior e envolvia também a urbanização, a saúde, a questão da moradia. Ou seja, passamos pouco a pouco a ter uma visão mais ampla dos problemas de nossa sociedade.

A universidade e o golpe

Terminado o terceiro ano no Instituto de Educação, decidi que faria um curso superior que me colocasse em contato com as questões sociais. Resolvi cursar Serviço Social na Pon-

tífica Universidade Católica (PUC), assim como outras companheiras da JEC, e fazer da minha profissão um instrumento de luta em benefício do povo.

Meu pai, que então morava em Belo Horizonte, disse que não tinha condições financeiras e que faculdade não era lugar de moça de família. Então, fiz concurso para professora do ensino público e trabalhei por um ano nessa profissão. Ao término desse período, fui falar com ele. “Agora vou fazer vestibular. E se o senhor não quiser que eu faça estando aqui na sua casa, pode deixar que eu vou embora”. Ele finalmente concordou. Comecei a aprender que, para a mulher, era preciso em primeiro lugar libertar o bolso para depois ter liberdade de cabeça.

As aulas começaram em fevereiro de 1964. A essas alturas eu estava absolutamente enfronhada em tudo o que estava acontecendo no país. Nesse período, já havia ingressado na JUC.

Desde a madrugada do dia 1º de abril de 1964, as rádios anunciavam a “revolução re-dentora”, ou seja, o golpe militar. Havia tanques nas ruas, aquela confusão toda. Chegamos de manhã à faculdade e começamos a discutir o assunto. Não queríamos assistir às aulas, mas ir para as ruas. Fizemos uma passeata em direção à Praça Sete, achando que lá poderia haver gente para nos dar armas, o que nos possibilitaria fazer frente aos militares. Estudantes de outros cursos e escolas também se dirigiram ao local pensando a mesma coisa. Mas ali só encontramos o Exército e ninguém para nos dar armas, nem para nos organizar. Então, frustrados, nos perguntamos: “E agora?”.

Resistência organizada

Decidi que era preciso resistir de alguma forma e que a JUC já não me bastava. Enquanto a Ação Popular foi legal, eu não entrei. Na hora em que se tornou clandestina com o golpe, no dia 1º de abril, passei a integrá-la. E novamente Helena Paixão é que me recrutou.

A AP já era hegemônica no movimento estudantil. Existia o partidão, o PCB, e tinha surgido a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), que já considerava o partidão como reformista.

Fazíamos a luta do movimento estudantil da maneira que era possível. Começamos por arranjar mimeógrafos, e organizávamos panfletagens-relâmpago nas feiras livres, nas portas das fábricas e nas escolas. Conseguimos o apoio dos frades dominicanos. Um deles nos levava e ficava com o carro ligado nos esperando. Estudávamos tudo antes e agíamos cronometricamente.

Um “monge” na clausura

Um dia fomos panfletar numa tecelagem e a polícia chegou. O frade dirigiu como um louco para tentar escapar. Depois de rodar um bocado sem que a polícia o perdesse de vista, ele acabou indo para o convento dos dominicanos, na Serra.

O prior dos dominicanos, frei Eliseu, arranjou um jeito de o pessoal pular o muro. Mas a polícia estava chegando. Ele jogou um hábito de monge por cima de mim e disse para eu me deitar numa cama na clausura, ficar quieta e em hipótese nenhuma levantar a cabeça.

A polícia chegou procurando por estudantes e o frade disse: “Pode revistar, não tem estudante nenhum aqui”. Quando chegaram à clausura, onde havia uma cortina, perguntaram quem estava ali. Ele disse: “Temos um frade doente e por ordem do papa ninguém pode entrar”. Eles viram que realmente tinha alguém deitado. Eu tremia de medo. Mas, eles desistiram porque frei Eliseu os ameaçou de excomunhão.

Tentativas de desmobilizar os estudantes

Ao mesmo tempo em que fazíamos o movimento legalmente, através dos diretórios acadêmicos, diretórios centrais de estudantes e da União Estadual dos Estudantes (UEE), atuávamos também na luta clandestina. Foi quando se instituiu a Lei Suplicy, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as uniões estaduais. Os militares tentaram acabar com a estrutura do movimento estudantil e criar uma nova, controlada por eles: o Departamento Nacional dos Estudantes. Não aceitamos. Naquele momento, eu já tinha sido eleita vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da PUC-MG pela AP, que lançou o Movimento Contra a Ditadura (MCD).

Em 1967 eu estava no último ano da faculdade, e meu plano era continuar a militância, e já tinha sido convidada para lecionar na PUC. Aceitei, até porque seria bom para influenciar os estudantes. Queria fazer da carreira acadêmica um instrumento político. Mas, no final de 1967, começaram a prender pessoas em Belo Horizonte. Nós nos sentíamos vigiados. Então, os meninos me avisaram, pouco antes da formatura, que era para eu sumir. Um dos estudantes de Direito foi informado, através de um advogado que tinha contatos no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), de que lideranças seriam presas. E eu seria uma delas.

Casar para sumir

Diante dessa informação, sumi da casa de meu pai. Só participava das atividades clandestinas e deixei de ir aos lugares onde era esperado que eu fosse. E, evidentemente, não coleei grau. Fui até a Faculdade de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para avisar Abel Rodrigues, meu namorado e companheiro da AP. Ele ficou preocupado que eu sumisse e não nos víssemos mais. Decidimos avisar nossas famílias que desapareceríamos por uns tempos, e o motivo dessa atitude.

Meu pai teve um ataque de asma, dizia que ia morrer de tantos problemas que eu provocava. Ele dizia: “Comunista e foragida da polícia? Não dá, eu não aguento”. De repente, perguntou: “E o namorado?”. Respondi que ele ia comigo. “Juntos? Não, além de comunista, perseguida pela polícia e amasiada, não dá, eu morro! Sempre fui católico, eu sou temente a Deus”. Bom, foi aquela confusão e resolvemos nos casar rapidinho. As famílias não aceitavam casamento só no civil, tinha que ser no religioso também.

Marcamos o casamento com um padre progressista na igreja de Santo Antônio. Quando comunicamos isto a minha irmã Gilda e a seu namorado, o Henfil (Henrique de Sousa Filho), ele disse: “Gente, se é para limpar a barra moral de vocês com a família, vamos nos casar todos juntos. Assim, limpa logo a barra de todo mundo de uma vez”.

Eu queria casar de minissaia vermelha e Gilda de minissaia azul e foi mais uma confusão. Meu pai resolveu que, se era para casar as duas filhas, alugaria vestidos de renda com caudas e véus enormes. Pronto, começou outra briga. “Tem que casar de branco. Vão pensar que você não é virgem”, disse meu pai. Respondi: “Não sou mesmo”. E ele insistia: “Você é louca! Fala isso e é capaz de alguém acreditar”. Eu dizia a verdade – que estava tomando pílula, estava transando com Rodrigues –, mas ele não acreditava de jeito nenhum. Houve uma longa negociação, minha avó entrou, até que chegamos a um acordo: meu pai abriria mão do comprimento – desde que não fosse micro – e nós abriríamos mão da cor e casaríamos de branco.

Integração na produção

Logo depois do casamento, alugamos um barracão de fundos no bairro Floresta e fomos morar lá. Eu já não estava mais na faculdade e arranjei um trabalho na Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem). Rodrigues continuava a ir à faculdade. Mas já não aparecíamos em eventos e manifestações públicas.

Até que um dia eu estava chegando à Febem para trabalhar e lá estava um companheiro da Escola de Direito, que me avisou: “Suma daqui. Decretaram a prisão preventiva de 17 estudantes e você está entre eles”. Na hora em que comuniquei isso a meu pai, ele disse: “Que vergonha. Da lista dos procurados pela polícia tem 16 homens e uma mulher, justamente a minha filha”. Para ele, ser procurado pela polícia era coisa de marginal.

Imediatamente desmontamos o nosso barracão e saímos. Como eu tinha feito estágio de serviço social na periferia e ajudado a organizar a associação de moradores, entramos em contato com eles e explicamos que estávamos sendo procurados e precisávamos nos esconder. Um dos moradores ofereceu um puxadinho de dois cômodos. “Se vocês quiserem vir para cá, podem vir que nós os protegemos”.

Naquele lugar não tinha água encanada, não tinha nada. E seu João, o morador que nos ajudou, chamou alguns vizinhos de confiança, explicou a nossa situação e sugeriu que fosse criado um mecanismo para nos proteger. Eles criaram um esquema pelo qual as mulheres, caso vissem entrar alguma pessoa estranha na vizinhança, mandassem uma criança correndo avisar seu João.

Passamos a morar lá, no bairro Gorete, e fomos procurar emprego. Fui à tecelagem Renascença, que estava admitindo aprendizes. Entrei com o meu primeiro nome frio, Márcia, para ser aprendiz de tecelagem. Lá, passei a lutar com as operárias por melhores condições de trabalho. Isso já fazia parte da política de integração à produção. Depois de um tempo, fui admitida e passei a trabalhar na bobinadeira. E então fiquei grávida. Naquela situação, eu me perguntava se era possível ter um filho, mas resolvemos que o teríamos.

Num determinado momento, o chefe da tecelagem começou a me assediar. Chegou num ponto em que ele me disse: “Você vai ter o seu emprego garantido e mais: coloco-te como chefe na bobinadeira. Mas, para isso você tem que ser boazinha”.

Naquele mesmo período, a repressão descobriu que os estudantes que ela não tinha conseguido pegar tinham ido para as fábricas. Os meninos iam para as indústrias

metalúrgicas e as moças para as duas maiores tecelagens. A polícia começou a aparecer nas portas das fábricas com nossas fotos. Então, juntou o assédio sexual do chefe com a repressão e vimos que era preciso sumir novamente.

Vivendo como camponeses

Achamos que a saída era seguir para o campo. Conversamos com o pessoal da direção da AP, especialmente com Luis Marcos Magalhães Gomes e com Carlos Melgaço. A AP estava começando a organizar o trabalho camponês; tinha áreas de trabalho em parceria e outras com posseiros que precisavam ser organizadas. Um companheiro que atuava na construção civil e era de origem camponesa se dispôs a voltar para o campo, no município de Coronel Fabriciano.

Ele nos apresentou aos meeiros da parceria e começamos a organizar um trabalho com eles. Eu estava com dois meses de gravidez. Arrumamos uma terrinha, mas nem sabíamos o que era uma enxada. Compadre Zé e Comadre Eva nos ajudaram e nos deram uma noção de como deveríamos agir para não chamar a atenção.

Fiquei indignada: no campo, a mulher não podia andar ao lado do marido nas trilhas. Ele ia à frente e a mulher tinha de ir atrás. Apesar disso, tive de aprender a viver como elas e lavar roupa no rio, carregar lata na cabeça, cozinhar no fogão de lenha. À noite, nas rodas de cantoria, os homens ficavam sentados em torno da fogueira, conversando, bebendo uma cachacinha e comendo tira-gosto. As mulheres tinham de ficar na cozinha, fazendo a comida, sem participar das conversas. Aos poucos conseguimos pequenos avanços. Por exemplo: as mulheres passaram a ficar na roda e participar das conversas.

Era necessário fazer amizade com as pessoas e entender como elas eram e como viviam. Rodrigues trabalhava na roça e eu tinha de ir longe levar o almoço dele. Quando eu voltava, depois de ter levado a marmita de Rodrigues, chegava perto de uma casa, entrava, me apresentava e começava a conversar.

Numa dessas casas havia uma criança de poucos meses que era uma ferida só, da cabeça aos pés. Tinha febre e estava cheia de moscas em cima. Eu tinha levado para o campo um livrinho de plantas medicinais, remédios e curativos. Afinal, na roça não havia farmácia nem médico. Cuidei dessa criança, dei banho com pano limpo, fiz curativo com Hipoglós. Fazia isso todos os dias e a criança foi melhorando. Então, os pais da criança passaram a me chamar de comadre Ceci, nome então usado por mim. E espalharam que a “comadre Ceci curava”. Cada vez que alguém melhorava depois que eu atendia, ganhávamos uma galinha, um porco... Passamos a ter um galinheiro e animais para comer. E Rodrigues tinha começado a organizar os camponeses para trabalhar em mutirão, porque assim rendia muito mais. Até então trabalhava cada um sozinho em seu pedacinho de terra. Nosso trabalho fez com que aumentassem o respeito, a amizade e a proteção dos moradores locais em relação a nós.

Gravidez em meio ao AI-5

Estava indo tudo bem até que surgiu o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Em janeiro, recebemos, pelo rádio, um recado codificado para irmos a uma reunião, em Belo Horizonte no mês de fevereiro, que analisaria a nova situação e discutiria como continuar a luta sem sermos presos ou assassinados.

A mensagem codificada funcionava assim: combinávamos em Belo Horizonte, antes de viajar, um código que tinha três partes (nomes de pessoas que ofereciam a música, as músicas e nomes de pessoas a quem eram oferecidas). Usávamos aqueles programas de rádio em que uma pessoa oferece uma música para outra.

Combinávamos uma série de músicas e nomes que mudavam as três partes, com aqueles recados básicos: “Venha para a reunião”, “Saia da área”, “Vai chegar alguém” etc. O local do encontro, dia, horário, senha e identificação já eram também preestabelecidos. Ouvíamos esses programas diariamente, e, num deles, estava o recado.

Em fevereiro de 1969, portanto, fomos até a capital mineira; eu estava com sete meses de gravidez e entrei em trabalho de parto durante a reunião. A bolsa arrebentou e eu corria para o banheiro toda hora. Somente no fim da manhã um companheiro, Carlos Melgaço, estudante de Medicina, achou estranho alguém urinar tanto e percebeu que a bolsa tinha rompido.

A reunião foi interrompida, Loreta Valadares e Solange Nóbrega ficaram cuidando de mim e os meninos foram procurar um médico progressista, aliado, para fazer o parto depressa porque eu estava com a prisão preventiva decretada.

Quando chegamos ao hospital, constatou-se que eu estava grávida de gêmeos. Voltei para o aparelho da organização, pois naquele hospital não tinha vaga e, então, arrumaram um hospital na Lagoinha, e o médico era aliado da AP. As duas crianças nasceram muito pequenas, com 1,2 kg e foram para a incubadora. Saímos do hospital rapidinho, mas eu ia visitá-las todos os dias.

Uma das crianças sobreviveu apenas 15 dias. Estava muito fraca e acabou morrendo nos meus braços. Juliana também estava muito frágil e ficou um mês na incubadora. Tivemos de arrumar um casal de amigos para me esconder com ela: Ana Tereza e José Afonso. Rodrigues voltou para a roça. Juliana era hospitalizada a todo momento por causa de pneumonia, gastroenterite, hepatite. Por motivo de segurança, mudei para a casa de outro casal de amigos: Corina e Júlio César.

Perseguição e prisão

O dia 17 de junho era aniversário da minha irmã mais nova, Gilvânia, de quem eu era madrinha. Pedi à Corina que ficasse com Juliana para que eu fosse à casa de meus pais dar notícias sobre a neta e parabenizar minha irmãzinha.

Quando eu já estava na casa da minha família, tocou a campainha. Minha mãe tinha uma daquelas portas com grade de ferro e uma parte de vidro. Ela abriu e eram dois agentes do Dops. “Viemos revistar a casa porque acabamos de prender o seu filho, Gildásio, e ele

nos deu este endereço”. A reação de minha mãe foi impressionante: “Gildásio não mora aqui e vocês não vão entrar. Eu não os conheço. Na minha casa não entra nenhum homem desconhecido, só quando o meu marido estiver”. E os milicos diziam: “Mas nós somos do Dops, da polícia”. Minha mãe respondeu: “Então, tragam uma autorização do juiz, senão não entra”. Em seguida, ela bateu a porta de vidro, trancou tudo e ficou vigiando.

Eu estava lá dentro, escutando. Coloquei um lenço na cabeça para esconder o sinal que tenho no pescoço e que era conhecido. Peguei o documento da minha irmã, muito parecida comigo, e falei: “Mãe, vá ao quarto, reviste tudo e veja se tem qualquer coisa de política. Se tiver, queime, rasgue, jogue na privada e dê descarga. Eu vou embora”. Escapuli pulando muros e fui rápido para a casa de Corina. Pedi que ela ficasse um pouco mais com Juliana porque eu precisava avisar o pessoal da AP. Afinal, se Gildásio tinha sido preso o aparelho onde ele estava tinha caído. Fui para a casa de Loreta e Melgaço.

Aparentemente estava tudo bem; parecia que eles estavam cozinhando. Quando entrei, a repressão estava lá. Nosso pessoal tinha caído. Os agentes haviam feito uma operação pente-fino e pegaram mais de 100 pessoas da AP e da igreja. Levaram-me e eu dizia que não sabia de nada; para disfarçar, perguntei se queriam dinheiro. Eles queriam saber o que eu tinha ido fazer lá. Respondi: “Soube que aqui morava uma moça chamada Celeste, que faz roupinha de tricô para neném, e eu tenho um neném, quero encomendar roupinha”. Foi aquela confusão; os caras começaram a me dar tapas e o lenço acabou caindo. Um dos milicos viu a mancha no meu pescoço e disse: “Essa é a subversiva de pinta, pode levar. Nós a conhecemos, está no arquivo”.

Prisão, humilhações e dor

Levaram-me para uma sala de aula da Polícia Militar, onde havia um monte de gente sentada nas cadeiras. Na hora em que cheguei à porta, a primeira pessoa que vi foi meu irmão Gildásio, passando frio. Ele estava com um agasalho de tricô todo puído. Quando ele me viu, se abaixou na cadeira e fez um sinal perguntando de minha filha. Fiz outro sinal respondendo que não estava comigo.

Ficamos presos um bocado de tempo. Havia mais de 100 pessoas ali. Eles nos vigiavam até para ir ao banheiro. Tínhamos de usar de porta aberta. Todas as mulheres que estavam presas menstruaram, e tivemos de pedir a eles que comprassem absorventes. Pegaram o dinheiro das bolsas dos presos e mandaram comprar uma porção de absorventes. Mesmo nessa situação, tínhamos de ir ao banheiro de porta aberta, na frente dos caras de arma na mão. Isso é uma humilhação terrível.

Um dia, pegaram Gildásio e eu e nos levaram ao Colégio Militar. Procuraram nos confrontar, mas a única coisa que admitíamos é que éramos irmãos. E mais nada. Depois eles mandaram os homens para a Penitenciária de Neves e nós para a Penitenciária de Mulheres. Os agentes colocaram Delcy Gonçalves – a Sissi –, Loreta Valadares, Laudelina Carneiro, Maria do Rosário e eu na solitária.

Instauraram um Inquérito Policial Militar (IPM) e aí a tortura começou para valer. O chefe era o tenente coronel Valdir Teixeira Góes, e o segundo no comando era o capitão

Jofre Lacerda, ambos do Exército. Em seguida, chegaram o capitão Jésus, cujo sobrenome não sei, e o sargento Léo Rodrigues, os dois da Polícia Militar. Os quatro eram do nosso IPM.

Logo aprendemos a usar o alfabeto por meio de batidinhas nas paredes das celas e assim procurávamos nos comunicar. A cada hora, eles levavam uma e a outra voltava. Começaram a usar o choque elétrico, a “latinha”, o “telefone” e muitas pancadas. Lembro-me de que levaram Rosário e ela voltou arrasada para a cela, ao lado da minha, chorando e falando trêmula: “Eu não aguento mais levar choque”.

Tentava me comunicar com a batidinha para ver se conseguia levantar a moral, mas ela não respondia e eu não sabia o que fazer. Então, resolvi cantar para ver se assim ela escutava. Cantava uma musiquinha da resistência que usávamos e comecei a fazer versos: “Minha vizinha de cela, não tenha medo da dor. Mais vale ser um defunto, que estar vivo e ser traidor”.

Torturas físicas e psicológicas

Um dia me levaram para a penitenciária de Neves e me fizeram desfilar pelo pátio. De canto de olho vi, lá em cima, os agentes da repressão com um companheiro da AP. Percebi que o colocaram lá para me identificar. Até então, eu só admitira para a polícia minhas posições políticas pela independência do Brasil, pela democracia, pelos direitos do povo, contra a ditadura. E mais nada. Toda essa conversa foi desmontada porque o companheiro confirmou que eu era da AP e que tinha participado comigo de uma reunião de preparação do trabalho camponês.

A partir daí, os agentes vieram com maior violência para cima de mim. Eles já tinham me espancado, usado a latinha, o telefone, o choque elétrico e eu não dizia nada. Eles sabiam que eu tinha um bebê e começaram a usar isso para me forçar a falar. Às vezes, me tiravam da solitária, me levavam para o interrogatório e passavam o tempo todo me descrevendo em detalhes o que iam fazer com minha filha. Assim quase me enlouqueciam. Preferia mil vezes estar no choque elétrico ou qualquer outra coisa do que ouvir aquilo. Eu chegava à cela, vomitava de nervoso e chorava como louca por medo de que eles pegassem Juliana.

Um dia me tiraram da cela e me levaram para uma sala na área administrativa, onde tinha uma mesa, uma banheirinha de plástico cor de rosa, dessas de dar banho em neném, cheia de gelo, um cavalete para pau-de-arara e a maquineta de choque. Algemaram-me numa cadeira, sentada, olhando para aquilo. Depois, disseram: “Pegamos a sua menina e ela já está chegando”. E ficavam repetindo coisas horríveis para mim: “Sabe o que nós vamos fazer? Vamos botar ela na banheirinha. Quanto tempo ela demora a virar um picolé? Mas você acha que nós vamos deixá-la morrer assim? Não. É muito fácil para uma mãe degenerada, uma puta comunista como você. Nós vamos tirá-la viva. E a gente vai dar choque nos ouvidos dela. Será que derrete ou torra os miolos? E o pau-de-arara? E o cacetete? Não vamos matar, não, isso é pouco. Nós vamos quebrar todos os ossinhos dela, vamos transformá-la num monstrinho e vamos entregá-la na sua mão. Seu castigo por ser uma puta comunista é ficar o resto da vida olhando um monstrinho que ficou assim por culpa sua”.

Eu estava desesperada; não podia deixar que fizessem isso com minha filha. Pensei: “Quem sabe se eu falasse só uma coisinha?”. Mas depois vi que se fizesse isso eles iam querer mais. Concluí que teria que aguentar. Se eles quiserem matar, vão matar; se quiserem aleijar, vão aleijar. Até porque se eu disser algo, eles vão fazer o mesmo com outras mães e outros filhos. “Se for para morrer, que seja só a minha”, pensava.

No final das contas, comecei a perceber que estava demorando muito para eles fazerem o que diziam. Raciocinei: “Esses caras têm carro, helicópteros... Por que minha filha não chegou ainda?”. Comecei a ter esperanças de que aquilo fosse um blefe, tortura psicológica.

Até que uma hora – não sei quanto tempo eu já tinha passado ali – um deles entrou e começou a falar de novo. Eu gritei: “Ela não chegou nada. Vocês não pegaram coisa nenhuma. Se tivessem pegado, já tinham trazido de carro ou de helicóptero. É mentira de vocês. Não pegaram e não vão pegar. E tem mais: podem me matar. Quando ela tiver 15 anos, ela vai continuar minha luta”.

E então, ele me espancou, arreventou minha blusa, me chutou, me derrubou da cadeira algemada. E com o ódio dele, eu percebi que estava certa. Nossa, acho que a maior felicidade que eu tive na cadeia foi nessa hora.

Sadismo sem limites

A rotina de torturas continuou. Já havia passado muito tempo desde a minha prisão e eles ainda não tinham conseguido montar o tal do IPM. Por isso, estavam sendo cobrados. Soubemos que o general tinha dado um pito neles, dizendo que eram incompetentes, que estavam sendo vencidos e enrolados por cinco mulherzinhas. Então, tiraram-me de lá e me levaram para o Colégio Militar. Capitão Lacerda falou: “Gilse, sinto muito”. Ele tentava se fazer de bonzinho. Léo espancava, Lacerda dizia que lembrava a filha que tinha perdido e que não queria que fizessem nada disso comigo, os caras é que eram ruins. E Lacerda continuou: “Olha, Gilse, o coronel já perdeu a paciência com você e eu estou sofrendo muito porque não queria que eles fizessem nada com você. Vão te entregar para o Léo. E o Léo é sádico, é doente. Ele gosta de ver mulher sofrer e se excita com isso”. Quando eu estava saindo, passei devagar pela Loreta e ela disse: “Caiu a Bahia. Presta depoimento”. Até então eu não tinha dado nenhum depoimento. “Dê o seu depoimento, admita alguma coisinha para ver se a gente para com isso tudo”. Então, me levaram.

Léo, Jésus e um desconhecido me vendaram, me levaram para longe e quando me tiraram a venda percebi que estava num posto policial de estrada. Isso era por volta das 7h da noite. E então começou nova sessão de tortura. Jésus e Léo me mostraram um papel assinado por Góes onde se lia: “Extrair depoimento de Gilse a qualquer custo”. E disseram: “Ordem do coronel”.

Começou então uma sessão ininterrupta de tortura. Latinha, espancamento, pau-de-arara. No pau-de-arara, o cacete com pontinha nas nádegas e no pé. Choque elétrico na vagina, nos dedos da mão e do pé e por aí fora. Fui ficando arreventada e pensava: “Não posso perder a consciência, a noção do que eu estou fazendo”. Então, disse que falaria.

Eles me tiraram do pau-de-arara. Exigi: “Mas primeiro, quero minha roupa toda”. E vesti. “Agora quero ir ao banheiro”. “E agora quero um cafezinho e um cigarro, senão não falo”.

Depois de ter tudo isso, comecei a dizer as mesmas coisas que já tinha falado desde o início. “Sou uma democrata, luto pela independência nacional” e tal. Perguntaram quem eu conhecia e eu disse que não conhecia ninguém. Perceberam a minha enrolação, tiraram minha roupa toda de novo, rasgaram, me colocaram de novo no pau-de-arara e começaram tudo novamente.

De cabeça para baixo no pau-de-arara, percebi que havia um basculante que dava para a estrada. No início da noite, tinha barulho de carro passando, depois ficava tudo quieto. Pensei: “Vai começar a clarear e eu tenho que aguentar até lá porque aí começa a passar carro e gente e alguém vai escutar os gritos”. Minha esperança era o sol.

Quando ouvi o primeiro barulho de um carro passando, disse a eles que falaria. Léo me tirou do pau-de-arara e eu nem conseguia parar de pé. Jogou-me no chão de cimento; eu estava muito arrebatada e mesmo assim ele me violentou. Veio feito louco para cima de mim.

Fiquei lá jogada um bocado de tempo e depois eles mandaram que eu me vestisse e prestasse o depoimento. De acordo com o que Loreta tinha dito, admiti que tinha sido da AP quando era estudante, que tinha participado de uma reunião, mas não sabia o endereço, e que quando deixei de ser estudante não participei mais. E eles me perguntavam quem eu conhecia e eu continuava dizendo não conhecer ninguém. Então, disseram: “Mas você não conhece ninguém? Você é maluca?”. Respondi: “Conheço o meu pai, José Nicodemo Cosenza, minha mãe, Simone Westin Cosenza e meus irmãos”. Então, falava o nome dos dez irmãos. Eles ficavam furiosos.

Prestei o depoimento exatamente como quis: pequenininho, admitindo apenas que eu já tinha sido da AP. Eles começaram a me pressionar, ameaçando me colocar de novo no pau-de-arara se eu não falasse das outras pessoas que estavam na reunião. Respondi: “Podem me colocar, podem me matar, podem fazer o que quiser. Eu falo de mim, mas me recuso a dizer qualquer nome para não comprometer outras pessoas”. Isso está lá no depoimento.

Nesse momento, já tinha clareado e eles não podiam me colocar de volta no pau-de-arara ali. Eu tinha calculado isso. Eles acabaram aceitando esse depoimento e me levaram embora. Então, foram tomando depoimento das outras quatro, também sob tortura.

Presídio de Linhares

Quando chegou setembro, eles nos tiraram da solitária e juntaram as presas políticas das várias organizações – da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente), do Comando de Libertação Nacional (Colina), da AP – num lugar da penitenciária. Um dia parou um ônibus com cortinas fechadas, e nos prenderam a todas, uma na outra, com algemas que apertam se puxar. Colocaram todas dentro do veículo e ameaçaram que poderiam nos matar e desovar nossos corpos sem que ninguém pudesse achá-los.

Fomos levadas para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, onde a situação era outra. Góes ficou bravo porque o processo nosso era completamente inconsistente. E voltaram para nos reinquirir no presídio, mas ali era sem tortura.

Os presos políticos estavam nesse lugar, divididos em duas alas, masculina e feminina. Havia mais de 100 homens e cerca de 30 mulheres. Ali já conseguíamos receber visitas da família e dos advogados. Então, começamos a escrever as denúncias de tortura. Pedimos para nossas famílias levarem cigarros Hollywood e que todo mundo que nos visitasse fosse fumando um cigarro da mesma marca. Na hora do encontro com o advogado ou com a família, sentávamos num banco e perto ficava um soldado com uma arma na mão olhando para nós. Escrevíamos as denúncias, enrolávamos, tirávamos o fumo e botávamos o lenço de papel dentro do cigarro. Então, no maço tinha alguns cigarros recheados e quando sentávamos com advogado ou com algum familiar, acendíamos o cigarro e colocávamos o maço em cima do banco. No momento em que o guarda se distraía, trocávamos os maços. Assim começaram a sair da cadeia as denúncias de tortura.

Na prisão, fiquei sabendo por meio de uma visita de meus pais, que minha filha estava bem. Corina havia levado Juliana para Henriquinho (Henfil) e Gilda no Rio de Janeiro. Foi um alívio.

Na prisão a única luta que podíamos fazer era greve de fome, então fizemos uma para assinar o *Jornal do Brasil*. Quando ele finalmente chegou, foi uma confusão: todo mundo disputando os cadernos. Eu queria o caderno dos *cartoons* para ver se Henriquinho ainda desenhava para o jornal. Quando olhei, os quadrinhos estavam lá, não lembro se a Graúna ou o Fradinho estava desenhado, junto com uma menina de cabelo encaracolado. E um deles dizia assim: “Juliana, chega de tomar tanto morango com sorvete que você vai ter uma caganeira”. Na hora que vi aquilo, saí pulando pelo corredor. Henriquinho fazia isso: mandava mensagens para mim e para Gildásio por meio de charges.

Julgamento e soltura

No fim do primeiro semestre de 1970 aconteceu o julgamento do meu primeiro processo sobre o movimento estudantil, no qual me acusavam de ser “estudante profissional”, que agitava e organizava o pessoal para a subversão. Fui levada para a auditoria de Juiz de Fora para julgamento militar. Alegaram que eu era duplamente perigosa por ser inteligente, em função de minhas notas no histórico da faculdade. Meu advogado Afonso Cruz foi extremamente ousado em minha defesa, pegou um depoimento a meu favor de dom Serafim – que sempre foi conservador – e usou o que os próprios militares tinham falado contra mim. Ele disse o seguinte: “Como é que uma estudante profissional, que foi para a universidade para afrontar o governo, só para fazer agitação, tem essas notas? Senhores juízes militares, eu tenho certeza de que os senhores são muito inteligentes, senão não estariam aqui, não teriam a patente que têm. Senhores, a minha constituinte está sendo acusada do crime de ser inteligente. Isso é crime? Se for, senhores, sejam coerentes. Ou absolvem a minha constituinte ou por inteligência e coerência são obrigados a se condenarem”. Fui absolvida, mas ainda havia outros dois processos.

Minha saída da prisão foi uma mistura de esperteza e sorte. Meus advogados, Afonso Cruz e Carlos Cateb, foram aos milicos pedir minha soltura com base em minha absolvição. O comandante, que controlava tudo o que dizia respeito aos presos políticos, tinha viajado

para uma reunião. Estava um substituto, que não controlava absolutamente nada. Os advogados chegaram com tudo certinho, os carimbos dos coronéis, dos generais, mostrando que eu tinha sido absolvida e foi dada a ordem de soltura.

Cateb foi me buscar e me advertiu que no dia seguinte o engano seria descoberto e os militares estariam atrás de mim para me prender novamente. Então, eu precisava “esquecer” de Minas Gerais.

Vivendo escondida em São Paulo

Afonso conseguiu localizar Rodrigues em São Paulo, avisamos à família e fui para lá. Minha mãe me acompanhou até que eu me encontrasse com ele.

Arrumamos uma identidade, um barraco para morar e começamos a trabalhar na periferia de São Paulo. Imediatamente me colocaram para atuar na Comissão de Segurança da direção nacional da AP, ligada diretamente a Aldo Arantes e Péricles de Souza. Rodrigues já estava na Comissão de Segurança. Eu cuidava dos contatos clandestinos, correspondências, e avaliação de pessoas saídas da prisão, ponto de chegada para militantes do Brasil todo, com códigos, escrita invisível, essas coisas. Quando tinha reunião, Rodrigues ia junto para montar a segurança do local e viajava com os dirigentes.

Depois, entramos em contato com Gilda e Henriquinho e eles nos levaram Juliana com quase dois anos de idade. Era para termos tido só Juliana, mas, mesmo usando pílula, engravidei novamente. Naquelas condições de sobrevivência e com riscos de segurança, havia uma pressão para abortar. Cheguei a ir à clínica, mas desisti. Decidimos ter a criança e nasceu Gildinha (nome em agradecimento a Gilda e Henriquinho).

Então, um companheiro da AP nos ensinou a trabalhar com fotografia, nos deu uma aparelhagem de cópia de fotografia e nos ensinou a fazer documentos falsificados para os companheiros. Fazíamos isso em casa. E assim íamos sobrevivendo, trabalhando como fotógrafos, militando e cuidando das crianças.

Nova missão: reconstruir o PCdoB no Ceará

Até que em 1975 – quando já tínhamos entrado no PCdoB junto com o contingente da AP –, Pedro Pomar e Péricles foram conversar conosco sobre a questão da segurança. A repressão estava chegando perto e nós quase fomos presos algumas vezes; tivemos que mudar de casa e de identidade duas vezes. Eles nos propuseram ir para o Ceará, onde o partido inteiro tinha caído. Lá a repressão não nos conhecia, podíamos criar uma vida legalizada e procurar reconstruir e reorganizar o partido.

A primeira obrigação nossa era não cair. Fomos para o Ceará no fim de 1975, usando a identidade de Cecília Auxiliadora de Aguiar e Rodrigo Pereira de Souza, fotógrafos. Em São Paulo recebemos três contatos, e um deles era Benedito Bizerril. Foi com ele que começamos a reorganizar o PCdoB. Pomar ficou de voltar ao Ceará assim que pudesse, para nos atualizar sobre a realidade do Nordeste e a história do partido na região. Quando estávamos lá, ainda esperando esta visita durante um ano, eu tinha ido ao centro de Fortaleza, comprei

um jornal na banca e lá estava a notícia da Queda da Lapa. Caí sentada: “Nossa senhora. O Pomar foi assassinado pela ditadura!”.

No início, ouvíamos a rádio Pequim e depois passamos para a rádio Tirana. Gravávamos o que era veiculado, transcrevíamos, datilografávamos e rodávamos no mimeógrafo a álcool. Colocávamos as informações do partido em envelopes (endereços tirados da lista telefônica) e circulávamos pela cidade colocando o material nas caixas de correio. Ao mesmo tempo em que procurávamos contatos.

A reorganização do PCdoB no Ceará, então, se deu assim: Bené era advogado trabalhista e levou Gomes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e Guerreiro, liderança metalúrgica que se tornou o próximo presidente. Bené também trabalhava com o jornal *Mutirão*, de onde saíram Messias Pontes, Luiz Carlos Antero e Angélica Monteiro, atuante no Movimento pela Anistia e no movimento comunitário. Conseguimos contato com Lula, estudante de Medicina (hoje deputado estadual), através de quem iniciamos a ação na universidade federal. O contato com Terezinha Braga Monte abriu o caminho para a inserção entre os médicos. Passamos, portanto, a ter presença no movimento democrático, operário, estudantil, de saúde e comunitário. Mais à frente, fundamos o Centro Popular da Mulher, instrumento de luta pelos direitos das mulheres.

Levada por Messias Pontes fui conhecer Inácio Arruda, hoje senador, numa escadinha, à noite, no escuro, na periferia de Dias Macedo, bairro onde ele morava. Inácio tinha criado uma biblioteca comunitária. Fui conversar com ele dizendo que era preciso criar associações de morador e ampliar o movimento para a cidade e para todo o país, porque precisávamos mudar o Brasil e o caminho era por meio do PCdoB. Assim foi recrutado Inácio Arruda.

Depois da Anistia, Carlos Augusto Diógenes, o Patinhas, voltou para o Ceará e o PCdoB já tinha crescido. Ele foi incorporado à direção do PCdoB do estado. Fizemos conferência, elegemos direção, mas tudo superclandestino. Em 1983 aconteceu o 6º Congresso do PCdoB, separado por regiões. O do Nordeste aconteceu no Ceará e fui eleita para o Comitê Central. O partido continuou crescendo, avançando mesmo clandestino. Criamos o Comissão pela Legalidade do PCdoB e comecei a aparecer publicamente como coordenadora, já participando das lutas pelas Diretas Já, pela Constituinte e da campanha de Tancredo Neves. Finalmente, em 1985 chegou a festa da legalização do PCdoB, marcando um novo capítulo de nossa história.



HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA

Em 1939, nasceu em Caetité (BA) Haroldo Borges Rodrigues Lima. Liderança estudantil de destaque, ele foi um dos fundadores e dirigentes da Ação Popular (AP) e um dos responsáveis pela sua incorporação ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 1976, esteve na reunião do Comitê Central que resultou na Chacina da Lapa. Foi preso no dia seguinte e sofreu diversos tipos de tortura. Saiu da prisão em 1979 após a Anistia. A partir de 1983, cumpriu cinco mandatos consecutivos de deputado federal e liderou a bancada do PCdoB na Constituinte. Foi diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) por sete anos. Integra o Comitê Central do PCdoB desde a incorporação da AP, em 1973.

Os primeiros sinais de engajamento

Nasci em Caetité, mas passei a minha meninice na vizinha cidade de Brumado, no alto sertão da Bahia. Como ali não tinha ginásio, meus pais resolveram se mudar para Jequié, uma cidade de porte médio, onde seus filhos poderiam estudar. Entrei para o chamado Ginásio do Padre, uma escola particular. Ali lecionava um professor chamado Monteiro, uma pessoa muito inteligente, com ideias progressistas e nacionalistas. Certo dia, ele me deu o primeiro livro de cunho político que li: *O Escândalo do Petróleo e Ferro*, de Monteiro Lobato. Fiquei entusiasmado.

Quando terminei o ginásio, com 14 anos, houve uma eleição para orador da turma e eu fui eleito. Elaborei o discurso com a ajuda de minha mãe, que era professora. O texto

falava sobre os desejos de ter uma pátria livre e coisas assim. Foi o primeiro discurso que fiz em minha vida.

Em defesa de Anísio Teixeira

Depois fui estudar em Salvador, como aluno interno em um colégio dirigido pelos Irmãos Maristas. Marcou-me muito nesse período uma pessoa que, por toda a minha vida, foi uma referência importante: meu tio Anísio Teixeira.

Um dia, já me preparando para o vestibular, fui chamado para participar de um debate. Quando cheguei lá, era um evento para criticar Anísio Teixeira e eu fiquei chocado, pois, até então, só tinha ouvido elogios ao tio Anísio. Quando terminou, fui até João Berbert, estudante de Direito e um dos organizadores do evento, e lhe disse: “E o debate em defesa do Anísio, quando vai ser?”. Ele retrucou: “Que debate? Não está previsto isso não. Você conhece alguém que queira fazer?”. Falei: “Conheço sim. Eu!” No entanto, não sabia quase nada do trabalho de Anísio.

Corri até a livraria Civilização Brasileira e comprei alguns livros dele. O primeiro que li foi *Educação não é privilégio* – o seu mais famoso. Depois de ler tudo, deixei de ser apenas um sobrinho orgulhoso e passei a ser um anisiano, pois estava convencido de que a luta dele era correta. Anísio foi um destemido defensor da escola pública, universal e gratuita. E, por causa disso, levantava a fúria das escolas particulares do Brasil, especialmente de setores católicos. Chegou a haver campanhas contra Anísio.

Ingresso na JUC

Fiz o vestibular e entrei na Escola Politécnica da Universidade da Bahia. Quando estava tomando o trote, um estudante se aproximou e disse: “Quem é o Haroldo Lima?”. Respondi, e ele falou: “Olha, é o seguinte: tive informações a seu respeito e estou precisando lhe falar. Quer saber se a gente podia marcar um encontro amanhã à tarde no Diretório Acadêmico?”. E eu nem sabia quem era ele.

No dia seguinte fui a seu encontro. Ele se apresentou: “Sou Jorge Leal Gonçalves Pereira, coordenador da Juventude Universitária Católica (JUC), e estou sabendo que você veio do Colégio Marista. Soube também que está defendendo a escola pública. Por isso, gostaria que você ingressasse na JUC conosco. Estamos travando uma luta pela reforma universitária”. Entrei para a JUC, então, no primeiro dia de universidade, no ano de 1959.

Jorge era uma figura que impressionava. Eu era calouro e ele só estava um ano na minha frente. Mas já tinha prestígio e autoridade política. Anos depois, foi morto sob torturas, no Rio de Janeiro.

Nesse período, a JUC realizou o congresso dos seus dez anos no Rio de Janeiro. Foi muito simbólico, pois marcou certa mudança na organização. Participei na delegação da Bahia. dom Hélder Câmara foi figura proeminente daquele evento. Os elementos mais conhecidos da JUC eram: Herbert José de Sousa, o Betinho, e Aldo Arantes. A Bahia era uma das bases mais importantes e nela o núcleo principal ficava justamente na Escola Politécnica, onde eu

estudava. Lá estavam Jorge, Paulo Mendes, Severo Sales, formando o grupo mais velho, ao qual se somaram Rubem Ivo e José Milton de Almeida, lideranças mais jovens.

O Brasil vivia um momento de efervescência do movimento de massas e nele se destacavam os estudantes. A União Nacional dos Estudantes (UNE) era extremamente prestigiada. O Partido Comunista do Brasil, que na época usava a sigla PCB, passava por uma crise, cujo marco foi o 20º Congresso do Partido da União Soviética, em 1956. Aproveitando a crise do partido, a JUC cresceu muito na frente estudantil. No congresso da UNE, de Belo Horizonte, apresentamos a candidatura de Betinho para presidente. Na Bahia estava ocorrendo um grande movimento grevista na Faculdade de Medicina, dirigido por Oliveiros Guanais, presidente da União dos Estudantes da Bahia. Por conta disso, Guanais foi eleito presidente da UNE. Ele não militava no Partido Comunista e era considerado independente. Perdemos, mas não para a direita.

No congresso seguinte, em 1961, apresentamos a candidatura de Aldo Arantes. Ele já era uma grande liderança, particularmente no Rio de Janeiro, e foi eleito presidente da UNE.

Prenúncios do golpe

As coisas iam razoavelmente bem quando, de repente, um fato inesperado aconteceu: a renúncia do presidente Jânio Quadros. Naquele momento, João Goulart, seu vice-presidente, estava na China e os ministros militares resolveram que ele não iria assumir a presidência vaga, como era de direito. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, resistiu corajosamente. Disse que Jango poderia voltar pelo Rio Grande, que o povo gaúcho garantiria, e que a Constituição não seria rasgada.

Foi uma confusão dos diabos. E quando procuramos Aldo, ele já estava em Porto Alegre, ao lado de Brizola, liderando os estudantes em defesa da posse de Jango. Formou-se uma cadeia de rádio, chamada Cadeia da Legalidade na qual falavam Brizola, Aldo e outros. Brizola começou a tomar medidas mais radicais e armou o povo gaúcho, criando assim uma situação complicada para os golpistas. Nesse meio tempo, o movimento ganhou o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, o maior do Brasil.

Nesse processo, diante do impasse, arrumou-se uma forma pela qual Jango tomaria posse como presidente da República, porém num regime parlamentarista e o primeiro-ministro passava a ser Tancredo Neves. Isso foi um acerto feito com os militares. De qualquer maneira, foi uma vitória parcial, simbólica.

Naquela época a UNE tinha um prestígio fora do comum. Aldo então decidiu fazer a UNE Volante e percorrer a maioria dos estados brasileiros. Mas num país desse tamanho, como transportar a turma da UNE? Brizola resolveu o problema. Conseguiu que um avião da Varig ficasse à disposição da UNE voando o Brasil inteiro. A gestão de Aldo, que correspondeu ao meu período de universidade, foi de grandes realizações, com destaque para a campanha da legalidade, a UNE Volante, o Centro Popular de Cultura (CPC) e a greve do 1/3, que parou o Brasil inteiro durante meses, pleiteando um terço de representação dos estudantes nos conselhos universitários. Também teve o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba.

A opção por construir um partido

Dentro da JUC crescia um setor político que tinha lideranças como Betinho, Aldo Arantes, eu, entre outros, em diversos estados. Mas ocorreu um problema. Em certo momento Aldo, com apoio da diretoria, resolveu filiar a UNE à União Internacional dos Estudantes, entidade sediada em Praga e dirigida por comunistas.

Aconteceu que o próprio Vaticano interferiu para expulsar Aldo da JUC. Isso foi feito através do cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara. Quando foram dizer a Aldo que estava fora da JUC, ele não aceitou que a notícia fosse dada por um intermediário, no caso dom Hélder Câmara, e exigiu que dom Jaime comunicasse a decisão pessoalmente. Aldo praticamente invadiu o palácio episcopal para falar com dom Jaime, protestou e disse que aquele era um ato reacionário, que a igreja estava se ligando às forças mais atrasadas e por aí afora.

Depois disso, entendemos que errados estávamos nós, que de fato não poderíamos fazer política em uma entidade que era da igreja. Ou entrávamos para um partido já existente, ou fundávamos outro. E então surgiu a ideia de criar a Ação Popular. E a UNE Volante foi um dos mecanismos através dos quais a AP pôde se articular em nível nacional.

A criação da AP

A primeira reunião para formar a AP foi em São Paulo, no início de 1962. Houve outra em Belo Horizonte, em junho do mesmo ano, onde criamos uma primeira coordenação nacional. Fui membro dessa coordenação, representando o Nordeste. Participavam também Betinho, Aldo Arantes, Cosme Alves, e outros. A terceira reunião, ocorrida em fevereiro de 1963, foi considerada o congresso de fundação da AP e aconteceu durante o carnaval em Salvador. Duarte Pereira, muito estudioso e preparado, foi pessoa-chave naquele congresso e deu uma grande contribuição na redação do texto principal ali aprovado, o Documento base. Lá estavam também Betinho, Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brandt, Luis Alberto Gomes, Cosme Alves Neto, José Serra, Jorge Leal, Severo Sales, Dodora, que viria a ser companheira de Aldo, Solange Silvany, que viria a ser minha companheira, Péricles de Souza, Maria Angélica Duro, Fernando Schmidt, Manoel Joaquim Barros e vários outros.

A movimentação e a radicalização política foram crescendo e incorporando os camponeses do Nordeste brasileiro, os setores operários do Rio e de São Paulo e os estudantes. Ingressou nesta movimentação o setor militar, com camadas subalternas de soldados, cabos e sargentos. Defendiam-se as reformas de base. O movimento teve o seu ápice no comício na Central do Brasil, realizado no dia 13 de março de 1964. Jango teve uma posição firme e patriótica em defesa das reformas pretendidas.

Então, a direita começou a se mobilizar, levantando o fantasma do comunismo, realizando atos como as Marchas da Família, com Deus e pela Liberdade. Às vésperas do golpe militar, o PCB ainda dizia que não havia ameaça à vista. Acreditava no dispositivo militar de Jango. A AP e o PCdoB, este com menos presença social, achavam que a ameaça era real e que era preciso se preparar.

O golpe

Na noite do dia 31 de março de 1964, eu estava na Bahia numa reunião na Associação dos Funcionários Públicos. Geraldo Silvany, que era da AP, da base da Politécnica, me avisou que estavam me chamando com urgência na Federação dos Trabalhadores da Indústria, onde muitos já se reuniam. Era Duarte Pereira, vice-presidente da UNE, que tinha acabado de chegar do Rio, e tinha notícias de que o golpe já estava em andamento e precisávamos alertar os trabalhadores. Contudo, não nos queriam dar a palavra. Eles diziam que isso iria criar pânico. E, então, forçamos Duarte a falar.

Quando ele estava no meio da sua fala, algumas pessoas apareceram na porta dizendo que os soldados já estavam nas ruas. Saímos todos correndo. Fomos então para o apartamento de Jorge Leal Gonçalves Pereira. Lá, concluímos que tínhamos que resistir. Acreditávamos que, a exemplo de 1961, na crise da legalidade, Brizola iria resistir no Rio Grande do Sul; no Nordeste tínhamos Miguel Arraes, governador de Pernambuco. Na Bahia, contávamos com um prefeito muito amigo e de esquerda, Chico Pinto, de Feira de Santana, para onde nos dirigimos.

Quando chegamos a Feira de Santana, fomos conversar com Chico. Um grupo se dirigiu ao Tiro de Guerra para dizer aos soldados que esperávamos que eles estivessem contra o golpe. Ledo engano. O Exército já estava controlando tudo. E tivemos que cair fora rapidamente. Perdemos tudo. A resistência não se realizou em lugar nenhum. Prenderam Arraes em Pernambuco e Brizola se exilou.

Retornei a Salvador e passei alguns dias escondido na casa de um amigo na praia. Quando as coisas se acalmaram e Jorge, que tinha sido preso, foi solto, começamos a reorganizar a AP. Mas, Aldo e Betinho haviam se refugiado no Uruguai e outras pessoas estavam foragidas.

Assumindo o caráter socialista

Em 1965, nós da AP conseguimos articular uma reunião no Brasil com a presença de Aldo e de Betinho, e aprovamos a Resolução Política de 1965. Nela, pela primeira vez, a AP tomou uma posição abertamente a favor do socialismo e pela derrubada revolucionária do governo militar.

Criamos o MCD (Movimento Contra a Ditadura) que, nas eleições de 1966, lançou a palavra de ordem “Vote nulo, abaixo a ditadura!”. Aldo tinha ido à China e voltado com uma série de textos que ficaram conhecidos como *Documentos amarelos*, por causa da cor da capa onde estavam encadernados, nos quais os grandes problemas da revolução eram tratados: movimento de massas, luta armada, construção de partido, trabalho no meio dos intelectuais, trabalho no meio dos estudantes etc.

Éramos revolucionários, queríamos derrubar a ditadura e precisávamos de uma teoria para isso. Começamos a discutir qual socialismo queríamos, se o modelo soviético ou o chinês. Foi uma confusão. Por isso, resolvemos abrir o Debate Teórico Ideológico (DTI). Definimos para toda a organização uma linha de estudo que começava pelos textos clás-

sicos do marxismo, a partir do próprio Marx. Depois, passávamos para os textos de aprofundamento. Nós imprimíamos esse material em mimeógrafos e o distribuíamos para os militantes por todo o país.

Realizamos depois uma segunda reunião para dar um balanço do DTI, quando nos demos conta de que todos os que estavam ali já se consideravam marxistas.

Integração na produção

Os textos amarelos falavam também do papel dos operários e dos camponeses na revolução. E nós éramos todos intelectuais, estudantes, engenheiros, médicos, advogados etc. Trabalhadores mesmo havia poucos. E sabíamos que para ganhar o trabalhador, era preciso ser um deles. Então pensamos que o caminho deveria ser a integração na produção: todo mundo tinha de sair do seu ambiente de classe média e ir morar e trabalhar nos bairros operários, ou no meio do mato com os camponeses.

O movimento de integração na produção começou em 1968. Muitos anos mais tarde, Aldo e eu, quando estávamos na cadeia, fizemos uma avaliação sobre aquela experiência: pegamos uma amostragem de cerca de 120 pessoas e 17 áreas em que houve integração. Examinamos 10 que considerávamos as mais importantes, e vimos que nelas nós havíamos crescido. Algumas daquelas pessoas estão até hoje conosco, no Partido Comunista. Além do mais, o pessoal ganhou experiência. É claro, houve erros e injustiças; às vezes, companheiros bons não conseguiam cumprir a tarefa e nós simplesmente os tirávamos do partido. Ficou muito ressentimento. Mas tem outro lado que não podemos perder de vista: muitos se tornaram liderança de massa.

Trabalhando na região do cacau

Naquele processo de integração na produção, fui para a região do cacau na Bahia. Eu já estava casado e Solange ficou em Salvador. Passei a trabalhar na roça com os camponeses, e morava com eles. Primeiramente, fui para Itabuna com Neco Panzera, cujo nome de guerra era Paulo. Depois chegou sua mulher, Eneida, que lá chamávamos de Isabel. Ele não era baiano e ninguém o conhecia, mas eu era da Bahia, engenheiro e líder estudantil muito conhecido. Então tive que me descaracterizar bastante, deixei crescer bigode, coseteleta, usava chapéu etc.

No começo, eu não sabia nada do serviço, trabalhava o dia todo e dormia na própria fazenda. Neco e Isabel moravam em Buerarema e de manhã cedinho ele ia trabalhar na fazenda onde eu estava e depois voltava para casa, enquanto eu ficava. Às vezes ele levava escondido um pão para eu comer. Nossa ideia era nos ligarmos aos trabalhadores, mas havia um capataz que todo dia de manhã reunia o pessoal e distribuía as tarefas. Em geral ele me mandava para um lugar em que o trabalho era mais leve. Eu ficava danado com isso. É que eu era muito franzino e parecia que não tinha muito jeito para aquele tipo de serviço e ele percebeu logo a minha situação.

Eu era um dos poucos que sabiam ler e escrever, por isso tive que me explicar. Inventei

uma história dizendo que havia trabalhado num lugar com pessoas que sabiam ler e elas me ensinaram. À noite, eu tocava a ler para os mais próximos histórias de lutas, de revolução.

Um belo dia o capataz chegou para mim e disse: “Olha, queremos lhe dizer que já descobrimos o que você está fazendo aqui”. Estremeci. Ele continuou: “Soubemos que matou sua mulher e está escondido. Cuidado porque frequentemente a polícia dá batida para saber quem é que está escondido por aqui”. Resolvi assumir essa história e fiquei como o homem que tinha matado a mulher.

AI-5

Estava na região do cacau, na Bahia, quando veio o Ato Institucional número 5 (AI-5) e a direção da AP me chamou para uma reunião em São Paulo. Acertou-se que eu me deslocaria para a capital paulista e assumiria tarefas na Executiva nacional da AP.

Um pouco antes do AI-5, Solange fora pega numa panfletagem, sendo a primeira presa política na Bahia nessa fase. Ela foi condenada a seis meses de prisão, porque era a lei de segurança antiga, mas cumpriu só três, porque recorreu ao Superior Tribunal Militar que mandou libertá-la. Logo em seguida veio o AI-5. Quando saiu da cadeia, articulei com ela para que ela e nossas três filhas fossem morar em São Paulo, onde já eu estava.

Quando morei ali, comecei a montar um personagem todo legalizado chamado Carlos Haroldo Martins de Souza. Minha profissão era vendedor ambulante. Eu tinha uma mala cheia de bugigangas que comprava na Rua 25 de Março, e vendia em bairros populares no Nordeste. Vendia bem porque era tudo bonito – “novidades” que havia somente em São Paulo.

Embate entre duas concepções de revolução

A influência chinesa recrudescer na AP com a ascensão de Jair Ferreira de Sá, mais conhecido como Dorival. Ele participou de um curso na China ao lado de Renato Rabelo, Ronald Freitas e José Novaes. Quando voltou, Dorival elaborou o chamado *Esquema dos seis pontos*, que enunciava posições com relação a uma “terceira etapa” do marxismo-leninismo, o pensamento de Mao Tsé-tung, às características da sociedade brasileira (semicolonial e semifeudal), ao tipo de revolução que estaria na ordem do dia, (nacional e democrática), ao caminho armado da revolução (a guerra popular), à necessidade de um partido de terceira etapa no país e à integração na produção como diretriz de atuação imediata para o pessoal da AP. Em torno desses pontos estabeleceu-se a primeira grande divergência no interior da AP.

Apoiavam esses seis pontos os integrantes da chamada “Corrente um”. E eram contra os que compunham a “Corrente 2”. As divergências se davam em torno de quais eram as características da nossa sociedade e de que tipo de revolução seria feita no Brasil, imediatamente socialista ou a democrático-popular rumando para o socialismo. A “Corrente 1” era evidentemente inspirada no modelo chinês, e tinha como liderança principal o próprio Dorival.

Resolvemos fazer a primeira Reunião Ampliada da Direção Nacional (RADN), em meados de 1968. Esse pessoal todo participou e houve um choque entre os dois campos. A “Corrente 2” apresentou na reunião um documento considerado provocativo e seus dois principais dirigentes foram expulsos da AP como membros do “Grupo Oportunista e Provocador de Rolando” – Rolando era Vinícius Caldeira Brandt, que havia sido presidente da UNE. Posteriormente alguns dirigentes, como eu e Aldo Arantes, consideramos um tanto precipitada essa expulsão. É o que dizemos no livro que escrevemos na cadeia sobre a AP.

Numa recepção na China, feita por ocasião do término de um dos cursos que lá foram dados, apareceu o próprio Mao Tsé-tung e disse algo assim: “Quando voltarem a seus países, esqueçam tudo que vocês aqui ouviram e façam tudo de maneira nova e diferente”. O fundo da questão levantada por ele era não transportar mecanicamente as experiências revolucionárias de um país para outro. E os chineses também recomendaram ao pessoal da AP que procurasse o PCdoB no Brasil.

De qualquer maneira, graças a essa influência, optamos pela guerra popular. Isso nos impôs a necessidade de preparar as áreas para implantação da guerrilha.

Preparando a guerrilha

Na 4ª reunião da Comissão Executiva Provisória, criada na I RADN, fizemos um balanço dos preparativos da luta armada e concluímos que existia um direitismo nesse processo. Estávamos formulando a teoria da guerra popular, mas não a estávamos preparando praticamente. Havia uma visão subjacente nesse imobilismo: a de que a guerra popular sairia espontaneamente da própria evolução natural das coisas. E, então, foi formulada a auto-crítica da 4ª CEP e passamos à preparação efetiva da guerra popular. Apresentei um plano com esse objetivo e por isso fui indicado para coordenar a pesquisa das áreas estratégicas para a implantação da guerrilha.

Depois de indicado para a tarefa, articulei-me com diversos outros companheiros, em vários estados, do Pará ao Rio Grande do Sul. Viajamos por esse país inteiro e demos mais de um ano nisso. No final, fizemos nosso plano de ação estratégica e estabelecemos as áreas que seriam prioritárias. Introduzimos as Z1 e Z2, zonas prioritárias e zonas secundárias. A zona 1 ficava na Chapada Diamantina, na Bahia, um local de difícil acesso naquela época. Passamos então a deslocar militantes para essas regiões e suas redondezas.

Os critérios básicos para a escolha das áreas guerrilheiras eram: a distância em relação aos centros urbanos e a dificuldade de acesso. Naquele momento, a influência do pensamento chinês era enorme entre nós. Por exemplo, a ideia de procurar as áreas montanhosas foi minha e fundava-se na leitura que fiz de um dos primeiros livros de Mao Tsé-tung, *A Luta nas Montanhas de Tchincam*, pois eu acreditava que tinha de ser feito em montanhas, se não, não daria certo.

Partido de tipo inteiramente novo

Também por influência chinesa, começamos a discutir a necessidade de construir um partido de tipo inteiramente novo. Isso penetrou fundo na AP. Achávamos que o mundo não vivia mais no período do imperialismo e da revolução proletária, onde brotou o partido de tipo novo, marxista-leninista. Vivíamos a fase do imperialismo que se precipitava para a ruína, e do socialismo que avançava para a vitória em escala mundial, como formulavam os chineses. O partido de novo tipo já não respondia mais a essa nova época histórica. Era preciso um partido de tipo inteiramente novo, um partido que, por exemplo, tivesse uma posição firme e favorável em relação à revolução cultural chinesa e ao pensamento Mao Tsé-tung, representando uma nova etapa do marxismo.

Mas aqui no Brasil, quais forças políticas comporiam esse partido de tipo inteiramente novo? Uma delas seria a AP e isso estava claro para todos nós. E quem mais? A outra seria o PCdoB, que era o mais próximo de nossas posições. Qual seria o polo principal desse partido de tipo inteiramente novo era uma coisa a se ver no futuro.

Aproximação com o PCdoB

Por volta de 1969, começou uma aproximação com a direção do Partido Comunista do Brasil. Até então a relação entre as duas organizações se dava basicamente através dos movimentos de massa. O pessoal da China indicou para que procurássemos o partido, no entanto, tínhamos um problema: a clandestinidade do PCdoB era muito rigorosa e não era nada fácil chegar à sua direção central. Mas conseguimos estabelecer contatos.

Na primeira reunião entre as duas direções participaram pela AP Jair Ferreira de Sá e Duarte Pereira, cujos nomes de guerra eram Dorival e Estevão. Do lado do PCdoB, Pedro Pomar e Carlos Danielli. Dorival fez uma exposição sobre nossas opiniões com relação à nova etapa da revolução no mundo, a necessidade de novo tipo de partido etc.

Então Pomar nos disse algo assim: “olha, gente, nós temos uma opinião diferente da de vocês. Achamos que ainda estamos na época do imperialismo e da revolução proletária. E o partido correspondente a esta etapa é o partido de tipo novo, leninista. E este partido já existe entre nós e é o PCdoB”. Dorival não gostou muito desses primeiros contatos.

Na época, a AP era numericamente maior que o PCdoB e já estávamos preparando a luta armada. Não sabíamos que o PCdoB também estava, e bem à nossa frente. Este era um assunto secreto para os dois lados. Havia outro ponto polêmico: alguns achavam que tanto o PCdoB como a AP tinham sido fundados em 1962, portanto tinham a mesma idade. Assim, não havia razão evidente para que o PCdoB fosse o polo principal da unificação dos marxista-leninistas brasileiros. Assim pensava, sobretudo, Dorival.

Divergências internas

Na II RADN, ocorrida em junho de 1969, no meio da exposição feita por Dorival, começaram a surgir dúvidas que ele mesmo não soube esclarecer, especialmente sobre se a

fundação do Partido tinha sido em 1922 ou 1962. Considerou-se que o assunto não estava amadurecido e a questão do partido no Brasil ficou inconclusa.

Esta mesma reunião tomou algumas medidas organizativas: mudou o sistema de direção, até então baseado em comandos, inspirado na experiência cubana, e introduziu o sistema de comitês. Decidiu-se eleger um Comitê Central, mas não imediatamente. Criou-se uma Comissão Executiva Provisória, composta por Jair Ferreira de Sá como secretário-geral, Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Renato Rabelo e Paulo Wright. Uma contradição permaneceu: a “maioria” da AP achava que devia haver a unificação em torno do PCdoB, mas deixou no cargo principal da direção uma pessoa contrária a essa posição, Dorival.

As posições foram evoluindo e a luta contra a ditadura também. Assassínatos aconteciam. E assim fomos, em março de 1971, à III RADN, que aprovou o Programa Básico da AP e, considerando que ela já era uma organização marxista-leninista, deliberou mudar seu nome para Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, eleger o Comitê Central, que depois elegeu seu Birô Político. O Programa Básico foi inequivocamente uma vitória da “maioria”.

A luta contra a ditadura prosseguia e os preparativos para as áreas prioritárias também, mas a questão do partido voltou a se colocar com força depois da III RADN. Duarte contribuiu para levar a “maioria” a defender a posição de que a unificação deveria ser feita em torno do PCdoB, e uma reunião extraordinária do CC foi feita. Tentou-se elaborar um documento em nome dos quatro membros do Birô Político que eram da “maioria”. Não se conseguindo, na reunião extraordinária do CC foi apresentado um documento em nome de José Antonio, Dias e Raul – codinomes de Haroldo, Aldo e Renato, respectivamente –, que ficou conhecido como “documento dos três”.

Estávamos nessa situação quando surgiu o artigo de Pedro Pomar no jornal *A Classe Operária*, de novembro de 1971. O texto foi redigido sem todas as informações sobre os últimos avanços ocorridos na luta interna e por isso perdeu a oportunidade de fortalecer a corrente que era pela unificação, e fez críticas que já não cabiam. A “minoría” procurou se aproveitar dessa situação. Houve problemas dentro da “maioria”. Mas a ideia da incorporação ao PCdoB, e não da unificação em torno do PCdoB, foi ganhando força.

Finalmente, a incorporação

A essa altura, acertos foram feitos com a direção do PCdoB sobre o método da incorporação e considerou-se adequado preparar um congresso, supondo-se que até lá todas as pendências políticas e ideológicas que porventura subsistissem em alguns setores, pudessem ser sanadas.

E esse método ia sendo mais ou menos seguido, a despeito de algumas precipitações, como na Bahia, com um grupo que se incorporou ao Partido. As contradições com a “Corrente 2” se aguçaram e seus principais dirigentes foram expulsos, depois que apelaram para atitudes fracionistas. E então eclode a Guerrilha do Araguaia.

O surgimento da Guerrilha deixou a todos entusiasmados em APML. Afinal tudo o que queríamos era um movimento de resistência como este no Brasil. A repressão, sabendo que o PCdoB havia organizado a Guerrilha, colocou o partido como alvo central. Seguiram-se

assassinatos de vários membros do Comitê Central, inclusive de Carlos Danielli, com quem estávamos diretamente em contato.

Então, nosso esforço se voltou para apressar a incorporação ao partido que dirigia a Guerrilha e que estava sob ataque cerrado da repressão. Não podíamos mais ficar esperando resolver problemas internos restantes, posto que os mais importantes já tinham sido tratados e resolvidos. O Congresso, que se justificava em um primeiro momento, já não tinha razão de ser naquela situação eminentemente nova. Este não foi o entendimento de todos os quatro dirigentes da “maioria” do Birô. Mas sendo a posição dos três – Haroldo, Aldo e Renato –, foi a posição que prevaleceu. Coube-me redigir o último documento da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, que se intitulou *Incorporemo-nos ao PCdoB*.

No contexto da incorporação, momento culminante foi a realização de uma reunião com a direção do PCdoB. Lá estavam os camaradas Monteiro e Mário, ou seja, Amazonas e Pomar. Da parte da APML, fomos Renato e eu. Aldo Arantes estava em missão na China. Foi quando, pela primeira vez, nos encontramos com aquelas duas figuras históricas. Falamos sobre o desfecho da luta interna, da situação dos nossos trabalhos políticos. No final, Amazonas disse mais ou menos o seguinte: “ficamos muito contentes com a posição que vocês tomaram. E ficamos admirados. Nesse momento, após o início do Araguaia, o PCdoB está na alça de mira da repressão. Quem se propõe a entrar, agora, para o nosso partido está colocando seu nome na lista dos que estão marcados para morrer e vocês estão batendo na nossa porta agora. E mais ainda, sem nenhuma condição, nenhum pleito orgânico. Saibam que isso nos deixa muito contentes e admirados”. Em seguida, Pedro Pomar teceu comentários no mesmo sentido. Renato e eu não esperávamos tanto...

Naquela época, a estrutura da AP era maior do que a do PCdoB, e a orientação era de que mantivéssemos essa máquina, agora trabalhando na linha do partido. O próprio jornal da AP, chamado *Libertação*, continuou circulando por cerca de dois anos, pois tinha área de apoio própria.

Áreas de guerrilha

Numa dessas primeiras reuniões com a direção, revelamos que também tínhamos nossa área para implantação da guerrilha. Eles ficaram muito interessados e pediram para conhecê-la porque, se fosse o caso, poderíamos intensificar os trabalhos por lá, e se disso surgisse choques com a ditadura, poderia se deslocar um pouco a atenção da região do Araguaia, sozinha e cercada. Ângelo Arroyo, que havia escapado do cerco em janeiro de 1974, foi escalado para ir comigo visitar a área prioritária nossa. Fizemos uma viagem interessantíssima, Arroyo era uma figura de proa. Fomos à Chapada Diamantina, no alto sertão da Bahia. Escarpas grandiosas, acessos difíceis. Fizemos contatos dentro e nas redondezas da área. Ao final uma reunião foi montada em São Paulo para ouvir a avaliação de Arroyo.

Arroyo opinou que a área que tinha examinado não tinha condições mínimas para ser uma área guerrilheira, e se algum grupo ali operasse seria massacrado. O acesso era difícil apenas porque não tinha uma estrada asfaltada, mas, com helicópteros, o Exército chegaria ao local sem qualquer dificuldade. Então a coisa parou por aí.

Entramos para o partido sem pleitear nada. Contudo, a direção do partido resolveu cooptar membros do CC da Ação Popular para o Comitê Central do PCdoB. Os três que lideraram o processo até o fim – Aldo, Renato e eu – entramos para a Comissão Executiva. Fui posto na Comissão Nacional de Organização, dirigida por Pedro Pomar. Renato Rabelo foi para uma tarefa especial relacionada com a criação de áreas de apoio nas proximidades da região onde ocorria a Guerrilha do Araguaia.

A Queda da Lapa

Naqueles tempos, as reuniões do Comitê Central, por uma questão de segurança, eram feitas em duas partes. Nunca reuníamos todos ao mesmo tempo e no mesmo lugar. Deixávamos sempre um grupo do lado de fora. E às vezes aproveitávamos a reunião do CC para fazermos previamente a reunião da Comissão de Organização ou do *Bureau* Político. Foi o que aconteceu com a reunião da Lapa. Os membros da reunião sabiam que o encontro ia ser num determinado dia e na cidade de São Paulo. E nada mais.

O ponto de encontro estava marcado à noite, em um lugar um pouco retirado. Era um ponto móvel, não se ficava parado. Quando chegava na hora marcada, caminhávamos lentamente no trecho combinado. A pessoa com quem íamos nos encontrar observava de longe e vendo que tudo estava tranquilo se aproximava. Esta pessoa era Maria, na verdade Elza Monnerat. Ela andava um pouco conosco e, em seguida, um carro encostava e nele entrávamos de olhos fechados. Elza sentava-se na frente e ficava observando para que ninguém abrisse os olhos.

Às vezes rodávamos uma hora e num determinado momento o veículo parava, já dentro de uma garagem. Saíamos do carro com os olhos fechados e quando abríamos estávamos dentro da sala de uma casa.

Em dezembro de 1976, fizemos duas reuniões, a primeira da Comissão Política e depois a do Comitê Central. A saída também tinha um mecanismo semelhante: saíamos de dois em dois, sempre de olhos fechados. Aldo Arantes e eu saímos juntos. Eu não tinha nenhuma ideia de onde ele morava e nem ele de onde eu morava. Despedimo-nos e peguei um ônibus que passava perto de minha casa. Tínhamos certas recomendações básicas. Por exemplo, cuidar para que outras pessoas não entrassem e nem saíssem do ônibus depois de nós. Naquela noite fiz todos esses procedimentos de segurança para ter a certeza de que não estava sendo seguido. Pois bem: fui seguido aquele tempo todo e não percebi.

Então, na manhã seguinte, quando saí de casa e atravessei a rua, recebi uma pancada forte em minha cabeça. Rapidamente me cercaram e vi que uma coronhada de um revólver havia me atingido. Fui jogado dentro de um carro, que saiu a toda. No curso da viagem até a Rua Tutoia, onde se localizava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), fui apanhando.

De São Paulo ao Rio

Logo descobriram minha caderneta, onde estavam anotados os pontos, tudo camuflado. Pediram-me explicações e fui criando histórias sobre cada coisa perguntada. Quando

já estava cansado de criar histórias, ouvi uma zoadada forte. Abriu-se a porta, um policial chegou, fechou os meus olhos com os dedos, tirou o capuz que me cobria e disse: “Você é Haroldo Borges Rodrigues Lima, membro da Comissão Executiva e do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Diga sim ou não”. Respondi: “sim”. Eles já sabiam de tudo e achei imprudente continuar sustentando meu nome “frio”, porque eu poderia desaparecer e nenhum vestígio de meu verdadeiro nome ficaria registrado em algum lugar. E o policial continuou: “Eu sou o doutor Marcos”. E deu ordens para que fizessem curativo no ferimento que sangrou desde o momento da coronhada com a qual fui preso.

De manhã cedo, sempre com capuz, levaram-me a um local onde havia aviões. Escuto uma mulher dizendo: “Covardes! Covardes”. Reconheci a voz de Elza Monnerat. Subimos no avião e percebi que havia mais pessoas ali. Perguntei: “Dias?”. Era o nome de guerra de Aldo Arantes. Ele respondeu: “Sou eu”. Percebi que a coisa tinha sido feia. E havia mais pessoas ao meu lado.

Chegando ao Rio de Janeiro, fomos levados para a tristemente famosa Rua Barão de Mesquita, onde ficava o DOI-CODI. Ali eles me fizeram umas perguntas, que respondi sem muito nexos. Então me disseram: “Haroldo, sua guerra já acabou”. Respondi: “Vocês é que pensam”. Eles então me puseram frente à parede, tiraram o capuz de minha cabeça e colocaram os jornais na minha frente. Tomei um choque. As manchetes eram escandalosas. Mas percebi que o golpe sobre o partido tinha sido brutal. As matérias diziam que um aparelho do PCdoB em São Paulo havia sido descoberto e que três dirigentes haviam morrido: Pomar, Arroyo e Drummond. Então, fecharam os jornais e disseram: “percebeu agora que acabou a guerra?”. Eu estava indignado e tive uma reação imprevista. Ali, de capuz na cabeça, não me lembro se já estava nu, fiz um discurso exaltado, acho que falei uns 40 minutos. Denunciei a ditadura, o imperialismo. Fiz uma defesa em regra do partido, de sua história, da brasilidade e do socialismo. Mostrei que eles eram entreguistas, vendilhões da Pátria, e estavam massacrando os patriotas brasileiros, o que era uma traição. Falei muito e com muito ardor. Estava fraco, não comia havia 24 horas e tinha perdido sangue. Resultado, fui perdendo forças e caí. Recompuesto, ouvi a voz do “dr. Marcos”: “é isto, você está reagindo como nós esperávamos”.

Fui então conduzido às câmaras de tortura. Aí foi a barbárie completa. Por onze dias e onze noites fui torturado. Quando digo isso, fico a imaginar se não há certo exagero. Mas não há. Havia intervalos nas torturas, mas era um processo contínuo. Nesses onze dias e onze noites só saía da “cadeira do dragão” quando era levado à “geladeira” e, vez ou outra, a um vaso sanitário. Os momentos de “dormir” eram de intervalos entre as sessões de tortura, e eram passados na dita cadeira, algemado e encapuzado. Nesse período nunca deitei, nem no chão.

Depois fomos levados para São Paulo. Fomos postos no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na época dirigido pelo sinistro Sérgio Fleury. Ficamos, eu, Aldo, Wladimir e Elza, cada um em uma chamada “cela forte” – as “solitárias” –, inteiramente despidos, sem nada à mão, nem um pedaço de papel higiênico. Daí só saíamos para o DOI-CODI, na Rua Tutoia, onde também Aldo e eu fomos torturados.

Lembro-me que, vez em quando, pela portinhola rente ao chão das entradas das “solitárias”, por onde passavam os alimentos, Aldo e eu nos correspondíamos assoviando o lindo hino da Internacional. Era uma maneira de dizermos um para o outro, estamos aí, camarada.

A fuga de Theo

Depois de passar mais de dois anos no Presídio do Barro Branco, em São Paulo, cumpri o resto da minha pena na Bahia. Solange, minha companheira, tinha batalhado para me transferir para Salvador, porque lá ela estava com minhas filhas e familiares. Quando cheguei, no início de 1979, entre os presos, havia um, Theodomiro Romeiro dos Santos, que me recebeu de braços abertos. Era uma figura muito simpática, agradável e séria. Ficamos muito amigos. Theo estava preso havia muito tempo, cerca de sete anos.

Theodomiro havia pertencido a um grupo armado, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que tinha certa estrutura no Nordeste, em particular em Pernambuco. No ato de sua prisão, em outubro de 1970, morreu um sargento da Aeronáutica e, em função disso, Theo foi condenado à morte, pena transformada depois em prisão perpétua. A hipótese de sair da cadeia no contexto da Anistia que iria ser votada não estava posta, porque a ditadura não admitia anistia aos envolvidos nos chamados crimes de sangue, como era o caso de Theodomiro.

Tendo ultrapassado certo número de anos preso, com comportamento considerado bom, Theo tinha direito, pelas normas do Presídio, a ausentar-se semanalmente e ter acesso à cidade. Uma vez por semana poderia sair da cadeia, acompanhado de um agente de segurança, voltando em horário certo.

Diante da possibilidade de exclusão dele da lei de anistia, começamos a pensar em sua fuga. Amadurecemos a ideia, todo um planejamento foi feito, com participação de umas duas pessoas de fora. Acertamos o dia e o esquema da escapada. Eu seguraria a notícia da fuga de Theo por três dias e no fim da semana divulgaria uma carta anunciando o fato. Escrevi o texto da carta e li para Theo, que ficou emocionado. Às vésperas do dia certo, os presos políticos do Brasil entraram em greve de fome. Theo e eu não aderimos, o que ninguém entendeu.

Então, quando chegou o dia marcado, em agosto de 1979, bem cedo acordamos e fizemos os últimos arranjos. Ele pegou um vaso, onde estava uma bonita samambaia “renda portuguesa”, levou até a minha cela e disse: “diga a Solange que cuide bem dela”. Abraçamo-nos, demoradamente, com emoção. Tínhamos certeza de que se alguma coisa desse errado Theo seria morto. E ele saiu assim, em busca da liberdade.

O plano implicava dar a impressão, por três dias, de que Theo estava nas celas, e só divulgar a carta que fiz anunciando sua evasão no fim de semana seguinte, através das visitas, quando imaginávamos que Theo já estivesse a salvo.

Aconteceram alguns incidentes. Estava estudando, como sempre ficava, quando um guarda apareceu na janela da minha cela e perguntou: “Cadê o Theo?”. Incontinenti respondi apontando para o sanitário: “Está ali, com uma disenteria brava”. Ele olhou para a porta do sanitário, demorou um pouco e foi embora. Em outra ocasião, da portaria do presídio um funcionário gritou: “Theodomiro, telefone!”. Gritei, “já vai”. E fiquei sem saber o que fazer. Demorou um pouco e tornaram a gritar “Theodomiro, telefone para você”. Resolvi responder de novo “Já vai”. Fiquei rodando dentro da cela, até que o funcionário, irritado, desligou o telefone. Ufa!

Teve um incidente muito mais grave com um preso político. Quando percebeu que Theo não voltara no primeiro dia, procurou-me, dizendo que estava entendendo tudo, que havíamos tramado a fuga de Theo e que isto poderia atrapalhar a anistia dos demais, como a dele. E que ele não poderia compactuar com isto. Que iria comunicar à direção do presídio o acontecido para não ser considerado conivente depois e sofrer represália.

Disse-lhe que não sabia o que tinha acontecido, mas que se Theo tinha fugido e se ele anunciasse o fato naquela hora, no mesmo dia da suposta fuga, a repressão iria se desdobrar na busca e provavelmente Theo seria morto. “Vocês deviam ter pensado nisto antes”, retrucou. E começou a se preparar para descer até a portaria. Então, não teve jeito, e disse-lhe mais ou menos o seguinte: “Olha, isto não é certo. Eu não posso concordar que seja tomada uma atitude que pode levar à morte do Theo. Autorizo-lhe a dizer, se acontecer algo, que a responsabilidade é minha. Agora, fique na sua, em sua cela, quieto. E devo dizer-lhe que ir à portaria você só vai passando por cima de mim, porque eu não vou permitir que você passe por ali”. Levantei e tomei posição de impedir a passagem dele. Ele ficou possesso, disse uma porção de desaforo, culpou as concepções esquerdistas do PCdoB e foi embora resmungando e ameaçando. Mas não denunciou.

O “processo de Brasília”

Antes da fuga, havia combinado com Theo um esquema para eu ficar sabendo que ele já estava em segurança e podia divulgar a carta. Eu receberia uma ligação dizendo ser de Luiz Eduardo Greenhalgh, então meu advogado em São Paulo, e ele me falaria sobre um recurso jurídico meu que estava indo bem em Brasília. Era a senha de que ele, Theo, estava bem e a carta podia ser encaminhada à imprensa.

No dia das visitas, logo cedo, fui chamado ao telefone da portaria. Não era comum eu receber telefonemas. Atendi e ouvi: “Haroldo? Aqui é Luiz Eduardo, você está lembrado daquele seu processo em Brasília?”. Respondi: “Não, não estou lembrado, que processo?”. Ele insistiu: “Aquele recurso que fizemos em Brasília. Eu dei uma olhada e está tudo bem”. Retruquei: “Não estou lembrado desse recurso não, Luiz. Você está em Brasília?”. E a voz continuou: “Olha, Haroldo, o importante é que está bem encaminhado, viu?”. E desligou. Fiquei sem entender nada. E quando coloquei o telefone no gancho, a ficha caiu, era a senha que tinha combinado com Theo de que a carta podia ser liberada. Mas não me liguei na hora. Ele fez tudo certo e eu não.

Pedi à imprensa que esperasse o fim da tarde do domingo, quando acabavam as visitas, para uma notícia importante. E, então, a carta foi entregue à imprensa na porta do Presídio Lemos de Brito. Ela começava mais ou menos assim: “Levo ao conhecimento da Nação que o preso político Theodomiro Romeiro dos Santos empreendeu a busca da liberdade”.

Fui à portaria do presídio e entreguei uma cópia ao chefe da carceragem, um funcionário profissional que nos tratava bem. A carta anunciava também que naquele momento eu aderiria à greve de fome que estava em curso. Subi, deitei na minha cama e entrei em greve.

“Haroldo, telefone!”, gritaram. Eu pensei: “Pô, a gente não pode nem fazer uma greve de fome tranquilo”. Era alguém do *Jornal do Brasil* querendo testar se a carta era minha

mesmo. Confirmei. Replicou: “você pode dizer a primeira frase e a última da carta?”. Então recitei o texto para ele.

Daí em diante soube o que havia acontecido pelas pessoas do *JB*. Era domingo. Pegaram um carro, rumaram para o Palácio de Ondina e pediram audiência extraordinária com o governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães. Este recebeu, talvez pensando que o *JB* queria sua opinião sobre algum fato nacional. A turma do *JB* foi direta, querendo saber a opinião do governador sobre a fuga de Theodomiro. Disseram-me que os cabelos dos braços de ACM ficaram arrepiados. Pegou o telefone e ligou para o secretário de Segurança Pública. Este ficou de dar uma informação e procurou falar com o diretor do presídio, que estava no Fonte Nova, assistindo a um jogo do Bahia. Não teve conversa, providências foram tomadas e o serviço de som do estádio anunciou: “Atenção doutor fulano de tal, está sendo chamado com urgência na portaria”. O diretor saiu esbaforido e afiançou ao secretário que daria uma informação precisa em seguida. E toca uma ligação para o Presídio, chamando o chefe da carceragem. Este, surpreso, disse não saber da nada, que tudo estava normal. Mas que ia conferir imediatamente. E foi à minha cela. “Haroldo, é verdade que Theodomiro fugiu?” Confirmei. “E eu fui o último a saber?”, exclamou desolado. “Não, foi o primeiro. Eu lhe entreguei uma cópia da carta que anunciou o fato, antes dela chegar à imprensa”. E ele, “mas eu a botei no bolso e até agora não li, está aqui”. E se retirou. Voltei à minha greve.

Anistia

Pouco depois fui anistiado. Mas, como tinha acontecido a fuga de Theodomiro, abriram um processo e continuei preso. Não deixei o presídio no mesmo dia dos demais anistiados. Respondi a um interrogatório sobre a fuga de Theo. Na minha saída, a movimentação foi grande. Uma jornalista de tevê me perguntou: “Agora o senhor vai fazer o quê?”. “A mesma coisa que eu estava fazendo quando vim para cá, lutar contra a ditadura”.

Em liberdade, me reintegrei ao partido. Acabei conhecendo um pessoal novo. Os mais velhos, na Bahia, como Péricles, ainda estavam clandestinos. Estávamos em meio ao processo de reorganização do movimento estudantil, no qual a Bahia teve um papel de destaque. O baiano Rui César, que era do PCdoB, foi eleito presidente da UNE num congresso que se realizou em Salvador, com a ajuda simplesmente de ACM.

Contra o aumento nas passagens

Em agosto de 1981, houve em Salvador um aumento abusivo no preço das passagens de ônibus. O partido estava articulando um movimento contra a carestia e um ato foi realizado na porta da prefeitura. Diversos oradores denunciaram o aumento. Então, fui falar. Fiz um discurso indignado, desses que pega na veia e arrebatava. O povo que já estava enfurecido com o aumento ficou arrebatado. Havia entre nós essa ideia de fazer alguma coisa mais enérgica que desse certa repercussão ao movimento.

Quando terminei o discurso, um militante do partido me perguntou: “Há um clima de quebra-quebra. Que fazemos?”. Nunca fui dado a conter a massa. O certo é que

começou um quebra-quebra que se alastrou pela cidade inteira e foi até o dia seguinte. Foram centenas de ônibus depredados, no maior quebra-quebra que já houve, talvez no Brasil. Isso foi durante a tarde. Na manhã seguinte, estava em casa conversando com padre Enzo quando chegou a polícia e me levou preso. Fiquei preso mais ou menos uma semana. Mas a mobilização pela minha soltura foi grande, afinal tinha saído da prisão política havia pouco. O Sindicato dos Engenheiros se mobilizou, o cardeal Avelar Brandão também, sem contar a turma da Anistia.

Eleição para deputado federal

Depois de tudo isso, meu nome passou a ser muito conhecido na Bahia. O deputado Chico Pinto, que era um político muito sensível para essas coisas, disse: “Você ganhou 10 mil votos só com esse quebra-quebra”. Não estava errado, porque em Salvador tive 30 mil votos na eleição para deputado federal em 1982. Na época foi uma votação estupenda, só Raimundo Urbano, Chico Pinto e eu tivemos 30 mil votos cada um, em números arredondados, em Salvador. Fomos os mais votados da cidade.

Cheguei a Brasília para meu primeiro mandato de deputado federal – que foram cinco. Havia sido eleito pelo PMDB, pois o PCdoB ainda era ilegal. Através de Chico Pinto e de Aurélio Peres, que era do PCdoB, mas também eleito pelo PMDB, me aproximei de Ulysses Guimarães e pleiteei para o PCdoB uma representação no quadro de vice-líderes do PMDB. Conseguimos. E a primeira vez que entrei no plenário da Câmara foi como vice-líder do PMDB.

Em 1983 criamos a Comissão pela Legalidade do PCdoB e começamos a fazer atos pelo Brasil inteiro. Viajei muito, por diversos estados. Grandes debates foram feitos, inclusive na Bahia, com a participação de Amazonas. Mas só conquistamos a legalidade depois da campanha pelas Diretas Já, depois da vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, sob o governo de José Sarney, que inclusive nos recebeu – Amazonas e eu – no Palácio do Planalto.

No Congresso Nacional, o PCdoB tinha Aldo Arantes, Aurélio Peres, José Luís Guedes e eu, mas estávamos no PMDB. João Amazonas dirigia a nossa bancada pessoalmente. Em geral ficava no meu apartamento, que tinha um “quarto do Amazonas”.

Quando ocorreu a legalidade, resolvemos que alguns de nossos deputados deveriam assumir o partido logo e constituir uma bancada e uma liderança de bancada sem perder tempo. Fiquei como Líder da Bancada, função que ocupei por onze anos dos vinte que passei na Câmara.

Quando fui fazer o primeiro discurso como Líder da Bancada do PCdoB, fui procurar o último discurso do último Líder, Maurício Grabois, que teve seu mandato cassado, junto com toda a bancada comunista, em 1947.

Sei que no final ele dizia algo mais ou menos assim: “Um dia voltaremos”. Comecei o meu discurso identificando-me como Líder da Bancada do PCdoB e proclamando em alto e bom som: “Voltamos!”. João Amazonas ficou emocionado.



JOSÉ DALMO RIBEIRO RIBAS

José Dalmo Ribeiro Ribas é psicólogo e nasceu na cidade de São Paulo em 24 de novembro de 1944. Em 1966, através do movimento estudantil universitário, entrou para o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Deu assistência às bases do partido no movimento operário do ABC, seguindo posteriormente para a tarefa de construção partidária no interior do estado de São Paulo. É irmão de Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, ex-presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas e morto na Guerrilha do Araguaia. Participou das campanhas da anistia e das eleições diretas. Atualmente, trabalha como psicoterapeuta, contribui para a Comissão da Verdade e é pesquisador do Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois.

Francisco Romanini, o ideológico

Em casa éramos seis: Antônio Guilherme, mais jovem que eu um ano e nove meses; Walter Raphael, sete anos acima de mim; e Maria da Penha, a primogênita, sete anos mais velha que seu segundo irmão. Walter Raphael casou-se com Romilda, operária da Eletro-Indústria Walita e uma das filhas do metalúrgico Francisco Romanini, ativista sindical e um dos quadros mais combativos do Partido Comunista.

A título de ilustrar sua convicção ideológica de proselitista recalcitrante, me lembro do dia em que o conheci, na feira dos sábados na Rua Borges Lagoa, na Vila Gumerindo,

ocasião em que se apresentava com a filha tocando sanfona enquanto o pai vendia aos passantes as publicações do partido. Numa outra oportunidade, ainda criança, talvez numa festinha de aniversário, Romanini me perguntou e para Antônio Guilherme: “O que é que vocês pretendem ser quando crescerem?”. Respondi algo como advogado, piloto de avião ou alguma outra coisa que me fazia sentir importante; Antônio Guilherme agiu de forma semelhante à minha. Na continuação da conversa, diante das nossas respostas, Francisco Romanini foi taxativo: “Vocês não vão ser nada porque isso tudo é uma ilusão que se cria na cabeça das pessoas. Se vocês não lutarem muito para abrir espaço próprio, continuarão na miséria dessa sociedade de classes. Vocês não conseguem ver, mas invisivelmente está tudo muito bem dividido e vocês estão aqui embaixo. Para sair daqui e ir pra cima, não é do jeito que estão pensando”.

Para nós aquilo causou um impacto. Em casa conversamos sobre o acontecido e o assunto foi parar no meu pai. E, então, piorou o entendimento: falou-se em inveja; da importância de ser trabalhador num mundo de competências e competitividade; e citou-se como exemplo o homem americano feito por si próprio. Lembro de meu pai dirigindo-se à estante de livros e me entregando com a recomendação de que lesse *O homem, esse desconhecido*, de Alex Carrel. Gostei do livro, mas percebi que o assunto que eu procurava não estava ali tratado. Quando já adultos, Antônio Guilherme e eu, nos recordando do episódio, rimos do dia em que Romanini nos contou que Papai Noel não existia.

Primeiro emprego: ritual de passagem

Aos 15 anos, fui trabalhar na Companhia Ultragaz como office-boy, passando a frequentar, no curso noturno, o Colégio Estadual Basílio Machado na Vila Mariana, bairro em que nascemos. Carteira profissional assinada de cor vermelha, por ser menor de idade; recebia por 44 horas semanais de trabalho, o salário mensal equivalente à metade de um salário mínimo, sendo essa a remuneração prevista para os menores de idade, à época, denominados de aprendizes pelos patrões.

Enquanto a empresa funcionou no edifício Fernão Dias, no viaduto Santa Ifigênia, os funcionários não dispunham de refeitório, cabendo a cada um levar de casa a própria marmitta. A situação foi melhorada quando a Ultragaz se mudou para um novo edifício à Avenida Brigadeiro Luís Antônio, onde passamos a dispor de melhores instalações e almoço servido em bandejões.

A Ultragaz era um conglomerado de empresas pertencente à família Igel, com a liderança de Ernest na presidência e de Pery, seu filho e braço direito, como vice. Como diretor industrial, tinha o administrador de empresas Henning Boilesen, pessoa que veio a celebrar-se como um dos idealizadores e financiadores da Operação Bandeirantes (Oban), posteriormente transformada em DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna).

Sempre que eu ouvia menção a esse órgão da repressão, me ocorria à lembrança o saguão de entrada do edifício Fernão Dias, sede da empresa por muitos anos, e que ostentava uma enorme estátua de mármore do bandeirante paulista de mesmo nome,

empunhando seu bacamarte. A memória desse cidadão dinamarquês me evoca sensações antigas de um período de dor e frustração onde acompanhei o que seriam os antecedentes do golpe de 1964.

Boilesen gozava de um bom prestígio entre os menores que trabalhavam na companhia; sempre sorridente, amável e generoso distribuía chocolates no Natal e algum material escolar no reinício das aulas. No entanto, minha presença no arquivo geral da empresa me colocava a par das destinações de recursos realizadas pela empresa para o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), Cruzada Anticomunista e a famigerada Tradição Família e Propriedade (TFP), todos esses de extrema-direita e representados por pessoas nefastas como Plínio Correa de Oliveira, Paulo Ayres e almirante Pena Boto.

Lembranças do golpe

A direita tinha seus quadros ideológicos, dispunha de meios financeiros e agradava a igreja católica, políticos corruptos e militares americanófilos. No dia 1º de abril de 1964, à tarde, presenciei em São Paulo caminhões da Ultragaz levando soldados na carroceria e vi fotografias de pessoas sendo presas e colocadas em cima dos caminhões da empresa destinados a essa finalidade. Lembro-me que meses após, sem o menor constrangimento ético, os caminhões da Ultragaz usavam um selinho de identificação no para-brisa escrito “Mobilização Industrial-Militar”, ou seja, isso era assumido como algo tão natural, como o gás que a empresa distribuía.

No dia do golpe eu não mais trabalhava na Ultragaz, tornando-me funcionário da Ibroc (Indústria Brasileira de Óculos), com fábrica em Campinas e escritório na Rua 24 de Maio, no centro de São Paulo. Não dormi naquela noite e recebi de Romanini a instrução para me alistar na resistência aos golpistas, no Edifício das Classes Laboriosas, ainda em construção, próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos. Fui para lá por volta das 20 horas e havia grande expectativa quanto à posição de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, em não aderir às tropas de Mourão Filho, comandante do IV Exército e aliado de Magalhães Pinto.

Das Praças da Sé e Clovis Bevilacqua, o acesso à Rua Tabatinguera estava interdito por soldados da Força Pública que recomendavam aos passantes: “Circulando, circulando. Vão para suas casas”.

O noticiário era ambíguo e algum amigo escutara no rádio que estava aberto o alistamento de civis no Parque da Água Branca. Na manhã seguinte, lá chegando, fiquei sabendo da adesão de Adhemar de Barros ao golpe, e que o alistamento era procedido pelas senhoras das Marchas com Deus pela Liberdade, movimento católico que tinha o intuito de preparar civis em apoio ao golpe. Do alto dos prédios chovia papéis picados enquanto o governo legalmente constituído abandonava seus postos para evitar o que se chamava de guerra fratricida.

Nos dias que se seguiram ao golpe, as ações foram feitas no sentido de humilhar a esquerda. Era comum ouvir discursos do tipo “Não eram tão poderosos? Olha aí, não demos um tiro e eles correram”; ou “Onde estão os comunistas agora?”. Ato contínuo teve início

um amplo processo de delação. Muita gente que tinha ficado quieta durante o período janguista aproveitou para denunciar quem era comunista. Corria a seguinte anedota: denuncie um comunista e ganhe um prêmio; denuncie dois comunistas e ganhe um automóvel; denuncie três comunistas e você vai preso por conhecer comunistas demais.

Vivendo o pós-golpe

No ano que se seguiu, um pouco refeitos do pesadelo, nós, o povo de esquerda, tentávamos nos articular das maneiras as mais aleatórias. Tudo o que se falava era avaliado segundo dois grandes critérios: subversão e corrupção. Não raro a incriminação do acusado poderia incluir essas duas pechas, valendo-lhe perda de emprego, prisão e indiciamento nos chamados IPMs, ou seja, Inquéritos Policiais Militares.

Nessa mixórdia, os corruptos se agitavam em bajular os militares, com isso pretendendo mudar de barco e se ajustarem à nova ordem. Um exemplo disso foi a campanha “Dê ouro pelo bem do Brasil”, promovida pelos Diários Associados. Lembro-me da cena televisada em que várias senhoras da sociedade doavam seus anéis, braceletes e brincos para o movimento, e dentre elas as esposas dos mais corruptos fiscais de renda da Receita Federal: vão-se os anéis, fiquem os dedos.

Em 1966, entrei para o curso de Russo, na Universidade de São Paulo (USP), e logo fiquei amigo de Benjamin Abdala, hoje um dos professores da Faculdade de Letras. Ele começou a me instigar contra os revisionistas. Dizia: “Esse pessoal fecha com o Prestes. Olha o que aconteceu no 20º Congresso do PCUS. Por isso é que o PCdoB e o PCB se dividiram. Agora eles estão perdidos, ora se apresentam como dissidência do PCB, ora como um negócio vazio chamado Agrupamento Comunista de São Paulo. Esse pessoal não vai para a briga. Quem briga somos nós, que apoiamos Cuba”. Ele era persuasivo, influente e dessa forma me recrutou para o PCdoB. Ele dizia que precisávamos montar um centro acadêmico. Eu topei e então fui um dos fundadores do Centro Acadêmico de Estudos Orientais da USP (Caeso), atuando como tesoureiro.

Conheci o medo de perto, vivendo no Brasil nos anos de chumbo. As prisões, as delações, a tortura, o sequestro, o recado de que seu nome faria parte de uma lista, a morte, de repente, sem rodeios, me tornaram por décadas uma pessoa cautelosa e angustiada. No entanto, em que pese as agruras, foi nessa época que se aperfeiçoou em mim o gosto pelo povo, pelos mais pobres, pelos discriminados em geral. As condições adversas reforçavam o exercício da humildade e da paciência. O aprendizado foi generoso em todos os sentidos, indicando que se até então algo melhor não havia acontecido seria porque não tinha que ser. A militância política deu um sentido à vida, e isso foi compartilhado por milhares de pessoas em todo o Brasil.

Formação comunista

No PCdoB, o manuseio de armas, a sobrevivência na selva, tudo foi agradavelmente temperado pelos ativos de formação de quadros proporcionados pelos ideólogos do

partido à militância. Mestres iluminados de uma academia de paredes invisíveis, João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Armando Gimenez, Lincoln Cordeiro Oest, Dynéas Aguiar e outros de memorável importância faziam do PCdoB uma escola de cidadania, nunca um clube de diletantes, como costumava lembrar seu primaz, Diógenes Arruda Câmara.

Antônio Guilherme, liderança secundarista

Em casa sempre se conversou sobre política. A leitura do jornal diário era obrigatória. Antônio Guilherme e eu éramos muito próximos e, quanto a mim, por ser mais velho, tinha uma ascendência grande sobre ele. Em consequência disso, minha mãe acabava criticando essa identidade de gostos que havia entre ambos, nos chamando de “papel carbono”; ou seja, tudo que um faz o outro faz igual. Praticamente quando me interessei pela militância e comecei a ter um tipo de atividade relacionado a ela, isso também sensibilizou Antônio Guilherme; logo, nos interessamos juntos por fazer a revolução.

Nessa época, Antônio Guilherme, que também estudava no Colégio Estadual Basílio Machado, naturalmente incorporou o sentido de oposição à ditadura, daí ter sido quase espontâneo que eu o recrutasse para o PCdoB. Isso fez com que o nosso ingresso partidário tenha ocorrido quase ao mesmo tempo. Nesse processo, surgiram os camaradas “Zelão”, que era eu, e “Ernesto”, Antônio Guilherme.

Antônio Guilherme era um rapaz boa praça, namorador, falava bem e tinha paciência de escutar as outras pessoas. Gostava de entender, na esquerda, as chamadas diferenças políticas. Era bom aluno, assíduo às aulas e, como aluno, se saía melhor do que eu. Tanto é que um dirigente secundarista da época dizia: “No movimento estudantil todo mundo era profissional, menos o Ribas; o Guilherme, esse não, esse era estudante, mesmo”.

Essa maneira de ser, bondosa e educada, deu a ele as bases para se eleger presidente do Grêmio do Colégio Estadual Basílio Machado em 1967. Foi um momento de retomada do movimento estudantil em âmbito nacional, com as organizações políticas descobrindo suas divergências e construindo as convergências. Antônio Guilherme, com o seu jeito sério, compromissado, conquistou a confiança política dos mais diversos matizes de pensamento existentes no movimento. Achavam até que ele fosse um militante independente; mas ele já pertencia aos quadros do PCdoB. Dessa forma, ele ajudou a reconstruir o movimento secundarista paulista, se elegendo presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes).

Antônio Guilherme foi preso pela primeira vez em 7 de setembro de 1968 numa cerimônia comemorativa realizada na Avenida dom Pedro, bairro do Ipiranga, onde o governador Roberto de Abreu Sodré participava das comemorações do dia da Independência em São Paulo.

Preparou-se um protesto e a participação dele e de outros estudantes seria chegar às proximidades do palanque empunhando uma bandeira nacional em protesto contra a ditadura. Como consequência, ele e mais alguns companheiros foram presos no local, sendo transferidos para as dependências do Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Em seu favor, o partido mobilizou a advogada Maria Aparecida de Faria Pacheco, a famosa Pachequinho, que conseguiu quebrar a sua incomunicabilidade e, passados 30 dias, obteve na Justiça seu *habeas corpus*.

Congresso de Ibiúna

Tão logo ele foi posto em liberdade, estava prestes a acontecer o início do Congresso da UNE em Ibiúna. Para que ele chegasse até lá, fui buscar sua credencial junto ao jornalista José Eduardo Freire, nos Diários Associados, pois ele era companheiro do partido, fora presidente da Upes na última gestão da entidade antes do golpe, e iria cobrir o evento pelo *Diário da Noite*; era o único meio de que dispúnhamos para que Antônio Guilherme chegasse até lá.

Mas nós – enquanto direção do partido – já havíamos recebido a informação de que a situação era complicada e de que se corria um risco grande de que o congresso caísse, pelo número de participantes e pelo fato de as pessoas que preparavam o encontro não estarem aptas para um evento daquela envergadura.

Na dúvida, consultei o camarada Arruda que era o companheiro da direção responsável pelo movimento estudantil em São Paulo. Ponderei: “mas camarada, ele acabou de sair da cadeia; estou consultando para saber se é correto mandar um companheiro em tais condições, para uma situação temerária”. A resposta de Arruda foi inflexível: “prisão não foi feita para cachorro, se tiver que ser preso, que seja preso!”. Dei a instrução – não discutíamos instrução – e seguimos adiante. As consequências todos conhecem.

O processo de Ibiúna foi montado pela justiça da ditadura por categorias de indiciados, cabendo as acusações maiores contra os que seriam os quatro principais responsáveis pelo congresso: José Dirceu de Oliveira e Silva, Luiz Gonzaga Travassos, Vladimir Palmeira e Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, enquanto presidente da Upes.

Depois, numa segunda categoria de responsabilização, a promotoria militar denunciou um grupo de dezesseis estudantes, baseando-se no critério de que os mesmos já tinham antecedentes políticos; e por último vinha o “grupão”, formado pelos congressistas que foram fichados, reconduzidos a seus estados de origem e logo libertados.

José Dirceu, Vladimir Palmeira e Travassos, ainda no período de formação do processo, foram trocados pelo embaixador americano Charles Elbrick. Antônio Guilherme foi condenado pela Justiça Militar a 18 meses de cadeia. O único estudante que efetivamente foi preso e condenado pela realização do congresso universitário da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna foi Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, membro do PCdoB e líder secundarista. As razões para que as coisas tenham se dado dessa forma envolvem uma larga discussão que remete às diferenças ideológicas e às idiosincrasias existentes na esquerda durante todo o período de luta contra a ditadura. Abordá-las, nesta oportunidade, me pareceria algo extemporâneo.

Cara a cara com o Dops

Em 1967 eu trabalhava na Ibroc desde que deixara a Companhia Ultragaz aos 18 anos. O escritório da filial ficava à Rua 24 de Maio, 188, na Galeria do Centro, onde eu exercia as funções de gerente. Por obra da delação, pude me certificar em documentos de arquivos do Dops e do Serviço Nacional de Informações (SNI) – que obtive há alguns anos através de um *habeas data* – que fui acusado de esconder nas dependências do escritório materiais do partido e ocupá-lo para a prática de reuniões subversivas, tendo a denúncia partido de um dos proprietários da empresa.

Segundo fui informado pelos vizinhos, um caminhão do “G CAN 90” de Campinas havia estado no lugar e realizado a apreensão dos meus pertences, juntamente com o material que me era imputado. Por conta dessa ocorrência fui intimado a comparecer no Dops, o que fiz acompanhado de minha advogada Maria Aparecida de Faria Pacheco.

Meu depoimento foi prestado ao delegado Alcides Cintra Bueno, também conhecido por Santinho. Esse apelido não era uma ironia; segundo me explicaram, devia-se ao fato de ele ser mais afável que seus pares e frequentar com assiduidade a missa das 7 horas no Mosteiro de São Bento. Ele tinha proximidade com a nossa advogada e a tratava com alguma deferência, enquanto outros eram estúpidos e a ameaçavam, especialmente por saberem que ela tinha estado em conferências políticas na União Soviética e na China por conta da sua participação no movimento feminista. Chamavam-na de comunista e até de arruaceira. Mas esse delegado a tratou de uma maneira mais respeitosa, tornando o interrogatório duro, mas não agressivo. No final das perguntas e depois de me apresentar o material em cima da mesa, ele dirigiu-se a mim dizendo: “Pois bem, você está vendo que o mar não está para peixe. Vou ser obrigado a qualificá-lo”. Então, a doutora aparteu: “Eu precisava falar algo para o senhor, mas eu não queria fazer na presença dele”. O delegado pediu que ela se dirigisse a outra sala e quando percebi que o investigador tinha saído de perto para ultimar a “qualificação”, desci as escadas e aparentando tranquilidade passei pela sentinela postada à porta. A partir desse dia caí na clandestinidade e não voltei para casa: santo em casa não faz milagre.

Vida clandestina

A partir daí, passei a ser procurado. Chegaram várias intimações à minha casa e uma equipe do Dops esteve pessoalmente no endereço de que eles dispunham, à Rua Domingos de Moraes n. 1293, apartamento 24, e na casa do meu irmão Walter Raphael, na Rua dos Comerciantes n. 105, Cidade Vargas, onde hoje fica localizada a estação Jabaquara do Metrô. Foi assim que entrei para a clandestinidade e passei a viver em Campinas, onde residia Antonieta Gisela Forlenza Ribas, minha primeira namorada e posteriormente esposa, à época estudante de medicina na Unicamp, companheira de partido e moradora de uma república de estudantes na Rua José Paulino, próximo à Praça Carlos Gomes.

Fiquei encarregado de montar um aparelho para o partido em Campinas, num bairro chamado Jardim Chapadão. Quem escolheu o lugar fomos nós, mas a orientação de que

aquele lugar seria bom foi da direção do partido. Esse aparelho estava instalado praticamente em frente ao quartel onde ficava a Escola de Formação de Cadetes do Exército.

A casa pertencia a um sargento e quem nos arranjou, através de conhecimentos que ele tinha no meio imobiliário de Campinas, foi um coronel da Polícia Militar chamado José Maximínio de Andrade Neto. Esse coronel era um antigo simpatizante do partido e já fora preso em várias oportunidades pela acusação de comunismo. Ele já havia sofrido um infarto e tomava uma medicação especial. Infelizmente, preso, morreu num interrogatório em São Paulo, sob acusação de ser afinado com Marighella. Com ele, cheguei a obter algum armamento por preços irrisórios, que ia sendo repassado para o partido segundo os protocolos da quinta tarefa, que era a preparação da luta armada, à qual me encontrava ligado. Lembro-me que um dos revólveres eu passei para Paulo Regis, médico de Ribeirão Preto, e o companheiro que me levou ao recrutamento de Jamil Murad e de outros estudantes de Medicina que ingressaram no partido.

Na logística da Guerrilha do PCdoB no Vale do Ribeira, Paulo Regis e a esposa, uma assistente social, foram morar em São Miguel Arcanjo, naquela região entre os vales do Ribeira e do Rio Paranapanema, justamente por onde Lamarca rompeu o cerco das Forças Armadas e bateu em retirada.

Meu pai chamava-se Walter Scheiba Pinto Ribas, era advogado provisionado e formado em contabilidade pela Escola de Comércio Álvares Penteado. Lutou na Revolução Constitucionalista de 1932 no Batalhão Paes Leme, contando com muito orgulho sobre a batalha do túnel travada entre constitucionais e getulistas, da qual participara. Em suas andanças nos anos 1940, conheceu Xiririca, cidade que viria a se chamar Eldorado Paulista, localizada no Vale do Ribeira. Sempre teve terras na região e por muitos anos foi amigo e trabalhou para Jayme de Almeida Paiva, pai de Rubens Paiva e avô de Marcelo. Quando morava em Jacupiranga e era contador da Fazenda Caraitá, da família Paiva, adquiriu o Sítio Canicarú, na Serra do Azeite, às margens da BR116. No Sítio Canicarú realizamos nosso primeiro treinamento militar, tornando aquele olho d'água numa das vertentes que desaguariam no Araguaia. Assim ensina a geografia dos sonhos.

Vendendo livros de porta em porta

A vida clandestina ensina a sobrevivência nos tornando arrojados e mais criativos. Foi dentro dessa crença que me tornei em Campinas e adjacências um vendedor domiciliar de livros. Minha missão era construir o partido praticamente do zero e me ocorreu que através da temática dos livros poderia encontrar potenciais militantes; minha hipótese se confirmou.

Em São Paulo, através de Armando Gimenez, vim a conhecer os irmãos Chacon, donos da Editora Senzala e de uma livraria com o mesmo nome, localizada no centro de São Paulo. Propondo para um dos Chacon a disposição de vender livros em domicílio, ele, sem avaliar possíveis implicações de segurança, se prontificou a me fornecer o material solicitado. Minha estratégia era simples: consistia em levar uma quantidade de livros mais “água com açúcar”, tipo *Meu pé de laranja lima*, *Rosinha*, *minha canoa* e, no fundo da mala,

colocaria outros de caráter político: da *Dialética da natureza* ao *Manifesto Comunista*. “Oh! Teias que o Império tece”, diria o poeta.

Próximo ao Colégio Imaculada, para os lados do Jardim Guanabara, na primeira casa em que acionei a campanha, fui atendido pela empregada e, para minha surpresa, Regina Duarte, a namoradinha do Brasil na condição de patroa. Fui convidado a entrar e ela estava decorando um texto. Viu os livros que eu tinha e disse: “olha, eu mal tenho tempo para decorar esse meu texto aqui. Mas quem pode se interessar por livro é aquela menina, minha amiga, que mora ali em frente; chama-se Magali. Diga que foi a Regina Duarte que mandou. Ela está fazendo sociologia em Rio Claro”.

Lá fui eu e comecei a conversar com Magali. Aí foi uma conversa política. Falamos da repressão na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e ela disse que vários amigos poderiam se interessar pelo tipo de livros que eu tinha.

Assim, fiquei conhecendo o presidente do Centro Acadêmico, que era não menos que Sérgio Carneiro, cunhado de José Álvaro Moysés, com quem fui trabalhar mais tarde na Ação Comunitária do Brasil. Na qualidade de presidente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, ele proporcionou um encontro com outros estudantes e no final da conversa estávamos discutindo os rumos do movimento estudantil.

Por intermédio de Magali e Sérgio Carneiro, fui apresentado a uma moça de Americana chamada Maria José Ferreira, que se mostrou disponível e querendo fazer alguma coisa que fosse além de uma mera discussão. Ela disse: “Temos de ter militância. Eu sou filha de operários, meu pai é um pequeno tecelão, acabamos de perder a nossa casa, estamos morando dentro da tecelagem do meu pai”. Conheci a família e me tornei amigo deles. Dessa maneira, começamos a construir o partido naquele eixo Campinas, Americana, Limeira e Piracicaba com Maria José alinhada nas fileiras do partido.

O cuco do “seu” Schinor

No interior, o partido não tinha praticamente nada, mas tinha alguns contatos e indicações de pessoas que poderíamos procurar. Um dia, meu primo Francisco e eu recebemos a recomendação de procurarmos em Limeira alguém de sobrenome Schinor. A única referência era a profissão de ferramenteiro, exercida com muita habilidade na oficina no fundo de sua casa.

Localizado, nos apresentamos como seus vizinhos que moravam na Fazenda Quilombo, no Morro Azul em Limeira. A conversa, no decorrer dos assuntos, se tornou politizada a ponto de o operário nos interromper, perguntando: “Quem são vocês? O que querem de mim? Quem os mandou aqui?” Abrimos o jogo: “Somos do Partido Comunista e estamos querendo reatar contato com você”. Ele, em lágrimas, disse: “Que maravilha! Eu sabia que vocês iam aparecer”. Lembro-me que em outras ocasiões, ao falar da militância com Schinor, ele dizia entusiasmado: “Sou como o cuco do relógio: enquanto tiver corda, o coração está batendo”.

Dona Iaiá indignada

Lembro-me de outro episódio daqueles tempos de repressão. Meu irmão Guilherme era presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (Upes) e foi preso no congresso da UNE de Ibiúna. Por conta disso, houve um processo e no dia do julgamento a minha mãe, dona Iaiá, estava indignada. Apesar disso, por ter um espírito muito cordial, manteve a serenidade.

Pois bem, no dia do julgamento de Guilherme, o promotor, chamado Durval, vinculou meu irmão a uma “conspiração internacional”, à China, à União Soviética, a Cuba etc. E pediu uma condenação absurda, se não me engano algo em torno de dez anos de prisão e ele tinha uns 20 anos de idade. Era totalmente despropositado, mas comum naquela conjuntura. E minha mãe queria resolver aquilo conversando com o promotor e explicando para ele que aquilo tudo era coisa de menino, de estudante e “onde já se viu um promotor vociferar tantas acusações” contra o filho dela. Mamãe havia nascido no começo do século 20, tinha outra visão, e achava que conversando com o promotor as coisas poderiam ser diferentes.

Armando Gimenez e o comandante Guevara

Conheci Armando Gimenez através de Benjamin Abdala em 1966. Ele tinha acabado de ser demitido do posto de redator-chefe do *Diário da Noite*, dos Diários Associados, jornal de maior circulação de São Paulo. Sem condições de se colocar numa outra empresa jornalística porque era visto como comunista e agitador, Gimenez começou a trabalhar com publicidade numa empresa que ficava na Rua Basílio Machado, no centro da capital paulista.

Embora Gimenez fosse reconhecido como de esquerda e por isso repudiado no meio jornalístico, no meio publicitário havia certa condescendência em relação a ele. Apesar da importância que ele tinha na ordem geral das coisas, na estruturação do partido, nas funções dentro da quinta tarefa, ele se sustentava com seu próprio trabalho.

Ele era uma figura muito influente e cativante, a ponto de Arruda dizer: “Ele é um liberal, o Gimenez é um liberal”. Estabelecemos com ele mais uma amizade do que uma relação com um dirigente partidário. Ele me colocou como contato dele com pessoas de outras organizações políticas e me apresentou a Nelson Gato, jornalista dos *Diários Associados*.

Então, um belo dia, em 1967, coincidentemente cruzei com Nelson no restaurante A Costa do Sol e ele disse que o comandante queria conversar com Gimenez. À época, é bom lembrar, Che Guevara não era um nome corriqueiro e conhecido como é hoje. E quando se falava “o comandante” estava se referindo ao próprio Che. Nelson disse apenas que o comandante queria conversar com ele.

Levei a informação de que seria no restaurante Paribar, na Galeria Metrópole, por volta do meio-dia. O local era frequentado por pessoas de maior destaque social. Fui junto para dar cobertura para Gimenez, o que consistia em caminhar próximo a ele, logo atrás.

Eu estava ali para certificar de que não havia uma emboscada. Então, vi Guevara chegando acompanhado por um guarda-costas. Sei que logo depois foi noticiada a presença de Guevara na Bolívia, e eu fiquei sabendo através de Eli Alves, que era uma jornalista, irmã de Vida Alves, atriz de novela, que ele (Guevara) havia sido morto.

Recrutamento e preparação para o Araguaia

Em 1969, houve uma reunião ampliada, que durou dois dias, da qual participaram Maurício Grabois, Pedro Pomar, Ozéas Duarte e várias outras pessoas. Cada um fazia um resumo a respeito de como andava a preparação da guerrilha em diversas regiões do país. Cada um dava o seu informe, mas sem explicitar exatamente o local onde aquilo estava acontecendo. Essa foi uma reunião muito importante em termos de quinta tarefa e nela também se decidia sobre o recrutamento. Havia uma conversa na qual se apresentava a proposta política do partido, como era entendida a luta armada, a diferença que se fazia entre guerra popular e foquismo, a identidade que havia entre o que nós estávamos querendo fazer aqui e o que havia acontecido em outros lugares e em outras épocas etc. Então, falava-se tanto de Antônio Conselheiro em Canudos como de Mao Tsé-tung com a Grande Marcha.

Quando uma pessoa decidia ir para a Guerrilha significava uma ruptura porque era preciso deixar a família, o trabalho, as ocupações e, num dado momento, essa pessoa seria transportada para uma região afastada onde o movimento estava sendo preparado.

Alguns recrutamentos para o PCdoB fui eu que fiz. Por exemplo, Guilherme, meu irmão, e Maria Lúcia Petit, que já era próxima e participava das atividades do partido. Essa era uma conversa especial. Lembro-me que à época, Lúcio Petit pediu para que eu conversasse com Maria Lúcia: “Vai lá e fale com ela porque você sabe que santo de casa não faz milagre”. Então, fui na qualidade do santo que não era de casa. Mas Jaime Petit foi recrutado por Lúcio.

Eu fazia o recrutamento para o PCdoB, que era algo mais tranquilo. Outras pessoas faziam o recrutamento para a Guerrilha. Este era um trabalho mais especializado porque envolvia questões militares.

Quem ia para o Araguaia precisava se preparar. Por isso, tivemos uma reunião num sítio no Vale do Ribeira, com a presença de Sueli Yomiko, Rioko Kaiano, Maria Alice etc. Depois, fizemos outro treinamento em São Vicente, numa casa que, eu soube depois, pertencia ao dono das balanças Filizola. Ali, fizemos tiro ao alvo, lançamento de coquetel Molotov e coisas do gênero. Havia umas 14 pessoas e um ou dois dirigentes do partido. Depois disso, teve início a luta no Araguaia e eu perdi contato com meu irmão. Imaginava que ele estivesse vivo, mas em local desconhecido.

Por orientação de Pedro Pomar, me fingi de morto e clandestinamente fui ajudar a construir o PCdoB no interior de São Paulo, em Campinas, Rio Claro, Ribeirão Preto, Ser-tãozinho e Piracicaba. Comunista tem jeito?

Diógenes Arruda Câmara

Quando Arruda retornou ao Brasil logo depois da Anistia, veio com fôlego para colocar o partido de pé. Por isso, sua chegada foi precedida de uma grande expectativa. Ele tinha esse ânimo, esse pique e um arrojo de meter medo.

Nós ainda estávamos muito cuidadosos e um dia houve uma reunião na Associação Paulista de Imprensa, na Rua Amaral Gurgel, sob a direção de Arruda, e que nos preparava para o retorno de João. E na hora que entrei na sala, ele me saudou de forma efusiva e muito honrosa: “Uma salva de palmas que está chegando aqui o camarada Zelão!”. A anistia não estava consolidada e ainda havia muito medo no ar.

Logo depois, Arruda morreu de emoção na volta de João Amazonas. Foi ele chegar ao aeroporto de Congonhas – eu estava lá – e constatou que Arruda estava morto e sendo transportado para o Hospital Santa Rita, no Paraíso.

No enterro – feito no túmulo dos jornalistas –, não havia velas e nem flores, somente discursos inflamados enaltecendo sua pessoa. Lembro que Carlos Gilberto Pereira falou em nome da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Um dos coveiros que assistia ao funeral, ouvindo tudo aquilo que falavam de Arruda, por dever de ofício ou por convicção religiosa, saltou o muro do cemitério São Paulo. Voltou com duas ou três velinhas, acendeu-as e as colocou ao lado do caixão. Aquele gesto parecia dizer que ali estavam presentes destacadas lideranças políticas, mas também o povo, por quem Arruda havia se entregado a vida inteira.



JOSÉ RENATO RABELO

Renato Rabelo é baiano de Ubaíra, nascido em 1942. Iniciou sua militância política no movimento estudantil católico e logo passou a fazer parte da Ação Popular (AP), incorporando-se, mais tarde, ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Fez Faculdade de Medicina na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Elegeu-se presidente da União dos Estudantes da Bahia e vice-presidente da UNE. Viu de perto a Revolução Cultural da China, ajudou a criar áreas de retaguarda para a Guerrilha do Araguaia e a organizar a 7ª Conferência do PCdoB. Com o recrudescimento da repressão após a Chacina da Lapa, acabou tendo que viver por anos exilado na França, onde foi preso. De volta ao Brasil depois da Anistia, foi um dos principais construtores da legalização e reorganização do PCdoB após a redemocratização. Assumiu a presidência deste partido em 2001, onde permanece até hoje.

O início da vida militante

O meu despertar para os problemas do Brasil aconteceu no ginásio, quando fui presidente do Diretório Acadêmico e comecei a participar da Juventude Estudantil Católica (JEC). Fiz o curso secundário no científico e tinha aulas de contabilidade para ajudar no trabalho. Antes de entrar para o curso de Medicina, eu já frequentava um pouco a faculdade e entrei na campanha da legalidade pela posse de Jango em 1961, participando de assembleias, de plenárias lotadas e de muitos atos na Praça Castro Alves.

A Ação Popular foi fundada em 1963, mas não participei de sua criação. No mesmo ano, entrei para a Universidade Federal da Bahia e passei a atuar na Juventude Universitária Católica (JUC). Nesta condição, participávamos de uma campanha de alfabetização. Íamos a estádios cobertos selecionar gente, muita gente, para essa campanha.

Quando o golpe se deu, foi uma surpresa para setores da esquerda. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, que tinha uma influência muito grande na época, achava que os militares estariam contra o golpe. Quando finalmente ele aconteceu, todo mundo ficou sem ação e isso teve reflexos no processo de resistência à ditadura, especialmente no movimento estudantil.

O contexto do golpe

O governo de João Goulart, comparado ao de Lula, levou a uma mobilização de massas maior. Quando Lula foi eleito, em 2002, o movimento social já estava contido. Logo após o golpe, chegavam notícias as mais diferenciadas. Algumas diziam que Brizola ia resistir e que devíamos ir para o Rio Grande do Sul. Participei de um grupo que iria tentar uma reação em Feira de Santana. Fomos até lá, mas as pessoas não apareceram e voltamos a Salvador.

Uma noite, logo depois do golpe, nós e militantes do PCB pichamos as avenidas do centro de Salvador – Corredor da Vitória, Avenida Sete – com palavras de ordem como “Abaixo os gorilas!”. Este ato teve muita repercussão. Contudo, não houve um polo que aglutinasse uma resistência imediata ao golpe.

Ingressei na AP por volta de 1965. Eu era da direção da JUC e existia uma simbiose muito grande entre ambas as entidades: a AP era o braço político da JUC. No terceiro ano de Medicina, fui escolhido representante de série. No quarto, fui eleito presidente da recém-reorganizada União dos Estudantes da Bahia (UEB). A indicação foi da AP, em disputa com o PCB. Tivemos maioria, mas a direção era proporcional: AP, PCB, o chamado Grupo Independente – sob influência do PCB –, os independentes mesmo e a Polop (Política Operária), mais próxima da AP.

No início de 1966, o movimento estudantil fazia mobilizações frequentes. Havia manifestações de rua praticamente toda semana. Era impressionante. Quem primeiro enfrentou a ditadura foi o movimento estudantil, sobretudo o universitário. Por isso, ela colocou como alvo os estudantes, eles eram o seu inimigo número um. Até nas barreiras policiais, eles olhavam primeiro os jovens. Então, havia uma onda natural, fortíssima, de reação entre eles. Muitos deixaram a faculdade e o trabalho para assumir a luta, inclusive armada.

Pedras em Juracy Magalhães

Em junho de 1966, no Colégio Central, o líder de um grupo de teatro amador, Carlos Sarno, mais tarde roteirista, escreveu a peça *Aventuras e Desventuras de um Estudante*, que contava a história de um rapaz vindo do interior, as dificuldades encontradas, as perseguições e

a ditadura nas escolas. O diretor do colégio proibiu a peça. Então, resolvemos encená-la na universidade. Improvisamos um palco e a levamos para o restaurante universitário. Tudo que é proibido atrai atenções. Por isso, reunimos quase três mil pessoas. Quando ia começar a peça, subi no palco e comecei a falar. A polícia chegou com bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo. O pessoal reagiu, jogou pedra. Foram umas duas horas de luta campal. Aquilo teve repercussão gigantesca. O Corredor da Vitória foi fechado e houve gente ferida.

No outro dia pela manhã, fizemos um ato de desagravo, de denúncia, com duas mil pessoas em frente à Universidade Federal da Bahia. Quando eu estava falando, passou um carro oficial com Juracy Magalhães, ministro de Relações Exteriores. Um estudante viu e o pessoal logo cercou o veículo. Juracy, odiado na Bahia e metido a valente, saiu para enfrentar a massa. Ao lado, havia uma construção e, conseqüentemente, muitas pedras – e começamos a utilizá-las. E dá-lhe pedra. Um oficial de ordens tentou proteger Juracy e foi atingido, fraturando o maxilar. E, então, a comitiva entrou no carro, que fugiu sob vaias e pedras.

Congressos da UNE

Depois disso, o Exército chegou com tudo me procurando. Tive que desaparecer da Bahia. Fui para São Paulo e depois segui para Belo Horizonte, onde participei do 28º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que me elegeu vice-presidente na chapa de José Luís Guedes.

O congresso foi clandestino, realizado num convento dos frades dominicanos. Para entrar tínhamos senha. Quando vimos que a repressão nos seguia, selecionamos um número menor, uns 100 delegados em vez de 300. O congresso começou no convento, foi descoberto e fomos para a igreja de São Francisco. A disputa ainda era entre o PCB e a AP. Neste momento, a AP passou a ter o predomínio na diretoria. Entre os diretores da UNE, ligados ao PCB, estava a atual ministra Eleonora Menicucci, da secretaria de Políticas Especiais para as Mulheres.

A UNE se estruturava lutando contra a Lei Suplicy. Na prática, os estudantes derrubaram este decreto da ditadura que extinguiu a UNE. O regime tentou criar uma estrutura burocrática e atrelada a ele, os Diretórios Estaduais de Estudantes (DCE) e o Diretório Nacional de Estudantes. Não conseguiram o seu objetivo a não ser em um ou outro lugar.

Outra questão da época foi a política MEC-Usaid. Existia um acordo entre o Ministério da Educação e a Usaid (Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional), que era um instrumento do imperialismo, para impor uma reforma na universidade que eles queriam, de fora para dentro, de cima para baixo, sem democracia. Reagimos. No plano político mais geral, a luta dos estudantes foi contra a ditadura militar.

O 29º congresso da UNE, em Valinhos, São Paulo, em 1967, elegeu Luiz Travassos, também da AP. A disputa já não era mais com o PCB, que foi minguando, mas com as suas dissidências. Tinha muita força a ideia de revolução, especialmente da luta armada. Nesse clima, as dissidências, que criticavam o reformismo da direção do PCB, se expandiram entre a juventude estudantil. Participavam delas, Vladimir Palmeira, José Dirceu e Daniel Aarão Reis, o candidato a presidente da UNE que derrotamos, por pouco.

Assistindo à Revolução Cultural na China

Quando saí da UNE, a AP já tinha um contato com o Partido Comunista da China (PCCh). Aldo Arantes, dirigente da AP nesta época, esteve naquele país e entabulou uma série de acordos, inclusive a nossa ida para os cursos político-militares que os chineses ministravam. Fiz parte da primeira turma de alunos da AP em 1967. O líder do grupo foi Dorival – Jair Ferreira de Sá –, uma pessoa importante na AP. Ele foi antes, nós fomos depois. Por uma série de atrasos, Dorival fez o curso sozinho, e quando chegamos, ele já estava saindo. Comigo foram Ronald Freitas, que atuava no interior; José Novaes, líder camponês; e Carlos Walter Aumond, do Comando Nacional da AP, um intelectual gaúcho muito preparado que falava quatro línguas. Ficamos durante seis meses na China e visitamos 12 províncias, de avião e trem.

A viagem nos deu uma visão maior sobre o país, que vivia em meio à Revolução Cultural Proletária. Esse movimento, conduzido por jovens, praticamente dissolveu o partido. Eles se reuniam, numa visão meio anárquica, e iam destruindo tudo. O que conseguiu ficar inteiro e segurou as coisas na China foi o Exército Popular. Líderes vindos da época da revolução eram estigmatizados como seguidores do caminho capitalista.

Era possível ver, nas cidades, pequenas manifestações de rua com pessoas usando estranhos chapéus com cartazes amarrados no pescoço, de cabeça baixa, em cima de um burrico ou num palanque. Tudo era feito para humilhar. Essa gente era deslocada aos confins da China, para fazer trabalho pesado. Deng Xiaoping viveu isso, depois passou a ser aquela grande figura, mas antes era considerado um revisionista.

Eles nos davam braceletes vermelhos com a inscrição “A rebelião se justifica”. Íamos fazer treinamento de tiro, e o alvo era o rosto de Richard Nixon. Víamos multidões de estudantes de livrinho vermelho na mão. E dá-lhe citações de Mao. No aeroporto, o pessoal esperava os voos lendo o livrinho como se fosse a Bíblia. Nos aviões, as aeromoças davam vivas a Mao e os passageiros aplaudiam. Era uma luta política e ideológica intensa, permanente: pela manhã, à tarde e à noite só se fazia isso.

Contato com Mao

Ficamos numa área de Nanquim construída pelos ingleses, um lugar aprazível, transformado em academia militar para estrangeiros. Ocupamos um sobrado: em cima ficava o dormitório, embaixo quatro salas de estudo. E por três meses chegavam professores para discutir sobre marxismo, que se reduzia basicamente a estudar o pensamento de Mao Tsé-tung e a experiência da revolução na China. Por mais que eles dissessem que não era para copiar aquele modelo, evidentemente todo mundo que saía de lá copiava.

Nossa delegação esteve com Mao no Palácio do Povo, mas foi um contato formal, de cumprimentos, rápido. Também estava Lin Piao, tido como sucessor de Mao até pelos Estatutos do partido. Isso ocorreu na festa de 1º de outubro, quando ficamos ao lado de Mao no palanque. Quem falou foi Lin Piao, Mao apenas acenava. E no Palácio do Povo os dois receberam várias delegações, nos cumprimentaram, perguntaram sobre o Brasil, mas foram conversas mais protocolares.

O PCdoB fizera um curso antes de nós. A relação oficial, direção-direção, era com este partido. Mao recebia oficialmente a direção do PCdoB e não a da AP. Aldo Arantes, por exemplo, quando estive na China, foi recebido por alguém do birô do partido, mas não por Mao Tse-tung. Eles faziam questão de deixar claro que o partido comunista no Brasil era o PCdoB. Mas desde essa época os chineses tinham aquela visão de se relacionar com toda a esquerda e viam na AP uma organização com perspectiva revolucionária, então achavam que era importante manter contato conosco.

Para nós, era interessante conhecer a experiência chinesa, especialmente no campo militar. Tivemos 15 dias de estudo sobre táticas de guerra e de guerrilha. Eu sempre me interessei pela arte e pelas técnicas militares. Mesmo hoje, se tenho tempo, descanso estudando essas coisas.

A chegada da primeira filha

Voltei ao Brasil no começo de 1968. Os chineses traçaram, por segurança, um roteiro para o nosso retorno, deram passagem e tudo: fomos por Genebra, Santiago do Chile, Montevideu e aí entramos no Brasil de ônibus.

Cheguei a São Paulo talvez em abril, sem um telefone de contato, nada. Então fui bater na Universidade de São Paulo (USP), no Centro Residencial da USP (Crusp), pensando poder achar alguém ali. Batata: encontrei Carlos Eduardo Baldijão, que era da AP e atuava no movimento estudantil. Ele é que me deu a notícia: “Rapaz, nasceu sua filha!”. Conchita, minha mulher, tinha ficado grávida de nossa primeira filha e eu nem fiquei sabendo. Era o preço que se pagava pela clandestinidade forçada. Baldijão providenciou o contato: minha mulher estava na Ipiranga, onde ficava o pessoal da área estudantil da AP. Vi minha filha quase cinco meses depois de ter nascido.

Ida para Trombas e Formoso

Quando me reintegrei, a AP já discutia as áreas estratégicas de trabalho político. Chegamos a ter mais de 80 áreas de trabalho camponês, depois afunilamos para dez que reuniriam condições melhores de trabalho de massa e militares. Fui para uma dessas áreas. Em julho de 1968 viajamos para Goiás: eu, Conchita e a nossa filha pequenininha. No fim do ano, fomos para Trombas e Formoso, área de tradição camponesa, palco de uma luta importante pela reforma agrária, conduzida por José Porfírio.

Levamos algumas pessoas, como José Luís Guedes e José Arruti, que era da direção da AP, e um rapaz que trabalhava no Banco do Brasil. Este se entusiasmou e disse que também queria ir. Tinha um bom salário, mas largou tudo e foi conosco. Contudo, no terceiro dia começou a dizer que não estava aguentando o tranco. Ali não tínhamos nem café para tomar. Para chegar à área, tinha de ser a cavalo e outra parte a pé. Não pudemos segurar o cara. Então, nos desmobilizamos, pois íamos ficar muito vulneráveis. Afinal, e se ele fosse preso e falasse? Tivemos de sair em abril de 1969. Ficamos apenas sete meses na região. De lá, fui para São Paulo.

Consolidação da AP

Em junho de 1969, foi organizada, em São Paulo, a Comissão Executiva Provisória da AP, a CEP, formada por seis pessoas: Jair Ferreira de Sá, Paulo Wright, Duarte Pacheco Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes e eu. Paulo era do Paraná, um homem muito dedicado, que foi assassinado barbaramente nos porões da ditadura. Uma pessoa impressionante, sabia de tudo sobre a organização e não abriu nada; por isso o mataram.

A AP evoluiu de organização democrático-reformista para democrático-revolucionária. Depois, passou a se dizer marxista e fez um grande debate cujo centro era a questão de partido. Porque quando se descobre Marx, Lênin, Mao e se começa a ver o PCdoB como um partido comunista, obrigatoriamente, somos levados a pensar no assunto.

A Ação Popular foi uma organização que expressava sentimentos da pequena burguesia num período histórico importante, representado pelo ascenso democrático e popular sob o governo Goulart. Com a ditadura, parte da pequena burguesia radicalizou suas posições. Nesse caminho, descobriu o marxismo e depois o PCdoB, reorganizado em 1962.

Antes e depois do golpe, a AP era a força política pequeno-burguesa mais importante, pois os outros grupos foram esporádicos, conjunturais. A AP era maior e tinha influência predominante no movimento estudantil, mas tinha trabalho entre os camponeses e os operários. No ABC paulista, tínhamos alguns operários. Um deles, aliás, foi estudar na China na segunda turma. Havia um operário da Bahia muito preparado, ilustrado, e muitos camponeses, como Manuel da Conceição e José Novaes. Quais organizações tinham essa influência? Nenhuma.

Luta de ideias na AP

De 1969 a 1972, houve uma intensa luta de ideias no interior da AP que se traduziu nas três reuniões ampliadas da sua direção nacional, uma espécie de comitê central. Na primeira delas, ocorrida em setembro de 1968, começou a luta das chamadas Correntes 1 e 2. A Corrente 1 se organizava em torno de Jair Ferreira de Sá, de codinome Dorival, muito influenciado pelas ideias trazidas da China. Ele, ao voltar, assumiu a direção da AP e propôs o chamado *Esquema de seis pontos*, que se tornaram referências da Corrente 1. De maneira resumida, essa posição defendia que a primeira etapa do marxismo seria representada pelo próprio Marx e Engels; a segunda, por Lênin; e a terceira pelo pensamento de Mao. Daí se tirava a ideia da necessidade de um partido para essa terceira etapa, um partido de tipo inteiramente novo. Propunha-se reconstruir o partido comunista e não se levava em conta a existência do PCdoB.

Do ponto de vista da estratégia, afirmava que a sociedade brasileira era ainda semicolonial e semifeudal, portanto a revolução seria nacional e democrática, numa clara cópia do modelo chinês. O caminho era a guerra popular prolongada, em contraposição ao reformismo e ao foquismo, considerado aventureirismo. Outra medida defendida pela Corrente 1 foi a integração na produção, visando a proletarianizar os quadros da AP, que deveriam trabalhar e viver como simples operários e camponeses.

A Corrente 2 se contrapunha a tudo isso. Tinha algumas posições certas, mas outras expressavam uma influência trotskista. Defendia uma revolução socialista imediata, visto que a sociedade brasileira já era capitalista. Apregoava a construção do partido do proletariado porque, segundo ela, nunca teria havido um verdadeiro partido comunista no Brasil. Na primeira reunião ampliada confrontaram-se essas duas correntes. A Corrente 2 acabou sendo expulsa.

Na segunda reunião ampliada, de junho de 1969, quando eu já estava em São Paulo, queríamos definir melhor as áreas estratégicas. Eu dirigia a comissão militar e o debate cresceu. Neste período, nos dedicávamos a estudar o marxismo e a realidade brasileira. Foi a fase em que mais estudei na minha vida. Li Marx, Engels, Lênin, Mao, entre outros.

A proposta de Dorival na segunda reunião foi a reconstrução de um partido operário unificado. A questão do partido era sempre um problema, pois, no fundo, não aceitávamos nos integrar ao PCdoB, porque havia uma pretensa terceira etapa do marxismo na qual se tinha de ter um partido de tipo inteiramente novo. Não conseguíamos sair dessa armadilha. Na proposta de Dorival, AP e PCdoB deviam se unificar para a construção desse partido inteiramente novo. Então, colocava-se a questão sobre qual seria o principal polo dessa unidade. Era uma discussão enorme e se dizia que apenas na prática iríamos ver quem seria.

Começamos então a nos interessar e estudar a trajetória do PCdoB. Víamos que tinha havido uma luta muito grande no interior do Partido Comunista, que acabou se reorganizando em 1962. E por que diabos diziam que o PC do Brasil tinha sido fundado apenas em 1962 e não em 1922? Na verdade, houve uma luta interna no velho partido e formou-se uma corrente revisionista e outra marxista-leninista, revolucionária. Quando fomos percebendo isso, não tinha muito sentido falar na reconstrução do verdadeiro Partido Comunista, pois ele já existia e era o PCdoB. O próprio Dorival foi vendo isso e a sua tese foi abaixo.

A terceira reunião ampliada ocorreu em 1971. Ela definiu novas estruturas: comitê central, birô político, seguindo o modelo de organização dos partidos comunistas. Definiu o Brasil como um país dependente, capitalista, com resquícios pré-capitalistas. E, portanto, uma revolução, democrática, popular, anti-imperialista e agrária, conclusões próximas às do PCdoB, porque o nosso estudo passava muito pelos documentos deste partido. Naquele momento, já havia um contato mais direto entre a direção da AP e o PCdoB.

Aproximação com o PCdoB

A Corrente 2 fora expulsa da AP, ficando somente a Corrente 1, que estava sendo submetida a uma nova redefinição de posições, resultando no surgimento de duas linhas básicas. Dos seis membros do Birô Político, quatro defendiam a aproximação com o PCdoB, inclusive a integração a ele, e apenas dois, Jair e Paulo Wright, resistiam a essa ideia. Era uma nova luta interna com a questão do partido novamente no centro.

Logo depois, Duarte Pacheco – da maioria e entre os quatro do Birô Político – propôs a unificação da AP em torno do PCdoB. Mas teria que se caminhar para um partido de tipo inteiramente novo. Como se pode ver, para nos livrarmos dessa questão ainda levaria algum tempo.

Uma nova diferenciação se deu no interior da maioria. Três propunham avançar no sentido da integração ao PCdoB: Haroldo, Aldo e eu. Duarte começava a se diferenciar. Ele foi o primeiro a defender claramente a unificação, mas achava que o partido de tipo inteiramente novo ainda tinha que ser construído, e que seria preciso travar uma luta com algumas concepções do PCdoB, mesmo tendo-o como polo da unificação.

Nós três, a nova maioria, apresentamos um documento sem Duarte. O texto ainda defendia a existência de uma terceira etapa do marxismo. Só que esta era a etapa atual – daquele momento – marcada pela luta contra o revisionismo contemporâneo, contra Khrushchev e Brejnev. E o PCdoB se enquadrava inteiramente nisso. Ou seja, a ideia de construir um novo partido da terceira etapa não tinha mais sentido.

No início, pensávamos em realizar um congresso da AP para decidir sobre isso. A Guerrilha do Araguaia e a repressão contra a direção do PCdoB, especialmente a morte de Carlos Danielli, mudaram nossos planos. Tínhamos de correr para fortalecer o partido. Não tinha sentido esperar por um congresso. A nova maioria queria apressar a integração, e Duarte resistia.

Integração ao PCdoB

Quando, em 17 de maio de 1973, nos reunimos para discutir e aprovar a circular *Incorporemo-nos ao PC do Brasil*, conseguimos ampla maioria do nosso Comitê Central. A partir daí começamos concretamente o processo de integração.

Desde 1969 me dedicava a isso e, portanto, não saía de São Paulo. Éramos muito perseguidos, mas a AP teve a capacidade de nunca deixar cair sua direção nacional: nisso tínhamos um rigor extremo. Como fazia o PCdoB, a nossa direção não se reunia toda de uma única vez. No entanto, fomos muito atingidos por fora, pelas extremidades da organização. Somente no período que fiquei em São Paulo mudei pelo menos cinco vezes de casa. Saía e largava tudo.

Depois do *Incorporemo-nos*, tivemos uma reunião com a direção central do PCdoB. Do lado da AP, estávamos Haroldo de Lima e eu; do lado do PCdoB, Pedro Pomar e João Amazonas. Não conhecíamos nenhum dos dois. Inicialmente, achava que Pomar era Amazonas e vice-versa. Afinal, para nós, Amazonas era a grande figura, mas Pomar era o mais alto, mais vistoso, e Amazonas baixinho e ficava sentado num canto.

Foi Pomar que nos recebeu: era um intelectual muito sofisticado, dominava várias línguas, era estudioso, um homem brilhante. Não conheci Danielli. Duarte é que tinha tido contato com ele. Na época, não se conhecia todo mundo. Numa ocasião, cruzei com Duarte Pacheco e Danielli na rua, mas nem nos cumprimentamos.

Os membros do Birô Político da AP passaram a integrar o Comitê Central do PCdoB. Esta decisão foi tomada pela direção do partido sem que tivéssemos reivindicado nada. Então, começamos a discutir sobre nossos papéis e tarefas. Decidiu-se que era preciso um documento que sintetizasse a experiência da AP, procurando tirar algumas lições.

A ideia de manter as duas estruturas nasceu de uma discussão com Amazonas. Vimos que integrar as duas estruturas partidárias era difícil, exigia uma transição, não podia ser

algo abrupto. Além disso, sob uma ditadura militar fascista, era bom mantê-las separadas, pois se atingissem uma, a outra estaria preservada. Havia uma única convergência em cima, no Comitê Central. E esta foi uma medida importante, pois, de fato, a Estrutura 1 foi atingida em São Paulo.

Guerrilha do Araguaia

Amazonas era o responsável pelo acompanhamento da Guerrilha do Araguaia. Ele sabia que eu havia passado por Goiás em 1968, então disse: “Sua tarefa será criar áreas de retaguarda para a guerrilha”. O Araguaia havia ficado isolado, sem nenhuma proteção política ou mesmo uma base partidária que lhe desse suporte. Toda ação militar tem que ter uma retaguarda e fazer isso na própria região da guerrilha é complicado.

Reuni gente para isso, como Simão Almeida. Ele fez concurso, com nome falso, para coletor na região e passou em primeiro lugar. Botamos Saulo Petean na Fundação Nacional do Índio (Funai), nas áreas indígenas entre Marabá e a Belém-Brasília. Jogamos cerca de dez companheiros em uns cinco lugares. Eles foram construindo amizades. O coletor tinha uma influência social; o chefe da Funai tinha influência nas aldeias. Foi um trabalho difícil, espinhoso, paciente, de quase três anos.

Eu mesmo fui até lá, com o nome falso de José Osmar Ribeiro. Construí essa identidade a partir de uma certidão falsa. Os outros documentos todos eram verdadeiros. Quando saí do país, usei passaporte verdadeiro, só o nome era falso. Fazíamos essas coisas. Eu era representante da Eternit, andava por todo lado. No Norte, havia barreiras nas estradas; eu era parado e meu carro era revistado. Como estava com tudo em ordem, era liberado.

João Batista Drummond, que fazia o trabalho político, levava os documentos do partido, se reunia com os militantes e passava as diretivas, tudo feito nas condições da clandestinidade. Eu, às vezes, o via na rodoviária e ele só piscava para mim, mais nada. Não tínhamos contato algum. Minha tarefa era outra.

Em junho de 1974, me fixei em Goiânia com a família. Mais tarde, fomos para Belém, pois eu tinha que me aproximar mais da região onde se desenvolvia a Guerrilha. Alugamos uma casa de madeira, de fundos, com um cercado de porcos ao lado. O lugar tinha muitos ratos. Esse trabalho se interrompeu quando fui com Amazonas para o Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, em Tirana.

Congresso do Partido do Trabalho da Albânia (PTA)

Amazonas definiu que eu deveria ir com ele. Antes, iria Pomar, mas aconteceu um problema de saúde com sua esposa, o que o obrigou a ficar no país. Então, saí de Belém, com o coração partido por ter que deixar minha família, novamente, numa situação difícil. Fui a São Paulo. Eu já tinha o passaporte verdadeiro, emitido normalmente a partir de certidão forjada. Na hora de buscá-lo mandei outra pessoa, com procuração, porque eu podia ser preso. Mas aquele era um trabalho bem feito e deu tudo certo.

Em novembro de 1976, fui para Buenos Aires e encontrei Dynéas Aguiar. Dali, segui para Paris. Na cidade-luz, procurei Diógenes Arruda, como me haviam indicado, mas ele não estava lá. Liguei para Loreta e Carlos Valadares em Estocolmo e eles me deram um endereço em Lisboa, onde poderia encontrar o velho Arruda. Lembro que ele dava uns cursos para o pessoal do Partido Comunista Português Reconstruído (PCPR) e da União Democrática e Popular (UDP). Na época não tínhamos relações com o Partido Comunista Português (PCP).

Arruda estava bem instalado numa casa e fiquei por ali. Aproveitei para estudar questões militares. A UDP tinha experiência adquirida nas lutas nas colônias e possuía alguns militares nas suas fileiras. Só em novembro Amazonas chegou e fomos juntos para o 7º Congresso do PTA.

Existia então um debate em curso sobre a guerrilha, sobretudo levantado por Pedro Pomar e seu filho, Wladimir Pomar. Não tínhamos contato com Wladimir, mas lemos um documento dele. Ele era mais cáustico em relação à experiência da Guerrilha. Pedro era mais cuidadoso: afirmava que não era foquismo, mas não chegava a ser um protótipo de guerra popular, como se propunha construir.

Depois o debate se acendeu, pois se pensava em retomar a luta armada nos velhos moldes e Pomar achava que isso não tinha mais sentido. A luta armada era um fetiche que pesava muito entre nós. Dizíamos que ela não tinha dado certo por motivos diversos. Havia sempre uma justificativa para a derrota. O Araguaia foi de fato um processo construído muito pacientemente. Foram seis, sete anos de preparação. Não tinha nada de foquismo. No Araguaia, criou-se um vínculo grande com a população, tanto que uma parte participou diretamente do conflito armado.

O debate em torno da experiência da Guerrilha do Araguaia foi crescendo e se radicalizando. Nós, vindos da AP, tivemos uma posição de equidistância neste debate. Estávamos chegando, e como iríamos tomar posição? Ouvíamos e tendíamos a defender o Araguaia, principalmente eu; Haroldo, mais vinculado a Pomar, tinha mais cuidado. Aldo Arantes também, pelo que sei.

Partido do Trabalho da Albânia X Partido Comunista da China

No 7º Congresso, a divergência entre o PTA e o PCCh se intensificou, sobretudo a partir das posições tomadas pelos albaneses. Enver Hoxha colocou como centro do seu informe ao Congresso uma denúncia contra a teoria dos três mundos, defendida pelos chineses. Procurou fazer uma crítica sistemática, considerando que aquela não era uma posição marxista e leninista. Amazonas também passou a se opor de forma bastante contundente a teoria dos três mundos.

Claro que não havia base teórica que justificasse um primeiro mundo, um segundo mundo e um terceiro mundo. Nessa época, como estratégia, o que Mao falava era compreensível. No primeiro mundo ele colocava a União Soviética, depois do revisionismo, e os Estados Unidos. O segundo mundo era a Europa. E o terceiro mundo era o resto. Mao queria unir o terceiro mundo e parte do segundo para isolar o primeiro. O problema foi quando se definiu a URSS como o principal inimigo a ser derrotado, chamando-a de social-imperia-

lismo, e sinalizando para uma aproximação com os EUA. Era um período complicado, de grande confusão.

Por proposta de Amazonas, tomamos posição contra as novas teses chinesas. Enver Hoxha era muito cuidadoso nessas coisas, não iria interferir na decisão do nosso partido. Mas, era muito veemente nas suas posições. Amazonas propôs que os partidos da América Latina presentes no congresso do PTA se pronunciassem sobre o assunto. Quem escreveu a declaração conjunta fomos Amazonas e eu. Claro, eu opinando, João escrevendo. Apresentamos a eles, algumas mudanças foram feitas e a maioria dos partidos assinou, e apenas uns dois ficaram vacilando. Então, fomos chamados à Embaixada chinesa em Tirana. Fomos Amazonas, Dynéas e eu. O embaixador convidou-nos a fazer uma visita oficial à China porque eles queriam conversar sobre nossas posições.

Visita a Pequim

Na época tinha um voo Tirana-Pequim. Estávamos em dezembro e fazia um frio arretado. Fomos recebidos por um membro do Birô Político, Kim Piao. Depois Arruda nos disse: “Ih, Kim Piao? Esse é cavalo batizado”, querendo dizer que era uma pessoa dura no trato. Kim tinha ido para cima de nós. O tradutor era excepcional, dominava mais o português do que eu, falava francês, italiano, português, espanhol, inglês e alemão, um gênio. E Kim Piao usou a seguinte terminologia: “Vocês foram a voz cantante do documento aprovado em Tirana”. Isso eu nunca esqueço. Procuramos explicar, mas evidentemente não havia acordo. Queriam que reconsiderássemos, e pedíssemos isso a Amazonas. Meu amigo, isso seria perda de tempo. Amazonas sustentou, nós também, e a relação passou a ser muito formal e seca.

Fizemos três reuniões com Kim Piao. A última foi um jantar em que quase não dava para engolir. Ele foi duro: “Isso é muito importante para nós, queremos que vocês reconsiderem a declaração. Para a República Popular da China e, sobretudo, para o PCCh isso é uma afronta”. Nós falamos que aqueles eram apenas pontos de vista diferenciados, querendo ficar no aspecto meramente democrático, da possibilidade de existirem várias opiniões no nosso meio. Que nada, a situação não se acalmou!

Nossa saída para o aeroporto foi às 5h da manhã, o inverno de Pequim é de 20 graus abaixo de zero. Os chineses, sempre tão acolhedores, deixaram Amazonas com uma capinha fina na beira da pista do aeroporto. Ele tremia feito uma vara verde. O embaixador albanês, que estava lá, botou o agasalho dele sobre Amazonas e seguimos até o avião. E as aeromoças colocaram um bocado de cobertas.

Chacina da Lapa

Foi em Pequim que soubemos da queda da reunião do Comitê Central na Lapa, onde moraram Pomar, Ângelo Arroyo e Drummond. Decidimos mandar Dynéas para Tirana e depois a Paris, para tomar as primeiras providências e ver se restabelecia contato com o partido no Brasil. Logo em seguida ele se transferiu para Buenos Aires, onde estava antes de ir para Tirana.

Naquele momento, teve início uma nova fase da minha vida e do partido: não pudemos voltar mais ao país. Fiquei na Europa um tempo, primeiro morando com Arruda, num edifício em Paris. Amazonas ficou também. Por que Paris? Porque já sabíamos dos problemas de saúde de Amazonas, diagnosticado com um câncer de próstata. Além disso, Diógenes estava lá e já tinha uma pequena base nossa na França. Por fim, havia muitos portugueses em Paris e o pessoal da UDP passou a representar um apoio importante para nós, junto com uma francesa chamada Roseline, muito amiga nossa.

Entre agosto e setembro de 1977 fui a Buenos Aires ajudar Dynéas nos contatos com o Brasil, inclusive com minha mulher. Encontrei-a em Buenos Aires. Havia tempos não via Conchita. Eu a deixara em Belém com os filhos e os ratos. Fiquei seis meses entre Buenos Aires e Montevidéu. Depois, Conchita voltou para ver como poderia viajar para a França com os nossos filhos.

Prisão em Paris

Voltei a Paris em janeiro. Na primeira noite, dormi num hotel e, na outra, encontrei os comunistas portugueses. Eles me arranjam uma casa para ficar. Uma moça foi lá, ligou a calefação e falou sobre cinco passaportes portugueses que podíamos usar. Fui à casa dela e os peguei. Quando desci no metrô Montparnasse, havia uma barreira policial. Alguém havia sequestrado um barão e a polícia estava nervosa. E eu com cinco passaportes nas mãos. Dei marcha à ré, mas a polícia francesa estava observando todos os nossos movimentos. Finalmente me pegaram e perguntaram o que tinha no pacote que eu carregava. “É um presente”, respondi. Eles abriram e viram os passaportes. Pronto. Eu pareço árabe e na França os árabes são muito perseguidos. Isso, mais os passaportes, mais o sequestro, resultado: estava frito. Imediatamente passaram a me interrogar. A polícia francesa é agressiva e gosta de dar tapas no rosto.

Fiquei na minha, sério, inventei uma história mirabolante: que tinha conhecido uma francesa, ela havia me chamado para a casa dela e não prestei atenção onde era. Eles percebiam que era mentira, mas sustentei minha versão. O que ia fazer? Não podia abrir a casa dos portugueses. Aí, claro, me levaram, achando que eu podia ser uma pessoa importante no sequestro. Aquela polícia de alto escalão francesa, todos de luva, capa, passou três dias me interrogando.

Mantive tudo o que contara, mas lá pelas tantas, disse: “Querem saber? Sou perseguido político no Brasil”. E contei tudo, inclusive do passaporte. Eles começaram a rir. Foram pegar a mala que eu tinha deixado no aeroporto, no guarda-malas e viram quem eu era. Conte a história verdadeira, mas sem abrir a casa, nem ninguém. Se eles perguntavam da casa, dizia não saber ou não lembrar.

Primeiro, fiquei duas noites num depósito de presos onde havia muitos árabes e gente com a cara quebrada. Depois que viram quem eu era, me pegaram de carro, passaram na padaria e compraram croissant para mim. Aí me levaram para La Santé, uma penitenciária famosa desde a Idade Média, um edifício gigantesco, onde fiquei um mês.

De lá, me comuniquei com o pessoal, que já estava me procurando, e houve uma mobilização para que me soltassem. José Luís Guedes deu uma ajuda importante nesse processo, porque fazia algum tempo trabalhava como enfermeiro. Guedes esteve na prisão La Santé e me avisou que ia me procurar o padre François Gentel, que atuou no Brasil, foi perseguido e teve que voltar para a França. Cinco dias depois, o padre apareceu, disse que eu já tinha advogado. Entraram no caso deputados, um senador do Parlamento Francês, a Comissão de Anistia etc. Então, o juiz viu que a minha história tinha procedência e, exatamente 30 dias depois, saí da prisão.

Tentativas de retomar contato

Depois de minha soltura, teve início uma nova fase da minha vida ali. Antes, eu tinha que sair da França para renovar o visto a cada três meses: ia para Barcelona, na Espanha, carimbar o passaporte e voltava como turista.

Junto com Arruda e Amazonas, procuramos retomar os contatos e dirigir o partido do exterior. A primeira providência foi confeccionar o jornal *A Classe Operária*. Os portugueses nos ajudavam a imprimir e quem escrevia éramos Amazonas, Arruda e eu. Arruda era tudo isso que conhecemos, porém tinha uma dificuldade enorme com os textos; por isso, ele ditava e quem escrevia era a mulher dele, Tereza Costa Rego.

A Classe era lida pela rádio Tirana num programa transmitido em português. Esta foi uma forma encontrada para que as notícias e diretivas da direção chegassem rapidamente aos militantes no interior do país. Assim, dizíamos que o partido estava vivo, que a direção existia. Em Paris, estávamos bem informados, pois havia muitos exilados por ali. José Maria Rabelo tinha uma livraria que o próprio Miguel Arraes ajudou a montar, com muita coisa do Brasil, inclusive jornais. Naquela época a comunicação era difícil. Fazíamos telefonemas através de orelhões e sempre arrumávamos um jeito de burlar as ligações, porque eram muito caras.

Nós, exceto Amazonas, que ficou clandestino o tempo todo, mantínhamos um vínculo com os exilados, como Arraes. Ele morava em Paris e era o aliado mais importante que mantínhamos. Muito pessimista, mesmo em 1979 ele achava que a ditadura ia perdurar ainda por algum tempo e dizia: “Ô Arruda, você sempre foi otimista, fora da realidade”. Depois da Anistia, Arruda cobrou: “Não te disse que ela viria?”.

Estudos e trabalho

Quando saí da prisão pedi asilo político, fiz um curso de francês e consegui emprego numa das faculdades da Sorbonne. Depois, peguei meu currículo e, como fizera até o 4º ano de Medicina, pude trabalhar como enfermeiro em hospitais. E me matriculei na Faculdade de Medicina, não cheguei a ter o diploma francês porque teria que ficar mais tempo para terminar o internato, e com a Anistia eu queria mesmo era voltar para o Brasil.

Eu trabalhava num hospital dando plantão à noite porque, pensava, teria o dia livre. Só que depois de um plantão das 7h da noite às 7h da manhã como enfermeiro, no outro

dia era preciso descansar. Conchita, minha mulher, conseguiu o diploma de Serviço Social francês e passou a trabalhar. Nós então tínhamos um salário bom para os padrões do Brasil. Quando chegou a Anistia, íamos morar num chalezinho no meio de um bosque, coisa muito boa. Mas largamos tudo e voltamos.

7ª Conferência em Tirana

Eu ajudei na preparação da 7ª Conferência, recebendo o pessoal em Paris e o encaminhando para Tirana. Geralmente, levava um mês para colocar todo mundo na capital albanesa. Eu não podia ir porque estava *sub judice*, ou seja, livre, mas sem poder sair de Paris. Até poderia sair com documento falso, mas vimos que era perigoso, então não participei da Conferência, nem da primeira fase, no fim de 1978, nem da segunda, no início de 1979.

Amazonas foi o grande condutor da 7ª Conferência. A nossa atuação política era em torno daquelas três palavras de ordem: anistia ampla, geral e irrestrita, revogação dos atos e leis de exceção e Constituinte livremente eleita.

A morte de Arruda

Em outubro de 1979, após a Anistia, chegamos ao Rio e depois nos dirigimos a Salvador. Arruda já estava lá. Teve um congresso pela anistia na Bahia do qual participamos juntos. Em 25 de novembro de 1979, fui para São Paulo receber Amazonas. No avião, estavam Diógenes e outros companheiros. Chegamos, recebemos Amazonas. Diógenes saiu na frente com ele e eu segui atrás. Quem dirigia o carro deles era César Telles. Iam pela Avenida 23 de Maio, quando Diógenes se sentiu mal e chegou ao hospital já morto.

Eu fui direto para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, onde haveria uma recepção para Amazonas, e logo que cheguei escutei o pessoal gritando “Camarada Arruda, você está presente!”. Senti que algo ruim havia ocorrido. O enterro foi aquela comoção, mobilizou muita gente.

Luta interna e reconstrução

Nesse momento começava um processo de luta interna no PCdoB. Ozéas Duarte, Nelson Levy e um companheiro do Rio de Janeiro que vivia em Buenos Aires diziam que o partido tinha que passar por uma grande reformulação. Nossa participação no processo de democratização era muito questionada. Mas, eram pessoas sem muita influência de massa, algo localizado no Rio de Janeiro, Bahia e um pouco em São Paulo na Estrutura I. Tivemos reuniões muito duras e acesas. Rogério Lustosa, quadro dirigente destacado vindo da AP, falecido em 1991, enfrentou esse pessoal. Numa reunião, Ozéas quis ir às “vias de fato” com Rogério e nós apartamos. Freitas, que já tinha voltado do Acre, nos ajudou muito naquele momento.

O processo de reestruturação do partido foi complicado e feito aos poucos. Aqui novamente se destaca o papel de João Amazonas, que tinha uma grande experiência de re-

começar quase do zero. Amazonas fez isso durante toda a sua vida: em 1943, em 1962 e nesse período depois da Queda da Lapa. Em cada estado precisávamos rearticular a direção regional e juntar as Estruturas 1 e 2, porque estava todo mundo disperso.

Logo entrou em cena o jornal *Tribuna da Luta Operária*, um instrumento para se falar com as massas operárias e populares, mas também com a juventude. Ele teve um papel importante naquele momento. Os primeiros “tribuneiros” foram montando o partido, a nossa base inicial nas cidades. Fomos pouco a pouco redescobrimos o pessoal que era do PCdoB, da AP e trazendo de volta. Por trás disso estavam Amazonas, Dynéas, Rogério Lustosa, Freitas e eu, entre outros. E assim fomos armando a direção nacional.

Eu saí da Bahia e passei a morar com Amazonas em São Paulo, quando Jamil Murad cedeu para nós a casa na qual morava. O partido ainda era clandestino. Até 1989, éramos seguidos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). Aliás, os arquivos da polícia contam em detalhes aquele acontecimento na Bahia com Juracy pós-golpe. Falam de atividades de que eu participava em São Paulo, como a reunião que fiz com Amazonas e outros num sobradinho perto da Granja Julieta. Eles nos seguiram e, quando vi, estavam numa rua paralela, com rádio na mão. Peguei-os em flagrante. Nos arquivos do SNI tem a história de todo mundo. Em detalhes.

Montamos o partido nos estados e preparamos clandestinamente o 6º Congresso do PCdoB, realizado no início de 1983, onde discutimos a tática e a estratégia naqueles momentos finais da ditadura, a nova política de organização para uma fase de semiclandestinidadade que se abria e a avaliação da Guerrilha do Araguaia.

Redemocratização e perseguição

Ainda em 1984, em plena campanha de Tancredo Neves para a presidência, invadiram nossas casas no Brasil inteiro. Eu então morava no Campo Limpo, em São Paulo. Eles chegaram, ocuparam a casa, destruíram o colchão e levaram livros, anotações e, inclusive, um texto em francês que eu guardava com muito cuidado, que Arruda me dera, com a experiência do Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial, batalha por batalha, uma obra de 1.300 páginas. Invadiram as casas de Walter Sorrentino e de Amazonas. Fizeram o mesmo na Bahia, Rio, Pará e Goiás.

A partir de 1984 havia entrado em pauta a questão de como dar cabo da ditadura tendo em vista as novas condições existentes no país após as eleições de 1982, que deram ampla vitória para a oposição. A campanha das Diretas Já passou a ter um papel importante naquela conjuntura. Juntamente com ela fizemos a campanha pela nossa legalidade. Apesar da grande mobilização, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso Nacional. Tinha que ter dois terços e, por uma diferença pequena, não conseguiu ser aprovada. O que fazer?

Neste momento, Amazonas teve um papel importante: fechado o caminho das diretas, ele defendeu que devíamos ir ao Colégio Eleitoral para derrotar aquele que seria uma continuidade da ditadura, Paulo Maluf. O candidato da oposição que tinha condições de vencer era Tancredo Neves. Mas antes era preciso convencê-lo a renunciar ao governo de Minas.

Não foi fácil, pois ele não queria se meter numa aventura. João Amazonas ajudou naquele processo de convencimento. Esteve com Tancredo prestando o apoio dos comunistas à sua candidatura. O governador deve ter pensado: “as coisas devem estar boas, pois até os comunistas estão pedindo para eu ir ao colégio eleitoral”. Foi essa sagacidade política que ajudou a pôr um fim à ditadura.

Governo Sarney

Morreu Tancredo e José Sarney assumiu. Quero frisar aqui o que Sarney nos disse: “Olha, eu era uma pessoa vinculada à direita. Assumo a presidência sem ter nenhum esquema, sem preparação. Existia um movimento democrático e popular em ascenso no qual a esquerda tinha um papel crescente. Então eu tinha que me dirigir à esquerda, tinha que fazer gestos à esquerda tentando conseguir algum acordo e apoio. Foi o que eu fiz”.

E, de fato, ele tomou medidas avançadas. Primeiro, suspendeu as intervenções que pesavam sobre vários sindicatos. Depois, comprometeu-se com a legalidade do partido comunista, que estava na ilegalidade desde 1947. Nem Juscelino e nem Jango conseguiram fazer isso, pois não era uma coisa fácil. De fato, o partido foi legalizado. Disse que convocaria uma Constituinte e convocou.

Naquele momento, Sarney assumiu um papel democrático. Recebia os comunistas no Palácio do Planalto. A primeira vez que foi recebido por Sarney, é bom destacar, Amazonas subiu a rampa do Palácio com a guarda apresentando as armas. Até fez uma brincadeira: se virou para ver se tinha alguém mais importante atrás dele. Sarney fazia viagem internacional e botava na comitiva um comunista. Houve avanço na economia. Chamou para o governo Luiz Gonzaga Belluzzo e Dílson Funaro, um empresário nacionalista. O plano cruzado era avançadíssimo para aquele momento e foi bombardeado.

Tivemos uma relação política muito próxima de Sarney nesse primeiro período do seu governo. Mas os planos fizeram água, pois no começo o presidente não tinha apoio ou confiança das classes dominantes. Depois o quadro foi mudando e fomos para a oposição.

Legalização

Em 1985, o partido foi legalizado. Abriu-se uma nova fase que vivemos até hoje. Novamente, Amazonas foi o nosso grande condutor. Esse é o período da chamada terceira geração, renovada, porque aquele pessoal que reorganizou o partido foi ceifado pela ditadura. Quem deveria ocupar esses lugares, caso estivessem vivos, seria Carlos Danielli, Luiz Guilhaardini, Ângelo Arroyo. Mas, foram assassinados durante o período do regime militar. Em função da existência dessas lacunas, os dirigentes vindos da AP foram ocupando lugares destacados na direção do partido.



JOSÉ ROBERTO BROM DE LUNA

O engenheiro químico José Roberto Brom de Luna é carioca, nascido em 27 de março de 1947, filho do desembargador João de Luna Magalhães e de Lúcia Cornélia Brom de Luna. Membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desde a juventude, foi militante do movimento estudantil universitário e um dos construtores daquele partido no Rio de Janeiro. Foi preso e barbaramente torturado. Participou da luta pela anistia, da campanha das Diretas Já e pela legalidade do PCdoB. Atualmente é membro do Comitê Estadual e secretário de Organização do município do Rio de Janeiro.

O golpe visto por um cadete

Minha militância começou durante o golpe. Em 1964, eu tinha 16 anos e estava na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPC do Ar), da Força Aérea Brasileira (FAB) em Barbacena, Minas Gerais. Havia um burburinho dentro das escolas militares e dos quartéis. Lembro-me que um dia todos entraram em formação no pátio da escola, armados, e nós percebemos que vários sargentos e oficiais foram detidos. E houve uma mudança no comando da EPCAr. Não entendíamos muito bem o que estava acontecendo. Somente depois soubemos, através das rádios, que tinha havido o golpe.

Muitos colegas eram de esquerda, filhos de oficiais progressistas. E esse pessoal todo foi muito afetado, como Alfredo Daudt Júnior, cujo pai, oficial da Aeronáutica, fizera parte do comando da Rede da Legalidade de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, e José Simeão Fleury dos Campos Curado, filho de Bernardo Élis, notável escritor goiano progressista (*Veranico de Janeiro, O Tronco* etc.), que foi membro da Academia de Letras de Goiás e da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esse pessoal tinha muito mais informações do que eu.

Havia uma polarização nas posições, mas, para a maioria dos alunos, a sensação era de surpresa e expectativa. Sistemáticamente eram feitas revistas nos alojamentos, os armários eram abertos ou arrombados. Alguns alunos foram desligados logo no início do processo, como Alfredo Ziller, de Belo Horizonte. Um grupo de estudos, que lia Caio Prado Jr. e outros autores progressistas, também foi interrompido e alguns de seus membros desligados da FAB.

No ano seguinte ao golpe, embora estivesse havia pouco tempo na EPCAr, me tornei diretor cultural da Sociedade Acadêmica, presidida por Vieira. Tínhamos um trabalho bem organizado. Produzíamos um jornal, mas sob rígido controle da direção da escola. Não se podia falar abertamente de nada, nos comunicávamos em código. Eu não me sentia bem nessa situação; acabei pedindo desligamento e fui prestar vestibular para engenharia química.

Engenheiro na UFRJ

Entrei para o curso de Engenharia Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1967. Eu tinha um tio que era deputado estadual, pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), José Dutra. Como teve um aneurisma, não foi cassado em 1964. Ele enviava praticamente todo o seu salário de deputado para os companheiros que estavam exilados no Chile, como Artur da Távola, Ib Teixeira e outros.

Meu tio era um nacionalista de visão avançada, defendia a Petrobras, a Eletrobrás, maior justiça social e todos esses projetos que visavam ao desenvolvimento do país e foram abortados com o golpe de 1964. Lembro-me de ele ter me dado livros como *As Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano; *Por que Não Somos Uma Grande Potência?*, de Pimentel Gomes; e *O Estado Militarista*, de Fred J. Cook.

Encontrei em 1967 uma universidade em ebulição. Em 1966, havia acontecido um cerco à Faculdade de Medicina e um aluno escapou por ter ficado dentro da caixa que conservava os cadáveres. Saiu todo queimado de formol. Outro pessoal ficou na caixa d'água na universidade. Nesse período, já participavam do movimento de resistência Lincoln Bicalho Roque e José Noronha, depois presidente do Diretório Acadêmico (DA) da Medicina – ambos ligados ao PCdoB.

Uma das primeiras manifestações da universidade, conforme me contou Lincoln, um de seus organizadores, aconteceu no Centro Tecnológico na Ilha do Fundão. Os manifestantes soltaram um macaco fardado no hall do Centro de Tecnologia quando Castelo Branco chegava ao local. Aquilo teve uma repercussão terrível.

Movimento estudantil na Escola de Química

Logo que entrei na faculdade, comecei a participar do movimento estudantil e, em 1968, já era do Diretório Acadêmico da Química. Jean Marc tinha sido presidente, quando foi eleito para a direção da UNE. Então, assumiu Walmir, jovem pobre que viera da Bahia estudar na Escola de Química e mais tarde desligado da universidade pelo decreto 477, que punia os estudantes mais combativos. No ano seguinte fui eleito presidente do DA. Por ironia, mais tarde todos passamos pela mesma cela da Ilha das Flores, da Marinha. Cada um – a seu tempo – deixou seu registro na parede daquela cela, ano após ano. Assim a ditadura tratava as jovens lideranças do país: após a tortura, prisão ou morte dos que questionavam.

Naqueles tempos, tínhamos na Escola de Química um curso pré-vestibular para os mais pobres – ministrado por professores e alunos veteranos –, e um dormitório onde esses estudantes podiam se instalar. Foi assim que conseguimos ajudar toda uma geração de jovens humildes, vindos do interior, a frequentarem a Escola de Química da UFRJ.

Tínhamos, ainda, um centro de estudos brasileiros, uma gráfica própria e até uma revista mensal. Osny Duarte Pereira colaborava com a publicação e, certa vez, editamos um trabalho maravilhoso chamado *FMI (Fome e Miséria Internacional)*. Também colaboravam Helio Pellegrino e vários outros intelectuais.

Fazia parte da nossa estrutura uma academia de caratê, cujos alunos garantiam a segurança de nossas manifestações e dos dirigentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da União Metropolitana de Estudantes (UME) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nas manifestações, às vezes nos encarregávamos, por exemplo, da segurança de Luiz Travassos, Carlos Alberto Muniz e Franklin Martins, e eles nunca caíram nesses eventos sempre turbulentos.

Filiação ao PCdoB

Entre para o PCdoB em 1968; fui recrutado por um jovem operário da Bayer, Itamar Serpa. Juntos, organizamos o partido na Escola de Química. O partido foi crescendo e chegamos a ter uma base por sala de aula. No ano seguinte, fui eleito presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Química, logo depois fechado pela ditadura. Em resposta, fizemos uma manifestação, arrombamos a porta e reabrimos o DA. O presidente seguinte foi Hélio Luiz Navarro que, perseguido na cidade, foi para a Guerrilha do Araguaia, onde desapareceu. Nesse período, o PCdoB já era a principal força da Escola de Química, seguido da Ação Popular (AP). O PCB tinha apenas uma pessoa.

O ano de 1968 foi interessante porque parecia um filme em alta velocidade. Começávamos a fazer uma manifestação, um líder estudantil subia no banquinho para discursar e logo vinham os policiais do Departamento de Ordem e Política Social (Dops) e o prendiam. Fizemos uma reunião e resolvemos que não haveria mais prisões sem resistência. Lembro-me que fomos fazer uma manifestação contra os acordos entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development*, Agência dos Estados Unidos

para Desenvolvimento Internacional (MEC-Usaid) no antigo Ministério da Educação. E quem subiu para falar acredito que foi Ronald Rocha. Os agentes do Dops chegaram e o pau quebrou. Não prenderam ninguém naquele dia e em nenhum outro sem briga feia.

A morte de Edson Luís

Depois da morte de Edson Luís, o clima se radicalizou muito e o apoio popular cresceu. Afinal, foi um choque para todos: como poderiam ter assassinado um jovem secundarista apenas porque brigava por um refeitório? Na verdade, aquele refeitório era uma referência para os estudantes secundaristas. Os jovens que comiam ali trabalhavam no centro da cidade e estudavam à noite. Eram jovens pobres, muitos *office boys*. Edson Luís tinha exatamente esse perfil popular. Também havia universitários de baixo poder aquisitivo, mas a grande maioria era secundarista.

A morte dele resultou numa mudança de consciência no Rio de Janeiro. Aquela pequena burguesia, que simpatizava com Carlos Lacerda, que havia apoiado o golpe militar e a ditadura começou a mudar de posição. As forças de esquerda cresceram muito na universidade e nas escolas secundaristas.

Congresso de Ibiúna

Para o congresso da UNE em Ibiúna (SP), nós elegemos vários camaradas. Nessa leva de novos quadros estavam: Lincoln Bicalho Roque, Ronald Rocha, José Noronha. Havia núcleos do partido na Arquitetura, com a direção de Ciro Flávio e Guilherme Lund, na Química com Hélio Luís Navarro, na Medicina com Mauro Brandão e Ricardo Santos e também na Economia. A vinda do pessoal da Maioria Revolucionária do Comitê Regional da Guanabara em 1968, encabeçado por Jover Telles e Armando Frutuoso, e parte da Dissidência do PCB, a DI, aumentou muito a força do PCdoB no movimento estudantil.

Esse processo estava inserido naquela onda de radicalização que citei anteriormente. Nesse momento, após a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), entre os anos 1969 e 1970, o movimento estudantil já discutia a resistência armada. Chegamos a imprimir em um caderninho de capa verde o documento *Guerra popular, o caminho da luta armada no Brasil*, do Comitê Central do PCdoB.

Quando aconteceu o congresso de Ibiúna, eu já havia sido deslocado para atuar como secretário político do Comitê Universitário. Eu queria ser delegado, mas o partido orientou para não ir, porque a organização do congresso seria muito precária e porque como secretário político, eu tinha outras tarefas a cumprir. Então, foram eleitas outras pessoas, como José Carlos Carvalho pela Química, José Noronha pela Medicina, Ronald Rocha pelo Instituto de Filosofia e vários outros militantes do partido.

O Comitê Universitário era acompanhado por Luiz Guilhardini, Carlos Danielli e José Huberto Bronca, um excelente quadro. Com a sua ida para o Araguaia, o pessoal vindo da Maioria Revolucionária – Armando Frutuoso e Lincoln Bicalho Roque – nos acompanhava pela direção. Então foi realizada uma conferência para a eleição do novo Comitê

Regional (CR), e eu era o caçula desse Comitê. Passei então a acompanhar o Comitê Universitário e o Comitê Secundarista como membro do CR.

A queda de Ibiúna era algo previsto. Comprar pães na padaria ou carne no açougue para mais de mil pessoas, numa cidade pequena, é claro, iria levantar desconfiças. O partido sabia que o congresso da UNE poderia “cair”, por isso alguns de nós não foram.

Reação pós-Ibiúna

A queda de Ibiúna, com a prisão de centenas de estudantes, ocasionou uma reação não somente no movimento estudantil, mas na população de uma maneira geral. Por que prender aqueles jovens que estavam se reunindo num congresso estudantil? Ao contrário do que se poderia imaginar, o efeito foi a consolidação de certo espírito antitadura. Muita gente entrou para as organizações políticas clandestinas, como o PCdoB, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o PCBR, a Ação Libertadora Nacional (ALN), entre outros. Quer dizer, para muita gente ficou claro que a alternativa era a resistência armada. Naquele momento, as pessoas se questionavam: “Poxa, se não podemos sequer realizar um congresso de estudantes universitários, o que podemos fazer?”.

Alguns grupos da pequena burguesia radical mergulharam na luta armada. De repente, eles abandonaram as universidades e o movimento de massas e partiram para a guerrilha urbana. E então ficou um vazio no movimento estudantil. Na universidade federal e em algumas outras em que o MR-8 tinha força – a organização detinha a UME e alguns DCEs – as principais lideranças sumiram de uma hora para outra.

O PCdoB acabou crescendo no vácuo deixado por essas organizações. Foi o caso do DCE da Pontifícia Universidade Católica (PUC), no qual vínhamos crescendo muito, com a liderança de Mônica Tolipan, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Faculdade Souza Marques, da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), de Medicina e Cirurgia, entre outras. Até 1972, o partido foi ocupando esses espaços. E com a vinda da Ação Popular marxista-leninista, ele, de fato, tornou-se a principal força do movimento estudantil no Rio de Janeiro.

Resistindo ao arbítrio

Quando entrei para a universidade, a pauta de reivindicações do movimento estudantil tinha como base a questão da resistência e a luta por mais recursos para a educação. Isso congregava as pessoas. Lembro-me que no primeiro ano o professor foi demonstrar uma reação química e dizia que a mistura ficaria vermelha – e acabou ficando azul porque os reagentes já estavam vencidos. E aí todo mundo ria.

Mais tarde, quando caiu o congresso de Ibiúna, a visão mudou: houve um salto de qualidade na consciência política no sentido de que não tinha outro jeito senão promover uma resistência maior e mais radical. Passamos até mesmo, como já coloquei, a ter um grupo de segurança nas manifestações.

Nós nos preparávamos com bolas de gude, que usávamos para derrubar os cavalos da

polícia, e coquetéis Molotov, preparados pelo pessoal da Química. Esta era a nossa cota para o movimento. E era complicado porque fazíamos sem pavio, e se ela batia quebrava e incendiava.

Manifestação na reitoria

Manifestações diversas – como o cerco à reitoria na Praia Vermelha, ocorrido em 1968 – ajudaram no processo de radicalização. Estávamos discutindo a questão dos acordos MEC-Usaid no anfiteatro da reitoria quando a Polícia Militar (PM) e os agentes do Dops cercaram a universidade. Ficamos presos lá dentro.

Então, resolvemos arrombar uma porta que estava fechada. Saímos e enfrentamos a PM. Os policiais tinham certo medo do pessoal da academia de caratê, da turma da segurança, e assim conseguimos romper o cerco. Muita gente passou, mas depois eles conseguiram fechar novamente. Foi aí que o pessoal correu para dentro do campo do Botafogo. A PM cercou, agrediu e humilhou os estudantes. Isso serviu para radicalizar ainda mais o ambiente.

Prisão de Jean Marc

Os estudantes estavam fazendo uma manifestação, acredito que no centro da cidade, e resolveram virar um carro da polícia e atear fogo nele. A Polícia Federal chegou e Jean Marc já havia pegado o ônibus e saído do lugar do conflito. Os agentes o seguiram até Botafogo, onde foi preso. Aurelino, filho de Aurélio Buarque de Holanda, também foi preso.

Depois disso, fizemos outra manifestação contra o assassinato de um estudante da Escola de Medicina da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A concentração foi na escola Pedro Ernesto, que era o Hospital Universitário. O pessoal atravessou a Praça da Bandeira e quando estava chegando à Praça da República, em frente ao Ministério da Guerra, o Exército fechou a área, colocou a tropa enfileirada e apontou os fuzis. Tentamos romper o cordão de isolamento e eles meteram fogo. Morreu bastante gente. Dizem que foram ao menos 12 pessoas.

Vários cadáveres foram recolhidos e como era comum a ocultação dos corpos, não sabemos ao certo quantos foram. O dia ficou conhecido como a Sexta-Feira Sangrenta.

União da Juventude Patriótica

Em meio àquele cenário, queríamos ampliar a participação política dos jovens e tinha um grande número deles que queria participar da luta. Como é que poderíamos organizar esse pessoal que não estava no PCdoB e que não era necessariamente marxista ou comunista? Então, começamos a discutir uma alternativa. Pensamos que o ideal seria criar uma organização juvenil patriótica e democrática, contrária à ditadura. Claro, na medida em que as discussões fossem se aprofundando, muitos desses jovens acabariam entrando para o partido. A ideia era essa.

O Rio de Janeiro criaria um projeto-piloto; dando certo, seria estendido para outros estados. Assim nasceu a União da Juventude Patriótica (UJP), cujo símbolo era o triângulo da Inconfidência Mineira.

Organizando a UJP

Tínhamos então uma fração responsável por discutir a formação dessa nova organização juvenil. Dela participaram Lincoln Bicalho Roque, Ronald Rocha e Myriam Costa. Resolvemos formar uma direção e começamos a destacar algumas pessoas para isso, como David Tygel – que foi um dos fundadores do grupo Boca Livre –, Adriano Fonseca Filho, que depois foi morto no Araguaia, entre outros.

Em seguida, resolvemos fazer um Estatuto, um Programa político e um jornal. O lançamento da UJP, em 1970, foi como fogo em mato seco. A organização cresceu rapidamente. Ela adquiriu uma força muito grande no meio estudantil. Muitas escolas não tinham partidos, mas tinham núcleos organizados da UJP.

Uma das principais atividades da UJP eram as pichações. Tudo quanto era pichação em defesa da UNE e, mais tarde, da Guerrilha do Araguaia foi feita por nós. Também eram feitas muitas panfletagens. Subíamos nos prédios, botávamos os panfletos com gelo em cima e íamos embora. O gelo secava e caía aquela nuvem de panfletos pela cidade. Fazíamos isso nos principais prédios do centro, nas avenidas Rio Branco e Presidente Vargas.

Fizemos contato com os jovens operários através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e esse pessoal abriu as portas das fábricas para a nossa organização. Assim, começamos a ampliar nossa influência sobre os jovens operários. Se a Guerrilha do Araguaia demorasse mais um pouco para começar e a repressão demorasse mais um pouco para chegar, a UJP certamente teria sido uma força ainda maior.

Começa a Guerrilha do Araguaia

Quando teve início a Guerrilha do Araguaia, eu já estava clandestino. Era estagiário no departamento de engenharia da Liquid Carbonic e estava terminando a faculdade. Então, um dia, num ponto, Armando Frutuoso chegou e falou: “Zé, não dá mais. Você tem que largar o trabalho e a faculdade”. Os policiais estavam me procurando. Quando fui preso, eles falaram que ficaram seis meses em frente à casa dos meus pais esperando que eu fosse lá. Eu nunca ia porque sabia que seria pego. Então, larguei o trabalho e me mudei para Inhaúma, na Estrada Velha da Pavuna.

Eu fazia parte da secretaria de Organização do Comitê Regional e tinha algumas áreas sob a minha responsabilidade, entre elas o Comitê Universitário. Quando começou a Guerrilha, em 1972, eu estava para ser enviado à região; afinal tive formação militar na Força Aérea Brasileira (FAB) e lutava caratê. Participei de um seminário do partido sobre guerra popular do qual fizeram parte Lincoln Oest e Ângelo Arroyo. Foi em São Paulo, possivelmente na casa da Lapa. Falei para Lincoln que estava à disposição havia um ano. E ele respondeu: “Eles estão te escondendo? Eu não sabia”. Então, comecei a me preparar para ir.

Troquei todas as roupas, avisei à família que ia viajar. Iria no início de abril, mas não pude porque me informaram que haviam fechado as estradas. Fui preso em junho, quando dava assistência ao setor secundarista.

Prisão e tortura

Eu estava no ponto final do ônibus 455-Méier e um companheiro do Comitê Secundarista, sob tortura, me entregou. Encontramo-nos no local combinado, começamos a conversar, quando chegaram uns seis policiais para me prender. Resisti à prisão e lutei com eles. Atravessei a avenida e fui gritando que eu era estudante da Química, o nome do meu pai e o seu telefone. Até que uma hora eles me encurralaram contra um muro da linha do trem. Eles me derrubaram, um dos agentes colocou o revólver na minha cara e disse: “Ou para ou morre agora”. Mas então os transeuntes começaram a ligar para a minha casa, avisando que eu tinha sido preso pela repressão. O telefone da casa de meus pais não parava de tocar. Foram mais de 20 ligações anônimas informando da minha prisão.

Meu pai era amigo de Heleno Fragoso, professor de direito constitucional da Faculdade Nacional de Direito (FND) e o procurou. No dia seguinte, minha prisão foi noticiada no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*. Os agentes da repressão ficaram revoltados: “Filho da puta, nós não vamos poder matar você porque seu nome foi publicado nos jornais”. Mas fui muito torturado, fiquei em estado de choque.

Eu ficava no segundo andar do Batalhão da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, no Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Quando iam me torturar, eles sempre me algemavam e amarravam meus pés porque eu não apanhava passivamente, não aceitava e saía no braço. Toda vez que vinham me bater era na porrada. Sempre acordava cheio de soro. Eles me hidratavam e me levavam para a geladeira. Na geladeira (câmara fria onde ficavam os torturados), um médico do Exército vinha examinar meus reflexos. Meio inconsciente me lembro de ele passar uma espátula no meu pé e dizer: ele já está pronto para vocês o matarem outra vez. Depois, fui transferido para o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no 5º Distrito Naval, antigo Ministério da Marinha.

Interrogatórios violentos

Eu é que levava as pessoas do Rio para São Paulo e que depois seguiam para o Araguaia. Teve um estudante que foi preso e contou que eu fazia essa tarefa. Então, no DOI-CODI, eles queriam que eu entregasse informações relativas a isso. A primeira coisa que eles quiseram foi o número do telefone de contato do Comitê Central. E eu não tinha. Quando perguntaram sobre Xambioá, respondi “que Xambioá?”. Eu sabia que a luta estava se dando no interior, mas não sabia exatamente onde ficava. Eles também perguntavam sobre o movimento estudantil. Disso eu sabia bem, mas não podia falar.

No Cenimar a geladeira era diferente, de fórmica laranja e eles jogavam muitas cores e ruídos. Mas eu sabia quando era o pico da onda, quem faz engenharia tem essa vantagem.

Então, mudava a cabeça de posição saindo daquele agudo muito alto que é o pico da onda sonora. Aquilo ficava aceso dia e noite. De lá, fui para a Ilha das Flores. Fiquei preso até o final de 1972.

O verdadeiro objetivo da tortura

Fiquei sob tortura durante uns 90 dias, 60 deles no DOI-CODI. O objetivo da tortura é destruir seu espírito. O tempo todo eles querem te desmoralizar. Levei muito choque, muita porrada. Tudo o que contam sobre cadeira do dragão, coroa de Cristo, é verdade. O pior é o choque porque dá câibra no corpo todo. E eu ficava com as mãos, os dedos, o pênis, as orelhas, tudo queimado, vermelho, descascando, com feridinhas. Lembro-me de uma ocasião em que estava algemado, com os pés amarrados, mas de pé. E veio um e me acertou com os dois pés no peito. Caí para trás e bati com a cabeça. Fiquei muitos dias apagado, em estado de choque. Em outro momento, de repente, abriam a geladeira, que era toda escura, toda fria, e começavam a me bater.

Eu entrei para morrer e estava muito consciente de que não ia entregar ninguém, como não entreguei. Tive a sorte de ter o sangue frio de falar que não comeria mais. O pessoal me dava marmita e o policial falava: “Coma. Assim, você vai destruir sua saúde”. E eu não comia. No fim, estava tão fraco que eles começavam a me bater e eu apagava. Como minha prisão tinha sido divulgada na imprensa, eles temiam me matar. A situação ficou complexa para eles.

Bom comportamento

Mais tarde, quando eu já estava em liberdade, o partido analisou o meu comportamento e o classificou como bom diante de todas as quedas que tinham acontecido. Fiz um relatório que foi analisado por Armando Frutuoso. Eu havia deixado o relatório debaixo da porta da minha casa com uma pontinha para fora e alguém o pegou. Depois, recebi a resposta do mesmo jeito: debaixo da porta da minha casa. O partido sabia muito sobre o que acontecia dentro da prisão. Não sei como, mas sabia. Quando quebrei a clavícula e a costela, eles sabiam.

Traição de Jover

Quando saí da prisão, recebi um recado pedindo que eu aguardasse que entrariam em contato comigo. Nesse meio tempo mataram Lincoln Bicalho Roque. Nos meses anteriores eles tinham matado Carlos Danielli, Lincoln Oest e Guilhardini. Aparentemente as quedas tiveram origem no Rio de Janeiro.

Depois veio a Queda da Lapa e houve uma investigação do partido. Elza Monnerat e eu conseguimos descobrir o Piauí, rodoviário que era do antigo sistema de bondes do Rio e que era da secretaria de Organização do Regional conosco (Lincoln Bicalho, Frutuoso e eu) e esteve preso com Jover Telles. Foi aí que tivemos certeza da traição de Jover. Como

um membro do Comitê Central, secretário político do regional do Rio, saiu vivo de dentro do DOI-CODI e não avisou ninguém? Até então não sabíamos que Jover tinha sido preso. Apenas desconfiávamos. O Comitê Central só teve certeza na entrevista que fizemos com Piauí. Depois disso, Jover ficou sumido e reapareceu no Rio Grande do Sul.

Reorganizando o PCdoB

Somente depois dessa investigação, o partido deu sinal verde para a reconstrução no Rio de Janeiro. Do Regional antigo, só tinha sobrado eu. Frutuoso e Lincoln Bicalho tinham morrido, e Jover nos traído. Então, começamos a reorganizar tudo. Assim, vieram Mauro Brandão e Jandira Feghali. Peguei os contatos que tínhamos no norte fluminense, estavam todos intactos. Carlos Henrique Tibiriçá, o Caíque, também nos ajudou e, assim, fomos reconstruindo o partido.

Nessa época eu já estava fazendo movimento de bairro. Fui um dos fundadores da Associação de Moradores de Vila Isabel. Toda a esquerda tinha ido para o movimento das associações de moradores, a forma que ainda dava para atuar. Depois, devagar, começamos a ir para os sindicatos, para o movimento estudantil. Em seguida, veio o companheiro Rogério Lustosa.

Inclusive, ele esteve na primeira conferência regional de reorganização no Rio de Janeiro. Nesse período, Maria Dolores Bahia era secretária política, eu o de Organização, Caíque secretário de massas e Luis Fernandes secretário de Agitação. Depois veio Mauricinho para a área sindical.

Campanha das diretas no Rio

O Rio de Janeiro sempre teve essa característica de ser um centro cultural. A pequena burguesia intelectual era muito forte e participou da resistência à ditadura desde o início, lutando contra a censura e por liberdades. Havia esse sentimento de resistência. Brizola foi para o Rio e se elegeu governador.

Quando começou a campanha pelas Diretas Já houve um apoio muito forte. O interessante é que na Zona Oeste do Rio de Janeiro – Campo Grande, Santa Cruz – no subúrbio da Zona Norte, na Zona Sul, ele cresceu da mesma forma.

No fim, esse movimento desembocou numa manifestação que, segundo dizem, reuniu 1,2 milhão de pessoas. Todos estavam unidos em torno desse movimento pela volta à democracia. Todo mundo queria votar para presidente, principalmente os jovens. Eu, por exemplo, nunca havia votado para presidente.

Campanha de 1986

Nas eleições de 1986, uma coisa que nos surpreendeu foi a grande aceitação do PCdoB. Jandira teve uma excelente votação para deputada estadual e acredito que nas eleições seguintes ela foi a deputada federal mais votada no estado. A primeira campanha de filiação

nós fizemos na feira de Caxias, tradicional no Rio de Janeiro. E eu me lembro que todo mundo olhava meio assustado no começo, mas conseguimos 246 adesões, mais de 80 eram de operários. O resultado foi excelente em todos os lugares.

Naquele momento, nossas bandeiras eram a consolidação da democracia e a luta pelo socialismo. Jandira colocava muito a questão da saúde pública. Edmilson Valentim, que era um jovem operário muito ligado à construção naval, fazia a defesa da classe operária. Estas eram as bandeiras básicas do partido.



LUCIANO ROBERTO ROSAS DE SIQUEIRA

Nascido em Natal em 5 de setembro de 1946, Luciano Siqueira construiu sua vida em Pernambuco. Seu contato com a militância política começou ainda na adolescência e se foi intensificando até a juventude, quando passou a atuar no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco (UFPE). Fez parte da Ação Popular (AP) e, mais tarde, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Assim como sua esposa, Luci Siqueira, foi preso e brutalmente torturado. Já em liberdade, ajudou a rearticular o PCdoB em Pernambuco e atuou pelas Diretas Já. Foi deputado estadual por duas vezes e vereador. Atualmente, é vice-prefeito do Recife.

Rebeldia precoce

Aos 11 anos, perdi meu pai. Eu estudava no Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense, em Natal. Certo dia, as lideranças da escola foram de sala em sala chamando-nos para a rua contra o aumento da tarifa de ônibus. Fui no bolo. Foi muita luta, quebra-quebra de ônibus, a polícia baixou o pau. Já no início da noite, o governador Dinarte Mariz recebeu uma comissão e suspendeu o aumento.

Para mim foi fantástico. Escrevi até uma crônica sobre isso, *Batismo de fogo no Ateneu*. Porque eu tinha feito duas descobertas importantes: uma foi o gosto de participar de um

movimento cujo resultado não era individual, mas para todos; a outra é que percebi que o tímido na multidão se realiza. E eu era – e ainda sou – um sujeito muito tímido.

Cheguei em casa tarde, suado e sujo, disse à minha mãe que estava jogando futebol. No dia seguinte, num dos jornais, uma das fotos é exatamente a de um garoto arremessando uma pedra no ônibus. Eu. “Ah, esse que é o futebol?”, ela questionou, me repreendendo.

Isso me marcou. Virei diretor de um time de futebol de várzea, organizei a liga de péla-da de rua e de futebol de botão e nunca mais parei de organizar coisas.

Tio Paulo

Aos 14 anos fui com a família para o Recife. E ali tive a influência importante de um tio, Paulo Rosas, que era professor universitário, de psicologia. Ele tinha uma formação humanística sólida, um homem à esquerda, católico, muito amigo de Paulo Freire. Pelas mãos de meu tio, de Paulo Freire e de outras pessoas de destaque da esquerda e da esquerda católica, fui conduzido ao Movimento de Cultura Popular (MCP), para atuar como voluntário.

O MCP foi uma experiência marcante, na história do Recife, de mobilização popular por meio da cultura, na gestão do prefeito Miguel Arraes. Foi onde Paulo Freire fez os primeiros experimentos da metodologia de alfabetização que ele criou. Para mim foi uma descoberta.

Nesse tempo, também fui contratado por meu tio para cuidar da biblioteca dele. Embora tivesse como foco a psicologia e a educação, era um homem de cultura muito vasta, tinha uma imensa biblioteca. Uma das tarefas que ele me deu, que me ajuda até hoje, foi transformar em ficha, datilografando, todos os grifos e anotações que ele fazia no que lia. Eu, com 14 ou 15 anos, já tinha o vício de ler. E este vício, carrego até hoje. Fazer fichas de leitura, desde então, tem me ajudado muito a sistematizar as ideias.

Discuti com esse meu tio todas as decisões que tomei na minha vida, até ele morrer. E ele nunca me induziu a nada, só escutava, ajudando-me a refletir. Recordo que quando ingressei na AP, ele disse: “Você sabe que a AP está se transformando numa organização marxista, né?” Eu disse: “É, e eu estou querendo me transformar num marxista”. Ele parou, olhou para mim assim: “Você está convicto disto?”. Eu já era estudante do primeiro ano de Medicina. E respondi: “Estou”. Então ele foi até a estante e pegou um livro de introdução ao marxismo e me ofereceu. Veja que atitude de um homem que não era marxista.

As artes e o despertar para a militância

Ele me apresentou aos clássicos da literatura brasileira, como José Lins do Rego e Machado de Assis. Apresentou-me, também, aos grandes clássicos da literatura universal, inclusive os escritores russos. Na adolescência eu já tinha lido e comentado com ele muitos desses autores.

Ele só cometeu um erro quando disse: “Você pode ler tudo, mas tem algumas coisas que você não pode ler porque não tem maturidade ainda”. Entre elas estavam as *Obras Escolhidas* de Freud. E eu comecei exatamente por aí. Passava o dia lá, sozinho, e fui ler justamente a obra que ele não me tinha autorizado. Um dos tomos era *Estudos sobre a Histeria*. Eu não entendia quase nada. Mas despertou minha curiosidade, tive que ler.

A sede do MCP era no Sítio da Trindade, no Recife, onde foi o Arraial do Bom Jesus, quartel general na insurreição pernambucana, de onde Matias de Albuquerque e seus companheiros dirigiram a luta pela expulsão dos holandeses. Era um ambiente de muito debate, tinha gente debaixo das árvores ensaiando teatro. Ali vi, por exemplo, José Wilker bem jovem. Nelson Xavier também foi do MCP. O diretor de teatro era Luis Mendonça, importante no Nordeste. No MCP assisti à peça *Os fuzis da senhora Carrar*, de Bertolt Brecht, exibida no Teatro Santa Isabel.

Tomando contato com a política

Nessa época fui despertando para a militância política, ainda garoto, em Natal. Na Campanha da Legalidade, para dar posse a Jango, um irmão meu sintonizava lá em casa a Rádio Farroupilha, do Rio Grande do Sul. E entre aquela turma que falava, escutei o ex-presidente da UNE, Aldo Arantes. Aquilo me impressionou. “Um estudante está nisso?”.

Mas foi no MCP, no Recife, que comecei a ter alguma consciência política. De modo que quando entrei para a Faculdade de Medicina, em 1967, já fui convidado a integrar o Diretório Acadêmico, e logo em seguida entrei na Ação Popular, iniciando a militância que prossegue até hoje.

Lembro-me de fatos da campanha de Miguel Arraes para governador, de uma música que se chamava *Eu Sou o Zé Ninguém*, porque o adversário, João Cleophas, um usineiro, o chamou de Zé Ninguém, querendo dizer que um homem simples, ligado ao povo pobre, não podia governar Pernambuco. Fui ao comício de encerramento da campanha e, no meio da multidão, ouvi o discurso de uma mulher. Impressionou-me muito vê-la falar.

Eu frequentava a confeitaria Sertã, na Avenida Guararapes. O final de tarde era uma efervescência, um debate espontâneo na calçada. Eu ficava só escutando. Tenho na memória um rapaz magrinho que fechou uma polêmica dizendo: “Cuba é a esperança das Américas”. Aquilo ficou em minha mente. Pernambuco ainda hoje é assim, um ambiente de muito debate. É o segundo polo de produção editorial do país em número de títulos publicados. Existem muitos fóruns de discussão, formais e informais. É da tradição.

Recordo de um grande painel na Avenida Conde da Boa Vista, com a silhueta de Francisco Julião e a frase “Reforma agrária, na lei ou na marra”. Julião, aos meus olhos, era um desses libertadores. Fui a um grande comício com João Goulart no bairro do Recife antigo, milhares de trabalhadores rurais de enxada na mão. A cena me empolgou.

Li também nesse período uma série de textos de Gondim da Fonseca e outros. Eram um pouco panfletários. Eu me lembro de um que tinha como título *Os Gorilas, o Povo e a Reforma Agrária*. Outro texto que circulava muito, *Um dia na vida de Brasilino*, era uma denúncia contra o imperialismo, muito didática, simples. Quando veio o golpe militar em 1964, eu estava nesse momento de descobertas.

Aderindo ao movimento estudantil

O golpe fechou o MCP, Paulo Freire se exilou, meu tio fez um exílio voluntário, ficou

sete meses na França. Recordo das conversas na casa dele. Muitas pessoas escondidas. A professora Anita Paes Barreto tinha sido presa na própria casa. Ela foi a fundadora do MCP e marcou época em Pernambuco. Eram conversas sobre quem tinha fugido e quem estava preso.

Então, fundei um clube de ciências como forma de juntar colegas estudantes que já haviam adquirido um verniz de consciência política. O clube fazia experimentos e debatia a importância da ciência para a soberania do país. Durante algum tempo meu objetivo era ser cientista. Não fui porque descobri que ficar em silêncio no laboratório, anotando, medindo, pesando, observando, era muito bonito, mas não era o meu jeito. Eu queria conversar, discutir com as pessoas, e resolvi fazer medicina, por conta própria, porque era pobre, filho de viúva, precisando trabalhar. Passei no vestibular na Universidade Federal de Pernambuco e logo no primeiro ano entrei para o Diretório Acadêmico, onde fiquei de 1967 até junho de 1969.

Entre para a faculdade e logo teve uma grande manifestação no centro de Recife, com cassete, bola de gude e cortiça para derrubar os cavalos da Polícia Militar. Os colegas que conheci eram da AP e fui atraído para a chapa do DA apoiada por eles. A oposição era composta por um pessoal do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que depois criaria o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR.

No movimento estudantil da época, se não existissem diferenças, nós criávamos. Entrávamos pela madrugada em assembleia, preparando a passeata no dia seguinte, decidindo no voto, por exemplo, se o panfleto diria “o povo armado derruba a ditadura” ou “o povo organizado derruba a ditadura”. Nós da AP defendíamos que somente o povo armado poria fim ao regime.

Iniciação comunista

Mas recordo que na plataforma havia itens referentes às reivindicações específicas dos estudantes, como a melhoria do ensino. Defendíamos um curso cujo currículo preparasse os médicos para atenderem às necessidades da população brasileira, em contraposição à influência dos grandes laboratórios estrangeiros. E existia a questão nacional, a luta anti-imperialista. O movimento era muito politizado.

No diretório acadêmico, nós da AP nos baseávamos em alguns textos, por exemplo, *Que fazer?*, de Lênin. Aliás, eu o considero fundamental até hoje, assim como *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Nós lemos aquela bibliografia básica, de iniciação do militante comunista. E o debate ia para dentro do DA, às vezes de maneira até inadequada, discutindo teoria numa entidade de massas.

Fui também membro da Congregação da faculdade. A Congregação era composta por trinta catedráticos de Medicina, três outros professores e três estudantes, um deles eleito no voto. Fui escolhido como candidato na eleição direta. Mas, na assembleia de apresentação das candidaturas, Pedro Correia, líder da oposição à direita, mais tarde deputado federal (cassado recentemente), pediu uma questão de ordem: “Nós somos oposição, vocês são situação. Mas, vocês acabaram de indicar um colega, Luciano, que nós temos certeza de que, se for eleito para a Congregação, ouvirá também a oposição antes de se

pronunciar sobre qualquer matéria importante. Então, nós retiramos nosso candidato e propomos que Luciano seja eleito por aclamação”. Eles sabiam que iam perder, mas tinham mesmo a confiança de que seriam consultados – e seriam.

Ingressando na AP

Entrei para a AP em 1967 – e quem me levou foi Netovitch Maia. Ele formou uma célula na Medicina: fez uma reunião no terraço, explicou o que era a Ação Popular, disse que cada um tinha que ter um nome de guerra. O meu era Miguel. Ele falou em luta armada, e foi como colocar salsicha em boca de cachorro porque estávamos querendo algo assim, radical. Ingressamos todos. Depois, já na clandestinidade, em 1972, ingressei no PCdoB.

A AP ainda tinha, em suas origens, um viés da esquerda católica, e então circulavam textos de apelo para que o jovem tivesse ideologia. Por exemplo, um deles falava de Camilo Torres, um padre na Colômbia que foi para a guerrilha. Falava-se muito na Revolução Cubana, de Guevara e de Fidel. Havia um chamado *Ideologia e fé*, escrito por Duarte Lago Pacheco Pereira (cujo nome de guerra na AP era Estevão). A AP não tinha um programa, estava numa fase de tatear o marxismo-leninismo, numa crítica radical à experiência do partido comunista. Como se todas as correntes existentes, inclusive o PCdoB, fossem semelhantes ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1968, fui para a direção regional da AP, inicialmente como responsável pela Comissão Estudantil. E faziam parte da direção Elimar Nascimento, hoje professor da Universidade de Brasília (UnB); Valdir Dantas, hoje um ex-militante, que chegou também a ser do PCdoB; Elenaldo Medeiros, já falecido; e José Luís Guedes, ex-presidente da UNE.

Fez parte, a partir de certo tempo, como secretário político, João Batista Franco Drummond. Ele teve uma influência forte em minha militância, pela atitude, pelo seu comportamento – a minha lembrança do “Zé”, que usava esse nome de guerra (ou Evaristo, quando ingressou no PCdoB).

Cassações na faculdade

No fim de 1968 veio o Ato Institucional número 5 (AI-5) e o decreto-lei 477. Os estudantes eram sumariamente afastados e proibidos de estudar por três anos. Em Pernambuco, o general Souto Malan, do IV Exército, mandava um ofício com a relação dos estudantes que deveriam ser punidos, cassados, como dizíamos. Ele dava uma justificativa e os diretores de faculdade das várias universidades obedeciam.

Na Faculdade de Medicina, no início de 1969, na reabertura das aulas, nós fomos de sala em sala prevenir os colegas de que as cassações viriam e que precisaríamos resistir.

O general Malan encaminhou o documento solicitando a cassação de trinta e sete alunos. Para cada um tinha um parágrafo caracterizando o seu perfil subversivo. Recordo que o meu dizia sobre mim: um “militante extremado, de linha chinesa, um caso típico de fanatismo ideológico”. Este era o meu diagnóstico “psiquiátrico” da ditadura.

Nessa época, ocorreu um episódio que teve a ver com minha prisão, quatro anos depois. Alguém já disse que a vida é mais criativa que a ficção. Fui a uma reunião da Congregação e o secretário me apresentou a lista. Era hora de almoço. Nós rapidamente combinamos que uma parte ia para o Hospital das Clínicas; e eu e mais outros íamos mobilizar o restaurante da Medicina. Puxei a cadeira, subi, bati palma, com a lista na mão: “Companheiros, acaba de chegar o ofício do general Souto Malan pedindo que cassem 37 colegas. Estamos convocando vocês para organizar imediatamente a resistência numa reunião no DA”.

Foi uma cena extraordinária, linda, cinematográfica. Quem estava à mesa levantou, empurrou a bandeja, e a fila se desfez. A turma deixou de almoçar e entupiu o DA. Dali um grupo grande foi ao anfiteatro de anatomia onde estavam os alunos do primeiro ano, pouco mais de 200 estudantes. Eu, já muito emocionado, pedi ao professor de anatomia, João Sampaio, para falar aos colegas.

Peguei um giz e escrevi com letras grandes: “Não aceitaremos as cassações!”. Fiz um discurso, li a relação, falando de cada um dos 37. Foi outra cena marcante, as pessoas com água nos olhos, chorando. Não sei como aguentei, pois sou muito emotivo. No fim, a turma se levantou aos gritos, o professor me deu um abraço e disse: “Essa vitória a gente já teve”. O pessoal saiu pela faculdade numa mini passeata, gritando: “Abaixo as cassações!”.

Ocorre que a ordem do general esbarrou numa atitude ousada do diretor da faculdade, Jorge Lobo, médico e cientista famoso, catedrático de Dermatologia. Ao invés de cassar sumariamente os alunos, ele constituiu uma comissão de inquérito, presidida pelo catedrático de Pediatria, Fernando Filgueira, que procedeu corretamente, ouviu alunos, professores e funcionários. E fez uma peça belíssima para apresentar à Congregação, que decidiria se acataria ou não a imposição do general. Começou dizendo: “Se os senhores lerem com atenção essa lista, nela identificarão muitos de seus melhores alunos”. Fez uma defesa corajosa da democracia, da liberdade de expressão, da autonomia da universidade. Ao final, solicitou que não se cassasse ninguém e, por unanimidade, a Congregação não cassou. Imagine a festa na faculdade, a alegria pela vitória alcançada!

Mas, com o diretor de férias, assumira o vice-diretor, catedrático de Farmacologia, Arthur Coutinho, militar reformado. Ele, chorando, disse a um colega que ia assinar a cassação por não aguentar a pressão do general. Fomos cassados três: eu; Marcos Burle de Aguiar, hoje professor de pediatria e genética na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Alírio Guerra de Macedo, que morreu no Rio Grande do Norte na década de 1990, em campanha eleitoral como candidato ao Senado pelo PCdoB.

Deixando o Recife

Poucos meses depois ficou claro que eu não podia ficar no Recife. Meu nome constava de uma lista para ser preso. Minha namorada, hoje minha mulher, Luci, quase foi presa, perseguida por policiais de arma na mão.

Então, a direção regional da AP decidiu que nós, Luci e eu, deveríamos passar à clandestinidade. Fugimos de trem. Eu me registrei no Ceará como trabalhador rural, disfarçado, chapéu de palha, escondendo minhas mãos finas, levado ao cartório por um companheiro

operário, Euzébio. Minha mulher registrou-se como empregada doméstica em Campina Grande. Eu tinha 23 anos e ela 19.

Com os registros de nascimento falsos, casamos no Civil em Maceió e, com a certidão de casamento, conseguimos as identidades, um RG (Registro Geral) legal, embora com nomes falsos. Construimos toda uma documentação legal. E sobrevivemos mais de quatro anos fazendo o trabalho do partido e vendendo roupa como ambulantes, para sobreviver.

Vivendo como ambulantes

Nossa história tinha alguma veracidade. Eu dizia que tinha nascido numa serra lá no Ceará, e que era semianalfabeto, tanto que assinei meu nome com muita dificuldade. Conheci minha mulher na Paraíba e vivíamos como ambulantes.

Vivíamos até bem. Éramos muito pobres, na nossa casa não tinha geladeira, nem televisão, tinha um liquidificador. Na rua em que moramos durante um ano, em Campina Grande, tinha mais *status* uma senhora que era auxiliar de enfermagem, e um operário de fábrica de sabão. O pessoal todo era muito humilde, simples, e nós nos encaixamos bem ali.

Minha mulher é que construía relações. Ela é filha de dois camponeses sem terra, que se converteram em operários têxteis. Minha sogra se separou do marido, depois ficou viúva, era operária de fábrica, e quando demitida virou empregada doméstica, com quatro filhas pequenas. As duas mais velhas, uma com doze e outra com onze anos, foram operárias de uma fábrica de tecidos. Minha mulher, a caçula, vendia cocada e doce em porta de fábrica. De forma que minha mulher deitava e rolava nesses ambientes. Lembro que eu fazia uma viagem e quando voltava ela já estava com a calçada cheia de vizinhos, fofocando, dando risada. Ela tinha muita facilidade de relacionamento.

É incrível isso. Minha filha cineasta tem um projeto de um longa-metragem, ficção baseada em fatos reais, revelando que os militantes comunistas na clandestinidade eram felizes, embora com a cabeça a prêmio, perseguidos, tendo companheiros mortos, presos, torturados. Ela descobriu isso conversando com os pais, com amigos que participaram da luta contra a ditadura. O título é *Amores de chumbo*. Assim, foi uma vida dura, mas muito feliz.

Rico período de leituras

O que acontecia na clandestinidade, primeiro era aquela mística de que tínhamos tido a coragem de, para usar um termo da época, nos desinstalar, largar a família, o ambiente, os amigos, pela revolução. Isso era muito forte. O encanto de viver com a massa mais simples, com laços de solidariedade espontânea, é uma coisa que enriquece muito. E o outro elemento é que acreditávamos que iríamos derrubar a ditadura, inclusive pela via violenta. Quanto tempo isso levaria não sabíamos.

Tínhamos tempo, por isso foi um período de muita leitura. Como eu circulava ali, de Alagoas ao Ceará, frequentava as bibliotecas públicas. Foi o tempo de ler *O Capital*. Fiz uma primeira leitura, mas com a dificuldade óbvia. Se não me engano, Estevão, o Duarte, dizia assim: “Não dá para ler *O Capital* de cabo a rabo. É preciso consultar por partes para resolver

problemas concretos”. E me recordo que a transição da renda feudal para renda capitalista era uma coisa bem compreendida porque tinha serventia para o caráter da revolução brasileira. Nós líamos Mao, seus escritos políticos e militares. Era uma leitura de quase toda a bibliografia básica para formar um quadro comunista.

Também descobri autores brasileiros úteis nessa formação, como o pernambucano Manuel Correia de Andrade. Li *A terra e o homem no Nordeste*, uma abordagem fundamentada, cientificamente lastreada na realidade do campo nordestino. Ele chegou a ser do partido por um curto período. Li Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães.

Li *Casa Grande e Senzala*, embora com preconceito, porque Gilberto Freyre apoiara o golpe. A releitura de *Casa Grande* vim fazer há alguns anos atrás, quando vice-prefeito do Recife pela primeira vez, com visão mais larga. Era um conhecimento ainda tateante, mas eu fazia um esforço de sistematização. Elaborava fichas de leitura de tudo o que lia. Quando fui preso apreenderam comigo um clássico, *A Insurreição Praieira*, de Edson Carneiro, historiador comunista. Foi um período rico de leitura.

O caráter da AP

Todo este estudo e os debates internos nos levaram à conclusão de que a AP deveria se transformar numa organização marxista-leninista. Ela tinha ligação com a China. Vários de seus dirigentes foram fazer curso lá. E houve um salto de qualidade na nossa compreensão sobre a questão do partido – para o qual deram contribuição decisiva Duarte Pereira, Haroldo Lima, Aldo Arantes e Renato Rabelo. Concluímos que não havia motivo para se criar mais um partido comunista marxista-leninista no país, pois já existia o PCdoB.

Nessa época, tínhamos contato com Haroldo Lima e Aldo Arantes. Com Aldo aconteceu uma coisa interessante: montamos em Campina Grande a reunião do Comitê Central da AP, que deliberou por sua autodissolução e ingresso no PCdoB. Eu não era do Comitê Central, mas montei a reunião numa das fazendas do sogro de Simão Almeida, militante histórico da Paraíba. O sogro dele, doutor Eustáquio, engenheiro, professor da universidade, tinha cinco fazendas. E fui conhecer as fazendas e escolher a melhor para fazer essa reunião com segurança.

Depois chegou Aldo, com o codinome Dias, que ficou uma semana em casa comigo e minha mulher, organizando a reunião. A essa altura eu já sabia quem ele era. Tem coisas que se o cara bota num romance o sujeito lê e diz que é muita imaginação, mas acontecem na vida. Eu disse: “Aldo, uma coisa que me impressionou quando garoto foi escutar você falar na rádio Farroupilha durante a campanha da legalidade”. Eu não imaginava nunca que estaria com aquele rapaz, montando uma reunião clandestina para todo mundo ingressar no Partido Comunista. Parece um filme.

Ingresso no PCdoB

Haroldo costuma lembrar uma reunião com Amazonas e Pomar. Quando os companheiros pediram ingresso ao PCdoB, Amazonas disse: “Vocês têm consciência de que estão

pedindo para entrar num partido que está jurado de morte pela ditadura?”. E o nosso pessoal: “Sim, temos”. E foi na reunião lá em Campina Grande que se decidiu por larga maioria – acredito que com três votos contrários – ingressar no PCdoB.

Quando isso aconteceu, dizíamos entre nós: “Puxa, que alívio. Vamos ser militantes de base. Vamos ser dirigidos por gente mais experiente”. Era uma ilusão. Fomos comunicados que seríamos dirigentes do partido porque a AP era muito forte em algumas áreas em que o PCdoB não era. Então, bastou que concordássemos com o Estatuto e recebíamos as tarefas de direção. Eu nunca tive a oportunidade de ser militante de base do PCdoB; são 41 anos na direção.

O início da Guerrilha

Em 1972 um companheiro me visitou em Campina Grande para contar do início da Guerrilha do Araguaia. Eu me lembro de nós caminhando em torno de um campo de várzea, a turma jogando futebol no final de tarde. Rapaz, que emoção, minhas pernas tremaram, nós nos abraçamos, com os olhos marejados.

A partir daí, todo deslocamento de militantes para o interior – nós dizíamos – teria o rumo do Araguaia. Recordo de um secundarista, Marco Albertim, hoje jornalista, escritor e colunista do portal *Vermelho*, que virara operário em Fortaleza. Numa noite muito chuvosa, na calçada de uma igreja em Carlito Pamplona, bairro de periferia, ele gastou um tempão tentando me convencer de que era o momento de ele ir para o Araguaia. Era esse o ambiente de nossa militância.

Rui Frazão

Na direção estadual, já do PCdoB, participávamos: Bosco Rolemberg, que foi secretário na prefeitura de Aracaju; Alanir Cardoso, que milita comigo desde 1972 e atualmente preside o partido em Pernambuco; Osvald Barroso, dramaturgo, poeta e jornalista em Fortaleza; Rui Frazão, que foi preso e morto na tortura; e eu, que era o secretário político.

Rui foi estudante de Engenharia de Minas na UFPE, num período anterior ao meu, era de outra geração. Veio o golpe e ele teve de fugir do Recife. Foi um dos responsáveis pelo trabalho da AP no vale do Pindaré, no Maranhão. Passou um tempo na China. Ao retornar, foi atuar naquela região. O padre Moisés Lindoso, firme aliado nosso, o conhecia bem desde o tempo de militância no Maranhão, dizia: “O Rui é um santo homem”.

Ele foi um militante do qual todo mundo lembra, um cara muito firme, aplicado, estudioso, disposto a tudo, e ao mesmo tempo uma doçura de pessoa. Ele cativava no primeiro contato, muito sensível à condição humana. Meu último encontro antes de ser preso foi com Rui. Passamos o dia inteiro em Salgueiro, no sertão central de Pernambuco. Vinte e sete dias depois, ele foi preso em Petrolina e torturado até a morte.

Em uma ocasião, viajamos Rui e eu num trem de Maceió para o Recife, só com o dinheiro da passagem e uns trocados. Tomamos um caldo de cana com pão crioulo na beira da praia para enganar a barriga. E Rui diz assim: “Magro, sabes qual o meu prato predileto

aqui em Maceió?”. Eu pensando que era um sururu de capote. Ele diz: “Caldo de cana com pão crioulo é uma beleza”. Gostava de contar as histórias dele no Maranhão e de um amor por uma freira, que não teve coragem de declarar.

Prisão no Crato

Tivemos a informação de que a Polícia Federal estaria em Campina Grande procurando dois militantes, dos quais a descrição parecia comigo e com Valdir. No mesmo dia fugimos para Maceió. Ali moramos, Luci e eu, num bairro muito pobre, Vergel do Lago. A ideia era ir para Delmiro Gouveia, sertão de Alagoas, fronteira com a Bahia, mas não achamos casa. O lugar mais próximo que encontramos foi Santana do Ipanema. Morávamos lá quando fomos presos.

Fui preso no Crato em abril de 1974, num ponto de rua, por causa da fraqueza humana. Sob tortura, um companheiro – o mesmo que me contara do Araguaia – fraquejou e indicou aonde ia me encontrar. Podia ter inventado outro lugar... Alanir foi três vezes, durante dois meses, aos pontos marcados comigo, e eu já estava preso. Eu também tinha pontos com Haroldo Lima e Aldo Arantes em São Paulo. Se eu tivesse entregado os pontos, eles teriam sido presos. Mas não disse nada. Fiquei um mês e vinte e oito dias na tortura.

Cabia a mim dar uma volta na praça; esse companheiro, que atuava numa região estrategicamente mais importante que a minha, por isso, teria que ser mais protegido do que eu, e de algum lugar ficaria observando. Se ninguém estivesse me seguido, ele me abordaria. Naqueles tempos, era assim: dava-se uma volta de 10 minutos, se não aparecesse ninguém, ia-se embora e só voltava um mês depois. Ninguém sabia onde eu morava, eu não sabia onde Alanir morava, onde Rui Frazão morava, nem Bosco Rolemberg e nem Oswald Barroso e nos encontrávamos em cidades “neutras”, onde não existia organização do partido. Era um rigor muito grande.

Comecei a dar a volta, um cara chegou: “Moço, que horas são?”. Quando fui olhar no relógio, eram umas 15h, eles se aproximaram e me pediram documentos. Tirei do bolso uma carteira que se usa muito no interior, com as Armas da República na capa, que tinha tudo quanto é documento, até da Receita de Alagoas, pois pagava imposto como autônomo.

Os caras perguntaram o que eu fazia. Disse que era vendedor ambulante. Procurei ficar calmo, saí respondendo tudo. E por alguns segundos pensei que tinha me safado porque um deles foi pondo os documentos na carteira e disse: “Vamos botar o senhor dentro de um ônibus e o senhor vai embora e não vai dizer a ninguém o que aconteceu aqui”.

Quando respirei um pouco, um que parecia o chefe tirou do bolso uma foto 3x4, vi de relance que era minha foto da carteira de estudante na faculdade. Ele colocou o dedo em cima da minha boca, para encobrir o bigode, e puxou meu cabelo para trás. Quando ele fez isso, percebi um movimento na praça, vi algumas pessoas se levantando. Era uma operação para me prender.

Nossa orientação era gritar, denunciar a prisão. Mas os policiais me botaram um capuz, numa rapidez incrível, taparam minha boca, me algemaram e me puseram numa viatura. Eu tinha dito onde era a pensão onde estava hospedado em Juazeiro, que se chamava

“Campina Grande”. Lá pegaram minha bagagem toda, as roupas que eu vendia e o livro de Edson Carneiro, *A Insurreição Praieira*.

Uma coisa ruim foi que na minha carteira tinha o endereço da minha casa. E sete dias depois eles resolveram averiguar e pegaram minha mulher. Ela não sabia que eu estava preso, pois eu fazia viagens demoradas e não nos comunicávamos por telefone.

Torturas e provocações

Levaram-me para uma sala sem mobília que, depois, vim saber que era um quartel em construção. Tiraram o capuz, as algemas, acenderam velas nos cantos da sala, era final de tarde e não tinha luz. Eram quatro policiais, os mesmos que me prenderam na praça. Disseram para eu tirar a roupa e eu me neguei. Nós nos preparávamos para a hipótese da prisão. E éramos instruídos para nunca aceitarmos ordem de um torturador, porque aí já perderíamos a autoestima e poderíamos fraquejar. Como me neguei, eles tiraram minha roupa à força.

Vestia uma camisa xadrez muito bonita, que eu usara no dia em que escrevi “Abaixo as cassações!”, no anfiteatro de Anatomia, quase cinco anos antes. Tomara de empréstimo de meu irmão mais novo. Depois, eu já na clandestinidade, ele me deu um saco de roupa, pois sabia que eu vivia em condições precárias. Eu me arrepio quando falo, às vezes choro e se chorar me perdoem. Eu via a camisa e só me lembrava da fisionomia dos colegas, das meninas chorando, a turma gritando palavras de ordem contras as cassações. Era como um filme passando na minha cabeça.

Tinham um dossiê, liam meu nome completo, e eu dizia que não era eu. “Meu nome é Roberto Luis Pereira, vendedor ambulante, não sou essa pessoa, o senhor está enganado”. Apanhei ali até de noite.

Fui preso gripado e era muito franzino. Lembro-me de ter quase desmaiado, os policiais jogaram um balde de água fria e tome porrada de novo, chute, joelhada. Até que me vestiram, botaram numa viatura. Foi uma viagem longa. Eu com o capuz, de bruços, deitado no chão do banco traseiro do carro, um dirigindo, outro na frente, dois ou três atrás pisoteando meu corpo e empurrando meu nariz contra o piso. Eles também faziam muita provocação. Diziam: “Vocês não leem Mao Tsé-tung? Você está na contradição com o inimigo, não é contradição no seio do povo. Cadê o pensamento de Mao?”.

Na “fronteira com o Chile”

No meio da madrugada, creio que me botaram numa cadeia de interior. Quando amanheceu, me puseram de novo na viatura. Colocaram-me num xadrez, sem capuz. Tinha um beliche de cimento, um colchão de capim, sujo de sangue, e na parede estava escrito: “J. Duarte, cheguei tal dia, saí tal dia”. José Duarte tinha passado por lá. Havia uma privada transbordando de merda e um copo de plástico imundo para beber água. Disseram-me depois que era um xadrez da Polícia Federal em Fortaleza. No presídio de Itamaracá encontrei presos políticos que já tinham passado por lá.

O policial que me trancou olhou para mim e disse: “Ó, filho de uma puta, se você não colaborar, vai se foder, aqui você está na fronteira com o Chile”. Então, não me contive e soltei uma gargalhada. “O Chile nem tem fronteira com o Brasil, pô!”. Quando dei a gargalhada ele, um cara grisalho, disse: “Seu filho de uma puta, você vai se foder”.

Lagoa da Parangaba

Não me deram comida e quando anoiteceu me botaram numa viatura com capuz e algemas. Fui levado, segundo os cearenses que encontrei no presídio em Pernambuco, para um quartel do Exército perto da Lagoa da Parangaba, pois senti que o carro tinha passado num lugar alagado e ouvi um deles dizer que quando chovia a lagoa transbordava.

Nesse lugar o televisor ficava no volume máximo, ensurdecedor. Os policiais me tiraram a roupa, no lugar da alagma puseram uma borracha forte, presa atrás, e em vez do capuz colocaram uma venda de borracha igual os americanos usavam no Vietnã. Ali era tortura desde a noite até a manhã: espancamento, pau-de-arara e muito choque elétrico.

Chegava a perder o controle do corpo, doía muito. Fiquei com a mucosa bucal estourada, porque não queria gritar e me mordida todo. O choque era terrível, eles põem os fios na sola do pé, no mamilo, testículo, pênis, lóbulo da orelha, as partes mais sensíveis. Isso foi a primeira noite, até amanhecer.

Na segunda noite, tudo de novo. E eu dizia o tempo todo: “Moço – eu os chamava de “moço” –, isso está errado, não sou eu não”. “Filho da puta”, lembro que eles falavam, “já pegamos o comprido”. Comprido era Rui Frazão, e eu pensava “puta que pariu, caiu gente da direção”, pois esse apelido era restrito a poucas pessoas. Realmente, tinha caído o tal cara que me entregou.

Na terceira noite devo ter desmaiado, porque acordei nu, sem alagma e sem capuz. Fui acordando e me dando conta de onde estava. Ouvi movimentos e algumas vozes. Então, chegou uma pessoa com estetoscópio e foi me auscultar. Percebi logo que não era médico, porque eu conhecia os pontos da ausculta cardíaca; prendi a respiração e ele disse: “O filho da puta está pifando de novo”.

Dali a pouco foi um reboliço, me meteram capuz, alagma e chegou o médico de verdade. Alguém disse: “Esse cara ia ser seu colega, estudava medicina”. Ele fez um resmungo, mediu pressão, auscultou e eu não tinha mais como o enganar. Estava muito abatido, mas não ia pifar. O médico pegou uma lâ de algodão com amoníaco e botou sob o capuz, bem no meu nariz, eu me mexi todo. Ele disse: “Já está bom e está praticando ioga”, e foi embora. Levantaram-me e começou tudo de novo.

Eu continuava muito fraco, eles me levantavam e eu caía novamente. Eles me puseram num outro ambiente, sentado contra a parede, parecia uma cama, e durante várias horas alternaram ameaças e tentativas de me envolver. “Vou te foder, te matar, te jogar no mar”. E então chegava outro e dizia: “Rapaz, não seja burro, você pode reorganizar sua vida, colabore com a gente. Se fizer isso, vai tomar um banho, se alimentar direito, vai para uma sala com ar condicionado e roupa limpa”. E eu calado. Até que eles disseram que iam me levar para o Araguaia, me jogar num buraco. Quem esteve no Araguaia viu isso: jogavam os presos num buraco.

Pensando em suicídio

Após a primeira noite, quando eles me jogaram no beliche pensei: “Esses caras vão me matar na tortura”. Vi uma lâmpada no teto, à altura das mãos, me veio a ideia de quebrar a lâmpada e cortar a jugular. Pensei: “Esses filhos da puta vão chegar aqui e se frustrar porque estarei morto”. Cheguei até a tirar a lâmpada.

Mas então me lembrava de Luci, e do escritor humanista francês Saint Exupéry, que foi muito importante na minha adolescência. Não sei se em *Terra dos homens*, ele narra o caso de um colega do correio aéreo francês que caiu nos Andes e ficou dias caminhando na neve até ser resgatado. E que resistiu pensando em sua mulher e nos companheiros de trabalho.

Pensei: “Se minha mulher souber que me suicidei, vai ter uma decepção. Eu não tive coragem de morrer na tortura. E meus companheiros de partido? E os da faculdade? E aquela turma do anfiteatro de Anatomia?”. Lembrava-me dos nomes das pessoas, de tudo. Dos companheiros, da dureza da clandestinidade, que meus colegas de turma se formaram em 1972 e foram ameaçados de não colar grau porque me homenagearam e a dom Hélder Câmara. Naquela ocasião, o reitor chamou-os e disse: “Se vocês botarem o nome do dom Hélder e desse comunista no convite não tem cerimônia de colação de grau”. Não puseram, pois a pressão foi grande, mas me chamaram para o Recife e me homenagearam clandestinamente.

Recordei também um espaço semanal que tinha na rádio Tirana, com lições da luta de libertação. Ali se contara o caso de um líder guerrilheiro albanês na resistência aos fascistas italianos, que foi muito torturado e detinha segredos importantes. Na hora que iam fuzilá-lo ele disse: “Um momento, eu quero falar”. Aí os fascistas comemoraram: “Então diga o que você tem a dizer”. “Ponham-me de pé, por favor”. Levantaram-no e ele disse: “O que tenho a dizer é que um revolucionário morre de pé; podem atirar”. Agarrei-me nisso. Disse para mim mesmo: “Não tenho o direito de me suicidar”.

Transferência para o Recife

Depois, levaram-me a um aeroporto ou base aérea. O tal barbudo que me pedira as horas no ato da minha prisão, no Crato, furioso porque eu estava sendo transferido sem que eles tivessem me arrancado nada, levantou meu capuz e disse: “Filho de uma puta. Você vai para o inferno”. Eu disse: “Vá tomar no cu”. Esse cara quase morreu, porque não podia bater em mim ali numa escada de avião.

Viajei amarrado no chão, de capuz e algema. O avião fez uma escala que presumo ter sido em Natal e chegou à Base Aérea do Recife. Então, me botaram de bruços numa viatura. Fiquei deitado num piso descoberto, e a lataria era muito quente.

Cheguei ao Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do 4º Exército, no centro do Recife. As torturas começaram de novo, com choques elétricos. Desmaiei. Recordo-me de alguém me aplicando glicose na veia.

Assim foi por um mês e 28 dias. Foi dureza. Estava na cela ao amanhecer de um dia e vi passar no corredor vários companheiros nossos. Então, me dei conta de que tinha sido mais um entre uns 30 que estavam presos. Tinha caído muita gente.

A desgraça é que os companheiros que caíram, quando apertados, diziam: “Quem sabe isso é o Magro, é o Maurício, o Vicente, o Miguel,” os nomes diferentes que eu usava para cada lugar. Eles não imaginavam que eu pudesse ser preso. Então na tortura me perguntavam coisas das quais eu não tinha a menor ideia.

Luci na tortura

Sete dias após minha primeira sessão de tortura, no final da noite, ocorreu uma coisa terrível: vi minha mulher passar no corredor de capuz, algemada. No silêncio da noite, ouvi os gritos dela na tortura. Umas duas horas depois me levaram para vê-la ser torturada. Aí foi foda. No presídio em Itamaracá, eu às vezes acordava ensopado de suor, com pesadelos em torno daquela cena.

Luci e eu nos conhecemos em meio à luta. São 47 anos de convivência e de militância juntos. Ela é uma mulher extraordinária. Uma militante exemplar, muito decidida, e um doce de gente, aquela pessoa alegre que dá uma gargalhada atrás da outra. E, então, me botaram para vê-la com um fio no seio outro na coxa, os caras atrás de mim gritando: “Diga se você é ou não é Luciano Roberto Rosas de Siqueira?”.

Então, naquela tensão, admiti: “Sou o Luciano”. Ela olhou para mim e baixou a cabeça. Porque ela dissera que não me conhecia, e eu também tinha dito que não a conhecia. Os agentes não me levaram imediatamente para a tortura. Comemoraram a vitória e me jogaram numa cela como quem diz “amanhã a gente conversa”. Recordo que chorei até de manhã.

Costumo citar um verso de Chico Buarque: “a dor é tão velha que pode morrer”. Não sei se a dor morre, mas ela envelhece. Vai se vivendo, superpondo emoções. Hoje falo disso. Antes não conseguia. Sempre que me lembrava desses acontecimentos, eu chorava.

Então, fiquei querendo ir para a tortura. Dizia: “não pensem que vão me derrotar não”. E foi um mês e 28 dias nessa confusão. Como reconheceria quem eu era, contei a minha história de que nós tínhamos sido da AP, fugimos do Recife e ficamos no meio do Nordeste para sobreviver à perseguição.

A minha filha mais velha, que é arquiteta, tem o nome da mãe, Luci. Não é o nome dela, o nome é Josefa Lúcia. Luci é apelido desde criança. E nós evitamos filhos, mas Luci foi solta primeiro, e engravidou nas visitas íntimas ao presídio. Quando engravidou, eu só queria uma menina, para dar o nome da mãe, homenageá-la por sua bravura.

Ela perdeu um dente na tortura. Um dia, colocaram-na numa cadeira, algemada, encapuzada, de calcinha e sutiã. Então, apareceu um policial e começou a esculhambar comigo: “Esse teu marido não te ama, você está sofrendo por causa dele e ele não quer colaborar”. E ela foi ficando furiosa. E o cara disse: “Você, com o corpo que tem, se quiser sai daqui agora mesmo” e usou um palavrão machista. E ela: “Vá fazer essa proposta à sua mãe, seu filho da puta”. Os torturadores deram um soco nela, ela caiu, deslocou um dente que acabou perdendo depois. Mas permaneceu serena, nunca perdeu a tranquilidade, foi vitoriosa na tortura.

Os laços da clandestinidade

Nós relembramos esse período com dor, é verdade, porque perdemos companheiros e companheiras que eram verdadeiros irmãos. Relações na clandestinidade são tão fortes que no Congresso do partido a emoção é grande ao rever os companheiros; e ao nos lembrarmos dos companheiros que perdemos, que eram extraordinários militantes e figuras humanas, como Rui Frazão.

Mas, por incrível que pareça, tem a saudade da convivência com as pessoas, da solidariedade do povo. Vários companheiros foram salvos por vizinhos. Ninguém abria o que estava fazendo, mas havia uma cumplicidade surda com o povo.

Numa ocasião, em Campina Grande, chegou um representante de uma firma de São Paulo para a qual eu tentava vender uns equipamentos, chamava-se Nicolau Ângelo Brasil Moral. Pois ele me avisou por telegrama que ia ao Nordeste e queria me visitar; marcou a data, só que esqueci. No dia em que ele chegou, tomamos um susto antes de entender quem era. Ocorre que por aquelas casas de parede meia, paredes finas, escuta-se o que o vizinho fala.

No outro dia soubemos que a rua tinha se mobilizado enquanto eu recebia esse representante de São Paulo: a vizinha, que era auxiliar de enfermagem, acordou os filhos adultos, se arrumaram, chamaram o operário da fábrica de sabão, chamaram o mecânico da frente. Estranhei aquilo, mas logo me explicaram: “Achamos estranho aquele homem chegar de carro àquela hora da noite, aí a gente chamou o pessoal aqui para lhe defender, podia ser um malfazejo”.

Como se vê, essa turma sabia que fazíamos parte da resistência à ditadura. No dia em que fomos embora, quando o táxi ia saindo, a rua inteira estava na calçada, gente chorando. Quando eu viajava, eles não deixavam minha mulher cozinhar, faziam sopa, cozinhavam inhame... Uma das meninas da vizinhança dormia com ela. Era assim.

O que quero dizer é que, apesar de tudo, nos lembramos dessa época com carinho.

Jornal *Movimento*

Saí da cadeia em 1976. Terminei o curso médico trabalhando como artesão, fazia bolsa de couro e vendia na feira da Boa Viagem. Ia ao hospital às vezes com as unhas sujas de tinta porque não dava tempo de limpá-las.

Já perto do fim do curso médico, Raimundo Pereira me chamou para ser chefe da sucursal do jornal *Movimento*. Soube depois que a sugestão tinha sido de Barbosinha, antigo militante da AP e na ocasião dirigente do PCdoB em São Paulo. O pessoal do partido sabia que eu escrevia muito.

O *Movimento* era um misto de jornalistas profissionais e militantes. E de fato implantamos a sucursal, primeiro modestamente e depois num conjunto de quatro salas. Virei jornalista, mandava um copião toda semana, ia para São Paulo para reunião, recebia a ata da reunião de pauta.

Levei para a sucursal Fernando Lira, Jarbas Vasconcelos, Egydio Ferreira Lima, Cristina Tavares e outras personalidades da resistência democrática, para debater os rumos do país. Com isso juntava gente nova, interessada na militância política. Era uma abordagem plural, ampla, muito sintonizada com o documento da nossa 7ª Conferência Nacional. Nós agregamos bons jornalistas como colaboradores. Toda semana tinha um debate. E todo domingo uma turma voluntária envelopava exemplares do jornal com o endereço dos assinantes e eu botava no Correio, no dia seguinte. O jornal acabou sendo um instrumento para reorganizarmos o PCdoB em Pernambuco.

Foi um período rico, a relação com Raimundo foi muito enriquecedora. Ele é um grande jornalista.

Chacina da Lapa

Um dia cheguei ao Hospital das Clínicas e comprei o *Jornal do Commercio*. Quando abri, vi a notícia da Chacina da Lapa, da morte de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, que eu sabia que eram dirigentes importantes do PCdoB, e de João Batista Drummond. Aí encontrei uma colega médica que tinha sido do movimento estudantil e falei: “Bernadete, senta ao meu lado que eu preciso chorar”. Não queria chorar sozinho. Quando me recompus, ela disse: “Puxa, você está chorando porque esses companheiros são importantes no partido?” Eu disse: “Sim, mas vou te confessar, estou chorando mesmo é por este aqui”. E então contei quem era Drummond. Foi um impacto. Por algumas dessas mortes, cheguei a ter dor física.

Terminei o curso em 1979, fiz a residência médica e depois fui ser médico no Coque, uma das mais antigas favelas do Recife. Estávamos dando os primeiros passos para juntar as pessoas. Com muita dificuldade, começamos com três: Reginaldo Muniz, economista, então assessor técnico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco; Marco Albertim, que militara na clandestinidade no Ceará; e eu. Depois, Alanir saiu da cadeia, chegaram outros, e formamos um núcleo inicial de sete membros. A partir daí fomos rearticulando ex-presos e os que tinham passado pela clandestinidade. E atraindo novos militantes.

Candidatura

Em 1982, o PCdoB decidiu ter um candidato e me lançou para deputado estadual. Quase não tinha partido, eram essas pessoas apenas. Foi literalmente um movimento de simpatizantes, gente que tinha me conhecido no movimento estudantil, e antes ainda, desde o MCP.

Fizemos uma peregrinação, batemos em todas as portas e construímos em conjunto a candidatura, com reuniões que foram se tornando grandes. Criou-se um movimento espontâneo. Aluguel da sala? Vamos fazer uma vaquinha. Eu não tinha carro, me davam carona. Ia ao Cabo de Santo Agostinho, por exemplo, na Região Metropolitana do Recife, de trem. Metade da propaganda foi mimeografada. O *slogan* era “Pão, terra e liberdade”. Em uma ocasião, botamos 27 carros na rua de madrugada para pichar a cidade toda. Campanha paupérrima, mas de muita gente.

O ano de 1982 foi de virada de conjuntura, com muita greve, muito movimento, a ditadura já em declínio. Eu tinha as responsabilidades partidárias e um mandato popular que me consumia de domingo a domingo nas lutas, nas greves. Isso tudo foi me tirando da atividade profissional e terminei largando. Sinto saudade, porque gosto da medicina. Mas não dava para fazer as duas coisas, mesmo quando deixei de ser deputado me agarrei às tarefas de construir o partido, com muita dificuldade, porque Pernambuco tinha um PCB forte, que hoje não existe mais. Tinha a igreja católica ligada ao povo. Depois surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). Tinha Arraes, que tinha retornado do exílio, que era uma expressão forte da esquerda pernambucana. Então para abrir espaço para o PCdoB tinha que ter dedicação, paciência, persistência.

Diretas Já

Fui um dos organizadores do movimento das Diretas Já, em 1984, em Pernambuco. Logo em seguida, veio a Aliança Democrática, em apoio à candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral – onde também fomos do comando da mobilização. Teve mais mobilização no estado para a campanha de Tancredo do que para as Diretas. O movimento cresceu. Eu aprendi muito com Arraes, com ele mantive relações de amizade e debate de ideias por vinte e sete anos, de sua volta do exílio até falecer.

Em 1986 fui candidato a deputado constituinte. Sabíamos que seria difícil ganhar, mas a ideia era defender nossas propostas e tentar eleger um substituto na Assembleia Legislativa. Não conseguimos nem uma coisa nem outra. E fiquei quase vinte anos sem disputar eleição, só com tarefa de direção no partido. Contra a vontade de Amazonas, pois a cada eleição ele vinha: “Você tem que disputar”. Eu dizia: “João, nossa ideia, minha e de Alanir, é projetar novos quadros, tem gente boa, apareceram o Renildo Calheiros, a Luciana Santos, se não a gente não se renova”.

O que me emociona mesmo é a tarefa de construção do partido no dia a dia, muito mais do que ocupar cargos eletivos. O que adoro fazer é o seguinte: surgiu uma organização do partido lá no sertão ou na periferia do Recife, por exemplo, então quero ir lá para começar do zero, descobrindo as pessoas, ajudando-as a crescer.



MARIA DO SOCORRO GOMES COELHO

Maria do Socorro Gomes Coelho é natural de Cristalândia, cidade que pertencia a Goiás e que hoje integra o Tocantins. Nasceu no dia 12 de janeiro de 1952, filha de trabalhadores rurais. Precocemente indignada com as injustiças sociais que viu de perto desde a infância, passou a militar no movimento estudantil. Sofreu na pele os ataques dos agentes militares e também viu seus irmãos serem presos e torturados. Militante num estado marcado pelo domínio dos latifundiários e pelas mortes de posseiros, Socorro tornou-se uma das principais lideranças na luta pela reforma agrária. Foi vereadora e deputada e atualmente integra o Comitê Central do PCdoB e preside o Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz (Cebrapaz).

Formação político-intelectual

Estudei no Liceu e na Escola Técnica de Goiânia, do qual fui expulsa por causa de uma greve. No início, eu não tinha muita visão política. Contudo, tinha certas ideias de justiça. Todo mundo que eu conhecia tinha uma posição: era a favor ou contra a ditadura. Tive o privilégio de ter uma mãe que colocava muitos livros para nós lermos e a sorte de ter encontrado um médico, que mais tarde descobri ser comunista, que me emprestava outros livros. A partir dos dez anos, li entre outros, *Os Miseráveis* e *Trabalhadores do Mar*, ambos de Victor Hugo. Eu vinha do interior, do Brasil profundo, de Cristalândia. Quando cheguei a Goiânia, percebi as

diferenças de tratamento em relação aos interioranos, aos sertanejos. Acho que a soma de tudo isso foi construindo em mim um sentimento de rebeldia contra as injustiças.

Entrei para a Ação Popular em 1966 e não foram meus irmãos militantes que me recrutaram, mas os estudantes da minha própria escola. Um dia um professor chegou e, não gostando da postura da turma, decidiu dar uma prova surpresa. Então, amassei a folha e saí da sala. O pessoal foi atrás. Pronto: acharam que eu era uma liderança. O grêmio estudantil se solidarizou comigo e aquilo virou uma greve. Naquele momento, minha vida estava tomando outro rumo. Eu tinha 14 anos e, como muitos jovens nesta idade, já pensava em mudar o mundo.

Saíamos nas feiras populares, subíamos num banquinho e discursávamos dizendo por que a farinha e o arroz estavam caros e que a culpa era do regime militar. Concluía sempre com um “abaixo a ditadura!” Então, pegávamos o banquinho e saíamos correndo para outro lugar. Eram os chamados comícios-relâmpago.

Conflito na Maria Antonia

Quando houve o conselho da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) em 1968 nós, os secundaristas que estávamos em São Paulo para participar dele, fomos para a Rua Maria Antônia, onde ficava a Faculdade de Filosofia da USP, nos solidarizarmos com as manifestações dos universitários e fazer pedágio visando levantar fundos para voltarmos aos nossos estados. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC), um grupo de extrema-direita, fascista, que atuava no Mackenzie, começou a jogar pedras e ácido sulfúrico. Algumas pessoas foram vítimas de queimaduras graves, e eu fui uma delas. O ácido não era derramado, era jogado numa garrafa. Não me recordo se teve tiro porque logo me carregaram ferida. Eu estava de calça jeans, mas a meia foi o meu problema maior porque o ácido sulfúrico impregnou a carne, de maneira que a carne saía junto com a meia. Tenho as marcas até hoje.

Depois fomos levados até o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp), mas a polícia foi atrás de nós. Os universitários, então, nos carregaram para a casa de Terzinha Zerbini, que mais tarde encabeçaria a luta pela anistia. Uma cearense e eu denunciávamos o fato na imprensa, mas, por segurança, demos nomes falsos para os jornalistas. Éramos, então, Márcia e Elizabeth. Fiquei ali um mês até melhorar. Voltei para Goiás ainda com curativos. A partir dali, a perseguição foi cada vez mais intensa.

Naquele mesmo ano houve uma manifestação em Goiânia na qual a polícia começou a avançar e atirar contra nós. Eu pensava que eram balas de festim, mas eram de verdade. Uma delas matou um rapaz que cuidava dos carros perto do mercado. Devido à aparência, a polícia o confundiu com Euler Ivo, a maior liderança estudantil secundarista do estado. E, de fato, muitos acharam que Euler é que tinha sido morto. A confusão durou algumas horas e a cidade ficou em polvorosa. A repressão aumentou e tive que entrar para a clandestinidade.

No campo, pela guerra popular

Eu deveria ir à Serra do Pariconha, em Alagoas, onde Aldo Arantes já havia sido preso e conseguido fugir. Esta era uma orientação da direção da AP. Antes, no entanto, passei pelo

Recife, onde fiquei uns dois meses. Meu companheiro, Francisco de Assis Rodrigues, foi na frente, pois eu estava grávida. Acredito que viajei para Pernambuco em março de 1969 e meu bebê nasceu no início de agosto. Para chegar ao meu destino, tinha antes que passar por um período de preparação e de estudo da região onde iria morar. Tive também que esperar Enelson, meu filho, nascer para viajar.

O objetivo era nos integrar na produção junto aos camponeses, coisa que não era fácil. Para mim talvez fosse menos difícil, pois vinha de uma família de origem camponesa. Contudo, as culturas do interior do Nordeste e do Centro-Oeste eram distintas.

Descemos em Caruaru e subimos a Serra. Tínhamos que fazer este percurso clandestinamente. Eu estava com um bebezinho de 20 dias e o levava mamando para que não chorasse. Fomos morar numa casinha de palha adaptada, onde antes os animais eram guardados. Fizemos um berço com forquilha, palha de milho e ali vivemos os primeiros tempos.

Nós já fomos para lá com a ideia de guerra popular. Pariconha vivia um período de muita seca, a fome era grande. Viajava muitas vezes, cerca de seis quilômetros, para buscar água e conseguir mantimentos no município de Delmiro Gouveia. Os homens iam a cavalo e as mulheres, com as trouxas, iam a pé. Mesmo integrada na produção, como eu era impulsiva, comecei a dizer que aquilo não era certo. Chamei em particular meu companheiro e disse que eu é que iria a cavalo com o peso, porque ele não era camponês e não devia se fazer de tonto.

Nós nos reuníamos com alguns camponeses à noite, tratávamos da resistência e programávamos algumas ações, principalmente no sentido de garantir comida. Com esse objetivo, pegávamos o gado extraviado dos fazendeiros. Desapropriar latifundiários exigia um cuidado enorme num lugar como aquele; não era uma tarefa fácil. Eles começavam a ficar desconfiados de mim e diziam: “O que uma galega faz por aqui?”. Conseguimos ficar ali apenas oito meses, tivemos que fugir e o esquema foi desmontado.

Operária em Maceió

Fomos para Maceió e me integrei à produção como operária, na fábrica de massas Brandini. E fui viver ali com José Luis Guedes, ex-presidente da UNE, sua companheira Nair e também com Marina, uma médica paulista que também estava integrada à produção. Depois de algum tempo, nossa situação ficou muito insegura. Então, nos dividimos. Fui para o bairro Fernão Velho, na periferia, e retomei a vida de operária. Nesse período, por volta de 1971, eu participava da direção municipal da AP em Maceió.

Quando entrei na fábrica Brandini era empacotadora e ganhava por produção. E eu já estava com dois filhos. Trabalhávamos de dia e depois nos chamavam para o trabalho noturno. Às vezes, aceitava a sobrecarga, porque isso aumentava o salário. Então, trabalhávamos o dia inteiro, depois a noite inteira e tínhamos de nos alimentar com uma comida horrível que nos era servida. Comecei a reclamar que não tinha condições de trabalhar daquele jeito e, por isso, houve uma paralisação. O fato é que fiquei marcada e tive de sair da empresa. Aquilo que fiz, talvez, não tivesse sido certo, especialmente nas circunstâncias de clandestinidade na qual vivíamos.

Rui Frazão, da direção nacional, passava por ali e se reunia conosco. Era uma pessoa maravilhosa, uma das melhores que conheci na vida. Tinha uma boa relação com ele porque ajudava a cuidar de meu filho. No Nordeste, era muito difícil de os homens fazerem isso. Combinávamos: eu ia pegar sururu no mangue e ele ficava cuidando do menino. Então, preparávamos o prato, do qual gostávamos muito. Rui era uma pessoa muito afável.

Na minha família, na década de 1970, tive vários irmãos presos. Minha irmã mais velha Maria Nelma e eu fomos para a clandestinidade. Quatro deles foram sequestrados pela polícia. O menor, José Antônio, era do partido em Brasília e foi solto três dias depois. Os outros três, Manoel Pedro, Nilva Maria e Ana Maria, foram presos e torturados. Manoel Pedro passou uns seis meses preso. As minhas irmãs, Nilva Maria e Ana Maria, estudantes da Universidade Federal de Goiás, passaram um ano na prisão. Ana Maria saiu em cadeira de rodas, não podia andar por consequência das torturas. Demorou a recuperar os movimentos.

Meu pai morreu pouco tempo depois. Ele criou as filhas para uma vida mais tranquila, de dona de casa, para arranjar um bom casamento. E todas foram para organizações revolucionárias. Duas presas e duas clandestinas. Quando minhas irmãs e meu irmão foram presos, meu pai viveu um processo de transformação e passou a questionar o regime militar.

Ingresso no PCdoB

A Ação Popular se transformou num grupo marxista-leninista e terminou por se integrar ao PCdoB. Naqueles tempos de clandestinidade, as condições políticas eram terríveis: prisões, torturas e assassinatos eram rotinas, portanto a militância era muito limitada e exigia muitos cuidados. Não conversávamos com as pessoas sobre política. Levávamos panfletos escondidos, colocávamos nos bancos dos ônibus e sentávamos bem atrás. Pintávamos os cabelos e botávamos umas roupas diferentes para cumprir nossas tarefas. Era uma atuação absolutamente clandestina, ainda que fosse uma mera panfletagem. Qualquer coisa, por mais simples que fosse, era feita com todo cuidado, pois isso significava um alto risco para os militantes que combatiam a ditadura. As coisas continuaram assim por um largo tempo. Nas reuniões tínhamos informes sobre a Guerrilha do Araguaia, ouvíamos as notícias do Brasil através de rádios de outros países – especialmente de países socialistas. Um dia, já em Recife, cobria um ponto na rua e um companheiro me disse: “Não volta, que a casa caiu”. Tinha duas crianças e estava grávida de uma terceira. Então, fui a Goiânia e fiquei lá até minha filha Fernanda nascer.

Pensávamos que as coisas já estivessem mais tranquilas, porque minhas irmãs já tinham saído da cadeia e era outro momento. No entanto, éramos permanentemente vigiados e tentavam aterrorizar a família. Um dia todos foram enfileirados no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) para dar depoimentos. Passamos o dia na polícia. O cerco era grande. Houve uma movimentação para que eu saísse do país. Pessoas amigas tiraram meu passaporte. Eu disse que não ia, sofria de “banzo” – a ideia de sair do país me angustiava muito. Além disso, eu estava grávida. Minha filha, Fernanda, nasceu em 7 de dezembro e no final do mês voltei para o Recife. Estávamos em 1974.

Reconstrução do PCdoB

Retornei a Goiânia novamente em 1978, quando fiz vestibular e entrei na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Contudo, em julho do ano seguinte, alguns companheiros do partido, entre eles Maria Nelma e Dilermando Toni, me chamaram ao Pará para trabalhar num projeto de educação popular na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e ajudar na reconstrução do partido. A entidade era ligada à igreja e seus dirigentes, inicialmente, não sabiam que éramos comunistas.

Naquele momento, o partido estava vivendo intenso debate sobre a Guerrilha do Araguaia, para avaliar se havia sido ou não um foco. Outra questão polêmica era se o partido deveria assumir fisionomia própria ou fingir-se de morto. Começava, então, a ser editada *A Tribuna da Luta Operária*, um jornal legal.

O partido necessitava se reorganizar já que havia ficado muito debilitado pelas prisões, os assassinatos e a luta interna. No Pará, praticamente a maioria dos dirigentes era de fora do estado. No mesmo período, um pouco depois que cheguei, o saudoso Newton Miranda voltou para o estado para ajudar a reorganizar o partido. Contávamos com um quadro de grandes qualidades político-ideológicas e com grande ligação com o povo, que era Paulo Fonteles, advogado vindo da AP. Ele havia sido preso em Brasília junto com sua companheira Hecilda Veiga e minhas irmãs. O filho dele, Paulinho Fonteles, nasceu na prisão. Marcos Panzera (Neco) e Eneida Guimarães chegaram praticamente junto comigo. Assim se iniciou uma nova etapa do partido no Pará.

Claro, as coisas não foram fáceis. O fato é que ficamos numa região de intensos conflitos agrários, onde havia muitos pistoleiros. Estes eram usados pelos fazendeiros para aterrorizar e assassinar as lideranças camponesas, garantindo a grilagem das terras e a expulsão dos pequenos agricultores, que resistiam como podiam. Nós nos integramos à luta dos trabalhadores rurais, contra a pistolagem dos latifundiários. Por exemplo, íamos até a delegacia de polícia tentar soltar os camponeses que eram presos nesses conflitos. Havia uma pessoa de 70 anos presa, que marchara 40 km tendo 20 policiais armados fazendo-lhe escolta. Entrei na delegacia e disse ao delegado: “O senhor vai soltar o cidadão e as supostas armas, porque são ferramentas de trabalho”. Na verdade as armas não passavam de enxadas e foices. E o delegado ficava sem saber o que fazer e acabava soltando as pessoas. Havia certo clima de distensão, muito incipiente, mas já anunciador de que eles não podiam tudo. Nosso objetivo era, então, organizar o partido e intensificar a luta pela reforma agrária.

Os mártires do campo

Um pouco mais tarde foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), que nada tinha de democrática, uma organização criminosa que fazia as listas das pessoas que estavam à frente da luta, para matá-las. Ela esteve por trás do assassinato de muitos membros do partido no município de Rio Maria e em todo o sul e sudeste do Pará – um dos locais com grande número de assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais. Ali mataram João

Canuto e seus filhos, José e Paulo, mataram também Expedito Ribeiro, o Brás, entre outros. Orlando Canuto, outro filho de João, foi baleado. Fizeram uma lista de dez pessoas marcadas para morrer, dessas assassinaram oito. Só restavam Ademir Andrade, do PSB, e eu. Gringo foi assassinado em Conceição do Araguaia. Então, atuar na região não era uma coisa simples. Eram assassinatos seletivos. O problema é que às vezes éramos obrigados a viajar 30 km pela mata e existiam ali as chamadas encruzilhadas, como se dizia. Os posseiros geralmente alertavam: “Não vai por aí, pois fulano disse que estão lhe esperando numa tocaia para matá-lo”. Aí mudávamos o caminho. O risco era grande.

Disseram a meu compadre, uma grande liderança dos trabalhadores rurais, Sebastião Mearim, para ele não ir a uma reunião que os jagunços o estavam esperando. Ele foi e acabou sendo assassinado. Assim que soubemos fomos para esse povoado. Era ainda de madrugada. Chamamos muita gente, o pessoal da Fase, da igreja e deputados. Os camponeses estavam mais conscientes e organizados e já tinham certa tradição de luta. Ali, por exemplo, surgiu a figura de Quintino, que foi caçado e metralhado pela polícia do estado.

O processo de colonização no Pará foi assim: o empresário dizia “do rio tal ao monte tal é tudo meu”. Nunca estive na região, apenas a sobrevoara de avião. De longe, escolhia a área e mandava seus prepostos expulsarem quem ali vivesse, fosse há 80 ou há 20 anos. Muitos grandes especuladores foram lá para assaltar as terras públicas e expulsar os trabalhadores. Expandiu-se a pistolagem e o crime organizado, inclusive o trabalho escravo.

O líder camponês, companheiro João Canuto, integrava a direção estadual do partido e foi candidato a prefeito de Rio Maria. Só não foi eleito devido à fraude eleitoral. Expedito também era da direção estadual do PCdoB. Muitos que contam a história dos conflitos na região de Rio Maria omitem estes fatos, não dizem que eles eram da direção do partido. O PCdoB tinha uma organização relativamente forte no campo.

O campo paraense era uma terra sem lei e isso ocorre ainda hoje com os assassinatos seletivos das lideranças dos trabalhadores rurais. Valia a lei de quem tinha dinheiro, de quem tinha poder. O Estado não tinha presença na região. E quando tinha, a balança do poder era completamente favorável aos latifundiários, aos poderosos. Atualmente isso ainda ocorre, especialmente através da criminalização dos movimentos de trabalhadores sem terra.

Com a formação de um combativo movimento sindical camponês, teve início um processo de denúncias contra o latifúndio. Recordo-me de Gringo, sindicalista de Conceição do Araguaia, líder da luta em defesa dos posseiros, e dos pequenos produtores rurais, assassinado a mando dos latifundiários.

Paulo Fonteles, lutador do povo

Paulo Fonteles estava na tendência popular do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e já naqueles anos era uma grande liderança política e popular. Defendia os trabalhadores rurais, principalmente do sul do Pará, de Conceição do Araguaia até Xinguara e São Félix do Xingu. Percorria todo o sul e sudeste do Pará. Era muito querido, respeitado, inclusive por setores progressistas da igreja na região. O partido se concentrou na sua candidatura e ele foi eleito deputado estadual.

O mandato dele foi se afirmando como sendo das causas populares, um deputado sempre ao lado do povo. Ele iniciou junto com outras personalidades o resgate da memória dos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia e principalmente voltou-se para a defesa do direito dos posseiros e pequenos proprietários de terra contra a pistolagem. Então, aumentaram as ameaças contra a sua vida.

Fonteles não se elegeu deputado constituinte em 1986. Foi vítima de uma série de infâmias no sul do Pará. Espalharam boatos, uma sórdida campanha chamando-o de assaltante de banco, de terrorista. Aproveitaram esse momento em que já não tinha mandato e o assassinaram quando estava a caminho da região Bragantina para, como advogado, conduzir a defesa de posseiros. Eles mataram Paulo em junho de 1987. O covarde crime ocorreu num posto de gasolina de Ananindeua.

Avaliando a Guerrilha do Araguaia

Não me lembro de detalhes, mas discutimos as teses do 6º Congresso do PCdoB. Um dos pontos foi o balanço da experiência da Guerrilha do Araguaia. Minha opinião sobre isso é que travamos a luta de acordo com as circunstâncias. Naquele momento, não tínhamos outra saída porque estavam caçando e assassinando os patriotas, os opositores da ditadura e especialmente os comunistas. Então, a saída foi ir para o campo tentar buscar uma outra forma de resistência e travar o bom combate.

Sinceramente, não creio que seja de grande importância discutir tecnicamente a Guerrilha, se a estratégia militar havia sido essa ou aquela. Primeiro porque quase nada entendo de estratégia militar. Além disso, penso que a questão política é a mais importante. Era preciso resistir à ditadura e continuar a luta. Como não podia ser nas cidades, os comunistas foram para o campo e construíram a resistência armada, ainda que tivessem pouca experiência militar.

Devemos registrar o valor desses camaradas. Imagina que foi preciso 30 mil soldados e várias investidas para derrotá-los e dizimá-los. Foi uma página heroica da história do nosso povo e é isso que nos interessa e o que fica para mim. São os heróis da luta pela democracia, pelos direitos do povo, pela nossa soberania.

Liderança destacada

Tive um papel mais visível, mais destacado nas eleições de 1982 em que Paulo Fonteles foi eleito deputado estadual – na ocasião falei em diversos comícios eleitorais. Quando as pessoas falam em comícios, elas já são consideradas lideranças. Por isso, há uma disputa para ver quem deve ter a palavra, principalmente nos eventos mais importantes, com a presença do candidato a governador. No comício principal da região, me puseram para falar em nome das mulheres. Foi a primeira vez que me dirigi a um grande público. Quando era adolescente, eu discursava brevemente em cima de um banquinho quase ao mesmo tempo em que corria da polícia.

Antes do evento, passei uns três dias com enxaqueca, escrevendo e reescrevendo o que ia dizer. Só que esqueci um detalhe: o comício seria à noite e praticamente não havia luz que

me possibilitasse ler o discurso. As pernas tremiam como vara verde. Não tinha como ler e mesmo se tentasse não conseguiria, pois minhas mãos também tremiam. Então amassei e joguei fora o discurso e o jeito foi falar livremente. O povo me acolheu bem. Havia umas 15 mil pessoas, gente que estava aguardando havia muitos anos por um comício antitadadura.

Quando Paulo Fonteles foi eleito em 1982, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) me demitiu. Eu participara da organização de sua campanha e a coordenara na região. Como eu disse antes, a entidade era ligada à igreja católica e ao PT. E os candidatos apoiados por eles haviam perdido as eleições. Fui demitida dois dias depois, juntamente com Marcos Panzera, conhecido como Neco, e com Eneida. Não teve conversa. A ordem era demitir todos os comunistas.

Movimentos de moradia e de mulheres

Mudei-me então para Cidade Nova, em Ananindeua, próxima de Belém, um lugar mais barato de se viver. Cheguei sem eira nem beira, com quatro filhos e grávida do quinto. Era um local cheio de ratos, sem árvores, um deserto, onde ficavam os conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação do Banco Nacional de Habitação (Cohab-BNH) que formavam uma verdadeira cidade. Ali viviam mais de cem mil pessoas. Começamos a nos organizar e fazer o movimento em defesa de melhores condições de moradia. Fundamos a Federação Comunitária de Moradores do Estado do Pará, da qual fui presidente por dois mandatos. Aquele foi um período favorável à organização popular, a luta comunitária estava num intenso processo de avanço em todo o Brasil. Fui ainda vice-presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam).

Atuei também no movimento de mulheres, que estava sendo retomado e buscava-se criar e fortalecer os espaços de participação das mulheres, visando à ampliação dos direitos. As bandeiras eram “Salário igual para trabalho igual”, pela construção de creches e demais equipamentos públicos. O Pará fez o primeiro tribunal popular para julgar a violência contra a mulher, de caráter simbólico, organizado pelos próprios movimentos.

Em 1985 ocorreram as eleições para as prefeituras das capitais e surgiu um cenário mais favorável ao avanço do movimento popular. Participei do Conselho Municipal da Condição Feminina, em um momento de muita efervescência política, período de criação de delegacias da mulher em todo o Brasil, bem como dos Conselhos da Condição Feminina, fruto da luta do movimento de mulheres por maior participação no poder.

Diretas Já

Participei também da campanha das Diretas Já. Jader Barbalho era o líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o que nos ajudou a conseguir a estrutura necessária para a realização dos comícios no Pará. A campanha foi ampla. O estado teve um comício de centenas de milhares de pessoas. Lembro-me do comício de São Paulo, com um milhão de pessoas. Por acaso, eu estava num curso do partido em Campos do Jordão e todos os alunos foram em comboio. Foi grandioso e muito empolgante.

Depois da vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, começamos a campanha para registrar o partido. Para cumprir a legislação, começamos a filiar muita gente. Isso foi num crescendo. Íamos de casa em casa, de escola em escola, de fábrica em fábrica. Mesmo antes da legalização, falávamos em nome da Comissão da Legalidade do Partido Comunista do Brasil. O Dops toda hora invadia a casa de dirigentes comunistas. A legalidade foi conquistada num processo de muita luta. Até 1982, brincávamos que o partido, no Pará, cabia num fusquinha. Nossa locomoção era feita em grande medida no fusquinha do camarada Neco Panzera, apelidado de melancia, pois era verde por fora e vermelho por dentro. Era o único carro que tínhamos. Claro que, com a eleição de Paulo, isso foi mudando.

Naqueles anos, o partido estava buscando vincar sua bandeira, sua fisionomia. As circunstâncias eram completamente distintas. Quando veio a legalização, em 1985, filiei-me legalmente ao PCdoB, pois já era militante desde 1972.

Investindo mais nas eleições

Em 1986 necessitávamos fortalecer a nossa chapa para a Constituinte. Newton Miranda e eu fomos candidatos a deputado estadual e Paulo Fonteles a deputado constituinte federal. Ninguém se elegeu.

Em 1988, o partido resolveu lançar-me a vereadora. A plataforma da campanha foi principalmente a questão da moradia e os direitos das mulheres. Uma campanha paupérrima, sem dinheiro, sem estrutura. Mas o povo chegou junto. Quem já me conhecia foi chamando e ganhando outras pessoas para a campanha. Fazíamos colagem de bicicleta, colocávamos uma lata de goma, pegávamos os cartazes e íamos colando pela cidade. Com esse esforço fui eleita a vereadora mais votada da história de Belém, até aquela data. Então, a direita se assanhou. Durante o exercício do mandato, passei muito tempo com a Polícia Federal me dando proteção. As ameaças foram graves. Dois anos depois, fui eleita a deputada federal mais votada do Pará.



MARIA DO SOCORRO JÔ MORAES

Nascida em Cabedelo, na Paraíba, em 1946, Jô Moraes consolidou sua vida política em Minas Gerais. Começou a militar no movimento estudantil ainda na Juventude Estudantil Católica (JEC), passando logo em seguida para a Juventude Universitária Católica (JUC) e para a Ação Popular (AP). Mais tarde, em 1973, no processo de incorporação, passou a fazer parte do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Viveu durante dez anos na clandestinidade, e no processo de redemocratização passou a se dedicar com mais afinco à luta emancipacionista das mulheres. Atualmente, é deputada federal por Minas Gerais.

Origens no movimento estudantil

Em Cabedelo, na Paraíba, minha cidade natal, estudei o ensino primário. O secundário e a universidade cursei em João Pessoa. E foi, sobretudo, no ensino secundário que comecei a minha militância. Estudei num colégio tradicional de freiras, o Nossa Senhora de Lourdes, e ali passei a integrar a Juventude Estudantil Católica, a JEC, convidada por alguns colegas. Ela não tinha uma organização muito estruturada, mas tinha seus núcleos. E esses núcleos faziam diversas discussões.

Havia naquele momento a Aliança para o Progresso, financiada pelos Estados Unidos e focada na população mais pobre do Nordeste. Devido à sua interferência na região, foi

se criando um sentimento antiamericano muito forte. E esse sentimento também estava presente entre nós na JEC. A primeira luta de que participei de verdade foi pelo meio passe, fazendo parte de diversas manifestações.

Concluído o nível secundário, em 1965 consegui uma bolsa de estudos na Escola de Serviço Social, particular, posteriormente federalizada. Mais tarde, me tornei presidente do Diretório Acadêmico e a principal bandeira naquele momento era a federalização da escola, algo bastante concreto que nos possibilitou aumentar nossa inserção e organização no movimento estudantil.

Essa bandeira nos levou a marcar uma manifestação em frente à reitoria no mesmo dia em que foi morto o estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro. Embora a passeata tivesse se iniciado por uma reivindicação específica, pela coincidência, a manifestação se transformou em protesto pela morte do estudante carioca sendo a primeira faculdade do estado a promover uma greve de protesto naquele momento.

A adesão à JUC

Sou de uma geração que viveu três tempos na vida. O primeiro foi o da ditadura militar. O segundo o da transição dessa ditadura, e o terceiro o da democracia. A minha geração, portanto, viveu a resistência à ditadura, a necessidade de superá-la e, nesse sentido, éramos obrigados a viver na clandestinidade. Eu passei dez anos nesta situação.

Desde o início até o fim do regime, buscávamos alternativas para derrubá-lo e nesse processo vivíamos intensos debates. Por exemplo, na Juventude Universitária Católica (JUC) houve um esforço de unir a visão cristã de solidariedade com a visão transformadora marxista. Dessa mistura nasceu a Ação Popular. Foi dentro da AP que talvez tenha surgido uma forma muito brasileira de tentar encontrar novos caminhos teórico-ideológicos. Ao extrapolar os limites dos partidos políticos – então bastante perseguidos –, esse debate acabou atingindo um número maior de pessoas, em especial da juventude.

Logo que fui para a faculdade, passei a militar na JUC. Naquele momento, eu estava com meu companheiro, João Roberto. Numa noite em 1967, nós nos encontramos com João Batista Franco Drummond, que era assessor da União Nacional dos Estudantes (UNE), no adro de uma igreja, no bairro Jaguaribe. Ele se sentou conosco e nos convidou a entrar para a AP. Nós não sabíamos quem ele era e mais tarde tomamos conhecimento de que estava na clandestinidade. A partir daí, conseguimos articular um núcleo da AP no interior da universidade e participei da preparação para o Congresso de Ibiúna.

Congresso de Ibiúna

A conjuntura de 1968 e as manifestações pela morte de Edson Luís criaram um clima mais favorável à mobilização. A AP detinha a presidência da UNE e isso nos ajudou, de maneira que saímos da Paraíba com uma boa delegação de estudantes para o Congresso de Ibiúna.

A delegação da Paraíba viajou dividida. O bloco que eu integrava era formado por mais três pessoas, além do meu companheiro. Chegamos a São Paulo e nos dirigimos a uma igreja em Perdizes e de lá seguimos numa Kombi para Ibiúna. Tivemos de ir de olhos fechados porque não podíamos saber onde era o evento. Tudo era clandestino.

Chegando lá, nos deparamos com certa precariedade no sítio. O primeiro dia foi de intenso debate e a AP teve uma forte presença. O galpão era dividido em áreas onde estavam as mais diversas correntes políticas.

Mas o que me marcou do Congresso da UNE foi dormir num galpão e ser acordada por policiais com aqueles cachorrões em cima de nós, nos mandando levantar e fazer fila. Tinha chovido, estava frio e muito úmido. Caminhamos até os ônibus e fomos levados ao Presídio Tiradentes, na capital paulista. Talvez por estarmos em grupo, o medo não foi tão grande. Mas houve aquele susto e o receio do imponderável. No entanto, o que nos preocupava era, sobretudo, como avisar nossos pais de que estávamos bem.

No Presídio Tiradentes, os estudantes foram divididos em grupos. As mulheres ficaram ao lado das presas comuns. Estávamos cheias daquele fervor cívico e então cantávamos “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”. As detentas comuns não entendiam muito bem por que aquelas “moças de família” estavam lá. Pouco tempo depois, saí do Tiradentes num ônibus com outros estudantes e retornei para minha casa.

Mas uma coisa que certamente marcou aqueles que passaram pela ditadura e que merece ser salientada foi a silenciosa força da solidariedade, desde o pescador que certa vez me escondeu embaixo de sua cama para eu escapar da polícia até a visita de pessoas que levavam maçãs aos presos no Congresso de Ibiúna, sem sequer saber quem nós éramos. Acredito que essa solidariedade silenciosa vivida por aqueles que militaram ainda não teve o justo reconhecimento em nossa história.

Os duros anos do AI-5

As condições da nossa militância ficaram muito difíceis depois do Ato Institucional número 5 (AI-5). Comecei a ser perseguida simplesmente por ter participado de uma panfletagem numa feira no dia seguinte à decretação do ato. Eu estava com meu companheiro João Roberto e várias outras pessoas. A polícia começou a nos cercar e então tivemos de correr. Ou seja, tudo ficou mais complicado.

Eu estava de férias, na praia, quando foi baixado o decreto 477 e foi ordenada a minha prisão. Escapei de ser presa porque me escondi na casa de um pescador. Fiquei embaixo de sua cama um tempo, esperando que a polícia fosse embora. Quando escureceu, fugi para o Recife.

Naquele momento, houve um acirramento da perseguição. A polícia chegou ao ponto de pedir minha prisão e de meu companheiro alegando que tínhamos roubado um mimeógrafo de uma Escola de Agronomia que nem existia na Paraíba.

As medidas tomadas pela ditadura especialmente a partir de 1968 acabaram empurrando centenas de estudantes para a resistência armada. No meu caso, por exemplo, a única acusação comprovada era ter entregado panfletos na feira. Este era o meu crime.

A vida no Recife

Depois que fugi para o Recife, em fevereiro de 1969, fui condenada à revelia e não me restou nenhuma alternativa de ação legal. Assim, entrei para a clandestinidade e passei a morar com Simão Almeida Neto e Ana Rita de Castro Almeida, sua esposa, que também eram da AP.

Numa noite, decidimos panfletar numa fábrica têxtil do bairro Torre. Panfletamos e depois tomamos o ônibus e descemos no centro da cidade. Os seguranças da fábrica foram atrás de nós; eles nos prenderam usando um carro da própria empresa e nos levaram para o Dops. O conluio entre alguns empresários daquele período e a ditadura era claríssimo.

Fui presa e, como era Carnaval, havia uma imensidão de gente no Dops. O álibi que arrumei foi o de que eu teria ido à porta da fábrica para “fazer a vida”. A partir daí, eles passaram a me investigar. Andaram comigo pela noite para tentar descobrir se o que eu tinha dito era verdade. Eles me empurravam, me batiam e faziam mil perguntas.

Como eles queriam checar a minha história, perguntavam quanto o homem teria pago para mim. E como eu não sabia do preço que se pagava por esse tipo de serviços, não podia dizer qual era. Então, disse que ele tinha pago com o vestido que eu usava. A roupa pertencia à Ana Rita e ficava grande em mim. Por isso, falei para o policial: “Não está vendo que o vestido está grande? Pertencia à esposa dele e ele me deu, me pagou com isso”.

Num determinado momento, eles resolveram fazer uma acareação com o pessoal da fábrica. Como não tinham sido eles que haviam me prendido e nem estavam lá na hora em que panfletamos, confirmei que eu tinha ido fazer programa por necessidade. O delegado Miranda caiu na minha conversa a ponto de, no final do Carnaval, me dar o endereço de sua irmã para eu tentar um trabalho.

Estava separada de meu companheiro em celas diferentes e ele não sabia nada sobre a história que contei. Logo depois da minha soltura, ele não sabendo da situação foi novamente interrogado e disse quem era. Então, eles ligaram as informações e foram atrás de mim. Consegui me esconder novamente, mas tive de ir para o interior.

Passei a viver na casa de um camponês na cidade do Cabo, região metropolitana de Recife, perto de um canavial e fui cortar cana. Fiquei por lá uns dois ou três meses. Era um processo extremamente delicado porque ao mesmo tempo em que estava escondida, estava também desenvolvendo a mobilização dos trabalhadores rurais para uma greve. Depois, tive de fugir. Passei por dois conventos e em seguida fui para São Paulo com o nome de Josydemeia Santiago. Era 1969.

Escondida na Pauliceia

Eu tinha pouquíssimo dinheiro, o suficiente apenas para uma diária e duas refeições. Cheguei à noite na cidade e fiquei fazendo hora até o horário do “ponto”. Tive sorte porque consegui encontrar o companheiro na Rua Conselheiro Carrão, conforme havia sido marcado. Se não nos encontrássemos, eu teria de voltar num outro dia e assim sucessivamente. E eu não tinha dinheiro para isso. Dali, ele me levou para o apartamento de um casal recém-chegado de Paris. Teresa era socióloga e Rogério Belda engenheiro.

A situação era tão complicada que uma das orientações que eles me deram foi não conversar muito com a moça que trabalhava na casa deles porque os policiais costumavam paquerar as empregadas para conseguir informações sobre os moradores.

A segunda recomendação para que saísse pouco porque eu estava numa área considerada nobre, a Consolação, e eu tinha cara de nordestina – dessas de cabelo oxigenado e roupa exagerada, colorida demais –, então uma figura muito estranha para a região.

Lembro-me também de que havia sido publicado em jornal uma espécie de decálogo para identificar a presença de terroristas. E um dos itens era: “Se você escutar no seu vizinho que o número de descargas não corresponde ao número de pessoas que vive naquela casa, informe a autoridade policial mais próxima”.

Integrada ao “serviço”

Passei um período na casa desse casal e nos integramos à tarefa que era chamada de serviço na AP, ou seja, éramos os elementos da organização que faziam os elos entre os militantes para dar informações, repassar material, marcar reunião etc. Depois, fui viver com uma companheira do Ceará, Ruth, numa pensão na Vila Mariana.

Nas principais ruas da cidade, havia barreiras para nos pegar. Certo dia eu estava numa avenida no Brás, dentro do ônibus, e ele foi parado. Deu para perceber que era uma batida policial. Saí discretamente por trás porque eu estava com material proibido. Entrei num banheiro para me livrar dos papéis, mas a quantidade era grande e estava difícil de dar descarga. Situações como essa nós vivíamos rotineiramente.

Em São Paulo, eu era da Comissão de Agitação e Propaganda da AP. Tive a oportunidade de trabalhar legalmente no jornal *Bondinho*, do Grupo Pão de Açúcar, juntamente com Carlos Azevedo, e ajudei a fazer alguns capítulos do *Livro Negro da Ditadura Militar*. Nesse período, pude ainda trabalhar com Elifas Andreato, que nos ajudou muito.

Como falei antes, fui para São Paulo com o nome de Josydemeia Santiago, que não durou sequer oito meses porque a polícia descobriu que eu tinha fugido usando essa identidade. Então, tirei outro documento com o nome de Maria José das Neves Costa – como se fosse o meu primeiro nome, como se nunca tivesse tido nenhum outro antes. Isso era relativamente comum em São Paulo, onde havia muitos nordestinos sem identidade.

Nesse período, estive hospedada com dois amigos, Marizete Pereira da Silva e José Batista Sobrinho, ela enfermeira que trabalhava no Hospital das Clínicas. E eles foram presos justamente por me esconderem. Então, tive de fugir de novo.

Entrando para o PCdoB e seguindo para Minas

Entre para o PCdoB em 1973, como parte do processo de incorporação da AP. Como eu era uma simples militante na AP e não fazia parte da sua direção, o processo de adesão ao PCdoB foi mais fácil. Além disso, do ponto de vista político-ideológico, essa união foi como um desdobramento natural das opiniões e dos debates que fazíamos internamente.

Naquele momento, eu dizia para mim mesma que estava saindo de uma organização fluída para um partido revolucionário. Aquela era uma importante etapa de transição da minha militância para um novo estágio de maior responsabilidade.

Em fevereiro de 1972, fui enviada para Minas Gerais a fim de ajudar na construção do partido, que estava desarticulado. Por lá, faziam parte da Estrutura 1: Sérgio Miranda, Luís Bernardes e sua esposa, Nilcéia Moraleida. Eu estava na Estrutura 2 e Sérgio fazia a ponte entre as duas partes do partido. A Estrutura 1 era ocupada pelos militantes do próprio PCdoB. E a Estrutura 2, originária da Ação Popular. Essa divisão foi uma forma de preservar o partido dos ataques da ditadura. Claro, isso tornava a nossa atuação política um pouco mais complicada.

Apesar de já estar no partido, em Belo Horizonte fui viver num apartamento de pessoas que eram da AP e de outras organizações. Pouco tempo depois, meu companheiro Alberto Jorge, médico já formado e também da AP, seguiu para lá.

Fomos morar num barraco. E aí houve um problema: ele não tinha sido condenado a nada e precisava ficar na legalidade para poder exercer a profissão, do contrário poderia perder o registro no CRM. E eu precisava me manter clandestina. Nesse processo, acabamos nos separando.

Depois que ele se foi, passei a viver no Bairro Industrial, em Contagem, de concentração operária, até hoje um dos principais núcleos do PCdoB no estado de Minas. Fui atuar numa creche e numa associação comunitária e a partir daí pude ter uma relação mais próxima com Minas Gerais.

Nas eleições de 1974, estavam vigentes as duas estruturas do PCdoB. No caso de Minas Gerais, predominou a posição favorável ao voto nulo. Evidentemente, foi um equívoco porque houve uma vitória espetacular do MDB, algo que teve um simbolismo muito grande na luta contra a ditadura. Essa posição dificultou a construção do partido no estado e, em certa medida, tem sequelas até hoje.

Intervalo: vivendo no Rio

Em 1975, fui mandada para o Rio de Janeiro, onde vivi por um tempo. O objetivo era ajudar na rearticulação do partido no estado que havia sido duramente atingido pela repressão. Chegando lá, me encontrei com Haroldo Lima e fui trabalhar na Associação Brasileira de Educação.

Naquele momento, várias pessoas já haviam sido presas. E talvez a polícia já estivesse seguindo os meus passos. E no Rio vivi outro episódio daquela solidariedade silenciosa de que já falei. Um dia cheguei ao prédio na Cinelândia, e Dona Carmem, de 81 anos, que trabalhava comigo ali, estava me esperando aflita na portaria. Ela não tinha noção do que eu era, mas disse: “Não suba não. Veio alguém aqui lhe procurar que eu achei muito estranho”. Então, fui morar temporariamente no Méier. E foi no Rio de Janeiro, também em plena Cinelândia, que eu soube pelos jornais da Queda da Lapa.

Retorno a Minas

Devido às circunstâncias decorrentes da Chacina, retornei para Minas Gerais depois de passar quase dois anos no Rio. Em Minas, por volta de 1978, conquistamos a adesão de núcleos da Ação Popular ligados a Célio de Castro, que eram politicamente fortes e tinham uma intervenção grande no estado. Inclusive, eles haviam feito um importante trabalho de solidariedade à Guerrilha do Araguaia. Célio era médico e, juntamente com seus colegas de profissão, deu um apoio real mandando medicamentos para os guerrilheiros.

Quando Célio entrou para o partido em 1978, passou a integrar a direção. Sérgio Miranda, Manoel Cação (Quincas), Luís Antônio Bernardes, Dalva Stela e eu também fazíamos parte da direção e, a partir dessa composição, iniciamos um processo de consolidação do partido e de unificação entre as duas estruturas.

Ventos redemocratizantes

Naquele momento, ainda havia dificuldades de implementar uma organização maior. O debate político, por sua vez, cresceu, mas ainda estava marcado por certa falta de convicção ou pela pouca capacidade de enfrentar os desafios impostos por uma elite que passou a buscar a hegemonia do processo da redemocratização.

Em 1982, já anistiada e mãe de dois filhos, eu já estava na militância do movimento de mulheres. Além de mim, representando o PCdoB, havia membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi assim que passei a ter uma participação maior nos movimentos sociais e uma militância mais aberta na sociedade, ultrapassando os limites impostos pela clandestinidade. Foi um período de transição em que passei também a me incorporar no processo político real, especialmente a partir de 1984, na campanha das Diretas Já.

Tancredo Neves iniciara as movimentações e foi organizado um grande comício em Belo Horizonte. Ele definiu que não deveríamos levar as nossas bandeiras. E nós cedemos, mesmo tendo influência na coordenação do movimento. Foi um grande equívoco histórico que marcou esse processo. Mas são as armadilhas das elites mineiras.

Engajamento na luta feminista

Naqueles tempos, ganhou força o meu engajamento no movimento de mulheres desde o trabalho na creche comunitária do bairro industrial no final dos anos 1970, passando pela construção, em 1982, de uma coordenação Pró-Federação das Mulheres de Minas.

Em 1983, criamos o Movimento Popular da Mulher (MPM), do qual fui a primeira presidenta – um embrião das entidades de mulheres que nós temos hoje. Mais tarde, em 1989, tornei-me a primeira presidenta da União Brasileira de Mulheres (UBM). Portanto, este foi um período da minha vida voltado para a militância na luta das mulheres, mas foi também um período difícil: como costuma ser para as mulheres em geral, tive de me dividir entre as diversas atividades cotidianas e o trabalho político.

Em 1980, nasceu minha primeira filha e eu estava na semiclandestinidade. Fui para casa sozinha porque o pai dela estava em outro lugar. Tive de cuidar dela e enfrentar a depressão pós-parto que, no meu caso, felizmente foi curta.

Este é um dos desafios pelos quais as mulheres passam. Há também a dificuldade de se fazer respeitada pelos homens. A militante mulher enfrenta situações cotidianas de grande complexidade e foi isso que me incentivou a tentar me dedicar mais e a compreender melhor a luta emancipadora.

No caminho que trilhei para compreender os desafios enfrentados pelas mulheres na sua militância, João Amazonas foi uma figura decisiva. Diria mesmo que ele foi um protagonista da corrente emancipacionista. Ele tomou uma série de iniciativas nesse sentido. Por exemplo, no nosso rol de propostas para a Constituinte, foi dele a ideia de cota feminina para o corpo diplomático. A questão da cota surgiu em 1985 na Conferência de Nairóbi. E Amazonas já colocou a questão na pauta em 1986. A partir das suas formulações, foi sendo construído um pensamento novo sobre essa questão.

7ª Conferência

Participei da 7ª Conferência, na Albânia, entre 1978 e 1979, e sua principal marca foi primeiramente o debate sobre o significado da Guerrilha do Araguaia. Minha posição foi a mesma apresentada por João Amazonas. Além disso, discutimos sobre a nova conjuntura no Brasil e qual tática o partido deveria assumir naquele momento.

Lembro-me com muita precisão da visão que João tinha. Ele dizia que deveríamos nos incorporar aos movimentos grevistas que se iniciavam no ABC e que indicavam um novo momento político que o país começava a viver. E os integrantes que depois formaram o Partido Revolucionário Comunista (PRC) diziam que isso era uma ilusão de classe, que deveríamos continuar nos fingindo de mortos porque aquele movimento seria mais uma manobra da ditadura.

Estes dois temas foram fundamentais na construção política do nosso partido e nos levaram a ter uma posição mais ofensiva naquele momento e a participar com mais força dos movimentos sociais, principalmente o movimento contra a carestia. Somente com o passar do tempo pude compreender com maior nitidez a absoluta justeza das opiniões de João Amazonas.

Sáímos daquela conferência com uma posição bastante firme. Fingir-se de morto naquele momento, achar que tudo o que estava acontecendo era manobra da ditadura militar significava não compreender o novo momento de maior protagonismo da classe operária que estava surgindo no Brasil.

Anos mais tarde, no 6º Congresso do PCdoB, realizado entre 1982 e 1983, foi apresentada a proposta de minha entrada para o Comitê Central. Foi um susto para mim porque não me achava à altura de ocupar aquela posição. Mas acabei sendo eleita. Esse também é um aspecto da questão da mulher: a profunda insegurança. Ela nunca se acha capaz e acaba alimentando poucos projetos e perspectivas de avanço.

São raras as mulheres militantes que conseguem consolidar o seu trabalho e fazer parte de instâncias de direção justamente por conta de todas as dificuldades que ela encontra, inerentes à sua condição de mulher. Para mim, foi um grande orgulho poder fazer parte da direção, que ocupo até hoje de maneira aguerrida, focada na transformação de nosso país.



MARIA LIÈGE SANTOS ROCHA

Maria Liège Santos Rocha nasceu em Teresina, Piauí, no dia 13 de outubro de 1944. Aos dez anos foi para Salvador, onde passou grande parte de sua vida. Começou sua militância no movimento estudantil e logo ingressou na Ação Popular (AP). Em 1973, como a maioria dos membros da AP, incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi presa pela primeira vez no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de Ibiúna em 1968. Integrou a coordenação do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia na Bahia. Com a redemocratização, encampou a luta das mulheres, frente que passou a priorizar e na qual se tornou uma reconhecida liderança. Atualmente, é secretária nacional da Mulher do PCdoB.

Os jovens do Desterro

Em 1964, quando houve o golpe, ainda não tinha muita consciência do que aquilo significava, mas sabia que não era algo bom, pois ouvia falar da repressão e das perseguições. Eu vivia no bairro do Desterro e tinha um vizinho que era da AP. Lembro-me que ele escondia e queimava livros temendo ser pego pela polícia. Morávamos numa rua em que havia muitos jovens e na frente da casa de meu pai tinha um jardim com bancos. Começamos a nos sentar

ali para conversar e assim surgiu a ideia de fazer um clube dos jovens da rua, ao qual demos o nome de Berimbau. Nesta época, chegou para ser pároco da Igreja de Santana o padre Luna. E nós começamos a organizar com ele a missa dos jovens.

Uma vizinha mantinha contato com professoras da Escola de Serviço Social que foram chamadas para fazer algumas palestras aos participantes do *Berimbau* e o grupo acabou sendo um degrau para eu entrar na AP.

Aos poucos, aquele clube que tínhamos criado – que mobilizava a vizinhança, fazia festas e que chegou a organizar sua própria “olimpíada” – começou a fazer também uma série de debates com temas da atualidade. Tínhamos ainda o jornal *O Berimbau*, feito em mimeógrafo a álcool. Não tínhamos ligação com a Juventude Universitária Católica (JUC), nem com a Juventude Estudantil Católica (JEC). Éramos apenas jovens mobilizados e ligados à igreja. Por isso, alguns acabaram entrando para a AP.

A entrada na universidade

Logo que entrei para a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no curso de Biblioteconomia e Documentação, em 1967, formamos um grupo de estudo que debatia Caio Prado, Nelson Werneck, entre outros. Assim comecei a me envolver no movimento estudantil, onde a AP e o PCdoB eram forças significativas. Muitos dos militantes comunistas com quem convivi naquela época foram deslocados para o Araguaia, como ocorreu com Dina (Dinalva Oliveira Teixeira) e Antonio Carlos Monteiro. Eles eram estudantes de Geologia. As manifestações feitas na universidade e na cidade eram geralmente organizadas pelo pessoal da AP e do PCdoB a partir desta faculdade, que ficava próxima à minha.

Certa vez, Bemvindo Sequeira – da Escola de Teatro, que posteriormente se tornou ator da Rede Globo – convidou os estudantes para assistirem a uma peça que ele estava encenando no Teatro Castro Alves e que estava sendo questionada pela censura. Nós fomos. A polícia cercou o teatro e saímos de camburão para a secretaria de Segurança Pública, onde passamos a noite.

Mais tarde, em 1968, fui eleita presidente do diretório estudantil e participava do conselho da União dos Estudantes da Bahia (UEB). Éramos muito ativos, discutíamos sobre a realidade brasileira, os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, as diretrizes de base etc. Naqueles anos, convivi com muitas pessoas que foram perseguidas e mortas devido à sua atuação política, como Umberto Câmara Neto, Eduardo Collier e Mata Machado.

Congresso de Ibiúna

As delegações baianas do PCdoB e da AP ao congresso de Ibiúna eram as maiores. Muitos dos delegados viajaram juntos. Quando chegamos a São Paulo, nós nos separamos do pessoal do PCdoB. Uma coisa que me chocou foram os cavalos nas ruas. Bastava juntar três estudantes e os policiais, montados, já iam para cima de nós.

Fernandinho, estudante de arquitetura, foi com um ponto da AP já combinado e ficou acertado que iríamos para uma cidade do interior onde havia um convento. Ficamos alguns dias por lá até termos autorização para partir. Lembro-me que o congresso foi uma maluquice: chovia naqueles dias e colocaram uma lona para nos abrigar; o almoço era servido num local onde tinha sido coxia de animais; tínhamos de tomar banho na cachoeira num frio de lascas e à noite dormíamos em um galpão enorme. Fazíamos muitas discussões e lembro-me muito de José Dirceu (José Dirceu de Oliveira e Silva), Travassos (Luiz Travassos) e Franklin Martins, por exemplo.

Um dia acordamos com a notícia de que a polícia estava chegando. Os estudantes que estavam na organização do congresso iam comprar milhares de pães na cidade e isso foi chamando a atenção da polícia, que finalmente chegou ao sítio. Depois de presos, andamos não sei quantos quilômetros até a cidade e nos sentamos na praça cercada por policiais para depois os ônibus nos pegarem e nos levar para o Presídio Tiradentes. Algumas pessoas, eu inclusive, foram em caminhões da polícia.

Fichados e liberados

No Tiradentes, todo mundo foi fichado. Éramos fotografados, tivemos as impressões digitais colhidas e demos pequenos depoimentos. Havia uma militante – acredito que se chamava Maria Augusta – que mais tarde esteve naquela troca feita no sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Lembro-me que, por diversas vezes, ela foi tirada da cela para prestar depoimento. Ao todo, permanecemos ali por volta de oito dias. Naquele ano, fiz aniversário presa no Tiradentes. Depois disso, todos os estudantes foram enviados para suas cidades natais em ônibus acompanhados pela polícia.

Seguindo para Salvador, passamos por situações constrangedoras. Parávamos nas cidades para almoçarmos e ninguém queria se sentar com os policiais, mas eles se sentavam conosco para nos vigiar. Algumas pessoas eles levaram separadas das demais. Foi o caso de Luiz Travassos, Jean Marc, Vladimir Palmeira e José Dirceu. Aquela era uma forma de evitar a fuga das principais lideranças.

Quando chegamos a Salvador, nossos pais estavam nos esperando no quartel do Exército, na Cidade Baixa, para o qual fomos levados. Novamente fomos fichados e prestamos depoimentos, e em seguida, liberados.

Depois de retornar a Salvador, continuei na universidade. No começo do ano seguinte ao congresso, 1969, quando fomos fazer a matrícula, descobrimos que todos os que haviam estado em Ibiúna haviam sido cassados. Fizemos assembleias para pedir nossa manutenção no curso.

Neste ínterim, Luís Artur, que era o chefe da Polícia Federal, chamou José Sérgio Gabrielli, que era meu amigo da AP, e seu pai. E na semana seguinte me chamou e a meu pai. Ele queria nos dar lições de moral e dizer a nossos pais que eles eram responsáveis por nós e se voltássemos à faculdade seríamos presos em flagrante. Era uma maneira de nos ameaçar.

Fora Rockefeller

Foi nesse período, 1969, que fizemos uma grande ação do movimento estudantil: as manifestações contra a visita de Rockefeller. Organizamos equipes com todas as correntes do movimento estudantil para pichar todos os pontos possíveis e imagináveis de Salvador. Foi um negócio maravilhoso: frases como “Fora Rockefeller” e “Abaixo o imperialismo norte-americano” estavam espalhadas por todos os lugares da cidade. Eu e outras duas pessoas ficamos encarregadas de pichar o pátio interno da Faculdade de Medicina, que na época funcionava no prédio do Terreiro de Jesus, centro de Salvador.

Além disso, fizemos um grande ato no qual acabei sendo detida com uma outra colega porque Luís Artur me reconheceu. Fiquei uns seis dias presa na polícia feminina e, da mesma forma, eles chamaram o pai de minha colega para dizer que eu era má influência. Essas ações contra Rockefeller foram algo muito forte para o movimento estudantil porque unificaram todas as correntes.

Deslocamento para Recife e Fortaleza

Depois de todos esses acontecimentos, ainda em 1969, Tibério Canuto, dirigente da AP com quem eu tinha contato mais direto, me disse que eu tinha de sair de Salvador. Por isso, em março de 1970 fui para o Recife. Cheguei exatamente no dia 31 de março e os tanques estavam nas ruas comemorando a “gloriosa revolução” de 1964. Fui recebida por Luci, esposa de Luciano Siqueira. Em seguida, decidiram que eu tinha de ir para Fortaleza, de maneira que fiquei poucos dias na capital pernambucana.

Quando cheguei a Fortaleza, havia uma estrutura mais ou menos montada. Meu contato era com Fátima Fonseca e seu irmão Manuel Fonseca, um dirigente da AP. Inicialmente, morei com uma professora que não era da AP e não sabia quem eu era de fato. Depois, fui morar com Fátima Fonseca. Formávamos a base do serviço, responsável por receber as pessoas e levá-las para reuniões e pontos. Mais tarde, mudei para a casa de Mata Machado, sua companheira e filho. No período que fiquei em Fortaleza, primeiro trabalhei num grande magazine e depois numa fábrica.

Naquele momento, sabíamos que havia militantes fazendo treinamento em Cuba e na China, bem como numa fazenda no interior. Mas tínhamos de nos fingir de mortos por causa da repressão, então, tínhamos pouca informação sobre o que os outros estavam fazendo. Por exemplo, em Fortaleza, eu sabia somente do meu pedaço do serviço. Lembro-me que conheci dois operários, Zeca e Francisco, porque eu levava material para eles. Fazíamos encontros em feiras, em mercados, levávamos sacolas e passávamos o material.

Conheci muita gente nesse período fazendo esses contatos para os pontos. Um deles foi Luís Guedes, e outro Aldo Arantes. Com Haroldo Lima, a situação foi meio folclórica. Eu tinha de sair de uma esquina para outra – porque fazíamos o ponto andando – e devia levar um pacote de maisena, para ser identificada. Dali a pouco, ele chegou também carregando um pacote de maisena porque tinha se esquecido se era ele ou a outra pessoa que devia estar com o produto.

No ponto, costumávamos esperar dez minutos; depois, passamos para cinco minutos. Quando a repressão aumentou, saíamos de um local e a outra pessoa saía de outro e nos cruzávamos como se fosse por acaso. E mesmo depois do encontro, continuávamos andando para assegurar que não estávamos sendo seguidos.

Os macetes da clandestinidade

Em Fortaleza, eu tinha contato com Fonseca, outro de quem não recorro o nome, e Luciano Siqueira, que às vezes viajava para aquela cidade. E eu, por vezes, viajava para Natal para levar material. Para isso, embrulhava tudo em papel pardo, pegava o ônibus, colocava o pacote num banco na parte da frente e me sentava mais atrás. Assim, se a polícia entrasse o pacote não estaria comigo.

Também costumávamos passar informações enroladas em bulas em caixas de medicamentos ou, então, se fosse muito sigiloso, colocávamos até em tubo de creme dental. Para viajar, era comum também colocarmos a informação na bainha da blusa. Outro método era escrever no papel com limão e depois colocar a vela para ler. Passávamos a noite fazendo esses truques.

A adesão ao PCdoB e a vida no Recife

Quando eu morava com Mata Machado, lembro-me que começaram a surgir discussões sobre o caráter da AP e seu ingresso no PCdoB. Uma vez ele viajou para São Paulo, clandestinamente, para fazer uns contatos nesse processo de debate. Conversei sobre isso com a pessoa com quem eu tinha contato e disse que eu achava que ele estava “tirando o time”, que ele não estava aceitando a integração da AP no PCdoB.

O fato é que em 1972, Mata Machado já estava firmemente decidido a continuar na AP e eu segura de ingressar no PCdoB. Então, por decisão da direção, saí de Fortaleza e fui para o Recife. Lá também fiquei no setor de serviços da AP, fui trabalhar no Laboratório Central da Secretaria Estadual da Saúde (Lacen) e, em seguida, entrei para o PCdoB. Foi então que me casei com Arthur Geraldo Bomfim de Paula.

Quando fui para Pernambuco, inicialmente fiquei no apartamento onde moravam minha irmã Lúcia, Lourdes Meira e Rosinha, uma companheira de Pernambuco. Depois, como havia muita gente concentrada, fui morar com Fernando Fiúza, sua mulher Madalena e seu filho Raul. Ele era dirigente do partido e acompanhava o setor de serviços. O meu sexto sentido indicava que algo não se encaixava bem em relação a Fernando. Havia sempre uma desconfiança, um mal-estar que eu não sabia explicar. Nós três trabalhávamos, mas vivíamos na pindaíba. E eu achava estranho, por exemplo, o fato de eu sair mais cedo para pegar o ônibus elétrico, porque era mais barato, e Fiúza sair em cima da hora e tomar lotação. A lotação era quase um táxi, bem mais caro que o ônibus. Ficava indignada com aquilo porque tínhamos o dinheiro contadinho.

Depois que casei, passei a morar com Arthur e o companheiro Raimundo Oswald. Enquanto eu trabalhava na secretaria de Saúde, os dois trabalhavam com artesanato – bolsas,

carteiras etc. – e vendiam para grandes lojas do Recife. E o único contato nosso continuou sendo Fernando Fiúza. A orientação era que ninguém podia conhecer nossa casa porque ali ficavam os arquivos do partido. Depois, Arthur passou a trabalhar com um pastor americano, como monitor num centro de telecurso. Mais tarde, este pastor foi preso com Alanir Cardoso e expulso do Brasil.

Uma vez fiquei muito brava com Fernando. Eu era muito amiga da mulher dele. Um dia ele me disse que ambos precisavam viajar para levar material ao interior e perguntou se eu podia ficar com Raul. Concordei e Arthur e eu fomos encontrá-los numa praça para pegar o menino.

Dias depois, quando fomos levar Raul de volta, ela me contou que eles tinham ido assistir a Paixão de Cristo, que era caríssima. Fiquei indignada porque levávamos uma vida de sacrifício. E eles disseram que iam entregar material e passaram o fim de semana no bem-bom. Depois de algum tempo, contei isso para Luciano. Disse que sempre tive uma pulga atrás da orelha com Fernando e achava o comportamento dele esquisito.

Um dia, sem que Arthur e eu soubéssemos, Raimundo Oswald levou Fernando lá em casa, aonde era proibido levar qualquer pessoa. E, no final, ele acabou levando a polícia até a nossa casa.

A prisão de Arthur e Raimundo

Em abril de 1974, eu já tinha tido minha filha Helenira. Quando ela estava com dois meses, resolvemos visitar minha família. Fui para Alagoas, na casa de uns amigos, onde me encontrei com o pai de Arthur. De lá, seguimos para Salvador e Arthur voltou para casa em torno da meia-noite. Logo depois a polícia chegou. Matou um cachorro nosso e prendeu Arthur e Raimundo. A polícia ficou uns dias lá em casa esperando que eu voltasse. Nesse período, eles ainda prenderam o pastor, que fora visitar Arthur, e até mesmo um aluno do telecurso que também tinha ido em casa. E o rapaz não sabia de nada.

Quando viajei, Arthur e eu havíamos combinado um dia e horário para eu ligar para a casa dos padres, onde ele estaria. Liguei e o padre desconversou; disse que Arthur não estava lá. Mas nunca passou pela minha cabeça que os agentes pudessem ter invadido minha casa porque ninguém a conhecia. E soubemos depois que Fernando tinha entregado a casa. Arthur e Raimundo passaram 40 dias incomunicáveis e sob tortura.

Em nosso bairro havia uma freira, irmã Denise. Quando soube que Arthur tinha sido preso, ela bateu em todas as delegacias. Dizem até que isso fez com que os policiais não o matassem na tortura. Só que ela procurava por João, nome que Arthur usava. E só foram descobrir o seu nome real porque um policial o reconheceu dos tempos em que ele morava em Salvador.

Na prisão, o delegado Miranda – que era uma espécie de Fleury de Pernambuco, um verdadeiro carrasco – disse para Arthur que eu tinha sido presa e que nossa neném tinha sido mandada para um orfanato. Só descobrimos isso quando seu Alberto, pai de Arthur, foi visitá-lo.

Primeiramente, ele falou com Miranda para pedir autorização. E Miranda virou para ele e disse: “Olha, diga a ele que aquilo que eu falei é mentirinha, viu?”. Foi assim que Arthur descobriu que nem eu estava presa, nem a neném estava num orfanato.

Entre o Rio e o Nordeste

Eu não soube da prisão imediatamente. Quando tudo aconteceu, eu estava na casa de seu Alberto. E nesse ínterim, ligaram para a casa de meu pai me procurando. Meu pai disse que eu não estava e que ele não sabia de mim. Depois disso, um amigo de Alagoas foi à casa de seu Alberto me avisar. Eu tive de fugir com a neném de ônibus. Ana Maria, minha irmã, foi comigo. Ela ficou com a menina no mesmo ônibus, mas sentamos separadas porque caso fôssemos paradas, a repressão não saberia que era minha filha. Foram 36 horas de viagem de ônibus de Salvador para o Rio de Janeiro, onde fiquei na casa de uma prima. E Ana retornou a Salvador.

Depois de um tempo que eu estava no Rio, seu Alberto conseguiu passar a visitar Arthur e a me mandar notícias. Então, soube da prisão e fiquei em estado de choque. Eu queria voltar, mas um advogado amigo nosso, que era do PCB, me orientou a não fazer isso porque eu poderia ser presa.

Fiquei no Rio até julho de 1975. Quando voltei, minha prima me levou de carro com o seu marido porque era arriscado, para mim, ir de ônibus ou de avião. Primeiro, ela me levou para a casa de meu sogro, para ver como estava a situação. De lá, fui para a casa do meu pai, em Salvador.

Em agosto, já em Salvador na casa de meu pai, Helenira morreu em consequência de difteria, apesar de ter sido vacinada. Foi uma tragédia na minha vida. E Arthur nunca mais viu a filha. Meu irmão dizia que eu precisava arrumar alguma coisa para fazer, porque se não eu iria pirar. Mas costumo dizer que nos momentos mais difíceis, não sei de onde, eu sempre arranjo força.

Em dezembro de 1975, Arthur foi solto. Ficamos morando um tempo na casa do pai dele e um tempo na casa de meu pai. Fiquei grávida de Lia e quando ela estava com dois meses, a história se repetiu e Arthur foi preso novamente. O primeiro aniversário de Lia foi comemorado na prisão onde o pai dela estava junto com os outros companheiros.

O começo da luta feminista

Antes de ele ser solto, eu já estava participando do Movimento Feminino pela Anistia, cuja idealizadora foi Terezinha Zerbini, no ano de 1975, em São Paulo. Ela foi a Salvador algumas vezes e lá quem compôs o movimento fomos nós, do PCdoB, e as familiares dos presos do PCB. Tínhamos uma atuação marcante. Fizemos várias atividades no Colégio 2 de Julho, nas Mercês etc.

Em 1976, tive o primeiro contato com a questão da luta feminista. Maria Moraes foi a Salvador nos propor que criássemos uma associação feminista. Havia movimentos como o Brasil Mulher, depois vieram o Mulherio e o Nós Mulheres, e as mulheres do PCB criaram os Centros de Estudo da Mulher Brasileira. Somente em 1986, criamos a revista *Presença da Mulher*.

Depois do Movimento Feminino pela Anistia, criamos o Comitê Brasileiro pela Anistia. Em seguida, juntamente com companheiras do partido, do PCB, do Brasil Mulher e da uni-

versidade, constituímos a Comissão Pró-organização do Movimento de Mulheres na Bahia. Mais tarde, realizamos o 1º Encontro da Mulher Baiana, em 1982.

Quando Arthur foi solto, em 1978, começamos a organizar o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Dele faziam parte Arthur, Agnaldo, irmão de Renato Rabelo, Ana Guedes, Joviniano Neto, Fátima Gaudenzi e eu. Nós organizamos na Bahia o 2º Congresso da Anistia em 1979.

O movimento pela anistia

A anistia na Bahia foi uma coisa fantástica. Fizemos caravanas pelo interior do estado com o objetivo de popularizar a questão. Participei de várias em companhia de Rui César, que era o presidente da UNE na época. Em Salvador, fizemos atos e carreatas; a que comemorou a conquista da Anistia em agosto de 1979 foi encerrada nas escadarias da Igreja do Bonfim, onde Haroldo Lima leu a carta que falava da fuga de Theodomiro Romeiro dos Santos.

Theodomiro foi o único preso político da Bahia condenado à prisão perpétua por ter sido acusado de matar um sargento. Portanto, era um dos poucos que não podiam ser anistiados. E se ele ficasse sozinho no cárcere, certamente seria morto. Então, Haroldo escreveu a carta *E Viva a Liberdade!*, maravilhosa e muito impactante.

Engajamento em outras frentes sociais

Naquele período, já havia o Trabalho Conjunto, uma experiência muito interessante na Bahia que reunia todas as correntes e as organizações de esquerda para ação política na cidade de Salvador. As reuniões aconteciam aos sábados pela manhã no convento São Bento. Dom Amoroso era o abade, um homem progressista que inclusive escondeu pessoas na época da mais dura perseguição.

Além do Trabalho Conjunto, havia uma outra organização do pessoal de Arquitetura e Engenharia. Juntos, nos solidarizávamos com as famílias que ocupavam terrenos em busca de moradia. Por exemplo, nas ocupações das encostas da Bahia, esse pessoal verificava quais eram as áreas de risco.

Nesse mesmo período, por volta de 1981, 1982, aconteceram as manifestações contra o aumento das tarifas e a precariedade dos ônibus. Teve um grande quebra-quebra; e Haroldo e Arthur foram presos como responsáveis. Ou seja, era um momento em que atuávamos em diversos movimentos populares. O Trabalho Conjunto – coordenado pelo arquiteto Manuel José – teve um papel muito importante na luta pela redemocratização.

Também foi nesse momento que aconteceram as manifestações em defesa de Javier Alfaya. Nascido na Espanha e eleito presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1981, ele teve sua cidadania questionada pelo Ministério da Justiça, que quis expulsá-lo do país.

Arthur e eu também participávamos do Trabalho Conjunto. Na ocasião do quebra-quebra de ônibus, como ele estava sendo procurado pela polícia, ficou escondido na casa

de meu primo e resolveu me telefonar. A polícia rastreou a ligação, foi até lá e o prendeu. Foi quando ficamos sabendo que os telefones do comando do nosso movimento estavam grampeados.

Ampliando o movimento de mulheres

Da mesma forma como em Salvador nós tínhamos a Coordenação Pró-organização do Movimento de Mulheres, em São Paulo as companheiras participavam do debate sobre a criação de uma federação. Na Bahia, éramos contra esta posição, tanto que nós criamos essa coordenação.

O 1º Encontro da Mulher Baiana, que aconteceu em 1982, foi grande e congregou todas as forças, menos o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que era uma pedra no nosso sapato. Juntamos o pessoal do Brasil Mulher e as que estavam começando a organizar o Partido dos Trabalhadores (PT) e oriundas da AP. Lídice da Mata, por exemplo, era presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e fazia parte da coordenação, assim como eu, que também a integrava representando o CBA. Ana Montenegro, que era do PCB, também atuava conosco.

Mais tarde, logo após a Anistia, em 1979, início dos anos 1980, começamos a ampliar o processo de organização das mulheres. Realizamos também o Encontro da Mulher Trabalhadora. Enquanto partido, atuávamos no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Mulher. No ano de 1982, conseguimos eleger três vereadores do PCdoB ainda pela sigla do PMDB: Ney Campello, liderança do movimento contra a carestia; Lídice da Mata; e a médica Jane Vasconcelos. E Haroldo Lima foi eleito deputado federal; e mais tarde, em 1986, foi eleito deputado federal constituinte.

A partir de 1984, iniciamos o processo de mobilização para a legalização do PCdoB. Na Bahia, conseguimos realizar uma mobilização maravilhosa e realizamos um grande encontro dos comunistas no Colégio Iceia.

Confusão em ato pró-anistia

O CBA da Bahia foi um dos movimentos mais atuantes naquele momento, a ponto de termos conseguido realizar o 2º Congresso da Anistia, em Salvador. Fazíamos uma articulação com todo o Nordeste. E nesse processo de mobilização, viajei, por exemplo, para Alagoas e Pernambuco. Lembro-me que Diva Santana, irmã de Dinaelza, morta no Araguaia, estava no CBA e participou da caravana dos familiares desaparecidos no Araguaia junto com Elza Monnerat.

Como parte das atividades em defesa da anistia, foi feito um ato na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia com o lançamento de uma revista sobre a Guerrilha do Araguaia e a exibição de *slides* da caravana dos familiares. O auditório era enorme, cabiam cerca de 500 pessoas. Quando nós chegamos para a atividade, começamos a sentir uma coisa esquisita no ar. E começamos a cochichar: “Olha, tem alguma coisa estranha aqui”. Mas ninguém sabia detectar direito o que era aquilo.

Aos poucos, percebemos o que era: havia um agente da Polícia Federal com um daqueles gravadores enormes. Então os rapazes seguraram o agente, retiraram o gravador dele e destruíram a fita. Essa confusão aconteceu no momento em que Elza e Diva iriam fazer a apresentação dos *slides*. Logo depois, a polícia cercou o auditório. E chegou um tenente que parecia estar mais nervoso do que nós. Ele dizia que tinha sido treinado para combater a Guerrilha, como se ele estivesse diante de um possível confronto armado.

Os policiais prenderam os militantes que tinham tomado o gravador. Eu estava sentada em minha cadeira e um deles apontou para mim. Acabei sendo levada junto. Ao todo, foram detidos dez homens e eu.

Prisão

Quando chegamos à Polícia Federal, um dos agentes puxou minha orelha e disse: “Não aponte mais os meus homens”. Ele se referia ao fato de eu ter feito sinal para Loreta Valadares mostrando que havia policiais no auditório.

Como eu estava usando uma bata solta, eles pensaram que eu estava grávida e me mandaram fazer exame no Instituto Médico Legal. Quando cheguei, o médico era colega de um primo de Arthur. Ele me examinou e disse que eles queriam saber se eu estava grávida.

Depois do exame, fiquei presa. Nossa prisão foi de 1º a 22 de julho de 1982. E ficamos incomunicáveis por dez dias. Lembro-me que fomos levados num grande comboio, como se fôssemos os piores elementos. Eu tinha sido separada dos outros e os rapazes ficaram preocupados comigo porque eu estava sozinha. Eles foram divididos, ficando cinco em cada cela. Não tinha jeito de nos falarmos.

Um dia disseram que uma médica queria me visitar. Fiquei sem entender e achava que era médica deles. Mas tratava-se de uma médica nossa que queria quebrar a incomunicabilidade. O pessoal queria ter notícias de como eu estava e conseguiu fazer com que ela me visitasse. Mas os policiais não deixavam sequer o advogado ter acesso a nós.

Como todos tínhamos nível universitário, depois de dez dias eles nos transferiram da delegacia do Beiru, um bairro de Salvador, para um quartel dos bombeiros. Aí sim tivemos a incomunicabilidade quebrada e passamos a receber visitas. Minhas filhas eram pequenas e como Arthur achou que eu ficaria presa pouco tempo, num primeiro momento não contou nada para elas. Como começou a demorar, ele disse que eu estava viajando e por fim acabou resolvendo levá-las para me visitar. Depois disso, quando elas viam um policial, apertavam nossas mãos como se temessem ser levadas e perguntavam se eles eram do bem ou do mal. Para elas, do mal eram aqueles que haviam prendido a mãe delas.

O comandante do quartel dos bombeiros onde ficamos tinha sido professor de Arthur no ginásio. E os rapazes começaram a insistir para que eu pudesse tomar banho de sol no mesmo horário que eles, para que não ficasse sozinha. Então, o comandante foi conversar comigo para saber se eu achava que tinha problema, afinal eu era uma mulher casada, mãe de filhos. Respondi: “De jeito nenhum, acho ótimo”. A partir do dia seguinte, passamos a ir juntos para o pátio e passei a ter com quem conversar.

Solidariedade

A solidariedade é um negócio impressionante. Minhas filhas Maíra e Lia estudavam numa escolinha e Maíra faz aniversário no dia 22 de julho. Naquele ano, eu estava presa. As diretoras da escola, com outras mães, resolveram comemorar o aniversário dela porque achavam que eu não ia sair da prisão. Quando chegou o dia 22, fui solta e fui para a escola. Mas eles tiveram de organizar o aniversário para ela não ficar sem a sua festinha. Fizeram brigadeiro, bolo, tudo. Naquele momento, havia uma solidariedade muito grande entre as pessoas. As diretoras da escola eram progressistas, sabiam da nossa vida e sabiam que havia outros pais de alunos em situação semelhante.

Eu me lembro que alguém levou um livro para mim e uma militante, Ada, um quebra-cabeça. Ela era do movimento contra a carestia e depois dessa minha prisão, a repressão fez uma cartilha com os comunistas infiltrados no serviço público. E distribuíram-na em vários lugares da cidade. Nela, havia uma imagem minha desenhada como se estivesse entregando material à Ada. Os funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (Emater-BA), onde eu trabalhava, fizeram uma nota de solidariedade e o meu chefe, para que eu pudesse receber e não fosse demitida por abandono de emprego, me deu férias no período da prisão.

Prisões de outros camaradas

Quando eu já estava em liberdade, fui fazer uma palestra na biblioteca central pela Semana do Bibliotecário. Minhas filhas estavam na escola e Arthur estava viajando porque era o responsável pelo trabalho do partido no campo. De tarde, fui para a Emater-BA, onde havíamos criado uma associação dos funcionários que depois virou sindicato – eu fazia parte da diretoria dessa associação.

Estávamos em reunião quando a moça que trabalhava em casa me ligou apavorada dizendo que a polícia havia estado em casa e levado mais de 50 livros sobre marxismo, socialismo, manifestos que tínhamos feito etc. Como bibliotecária, eu mantinha todos os livros bem organizados por tema, então foi fácil para eles acharem o que procuravam.

Perguntei ao pessoal que estava comigo se eles sabiam de alguma coisa e, pouco depois, soubemos que os agentes tinham estado em minha casa, não acharam ninguém e, ao mesmo tempo, foram para a casa de Loreta e Carlos Valadares e os levaram presos. Também foram ao comitê municipal e parece que levaram Olival Freire e materiais do partido. E ainda estiveram na casa de Péricles de Souza.

O irmão de um vizinho nosso passou por minha casa e viu a polícia com metralhadora lá dentro. Então, avisou uma amiga minha para que ela pegasse Maíra na escola para evitar que ela chegasse com a polícia dentro de casa. Ana Brasil pegou Maíra, mas não deu tempo de pegar Lia porque a Kombi escolar já tinha saído com ela.

Os policiais perguntaram a que horas as crianças estariam lá e saíram antes de a Kombi chegar com Lia. A moça que trabalhava em casa ainda tentou arrumar as coisas, mas quando Lia chegou viu aquela bagunça – até nos brinquedos das meninas eles tinham mexido

–, e ela começou a chorar dizendo que a polícia tinha ido lá para buscar o pai dela. E tinha sido isso mesmo: eles tinham ido buscar Arthur.

Quando saí da Emater-BA, fui direto para a Câmara Municipal porque já estava organizado um ato pela soltura dos nossos companheiros. Isso aconteceu em 1984, em plena campanha de Tancredo Neves para a presidência. O regime militar dava seus últimos suspiros.

Vivendo em São Paulo

Em 1985, Dynéas Aguiar foi a Salvador conversar com Arthur para que ele passasse a ser o responsável, na direção nacional, pelo trabalho no campo. Então, fomos para São Paulo em janeiro de 1986.

Fiquei trabalhando com Dynéas na secretaria de Organização e em abril fui trabalhar no Conselho Estadual da Condição Feminina. Quando Waldir Pires assumiu o governo da Bahia em 1987, tive de retornar para reassumir meu cargo na Emater-BA. Fiquei lá e Arthur continuou em São Paulo com as meninas. Em agosto, consegui retornar para São Paulo.

Quando Luiza Erundina assumiu a prefeitura de São Paulo, ela criou a Coordenadoria da Mulher. E Sara Sorrentino e eu fomos indicadas pelo partido para integrar a coordenação dessa Coordenadoria.



MICHÉAS GOMES DE ALMEIDA (ZEZINHO DO ARAGUAIA)

Conhecido como Zezinho do Araguaia, Michéas Gomes de Almeida nasceu em 1938 às margens do rio Caeté, estado do Pará. Filho de camponeses, desde cedo ajudou o pai nas atividades rurais, ganhando intimidade com questões da terra. Em 1962, já vivendo em Goiânia, vinculou-se ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Fez curso na China e mais tarde foi designado pelo partido para ajudar na preparação da Guerrilha do Araguaia. Com o movimento estabelecido no sul do Pará, Zezinho lutou ao lado dos guerrilheiros até janeiro de 1974, quando voltou a São Paulo junto com Ângelo Arroyo. Depois trabalhou como servente de pedreiro. Hoje está aposentado e vive em Goiânia.

Raízes camponesas

Fui criado como camponês e quando me entendi por gente, meu pai já tinha levado 37 famílias de agricultores para Ponta de Pedra, na ilha do Marajó. Ele teve apenas 29 dias de aula na vida. E nunca teve problema de conversar com prefeito, com governador, com quem quer que fosse. E eu fui criado exatamente dessa maneira. Minha mãe teve sérios problemas de saúde e enlouqueceu logo depois da gravidez de um de meus irmãos. Ao todo,

éramos seis, dos quais três morreram. Por diversas vezes, minha mãe teve de ficar internada num hospital psiquiátrico, então, eu estava sempre com meu pai.

Apesar da pouca instrução formal e de ser um homem rude, meu pai gostava de ouvir rádio – estava sempre bem informado – e apreciava a nossa cultura. Monteiro Lobato era o seu ídolo. Ele contava a história do autor como se ele fosse o Júlio Verne brasileiro. Quando Monteiro Lobato morreu, em 1948, meu pai pôs luto na porta de casa. O maior orgulho dele foi eu ter estudado em um livro escrito pelo autor.

Nos braços de meu pai, assisti à partida dos nossos pracinhas rumo à Segunda Guerra no cais do porto ao som do Hino Nacional, do Cisne Branco e de todas aquelas marchas cívicas que despertavam o nosso patriotismo. O sentimento que tive naquele dia ainda está aqui, na minha cabeça e na minha alma. Fui criado naquele espírito de brasilidade e também de solidariedade. Meu pai ajudou muitos estrangeiros que vinham fugidos da guerra a se estabelecerem em um pedacinho de terra.

No final da década de 1950 eu trabalhava em Macapá. Um dia alguns ferroviários falaram da existência de uma república camponesa na região Centro-Oeste, mas não sabiam direito onde ficava. Só depois fui saber que era em Trombas e Formoso, no estado de Goiás. Quando ouvi aquilo eu disse: “Vou conhecê-la”. Então, fui para Brasília, que estava sendo construída e precisando de mão de obra. Ali conheci o pessoal ligado a Brizola que formaria o Grupo dos 11.

Vivendo em Goiânia

Depois que inauguraram a nova capital, segui para Goiânia. Continuava com a ideia fixa de conhecer a tal república camponesa que havia por ali. Ao chegar, aluguei uma casa e montei uma fabriquinha de móveis. Então, comecei a estudar e logo ingressei no movimento estudantil secundarista. Passei a procurar quem era da Juventude Operária Católica, a JOC, da qual havia participado em Macapá. Foi quando encontrei aqueles que seriam meus camaradas: Divino Ferreira de Souza, Daniel Ângelo, Neso Natal, James Allen. Todos atuavam na União Goiana de Estudantes Secundaristas (Uges).

Nós tínhamos a Casa do Estudante, onde havia alojamento, refeitório e não se cobrava um tostão de ninguém. Tudo era organizado pela Uges e o partido comunista já estava ali. Nesse movimento passamos a apoiar o líder camponês José Porfírio, que era do PCB, para deputado federal. Nós também fazíamos campanhas para angariar calçados, roupas e remédios para os camponeses. A primeira remessa de remédios que conseguimos não havia quem levasse. Divino e eu nos propusemos a ir. Até hoje a maior emoção da minha vida foi ter abraçado José Porfírio.

Participamos do movimento de apoio ao governador Mauro Borges que pretendia encampar as minas de níquel que haviam sido descobertas no estado de Goiás.

Mauro Borges tinha um bom relacionamento com o movimento estudantil. Para falar com ele nem precisávamos marcar audiência, bastava irmos até o Palácio. Ele deixava os outros esperando e ia ouvir os estudantes. Foi ele também quem titulou as terras em Trombas e Formoso.

Entrando para o PCdoB

Em 1961, nós já fazíamos treinamento militar em Goiânia porque tínhamos uma leitura política, baseada no conhecimento da história brasileira, de que os militares tentariam tomar o poder. Os nossos camaradas eram do Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas em 1962 houve aquele rompimento e a reorganização do PC do Brasil. Ali nós ainda não diferenciávamos PCB do PCdoB. As coisas ficaram um pouco confusas. Éramos do PCB, mas ninguém acreditava no pacifismo.

Então, passamos a ter encontros com Joaquim, que era o nome de guerra do camarada Ângelo Arroyo. Ele ia conversar conosco e levava materiais dos comunistas chineses, que estavam em briga com os soviéticos. Fazíamos reuniões em praças porque não havia um local específico para isso. Assim era o PCdoB.

Pelo que me lembro, o primeiro desses jovens a entrar para o PCdoB foi Gerson Parreira. Tanto é que quando se estruturou o PCdoB goiano, Gerson foi para o Comitê Estadual. Isso também aconteceu com Genésio Borges. Havia outros companheiros, que agora não me recordo. O pessoal das Ligas Camponesas chegou um pouco depois.

O assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis

Após o golpe, Ângelo Arroyo continuou sendo o nosso dirigente principal, que fazia o acompanhamento pelo Comitê Central. Depois foi necessária a retirada dele e assumiu Luiz Vergatti. E quando este chegou todo o trabalho já feito caiu por terra. A filosofia dele era de São Paulo, de cidade grande, e não de Goiás.

Durante a tentativa de intervir no estado e cassar Mauro Borges, fatos ocorridos em novembro de 1964, nós planejamos um assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis. A ideia era nos apoderarmos de armas, distribuí-las para o povo e iniciarmos a resistência armada. Pensamos, inclusive, em ocupar o 10º Batalhão de Caçadores (BC) e depois o quartel de Ipameri. Então, já tínhamos todo um plano militar estabelecido com Arroyo. Quando Vergatti chegou, mudou tudo. Mas mantivemos o ataque ao Tiro de Guerra. Deste, não tinha mais como voltar atrás. Dissemos: “Se nós fizemos o assalto caímos, se não fizemos caímos também. Então, vamos cair fazendo”.

As coisas foram planejadas na minha oficina. Ali estavam Daniel Ângelo, Neso Natal, Brísio, o filho dele, Nelson, e o compadre de Daniel, que era o motorista. Eu não fui junto porque saíram num fusca cinco pessoas e não cabia todo mundo. Era tão bem organizado que sabíamos que naquele dia o comandante do 10º BC, que tinha um jipão, deixava esse veículo na garagem para visitar a fazenda dele. Ia viajar com a família toda e não ficaria ninguém na casa. Pois nós roubamos o jipe e entramos no quartel com ele. Pegamos as armas todas no jipe do comandante. E depois voltamos e o colocamos no mesmo lugar. As armas nós passamos para o fusca, levado para a casa de Brísio.

Mas logo em seguida descobriram onde elas estavam e as pegaram de volta. Nesta operação prenderam todos os nossos companheiros envolvidos diretamente no assalto,

que ficaram incomunicáveis. Quando o pai de Daniel Ângelo foi visitá-lo, o maltrataram e chutaram-no na frente dos outros presos.

Ocorreu uma segunda visita. Alguém nosso deveria falar com eles. Então o partido disse: “Quem não está queimado aqui?”. “Ah, é o Michel”. Então me designaram para a tarefa – em Goiás eu era chamado de Michel. E me disseram: “Você vai lá com a mãe do Daniel”. Fui e entrei na delegacia na maior cara de pau e conversei com todos os companheiros; e peguei os bilhetes para levar para as famílias. Quando terminou a visita não deu mais para ficar em Goiás. Divino e eu tivemos de fugir para São Paulo.

Preparativos para a Guerrilha do Araguaia

Em São Paulo, fiz amizade com João Carlos Haas Sobrinho. Ele não me conhecia, nem eu a ele. Aliás, ninguém conhecia ninguém. Um dia fui convidado para estar em um ponto e de lá seguir, de olhos fechados, para uma reunião. Quando cheguei, encontrei Divino Ferreira de Souza, João Carlos, André Grabois e todo aquele pessoal. O partido começou a nos preparar para uma missão, que não sabíamos onde seria. Mas, logo soubemos que íamos para a China.

Essa reunião foi dirigida por “Mosquito Elétrico”, como chamávamos Carlos Nicolau Danielli, secretário nacional de Organização, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outra pessoa, que me parecia ser Dynéas Aguiar. Na ocasião, nos orientaram a aproveitar ao máximo a estadia lá para aprender; disseram que deveríamos frequentar teatros e museus e perguntar tudo o que achássemos pertinente. Na parte militar, eles pediram que nos dedicássemos ao máximo ao aprendizado do que nos seria passado. Também diziam que deveríamos ter muito respeito pelo país e pelas pessoas.

Viajando para a China

Embarcamos no aeroporto de Viracopos, em Campinas. Nós tínhamos um pernambucano na delegação, o Roberto Carlos, parecido com um argelino. Quando chegamos a Paris não sei o que aconteceu, mas quiseram prendê-lo. No trajeto fomos todos fotografados, possivelmente pela CIA (Agência Central de Inteligência). Aonde íamos sempre detectávamos um ou dois agentes nos seguindo.

No Cairo, paramos para abastecer, também um agente quis criar um problema com Divino. Mas não deu tempo, porque a parada foi rápida. Já no Paquistão, que teve uma parada mais prolongada porque eles tinham que retirar bagagem, fomos para a sala de trânsito e nessa sala chegaram dois agentes da CIA e queriam levar Divino de qualquer jeito. Passado algum tempo, chamamos os passageiros e dissemos: “Se ele vai ficar, ficaremos todos”. Assim se criaria um incidente internacional. O comandante do voo não quis encrenca e disse aos agentes: “Nós estamos em território neutro, eles estão aqui, terminou o abastecimento e se vocês tiverem alguma pendência na volta deles vocês conversam. Agora nós vamos partir”. E fomos embora.

Ao chegar à China, fomos recebidos por representantes do Partido Comunista. Eu me arrepio até hoje. Falei para o nosso médico, Haas: “Você está vendo a responsabi-

lidade que estão nos dando? Isso são honras de estadista e é assim que eles estão nos recebendo”. Para mim ficou muito claro que estávamos assumindo ali uma responsabilidade muito grande com o povo brasileiro. Não sei se todos tiveram essa mesma sensação que eu tive.

João Carlos Haas, que chamávamos de Juca, era o chefe da nossa delegação. Ele falava seis idiomas, pilotava avião, era um tremendo de um quadro.

A primeira coisa que os chineses fizeram foi procurar saber a experiência de cada um de nós. Isso me deixou perplexo, porque eu imaginava que eles iam dar o curso direto. Mas minha maior surpresa foi saber que o nosso intérprete, Liphein, fora preso com a delegação comercial chinesa no Brasil logo após o golpe.

Eles nos falaram que a experiência que nos iriam passar era da Revolução Chinesa ocorrida décadas atrás. Ou seja, ela não valia nem mesmo para a China naquele momento. Se não valia nem para a China, por já ter ocorrido muitas mudanças ali, muito menos daria para copiar e levar para outro país. Eles deixaram isso muito claro.

Vivenciando a Revolução Cultural

A primeira parte do curso foi mais teórica e política. Eles descreviam a luta do povo chinês em determinados lugares e tal. A segunda parte era militar, quando nos ensinavam, entre outras coisas, a manusear e utilizar as armas. Também fizemos visitas aos museus, às comunas e aos camponeses que lutaram com Mao Tsé-tung e que ainda estavam vivos, para sabermos como eles viviam.

Um detalhe importante: a China, naquele momento, vivia em plena Revolução Cultural. Nós sempre desafiávamos os chineses para partidas de futebol. Eu jogava de ponta direita e corria muito, dei uns dribles, deixando uns três chineses sentados. E João Carlos começou a gritar: “Parece uma minhoca!”. A partir daí ficou o meu apelido de Zé Minhoca. Antes de terminar a partida nos chamaram, porque já estava havendo um movimento dentro da Universidade de Pequim. E no dia seguinte, quando saímos, já estava um “quebra pau” nas ruas. Os chineses nos perguntavam o que estávamos achando daquilo. Eu disse: “Nós somos hóspedes, então, não podemos opinar sobre essas questões. Elas devem ser respondidas pelo próprio povo chinês, não por brasileiros. A nós cabe a solidariedade ao povo chinês e não mais do que isso”. Nossa postura foi essa.

Nós tivemos treinamento em Pequim e na academia militar de Nanquim. Ali chovia e fazia muito frio. Fizemos treinamento de tiro, rastejamento, com toda aquela situação climática adversa. Na hora de dormir alguns dos nossos chegavam arrebatados, pois não estavam acostumados. Eu ia para os exercícios e voltava do mesmo jeito. Para mim, que já estava tarimbado com a lida do campo, aquilo era uma coisa comum.

Na China estivemos com muitas delegações latino-americanas, então, fizemos amizades. Ficamos mais próximos dos peruanos. Os chineses buscavam deixar uma delegação distante da outra, mas mantínhamos essa aproximação.

Ao voltarmos da China paramos no Peru. Tivemos que ficar por ali um breve tempo, por segurança. Quando estávamos passeando por Lima, uma moça chegou correndo e

nos abraçou. Ela tinha estado no mesmo curso na China. Caía uma chuva tremenda, e ela disse: “Vocês nos trouxeram sorte, faz um tempo que não chove por aqui.”. Foi muito legal, quando é que imaginariamos que isso pudesse ocorrer?

Entramos no Brasil pelo Mato Grosso, vindos da Bolívia. Divino e alguns outros camaradas tiveram que pegar outra rota, não deu para voltar imediatamente e ficaram na Albânia por algum tempo.

Um aprendizado para o Araguaia

O que aprendemos na China certamente nos auxiliou na Guerrilha do Araguaia. Claro, cada pessoa tem um jeito, uns assimilaram mais, outros menos. Outra questão é que a nossa situação no Brasil, a dos camponeses, por exemplo, era bem diferente da dos chineses, bem como os seus hábitos e costumes. Aquele curso tinha o sentido de, principalmente, prevenir para não incorrerem em determinados erros mais gerais e para não sermos surpreendidos pelos ardis dos inimigos.

Retornando ao Brasil

Voltamos ao Brasil ainda em 1966. Fui enviado para um trabalho de campo e reconhecimento das matas do Maranhão para uma possível instalação da guerrilha rural. Nessa jornada, fui acompanhado de Ângelo Arroyo e Divino. No Maranhão, encontramos Osvaldão (Osvaldo Orlando Costa) e João Carlos Haas Sobrinho. Ainda não sabíamos como tinha sido o trabalho feito por Osvaldão no Pará. Ele também já tinha desenvolvido um trabalho na Bahia, em toda aquela região de garimpo.

No Maranhão, encontrei Osvaldão em Pedreira e fomos para Pindaré. Depois de Pindaré, passamos por todos aqueles rios da região. Em todo lugar em que chegávamos, para não chamar a atenção, plantávamos roça.

Uma vez, andando na mata, vimos uns caítitus. Osvaldo atirou em um deles. Mais abaixo, vi uma paca, que também abatemos. Pusemos nas costas e seguimos. Neste momento, pela primeira vez, ouvi barulho de motosserra. Estávamos em cima de um morro, para chegarmos ao lugar de onde vinha o ruído levamos muitas horas. Chegamos no horário do almoço do pessoal, que comia apenas arroz e feijão. Osvaldão então falou: “puxa vida, nós com tanta carne aqui e vocês comendo arroz e feijão puro”. Ele pegou o que tínhamos caçado e dividiu com as demais pessoas.

Depois, de longe vi um senhor sentado, de chapéu, fumando cachimbo. Falei para Osvaldo: “olha, aquele deve ser um americano”. Aí ele disse: “mas você não tem jeito, parece que tem síndrome de americano”. Eu fiquei quieto. Cheguei perto daquele homem e perguntei: “Como o senhor chama e qual a sua patente?” E ele respondeu: “Mister Davis, e sou coronel aviador americano”. Então perguntamos o que ele ia fazer com aquele tanto de madeira que estavam derrubando. “Vou botar fogo e plantar capim”, disse ele. E nós fomos embora. Neste momento tínhamos a incumbência de fazer todo reconhecimento das matas até a beira do rio Tocantins. Foi o que fizemos.

Comunistas na região

Quando fiquei com leishmaniose no Maranhão, o doutor João Carlos Haas Sobrinho foi até a minha roça, onde havia uma plantação de mamão muito grande. A roça era em conjunto com Divino, que sempre viajava. Eu é que ficava mais lá. E João Carlos levou remédios, umas injeções que eu mesmo me aplicava. Foram 72 dias de tratamento e, no final, fiquei bom.

João Carlos aparecia onde tinha necessidade dele. Assim era com todos os companheiros do nosso corpo médico. Nenhum de nós podia ficar sem conhecer os livros do “Bula” — assim chamávamos João Carlos. E todos nós — e não apenas os médicos — devíamos saber como medicar os camponeses para combater os males locais. João Carlos lutou para desenvolver a vacina contra a malária. Pegávamos malária direto, saíamos de uma e já entrávamos em outra. Com a população era a mesma coisa. E não foi tão difícil ele conseguir isso. O mais difícil foi achar, entre nós, quem quisesse servir de cobaia.

Quando João Carlos deixa Porto Franco

Ao deixar Porto Franco, Maranhão, para ir à região da Guerrilha, no sul do Pará, João Carlos Haas, com uma mochila nas costas, atravessou os rios Tocantins e Araguaia e foi recebido na região da Guerrilha por Paulo Rodrigues e Joca.

Sua saída deu-se de repente porque foram colocados na região cartazes de procura-se com fotografias de Arroyo, de Antônio, Dina e com o meu nome. Os agentes não tinham certeza de quem era quem, por isso, havia fotografia de todo mundo. Assim, a orientação foi para que quem estivesse na região de Imperatriz sáísse o mais rápido possível.

Divino e eu, bem como Maria Lúcia Petit — que tinha uma farmácia —, estávamos na área da Praia Norte. João Araguaia também tinha uma farmácia com Arroyo em São Félix do Araguaia. Não foi só Haas, portanto, que saiu da noite para o dia. Todos nós saímos devido a uma necessidade urgente, para não sermos mortos ou presos.

Depois do primeiro ataque da repressão

Com o primeiro ataque em abril de 1972, nos recolhemos para a mata e o Destacamento C ficou sem contato durante muito tempo. Tentei ver se encontrava alguém daquele grupo e não consegui.

Os militares fizeram a primeira investida e saíram, e quando isso aconteceu foi feito o trabalho de massa na região. Só aí é que deu para entrar em contato com o que sobrou do Destacamento C. Manter a comunicação e a ação comum entre os destacamentos era um trabalho muito difícil de ser feito devido especialmente à distância. E ao percorrer esses caminhos sempre tinha o risco de encontrar patrulhas. Nesses casos, nos camuflávamos e deixávamos os policiais passarem e depois saíamos. Além disso, não tínhamos rádio ou outro meio de comunicação.

Outra coisa que era comum nas investidas do Exército contra nós foi o uso de informantes da região. A maioria foi obrigada, outros foram de livre e espontânea vontade. O

sargento Santa Cruz, por exemplo, foi um dos que obrigavam os moradores a cooperarem.

Certa vez, estive com ele e seu filho, que é jornalista, no escritório do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. Eu o reconheci pela voz. Ele me falou: “Mas é você o Zezinho?”. Eu disse que sim e completei: “Você está muito barrigudo, você não era assim!”. Ele me perguntou de onde eu o conhecia. Eu expliquei: “Muitas vezes vi você passando a quatro ou cinco metros de mim com umas 12 pessoas”. Ele me olhou e perguntou: “Por que você não me matou?”. Respondi: “Porque eu não sou burro. Nós éramos poucos e tínhamos que lidar com cem de vocês. O prejuízo seria muito grande se eu te matasse”.

José Genoíno

Genoíno havia saído para avisar o pessoal do Destacamento do C, para entrarem na mata, porque o Exército estava na região, e na área do Destacamento A. Estávamos na Gamela e o C ficava em Perdidos, ou seja, um local relativamente distante. Era para ele ir pela mata e jamais pela estrada.

Só que quando ele chegou lá, o pessoal não estava mais. Ele se apavorou. Voltou pela mata, mas resolveu pegar um pedaço de estrada, já que não havia ninguém por perto. E foi justamente nesse pedaço que ele deu azar de encontrar um sargento e mais dois bate-paus. Um desses bate-paus me disse que tinha atirado na cabeça de Genoíno. Mas ele tropeçou num cipó e a bala não pegou nele. O mateiro estava usando uma espingarda; se fosse uma arma de repetição ele tinha morrido.

Soubemos por um menino que Genoíno fora preso e levado para Perdidos. Bom, um companheiro e eu fomos designados para ir até lá e saber se realmente Genoíno estava preso. Um helicóptero sobrevoava a mata, com um militar dizendo no megafone que ele estava preso e pedindo para os demais guerrilheiros se entregarem. “Entreguem-se e serão bem tratados”, diziam. E nós lá em cima de uma castanheira, olhando Genoíno amarrado. Como um trabalhador da roça e liderança de massa, Genoíno era um exemplo. Em tudo que íamos fazer, ele era exemplar. Mas, na arte militar não.

Desertores da Guerrilha?

Bom, não chamo ninguém de desertor, porque é muito fácil rotular quem estava lá. Muitas vezes aquelas pessoas corriam sem direção e precisavam tomar uma decisão na hora. Regilena foi presa e o comportamento dela foi louvável, a meu ver. Ela e Elza Monnerat foram as responsáveis pela identificação dos restos mortais de Maria Lúcia Petit.

Um dos motivos para que não fosse feita uma retirada estratégica dos guerrilheiros estava no fato de termos perdido contato com o Destacamento C. Sair em uma debandada deixaria rastro. Não tínhamos alternativas. A situação era: se correr o bicho pega e se ficar o bicho come. Então, decidimos nos defender do bicho. Na cidade, ficou provado que não havia condição para a reação armada. Ali os militares eram ainda mais poderosos. Acreditávamos que éramos a única esperança para o restabelecimento da liberdade no país. Não podíamos esperar pelos outros, éramos nós mesmos. Decidimos que íamos aguentar

ali, na mata. Foi como Osvaldão falou: “Um, dois, três anos. Quanto for necessário, nós aguentaremos”.

Aquele momento de decidir sobre a retirada foi muito difícil para nós. Como faríamos isso tendo um destacamento inteiro sem contato? Eu não estava na discussão com Arroyo. Estava na discussão que foi pela dispersão. E ficou acertado o seguinte: nós tínhamos que segurar o que pudéssemos. Na segunda reunião para dispersão, só restavam 17 pessoas. Veja: quando só restavam 17 pessoas, Arroyo ainda perguntou: “A Comissão Militar é responsável pela retirada de todo mundo?”. Por unanimidade, a decisão foi não. Cada um sairia de dois em dois, como desse para sair.

Cenário anterior à terceira campanha

Antes de sermos atacados na terceira campanha, a Comissão Militar designou Osvaldo e eu para sairmos em direção ao Xingu. E nós fomos. Quando voltamos, já estava havendo a aproximação do Destacamento A. Era para fazer uma retirada estratégica. Mas para uma retirada estratégica, tínhamos que abastecer o itinerário de remédios e de outras coisas. E não tivemos tempo. É bom deixarmos isso claro. O cronograma estava sendo seguido, passo a passo. Só que furou. Se a decisão foi certa ou errada, não sei, mas foi a estabelecida. Mas não deu tempo de fazer o planejado porque fomos atacados antes.

A saída do Araguaia

Naqueles momentos finais, restava cobrir os pontos. E somente os que fizeram parte da reunião sabiam quais eram. Fiquei com Arroyo para cobrir esses pontos de encontro. Ainda sob riscos enormes, atravessamos o Araguaia e chegamos a Goiás. Ninguém apareceu nos pontos combinados. Fomos para o Maranhão e também lá ninguém apareceu. Então, só restava ir embora. Foi assim que decidimos pela saída da região.

Eu cheguei em São Paulo em 1974. Quando deixei Arroyo na rodoviária, foi a última vez que o vi. Ele falou: “Olha, mestre, você vai encontrar com um companheiro”. E me passou o ponto, que aconteceria oito dias depois. Ele ainda me deu um dinheiro para pagar uma pensão e procurar um serviço. Bom, saí da antiga rodoviária e peguei a Rua da Mooca procurando serviço em toda construção que passava.

Retomando a vida em São Paulo

Na Rua do Oratório, vi uma reforma num casarão, perguntei se tinha serviço. Tinha, então fiquei lá. Por uma infeliz coincidência, a casa pertencia a um coronel do Exército. Uma pessoa ruim. Ele me pagava 40 centavos por dia, o que dava para comprar uma bengala de pão. Eu cortava em três pedaços: um bico eu comia com água, no café, o outro eu comia no almoço, também com água, e o meio, que ficava macio, era a minha janta. Era um servente para cada pedreiro. Quando faltava um servente eu servia a dois. E ainda assentava tijolo.

Depois, ia àquelas casas onde tinha mato na frente, batia e pedia permissão para carpir. Passei a ganhar mais com esse trabalho do que na própria construção. Dali fui trabalhar em outra obra e o dono da construtora queria que eu ficasse encarregado dos serventes por causa da minha desenvoltura. E comecei a fazer um curso por correspondência no Instituto Universal Brasileiro para eletricista predial.

Antes, já havia sido marcado um ponto e quando chegou o dia estava lá Pedro Pomar. Nós nos encontramos e eu contei a ele toda a situação. Ele me passou um novo ponto, num outro dia, e o encontro foi com Elza Monnerat. Depois, teve outro no qual aconteceu algo inesperado: no horário marcado, um caminhão foi pegar osso em um açougue e um carro perdeu o controle e entrou no caminhão, provocando um grande acidente. A 18ª Delegacia era ali perto, então rapidamente encheu de polícia justamente no horário do ponto.

Pedro Pomar tinha me falado para ir com a roupa de uma determinada cor e com um jornal debaixo do braço. O contato também estaria com um tipo de roupa e com uma revista. Acabou que não apareceu ninguém. Continuei morando na Mooca e repetindo aquele ponto mensalmente, como tinha sido programado. Passei anos indo lá e nunca apareceu ninguém.



MYRIAM DE OLIVEIRA COSTA

Myriam de Oliveira Costa nasceu na cidade de Muriaé, Minas Gerais, em 21 de julho de 1945. Mudou-se para o Rio de Janeiro ainda adolescente para cursar o ensino médio. Mais tarde, estudante da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornou-se militante da Dissidência Comunista da Guanabara, em 1966, e posteriormente do Partido Comunista do Brasil. Foi uma das principais dirigentes a formar a União da Juventude Patriótica (UJP) no Rio de Janeiro. Esposa de Ronald Rocha, deixou o partido quando do desligamento do marido. Junto com ele, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual também saiu. Atualmente, é militante da Refundação Comunista.

Estudos no Rio de Janeiro

Muriaé, a cidade em que nasci, fica na Zona da Mata de Minas Gerais, uma região muito vinculada ao Rio de Janeiro. Quando completei 15 anos, fui para a capital carioca fazer o segundo grau. Cursei o então “clássico” no Bennett, colégio que estava fazendo uma experiência interessante: criou o “clássico experimental”, com sociologia, filosofia e economia, matérias que, naquela época, só eram dadas na universidade. As aulas eram lecionadas por professores da antiga Universidade do Brasil, que indicavam sempre livros bons e progressistas, além de incentivarem leituras paralelas, como a Coleção dos *Cadernos*

do Povo, obrigatória para a esquerda. A análise e as discussões sobre a situação econômica e política do país eram constantes.

Portanto, minha formação política teve início no curso secundário. Além disso, nós acompanhávamos o trabalho da União Nacional dos Estudantes (UNE) e participávamos de algumas atividades culturais, mas não passava disso. Eu não militei no movimento estudantil secundarista. Mas é importante considerar que a maior parte da nossa turma já era socialista, e várias companheiras, ao entrarem para a universidade, logo foram militar no movimento estudantil universitário.

O golpe de 1964

No período do golpe militar eu estava cursando o ensino médio, era colega de Ana Maria Mandim, filha do general Salvador Mandim, então secretário de Segurança de Lacerda e, possivelmente, também mentor do golpe no ex-estado da Guanabara. Éramos vizinhos na Tijuca e eu não saía da casa dele. Acredito que o general se sentiu na obrigação de dar alguns avisos quanto à questão de segurança para a sua e a minha família. Sabendo que muita coisa poderia acontecer, ele nos orientou para fazermos uma compra grande de mercado e não sair de casa. Além disso, pediu que sua mulher arrumasse uma mala com algumas roupas, dizendo que iria para o palácio e que não sabia quando voltaria. Nós levamos essas notícias para os professores. Dissemos que alguma coisa iria acontecer, mas não sabíamos o quê.

A rua em que eu morava, a Maestro Villa Lobos, era da “Carteira Militar”, e por isso era residência de generais, coronéis, capitães e tenentes. Assim, nós acompanhamos toda uma movimentação diferente nos três dias que antecederam o golpe. Havia muita presença policial e na véspera um tanque já fechava a rua, que era sem saída.

Depois do golpe, soube, através de militares que moravam em meu prédio, que houve prisões, mortes e repressão a manifestações na Praça 15 e na Praça da República. Além disso, o general Mandim ligava para a esposa e dava também algumas notícias. O tanque continuava fechando nossa rua, era grande a preocupação dos moradores e um vizinho general dizia: “Vocês podem ficar tranquilos; tudo estará dominado em no máximo três ou quatro dias”.

Foi assim que vivenciei o golpe de 1964. No ano seguinte, meu pai comprou um apartamento em Copacabana e, com grande alívio, mudamos daquela rua. Fiz questão de nunca mais voltar lá.

Protestos contra os acordos MEC-Usaid

Quando saímos do Bennett, pela formação que tivemos foi natural que a maioria das colegas fosse cursar ciências sociais, economia ou direito. Lembro-me que Ana Maria Mandim e eu fomos estudar ciências sociais na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, a famosa FNFfi. Isabel Guimarães de Abreu, ex-nora de Apolônio de Carvalho, foi para a Sociologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Sandra Bandarowsky e nossa colega chinesa

Célia, para a Economia, também na PUC. Outras colegas foram estudar Direito. Entrei para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) em 1966 e ali comecei minha militância na luta contra o aumento da anuidade e a privatização do ensino. A anuidade era, até então, uma taxa simbólica, a ser paga no ato de matrícula. Naquele ano, como parte dos acordos entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development*, Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (MEC-Usaid), que tinham sido assinados em 1965, houve esse aumento e teve início a luta contra o pagamento.

Além disso, esses acordos pregavam também a transformação da universidade em fundação. Consequentemente ela seria privatizada e colocada em função dos interesses das empresas. Deixaria de ser pública para ser paga. O ensino perderia a finalidade de produção social do conhecimento, para se tornar apenas um processo de formação profissional dos estudantes. A universidade passaria a ser uma fábrica de empregos para as empresas. Além disso, os acordos estabeleciam que somente os generais e os técnicos americanos poderiam decidir sobre o processo educacional no Brasil.

Tudo isto causou uma enorme indignação e revolta entre os estudantes. Nossa luta contra os acordos MEC-Usaid foi muito forte. Fizemos uma greve e movimentações durante o primeiro semestre. No segundo, repetiram-se e se ampliaram as manifestações. Proseguiram assim a ascensão e a reorganização do movimento estudantil após o golpe de 1964.

Voto nulo

Em 1966, a campanha do voto nulo deu muito gás para os estudantes. Estávamos em franca oposição ao regime militar e não queríamos participar do processo eleitoral, que considerávamos uma farsa: em outubro de 1965 tinha sido instituído o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu todos os partidos políticos existentes. A partir daí passaram a existir apenas dois, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Dizíamos que tínhamos dois partidos: o do “sim” e o do “sim senhor”.

Nesse cenário, a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no setor universitário não acatou a orientação, aprovada em âmbito estadual, de participar ativamente da eleição e aprovou como tática eleitoral a abstenção. Em função disso, a direção regional dissolveu o Comitê Universitário, que apesar disso se manteve e foi com muita garra para a campanha do voto nulo. A nosso ver, essa campanha foi vitoriosa porque agregou muita gente e consolidou a unidade política da luta estudantil.

Dissidência

Os chamados estudantes dissidentes fizeram uma conferência, em fevereiro de 1967, e criaram uma nova organização, a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), que deu mais organicidade aos egressos do PCB. Teve início o processo de recrutamento. Vários cursos foram feitos naquela época por companheiros da própria DI-GB. Tínhamos aulas de filosofia, economia, história econômica brasileira. Enfim, estudávamos mais para esses cursos do que para as matérias curriculares. Tivemos uma formação muito sólida durante

os anos de 1967 e 1968. A organização cresceu muito, porque no final das atividades os participantes eram recrutados.

Durante o ano, surgiram divergências sobre a estratégia da revolução brasileira. Uma parte considerava fundamental lutar pela ascensão do movimento de massa, que poderia desaguar numa insurreição maior, popular, que claro teria que ser armada, porque para enfrentar o Estado militarizado não poderia ser de outra maneira. A outra parte apontava o caminho para a militarização das organizações, o caminho chamado “foquista”, muito influenciado por Regis Debray. No final do ano, foi organizada a 2ª Conferência, para discutir essa divergência. No entanto, somente uma parte participou e foi aprovada a ideia de imediato início de ações urbanas armadas.

Foi um momento de muito debate político na FNFi. Costumo dizer para os companheiros que iniciamos a ascensão do movimento estudantil em 1966 e afundamos a cabeça em leituras, reflexão e discussão em 1967, para nos levantarmos mais fortes em 1968.

Cisões e Fusões

Naquele momento, não só a DI-GB experimentava cisões, pois as rupturas continuavam no próprio PCB. Muitos militantes saíram durante esse processo de discussão por serem contrários à visão reformista, que pretendia chegar ao socialismo somente através de reformas de base. Alguns, como Mário Alves e Apolônio de Carvalho, acabaram criando o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Outros, como Jover Telles e Armando Frutuoso, organizaram outro agrupamento, a Maioria Revolucionária do PCB, que teria saído com 400 pessoas. Não sabemos se esse dado é real, mas é o que corria a boca miúda. O PCB minguou.

Todos esses agrupamentos políticos tinham em comum a crítica ao pacifismo reformista e promoveram várias reuniões. No primeiro semestre de 1968, uma parte da DI-GB, a Maioria Revolucionária do PCB e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizaram a Conferência de Unificação. Surgia, nesse momento, no Rio de Janeiro, a maior e a mais diversificada força política contra a ditadura militar, pois o nosso setor da DI-GB atuava no movimento estudantil, o PCdoB tinha presença no movimento de bairros e em algumas categorias econômicas e a Maioria Revolucionária do PCB tinha ampla inserção na classe operária, no movimento sindical e nos bairros populares.

Edson Luís

O restaurante Calabouço vivia tendo manifestações. Um dia, recebemos a notícia de que ele tinha sido cercado pela repressão e de que o secundarista Edson Luís havia sido assassinado pela polícia. Os estudantes levaram o corpo para a Assembleia Legislativa e nós fizemos uma grande mobilização para avisar os militantes para lá se encaminharem.

Foi um dia intenso. A polícia cercou o prédio querendo pegar o corpo e nós não queríamos que isso acontecesse, pois poderiam sumir com a prova do crime e, posteriormente, nada poderia ser apurado. Tínhamos medo da invasão, apesar de vários deputados terem

garantido que isso não aconteceria. Sem confiarmos muito nessa garantia, pedimos que mais gente fosse para lá, a fim de criar uma situação mais difícil para a repressão.

Foi longa a negociação com a polícia para impedir a invasão. Lincoln Bicalho Roque, que era uma pessoa muito tranquila, teve uma participação muito importante nesse momento. Ele e alguns deputados passaram horas negociando com os militares: invade, não invade, tira o corpo, não tira o corpo.

Com isso, ganhamos o tempo necessário para que a Assembleia Legislativa fosse tomada por militantes de várias faculdades. Depois, o próprio povo, revoltado com o assassinato, começou a encher a Cinelândia e eles viram que não tinham mais condições de pegar o corpo e o deixaram lá dentro.

O enterro do Edson Luís foi emocionante. Fomos em passeata para o cemitério São João Batista e, passando pelo Flamengo e o Botafogo, víamos as pessoas com lenços brancos nas janelas, em sinal de apoio à manifestação. Foi muito triste, mas ao mesmo tempo muito bonito e deu muita força para a continuação da luta do movimento estudantil.

Fortalecimento do movimento estudantil e da repressão

Paralelamente, a luta pelo não pagamento da anuidade continuou e os militares começaram a fechar algumas faculdades. O segundo passo foi o desmembramento da FNF. Foi uma tática dos governantes. Pensavam que, transferindo cada curso para um local diferente da cidade, poderiam enfraquecer o movimento estudantil, o que na verdade não aconteceu. Ao contrário, o movimento só cresceu.

Antes já havia sido deflagrada a luta contra a Lei Suplicy, que tentou fechar entidades estudantis, colocando a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas na clandestinidade. Queriam criar algumas entidades sob a coordenação do Ministério de Educação e Cultura. Não concordávamos, em hipótese alguma, com essa medida.

Após a morte de Edson Luís, a repressão começou a se organizar mais e a enfrentar o movimento estudantil e as passeatas com bombas e tiros. A situação foi ficando mais difícil, até que desembocou numa praça de guerra, que foi a Sexta-Feira Sangrenta.

Sexta-Feira Sangrenta e Passeata dos Cem Mil

Em junho, foi realizada uma assembleia no “Pentágono”, área formada por cinco faculdades na Praia Vermelha, para discutir com o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a questão da anuidade e outras reivindicações estudantis. Após algumas horas de concentração, recebemos a informação de que estávamos cercados pela força repressiva. Nós, que já tínhamos passado pela experiência nada agradável do massacre da Medicina em 1966, ficamos preocupados, pois, naquela ocasião, os policiais esperaram anoitecer e à meia-noite invadiram a faculdade com soldados, após cercá-la com cavalaria e tanques. Fizeram um corredor polonês e os estudantes, ao saírem da faculdade, levaram pancadas até chegarem à rua, onde a repressão selecionava quem iria prender.

Então, quando percebemos que as tropas estavam cercado a faculdade, tivemos a certeza de que haveria invasão. Sabíamos também que, naquele momento, as coisas seriam mais difíceis para nós, pois eles estavam mais estruturados, aparelhados e com mais informações sobre os dirigentes. Foi traçada uma estratégia para a saída: enquanto um grupo de militantes mais ativos saía em direção à Praia Vermelha para chamar a atenção, a massa de estudantes saía pela Rua General Severiano, com alguns dirigentes no meio. Muita gente conseguiu sair, mas alguns foram presos, outros machucados e alguns baleados.

Na Assembleia, tínhamos combinado que se houvesse repressão faríamos no dia seguinte uma manifestação na cidade. E assim foi feito, só que a manifestação, após o início da repressão, cresceu de tal maneira que o comando já não tinha mais controle de nada. E mesmo quando orientaram para dispersar, a ordem não foi acatada, e a população começou a atacar os carros. Das janelas, quando passavam os estudantes, chovia papel picado. Quando vinha a cavalaria, as pessoas jogavam de cima dos prédios paus, pedras e até mesmo uma máquina de escrever. A confusão foi aumentando e a polícia começou a atirar para matar. Soubemos de muitas mortes e prisões. Foi realmente uma sexta-feira sangrenta.

Na semana seguinte o movimento estudantil organizou a passeata que ficou conhecida como Passeata dos Cem Mil. A ideia era denunciar toda aquela situação e ampliar a luta contra o regime militar, até para dar uma resposta à altura da situação política. Tínhamos que fazer uma agitação ainda maior. Tivemos apoio da população em geral, mas principalmente de artistas e pessoas da área cultural. Recebemos dinheiro para fazer panfletos, faixas e também montar o esquema de segurança.

A partir daí, a oposição à ditadura cresceu muito, o movimento estudantil, já reorganizado, estava conseguindo levar para as ruas as camadas médias. Uma parte da igreja assumiu o papel de oposição e o movimento operário começou a crescer com as greves de Contagem e Osasco. Mas não era só o movimento que crescia, a repressão também.

A alternativa UJP

Com o AI-5, em dezembro de 1968, tivemos o aumento da repressão e das prisões. Muitos militantes saíram do país, exilando-se. Percebemos a importância, naquele momento, de ampliarmos a base militante contra a ditadura. Foi quando o Comitê Regional do PCdoB no Rio (CR) decidiu criar a União da Juventude Patriótica (UJP).

Para iniciar o processo, alguns militantes foram indicados para elaborar o Programa e o Estatuto dessa organização, entre eles Lincoln Bicalho Roque e eu. Foi dado um prazo para a apresentação desses documentos: o segundo semestre de 1969.

Iniciamos o processo de discussão do programa político levantando os pontos que deveriam constar. Durante o debate sobre o caráter dessa organização tivemos uma divergência. Lincoln achava que a UJP tinha que ser orgânica e formalmente ligada ao PCdoB. Eu achava que não. Opinei que ela deveria ser dirigida politicamente pelo partido, mas tinha que ter autonomia organizativa e eleger sua direção. Ou seja, indicaríamos militantes do PCdoB para trabalhar dentro da estrutura da UJP, mas para chegar à sua direção era preciso ser eleito, em congresso, pelos delegados. Essa discussão foi longa, durou muito.

Fizemos algumas reuniões com membros do CR, mas o impasse não era superado. As opiniões empatavam e nada era resolvido.

A decisão do Comitê Central

Finalmente, chegamos à conclusão de que seria necessária uma reunião com o Comitê Central (CC) para resolver o impasse. Acataríamos o que fosse resolvido. Então, Carlos Danielli conversou conosco, representando a direção nacional. Essa reunião contou também com a participação de Jover Telles e de Armando Frutuoso, este último assistente da comissão de implantação da UJP.

Tivemos dois dias de reunião: um para debater o Programa e o Estatuto e outro para aquela polêmica. Terminados os debates, Carlos Danielli foi favorável à autonomia da UJP sob a direção do partido, funcionando mais como uma frente única de militantes. Afinal, naquele momento, estávamos querendo ampliar e formar novos canais de atuação. Isso foi importante, porque a UJP foi crescendo e muitos militantes foram incorporados.

Buscamos informações sobre alguma experiência internacional semelhante, mas não encontramos nenhuma. O que existia era a experiência da juventude comunista, mas nós, sem excluir essa alternativa, achávamos que havia também a necessidade de um modelo diferente.

A UJP foi criada, portanto, como organização de jovens. Para alguém se filiar não precisava ser comunista ou marxista. Não havia exigências quanto ao nível ideológico ou ao compromisso com o comunismo e o socialismo. O que deveria unir os jovens era a luta contra a ditadura militar e o jugo do imperialismo norte-americano, assim como em apoio à reforma agrária. A participação poderia dar-se através das mais diferentes maneiras: contribuição financeira, ajuda à infraestrutura, atuação no campo da agitação, distribuindo panfletos e o jornal da UJP, e recrutamento de novos membros.

Gestando uma nova organização

Na estruturação da UJP, Lincoln foi responsável por escrever o Programa e eu o Estatuto. Discutimos os conteúdos por muito tempo, elaboramos os documentos e eles foram levados para o CC, que fez suas emendas. No início de 1970, finalizamos os textos.

Na primeira reunião, realizada em março com a participação de Armando Frutuoso, do CR, e de Jover Telles, do CC, já estávamos com o Programa e o Estatuto prontos e uma direção provisória indicada. A ideia era eleger a direção permanente da UJP no congresso de fundação. Depois dessa reunião, a UJP estaria constituída e já podia sair do papel e ir para as ruas.

Na direção provisória, definida em 1970, Lincoln foi escolhido como secretário político, eu como secretária de Organização e dois companheiros do PCdoB – cujos nomes verdadeiros nunca soube – ficaram responsáveis um pelo trabalho nas favelas e na periferia, e outro pela Baixada Fluminense, onde havia um trabalho da antiga Maioria Revolucionária do PCB. Mais tarde, Carlos Henrique Tibiriçá, o Caíque, foi incorporado à direção e ficou com

a responsabilidade de criar a UJP nas escolas secundaristas. Lincoln passou a acompanhar os núcleos de jovens trabalhadores nos transportes, fábricas e bancos. A ideia era acelerar a construção da UJP e fazer o congresso no final de 1971, mas, com o acirramento da repressão, tudo se complicou e tivemos que adiar o cronograma.

Amplitude e diversidade

A UJP era muito ampla e diversificada. Tínhamos atuação nas universidades, nas escolas secundaristas, nos bancos, no funcionalismo público, nas fábricas, nos bairros, nas favelas, no ramo cultural etc. Muitos artistas preferiam não participar do núcleo, mas tinham contatos individuais e colaboravam muito.

Outro setor importante era o dos trabalhadores em transporte coletivo, onde tínhamos um movimento grande na Companhia de Transporte Público do Rio de Janeiro. Eles nos ajudavam no trabalho de agitação, também distribuindo panfletos, fixando cartazes nos pontos finais e colando “mosquitinhos” nos bancos dos ônibus. Quando havia manifestação no centro da cidade e a polícia começava a reprimir, eles abriam as portas dos ônibus e, logo que os estudantes entravam, arrancavam rapidamente. Muitas vezes, nem sequer paravam no sinal. A UJP entendeu que era muito importante ter esse trabalho específico com os trocadores e motoristas e lhe dava uma atenção especial.

Toda essa movimentação criada pela UJP fortaleceu a própria entidade e incentivou o combate à ditadura militar. Naquele momento isso foi fundamental porque sabíamos que não podíamos recuar mesmo diante das quedas e prisões, que tantos problemas criaram nas universidades e nos locais de trabalho.

O salto de mobilização que queríamos dependia de uma organização mais ampla. Além disso, a UJP ajudou a fortalecer o PCdoB, já que muitos dos seus membros foram depois recrutados pelo partido. Alguns inclusive se colocaram à disposição para combater na Guerrilha do Araguaia.

A estruturação da UJP

O primeiro passo foi planejar o processo de recrutamento e a estrutura da UJP. Inicialmente, a direção do PCdoB, através dos comitês dirigentes, indicou um membro em cada faculdade, escola secundarista, fábrica, banco, bairro, favela, enfim, onde tinha organização de base, e deu a esses companheiros a responsabilidade de construção imediata da UJP nesses locais. Em pouco tempo, já tínhamos um grande número de núcleos.

Eu era secretária de Organização, mas não tinha contato com todos os membros de todos os lugares. Como responsável pelos professores e alunos da área universitária, das faculdades públicas e privadas, eu sabia onde tínhamos a UJP naquele setor, quantas pessoas estavam ali e qual era o perfil dos núcleos.

Cada núcleo deveria ter mais ou menos de duas a cinco pessoas. Por exemplo, nunca poderia existir um núcleo de 20 pessoas, por questão de segurança. Quando chegava perto desse número, deveria ser desmembrado. Carlos Henrique Tibiriçá fazia o controle

da área secundarista. Lincoln, como já mencionei, tinha o balanço dos núcleos de trabalhadores de fábricas, de bancos e do transporte. Os outros dois companheiros acompanhavam os bairros e favelas. Então, quando íamos fazer uma panfletagem ou qualquer manifestação, facilmente chegávamos a todos os militantes, porque tínhamos os contatos bem amarrados.

Quando um militante do partido entrava para a UJP era por indicação do CR, que o destacava para criar um núcleo em algum lugar. Muitas vezes ele permanecia, mas quando o núcleo estava muito bem estruturado e ele era necessário em outra tarefa, afastava-se para cumpri-la. Foi o caso de Adriano Fonseca que depois de montar, juntamente com David Tygel, os núcleos no Instituto de Filosofia da UFRJ (IFCS), desligou-se e ficou somente na tarefa partidária, indo mais tarde para o Araguaia.

A UJP cresceu tanto que depois os próprios jovens começaram a criar núcleos em outras faculdades. Então, o partido já não sabia em quais universidades a UJP estava. Foi por isso que durante o balanço prévio para o 31º Congresso da UNE – quando foi feito um levantamento de onde estavam os núcleos e se realizariam assembleias para tirar os delegados – o partido levou um susto, pois apareceram delegados de locais que nem imaginava. Como a orientação era tirar os delegados por faculdade, isso foi sendo feito pelos membros da UJP e, somente depois, o partido ficava sabendo. Em boa medida, foi graças a essa estrutura autônoma que a UJP foi crescendo e se multiplicando.

Financiamento

A UJP tinha uma estrutura própria e conseguia coletar uma soma razoável, que era entregue a Lincoln, responsável pelas finanças. Acho que, num determinado momento, por volta de 1972, esse montante ajudou, indiretamente, a fortalecer a infraestrutura do PCdoB, pois ajudava militantes perseguidos. Além de conseguir arrecadar bem, as atividades da UJP não eram caras, até porque não tinha que manter aparelhos ou quadros profissionalizados. Os panfletos e os mosquitinhos eram baratos. E fazíamos de vez em quando algumas campanhas de finanças.

Além disso, os músicos da UJP, militantes ou simpatizantes, sempre colaboravam fazendo *shows*. Também fizemos tabuleiros e peças usados num jogo chinês de estratégia, que foi um verdadeiro sucesso e cuja venda rendeu um bom dinheiro. Alguém que foi à China trouxe esse jogo, que acabou virando coqueluche no Rio.

Quando ficou pública a notícia sobre a Guerrilha do Araguaia, os núcleos da UJP discutiram como poderiam solidarizar-se, fosse enviando dinheiro, fosse denunciando as ações repressivas e a morte de companheiros.

Propaganda pelas ruas do Rio

A UJP passou a ser conhecida no Rio porque o trabalho de agitação e propaganda era constante. Todo mês nós tínhamos atividades. O conteúdo dependia da luta que estava acontecendo em cada momento. Às vezes fazíamos panfletagem, às vezes pregávamos

mosquitinhos, que eram fitas adesivas com palavras de ordem, atrás dos bancos dos ônibus. O trabalho de agitação era significativo.

Quando ocorreu o sequestro do embaixador Charles Elbrick, em setembro de 1969, o comando do sequestro redigiu uma carta para ser publicada na imprensa, a *Carta ao povo brasileiro*. Os jornais foram proibidos de publicá-la e quem fez isso foi a UJP. Milhares de cópias dela foram espalhadas pela cidade.

Além disso, fazíamos panfletagem na Avenida Rio Branco subindo em prédios e jogando o material lá do alto. Tínhamos um esquema grande de distribuição de panfletos. As ações eram feitas de maneira muito organizada. A comissão responsável fazia um levantamento dos prédios para montar a atividade e para evitar que a panfletagem se repetisse no mês seguinte. Muitas vezes recebíamos também informação de pessoas que trabalhavam nos prédios do centro da cidade. Elas apontavam o andar em que era mais fácil fazer a panfletagem e o nome da empresa existente no prédio, que deveria ser dito caso o militante fosse interrogado por policiais. Na hora combinada, todos jogavam ao mesmo tempo os panfletos. Quem não conseguisse fazer isso na hora combinada não poderia jogar mais, por problemas de segurança. De repente tinha-se uma nuvem de panfletos voando sobre as ruas do centro. A UJP fazia isso constantemente, bem como as pichações e a distribuição do *Jornal da UJP*.

Lincoln e eu éramos responsáveis pela elaboração do jornal. Ele sempre ficava com o editorial. Eu era responsável pela edição e pela coluna sobre os movimentos revolucionários do Brasil desde a colônia. Pretendíamos estimular com essa coluna a luta antiditatorial. Coletávamos informações sobre o que estava acontecendo em cada setor e denunciávamos os problemas nas áreas da saúde e da educação. Fizemos uma campanha contra o desvio de dinheiro na implantação da Transamazônica. Também denunciemos o montante gasto na construção da ponte Rio-Niterói e as mortes de trabalhadores. Enfim, fazíamos um jornal de denúncias. Muitas vezes, íamos fazer as nossas pesquisas no Real Gabinete Português de Leitura, meu local preferido para sentar e escrever, e na Biblioteca Nacional.

Lincoln escrevia com uma facilidade impressionante, mas não gostava de revisar os seus artigos. Aí era aquela briga, porque ele achava que eu devia revisar e eu dizia que o meu papel era apenas editar. Era sempre assim. No final, dava tudo certo, pois havia muita amizade, confiança e respeito mútuo.

Depois o jornal era entregue para a equipe responsável pela impressão. A UJP tinha um mimeógrafo. Por questão de segurança, não usávamos a estrutura do PCdoB. Como não tínhamos aparelho fixo, o mimeógrafo ia mudando, de tempos em tempos, de lugar. As tiragens eram pequenas, até porque com mimeógrafo não dava para imprimir milhares de números. Dessa maneira conseguimos rodar o jornal de 1970 a 1972, sem problemas.

Como não havia milhares de jornais, orientávamos os militantes a não jogá-los fora e sim a ler e passar adiante. Às vezes nós o pegávamos e ele estava todo amassado porque já tinha sido lido por muitas outras pessoas.

Havia uma grande expectativa com o jornal. O pessoal da faculdade estava sempre perguntando se já tinha saído a nova edição ou quando ia sair porque nele havia diversas informações que não saíam na imprensa. Inclusive, denunciávamos as prisões e mortes sob

responsabilidade do regime militar. Por tudo isso, foi muito importante a sua criação. Não sei até quando ele foi feito porque fiquei na estrutura da UJP até setembro de 1972, um mês depois da prisão de meu marido, Ronald Rocha, no dia 31 de agosto.

O DOI-CODI perde a pista de Mariana

Logo depois da prisão de meu marido, tive um ponto com Lincoln e relatei que a repressão estava me procurando em diversos locais. Aliás, eles procuravam por Laura do PCdoB, achando que ela era a mulher de Ronald. E procuravam também por Mariana da UJP. Nunca falaram de Mariana para Ronald; com ele, só falavam de Laura. Nunca descobriram que elas eram a mesma pessoa. Percebi isso quando abriram os arquivos e, para entrar com meu processo de anistia, fui pedir a documentação sobre mim, oriunda do Centro de Informações da Marinha, do Departamento de Ordem Pública e Social e do DOI-CODI.

Naquela conversa com Lincoln, analisamos minha situação para ver que rumo eu deveria tomar. Estava ficando cada mais difícil sustentar financeiramente muitos companheiros e, por outro lado, eu já não tinha mais condições de me manter porque tive de largar o trabalho, após a prisão de meu marido.

Então, em setembro de 1972, Lincoln fez uma discussão com o CR e me levou a resposta. Os companheiros achavam que eu deveria sair do Rio por um período, inclusive para ver como é que a situação ficaria depois da prisão de Ronald. E estipularam como prazo final para o meu afastamento o mês de dezembro. Fui para Campos e, durante algum tempo, fiquei numa casa no interior de uma usina de açúcar.

No início de dezembro, voltei para o encontro marcado com Lincoln. Naquele momento, tudo estava mais difícil ainda. Outros companheiros tinham sido presos, Ronald ainda continuava na prisão e os órgãos de repressão continuavam à minha procura, fechando cada vez mais o cerco. Lincoln achou que eu deveria ficar fora do Rio por mais tempo e retornar no fim de fevereiro.

A repressão se abate sobre a UJP

Quando retornei, fiquei sabendo da prisão e morte de Lincoln. A direção provisória da UJP tinha sido muito atingida. Éramos cinco, mas Caíque já tinha sido preso, mais ou menos em junho de 1972, e eu tive de afastar-me em setembro. Antes disso, outro companheiro da direção, que na época eu pensava ser filho de Mário Alves – mas hoje achamos que era filho de Salatiel –, foi desligado, também por questão de segurança. Ou seja, a repressão atingiu em cheio a direção da UJP.

Com o início da Guerrilha do Araguaia, a perseguição aos militantes do PCdoB se tornou ainda mais forte e o acirramento da repressão atingiu duramente a UJP. Além dos problemas ocorridos com a direção provisória, houve a prisão de outros dirigentes e filiados. Apesar disso, ela sobreviveu durante algum tempo, até que, pouco a pouco, acabou desmobilizando-se. Foi uma pena, porque nós a considerávamos uma espécie de projeto-piloto, uma experiência que, dando certo, seria levada pelo CC para os outros estados.

Balanço da UJP

Antes de sair do Rio, em setembro de 1972, eu e Lincoln havíamos feito uma avaliação da UJP. Concluimos que a organização contava, naquele momento, com cerca de 600 jovens militantes. Era um número muito expressivo para aquele momento de grande repressão.

Na eleição de 1970, a UJP foi fundamental no Rio, fazendo a campanha do voto nulo, que acabou atingindo 30% da votação, além de ter havido 22% de abstenção. Somados, resultavam em 52% que expressavam contrariedade com relação ao processo político-eleitoral nos moldes então vigentes.

A UJP se preocupava muito também com a formação de seus membros. Fazíamos cursos específicos, conforme a necessidade. Naquele momento, o PCdoB também não estava recrutando militantes de imediato. Para ser enviado ao Araguaia era preciso passar por um processo de formação. Nós começamos a ajudar nessa tarefa também. Por exemplo, quando Elmo Correia, estudante de Medicina, colocou-se à disposição para ser deslocado para o campo, fiquei encarregada de fazer um curso intensivo com sua companheira, Telma Regina Cordeiro, estudante de Geografia e militante da UJP. Após esse curso, Telma entrou para o PCdoB e foi também para o Araguaia. Eu não diria que a UJP foi celeiro do Araguaia, mas muitos militantes que foram para a Guerrilha militaram em seus coletivos.

A UJP se constituiu num instrumento de resistência na cidade. O PCdoB não estava se preocupando apenas com a luta no campo, com a guerrilha rural, queria também ampliar nas cidades a luta pela derrubada do regime militar, e foi com esse objetivo que criou a UJP no Rio. Por isso, pretendia levar a experiência para os estados de São Paulo e Minas Gerais. O partido dava muita importância ao trabalho e à mobilização de massas nas zonas urbanas, como parte importante da estratégia de guerra popular.

Lincoln Bicalho Roque

Lincoln foi um grande companheiro. Eu o conheci em 1966, quando entrei para o curso de Ciências Sociais, na FNFfi, e fui a ele apresentada por minha amiga Izabel Picaluga, sua colega de turma. Depois fiquei conhecendo também Tânia, sua futura esposa. Quando a FNFfi foi desmembrada, fomos, em 1968, para o IFCS, em Botafogo.

Naquele momento, estavam sendo desenvolvidas três grandes pesquisas no IFCS. Fui selecionada para trabalhar numa delas com o professor Maurício Vinhas de Queiroz. Lincoln, que já trabalhava com Kleber Lemos, Cristina e Leila em outra pesquisa, recrutou Kleber para o PCdoB. Mais tarde, esse companheiro foi para o Araguaia, onde morreu em junho de 1972.

No segundo semestre de 1968, eu já militava no PCdoB, atuava na base do IFCS e coordenava o curso pré-vestibular do Centro Acadêmico Edson Luís (Cael). Percebemos que uma boa maneira de nos aproximarmos politicamente dos vestibulandos era ter um curso pré-vestibular organizado pelo diretório, dentro da faculdade. Recebi a tarefa

de montar esse cursinho. Todos os professores eram militantes dos cursos de História, Ciências Sociais, Economia etc. Os debates eram constantes e a aprovação no vestibular foi quase de 100%. Um sucesso. Vários vestibulandos foram recrutados posteriormente para o PCdoB, entre eles, Adriano Fonseca, David Tygel e Marco Antônio.

Lincoln ajudava nesse processo e ficávamos na faculdade um bom tempo do dia. Ele era uma pessoa muito querida, transitava em todas as correntes políticas, apesar do sectarismo de algumas delas. Mas conseguia conviver com aquela situação. Relacionava-se, igualmente, muito bem com os professores e todos o respeitavam.

Tinha toda a paciência para discutir politicamente o bê a bá com o primeiro que chegasse. Isso era muito positivo, porque havia militantes que, por serem dirigentes políticos, achavam-se acima dos demais. Lincoln não, com aquele jeitinho simples, magrinho, de cabelo encaracolado, sempre estava disponível para qualquer esclarecimento ou discussão.

Lembro que o nosso último encontro foi em dezembro de 1972. Ocasão em que ele trouxe a orientação do CR para que eu ficasse mais tempo afastada do Rio. Lino Tavares, advogado de Ronald, trazia sempre notícias e informou que eles ainda me procuravam, não só em função da minha militância, mas também porque queriam torturar-me para pressionar meu marido. Conversamos muito naquele dia, foi um momento muito complicado para nós. Lincoln estava sendo muito procurado também e confidenciou-me que vivia trocando de pensão para não ser pego. Disse que dormia sobressaltado e que muitas vezes deitava com roupa e sapatos, porque se ouvisse qualquer barulho estranho, estaria pronto para fugir. Lincoln marcou a minha vida.

Adriano Fonseca

Conheci Adriano quando ele fez o curso pré-vestibular, organizado pelo Cael. Entrou na IFCS em 1969, quando já estávamos no terceiro ano. Logo foi recrutado pelo PCdoB e se tornou um dos militantes mais responsáveis e atuantes na organização de base. Ajudou muito também na construção da UJP.

Adriano, como Ronald e eu, também se colocou à disposição para ir para o campo. Em abril de 1972, viajou para o Araguaia, onde foi barbaramente assassinado em dezembro de 1973. Pelas informações contidas no livro *Operação Araguaia*, um mateiro atirou, matou e cortou sua cabeça. Chorei muito quando soube da maneira brutal como nosso companheiro e amigo foi morto.

Adriano era uma pessoa muito interessante. Fazia teatro e, ligadíssimo à música, adorava jazz. Depois de algum tempo de conhecimento, tornamo-nos amigos. Chegamos a morar juntos, Ronald, eu e ele, num apartamento do Leblon. Ele se vestia bem e, antes de seguir para o Araguaia, nos deu alguns objetos pessoais e algumas roupas: um casaco jeans da Levi's, uma camisa, um pijama e um lenço de seda importado.

Anos depois, em Belo Horizonte, entregamos algumas roupas para sua irmã, Mônica. Minha filha caçula recebeu o nome de Adriana em sua homenagem. Ela tem muito orgulho disso.

Libertação de Ronald

Ronald foi preso no Rio, mas depois de ser barbaramente torturado, foi levado para São Paulo, onde permaneceu até ser libertado no final de dezembro de 1972 para depois comparecer ao julgamento. Em janeiro, reencontramo-nos e ficamos na clandestinidade. Quando foi marcado o julgamento, discutimos muito sobre o que seria melhor: apresentar-se à Justiça Militar, continuar na clandestinidade ou sair do país por algum tempo?

Lino Tavares, seu advogado, disse que a condenação seria provavelmente de seis meses de prisão, pois não havia provas de que ele pertencia ao PCdoB. Concordando com a análise de Lino, Ronald decidiu comparecer ao julgamento e fazer sua defesa política, porque, já tendo cumprido três meses, somente ficaria detido mais três. Livre e continuando no Brasil, poderia contribuir melhor na luta contra a ditadura militar e na reorganização do PCdoB. Assim foi feito. Depois de completar a pena, retornou de São Paulo.

Após 1974, ficamos algum tempo morando em Muriaé, onde exercíamos atividades políticas, ajudando na organização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Avaliamos que poderíamos criar, mesmo no interior, um movimento político capaz de denunciar o regime militar e agregar pessoas que tivessem posições avançadas. Ronald conseguiu organizar uma estrutura local do PCdoB. Desliguei-me do partido no início dos anos 1980, na crise instaurada após a 7ª Conferência. Mais tarde me filiei na legenda do Partido dos Trabalhadores, ficando vinculada até 2005. Hoje, milito na Refundação Comunista.



OZÉAS DUARTE DE OLIVEIRA

Ozéas Duarte de Oliveira nasceu no município de Jucás, no alto sertão do Ceará, no dia 13 de julho de 1941. Filho de um pequeno fazendeiro, seu sonho era ser vaqueiro. Com aproximadamente 15 anos, foi para o Colégio Diocesano na cidade do Crato, local onde começou a ter contato com a política. Mais tarde, foi para Fortaleza, onde se consolidou como militante do movimento estudantil. Foi preso no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de Ibiúna, mas foi em sua sexta prisão que mais sofreu. Ozéas foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Revolucionário Comunista (PRC) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Início da militância no PCB

Filiei-me ao PCB em agosto de 1961, no dia seguinte à renúncia do Jânio Quadros. Naquele momento, o partido tinha quatro principais núcleos de atuação no Ceará. Um deles era o Liceu, com cerca de cinco mil alunos. Era um colégio público indomável. E nós o controlávamos e elegíamos o presidente do Grêmio. Essa base cresceu consideravelmente a partir de 1961. Juntamente com o Colégio Cearense, ele foi o centro do movimento estudantil no estado entre 1962 e 1964.

Os alunos do Liceu e os trabalhadores da ferrovia que ligava Fortaleza ao Cariri formaram o cerne da resistência ao golpe. Outra frente era a Universidade Federal do Ceará (UFCE), que era pequena então e não tinha uma tradição de mobilização política. O quarto núcleo eram os trabalhadores rurais, onde tínhamos Vicente Pompeu, líder sindical valoroso. Tinha capacidade natural para lidar com os trabalhadores rurais. Foi um dos criadores da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Ceará (Fetac).

Em 1962, perdemos a eleição para a prefeitura de Fortaleza por pequena diferença, algo como mil votos. Concorriam um candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um do PCB – o presidente do Sindicato dos Bancários, José de Moura Beza – e outro da extrema-direita, o general Murilo Borges, que ganhou a eleição ao se beneficiar da divisão na esquerda. Foi uma campanha politizada, bonita.

O partido tinha uma bancada na Assembleia Legislativa e havia um senador, Moisés Pimentel, que foi eleito em aliança com o PCB. Era um capitalista, dono de uma cooperativa, um pequeno banco. Esse cenário positivo impulsionou o PCB no estado.

Congresso da UNE de 1962

Particpei do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1962, realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Nele, José Serra foi eleito presidente. Aytan Sipahí era o representante do PCB do Ceará na chapa. Serra era da Juventude Universitária Católica (JUC), que contava com a maioria dos delegados. O PCB era a segunda maior força e passou a fazer parte da diretoria da UNE. Havia uma delegaçãozinha do PCdoB, com uns militantes sectários que não tinham expressão no movimento.

Compareceu ao congresso uma delegação de estudantes chineses. Lembro-me que um dia formaram uma roda com estudantes brasileiros e começaram a falar sobre as divergências sino-soviéticas. Eu não gostava dos soviéticos, do discurso pacifista que haveria de ruir com o golpe de 1964. Esses chineses nos entregaram alguns materiais e eu fiquei com aquelas ideias na cabeça.

O golpe de 1964 e a repressão

Quando ocorreu o golpe, tudo se desmoronou, não havia previsão de que aquilo aconteceria. Para se ter uma ideia, no dia 25 de março de 1964, aniversário de fundação do partido, ouvimos num auditório lotado o discurso de Luiz Carlos Prestes transmitido por rádio. Ele falou da existência de militares que conspiravam contra o governo João Goulart e disse em relação aos golpistas: “ousem botar a cabeça para fora e elas serão cortadas”. Evidentemente, afirmou isso contando com o esquema militar de Jango. Mas os militares se entenderam entre si e aconteceu o que sabemos, e resistência não houve.

Estávamos despreparados para a resistência. Em uma semana todas as lideranças antigolpistas do Ceará já estavam encarceradas. Fui preso no dia 7 de abril de 1964 enquanto retirava lideranças do PCB de Fortaleza para locais mais seguros próximos da capital.

Eu saía de Fortaleza com Parangaba (Carlos Augusto Lima Paz), presidente do Grêmio do Liceu, quando fomos presos por uma patrulha do Exército.

Fomos levados para o 23º Batalhão de Choque (BC). O primeiro que encontrei foi Vicente Pompeu na sala de interrogatório. O coronel gritava para ele: “As armas, seu comunista, as armas!”. E ele respondia: “O senhor acha que se tivesse arma eu estaria aqui, coronel?”. E um tempo depois Pompeu disse: “Tudo bem, eu sei onde estão as armas. Vi um monte de soldados com elas lá embaixo”.

Aderindo ao PCdoB

Quando saímos da prisão uns quatro meses depois, Parangaba, eu e outros estávamos sem horizontes. Até que chegou do Rio de Janeiro José Sales Oliveira com um documento do PCdoB sob o título *Lições do Golpe*, que batia exatamente com o que pensávamos. Pegamos aquele texto e começamos a juntar gente. E o fato é que o Comitê Central do PCdoB logo foi ao Ceará. Primeiro foi Carlos Danielli, depois Pedro Pomar, Dynéas Aguiar e, por fim, José Duarte.

Começamos a trabalhar as ideias do PCdoB no meio rural. Fizemos tudo para levar Pompeu, mas não foi possível. Ainda assim, conseguimos penetrar no que havia sobrado dos sindicatos rurais. Um deles foi o de Jucás, com José Francelino, meu amigo de infância e, ainda hoje, filho de um inquilino de meu pai. Ele organizara o Sindicato Rural de Jucás em 1962, e ainda hoje está lá. Esse trabalho irradiou-se sob a influência de Zé, que migrou nos anos 1980 e hoje milita no PCdoB em São Paulo.

Valton Miranda, Miguel Cunha e eu formávamos o Secretariado do PCdoB nos primeiros anos pós-golpe. Também faziam parte do Comitê Regional Hermenegildo, dos Correios; Malaquias, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que viajava a serviço e fomentava o trabalho político nos cantos por onde andava. Francis Vale também, Pedro Albuquerque, todos originários do PCB. Gilberto Sá era da base da Universidade Federal do Ceará (UFCE), colega de Sérgio Miranda. Glênio Sá atuava no movimento secundarista.

Penetramos um pouco na intelectualidade, em bairros populares como o Pirambu e nos Correios, mas o forte foi a universidade. Construimos um forte movimento estudantil com João de Paula e José Genoíno à frente. Fizemos uma grande passeata em 1968, em protesto contra a morte de Edson Luís, com cerca de 20 mil pessoas.

6ª Conferência do PCdoB

Na 6ª Conferência do PCdoB, em 1966, aquele documento *União dos Brasileiros* não me trouxe entusiasmo. Mas só depois compreendi, havia ali uma tremenda indiferença para com o desenvolvimento capitalista no Brasil a partir dos anos 1950.

O PCdoB não entendeu isso. O Araguaia o demonstra. Em vez de se dirigir ao proletariado, foi à procura de um Brasil tipo China que não tinha nada a ver.

Luta armada, foco e guerra popular

O PCdoB criticava o foco, a ideia de que um grupo armado, sem partido, agindo num ambiente rural, empolgaria o povo e atrairia adesões. Para mim, quem melhor expressou a ideia do foco foi Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, que rompeu com o PCB em São Paulo em 1966 e ajudou Marighella a fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN). Segundo a sua percepção, exposta em documento da época, as concepções em torno do comunismo já estavam fragmentadas e acabavam mais dividindo do que unindo as pessoas. Logo, somente a ação armada seria capaz de unir os revolucionários.

Ocorre que a direção do PCdoB, pelo que tenho pensado, sofreu certa pressão psicológica na medida em que outras organizações assumiam na prática a bandeira da luta armada. O PCdoB não o fazia, ele que viera de um rompimento com o PCB dois anos antes do golpe sob a bandeira da luta armada como via necessária para a revolução socialista. Então, tendo a achar que a iniciativa de Marighella e de outros de partir para a ação armada produziu isto que chamo de pressão psicológica sobre o núcleo restrito que dirigia o PCdoB, com o resultado que vimos: a aceleração do processo de preparação da Guerrilha do Araguaia, da maneira que sabemos, foi inconsistente, para dizer o mínimo. Eu participei, militei, mas longe de imaginar que a ideia do foco estivesse no governo.

De todo modo, quando o PCdoB escolheu concentrar-se na região do Araguaia, mesmo que não tivesse presente o ideário foquista, a guerrilha acabaria por realizar-se tal como pregou o foquismo, pela simples conformação do lugar. Se não existia povo, queira-se ou não, a guerra popular seria impraticável.

Alguns anos antes da eclosão da Guerrilha do Araguaia, a direção do PCdoB lançou a resolução *Guerra popular, caminho da luta armada no Brasil*, um documento ambíguo. Guerra popular sugere o pensamento de Mao Tsé-tung, só que o texto não reflete a ideia da guerra tal como a concebe Mao.

Não havia como ir para o campo no Brasil, nos anos 1970, e encontrar por lá grandes massas camponesas. Na verdade, o que estava em germe nessa década, e até mesmo antes, eram as grandes greves de 1978-79 no ABC paulista. Ali se achavam os “camponeses” que o PCdoB procurava.

Acresce que a ditadura cortou toda a comunicação entre o Araguaia e o mundo. Não havia como esperar que seria diferente. Ou seja, era muito difícil um partido pequeno divulgar uma guerrilha em plena ditadura a ponto de empolgar massas urbanas e tal. A ideia de Pedro Pomar de fingir-se de morto e entrar no trabalho de base nas grandes cidades era o caminho a ser percorrido antes, a condição necessária para uma coerência entre a palavra e os atos tal como o PCdoB se propunha.

Congresso de Ibiúna

Depois da morte de Edson Luís, em 1968, tornei-me responsável pelo movimento estudantil junto à direção nacional do PCdoB. Faziam parte desse esforço José Genóino, do Ceará, Ronald Rocha, de Minas Gerais, Aurélio, da Bahia, Helenira Resende de

Souza Nazareth, de São Paulo, que morreu no Araguaia, e Adriano Fonseca, do Rio de Janeiro, também morto no Araguaia.

O partido tinha um trabalho ainda pequeno nessa frente de atuação. Naquele momento, o PCdoB no movimento estudantil era bastante sólido no Ceará e um pouco na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Não estive no Congresso da UNE de Valinhos, mas fui ao de Ibiúna. Houve uma reunião em São Paulo, com Carlos Danielli, antes do congresso. Lembro-me que discutimos a probabilidade de que o congresso caísse. Nós tínhamos isso quase por certo, mas teríamos que comparecer, uma vez que o movimento estaria lá.

Quando chegamos ao local, ficou evidente para mim que o congresso não fora organizado pelos estudantes, mas pela Ação Libertadora Nacional, a ALN. Havia gente armada dentro do mato e mais tarde fiquei sabendo que os dominicanos é que tinham arrumado o sítio.

Fui ao congresso como negociador: deveria encontrar José Luís Guedes, da Ação Popular, que cumpria na organização a mesma função que eu no PCdoB. A intenção do partido era compor com a AP, ajudar a construir uma maioria sólida na UNE e, sobretudo, mudar o conteúdo do movimento estudantil em São Paulo, que não era vigoroso como o do Rio de Janeiro ou o de Belo Horizonte, e era muito minado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e pelo pessoal da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Prisão e retorno ao Ceará

A prisão em Ibiúna foi tranquila. Como outros estudantes, passei uma semana no presídio Tiradentes só para ser fichado e fotografado. Com essas fotos, a repressão fez um grande álbum que seria muito útil ao longo dos anos seguintes. Ali, eles tinham as fotos, os dados pessoais e as impressões digitais da nata do movimento. Muitos dos fotografados foram para a ação clandestina, a única via possível de militância política que tinha restado para todos nós. Mais tarde, quando fui preso novamente, todos os policiais que me cercaram numa rua de São Paulo levavam à mão a minha fotografia do álbum de Ibiúna.

Já liberados, a polícia nos levou em ônibus para os nossos estados. Eu temia que fosse preso, e ao chegar a Recife saltei do ônibus e peguei outro caminho para a volta a Fortaleza. Os policiais que estavam nos acompanhando só foram para garantir que não voltaríamos para São Paulo com o propósito de refazer o congresso. Quando cheguei a Fortaleza, entrei para a clandestinidade.

Uma noite, Sérgio Miranda me apanhou numa Kombi e, junto com Pedro Albuquerque, levou-me para Baturité. Descemos lá de madrugada para esperar o trem que ia para o Crato. No Crato, pegamos um ônibus para Souza, na Paraíba, e de lá para São Paulo.

Vivendo em SP

Em São Paulo, fui morar na casa de meus pais. Um mês depois, quando já havia sido decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5), a polícia baixou por lá. Eu não estava. Como descobriram o local, é um mistério para mim.

Em 1971, um mês antes da minha prisão, fui efetivado no Comitê Central do PCdoB. Durante a preparação da Guerrilha, os principais dirigentes se protegiam, ficando em São Paulo e viajando o menos possível. Algumas pessoas, como eu, foram designadas para viajar para os estados que não o Rio e São Paulo. Foquei-me nessa tarefa. Fazia contato com estudantes, com as direções regionais, colhia informações, levava documentos, conhecia pessoas que poderiam ser recrutadas para o Araguaia etc.

Na verdade, naquele momento eu não sabia que seria para o Araguaia, só que seria para o campo. Mas como havia toda uma discussão interna a respeito da luta armada, de assumi-la na prática, todo mundo estava ciente de que era a grande tarefa. Então, quando eu falava a respeito, era comum que os companheiros se colocassem à disposição. Eu pegava os nomes e colhia mais informações com os dirigentes locais. Em casos em que Danielli não conhecia a pessoa, para ter mais segurança, era comum me mandar cobrir o ponto e apresentar-lhe a pessoa. Com Genoíno, Bérqson, Pedro Albuquerque e o pessoal da Bahia as coisas foram assim.

Prisão na Lins de Vasconcelos

Fui preso no dia 2 de maio de 1972, 18 dias depois da eclosão da Guerrilha do Araguaia. Morava na Rua Elba, perto da Via Anchieta, numa vaga de aluguel. Saí e fui para um ponto às oito da manhã. Estava meio distraído porque lia duas notícias fantásticas n’*O Estado de S.Paulo*. Uma sobre a ofensiva dos vietcongues em cima dos americanos e outra sobre a Revolução Cultural na China. Estava entusiasmado. Acabei descendo num ponto antes do que devia.

Quando pisei no degrau, vi policiais no lugar. O ponto cheio de gente, mas a atitude deles, de intensa atenção, denunciava o fato. Era perto da caixa d’água da Lins de Vasconcelos. Tentei sair como pude, mas eles me cercaram. Entrei num bar, me pegaram. A Operação Bandeirantes (Oban) tinha montado tudo.

Cara a cara com Ustra

Quando cheguei à Oban, Carlos Alberto Brilhante Ustra me trancou numa sala, sentou-se numa cadeira por detrás de uma mesinha e me mandou sentar noutra, do outro lado, à frente dele. Falou: “você sabe onde está e sabe para que estamos aqui. Você é provavelmente um militante do PCdoB. Não temos nada contra você, só queremos as informações que sabemos que você sabe. Você tem aqui dois caminhos: ou começa a falar, e nada vai acontecer com você, ou se recusa a falar e arcar com as consequências. Ninguém sabe que você está aqui, e você conhece muito bem até onde podemos ir. A escolha é só sua”.

Respondi que com eles eu não tinha conversa, e ele falou: “Tudo bem!”. Saiu, e logo entrou a primeira turma, cinco, seis policiais, algo assim. Horas depois, batem à porta. Era Ustra interrompendo o trabalho. Mandou que me tirassem do pau-de-arara, descí, nu. Então, Ustra mandou levar o companheiro que abria o ponto comigo. Trouxeram, e ele disse, apontando para mim: “Olha, ele está dizendo que você fez isso, isso e isso”. Ou seja, tentou

o mais absurdo, jogar-me contra o companheiro. Absurdo, porque o lógico seria tentar usar o companheiro contra mim. Respondi no automático: “É mentira”.

E Ustra surtou de vez, agarrou uma cadeira e mirou minha cabeça aos berros, ensandecido: “Deixa eu matar esse filho da puta! Deixe eu matar!”. Abaixei-me, bateu nas minhas costas e me atirou ao chão. Ele mirou de novo, mas então me salvaram os tiras que se esforçavam por fazer o bom serviço. Sim, gente profissional que operava sem gritos, sem gestos de insanidade, sabendo perfeitamente aonde queria chegar. Então, os policiais o agarraram e o retiraram da sala. Imaginei que entre os companheiros que morreram na tortura alguns devem ter ido assim, pelas mãos de um louco qualquer.

Brigas no seio da repressão

Os agentes da Oban não queriam que eu fosse para Brasília. A solicitação chegara de lá, mas Ustra me segurava. Vivi então a experiência notável de um interrogatório por Telex. Mas não, tiveram que me levar. Fui para acareações com um preso no Araguaia. Queria o caminho que o partido utilizava para chegar à Guerrilha. Não deu em nada, porque logo ficou claro que não sabia de nada.

E um dia, de volta à Oban, pouco mais de um mês depois, me chamaram e disseram: “Olha, o negócio é o seguinte: vai vir um cara te interrogar, mas se você falar alguma coisa pra ele, olhe, você vai levar um pau como nunca levou antes”. À mesa, sentaram-se o agente do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) um agente da Oban e eu. O interrogatório mais confortável que se pode imaginar. O sujeito perguntava, o agente chutava minha canela e eu mentia à vontade.

Chacina da Lapa

Saí da prisão em 1976, mandei meu relatório de prisão para a direção do partido e em outubro recebi um ponto a que devia comparecer. Foram ao local Pedro Pomar e Sérgio Miranda. Surpreendeu-me o grau de preocupação de Pomar com a situação. Falou sobre as divergências internas em torno do Araguaia e expôs o quadro dramático com respeito à segurança partidária. Expressou claramente as dúvidas que cercavam a pessoa de Jover Telles.

Conveio em que eu não devia comparecer à reunião que deveria acontecer dentro de alguns dias. Claro, eu mal saíra da cadeia, estava em livramento condicional, não fazia sentido incorporar-me de pronto às atividades do partido. No final do fim de semana seguinte a imprensa noticiava a Queda da Lapa, em que ocorreram várias prisões e as mortes de Ângelo Arroyo, João Batista Drummond e do próprio Pedro Pomar. Não consigo entender a presença de Jover Telles na reunião.

Retomando a vida depois da Queda da Lapa

Eu trabalhava então no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) havia um ano quando recebi uma oferta de trabalho na Enfance, uma Comunidade Terapêutica de Diadema.

Participava do movimento pela anistia e do movimento contra a carestia, na Zona Sul de São Paulo. Do partido recebi dois anos depois a tarefa de administrar a Editora Brasil Debates. Não era uma propriedade do partido. Uma pessoa amiga mantinha a propriedade e a colocava sob a direção do partido. Não prosperou como poderia por causa dessa relação. Na verdade, o dinheiro prometido chegava todo em prestações, o que deixava a empresa exposta às altas taxas de inflação. Não podíamos estocar papel e a inflação comia, corroendo pelo pé. Fizemos o que podíamos, sempre em conflito com o partido. Conflito que se agravou quando me neguei a publicar uma obra do então líder albanês, Enver Hoxha. Amazonas insistiu, mas eu sabia que se publicássemos aquele livro o projeto da editora morreria em seguida, por descrédito. O texto era ruim e a tradução lusitana piorava ainda mais. O livro teve, portanto, um destino merecido.

Por essa época, recebi de um companheiro o texto de Pomar sobre a Guerrilha do Araguaia. “Não sei, nem quero saber o que pensa a direção do partido, vou publicar”, pensei. O jornal *Movimento* não pensou duas vezes. Aceitou a publicação por um motivo razoável, pois se o texto já era do conhecimento da repressão, só traria benefício que o público o conhecesse.

Os desacordos então foram se aprofundando até que me decidi pela divergência pública. Consequência natural, e resultou que fui expulso. Mera formalidade, pois de fato já não me via como militante do PCdoB. Particpei então do movimento pela fundação do Partido Revolucionário Comunista (PRC) que, na verdade, quanto menos para mim, teve o significado de um lapso transitório para o passo subsequente, pelo qual pus em questão a validade mesma do projeto comunista.



PÉRICLES SANTOS DE SOUZA

Péricles Santos de Souza nasceu em Vitória da Conquista (BA) em 5 de fevereiro de 1943. Com o apoio de seu pai, começou logo jovem a se envolver com a política e, em 1958, passou a fazer parte da Juventude Estudantil Católica (JEC). Mais tarde, entrou para a Ação Popular (AP), onde ficou até a sua incorporação ao PCdoB. Foi um dos principais dirigentes comunistas no processo de fortalecimento da luta pela resistência à ditadura no Nordeste. Com a Anistia, teve papel de destaque na reorganização e reestruturação do partido nacionalmente e na Bahia. Atualmente, é membro do Secretariado do PCdoB em seu estado natal, e do Comitê Central.

O começo da militância política

Sou de uma família mais ou menos tradicional em minha cidade natal, Vitória da Conquista, na Bahia. Meu pai era um homem de espírito aventureiro no que diz respeito à atividade comercial. Somos sete irmãos, e ele sempre apoiou minhas atividades, inclusive dando-me cobertura. No dia do golpe de 1964, a repressão invadiu nossa casa e ele não se apavorou, comportou-se muito bem frente aos invasores armados com metralhadoras.

Passsei a uma atividade política mais organizada por volta de 1958, quando entrei para a JEC e desde então tive uma militância ininterrupta. A JEC, assim como a Juventude Universitária Católica (JUC), não era uma organização de pensamento uniforme. Havia a

JEC de esquerda e a de direita. Essa situação produziu o surgimento da AP, a forma que os cristãos da Ação Católica encontraram de agir politicamente em plano nacional, libertando-se da influência autoritária da hierarquia católica.

Juventude católica

A JEC fazia reuniões de jovens, palestras, debates, ações de filantropia, de visita aos bairros pobres, de integração com os setores menos contemplados, enfim, ações de assistencialismo, e considerava que os cristãos deveriam intervir na política. Alguns setores tinham uma compreensão mais avançada. Vem daí a ideia de nós, estudantes católicos, participarmos de grêmios, que na época tinham grande atividade dentro e fora das escolas promovendo manifestações e reivindicando melhorias na área da educação.

Meu assistente, padre Dionísio, jesuíta, já falecido, ia até certo ponto: comunismo não dava. A reação da juventude à Revolução Cubana, por exemplo, rachou a JEC no meio. E Dionísio me considerou comunista. Eu não era; eu tentava ser um bom católico. A encíclica papal resultante do Concílio Vaticano II em 1961 passou a ser uma espécie de fundamentação da nossa vontade de fazer política. Fizemos uma pichação enorme no chão, na porta da catedral, dando vivas ao concílio. Acredito que na Bahia a JEC foi mais à esquerda.

Estive depois no Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) em 1961, e ali a JEC se dividiu. A chapa da esquerda venceu com o voto de uma parte da JEC, inclusive de nós da Bahia. E teve outra chapa da direita, também apoiada pela JEC, cujo líder era o futuro frei Betto.

Havia uma polarização entre a igreja e o Partido Comunista do Brasil (PCB), partido que tinha a hegemonia na Ubes. A bandeira tradicional da época era a defesa da escola pública. Minha militância no movimento secundarista tem essa marca da valorização da escola pública em contraposição à escola privada. A escola pública na época tinha qualidade e nela existia maior efervescência estudantil. Entre 1960 e 1962, estudei no tradicional Colégio Central da Bahia, em Salvador.

O principal dirigente da JEC, referência nessa época, era Jorge Leal Pereira; quando entrei para o Colégio da Bahia, ele estava saindo. Era um religioso convicto, diferente de mim, que não tinha muita convicção. Jorge depois foi dirigente da JUC, da AP, foi para o Rio de Janeiro e acabou sendo assassinado em 1970 na tortura.

As sedes da JUC e da JEC eram vizinhas, num prédio antigo, onde hoje é a Faculdade de Direito da Universidade Católica. E ali havia grande efervescência. A atividade da JUC era mais à esquerda e influenciou decisivamente a JEC.

Crise da legalidade

A crise da legalidade provocou um grande movimento em Salvador. Fizemos uma passeata no centro da cidade, que foi duramente reprimida. Entramos na Faculdade de Medicina e o Exército cercou o prédio. Nós nos entrincheiramos no primeiro andar, e algumas pessoas jogaram tijolos na tropa. Os soldados tentaram forçar a porta, mas ela era robusta.

Então – um fato interessante –, como a Assembleia Legislativa da Bahia tinha se mudado para dentro da Faculdade de Medicina, resguardou nossa segurança. A sessão foi aberta ali, tudo em nome da legalidade. Graças a essa posição de resistência, a crise foi, enfim, contornada.

Eu conhecia o Partido Comunista Brasileiro (PCB), chamado de partidão. Aristeu Nogueira, seu secretário-geral, era um deputado estadual baiano. Tinha um filho, Diógenes, em homenagem ao velho Diógenes Arruda Câmara, que foi meu colega de turma nos três anos em que estudei no Colégio Central. Diógenes não militava, mas defendia o comunismo, o marxismo, o pai. Eu militava na política e ele me apoiava. Fui presidente do Grêmio, delegado ao Congresso da Ubes e Diógenes era meu colega de tendência.

Ele tinha uma irmã, Mariana, que foi estudar na União Soviética, seguindo uma tradição dos dirigentes comunistas de mandarem seus filhos para a Universidade Patrice Lumumba, em Moscou. Pela minha amizade com Diógenes, nós nos inscrevemos para uma bolsa. Mas era para estudar, não era esquema político. Perdemos a bolsa porque Mariana não aguentou, deu saudades, voltou no segundo ano e com isso queimou nosso pleito. Meu contato com o PCB era este: eles lá, comunistas, e eu cá, católico de esquerda.

Ação Popular

A AP se considerava mais à esquerda, mais radical que o PCB. Mas não fazia a mesma crítica que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) fez ao se reorganizar. Era uma crítica meio direitosa; a AP sim era, desse ponto de vista, reformista. Sobre a cisão de 1962, eu não tive notícia. Na verdade, a reorganização chegou devagar nos estados. A reorganização foi feita por um pequeno grupo, e a grande massa de militantes ficou no PCB.

Não sei dizer exatamente quem me recrutou para a AP: foi o movimento de um grupo. Na primeira direção da AP na Bahia, eu participava como representante dos secundaristas. Outros representavam os universitários, a cultura popular, os operários e, apenas mais tarde, os trabalhadores rurais. Então, o pessoal da JEC e da JUC é que participou do congresso de fundação da AP.

Uma das coisas avançadas que o governo de João Goulart fez foi a nova legislação que facilitava enormemente a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Quando ela foi aprovada, houve uma correria das forças políticas, especialmente igreja, AP e PCB, pois a que chegasse primeiro e fundasse o sindicato tomava conta do movimento.

Movimento de Educação de Base

Fui trabalhar no Movimento de Educação de Base (MEB), um convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Ministério da Educação para fazer a alfabetização de adultos. Mas o pessoal da esquerda não se restringia à alfabetização, entrava para fazer política. O método Paulo Freire era isso.

O MEB alfabetizava através de um sistema de escolas radiofônicas – tínhamos mais de 300. Isso na nossa mão era um instrumento poderoso de trabalho. Quando surgiu a legis-

lação sobre sindicalismo rural, juntou uma coisa com a outra. Nós íamos pegar as escolas radiofônicas, as comunidades organizadas – estou usando a terminologia da época – para procurar fundar sindicatos.

Saí do Colégio da Bahia em 1962, e tomamos a decisão coletiva de eu não fazer vestibular e me profissionalizar para o trabalho de criar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Criamos três federações, que envolviam em torno de 20 sindicatos, e o golpe nos pegou no começo dessa atividade.

A equipe de sindicalismo rural do MEB era composta por Elenaldo Teixeira – que foi professor, já falecido –, Laércio Rodrigues, que era estudante de Direito, e eu. Ronald Freitas trabalhava no MEB, mas não no sindicalismo rural; depois acabou se incorporando. O MEB era comandado por Ruth Vieira, uma pessoa avançada e irmã de um bispo, o que facilitava muito as coisas. O advogado Vetúria Carvalho Leite cuidava da parte jurídica. Tinha uma sede bem estruturada, que foi parcialmente destruída logo depois do golpe.

A coordenação do sindicalismo rural era um coletivo da AP dentro do MEB para organizar sindicatos. Esse coletivo não se formalizava, a cúpula do MEB não admitiria um grupo político atuando organizadamente. Mas nós nos reuníamos fora dali, fazíamos planos, atuávamos coordenadamente. O trabalho rural da AP funcionava basicamente no MEB.

Fundação da Contag

Particpei do Congresso de fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no final de 1963, véspera do golpe. O congresso visou a unificar os setores controlados pela igreja com os influenciados pelo PCB e pela AP. Existia um movimento no Rio Grande do Norte, liderado pelo bispo reacionário dom Eugênio Sales, que pretendia tomar conta dos sindicatos. A esquerda unida, PCB e AP, era o outro polo.

O congresso foi no Rio de Janeiro, a hospedagem em Copacabana. Fiquei num hotel chamado Regina, meu companheiro de quarto tinha vindo da roça mesmo, pois não conseguia dormir no colchão, dormia no chão. Outro companheiro, de um sindicato de São Miguel das Matas, nunca tinha estado ao Sul e muito menos viajado de avião: voltou à comunidade relatando que fazia calor lá em cima por causa da proximidade com o sol.

Personalidades importantes participaram do evento. Os padres Crespo e Melo, dois pernambucanos, eram direitistas. Já os padres Alípio e Laje, dirigentes das Ligas Camponesas, eram de esquerda. Ambos eram figuras notáveis. Alípio ainda é vivo, fez curso de guerrilha em Cuba, foi da direção da AP, era ligado à luta armada, e acredito que vive em Portugal. Lindolfo Silva e Nestor Veras eram as figuras mais importantes do PCB, o primeiro foi eleito presidente e o segundo tesoureiro da Contag. O secretário-geral, segundo cargo mais importante, era um trabalhador rural da AP e, depois, do PCdoB: José Novaes, que escapou da Chacina da Lapa. Amâncio Aguiar, da AP da Bahia, era o segundo tesoureiro. Essa foi a composição, negociada nos hotéis da Lapa.

O congresso foi radicalizado. Nosso lado era o da “reforma agrária na lei ou na marra”. A igreja falava também em reforma agrária, mas sem ferir a lei. Ganhamos apertado. Ali a esquerda se firmou como referência do movimento dos trabalhadores rurais.

Resistência ao golpe

Aquele período que antecedeu o golpe foi de radicalização. Vivíamos num clima permanente de tensão, pensando que algo poderia acontecer a qualquer momento e era preciso que estivéssemos preparados. Em reuniões com Brizola e outros, Jango garantia que tinha o controle das Forças Armadas. E quando veio o golpe militar, fomos tentar organizar a resistência, seguros de que o esquema militar de Jango ia funcionar e de que Brizola e Arraes iam resistir.

Duarte Pereira nos informou do golpe. Ele era vice-presidente da UNE. Foi para a Bahia e combinou com a diretoria da UNE um sistema de código por telegrama para avisar se o golpe fosse dado. No dia 31, chegou o tal telegrama. Duarte dizia: “Foi dado o golpe, está combinado, a senha é essa daqui”. Aí fomos a uma assembleia na Federação dos Metalúrgicos, no centro de Salvador, comunicar aos companheiros e dizer que tínhamos que organizar imediatamente a resistência. Mas o PCB tinha mais influência na plenária, que acabou ignorando a informação de Duarte. O pessoal ali se desmobilizou; foi para casa dormir tranquilamente. Mas – que isso fique registrado – mesmo que outra posição fosse tomada não teria alterado muito aquela circunstância.

Sáimos da assembleia e fomos organizar a resistência. Para nós, da direção da AP, o que estava posto era isso: foi dado o golpe, os militares vão vir para cima, nós imaginamos que ia ter resistência. Imaginávamos que as lideranças de Arraes e Brizola garantiriam dois grandes centros de resistência, Rio Grande do Sul e Pernambuco. E nós tínhamos que fazer nossa parte.

Tentativas de resistência

Reunimos os quadros da AP que pudemos naquela noite e discutimos um plano: criar na Bahia uma resistência popular armada ao avanço do golpe. Discutimos mil alternativas. As pessoas que dirigiram o movimento foram Haroldo Lima, Jorge Leal, Duarte Pereira e Eudoro Santana. Este e Jorge trabalhavam na Petrobras como engenheiros, mas participavam do movimento sindical operário. Eles eram os dirigentes, mas havia muitos outros companheiros. E o que nós elaboramos naquela circunstância foi ir para Feira de Santana, onde o prefeito Francisco Pinto era de esquerda, uma pessoa revolucionária.

Chico Pinto e o prefeito de Vitória da Conquista, José Pedral Sampaio, eram tidos como comunistas. O plano que nós fizemos foi tomar de assalto o Batalhão da Polícia Militar de Feira de Santana para obter armamentos e resistir. Providenciamos trajes por meio de companheiros que tinham passado pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Ninguém tinha arma, fomos ao MEB e pegamos uma Kombi, enchemos de gente e fomos para Feira de Santana.

Quando chegamos lá, o quartel da PM já tinha sido tomado pelo Exército. Na casa de Chico Pinto tinha uma multidão e duas armas, uma espingarda de caça e um revólver 22, que era meu. Com o noticiário de rádio, sobre êxitos e vitórias da direita, nos dispersamos. Devia haver cerca de 100 pessoas nessa reunião, tarde da noite, na casa de Chico Pinto.

Combinamos que eu e mais dois companheiros fôssemos às cidades vizinhas que tinham sindicatos de trabalhadores rurais para realizar assembleias e planejar a resistência. Fizemos isso em dois municípios. Dali por diante, a repressão sempre chegava na nossa frente, neutralizando a resistência, prendendo sindicalistas.

Depois foi a dispersão, sem nenhuma perspectiva de resistência. Encontramos o Exército na rodovia Rio-Bahia. Tivemos que nos esconder com a Kombi. Batemos na casa de um bispo, no município de Amargosa, e ele nos expulsou, não quis conversa. E o esforço de mobilização terminou em fuga porque a repressão foi atrás de nós. Éramos quatro. Depois de alguns dias em fazendas de pessoas conhecidas, voltamos e respondemos a um processo que terminou não dando em nada.

Planejando a luta armada

Com a AP da Bahia, foi mais ou menos automático: na hora em que a resistência fr cassou, começamos a preparar a luta armada. Claro, da maneira menos experiente. Muitas ideias, muita discussão, muita reunião, muita preocupação.

Depois dessa dispersão de 1964, fui para a Universidade Católica de Salvador (UCSal) e me tornei líder estudantil. Todo mundo sabia que eu era da esquerda, que era perseguido. Porém, competindo com a direita, fui eleito para o Centro Acadêmico São Tomás de Aquino, do curso de História da UCSal. Mais tarde, a direção da AP na Bahia decidiu que eu devia renunciar porque a atividade aberta de massa estava comprometendo nossa atuação clandestina. Isso mostra um pouco como nós pensávamos. Entrou em meu lugar uma companheira, Fátima Galdenzi, da AP e eu saí, alegando um problema gástrico, úlcera. Persisti na organização da resistência da AP e terminei a faculdade em 1967.

Imediatamente após o golpe, criamos o Comando Regional Clandestino, do qual participávamos Haroldo, mais dois ou três companheiros e eu. Tratava-se de um comando restrito para tratar só de ações armadas para derrubar o regime.

Nesse período, tomamos contato com o movimento revolucionário da América Latina, especialmente a experiência da Bolívia com Che Guevara. Num primeiro momento, a AP se aproximou muito da experiência cubana e do filósofo francês Régis Debray. A ideia da luta armada no modelo cubano influenciou a AP.

Tivemos contato com os *Documentos Amarelos*, fruto de uma viagem que Aldo Arantes fez à China. Isso deve ter sido em 1966. Multiplicamos esse documento, e a AP toda leu. Na verdade, não era um documento doutrinário, eram anotações, descrições e certo elogio à experiência chinesa de revolução. As duas grandes referências de luta armada que influenciaram a esquerda revolucionária no Brasil foram as de Mao Tsé-tung e Che Guevara.

Ações variadas

Havia grande efervescência de ideias, inclusive porque as forças da esquerda se dispersaram. A AP tinha um grupo em Paris com muitas ideias sobre a revolução. Ao mesmo tempo, no caso da AP da Bahia, nós procurávamos levar um pouco disso à prática. Fizemos

treinamentos militares, inclusive planejamos explodir o centro de apuração das eleições de 1966, o que felizmente não deu certo.

Naqueles tempos, existia o costume de comemorar em 12 de outubro o Dia das Américas, com palanque e desfile militar na Praça Castro Alves. Planejamos atacar o palanque com coquetéis Molotov, embora houvesse a preocupação de que fosse algo simbólico, sem vítimas, fora da hora do desfile. Freitas ficou encarregado de transportar os artefatos num saco de supermercado, para a sala de um amigo na Rua Chile, vizinha ao palanque. Só que ele pegou um ônibus muito cheio e, ao passar na catraca notou que a gasolina estava vazando e ia matar a ele e todo mundo do ônibus. Então ele criou uma grande confusão, alegando que estava se sentindo mal, saiu, e felizmente não ocorreu nada.

Fizemos várias ações que, para as circunstâncias da época, eram muito importantes para o desgaste da ditadura e – pensávamos – para a nossa própria experiência. Brizola, junto com setores da Brigada Gaúcha e das Forças Armadas, planejou uma ação militar em que o Rio Grande do Sul seria a “cabeça de ponte” – expressão dele – para retomar o Brasil.

Em uma discussão no Uruguai – Aldo Arantes estava lá – considerou-se que a AP tinha um importante papel por ser uma organização nacional e que ainda estava estruturada. O papel da AP seria segurar os exércitos de cá de cima e não permitir que descessem para o Sul, dando certa folga à ação de Brizola. Aldo Arantes e outras pessoas estiveram no Brasil para fazer consulta sobre o plano, em 1965, mas constataram que a AP não tinha condições para esse tipo de resistência. No grupo, apenas o coronel Jeferson Cardim não se convenceu e tentou um levante isolado. Mas o que quero dizer é que a temática da luta armada fervilhava na AP.

Estudos marxista-leninistas

Também era um momento em que estudávamos e fazíamos cursos. Jorge Leal, Haroldo, Rubem Ivo eu e outras cinco pessoas passamos o Carnaval de 1967 em uma casa na Ilha de Itaparica, em um retiro, lendo e debatendo o *Que Fazer?*, de Lênin, quando a AP ainda não era marxista. Naquele momento era completamente inusitado sair do carnaval baiano para ir ler *Que Fazer?*.

A direção da AP na Bahia tinha também os companheiros José Milton e Jaci Franca como os seus principais dirigentes. Carlos Alfredo Marcílio de Souza, médico urologista, foi coordenador da AP logo após o golpe, até 1966 ou 1967.

A AP nacional fez então três reuniões da chamada Direção Nacional Ampliada (DNA). A primeira, em 1969, teve como marca o retorno de Betinho, Herbert José de Sousa, que vivera em Cuba. A segunda reunião da DNA foi numa casa de praia no Litoral Sul de São Paulo. Duarte Pereira participou e lembro de que se criticou muito Marighella por ter abandonado os princípios marxistas e liderar a luta armada baseada em concepções pequeno-burguesas, foquistas, como se dizia na época. A terceira foi em Águas de São Pedro (SP), num conventozinho em que o padre nos deu cobertura. Funcionou como se fosse uma reunião de religiosos, até comungamos e cantamos hinos.

Projeto de luta armada

Nessa altura, em meados de 1968, a AP já tinha um plano, um projeto de luta armada para o Brasil. Chegamos a ele pelo mesmo caminho que chegou o PCdoB. A luta armada à moda chinesa foi adotada pelo partido e pela AP. Era a Guerra Popular Prolongada. Naquele ano, já tínhamos definidas as áreas prioritárias para o trabalho partidário visando a deflagrar a luta armada.

A escolha de áreas para a Guerrilha obedecia a determinados critérios. Tinha Z1, Z2 e Z3. Quem fez as escolhas foi a Comissão Militar da AP, um grupo voltado para a preparação da luta armada e não para ações militares. Participavam dele, Haroldo Lima, Osvaldo – codinome César –, Jair Ferreira de Sá – mais conhecido por Dorival –, que foi secretário-geral da AP durante um tempo, e Ronald Freitas também ajudou nisso.

Nas Z1 não se fazia trabalho político ou de massa, só se preparava luta armada. Freitas fez isso na Bahia. Outro tipo de área, chamada de Z2, intermediária, era como a que existia no Maranhão. E as Z3, as áreas urbanas, de luta política e de massas, ainda que clandestinas.

A direção da AP fez um estudo em plano nacional, várias pessoas viajaram para conhecer as regiões. Em seguida, nos reunimos e examinamos todas as áreas. Só depois definimos quem ia para onde.

Ida para Imperatriz

Fui dirigir a AP na Região 9 – que era o Pará e uma parte do Maranhão. Naquela época a região de Imperatriz, bem próxima de onde se deu a Guerrilha do Araguaia, tinha mais contato com o Pará do que com o Maranhão. Não tinha estrada para São Luís, então a capital dos moradores de Imperatriz era Belém. Fomos dirigir a R9 tendo como ponto de referência, para efeito da luta armada, a região de Imperatriz, o Bico do Papagaio. O critério, neste caso, foi o fato de aquela ser uma região de conflito, uma tríplice fronteira estadual com certa densidade populacional e um terreno mais ou menos favorável.

Viajei para lá com a tarefa de fazer um trabalho de massas que servisse de retaguarda à luta guerrilheira que surgiria em seguida – e que não era o Araguaia do PCdoB, mas o projeto da AP. Minha ida, portanto, se inseria em um plano geral, embora ainda meio inconsistente.

O conceito de guerra popular adotado pela AP foi o conceito chinês: o cerco da cidade a partir do campo, os camponeses como força motriz e os trabalhadores urbanos como força dirigente, o crescimento das áreas de guerrilha como mancha de óleo e a criação do poder popular local. É o pensamento que, no caso do PCdoB, está expresso no documento *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil* – uma resolução de janeiro de 1969 do Comitê Central. Este foi um texto bem mais elaborado que os da AP, mas no fundamental com o mesmo conteúdo.

Em um primeiro momento fiquei em Belém e me mudei para Imperatriz depois de pesquisar a área. Eu não tinha problema com a polícia, já sofrera um processo, mas foi arquivado, nem fui julgado. Portanto, parti para o Norte com documentação verdadeira.

Cheguei a Belém no dia 1º de maio de 1968. A viagem foi puxada: quatro dias e três noites desde Brasília até a capital paraense.

Entrando para a clandestinidade

No dia seguinte, procurei o contato, deixando minha bagagem na portaria de um hotel simples no centro de Belém para não pagar nova diária. O encontro era complicado, envolvia muito esquema de segurança com senhas, pois nós não nos conhecíamos. Havia um processo de luta interna na AP e os companheiros de lá havia quase dois anos estavam sem contato com a direção nacional. Guiavam-se pelas rádios Tirana e Pequim. Feito o contato, eles insistiram em nos reunirmos imediatamente para contar as novidades. Falei sobre a bagagem na portaria do hotel, que ela representava certo risco porque tinha muito material de Cuba e da China, obras completas de Mao Tsé-tung. Era uma sacola enorme. Mas os companheiros insistiram, e fiquei. A reunião se prolongou e só fui liberado à noite. Quando fui ao hotel, a bagagem tinha desaparecido.

Estava acontecendo em Belém a Travessia da Baía de Jaraguá, uma competição nacional de natação. E minhas três malas foram parar no saguão do aeroporto, misturadas com as de uma equipe de nadadores. Depois de horas, a polícia abriu e, quando viu o material, chamou a Aeronáutica, que apreendeu o material e desencadeou uma busca nos hotéis para me pegar.

Por isso, tive de entrar na clandestinidade. Tirei documentação nova em Belém, com a ajuda de amigos. Isso foi um pouco complicado e criou certa desconfiança, pois os companheiros pensaram: “O cara chegou aqui e já criou essa confusão”. Só saí da clandestinidade com a Anistia. Aí já existiam processos em Pará, Ceará e Rio de Janeiro, estabelecendo 15 anos de prisão e direitos políticos cassados por dez anos, somando as penas.

De Belém fui para o Maranhão, onde vivi dois anos de plantar roças de arroz. Minha mulher, Carmilce Mirian, e meu filho mais velho, Saulo, foram para lá e vivemos como trabalhadores rurais, paupérrimos. Não tinha como não ser, fosse pela falta de recursos, fosse pela questão de segurança.

A AP executava um plano de transformação ideológica, exigindo que os militantes de origem pequeno-burguesa se integrassem na produção, nas fábricas ou fazendas, seguindo uma orientação vietnamita de morar, trabalhar e lutar com o povo. Esse raciocínio casava muito bem com a origem religiosa, filantrópica da AP. Mas isso não era tudo, e nem o principal. Quando a AP fez isso, fez dentro de um projeto político. Nós nos deslocamos para servir ao tal projeto de luta armada à moda chinesa. Vivendo, trabalhando, morando e lutando com os operários também nos temperávamos, aprendíamos, conhecíamos mais.

Vivendo como agricultor

Fui para um lugar chamado Miletetecenta – o quilômetro 1.700 da Belém-Brasília, a 30 km de Imperatriz. O povoado devia ter cem casas, era centro de uma disputa por terra entre um fazendeiro e posseiros. Ninguém ali era dono de nada: a pessoa chegava, fazia sua roça e enfrentava o fazendeiro que a provocava, jogando gado em cima de suas roças etc.

Fizemos uma casa de palha, como se faz até hoje no interior do Maranhão. Tínhamos duas roças. Uma, pequena, nós trocamos por um relógio de pulso. A outra, ocupamos; estava capoeira, como eles chamavam. Era terra já meio cansada. Chegamos e plantamos. Na época era um pouco assim, quem chegava primeiro ocupava, cercava e virava posseiro.

Aquela era uma região de franja de desenvolvimento, então ali era todo mundo mais ou menos forasteiro, todo mundo querendo fazer sua roça e todo mundo disposto a lutar por isso. Fizemos um trabalho para conquistar alguns companheiros, construímos com o povo uma escola de taipa. Minha companheira alfabetizava à noite e trabalhava de dia na roça. Eu também, mas precisava viajar muito e ela ficava sozinha. Uma companheira, Maria do Socorro, do Crusp [residência estudantil da Universidade de São Paulo], foi para lá. Saiu do curso de História da USP e desembarcou na Miliseteceenta. Era difícil para ela se adaptar e não chamar a atenção.

Fizemos um bom trabalho no movimento estudantil do Pará. Tiramos daí vários companheiros. Na Faculdade de Filosofia de Belém, em 1968, fizemos uma discussão sobre a luta armada durante uma assembleia de estudantes. Discutimos até sobre a coleta de fundos para bancar a ida de companheiros para a região da luta armada. Saiu daí um casal, José Maria e uma menina, cujo nome me esqueci. Paulo Fonteles, que era estudante de Direito, também saiu do movimento estudantil para essa região. Maria Dolores Bahia, que foi do Comitê Central e dirigente do partido no Rio, também foi para essa região, vinda de Belém, com o companheiro dela.

Localizando os lutadores de Trombas e Formoso

Em Trombas e Formoso, no interior de Goiás, teve uma luta camponesa revolucionária, dirigida pelo partido comunista. Isso foi nas décadas de 1950 e 1960. Eles tomaram a terra, se armaram e empregaram táticas de guerrilha. Todos ligados ao PCB, o velho partido. Antes do golpe, o município elegeu um prefeito do partido. Também foi eleito José Porfírio, o primeiro camponês deputado estadual de que se tem notícia. José Porfírio não se envolveu na questão de 1962, não sacava isso direito. Era PCB, mas era revolucionário. Quando veio o golpe, a área foi atacada de helicóptero.

Esse pessoal se dispersou e foi se esconder lá no Norte, na região de Imperatriz. E nós localizamos esse pessoal organizado através de um contato, talvez de padre Alípio. Eles viviam em Porto Franco, o mesmo lugar onde João Carlos Haas clinicou. Ali encontramos uma célula do partido comunista, dirigida por um velho chamado Epaminondas, com 18 companheiros. Não era bem AP, não era bem PCdoB, nem PCB. Eram revolucionários. Passamos a frequentar a região, fazer planos, reuniões, e eu soube de João Carlos por esse pessoal. Eles contaram que tinha tido um médico lá, o elogiavam e me mostraram o ambulatório que ele construiu – pois esse pessoal se incorporou ao nosso trabalho.

Na cidade do outro lado, Tocantinópolis, também tinha outro grupo, liderado por um barqueiro, que também era do velho partido. Então marcamos um encontro, Renato e eu, com o próprio José Porfírio, no interior de Goiás. Morava numa casa paupérrima. Ele tinha 11 filhos, ex-deputado, morava numa casa de palha e estava queixoso porque o partido o

tinha abandonado. Não sei se a queixa era procedente, pois estava tudo muito desorganizado. Mas esse pessoal se aproximou de nós. José Porfírio, depois, foi para São Luís do Maranhão, e se ligou ao grupo de padre Alípio. Algum tempo depois, Porfírio entraria na lista dos desaparecidos políticos.

A discussão que fazíamos com esse pessoal era sobre a preparação da luta armada. Se disséssemos para um camponês pobre da luta armada para libertação deles era, como se diz em São Paulo, “mamão com açúcar”.

A região era mais ou menos politizada. Encontramos dois vereadores em Imperatriz que apresentaram um projeto mudando o nome de uma praça que chamava Emílio Garrastazu Médici, uma coisa inusitada, em pleno regime militar. Esses vereadores, do MDB, se diziam de esquerda, e passamos a fazer reuniões na casa de um deles.

Realizamos coisas interessantes em Imperatriz. Certa vez, fizemos uma panfletagem de porta em porta. Os panfletos diziam “Guerra Popular derruba a ditadura”. E o Araguaia estava ali, a 60 km. Isso não era combinado, e naturalmente lá eles não fariam isso, era um outro esquema, mais fechado. Eu também frequentava as reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Seu presidente era Antônio José Palmeira, líder que foi assassinado, uma coisa comum na região. Até me elegeram orador do sindicato. E a companheira que havia sido do Crusp também ia às assembleias, mas de forma bem discreta, porque mulher frequentar sindicato, naqueles tempos, não era comum.

Deslocamento para São Paulo

Fui para São Paulo em 1972, por decisão da direção da AP. Estes deslocamentos eram mais ou menos rotineiros. Achou-se que em Imperatriz o trabalho estava encaminhado e eu devia reforçar a direção nacional. Compus a Comissão de Organização, junto com Loreta Valadares e Aldo Arantes.

Fiquei voltado para a área da segurança, que entre outras coisas analisava o comportamento dos camaradas na prisão. Vou ilustrar: em 1969, em Minas Gerais, foram presos muitos companheiros da AP. Houve delações e muita tortura. Surgiu então a história das cinco meninas de Minas – Loreta Valadares, Gilse Cosenza, Laudelina Carneiro, Maria do Rosário e Delcy Gonçalves, a Sissi.

Quando um preso saía da prisão, sua abordagem era uma operação complicadíssima. Não se sabia se ele vinha “bichado”, se tinha feito acordo com o inimigo, se tinha falado. Então, tínhamos um trabalho de preparação dos militantes para a eventualidade da prisão. E tinha um trabalho de levar para dentro da organização, de forma cuidadosa, quem saía da prisão. Fizemos uma reunião com as meninas de Minas, três dias fechados numa casa, discutindo o relato delas. Depois essas pessoas eram colocadas em outros locais clandestinos, se estivessem dispostas.

A preparação política e ideológica dos militantes era muito intensa. E tinha aquela parte mais técnica: como se encontrar na rua, nos pontos, como chegar aos aparelhos, como não memorizar certas informações, como se comportar no caso de prisão, que história contar, uma série de regras que tive como responsabilidade de fixar. Lembro que em 1972

encontrei-me no Rio de Janeiro com Jorge Leal, meu amigo da Bahia, e ele dizia que estava caindo muita gente. E eu respondi que ia continuar caindo. Aí ele ficou bravo: “Mas que porra você veio fazer aqui se não foi para impedir que continue caindo?” Jorge foi morto logo depois. E era verdade, a luta era completamente desproporcional.

AP marxista-leninista

A AP transformou-se numa organização marxista, leninista e revolucionária. Em 1966 muitos companheiros já se diziam marxistas. Em 1969 Jorge Leal chamou a mim e a Haroldo para um almoço no Rio; queria fazer uma comunicação importante, formal, que ele deixara de ser cristão e aderira ao marxismo. Jorge demorou um pouco mais que nós em função da sua maior ligação com a religião. Mas naquele momento esse problema estava mais ou menos resolvido.

O que não estava resolvido era o nosso papel relativamente às outras forças políticas. Durante um bom período, não tínhamos contato com o PCdoB, pensávamos que fosse uma organização pequena, fechada, esquemática, burocratizada. Essas eram as ideias que um pessoal da Ala Vermelha, que foi preso em Pernambuco, divulgava. Por isso, a questão da unidade com o PCdoB demorou um pouco a ser maturada na AP.

Mas terminou acontecendo. As idas à China ajudaram muito tanto a nós da AP a saber do PCdoB, como o PCdoB ficar sabendo da AP. A China fez isso, embora de maneira informal, cuidadosa, respeitando a independência de cada organização. A China mantinha contatos mais ou menos equilibrados com a AP e o PCdoB, sem que essas duas organizações tivessem contatos formais aqui no Brasil. Eu não sei como se deram os primeiros contatos com o PCdoB. Sei que em 1972 eles se desenvolveram. A pessoa que primeiramente apareceu do lado do PCdoB foi Carlos Danielli e depois Pedro Pomar. Pela AP iam Haroldo e Duarte Pereira.

Na AP tínhamos chegado a uma posição marxista-leninista, revolucionária e adequada do pensamento de Mao Tsé-tung, que considerávamos ser uma etapa mais elevada do marxismo-leninismo. E, num momento curto, adotamos a ideia de que o PCdoB era um partido marxista-leninista e a AP uma organização marxista-leninista-pensamento Mao Tsé-tung, portanto, mais avançada. Em 1972, quando os contatos estavam mais intensos, consolidou-se entre nós a posição de que o PCdoB era, na linguagem da época, o partido da vanguarda do proletariado e cabia aos revolucionários brasileiros se unirem em torno dele.

Incorporação da AP ao PCdoB

Duarte Pereira, um dos principais dirigentes da AP, pensava – só ele não, porque nós compartilhávamos dessa ideia – em sistematizar a experiência da AP como uma contribuição ao partido e isso seria feito a partir de um congresso de unificação. Dessa maneira, não se perderia a experiência particular da AP e haveria uma incorporação em bloco ao PCdoB.

Estávamos nesse pé quando eclodiu a Guerrilha do Araguaia. Aquilo para a AP foi o começo da tão sonhada guerra popular e, por isso, precisávamos fortalecer o partido que organizava aquele movimento guerrilheiro.

Neste momento, a ditadura desencadeou uma violenta repressão ao PCdoB – não só à guerrilha, mas em plano nacional. Ação que quase dizimou o partido. Então, o PCdoB deve ter pensado assim: “Precisamos trazer logo a AP, inclusive para recompor as nossas fileiras e melhorar as condições de atuação na cidade, respaldando a Guerrilha do Araguaia”.

O Araguaia e a repressão funcionaram como uma espécie de catalisadores: juntou a vontade do PCdoB e a AP com a necessidade da luta política revolucionária, conforme a análise que se fazia, e partiu-se para o processo de incorporação.

A AP, contudo, não foi unida nisso. Duarte Pereira divergiu da maioria, embora tenha sido o companheiro que saiu na frente com a ideia de incorporação ao PCdoB. Se se perguntar quem foi o pai da ideia de incorporar a AP ao PCdoB, foi o Duarte. Mas, na hora de promover isso, ele ficou para trás. Não veio, não se incorporou, insistindo num raciocínio esquemático de que a direção do PCdoB havia sido desleal com ele, e recrutado pessoas sem consultar a direção da AP, mas principalmente criticando a não realização de um congresso e de uma incorporação mais organizada.

Assim, entrei para o Comitê Central de um PCdoB que estava debilitado pela morte de inúmeros dirigentes, e já fui assumindo tarefas nacionais. De fato, não mudou muita coisa na minha atividade. Claro, passamos a conviver com dirigentes que ainda não conhecíamos, e aprendemos com a larga experiência principalmente de João Amazonas e Pedro Pomar. Nesse sentido sim, era um horizonte novo que se abria. Mas, do ponto de vista do cotidiano das tarefas, o partido se apropriou das estruturas que a AP tinha. Estruturas, pessoas, quadros, sedes, equipamentos, gráficas. Tudo isso passou imediatamente a serviço do projeto do partido.

Depois do ataque ao Araguaia, o Comitê Central cooptou – este era o termo que se usava – vários companheiros. Não sei se vou me lembrar de todos, mas da AP fomos sete: Renato Rabelo, Haroldo Lima, Aldo Arantes, João Batista Drummond, José Novaes, Ronald Freitas e eu. Rogério Lustosa chegou logo depois. Entraram também para o CC, Sérgio Miranda e um companheiro do Rio que se chama Nelson Levy. Estes dois últimos nunca haviam sido da AP. E já estavam na direção Pedro Pomar, João Amazonas, Ângelo Arroyo, Elza Monnerat, Vladimir Pomar, Jover Telles e Armando Frutuoso. Esse é o CC de que me lembro das primeiras reuniões. Dynéas Aguiar era do CC, mas estava no exterior.

No começo de 1975, fui morar em Aracaju. Mas não fazia trabalho político ali, eu acompanhava o trabalho partidário no Nordeste. Viajava para Pernambuco, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão. Eu tinha os contatos com o partido local e fazíamos a discussão que era possível naquele período. Depois da Queda da Lapa ficamos sem contato com a direção nacional. As informações nos chegavam através da rádio Tirana. O reencontro mesmo só aconteceu após a Anistia, em 1979.

Queda da Lapa

Não fui à reunião do Comitê Central que ocorreu na Lapa em dezembro de 1976. Em outubro estive em São Paulo para ter um contato com a direção nacional, representada por Pomar. Havia uma resolução sobre as eleições que ele só tinha uma cópia manuscrita e ditou para mim. Então, me comunicou que ia ter reunião do Comitê Cen-

tral em torno do dia 8 de dezembro. E combinamos fazer o que tínhamos feito outras vezes: na data combinada eu ia à casa de um irmão meu, em Salvador, e aguardava um telefonema de Pomar.

Pelo telefone, Pomar dizia o dia e a hora da reunião. E eu viajava para São Paulo, ia a um ponto de rua no Tatuapé e Sérgio Miranda me pegava ali. Sérgio sabia o ponto e Pomar sabia o dia e a hora. Mas quando fui para a casa do meu irmão – 8 ou 9 de dezembro –, a empresa telefônica estava fazendo uma reforma na rede do bairro e o aparelho estava desligado. Então Pomar não pôde me telefonar, e até comentou com Haroldo que não estava conseguindo falar comigo. Como não fui, Aldo participou no meu lugar e foi preso.

Esperei três dias, o telefone não foi consertado, voltei para Aracaju. Poucos dias depois caía a Lapa. Assisti no Jornal Nacional. Eu achava que todos tinham sido mortos no ataque ou na tortura. A sensação que eu tinha era de perda, especialmente de Haroldo, com quem tinha mais convivência. Um baque muito grande.

Na época da Lapa, acho que ainda estava um pouco longe de um consenso sobre a experiência da Guerrilha do Araguaia. Só chegamos a isso no 6º Congresso, em 1983. Não foi um debate radicalizado. Teve lá suas ênfases, mas às vezes se pinta um quadro exagerado sobre isso. Foram discussões tranquilas, de alto nível, ao que me lembro.

Particpei de três reuniões do Comitê Central tendo esse ponto de pauta. A primeira, com a presença de Arroyo, quando ele levou o relatório, e duas outras. Na terceira reunião, circularam intervenções por escrito, a pedido de Amazonas, para facilitar os trabalhos porque, por questões de segurança, o CC não se reunia completo: uma parte se reunia e em geral um mês depois, reunia-se a outra parte com a mesma pauta. E como a discussão estava muito polêmica e muito rica, houve essa sugestão de que todos apresentassem as suas opiniões por escrito. Quase todo mundo escreveu suas intervenções. Esse é um material muito precioso que provavelmente caiu nas mãos da polícia durante a Queda da Lapa.

Mantive, depois da Queda da Lapa, a sistemática de encontros periódicos com o partido nos estados nordestinos e a discussão da pauta tradicional: a situação nacional e internacional, a situação do partido na região, a política local e os planos de ação etc. Nesse momento, já estávamos num período de declínio da ditadura e as orientações mais gerais nos vinham, usualmente, através da rádio Tirana.

Minha companheira e eu gravávamos e datilografávamos os informativos da rádio Tirana e os imprimíamos num mimeógrafo precário em nossa casa. Depois levávamos esse material para os estados, clandestinamente. Em alguns estados, me mantive como ponto de referência da direção nacional. Não disse que estava desconectado, que estava sem contato. Só fui refazer o contato com a direção pouco antes da Anistia: o pessoal de Alagoas esteve com Rogério Lustosa, que tinha chegado de Tirana, onde participara da primeira parte da 7ª Conferência. Encontrei-me com ele no Rio e aí refizemos o contato de direção.

Anistia e reorganização

Não comemorei a anistia como os outros porque houve uma decisão para que eu e Sérgio Miranda continuássemos clandestinos por mais um tempo, para ver se era para valer

mesmo. Tínhamos um pouco de desconfiança da tal abertura de Figueiredo. Ficamos até o final de 1980 na penumbra. Hoje parece uma coisa meio hilária, mas eram cuidados que quem viveu na clandestinidade sabia que precisavam ser tomados.

Em 1980, depois da Anistia, voltaram os companheiros que estavam no exterior, presos ou na clandestinidade. Houve uma reorganização geral do partido e a recomposição da direção. Nesse ano, voltei a me relacionar com a Bahia. Antes, por ser de lá, eu não podia ter contato com aquele estado. Atendia o partido no Nordeste, mas não a Bahia.

Na volta, o comitê estadual baiano estava hegemônico por companheiros que tinham rompido com o partido no processo de luta interna, liderados pelo principal dirigente do partido lá, Gabriel Kraichet, e por Leda Maria, uma paraense. Primeiro, chegamos Haroldo e eu; depois Loreta e Carlos Valadares. Encontramos um partido dividido e a direção sob o comando de um grupo, para usar os termos da época, liquidacionista, que não reconhecia a direção do partido encabeçada por Amazonas.

Então tratamos de travar uma luta política e ideológica, além de adotar algumas medidas de caráter administrativo. Alguns companheiros foram expulsos e a direção foi recomposta. O Comitê Estadual da Bahia passava a ser composto por Haroldo – que era o secretário político e quando virou candidato, eu assumi –, Loreta, Olival Freire, Renildo Souza, Julieta Palmeira, Elias Dourado, Elias Ramos, Artur de Paula e eu.

Acredito que a maioria do pessoal de base do partido na Bahia ficou conosco. Os trabalhadores urbanos, principalmente o movimento estudantil – que era o nosso forte –, ficaram conosco inteirinhos. Transferimos alguns companheiros para cidades importantes no interior, especialmente para fábricas. Renildo foi ser operário na área metalúrgica com a missão de organizar o partido. Transferimos para Camaçari, cidade operária, um casal de companheiros, Luiz Caetano e Luisa Mais. Por sinal, hoje ela é deputada estadual e ele é prefeito da cidade, os dois do PT.

Experiências eleitorais

Participamos do processo eleitoral de 1982 e Haroldo foi eleito deputado federal. Ele teve uma campanha muito exitosa feita em cima da anistia. Foi eleito na condição de ex-presos político, perseguido pela ditadura, torturado.

Acredito que tivemos na Bahia alguns projetos pioneiros. Nessa experiência de Camaçari, Luiz Caetano foi candidato a prefeito em 1985. Insistíamos no projeto de elegê-lo prefeito, pelo PMDB, porque o partido não era legalizado ainda. Havia uma resistência grande. A direção nacional era contrária. Mas achávamos que dava para ser candidato, dava para mudar de partido durante o mandato se conquistássemos a legalidade.

Elegemos um prefeito e dois vereadores. Filiamos centenas em Camaçari. Assim que o PCdoB foi legalizado, o prefeito vestiu a camisa vermelha e chamou a população a se filiar ao PCdoB. Então o nosso partido cresceu enormemente. Claro, alguns dizem que inchou.

Contudo, perdemos a eleição seguinte, tendo uma gestão bem avaliada, com prêmios internacionais, porque fizemos uma campanha só do PCdoB, sem alianças. Pelo contrário as alianças eram todas contra nós.

Essa é uma experiência eleitoral pioneira e que tem reflexo no êxito relativo da Bahia, comparando com os outros estados. Fomos para essa frente institucional antes dos outros. Às vezes com certa restrição, porque se considerava que o Executivo não era a nossa praia.



RAUL KROEFF MACHADO CARRION

O gaúcho Raul Carrion nasceu em 22 de dezembro de 1945, numa família tradicionalmente ligada à política – o que fez com que desde cedo se interessasse por ela. Começou sua militância aos 17 anos, ingressando na Ação Popular. Em 1969, passou a fazer parte do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) onde atuou tanto no meio estudantil quanto na frente operária. Em 1971, foi preso e torturado. Depois de libertado, teve de se exilar no Chile e na Argentina. Foi vereador de Porto Alegre por três legislaturas. Atualmente, é deputado estadual e presidente do PCdoB-RS.

Crise da legalidade

No Rio Grande do Sul, o Movimento da Legalidade teve uma enorme repercussão e um forte efeito catalisador. Os golpistas tentaram, por todos os meios, sufocar a resistência comandada por Brizola, mas a ampla participação popular e a rápida mobilização da Brigada Militar, além das dissensões entre a oficialidade do III Exército – o mais poderoso do Brasil –, forçaram o seu comandante, general Machado Lopes, a aderir à resistência. Também pesou o fato de João Goulart ser gaúcho. Simpático à resistência contra o golpe, acompanhei dia a dia esses acontecimentos, através da Rede da Legalidade, mas não tive uma participação direta no movimento.

Começando a militância

Em meados de 1962, foi organizada a Ação Popular (AP), que propunha uma revolução socialista de libertação nacional, e teve uma grande adesão da juventude, especialmente estudantil. Nesse contexto, fui assumindo aos poucos posições mais à esquerda. Em 1963, quando tinha 17 anos e estudava no Colégio Anchieta, ingressei na AP, iniciando minha atividade política revolucionária.

O momento era de vitória e aprofundamento da Revolução Cubana e de grandes mobilizações pelas reformas de base – o que, sem dúvida, nos influenciou profundamente, mas ainda não éramos marxistas. A adesão ao socialismo se deu através da Ação Popular, dentro da sua visão cristã de esquerda.

Em 1963, no último ano do curso científico, por conta desse momento de transição ideológica em que me encontrava, decidi não fazer o vestibular, dando um tempo para refletir sobre os rumos que deveria tomar. Mas, na metade do ano, resolvi fazê-lo para engenharia química, passando em 13º lugar.

A universidade no pós-golpe

Veio o golpe militar e houve um esboço de resistência na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas não deu em nada. Algumas pessoas que participavam da Ação Popular passaram a defender a tese de que, diante do golpe, era preciso hibernar, postura que foi adotada pelas principais cabeças da Ação Popular no Rio Grande do Sul. Mas um grupo de novos militantes – entre os quais me encontrava – entendeu que a luta deveria continuar e se ampliar, agora contra a ditadura militar.

Até então a Escola de Engenharia havia sido dominada pela esquerda e o PCdoB tinha uma boa participação. No início de 1964 ocorreu a eleição do Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (Ceue) e fiz parte da chapa de esquerda, mas a direita ganhou, pois boa parte dos estudantes era de filhos de industriais ou vinculados às elites dominantes do estado.

Apesar disso, nas mobilizações e nas assembleias gerais a esquerda continuou sendo mais forte. Tanto que a proposta dos militares de mudar a denominação dos “centros acadêmicos” para “diretórios acadêmicos” nunca conseguiu ser aprovada em uma assembleia da Escola de Engenharia, permanecendo até hoje como Ceue.

Integrando a direção da AP

Entre o final de 1964 e o começo de 1965, fui eleito para o Comando Regional da AP e passei a ser o representante do Rio Grande do Sul no seu Comitê Nacional. Nessa condição, participei de diversas reuniões nacionais, onde conheci Herbert de Sousa (o Betinho), Haroldo Lima, Aldo Arantes, Duarte Pacheco e Paulo Wright, entre outros.

No Rio Grande do Sul, o núcleo central da direção estadual da AP passou a ser formado por José Ouriques de Freitas – metalúrgico da Juventude Operária Católica (JOC), que

depois fez parte do Comitê Central (CC) do PCdoB –, Hélio Corbellini, Gilberto Bosle, Elo Duclós e eu.

A partir de 1965, passei a atuar junto ao movimento sindical, inicialmente entre os metalúrgicos, sem deixar de acompanhar os movimentos estudantis, secundarista e universitário. Já nesse ano tentamos retomar o sindicato dos metalúrgicos das mãos da ditadura, mas não tivemos êxito. Foi nas lutas sindicais que tive meus primeiros contatos com o marxismo. José Freitas teve um papel importante, pois era o único entre nós que já tinha certa formação marxista.

Pouco tempo depois, coordenei a campanha eleitoral de oposição ao Sindicato dos Sapateiros de Porto Alegre – tendo Adão da Graça como candidato a presidente –, conseguindo vencer as eleições. Estabeleci, a partir daí, uma ligação maior com o movimento calçadista do estado – cujos principais centros eram a cidade de Novo Hamburgo e o Vale do Sinos, e passei a atuar na região. Em 1967, tranquei a matrícula no curso de Engenharia Química e passei a dedicar-me integralmente ao trabalho de direção da AP.

O movimento de “proletarização” na AP

Nessa época houve uma aproximação da Ação Popular com o Partido Comunista da China (PCCh) – que se encontrava em plena Revolução Cultural Proletária –, e teve início o chamado processo de proletarização da AP, sendo os militantes convocados a integrar-se à vida do povo. Ao lado da justa preocupação de direcionar o trabalho da AP prioritariamente para as massas operárias e camponesas, surgiram orientações sectárias, tipicamente pequeno-burguesas. De forma esquemática, foram estabelecidas normas a serem seguidas pelos militantes, definindo o que cada um podia possuir ou não, o estilo de vida que devia ter, conforme fosse de origem operária, camponesa ou pequeno-burguesa. Concepção sectária que nada tinha a ver com o marxismo.

Começaram, então, a surgir questionamentos, principalmente entre os companheiros que atuavam no movimento operário. Entendíamos que essa era uma visão equivocada, não marxista, de caráter predominantemente religioso. Logo depois, surgiu – com base no *Esquema dos seis pontos*, de Jair Ferreira de Sá, o Dorival – a orientação de integração na produção. Para nós, isso não passava de uma tentativa da pequena burguesia de tentar substituir e dirigir a classe operária e o campesinato.

Tínhamos uma visão diferente. Partindo da concepção leninista de partido, entendíamos que este devia surgir da união da teoria marxista com o movimento operário. O que ocorreria na medida em que os intelectuais revolucionários, portadores da teoria revolucionária, se unissem ao movimento operário e contribuíssem para a formação do maior número possível de lideranças operárias, sem nunca procurar substituí-las. Portanto, até poderíamos nos integrar à produção, como um caminho para a formação de quadros operários e camponeses, para que eles assumissem o marxismo e pudessem transformar-se em intelectuais revolucionários de origem operária.

Nesse momento, a direção nacional da AP deslocou para o Rio Grande do Sul o dirigente Altino Dantas, com a tarefa de “enquadrar” nas novas orientações os dirigentes da AP

no Rio Grande do Sul. Altino travou uma luta interna contra a direção estadual de então – cujo núcleo central era constituído por mim, José Freitas e Pedro Calmon. Esse processo foi sedimentando uma forte divergência em um conjunto de companheiros em relação à visão nacional da Ação Popular. O novo núcleo de direção passou a ser hegemonizado por Altino Dantas e outros militantes que ele conseguiu cooptar, entre os quais Pedro Calmon. José Freitas e eu fomos afastados da direção estadual da AP.

A partir daí, pelos laços que havia estabelecido com as lideranças sindicais na região calçadista do Vale do Sinos, mudei-me para Novo Hamburgo, como uma forma de estreitar essas ligações. Depois de algum tempo, procurei empregar-me, com uma identidade falsa, em uma importante fábrica de calçados, mas não o consegui por não ter toda a documentação exigida. Passei a trabalhar, então, como operador de máquinas em uma fábrica de componentes de plástico e de borracha para calçados. Assim, acabei “integrando-me” à produção, mas com uma visão diametralmente oposta à pregada pela direção da Ação Popular.

Distanciamento da AP

Pouco a pouco se foi ampliando o distanciamento entre os companheiros que atuavam no movimento operário da Região Metropolitana de Porto Alegre e a direção da AP. Em Novo Hamburgo, atuávamos em estreita unidade com a Juventude Operária Católica (JOC), que era muito forte no Vale do Sinos e de onde saíram muitas lideranças operárias que se integraram na AP, entre os quais me lembro de Nelson Sá, Sebastião Velho, Astrogildo, Renatinho e tantos outros.

Em 1969, no dissídio dos trabalhadores da indústria do calçado de Novo Hamburgo – em que pese a então recente edição do Ato Institucional número 5 (AI-5) e do consequente refluxo do movimento sindical –, realizamos uma grande mobilização, a ponto de as assembleias, que em geral eram esvaziadas, chegarem a ter mais de 700 trabalhadores. A palavra de ordem difundida em toda a cidade era “40% ou greve!”. Às vésperas da assembleia decisiva, dez lideranças operárias foram presas nas fábricas – entre elas, Renatinho do nosso núcleo de direção de Novo Hamburgo –, em uma tentativa de desarticular o movimento. À noite, nos reunimos e decidimos manter a mobilização. Também programamos uma panfletagem, durante a madrugada, na porta de dezenas de fábricas, que foi realizada por mim, às 5h da manhã, de carro.

A polícia e os patrões acreditavam que com essas prisões o movimento recuaria, mas, à noite, o salão do sindicato ficou completamente lotado. Então, a polícia prendeu mais de 30 trabalhadores, todos os que usaram da palavra na assembleia. Só assim o movimento foi debelado, mas ficou claro o quanto o nosso trabalho havia avançado.

Na medida em que a nossa atuação crescia entre os trabalhadores e mais operários ingressavam na AP, sentimos a necessidade de publicar um jornal. Então, saí da produção para poder dedicar-me a isso. Essa decisão foi interpretada pela direção da AP como um recuo no processo de “integração na produção”. Ou seja, era mais importante ter uma pessoa de origem pequeno-burguesa diretamente na produção do que ter essa pessoa realizando um trabalho de filiação, organização e formação de lideranças operárias. Uma visão totalmente deturpada.

Depois de algum tempo liberado, voltei a trabalhar como operador de prensa em uma metalúrgica. Lá sofri um acidente de trabalho e perdi a ponta de um dedo, indo para o seguro. Com o dinheiro da indenização, adquiri uma carabina Itajubá, calibre 22, que depois nos serviria para realizarmos nossos treinamentos de tiro, em lugares retirados, em um processo inicial de preparação militar.

Seguiram-se diversas reuniões com a direção da Ação Popular, inclusive com dirigentes nacionais, que tentavam nos enquadrar. Nesse processo, ocorreu o rompimento definitivo. Assim, junto com diversas lideranças operárias – como José Freitas, Agenor Castoldi, João de Deus, Pedro Alves e os companheiros calçadistas do Vale do Sinos – nos desligamos da AP em meados de 1969.

Adesão ao PCdoB

Começamos, então, a discutir com diversas forças políticas para melhor conhecer os seus pontos de vista e definir com convicção nossa nova opção partidária. Nesse processo, nos aproximamos do PCdoB e, depois de algumas discussões, optamos por nele ingressar. Assim, um conjunto de militantes oriundos da Ação Popular, ligados fundamentalmente à área operária e sindical, somou-se no final de 1969 ao PCdoB.

De volta a Porto Alegre

O partido entendeu, então, que seria importante meu retorno a Porto Alegre, para atuar junto ao movimento universitário e secundarista, onde o partido estava debilitado. Assim, no ano de 1970 voltei a atuar em Porto Alegre, ao mesmo tempo em que continuei a acompanhar o trabalho em Novo Hamburgo e região.

Retomei o curso de Engenharia Química na UFRGS e prestei vestibular para o curso de Licenciatura em Química, passando em 2º lugar. O Ceue continuava nas mãos das forças de direita, que também dominavam os diretórios acadêmicos das principais faculdades – como a de Economia – e o próprio Diretório Central de Estudantes (DCE). Organizamos uma chapa de oposição. Havia uma revolta generalizada contra o decreto 464, que determinava o jubramento (afastamento) dos alunos que rodassem dois anos seguidos em uma disciplina – problema comum na Escola de Engenharia por ser um curso que exige muito dos alunos. Assim, havia um grande número de estudantes ameaçados ou já atingidos pelo 464. Fizemos uma campanha centrada contra esse decreto e, assim, conseguimos retomar o Ceue.

Pouco depois, ganhamos com uma chapa de esquerda o Centro Acadêmico (CA) de Economia. Logo, ocorreu uma sucessão de vitórias da esquerda, nas quais o partido teve um importante papel, passando a ser hegemônico no movimento universitário. Nesse mesmo ano, retomamos o DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Fruto disso, fui escolhido, no final de 1970, como delegado do Rio Grande do Sul ao Conselho da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se reuniu clandestinamente em Salvador, no início de 1971.

Passei a compor o Comitê Regional do PCdoB, sendo eleito seu secretário de organização, enquanto a secretaria política era ocupada por Roberto Martins, o Nelson, e a secretaria de Agitação e Propaganda por Agenor Castoldi, o Gurjão.

Para manter-me, trabalhei como professor de matemática e geometria em diversas escolas e cursinhos pré-vestibulares.

Quedas no Rio Grande do Sul

No dia 28 de maio de 1971, fui preso por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), quando levava até a casa de João Flores da Silva – que havia militado na Ala Vermelha – alguns textos que seriam datilografados e publicados no jornal *O Proletário*. João Flores e sua companheira Flávia Roessler já haviam sido presos e o Dops lá se encontrava, fazendo “campana” nas imediações da casa. De imediato fui conduzido para o Dops, onde já estavam presos o dentista Júlio Zancanaro – membro do Comitê Regional – e João Barbosa – membro do núcleo do PCdoB no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Devido ao comportamento inadequado de João Flores, Júlio Zancanaro e João Barbosa, também foram presos o ferroviário Delfino Lobo, o psiquiatra Bruno Mendonça Costa e o agrônomo Delfino Reis – todos do Comitê Regional – e os outros membros do núcleo do partido no Incra, além da camarada Frida Levin, da imprensa do partido. Com exceção dos já citados, todos os demais se portaram com dignidade, resistindo às torturas e não delatando nenhum camarada. Por isso, as quedas se restringiram a esse primeiro grupo e o conjunto do partido ficou preservado. Uma das questões que mais preocupava os agentes do Dops – chefiados pelo delegado Pedro Selling – era onde estava e quem era o secretário Político do partido, “um tal de Nelson”, que era Roberto Ribeiro Martins.

Decisão arriscada

O problema é que, no dia anterior à minha prisão, eu havia marcado com Nelson um ponto no Parque Farroupilha, na parada de ônibus em frente ao Instituto de Educação. Tínhamos adotado o seguinte procedimento de segurança: eu aguardaria na parada, ele desceria do ônibus, não me abordaria e continuaria caminhando. Eu observaria se estava tudo em ordem e o seguiria, abordando-o mais adiante, em plena caminhada. O detalhe é que combinamos que se eu não fosse ao ponto, ele iria diretamente até a casa de João Flores, onde eu havia sido preso e onde a polícia estava aguardando. Portanto, se nada fosse feito, ele seria inevitavelmente preso. Enquanto era torturado, fiquei pensando no que fazer para impedir que isso acontecesse.

Tomei, então, uma decisão extremamente arriscada: fingiria que estava disposto a colaborar e os levaria até o ponto marcado. Como eu não o seguiria, conforme combinado, Nelson perceberia que havia algo de errado e, ao se dar conta disso, não iria à casa de João Flores. Então, lá pelas tantas, disse aos torturadores: “tenho um ponto marcado com o Nelson”. Consegui convencê-los da minha disposição de colaborar e quando me pediram uma

descrição dele, o descrevi de uma forma bastante diferente e me comprometi a indicá-lo a eles no momento em que ele me abordasse. Ao tomar essa decisão, assumi o maior risco de toda a minha vida, pois se algo desse errado e Nelson fosse preso, eu seria visto como um delator, que é o pior que pode acontecer a um comunista. Mas aceitei correr esse risco e o fiz para preservar o partido de mais quedas.

Chegamos ao ponto alguns minutos antes e os agentes do Dops montaram a campana. Antes da hora marcada, um conhecido que passava veio falar comigo e depois seguiu caminhando. Os agentes quiseram saber quem era e eu disse que era um conhecido da universidade, porque naquele local muitas pessoas me conheciam. Mas que não se preocupassem, pois eu avisaria quando fosse Nelson.

Dali a pouco Nelson desceu de um ônibus. Contrariando tudo o que havíamos combinado, ao invés de seguir caminhando, veio até mim e me cumprimentou; e, como respondi friamente, seguiu caminhando. Por sorte os agentes não desconfiaram de nada e, como não o segui, ele se deu conta de que algo estava errado e tratou de safar-se o quanto antes. Assim, não foi até a casa de João Flores e escapou da prisão. Mas por um triz ele poderia ter sido preso, por ter desrespeitado as normas de segurança combinadas. Se os agentes tivessem sido inteligentes, teriam detido todos aqueles que me abordassem, para depois esclarecer quem era cada um. Como ninguém mais apareceu e passou a hora do ponto, retornamos ao Dops.

Nessa noite, “caiu a ficha” dos agentes. Eu estava dormindo, depois de mais um dia de torturas, e fui acordado por cinco agentes enfurecidos, gritando que eu os tinha enganado, e passaram a me espancar na própria cama. Apanhei que nem cachorro, ficando quase sem condições de andar.

Enviados para a Oban

Desde os primeiros dias, a sanha dos torturadores se voltou, principalmente, contra mim e Bruno Costa – acusados, pelos camaradas que fraquejaram, de sermos, respectivamente, secretário de Organização e tesoureiro do PCdoB, tendo nas mãos, portanto, o controle de toda a estrutura partidária. Como não conseguiram obter nenhuma informação de nós, decidiram nos enviar para a Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo – o mais temido centro clandestino de torturas do país. Assim, no dia 6 de junho, fomos embarcados, algemados e estropiados, em um DC3 da Força Aérea, com destino a São Paulo. Ironicamente, essa foi minha primeira viagem de avião...

Tão logo chegamos, passamos para a sala de torturas. Ali ficamos por quase dois meses submetidos aos torturadores comandados pelo major Brillhante Ustra. Lá encontramos presos, entre outros, Altino Dantas e sua esposa; o metalúrgico Elói Martins – importante dirigente do PCB gaúcho –; e um tal de Edgar de Almeida Martins. Esse cidadão, que teria migrado do PCdoB para a Ala Vermelha, se tornou um desprezível delator. A ponto de, volta e meia, chamar os torturadores para dizer: “Ah, me lembrei de um outro contato”. E lá iam os agentes buscar o militante. Ele havia se bandeado completamente.

Depois de quarenta dias de interrogatórios na Oban – sem qualquer resultado concreto para os agentes da ditadura –, retornamos a Porto Alegre no dia 16 de julho, onde, mal

chegado, fui novamente submetido a torturas, em uma acareação com o estudante de ciências sociais Ney De Grandi, acusado de ter procurado uma casa para abrigar Nelson, que estava foragido.

Finalmente, no dia 2 de agosto, Bruno Costa e eu fomos libertados, através de uma decisão unânime da 1ª Auditoria Militar da 3ª CJM (Circunscrição Judiciária Militar), por absoluta falta de provas. Sem dúvida, a pressão de nossas famílias e da própria sociedade gaúcha também pesou nessa decisão. Fomos para casa com a condição de nos apresentarmos na 1ª Auditoria Militar toda semana.

Exílio no Chile

Uma vez solto, evitei fazer qualquer contato com o partido, por razões de segurança. Vigiado e ameaçado pelos agentes do Dops, cheguei à conclusão de que em Porto Alegre eu não teria qualquer possibilidade de retomar a militância contra a ditadura, como era minha intenção, pois qualquer contato poderia conduzir à prisão de alguém. Por outro lado, era possível que novas quedas ocorressem e isso inevitavelmente acarretaria novas denúncias contra mim. Passei a cogitar, então, minha saída do país como um caminho para reatar, de forma segura, os laços com o partido e de organizar, posteriormente, meu retorno ao país, para militar em outra região. Apresentei-me na auditoria militar, conforme estipulado, e assim obtive uma semana para desaparecer.

O Chile passava pela experiência do governo da Unidade Popular, presidido por Salvador Allende, e milhares de brasileiros lá viviam, junto com exilados de toda a América Latina. Em Santiago do Chile moravam, entre outros conhecidos, o professor expurgado da UFRGS Ernani Maria Fiori – amigo da família – e o economista Paulo Renato Souza – concunhado e ex-colega do Colégio Anchieta e ex-militante da Ação Popular.

Tomei, então, a decisão de viajar clandestinamente para o Chile. Em uma madrugada fria do inverno gaúcho, saímos de carro – eu, meu irmão Carrion Júnior e sua esposa Rejane Xavier – em direção à Santana do Livramento, onde basta atravessar uma rua para estar no Uruguai. Se alguém nos detivesse no caminho, a desculpa é que íamos visitar uns parentes de Rejane, em uma fazenda, próxima à fronteira. Depois de alguns percalços e alguns sustos, chegamos sãos e salvos a Santana do Livramento, na divisa com Rivera, Uruguai. De lá fui de ônibus para Montevidéu, depois para Buenos Aires e, finalmente, embarquei em um voo para Santiago do Chile.

Reencontrando o PCdoB em Santiago

Chegando a Santiago, procurei Paulo Renato Souza, com quem tinha uma relação familiar e pessoal. Ele prontamente colocou sua casa à disposição para que eu ali ficasse morando. Através dele localizei o professor Ernani Maria Fiori, que lecionava na Universidade Católica do Chile e me conseguiu uma matrícula no curso de Química, para o ano de 1972.

Existiam cerca de cinco mil brasileiros exilados no Chile e, através de Paulo Renato, consegui recontatar o partido. Quem representava o PCdoB no Chile era Amarílio Vasconcelos –

um dos participantes na Conferência da Mantiqueira de 1943, que reorganizou o partido. Ele e sua mulher, Raquel, haviam atuado durante alguns anos na rádio Pequim, colaborando com a transmissão para o Brasil do seu programa radiofônico em português.

Não havia um trabalho organizado do partido entre os exilados e nossa primeira decisão foi constituir um núcleo do partido e passar a editar em espanhol o jornal *A Classe Operária*. Depois, passamos a traduzir para o espanhol outros documentos partidários, manter conversações com outras organizações de exilados – do Brasil e da América Latina – e organizar atividades de solidariedade à luta do povo brasileiro.

Nessa época, conheci aquela que viria a ser minha esposa – Elvira Ballester Lafertt –, neta de um dos fundadores do Partido Comunista do Chile, Elias Lafertt, e filha do ex-combatente na Revolução Espanhola, José Soriano Ballester. Formada em Química na Universidade Patrice Lumumba, na União Soviética, Elvira lecionava na universidade e militava no Partido Comunista do Chile. A partir dela, passei a ter um contato privilegiado com os principais dirigentes do Partido Comunista do Chile – Luis Corvalán, secretário-geral, a deputada Mireya Baltra, o senador Volodia Teitelbaum e outros –, que frequentavam a casa de seus pais. Isso nos ajudou bastante nas ações de solidariedade internacional que passamos a realizar.

Algum tempo depois, chegaram ao Chile Diógenes Arruda e Dynéas Aguiar – enviados pelo Comitê Central com o objetivo de desenvolver um amplo trabalho de denúncia da ditadura, dentro de uma política de preservação de nossos quadros dirigentes. Com a chegada deles, o nosso trabalho ganhou maior amplitude tanto em relação à denúncia dos crimes da ditadura, quanto em relação à divulgação da Guerrilha do Araguaia, que recém havia iniciado. Em certa ocasião, também lá estive de passagem o camarada Aldo Arantes.

Discuti, então, meu retorno ao Brasil, conforme era o meu desejo, mas fui convencido por Diógenes Arruda e Dynéas Aguiar a permanecer no Chile para desenvolver o trabalho de denúncia da ditadura e de solidariedade à luta do povo brasileiro.

Encontro na Albânia

No final de 1972, houve um encontro de juventudes na Albânia e os camaradas da direção do PCdoB no exterior decidiram que eu deveria representar a juventude brasileira nesse evento. Saí do Chile, fazendo uma escala em Paris – onde encontrei Diógenes Arruda –, de onde segui para Tirana, capital da Albânia. Depois desse encontro de juventudes, permaneci mais uns 20 dias na Albânia, conhecendo suas experiências de construção do socialismo e realizando um rápido curso sobre a história da Revolução Albanesa. Em Tirana, encontrei um gaúcho que lá estava com a esposa, trabalhando nas transmissões de rádio para o Brasil. Quando retornei clandestinamente ao Brasil, em 1976, ele é que fez o meu ponto de chegada.

Testemunhando o golpe no Chile

De volta ao Chile, retomei as atividades de denúncia da ditadura militar e de solidariedade com a luta do povo brasileiro. Vivíamos momentos difíceis, em que as forças de direita articulavam abertamente o golpe contra Allende e sucediam-se as greves de caminhoneiros

e os boicotes empresariais. Em junho de 1973, ocorreu o “Tancazo”, uma tentativa de golpe contra Salvador Allende, só abortado devido à postura firme do comandante do Exército – general Prats –, que teve de percorrer os quartéis para reunir forças suficientes para deter os golpistas. Ao final, porém, ninguém foi punido e a direita chilena conseguiu a renúncia do general Prats no dia 23 de agosto, sendo substituído por Pinochet no comando do Exército. Estava aberto o caminho para o golpe.

Como eu havia deixado de estudar, consegui uma declaração fictícia de que trabalhava no jornal do Partido Socialista para poder renovar o meu visto de permanência no Chile. Foi marcado para 11 de setembro para eu buscar o meu visto na polícia. Só que o dia amanheceu com o Palácio La Moneda sendo bombardeado pelas militares. Poucas horas depois, Allende estava morto, o golpe consumado e as prisões e os assassinatos começaram a suceder-se. Assim, no dia do golpe fiquei ilegal no Chile.

Permanecemos alguns dias aguardando os acontecimentos e com um monte de impressos em casa, pois editávamos muitas coisas, entre as quais o jornal *La Lucha Popular*. Naquele momento, estavam em Santiago Diógenes Arruda e sua esposa – a artista plástica Tereza Costa Rego –, Amarílio Vasconcelos, Raquel e eu. Dynéas Aguiar tinha ido para a Argentina alguns dias antes.

Perseguição aos estrangeiros

Logo após o golpe, teve início uma campanha aberta contra os estrangeiros: “Denuncie o estrangeiro que mora perto da sua casa”, vociferavam as rádios e TVs. Sentimos que a barra ia pesar mesmo. Então decidimos que Diógenes, Amarílio, Raquel e eu deveríamos buscar asilo na Embaixada Argentina. E Teresa ficaria em minha casa, com Elvira.

Assim, uma semana após o golpe, fomos para a embaixada argentina, onde já estavam abrigados cerca de 500 brasileiros. Ali permanecemos, em condições precárias, durante quase dois meses, pois o governo argentino se negava a conceder asilo aos brasileiros que lá se encontravam, apesar de o presidente ser o peronista Héctor Cámpora. A situação só se resolveu quando o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) se comprometeu em obter asilo para todos, fora da Argentina. Só então nos permitiram deixar a embaixada e ingressar na Argentina.

Retomando a vida na Argentina

Inicialmente, fomos para a localidade de Empedrado, na província de Corrientes. No final de 1973, finalmente nos permitiram ir para Buenos Aires, onde ficamos hospedados em uma escola desativada. Ali reencontrei Elvira e minha filha Maria Victória, vindas de Santiago. Iniciamos, então, as tratativas com o Acnur para nossa viagem à França, país que havia aceitado nos dar asilo, inclusive assegurando uma bolsa de estudos. Como meu irmão Eduardo estava fazendo sua pós-graduação na França, tudo ficava mais fácil.

Enquanto permanecemos em Buenos Aires, organizamos um núcleo do partido, do qual, além de mim, participavam Dynéas Aguiar, Diógenes Arruda, Carlos e Loreta Valada-

res, Osmar Terra e outros companheiros que lá encontramos. Inclusive, aproveitamos para realizar um curso de marxismo, ministrado por Diógenes Arruda.

Enquanto aguardava minha viagem, avaliei a situação com Elvira e com os camaradas de direção e decidi não ir para a França. A questão fundamental que me fez tomar essa decisão foi o entendimento de que se eu atravessasse o Atlântico, ficaria muito difícil voltar para o Brasil, para seguir a luta, conforme era minha intenção. Então, desisti da viagem.

Na Argentina, tínhamos contato com companheiros da Vanguarda Comunista, que nos deram todo apoio para que lá pudéssemos permanecer. Rompemos todos os vínculos com o Acnur e fomos morar na casa de companheiros da Vanguarda Comunista. Apesar de não ter documentação para trabalhar na Argentina, consegui um emprego em uma livraria de amigos de esquerda. Pouco depois, por indicação de amigos, Elvira começou a trabalhar numa indústria química e conseguiu um visto de permanência. Criamos, então, condições para alugar um apartamento e organizar um pouco a nossa vida. Só que eu continuava ilegal no país, pois minha entrada havia ocorrido com a condição de posteriormente sair da Argentina. Viajei, então, para Colônia de Sacramento, no Uruguai, retornando em seguida com um visto de turista, válido por três meses, com direito a uma prorrogação. A partir de então, a cada seis meses eu viajava para fora da Argentina e nesse intervalo de tempo solicitava uma prorrogação do visto de turista.

Da mesma forma que no Chile, organizamos em Buenos Aires uma base do PCdoB e retomamos o trabalho de denúncia da ditadura, de solidariedade com a luta do povo brasileiro e de publicação em espanhol do jornal *A Classe Operária* e demais documentos partidários. Pensando no meu retorno ao Brasil, fiz um curso técnico de eletrônica, rádio e televisão, que concluí em 1976.

O golpe na Argentina e o retorno ao Brasil

Quando Perón retornou à Argentina, o presidente Cámpora renunciou, para que pudesse haver novas eleições. Perón concorreu – tendo como vice sua esposa, María Estela Martínez de Perón, a Isabelita Perón – e venceu por ampla maioria. Quando morreu, ela assumiu. Houve, então, um processo de grande radicalização política, com o surgimento da Aliança Anticomunista Argentina, a “Triple A”, e a proliferação de assassinatos e desaparecimentos políticos.

Em março de 1976, o general Jorge Rafael Videla deu um golpe militar na Argentina. As condições para minha permanência nesse país tornaram-se extremamente precárias. Decidi, então, discutir com o partido meu retorno ao Brasil e estabelecemos a maneira como se daria meu contato com o Comitê Central quando de minha chegada a São Paulo. Também os meus pais viajaram até Buenos Aires e tomaram conhecimento de minha decisão. Elvira e Maria Victória permaneceram em Buenos Aires, para não correrem os riscos da minha entrada clandestina no país.

Em junho ou julho de 1976 – não me recordo bem – entrei no Brasil, por Foz do Iguaçu. Depois de muitos dias de viagem de trem – pois as viagens de ônibus exigiam a identificação do passageiro –, cheguei à cidade de Santos, onde havia marcado um ponto para

retomar o contato com o Comitê Central. Lá, cobrindo o ponto, estava o camarada gaúcho que eu havia encontrado na rádio Tirana. A partir daí, desloquei-me para a capital paulista, onde tive contato com diversos camaradas do Comitê Central, como Sérgio Miranda e Haroldo Lima, para discutir minhas novas tarefas no Brasil.

Tive, então, uma reunião com Pedro Pomar e outros camaradas, tendo ficado acertado que eu passaria a atuar em Goiás, onde o partido estava se reorganizando. Minha primeira tarefa foi obter uma documentação falsa, começando por uma certidão de nascimento. Para isso, precisava chegar a um cartório e dizer: “eu preciso da certidão de fulano de tal; só que ele não sabe a data exata em que foi registrado; só sabe que foi em julho de tal ano”. Pedia o livro de registros “para ajudar na busca” e anotava o nome de alguém que realmente existia. Depois, dizia que não havia encontrado a pessoa, agradecia e ia embora. Depois de algum tempo, voltava e pedia a certidão da pessoa que havia escolhido, obtendo o documento inicial para qualquer documentação. Viajei até o Paraná e, depois de vencer algumas dificuldades, consegui a referida certidão, o que me permitiu conseguir em Goiânia a documentação básica necessária.

Chacina da Lapa

Cheguei a Goiânia em outubro e logo tive um ponto – previamente agendado – com João Batista Drummond, membro do Comitê Central, oriundo da AP – a quem não conhecia, nem sabia quem era. Depois de uma rápida conversa, marcamos novo ponto, dentro de 30 dias, a ser repetido periodicamente se por algum motivo aquele não se concretizasse. Logo consegui um emprego como técnico eletrônico e aluguei um quarto em uma pensão.

No mês seguinte, cobri o ponto combinado, mas Drummond não compareceu. Poucos dias depois, comprei o jornal *Movimento* e li a matéria sobre a Queda da Lapa, onde estava estampada a foto de João Batista Drummond, assassinado sob torturas. Perdi, então, qualquer contato com o partido. Felizmente, eu já havia conseguido trabalho e moradia, e graças ao comportamento revolucionário de Drummond frente às torturas, não tive problemas com a repressão.

Vivendo em Goiânia

Procurei, então, retomar o contato com o partido através de minha esposa Elvira, que estava em Buenos Aires e que tinha contato direto com Dynéas Aguiar, que permanecia no exterior. Havíamos estabelecido um complexo sistema de correspondência entre nós, com o objetivo de driblar os riscos da censura postal.

Em Goiânia, me filiei ao Sindicato dos Metalúrgicos – categoria a que pertencia a empresa onde eu trabalhava – e organizei uma associação de técnicos em eletrônica, que passou a realizar cursos. Fiz um curso de televisão da Philco – claro, com identidade falsa – e pouco depois fui convidado a assumir a coordenação geral da empresa em que trabalhava.

Em fins de 1977, recebi uma correspondência cifrada da minha esposa, solicitando que eu fosse até Buenos Aires encontrar o Careca – nome de guerra pelo qual conhecia-

mos Dynéas. Pedi demissão do emprego, alegando a necessidade de retornar ao Paraná para resolver problemas familiares, acertei as contas e viajei para a Argentina no início de 1978.

Em Buenos Aires, além de minha esposa e de minha filha, encontrei Dynéas e Sérgio Miranda. Conversamos sobre a 7ª Conferência, em preparação, e discutimos como retomar o contato do Rio Grande do Sul com o Comitê Central. Acertamos que eu viajaria imediatamente para esse estado, com o objetivo de contatar o partido e estabelecer um sistema de pontos mensais em Porto Alegre, para viabilizar o contato entre o CC e o partido. Combinamos uma sistemática similar de pontos mensais em Goiânia, para quando eu voltasse.

Viajei, logo que pude, para Porto Alegre e – através de José Freitas – contatei a direção estadual do PCdoB, estabelecendo o sistema de pontos combinado com o Comitê Central. Tomando todas as precauções possíveis, aproveitei para reencontrar alguns familiares em Porto Alegre. Depois, retornei a Goiânia e voltei a trabalhar na mesma empresa de onde havia saído.

Estávamos no início de 1978. Passei, então, a cobrir religiosamente o ponto mensal combinado com Dynéas. Passaram-se os meses, e nem sinal de vida...

No começo de 1979, Elvira e eu decidimos que era hora de retomar a vida familiar, e acertamos sua vinda para o Brasil. Ela pediu as contas no emprego, entregou o apartamento e viajou com Maria Victória para São Paulo, onde as encontrei. De lá, fomos para Goiânia – onde eu havia alugado uma casa – e voltamos a viver juntos.

O regresso a Porto Alegre

A anistia acabava de ser conquistada, e comecei a avaliar o que fazer. Apesar dos pontos mensais, nunca mais havia tido qualquer notícia do partido. Não tinha militância política, nem era conhecido em Goiás. O sindicato a que pertencia era inoperante. Não havia alternativa lógica senão voltar para o Rio Grande do Sul, onde tinha raízes e era conhecido.

Com os devidos cuidados, acertei com a família os detalhes da minha volta e já estava organizando as coisas para o retorno quando, lá por outubro, me apareceu Dynéas no ponto combinado, de mala em punho. Fiquei louco da vida.

Depois, conversamos longamente e ele propôs que eu permanecesse militando em Goiás. Primeiro, questionei o fato de durante quase dois anos o partido não ter mantido qualquer contato nem ter coberto os pontos combinados. Em segundo lugar, ponderei que fazia mais sentido voltar para o Rio Grande do Sul, onde tinha raízes e história. Por fim, mostrei que meu retorno já estava encaminhado e que não tinha mais como retroceder.

Chegando a Porto Alegre, fiquei por um tempo na casa de meus pais. Logo consegui um emprego como técnico eletrônico, mudei para um apartamento e me integrei ao Sindicato dos Metalúrgicos – que abarca as empresas dos ramos elétrico e eletrônico. O PCdoB já atuava na categoria metalúrgica e tinha em José Freitas sua principal liderança. Dessa forma, retomei minha atuação militante.

Atuação entre os metalúrgicos

Era preciso optar entre dois caminhos: permanecer atuando na categoria metalúrgica e ajudar na construção do PCdoB na classe operária, ou retomar os estudos e envolver-me na luta política institucional. Diante da opinião do partido e de Dynéas de que era mais importante permanecer na categoria metalúrgica, não retomei os estudos e continuei trabalhando como técnico eletrônico.

Passamos a ter um forte trabalho entre os metalúrgicos, onde José Freitas, João Carlos Moraes e eu nos tornamos importantes lideranças da Oposição Sindical. Éramos sistematicamente eleitos para as comissões de negociação do dissídio, para os comitês de greve, para os congressos sindicais etc. Participei como candidato a tesoureiro em duas chapas de oposição, ambas com o camarada Freitas, candidato a presidente, mas não conseguimos vencer.

Em 1981, fui eleito para a 1ª secretaria do PCdoB em Porto Alegre e passei a compor o Comitê Estadual e seu secretariado.

Logo vieram as Diretas Já, a legalização do partido e a Constituinte. Em 1986, na primeira eleição pós-ditadura para o Congresso, assembleias legislativas e governos estaduais, fui indicado candidato do PCdoB ao Senado. Como o meu suplente ainda não tinha 35 anos, a chapa não foi aceita. Ainda éramos novatos nisso...

Em 1987, fui eleito vice-presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), na indústria onde trabalhava. Nesse mesmo ano, tivemos uma greve muito forte na categoria e conseguimos paralisar, totalmente, pela primeira vez, a minha fábrica. Passei, então, a sofrer um processo de perseguição, que culminou com a aplicação de uma justa causa infundada – o que ocasionou meu afastamento da categoria. Só dez anos depois tive meus direitos reconhecidos pela Justiça do Trabalho.

Atuação institucional e no terreno da luta de ideias

Ainda em 1987, assumi a chefia de gabinete da vereadora Jussara Cony, que estava constituindo a bancada do PCdoB na Câmara Municipal de Porto Alegre. Em 1988, fui o candidato do PCdoB a prefeito de Porto Alegre, ocasião em que o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu Olívio Dutra.

Em 1989, por decisão partidária, fui morar na cidade de Canoas – importante centro metalúrgico – onde assumi a presidência do PCdoB, desenvolvendo um amplo trabalho partidário e de massas. Em 1990, fui candidato do PCdoB à suplência do Senado, na chapa da Frente Progressista Gaúcha. Em 1991, com a vitória de Alceu Colares para o governo do estado – apoiado pelo PCdoB –, fui indicado para a presidência da Fundação Tarso Dutra – cuja função era desenvolver o conjunto das políticas sociais do governo do estado –, onde coordenei durante um ano mais de mil servidores, atuando em quase 60 municípios. Em 1992 fui candidato do PCdoB a vereador de Porto Alegre, ficando na primeira suplência e assumindo definitivamente a titularidade em 1996.

Tendo decidido não concorrer à reeleição, voltei a estudar em 1995, fazendo vestibular de História na UFRGS. Passei em 1º lugar e concluí o curso em três anos. Nesse mesmo ano, fui um dos fundadores do Centro de Estudos Marxistas (CEM-RS) e, em 1997, do Centro de Debates Econômicos, Sociais e Políticos do Rio Grande do Sul (Cedesp-RS). Em 1998, passei a trabalhar como servidor concursado do Ministério Público Estadual. Em 1999, fui um dos fundadores do Movimento dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul (MEPPP-RS), sendo hoje – pela quarta vez consecutiva – presidente de seu Conselho Deliberativo.

Hoje, além de deputado estadual do PCdoB, sou presidente do PCdoB-RS. Estou completando 50 anos de militância revolucionária – desde o meu ingresso na Ação Popular em 1963 – e 44 anos de militância comunista, desde que me filiei ao PCdoB em 1969.



RONALD CAVALCANTI FREITAS

Ronald Cavalcanti Freitas nasceu em outubro de 1941 em Piripiri (PI). Iniciou sua militância política na Juventude Universitária Católica (JUC), em Salvador (BA) e atuou no Movimento de Educação de Base. Com o advento do golpe militar de 1964, engajou-se na luta de resistência à ditadura. Durante a clandestinidade, viveu em vários estados, especialmente no interior, desempenhando trabalho político junto aos camponeses e ajudando a criar pontos de apoio para a luta armada. Durante a maior parte desse período atuou em conjunto com sua companheira, Maria Luísa de Barros Carvalho (Mará). Está no Comitê Central (CC) do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) desde 1973 e atualmente é secretário de Planejamento do partido.

Ambiente efervescente

Quando eu já estava entre o segundo e o terceiro ano científico, em Teresina, pela primeira vez participei de uma mobilização política progressista, ocorrida no bojo da Campanha pela Legalidade, comandada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, para que João Goulart pudesse assumir a presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros.

Logo depois, com Jango já empossado, passei a residir em Salvador, Bahia. Era o início da década de 1960, quando o Brasil vivia um rico período de avanço das lutas nacionais, democráticas e populares. Salvador era então uma cidade em ebulição política, um dos

centros ativos dessa onda progressista. O movimento estudantil era muito dinâmico e teve importante papel na greve geral universitária que reivindicava a participação de 1/3 dos estudantes nos conselhos universitários.

Na frente cultural, a União Nacional dos Estudantes (UNE) criara os famosos Centros Populares de Cultura (CPC) e nomes consagrados da nossa música estavam iniciando suas carreiras, entre eles Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé etc.

No sindicalismo, se destacava o trabalho dos petroleiros, funcionários e operários da Petrobras que, a partir da produção de petróleo do Recôncavo Baiano e do funcionamento da Refinaria de Mataripe, passaram a ter mais destaque na cena da luta social local.

Foi nesse ambiente que iniciei meus estudos na Universidade Católica de Salvador (UCS), cursando Matemática, e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), cursando Filosofia, escolha esta decorrente de minha progressiva atuação política.

MEB: ampliando a ação da igreja progressista

Naquele momento havia grandes campanhas de alfabetização de adultos, e importantes mudanças no âmbito pedagógico, com destaque para as inovações metodológicas propostas por Paulo Freire. Foi quando surgiu também, sob inspiração da igreja católica e sob a coordenação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de Educação de Base (MEB), voltado principalmente para as massas camponesas.

O ensino era feito à distância com base nas escolas radiofônicas que existiam no Rio Grande do Norte, sob a orientação de dom Eugênio Sales, bispo de Natal. O MEB surgiu como resultado da metodologia e dos avanços educacionais que existiram a partir de Paulo Freire e do CPC. Sua sede nacional ficava na Rua São Clemente, em Botafogo, no Rio de Janeiro, e na Bahia existia um escritório que dirigia as atividades do movimento no estado.

O MEB teve a meritória função de alfabetizar camponeses, mas surgiu como parte de uma ofensiva político-ideológica da igreja católica para conquistar maior influência junto ao campesinato brasileiro e, dessa maneira, se contrapor ao avanço das ideias laicas de cunho progressista e mesmo revolucionárias nesse meio. Apesar disso, o MEB tinha um esquema de ensino à distância tecnicamente sofisticado, pedagógica e politicamente avançado, e se tornou um importante braço da igreja progressista, setor do clero influenciado pelo Concílio do Vaticano II.

Quando cheguei a Salvador, inicialmente sobrevivi dando aulas no Colégio Vieira, dos padres jesuítas. Com o surgimento do MEB, fui por ele contratado para participar de sua equipe estadual, que tinha a função de preparar aulas, fazer planejamento pedagógico e acompanhar a implementação do programa em todo o estado da Bahia.

Nesse período, além de trabalhar no MEB, me liguei à militância cristã mais avançada por meio da Juventude Universitária Católica (JUC), onde estavam, por exemplo, Péricles de Souza, Haroldo Lima, Aldo Arantes e Renato Rabelo. Em companhia de alguns deles, fui da direção regional da JUC na Bahia.

O movimento estudantil baiano tinha forte presença nacional. O então presidente da União dos Estudantes da Bahia (UEB), Sérgio Gaudenzi, que também era da JUC e fazia

parte de nosso grupo, foi candidato a presidente da UNE no congresso de 1963, que elegeu José Serra.

Alfabetizando e sindicalizando pelo interior

O MEB era uma organização centralizada e se organizava por dioceses. Tinha uma equipe nacional, uma estadual e as equipes diocesanas – que, na realidade, eram a direção do movimento e tinham por função, em cada uma de suas esferas de competência, aplicar as orientações político-pedagógicas que, no fundamental, tinham sido elaboradas sob orientação da igreja católica e o controle da CNBB.

Naquele período, eu fazia parte da equipe estadual na Bahia. Desloquei-me da militância estudantil e passei a trabalhar na alfabetização de adultos e no estímulo à fundação de sindicatos de trabalhadores rurais pelo interior do estado. Fundamentalmente, nosso centro de atividade era a alfabetização por rádio, uma das experiências mais ricas que já vi.

Naquele tempo, a Philips havia lançado os primeiros gravadores portáteis e nós tínhamos vários deles na Bahia para a nossa equipe. Também tínhamos rádios-receptores com audição cativa, ou seja, só sintonizavam a emissora que era programada para este fim. Os nossos sintonizavam somente a Rádio Sociedade de Feira de Santana, dos padres franciscanos, uma emissora muito popular que tinha programação aberta, mas era de caráter confessional. Lecionávamos português, aritmética, história, geografia etc. Muitas dessas aulas, eu mesmo preparei. Elas eram gravadas e, depois, colocadas no ar todas as noites.

Na Bahia, existiam dezenas dessas escolas, talvez centenas, espalhadas em comunidades rurais pelo interior. O camponês recebia o rádio, um quadro-negro e giz, reunia os alunos, ligava o rádio naquela hora, “pegava” a aula que estava sendo transmitida e a explicava para os alunos. O MEB tinha uma estrutura de organização educacional fantástica para a época.

Metodologia do MEB

Duas vezes por ano, todos os monitores passavam por cursos dados pela igreja. Os treinamentos duravam vários dias e neles era repassada toda a metodologia, e também o conteúdo que ia ser ensinado no semestre seguinte. Além disso, havia um kit pedagógico formado por três livros chamados *Viver é Lutar*, conhecidos como *Cartilhas* do MEB, que continham a fundamentação, o conteúdo e a metodologia do projeto educacional da instituição. Este material, quando foi apreendido pela polícia do governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, causou grande repercussão nacional pelo seu conteúdo.

O primeiro livro, de fundamentação, era voltado para os formuladores da política. Seu conteúdo era ideologia pura. Propunha-se a apresentar uma teoria sociopolítica da igreja sobre um terceiro caminho entre o capitalismo e o comunismo. Misturava os fundamentos do marxismo, da social-democracia e a doutrina social da igreja. Esses elementos compunham o sustentáculo filosófico-teológico e visavam a fundamentar uma proposta política progressista para a igreja daquela época. Era um livro que competia com os manuais de qualquer academia.

O segundo era o livro dos professores, para os executores do programa. Ali, tínhamos a descrição de cada aula e a maneira como o conteúdo deveria ser transmitido. Por exemplo, se fosse uma aula sobre a Independência do Brasil, o fato era relatado, mas tinha toda uma fundamentação sociológica, uma análise do que foi a Independência e o que aconteceu. E nós preparávamos as aulas seguindo esse roteiro.

E o terceiro era o livro do monitor. Na medida em que a aula ia sendo ministrada, ele ia acompanhando ponto por ponto segundo a *Cartilha*. Portanto, o processo de ensino era muito bem amarrado: o primeiro volume tinha a fundamentação filosófica para cada aula; o segundo, a fundamentação político-sociológica; e o terceiro, o detalhamento e a aplicação disso.

Divergências com a cúpula da igreja

O motor ideológico de tudo isso era, para nós, a JUC, que me levou ao MEB. O MEB, por sua vez, era um *locus* de militância, mas também uma forma de sobrevivência, pois tínhamos salário e carteira assinada.

Mas, conforme a JUC avançava do ponto de vista das suas concepções políticas à esquerda, mais batia de frente com a alta hierarquia da igreja católica. Ainda no governo Jango, nós, da área social da igreja, fomos percebendo que era preciso radicalizar e buscar saídas cada vez mais avançadas para o país. Em contrapartida, a hierarquia da igreja apoiava cada vez mais os golpistas.

Logo após o golpe militar, eu estava chegando à sede do MEB para trabalhar e a encontrei cercada pela polícia, enquanto os soldados retiravam os rádios-receptores que eram utilizados nas escolas. Mas, tínhamos um estoque de reserva para substituir os que apresentassem defeito. A existência daqueles rádios foi apresentada como prova da subversão esquerdista que estava infiltrada na igreja. Esse episódio com certeza influenciou nos rumos futuros de minha militância política.

Fundação da AP

A Ação Popular (AP) foi uma consequência da atuação política de um setor da JUC. Surgiu porque a inteligência política da JUC se aglutinou em torno de um conjunto de ideias mais avançadas. Tiveram destaque nesse momento lideranças como Herbert de Sousa, o Betinho, Vinícius Caldeira Brandt, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Duarte Pereira, Sérgio Motta, entre outros. A AP foi criada num congresso antes do golpe, entre 1962 e 1963, do qual não participei. Eu era mais ligado ao trabalho no campo e vivia viajando pelo interior da Bahia.

Depois do golpe, a AP se tornou uma espécie de centro de resistência da juventude baiana. Isso não quer dizer que não houvesse outras organizações de esquerda; havia, por exemplo, o pessoal do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mas nós éramos muito ativos no estado e isso atraiu muita gente.

Impacto do golpe e início de vida clandestina

Quando aconteceu o golpe, houve uma grande frustração entre aqueles que faziam parte das lutas políticas e sociais no período do governo Jango. Éramos de uma geração que acreditava estar mudando o mundo – e realmente estávamos participando de um movimento sociopolítico muito avançado. E, de repente, isso foi sustado por um golpe brutal.

Jango caiu e não houve resistência, mas nós da AP queríamos resistir. Então, começamos a desenvolver atividades clandestinas. Desde o primeiro momento, passei a atuar com essa perspectiva. Continuamos por um tempo muito curto no MEB até que os militares o fecharam de vez.

Entrei para a clandestinidade por acaso. Alguém ia fazer uma viagem internacional e precisava de um passaporte e eu era o único de nós que tinha. Então, dei o meu. A pessoa acabou tendo problemas e o passaporte ficou retido. Assim, fiquei “queimado” com a repressão.

Permaneci na clandestinidade porque eu não admitia, de maneira alguma, que um grupo de militares ousasse interromper o processo de mudanças políticas, econômicas e sociais, de alcance histórico e tão humanamente justo, legítimo e honesto pelo qual o país estava começando a passar. Decidi, então, que lutaria contra esse regime e, para isso, tive de abandonar os estudos na Universidade Federal da Bahia, cortar vínculos com a família e sair de Salvador.

Naquele momento, a AP realizava o movimento de integração na produção. Eu fui um dos formuladores e participantes ativos desse processo. Levei muitos companheiros para as fábricas ou para atuarem no interior como camponeses; por isso, viajei muito.

Iniciei uma maratona pelo país, e o lugar no qual menos fiquei foi o Piauí; afinal, como era o meu estado de origem, seria arriscado ficar por lá. Morei muito tempo no interior do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco, do Pará e viajei por todos os outros estados.

AP procura um rumo estratégico

Nesse momento, nós discutíamos muito sobre socialismo na AP. Achávamos que o Brasil devia ser socialista. Mas, que socialismo era esse? Descartávamos a hipótese da experiência russa devido à prática do partidão, que considerávamos reformista. Por outro lado, havia as experiências chinesa e cubana que eram mais radicais.

Eu me lembro que nesse período Aldo Arantes fez uma viagem pelos países do Leste Europeu para estudar esse assunto. Quando retornou, ele escreveu um texto que, salvo alguma falha de memória, se intitulava *Uma terceira via: o socialismo nos moldes iugoslavos*. Isso deu uma grande discussão entre nós porque muitos acharam que aquela experiência parecia meio capenga.

Era a época da ruptura entre China e URSS, e isso criou um grande debate sobre os rumos da luta pelo socialismo no mundo. A direção da AP estabeleceu contatos com a direção do Partido Comunista da China (PCCh) e foram realizadas viagens de dirigentes à China. Isso resultou na ida de uma delegação de quadros para fazerem um curso de teoria e prática política naquele país.

Fui com a primeira turma, entre 1967 e 1968. Ficamos lá quase um ano, do qual passamos oito meses na escola do Partido Comunista. Isso foi no auge da Revolução Cultural. Fizemos parte dessa turma Renato Rabelo, atual presidente nacional do PCdoB, José Novaes, uma importante liderança camponesa, Carlos Walter Aumond e eu.

Lá nós estudávamos a teoria revolucionária que, naquele tempo, era fundamentalmente o pensamento de Mao Tsé-tung. Marx e Engels também eram referências, mas nós nos debruçávamos principalmente sobre os livros de Mao e alguma coisa de Lênin. A finalidade do curso era preparar os militantes da AP para os desafios revolucionários que se colocavam no Brasil. E a luta armada era uma das matérias do nosso curso.

Cerco e aniquilamento a Carlos Lamarca

No início da década de 1970 eu estava na Bahia. Morava na Chapada Diamantina na cidade de Seabra, centro da região que coordenou as operações da repressão visando a prender e aniquilar o capitão Carlos Lamarca.

Eu me passava por mascate, tinha um jipe velho caindo aos pedaços e ia de feira em feira vendendo uns retalhos, aviamentos e bugigangas que eu comprava nos locais de comércio popular em São Paulo, como a Rua 25 de Março.

Um dia eu estava voltando da feira pela estrada que liga Feira de Santana à cidade de Barreiras. A rodovia tinha acabado de ser inaugurada, era um dos “milagres brasileiros” e ficava no meio da Serra. Ia dirigindo o jipe e vi um pequeno movimento na entrada de Seabra. Senti que algo estava acontecendo. Outros mascates, gente do povo, me acompanhavam. Quando chegamos a uma barreira, o policial falou: “Estes aqui são os mascates voltando da feira, podem passar”.

A cidade estava cercada. Fui para casa, meti uma roupa velha e fiz de conta que estava lubrificando o jipe. Fiquei olhando a movimentação e, depois, com jeito, colhi informações. Então, soube que havia começado o cerco a Lamarca, que estava vivendo naquela região, buscando ali resistir ao regime dos militares.

Meu carro aparentemente era velho, mas era muito bom e tinha um caminho pelo qual eu conseguia sair da cidade sem passar pelo controle dos militares nas barreiras. Era uma estrada alternativa e muito ruim, onde só mesmo um jipe como o meu podia andar. Consegui sair de lá e fui para Irecê, cidade que ficava fora do cerco a Lamarca. De lá, peguei um ônibus para Salvador e me encontrei, pela última vez, com João Batista Drummond. Eu disse: “Drummond, está acontecendo isso. Manda o pessoal que está nessa região se retirar”. E ele respondeu: “Você não volta daqui”. E eu disse que voltaria. Ele mostrou-se preocupado e então argumentei: “Eu vou voltar porque se não a pessoa que deixei lá estará ferrada. Eu estava lá no meio dos caras e não aconteceu nada. Estou legalizado e ninguém desconfia de mim na região”.

A incorporação da AP ao PCdoB

Naqueles tempos, discutíamos quem, afinal, teria condições de defender o socialismo

no Brasil. Sabíamos que não era o PCB. Então, pensamos: “Somos nós”. Sempre fomos muito honestos intelectualmente e muito sérios em tudo que fazíamos. Descobrimos que havia o PCdoB, um partido ainda pequeno, que estava se organizando, e se dizia partido da classe operária. Contudo, nós achávamos que a AP era o núcleo principal das forças revolucionárias porque era maior e tinha mais influência do que o PCdoB.

Na medida em que aprofundávamos o nosso conhecimento sobre a realidade brasileira, aumentávamos nossa inserção na luta contra a ditadura e desenvolvíamos a nossa base teórica, ia ficando claro que rumo iríamos tomar. E foi ficando evidente que a atitude mais consequente seria buscar unir todas as forças marxista-leninistas do nosso país. Nessa busca, a AP foi ao encontro do PCdoB que, entendíamos, deveria ser o polo aglutinador dessa unidade.

Chegamos a cogitar formar um partido de tipo inteiramente novo, assunto que fazia parte das discussões teóricas dos chineses na época. Eles defendiam um partido baseado no que chamavam marxismo-leninismo-pensamento Mao Tsé-tung. O PCdoB nunca aceitou essas formulações e dizia que vivíamos na época do imperialismo e da revolução proletária – essa etapa histórica ainda não havia se esgotado, como sustentavam os chineses. Portanto, o tipo de partido daquele momento continuava sendo o de tipo novo, leninista.

Isso gerou discussões entre a AP e o Partido Comunista do Brasil, mas que foram superadas adequadamente. Só que na AP esse debate deixou uma fissura que se prolongou mesmo após a maioria se incorporar ao PCdoB. Entre os membros da AP que decidiram não aderir estavam grandes camaradas, pessoas muito sérias como Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright, um grande lutador socialista, um democrata, homem que tinha uma generosidade fantástica.

Durante as discussões, dentre os que foram contra a incorporação estava Duarte Pereira. Ele acreditava que o caminho era aquele, mas que a forma estava errada e defendia a realização de um congresso. Quando este debate se iniciou, eu estava no Nordeste. Depois, quando fui para São Paulo, em 1972, a incorporação já estava em curso e entrei direto para a direção do partido, passando a ser suplente do Comitê Central.

Conhecendo os velhos comunistas

Tudo aquilo aconteceu em meio a uma barra pesadíssima. Entre 1971 e 1972, Médici estava no poder, era o auge da repressão política e o começo da Guerrilha do Araguaia. Naquele momento, eu vivia em São Paulo porque, apesar de minha atuação pelo interior, o meu centro de operações sempre foi na capital paulista. Em São Paulo existia um ambiente muito opressivo. Tínhamos que manter certa distância dos meios universitários, bem como da área sindical porque eram campos minados.

Na realidade, a incorporação não mudou muita coisa em relação ao que já fazíamos antes. A novidade foi que passei a ter um relacionamento direto com João Amazonas, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Maurício Grabois estava no Araguaia, por isso não o conheci. Mas com Pomar eu tive várias conversas.

Quando conheci esses veteranos comunistas, eu era “moleque” e estabeleci com eles uma relação de aprendizado. Pomar e Amazonas eram intelectuais brilhantes. Arroyo era um operário metalúrgico altamente intelectualizado, uma das figuras que mais me im-

pressionou. Tinha mais ou menos a minha idade e uma experiência política muito viva. Naquele momento, ele estava saindo do Araguaia.

Quando nos integramos à direção, recebemos a tarefa de continuar na perspectiva de implantar áreas de resistência armada, inclusive de montar um local de retaguarda para os guerrilheiros do Araguaia que pudessem ter sobrevivido. Então, viajei por toda a região Norte. Acabei ficando no Acre, onde vivi até 1979, quando veio a Anistia e voltei para São Paulo.

Colonização antiguerrilha

Durante aqueles anos, Acre e Rondônia receberam forte migração, estimulada pelo Exército e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Minha ida para aquela região foi discutida com o próprio Amazonas.

Trabalhei como fotógrafo e terminei virando um profissional importante na sociedade de Rio Branco. Num certo momento, ganhei uma concorrência para fotografar os posseiros que iriam participar de um projeto de assentamento do Incra. Criou-se uma situação no mínimo surpreendente para mim: o projeto de assentamento era dirigido por um general, e eu me relacionava diretamente com ele. Em certo sentido, ele é que determinava as minhas atividades, como viajar para certos locais.

Foi quando conheci um cidadão que era uma espécie de assistente social e que conversava muito comigo. Ele disse, referindo-se ao Araguaia: “Os homens estão trazendo esse povo porque têm uns terroristas criando caso por lá”. Os militares levavam centenas de pessoas principalmente para Rondônia, mas muitos iam para o Acre. O complexo de combate à Guerrilha que eles estavam desenvolvendo demonstrava que seria uma ação de fôlego.

Chacina da Lapa

A Chacina da Lapa é outra história da qual participei indiretamente. Eu vivia numa posse no meio da selva no Acre. Éramos duas famílias: minha companheira Mará, Cassiano, nosso filho pequeno, e eu; Euler Ivo e Isaura Lemos, o outro casal. Vivíamos em casas feitas de palha e madeira. De seis em seis meses, eu ia a São Paulo para fazer os contatos.

Uma dessas viagens ocorreu um pouco antes da Chacina da Lapa. Eu me reuni com Arroyo e Pomar na mesma casa em que houve o crime. Passei um dia e uma noite lá. Ficamos reunidos avaliando a situação política e a evolução do nosso trabalho. Discutimos sobre o que tínhamos de fazer e prestei contas das minhas tarefas. Nesse dia, conversei muito com Pomar e com Arroyo. Saí de lá e fiquei em São Paulo uns dias para fazer compras e ver familiares.

Naquele momento, no entanto, eu ainda vivia no interior como camponês. Tínhamos um lote de terra na divisa do Acre com Rondônia. Nós o escolhemos porque ele era bem próximo da Bolívia, aonde conseguíamos ir com relativa facilidade. Nos fundos do lote ficava o rio Abunã.

Depois de realizar as compras, iniciei a viagem de volta para nosso sítio no Acre – toda realizada de ônibus: de São Paulo para Porto Velho, em Rondônia, e de lá para o sítio. Era uma viagem muito dura, em estradas não asfaltadas, com quatro dias de duração.

Cheguei a Porto Velho mais ou menos ao meio-dia e o ônibus para o sítio só saía à noite. Andando pela rodoviária, vi uma revista *Veja*. Eu não costumava comprar revistas para não chamar a atenção, afinal eu era um camponês. Mas, dessa vez comprei. Fui folheando e de repente vi uma fotografia de Pedro Pomar. “Que coisa é essa?”, pensei. Tomei um choque. Apesar de ter estado naquela casa, eu não a reconheci porque quando estive lá, fui de olhos vendados. Mas, devido às descrições que eu ouvira e olhando as fotos publicadas, me dei conta de que a reunião do Comitê Central caíra.

Ecos da Chacina

Quando cheguei ao sítio, estavam lá Euler Ivo e Isaura Lemos, que moravam comigo e Mará. Nós nos reunimos madrugada adentro. Conversamos sobre a gravidade da situação. Sabíamos que algo sério havia acontecido, mas não sabíamos exatamente o que era. Imediatamente, voltei para São Paulo para saber o que tinha acontecido. Mas todos os contatos haviam sido cortados e fiquei sem conseguir falar com o partido. Voltei para o Acre e nos mudamos do interior para Rio Branco. Lá, reorganizamos a vida e tivemos nossa filha Ângela.

Minha mulher e eu tomamos a decisão de trabalhar e ganhar dinheiro não apenas para nos sustentar como também para nos possibilitar reencontrar o partido. Assim, me tornei um fotógrafo na capital acreana e, por conta disso, acabei fazendo algumas viagens para São Paulo. Euler tinha contato com uma pessoa que morava perto da Praça da República e que tinha alguma ponta com o partido. Euler fez o contato e eu fui atrás dele. Não aconteceu nada naquele momento, mas através dele, tempos depois, recebi um recado de que precisava ir a São Paulo.

7ª Conferência

No Acre, as duas famílias, a minha e a de Euler, já estavam estabelecidas. Tínhamos filhos e eu estava na legalidade. Passei a morar na capital e Euler continuou no sítio. Funcionávamos o tempo todo articulado. Fui a São Paulo para tentar restabelecer o contato com o partido. Quando cheguei me disseram: “Vá para Porto Alegre. Lá tem uma pessoa lhe esperando em tal local”.

Eu fui e a pessoa estava lá: era Maria Dolores, que foi do Comitê Central. Nós nos conhecíamos do Pará. Ela me disse: “Baixinho, é o seguinte: você deve ir até Buenos Aires e lá você se prepare porque vai fazer uma viagem e ficar uns três meses fora”. Então, expliquei que não podia sumir desse jeito. “No Acre, eu tenho toda uma retaguarda, tenho mulher e filhos, o Euler também. Se eu sumir de vez, eles estarão com a segurança comprometida. Eu não posso fazer isso”, expliquei.

Mas queriam que eu fosse de qualquer jeito, e num determinado momento falei: “Eu vou dizer uma coisa: vocês avisem ao pessoal que não posso ir nessas condições. Temos

montado um esquema de clandestinidade bastante eficiente. Vivemos legalmente, temos trabalho, em síntese, somos bem integrados na sociedade de Rio Branco. Uma ausência tão prolongada, sem ser preparada, pode criar suspeita e fazer ruir um esquema que foi montado com muito trabalho. Por isso, não vou arriscar as pessoas que estão comigo. Eu sou responsável pela segurança deles, e dessa responsabilidade eu não abro mão. Então vou voltar, vou desmobilizar tudo que tem lá e dentro de trinta dias eu estou aqui nesse local”.

Preparei as condições para a partida, arrumei dinheiro e aí sim fui para Porto Alegre, onde Maria Dolores estava me esperando. A orientação era seguir para Buenos Aires. Chegando lá encontrei Sérgio Miranda, que me disse: “Nós temos que esperar aqui, até que entrem em contato conosco”.

Em Buenos Aires

Morei três meses em Buenos Aires. Aluguei um espaço num cortiço, no bairro de Once. Foi uma das experiências mais interessantes que tive. Naquele espaço, havia uma cozinha coletiva sempre cheia de gente, onde todos preparavam suas refeições. As famílias argentinas que moravam no local eram muito pobres.

Lá, minha vida era pela manhã tomar café; depois passar o dia caminhando em Buenos Aires e almoçar qualquer coisa que não podia custar mais do que uns três a quatro dólares. No fim do dia, na Calle Florida, comprava o *Jornal do Brasil* e voltava para o cortiço e tomava mais café com leite e pão como jantar. Passei três meses esperando o contato.

Finalmente, Sérgio Miranda me procurou e disse: “Você vai se mudar para um hotel bom e depois vai para a Albânia. Aqui está o seu novo passaporte”. Quando cheguei ao hotel, abri o passaporte e estava o meu retrato lá, direitinho. Mas quando olhei a parte do visto, ele não batia com o do passaporte. Eu tinha que sair de Buenos Aires, ir para Assunção e de lá para outro local. O Paraguai vivia sob a ditadura do general Stroessner. Então, olhei para Sérgio e falei que eu não iria e o motivo. Ele reagiu: “Isso não é possível! Você não pode deixar de ir”. E me explicou a importância do encontro. “Pode ter a importância que tiver, eu não vou”. E não fui.

Por essas e outras é que acho que nunca caí. Não é porque seguimos o centralismo que estamos autorizados a ser irresponsáveis conosco mesmos. Nem sempre aquela pessoa que está orientando a fazer uma coisa tem uma visão nítida do todo. Pelo menos no meu caso, não tinha. Depois, retornei ao Acre e voltei à minha profissão de fotógrafo.

Tribuna da Luta Operária

Rio Branco era uma cidade interiorana, mas com um movimento cultural e de resistência à ditadura razoável. Havia um representante do *Movimento*, jornal que toda semana eu comprava para ter uma ideia do que estava se passando por São Paulo e pelo Brasil. E eu sentia que a coisa estava evoluindo. Foi nesse jornal, inclusive, que li a entrevista com Amazonas feita por Manoel Domingos sobre a sua volta iminente do exílio, onde se encontrava desde a Queda da Lapa.

Certo dia, depois da decretação da Anistia, fui comprar o jornal *Movimento* e o vendedor me disse: “Agora, vou representar aqui outro jornal também”. E me mostrou a edição zero da *Tribuna da Luta Operária*. Dei uma olhada, vi o expediente do jornal, tomei um susto e disse: “Conheço esse jornal!”. Pois ali tinha os nomes de umas pessoas que eram nossos companheiros de luta clandestina, alguns no exílio. Então, voltei correndo para São Paulo e fui direto para a sede da *Tribuna*. Quando entrei, encontrei Olívia Rangel. Ela ligou para Diógenes Arruda, com quem conversei longamente. Ao fim ele disse: “Desmonte tudo por lá e venha para cá”. Então, fui para o Acre e falei para a turma: “Fechem o barraco e vamos embora!”. Foi assim que voltamos todos para São Paulo.

Retornei à capital paulista exatamente um dia depois da morte de Diógenes Arruda. Ele estava planejando várias coisas, mas não sei exatamente o que estava pensando para mim. Arruda foi um homem intenso e cheio de planos. Nesse momento passei a participar do núcleo da direção ao lado de Amazonas, Dynéas, Renato e Rogério. Eu imediatamente comecei a tomar conta da parte administrativa da *Tribuna da Luta Operária*. Na Rua Beneficência Portuguesa, a *Tribuna* tinha uma sede bem pequenininha onde começamos a nos reunir.

Redemocratização

Havia na época aquela agitação no movimento operário e sindical. Então, fui ao Sindicato dos Químicos acompanhar uma reunião para a qual tinha sido convidado. Eram os primórdios da organização da comissão pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores). Foi uma reunião engraçada: não passou muito tempo e eu já estava metido no meio dando pitaco nos assuntos da pauta.

Quando voltei, relatei à direção do partido o que tinha ocorrido, e a partir daí passei a ser secretário sindical do PCdoB. Não entendia quase nada de sindicato. Nesta condição organizei nossa bancada para a 1ª Conferência da Classe Trabalhadora (Conclat).

Além dessa tarefa sindical, naquele momento resolvemos fazer uma revista teórica, a *Princípios*, e não tinha quem a editasse graficamente. E Amazonas me pediu para assumir essa tarefa. Quem pegar o número um da revista pode ver que foi um desastre do ponto de vista estético. Recebi “porrada” até dentro de casa de tão ruim que ficou o trabalho. “Isso é coisa que se apresente?”, disse minha esposa. Respondi que nunca tinha feito isso na vida.

Um marco nessa retomada foi a realização do 6º Congresso do PCdoB. Nele, discutimos sobre os rumos que o partido deveria tomar na nova quadra política que se iniciava, tomamos medidas de caráter organizativo para recompor a direção etc. O 6º Congresso realizou-se na semiclandestinidade. Primeiro foram realizadas etapas regionais, e depois com representantes dessas plenárias, houve a plenária final em São Paulo. Eu participei de uma dessas etapas regionais, em Fortaleza, que juntou os estados do Norte e do Nordeste. Parece que Sérgio Miranda estava também, e com certeza Patinhas.

Greve geral de 1983

Um outro momento emblemático da retomada democrática da sociedade brasileira, que consumou o fim da ditadura, foi a greve geral de 1983, um grande enfrentamento político com a ditadura. O PCdoB defendeu a realização da greve de forma decidida. Nesse tempo, tínhamos uma atuação forte na oposição sindical metalúrgica de São Paulo. Aurélio Peres era o nosso líder. E a greve geral surgiu como um fator de pressão pelo fim da ditadura.

Houve muitas discussões e nós fizemos muita política visando a unificar o movimento, embora fôssemos bastante minoritários. Participamos dos esforços para unir o pessoal do ABC – os chamados autênticos que tinham em Lula sua principal liderança política – e o pessoal do Joaquinão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, considerado pelego. Essa união foi alcançada, e foi um dos fatores que permitiu que a greve tivesse um grande sucesso.

Mas o êxito se deu também em função do apoio das outras camadas da sociedade. Não sei se naquele momento os setores mais combativos tinham uma leitura tão completa dessa realidade, uma avaliação do papel fundamental que a luta democrática e social tinha para acabar de vez com a ditadura. Segmentos da classe média, do empresariado e da própria mídia estavam interessados no fim do ciclo ditatorial.

Figueiredo era um trambolho e a perspectiva de que Maluf viesse a substituí-lo era um verdadeiro fantasma para aqueles que desejavam a volta da democracia no país. Ou seja, todo mundo trabalhava para barrar essa possibilidade. E nós, do PCdoB, achávamos que desse movimento democrático e popular poderia sair um processo mais consequente para a nação. No entanto, a ditadura já estava praticamente liquidada e, em 1985, aconteceu mais uma vez o que sempre tem acontecido na história do Brasil: uma transição pactuada em que a mudança não é radical, mas uma mudança com continuidade. E assim se consumou a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.



RONALD DE OLIVEIRA ROCHA

Ronald Rocha nasceu na cidade de Inhapim, Minas Gerais, em 10 de julho de 1943. Sua participação como militante político começou nos anos 1950, na campanha eleitoral em favor da candidatura do marechal Lott à presidência da República. Tornou-se um dos principais dirigentes do movimento estudantil carioca durante o regime militar. Fez parte do Partido Comunista Brasileiro e da Dissidência Comunista da Guanabara, de 1966 a 1968. Já militante do Partido Comunista do Brasil, saiu clandestinamente do Brasil em 1970, para participar de um encontro internacional de jovens na Europa. Membro do Comitê Central desde 1971, foi preso pela terceira vez no ano seguinte, tendo sido brutalmente torturado durante 45 dias. Libertado, participou da 7ª Conferência do partido, realizada na Albânia em 1978 e no início de 1979. Mais tarde foi um dos fundadores do Partido Revolucionário Comunista e, depois, da Refundação Comunista. Atualmente, trabalha como Consultor de Carreira na Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais.

Um jovem no caldeirão carioca

Quando ainda era estudante secundarista, no Rio de Janeiro, participei das greves contra os aumentos na passagem de bonde e vivi toda a movimentação ocorrida na década de 1950. Integrei-me à campanha de Lott contra Jânio em meio à agitação cultural que então fervilha-

va: a bossa nova, a filosofia de Sartre, o primeiro encontro com as obras de Marx e a luta pelas reformas de base. Dentro daquele caldeirão, fui situando-me sempre à esquerda. Fiz muito cedo a opção pelo socialismo, mas era ainda uma doutrina eclética, em que Marx, Brizola e Sartre conviviam, digamos assim, às cotoveladas.

Vinculei-me de fato ao movimento estudantil quando, por motivos familiares, vivi um ano em Belo Horizonte. Ali cursei, em 1963, o primeiro ano da Faculdade de Engenharia da atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e me envolvi na disputa para a eleição do novo Diretório Acadêmico (DA). Havia duas chapas, uma de direita, contrária ao movimento pelas reformas de base, e outra de esquerda, que apoiei.

Voltei para o Rio no ano seguinte, transferido à Escola de Engenharia da então Universidade do Brasil. Lá comecei a participar do cineclube e de assembleias gerais, aprofundando meus vínculos com as lutas sociais. Também escrevi, durante certo tempo, críticas sobre filmes para o Museu de Arte Moderna. Com o desfecho do golpe militar de 1964, minha aproximação do movimento comunista foi quase espontânea.

As dissidências do PCB

Em 1966, mesmo continuando a frequentar o curso de Engenharia, fiz vestibular para a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) porque alguns amigos insistiram muito, com o argumento de que ali havia uma vida cultural avançada e um movimento estudantil forte. Já no primeiro ano ingressei no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que estava passando por séria luta interna. Na verdade, essa agremiação vivia em crise desde a deposição de João Goulart.

O projeto reformista que naquela época a caracterizava se tornou indefensável. Os fatores que a levaram à diáspora foram os seguintes: a ideia de chegar ao socialismo gradualmente, através das reformas de base, a ilusão de que o esquema militar do governo Jango seria suficiente para conter a ameaça golpista e a própria concepção sobre a formação econômico-social brasileira, que sustentava a estratégia então conhecida como “etapista”.

No final do mesmo ano, em face do contencioso sobre a tática eleitoral e a consequente dissolução do Comitê Universitário pela direção estadual, foi convocada uma conferência para que os chamados dissidentes, até então circunscritos ao movimento estudantil, optassem pelo caminho que iriam seguir. O conclave se realizou em fevereiro de 1967 e resultou numa nova organização que assumiu o nome de Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB ou DI). A partir de então começamos a atuar com perfil próprio.

Durante o ano, vieram outras cisões. A leitura equivocada sobre a Revolução Cubana, reiterada pelos livros de Régis Debray, fortaleceu a conclusão de que o partido, pelo menos na tradição lenineana, seria desnecessário e até um estorvo. Tal posição ganhou adeptos nos agrupamentos recém-surgidos. Alguns chegaram a sustentar que a teoria não valia nada ou tinha pouquíssima importância. Afirmou-se até que a discussão política desunia e a ação unia. Todavia, muitos militantes da DI-GB, críticos a semelhante caminho, permaneceram com a perspectiva de reconstrução orgânica do movimento comunista.

Nesse clima, foi convocada a 2ª Conferência. Só uma parte compareceu à sessão final, em dezembro de 1967, onde prevaleceu o alinhamento com a ideia de militarização da militância, ou algo próximo, e de confronto imediato por meio de ações urbanas. Tudo isso transcorreu sob a pressão moral que se apossara da afetividade revolucionária, cujo pano de fundo e cuja origem foram a violência estatal implícita à supressão das liberdades e explícita na repressão aos opositores, que praticamente empurrou uma multidão de jovens à generosa e corajosa resistência armada.

As cisões dos anos 1960

No segundo semestre de 1967 e início de 1968 houve outras cisões no PCB. Em abril ocorreu uma reunião nacional, intitulada Conferência dos Integrantes das Correntes Revolucionárias. Estavam presentes os agrupamentos que depois formariam o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Participaram também Armando Frutuoso e Jover Telles, representando a Maioria Revolucionária do PCB, que no Rio era de longe a maior corrente de esquerda, com inserção, basicamente, nas categorias operárias e nos bairros mais populares. Por fim, compareceu Lincoln Bicalho Roque, ligado ao setor “partidário” da DI, recém-egresso da DI-GB, com atuação no movimento estudantil e em setores da intelectualidade.

Nessa reunião as opiniões foram evoluindo para a criação do PCBR, mas sem consenso. De nossa parte, tínhamos feito reuniões formais, tanto com a Maioria Revolucionária do PCB, quanto com os representantes da chamada Corrente, especialmente Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Já havia ficado claro que não seria possível marcharmos conjuntamente para a reconstrução partidária. Na época criticamos alguns aspectos das políticas, internas e externas, da União Soviética e descartamos qualquer atitude que soasse como alinhamento internacional automático.

Ao mesmo tempo, vínhamos de um embate contra a dissolução do partido político em nome da implementação imediata da luta armada, aliás, o motivo principal da cisão na DI-GB. De fato, não sentíamos, nas conversas com os dirigentes da Corrente, uma clara demarcação contra a militarização da organização. A nossa sensação era de que se defendia um partido, sim, mas tendente a sérias concessões, inclusive a uma estratégia que parecia uma espécie de amálgama eclético.

Pois bem. Quando, na reunião de abril, a discussão evoluiu para a construção do PCBR, a Maioria Revolucionária do PCB e a DI (partidária), depois de consultas internas e mútuas, recusaram a proposta. Jacob Gorender, no livro *Combate nas Trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, interpreta esse episódio como se tivesse havido uma infiltração do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) na Conferência. Tal afirmação não corresponde à realidade, até porque a Maioria Revolucionária do PCB e a DI (partidária) eram organizações próprias.

Um reencontro histórico

Depois desse fórum, aceleramos os contatos com a direção estadual do PCdoB no Rio, com a qual também vínhamos mantendo conversações desde a cisão da DI-GB. Rapida-

mente, houve reuniões para tratar das questões consideradas essenciais, deixando-se de lado as diferenças naquele momento avaliadas como secundárias. A Conferência de Unificação ocorreu em junho de 1968, com a participação de delegados indicados pelas três organizações envolvidas, a DI (partidária) e a Maioria Revolucionária do PCB, que eram locais, e a estrutura estadual do PCdoB, com assistência do Comitê Central (CC).

A reunião estadual tripartite emitiu o documento *Reencontro histórico*, cuja redação inicial coube a Jover Telles. O texto, que consolidou a fusão com o PCdoB, foi discutido, recebeu algumas emendas e acabou sendo aprovado por unanimidade. A Conferência também elegeu o novo Comitê Regional (CR) no Rio. O único membro da DI (partidária) que naquele momento passou a fazer parte do coletivo dirigente local foi Lincoln Bicalho. Flora Abreu, que acabara de afastar-se da Ação Popular (AP) e mantinha conosco laços de proximidade político-ideológica e pessoal, acabou participando e também foi eleita. Nelson Levy só foi integrado posteriormente.

Naquela época, estudando no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que já se desmembrara da Faculdade de Filosofia, minha militância convergia para o recém-criado Centro Acadêmico Edson Luís (Cael), desempenhando o cargo de presidente, e para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Em meio à agitação política, que estava no auge com as grandes manifestações pipocando e demonstrando enorme energia combativa, eu estava imerso e com tarefas prioritárias na frente de massas.

O assassinato que abalou o Rio

Em 28 de março de 1968 aconteceu a morte de Edson Luís. O estudante secundarista fora baleado ao participar de uma manifestação no restaurante Calabouço. Recebi a notícia e fui rapidamente para o local. Logo fiquei sabendo que o corpo tinha sido levado para o recinto da Assembleia Legislativa, para onde me dirigi. Lá já estavam Flora e Lincoln. Nesse clima de comoção, forças policiais tentavam resgatar o corpo, sob o pretexto de que era preciso fazer autópsia. Para nós, tratava-se de uma manobra para eliminar a prova do crime.

Há uma visão estereotipada, segundo a qual a militância daquela época era sectária e sem flexibilidade. Não era nada disso. Lincoln, por exemplo, propôs-se a negociar com os policiais e demonstrou grande habilidade. Assim ganhamos o tempo suficiente para que a notícia se espalhasse e para que as pessoas fossem chegando ao velório. A aglomeração tornou muito difícil a invasão do local, de vez que mais uma ação violenta causaria sérios problemas políticos ao governo estadual. O enterro saiu na manhã seguinte, com umas 30 mil pessoas caminhando até o cemitério São João Batista, em Botafogo, e se transformou num protesto antiditatorial.

A Sexta-Feira Sangrenta e a Passeata dos Cem Mil

Numa quinta-feira de junho, o movimento marcou um diálogo público com o reitor da UFRJ, sobre as reivindicações estudantis. O debate, na Faculdade de Economia, durou

a tarde inteira. Ao final, a Polícia Militar fechou o cerco. Para que não houvesse surpresa e não se repetisse o massacre anteriormente ocorrido na Faculdade de Medicina, decidiu-se formar um agrupamento de autodefesa, que se armou de porretes, pedras, canos e tudo mais que se encontrou no local.

Ao mesmo tempo, os estudantes, reunidos compactamente, foram orientados por Vladimir Palmeira a saírem pela avenida lateral, onde se localizava o campo do Botafogo, e não pela principal, muito mais policiada, que levava à Praia Vermelha. O plano era executar uma manobra diversionista: enquanto fazíamos barulho num lado, o grosso do pessoal irromperia pelo outro portão.

Como já prevíamos que haveria repressão ao forçar a passagem, marcamos para o dia seguinte, sexta-feira, uma manifestação em protesto contra a violência ditatorial. Não deu outra. Rapidamente, começou a ação policial-militar. Houve tiros e ferimentos, mas a grande maioria conseguiu sair. Alguns parlamentares, inclusive o deputado Márcio Moreira Alves, participaram do périplo pelos hospitais durante a noite para tentar resgatar as vítimas e impedir mais prisões.

No dia seguinte pela manhã, nós, que havíamos conseguido sair, já estávamos nas faculdades mobilizando para a manifestação no centro da cidade. O encontro fora marcado para meio-dia, na Praça Tiradentes. No início, havia pouca gente. Contudo, começaram a chegar cada vez mais estudantes e iniciamos a passeata. Chegamos à Cinelândia já com milhares de pessoas. De lá, decidimos prosseguir até a Embaixada Americana, para imprimir um caráter anti-imperialista ao ato, de vez que o combate aos acordos entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development*, Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (MEC-Usaid) era de importância central.

Logo no início do comício vieram tiros, disparados do teto da Embaixada. Alguns estudantes foram feridos. Depois, o comando perdeu o controle da manifestação. Os jovens se espalharam em agrupamentos pequenos, sem contato entre si, pois na época não havia celulares. Quando chegou a cavalaria, a massa resolveu resistir. Com a adesão espontânea de outros segmentos sociais, o evento se tornou uma manifestação popular, extrapolando o caráter estudantil. Não se conhecem até hoje as perdas, mas na época se falou em dezenas de mortos e centenas de feridos.

Na quarta-feira seguinte, como desdobramento em protesto contra a repressão ditatorial, veio a Passeata dos Cem Mil, que marcou a história do Brasil como símbolo da resistência democrática. A partir de então, começou a surgir no movimento a proposta de encetar um “diálogo” com o ditador de plantão. Havia a ilusão de que a conversa poderia, por exemplo, resolver o problema das reivindicações estudantis.

Não houve consenso, pois outros acreditavam que o diálogo poderia legitimar o governo militar no exato momento em que passava por dificuldades. Sem acordo possível, o PCdoB e a AP de posicionaram contra a ida a Brasília. Mas algumas entidades, como a União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara (Umeg) e o DCE da UFRJ, resolveram aceitar a reunião com o marechal Costa e Silva e organizaram uma comissão, da qual participavam intelectuais, estudantes, mães de estudantes e clérigos, contando com o apoio do PCB, do PCBR e da então DI-RJ.

O Congresso de Ibiúna

Um pouco antes da incorporação nacional do conjunto da DI (partidária) ao PCdoB na Conferência de Unificação, à qual fui delegado, saiu o documento *A política estudantil do Partido Comunista do Brasil*. No segundo semestre de 1968 houve uma reunião nacional de quadros estudantis, com a presença do CC nas pessoas de Arruda e Dynéas. Abriu-se a discussão sobre um texto a ser divulgado no movimento. Ao mesmo tempo, às vésperas do Congresso de Ibiúna, foi articulado o trabalho estudantil do PCdoB e organizada uma comissão nacional, que depois, já como fração do partido na União Nacional dos Estudantes (UNE), receberia a assistência permanente de Ozéas Duarte.

Até aquele momento, minha participação em fóruns estudantis nacionais era pequena. Como não estive pessoalmente nos Conselhos de São Carlos e de Salvador, o que sei é fruto das polêmicas travadas e dos encaminhamentos efetivados na época. Lembro-me que a responsabilidade de montagem do 30º Congresso foi transferida à União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Semelhante delegação lhe garantiu a prerrogativa de adotar os critérios e métodos que julgasse adequados. Como a entidade estava sob hegemonia de setores com propensões militaristas, prevaleceu a orientação de organizar o conclave clandestinamente, numa propriedade rural.

Assim foi construído o encontro de Ibiúna, com aproximadamente 800 delegados eleitos publicamente em assembleias. Quando a informação começou a circular, a AP e o PCdoB se puseram contra o plano. Reunir tantos estudantes com o uso de formas secretas não passava de uma ilusão e de uma aventura. Ficamos no dilema: ou vamos para ser presos ou não vamos e ficamos fora do movimento. Então, fomos. Mas tínhamos convicção absoluta de que o encontro iria cair.

Logo na abertura do plenário houve um pequeno embate quanto aos encaminhamentos. Uma proposta foi apresentada pela chapa da aliança AP-PCdoB, na qual Jean Marc era indicado à presidência e da qual eu fazia parte. A votação serviu de teste para avaliar a correlação de forças. Ganhamos, mas por uma margem reduzidíssima. De fato, havia um equilíbrio. A outra chapa reunia várias correntes e agrupamentos, da Política Operária (Polop) ao PCB, passando pelas DIs do Rio e de São Paulo, com o nome de José Dirceu (José Dirceu de Oliveira e Silva) na cabeça.

A repressão chegou pela manhã, antes da abertura dos trabalhos. Lembro-me que acordei, tomei um café apressado e logo ouvi o burburinho das forças policiais aproximando-se. Caiu todo mundo. Na fila indiana, um soldado implicou com minha japona verde-oliva, que parecia do Exército, e a confiscou. Como o tempo estava frio e chuvoso, uma moça, com pronta solidariedade, emprestou-me um casaco de lã, mas nem fiquei sabendo seu nome. Depois, fomos levados ao Presídio Tiradentes.

A luta estudantil dentro da prisão

Ficamos todos aglomerados em celas próximas, que ladeavam um corredor. Ali já começou a discussão sobre o que tinha acontecido e a votação sobre o que fazer. Surgiram

duas propostas: uma era sair e depois resolver o desdobramento; a outra, apresentada por nossa chapa, era remontar o 30º Congresso assim que saíssemos da prisão, que recebeu apoio da maioria. Por parte da AP e do PCdoB, houve também a decisão de tentar sair o mais rápido possível da prisão, inclusive fugir se fosse possível.

Nos dias seguintes fomos sendo encaminhados ao Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) de São Paulo, para sermos fichados, inquiridos e indiciados. No caminho tentamos uma fuga. Na verdade era a segunda tentativa, pois Vladimir já se havia esgueirado entre transeuntes na chegada ao Presídio, sem obter sucesso. Desta feita, os que estavam articulados para o plano eram: eu, José Luís Guedes, ex-presidente da UNE, e Jarbas, representante brasileiro na Organização Continental Latino-Americana e Caribenha dos Estudantes (Oclae). Também fracassamos, por indecisão de outro colega que estava na saída de emergência do ônibus.

No interrogatório, tivemos procedimentos distintos. Havia uma seleção prévia para identificar os dirigentes mais procurados, a partir de listas estaduais. A técnica utilizada pelo Dops-SP foi, na primeira triagem, manter presos os dirigentes notórios. Guedes e Jarbas, que estavam com documentos falsos, mantiveram a história antes preparada e disseram ser estudantes de Minas Gerais. Obviamente, seus nomes falsos não constavam da relação local.

Jean Marc e eu, que tínhamos carteira de identidade legal, usamos outro artifício. Como a minha era de Minas, declarei-me estudante em Belo Horizonte, pois meu nome só estava na relação do Rio. Então, fui colocado num dos dois veículos preparados para receber a turma que iria ser remetida, para novas investigações, na capital mineira. O mesmo aconteceu com Guedes e Jarbas, que reencontrei no mesmo ônibus, rumo às Alterosas.

Por seu turno, Jean Marc era do Paraná, embora vinculado ao movimento estudantil carioca. Como na triagem de Curitiba ninguém o conhecia, libertaram-no. O nosso problema era que Guedes e Jarbas, visados pelos agentes do Dops-MG, certamente seriam detectados, despertando suspeitas sobre mim. Resolvemos, então, empreender a fuga durante o transporte. Para tanto, recolhemos alguns trocados e barras de chocolate com outros companheiros.

A fuga

No meio da tarde, a velocidade diminuiu quando o comboio começou a subir uma ladeira. Abrimos a porta de emergência, pulamos e já saímos correndo. Vendo uma mata de eucaliptos, pulamos por cima da cerca de arame farpado, rolamos por um morro abaixo e nos afastamos o mais rápido possível. Então, marchamos durante horas, afastando-nos da rodovia, sem saber se estávamos sendo perseguidos.

De manhã, bem cedo, chegamos a uma pequena cidade, comemos o melhor pão de nossas vidas, que saía quentinho do forno de uma padaria, e pegamos o primeiro trem de volta a São Paulo. Nossa intenção era procurar contatos nas respectivas organizações. Antes, porém, fomos a uma barbearia, para disfarçar a péssima aparência. Procuramos demonstrar espontaneidade e passar despercebidos. Quando íamos saindo, depois de pagar a

conta e fazer os agradecimentos de praxe, o barbeiro falou: “Pois é, rapazes, vocês ficaram bem melhores, porque estavam parecendo fugitivos de Ibiúna”.

Engolimos em seco, fomos imediatamente para o Conjunto Residencial da USP (Crusp), fizemos alguns contatos e de lá saímos para remontar o 30º Congresso o mais rápido possível. Depois, reencontrei Jean Marc no Rio. Um conselho esvaziado discutiu a situação e decidiu que seria melhor organizar encontros regionais e manter a mesma delegação. Por quê?

Em primeiro lugar, porque outro encontro nacional exporia a estrutura da UNE a nova queda. Depois, porque a eleição de novos representantes agravaria mais ainda os riscos, além de significar um enorme gasto de tempo e uma perda da iniciativa. Por fim, porque era muito importante sinalizar para os estudantes e para o povo brasileiro que o regime militar havia reprimido e prendido, mas não desarticulado o movimento, de vez que os mesmos delegados se reuniram. Sem dúvida, foi a melhor resposta.

A remontagem do 30º Congresso

Todos os encontros estaduais e regionais alcançaram êxito. Só caiu a seção do Paraná, onde foi preso João de Paula, do Ceará, que até aquele momento também estava indicado pelo PCdoB para compor a direção da UNE. Como não poderíamos prever as consequências de sua prisão, que certamente se agravaria com a manutenção de seu nome na chapa, a fração do partido tomou a decisão de substituí-lo por José Genoíno.

O Conselho da UNE, realizado em abril de 1969 no Rio de Janeiro, discutiu os dados das votações e os informes aprovados nos congressos regionais. O PCB, que polarizava aproximadamente 25 votos em apoio a Marcos Medeiros, manteve posição própria. O PCB resolveu abster-se, levando também cerca de 25 votos, sob alegação de que sua proposta, de unificação com todos os segmentos, fora recusada. Por sua vez, a chapa Unidade e Luta, composta pela aliança AP-PCdoB, venceu por 10 votos de diferença, mais ou menos 355 de um total de 750, uma quebra mínima em comparação com Ibiúna.

O PCdoB ficou com quatro militantes na direção: eu, que estudava no Rio; Aurélio Miguel, da Bahia; Genoíno, do Ceará; e Helenira Resende, de São Paulo. Os restantes eram da AP, completando onze membros. Incluindo o saudoso Honestino Guimarães. A diretoria funcionava bem. Do ponto de vista da unidade, tudo transcorria às mil maravilhas. Tinha debate, discussão e, quando necessário, votação. Não havia problemas pessoais, crises e nem impasses. O ambiente era de fraternidade revolucionária e de respeito mútuo.

A direção foi descentralizada, mas em geral se encontrava periodicamente no Rio, por causa da sólida base de apoio local. Tanto Jean Marc quanto eu, que lá ficávamos fixos, tínhamos boas condições e respaldo militante para montar reuniões e para editar o jornal *Movimento*. Havia uma comissão auxiliar de imprensa, que também recolhia os fundos necessários. Na verdade, era o movimento estudantil carioca que fornecia o principal aporte da entidade nacional naquele período, em termos de infraestrutura.

O AI-5 e o fortalecimento do PCdoB

Depois da remontagem do 30º Congresso e a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5) a conjuntura mudou radicalmente. Ademais, a DI-RJ, depois renomeada como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), afastou-se progressivamente do movimento de massas, deixando espaços vazios. Das várias organizações existentes, a AP e o PCdoB passaram a ser, na prática, as únicas que mantinham atuações fortes nas entidades estudantis. O PCB também o fazia, mas com muita fragilidade, especialmente após as cisões sofridas. Nesse quadro, nosso trabalho se ampliou rapidamente.

Talvez fosse interessante levantar algumas hipóteses sobre o fortalecimento do PCdoB nas universidades e escolas do Rio entre 1969 e 1972. Pode-se destacar, por exemplo, a linha política ampla e flexível, que centrava fogo no regime militar, mas respeitando as instituições de massas e as reivindicações específicas dos estudantes, inclusive os assuntos importantes para sua vida cotidiana nas salas de aula.

Ademais, as novas prioridades adotadas pelas organizações militarizadas deixaram o movimento estudantil, praticamente, sob a responsabilidade da AP, do PCdoB e de militantes independentes, que se mantinham nas direções e em torno dos Centros Acadêmicos e de outras formas específicas de organização. Muitos nem sequer eram revolucionários convictos, mas todos queriam lutar por melhores condições de estudo e participar de algum modo da resistência democrática.

Deve ser mencionada, também, a solidez orgânica do PCdoB, que vinha de longa tradição. Portanto, a política adequada à situação concreta se combinou com uma estrutura forte, que tinha células funcionando nas faculdades, um coletivo dirigente com capacidade e um bom número de quadros experientes, muitos formados em outras correntes políticas e nas lutas de massas.

O sucesso da UJP

Por fim, o fenômeno da União da Juventude Patriótica (UJP), que era dirigida pelo PCdoB, mas ia muito além de sua estrutura militante. Como organização de frente única, sem uma definição comunista, possuía um programa mínimo de caráter democrático, popular, anti-imperialista e antilatifundiário, centrando o ataque no regime militar. Assim, reunia jovens de quaisquer ideologias ou concepções políticas, desde que houvesse unidade em torno das questões políticas básicas.

Não foi à toa que a UJP, em tão pouco tempo e em plena vigência do terrorismo de Estado, converteu-se numa ampla organização com 600 jovens, espalhada pelo Rio inteiro. Os espaços nas universidades, nas escolas secundaristas, nos bairros, nas fábricas e entre a intelectualidade progressista, que o partido não tinha condições de ocupar direta e imediatamente, passaram a ser rapidamente preenchidos.

Existe o mito de que o regime militar teria destruído os opositores, de que na passagem dos anos 1960 aos 1970 já não havia nenhuma entidade funcionando. Nada mais falso. Muitas entidades representativas continuaram funcionando, ainda que sob cerco e vigi-

lância. Onde a organização estudantil era desmontada com prisões ou posta na ilegalidade, sempre havia formas criativas de aglutinar novamente os elementos avançados e dialogar com todos, ora montando o conselho com representantes escolhidos nas salas de aula, ora elegendo alguém para a congregação, ora criando uma associação cultural.

Portanto, existia muita vida para além das entidades gerais e da UJP, mantendo-se e reproduzindo-se nos poros da sociedade civil. Tanto é que em 1972, no auge da repressão política e do ataque à UNE, foi organizado e festejado nacionalmente o cinquentenário da Semana de Arte Moderna. Lembro-me que imprimimos um cartaz muito bonito, desenhado por Elifas Andreato, que obteve enorme divulgação.

Obviamente, quando os estudantes promoviam encontros para discutir cultura e liberdade, os temas políticos afloravam de forma mediada. A simples presença de jovens reunidos, abordando assuntos fora das agendas oficiais, era uma forma de burlar a repressão e manter ligações amplas. Essa foi a experiência no Rio de Janeiro, mas não acredito que tenha sido algo particular, uma simples singularidade carioca. De uma maneira ou de outra, houve iniciativas semelhantes em vários pontos do país.

O 31º Congresso da UNE

Dessa forma, o 31º Congresso, em 1971, muito ao contrário de um conclave puramente de cúpula, como alguns afirmaram, foi montado com base em fóruns representativos dos mais variados tipos, que tornaram viável e sustentaram a eleição dos delegados no auge da fúria repressiva. Nenhuma organização política indicou algum delegado, pois houve proibição explícita. Em atenção às normas, só as instituições de massas puderam fazê-lo.

A plenária nacional aconteceu numa casa providenciada por um simpatizante no subúrbio do Rio. O movimento estava em processo de reelaboração política, visando a reavivar as lutas locais e facilitar a participação de massas na resistência democrática. Como questão até mesmo de sobrevivência, era fundamental reforçar as ligações dentro das faculdades num período extremamente difícil. Nessa perspectiva, recebi a tarefa de rascunhar a *Carta aos Estudantes*, a ser apreciada na seção nacional. Apresentei a primeira redação, incorporando uma parte sobre as reivindicações especificamente estudantis, da lavra de Honestino. O texto foi aprovado por consenso e, depois da revisão final, que concluí no próprio Rio, foi divulgado em todo o país por meio de reproduções estaduais.

O 31º Congresso da UNE é inesquecível. Reuniu aproximadamente 200 entidades, a maioria de faculdades públicas. Seus fóruns evidenciaram uma alteração na correlação de forças: Honestino foi lançado à presidência, mas o PCdoB, que já tinha mais delegados, preferiu evitar o acirramento da disputa. Assim, articulou a presença de militantes nas plenárias regionais e só depois aceitou discutir a composição da chapa.

Na seção nacional, os dirigentes da AP mantiveram a posição. Talvez julgassem que um resultado diferente das expectativas criadas poderia soar como derrota, pois significaria abrir mão de um cargo ocupado pela carinhosamente chamada “Ana Paula” em várias gestões consecutivas. Houve uma rodada por inscrição, na qual meu nome foi defendido.

Se houvesse votação, teríamos maioria. Todavia, percebemos que, naquela situação, tal atitude criaria mais problemas que benefícios. Então, negociou-se uma chapa de unidade, na qual a presidência anterior foi merecidamente mantida e o PCdoB ficou majoritário, elegendo, além de meu nome, o de mais cinco diretores: Jorge Paiva, de São Paulo; Luís Oscar, do Rio Grande do Sul; Marco Aurélio (Garrafa), de Minas Gerais; Maria Emília, da Bahia; e Rufino, do Ceará.

A iniciativa tomada no 51º Congresso da UNE, realizado em 2009, de iniciar a discussão sobre aquele acontecimento, foi importantíssima. O 31º Congresso, que não é patrimônio de qualquer corrente política em particular, expressou os interesses dos estudantes como um conjunto. Eventuais críticas à suposta estreiteza das delegações, de fundo idealista, não levam em conta a época histórica, o quadro político e as condições reais do movimento.

A conjuntura era de terrorismo de Estado. Opositores estavam sendo cassados, torturados e mortos. As entidades representativas eram atacadas e fechadas. O Congresso de 1971 tem um lugar de destaque porque foi expressão da luta possível e necessária naquele momento. Ao mesmo tempo, conseguiu expressar as reivindicações políticas e específicas dos universitários. Deve, pois, ser plenamente resgatado como um capítulo, não só do movimento estudantil, mas também da longa e inesquecível resistência popular ao regime militar.

A prisão de 1972

Em 1971, viajei clandestinamente à Europa, onde participei de um encontro internacional de jovens por ocasião de uma batalha contra as tropas fascistas que ocupavam a península balcânica. Quando retornei, recebi a comunicação de que passara a fazer parte do CC, como suplente. Na mesma decisão, também foram cooptados Lincoln e Ozéas. No ano seguinte, quando já havia começado a Guerrilha do Araguaia, fui preso no último dia de agosto de 1972.

Como tinha sido detido duas vezes, estava sendo processado e já vivia na clandestinidade, cometi o erro de visitar familiares por motivos pessoais. Acompanhavam-me minha companheira e um amigo, João do Vale, que também era simpatizante político nosso desde 1966. Como adversários tradicionais no tabuleiro de damas, resolvemos jogar “a última partida”, de despedida, “como nos velhos tempos”, mesmo que “rapidamente, porque tínhamos que ir embora”.

Myriam, inconformada e já se levantando, retrucou: “Vou sair agora, não vou esperar partida de dama coisa nenhuma”. Rapidamente colocou um disfarce, desceu e foi embora, não sem antes fazer e refazer as manobras de praxe, para eliminar os eventuais “rabos”. Combinamos que nos reencontraríamos depois, na casa onde havia muito residíamos, no Grajaú, que ninguém mais conhecia.

Meia hora depois, chegou uma equipe do serviço secreto do Exército, que ainda mantinha, depois de tanto tempo, algum tipo de controle sobre o local. Preso juntamente com meu irmão, Guilhermino, e com o compositor de *Carcará*, fomos levados para a Rua Barão de Mesquita, no subterrâneo do quartel da Polícia do Exército, onde funcionava o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Era uma câmara de tortura política. Havia um subterrâneo secreto, acessível somente para executores e mandantes. Os praças e oficiais de baixa patente em geral desconheciam o que se passava no subsolo. Não me encontrei mais com João, a não ser anos mais tarde. Meu irmão, levado à minha presença como forma de pressão, foi libertado posteriormente, sem enquadramento em processo penal.

A “geladeira”, as pancadas, os choques elétricos e os afogamentos

O DOI-CODI do Rio usava métodos próprios. Ali funcionava a chamada “geladeira”, que era uma cela muito pequena de concreto e piso úmido, com no máximo dois metros quadrados e uma porta de ferro cinzento. Havia uma grade no teto, que protegia alto-falantes e holofotes, bem como canais de ligação com um refrigerador.

O método dos torturadores consistia em colocar o prisioneiro político completamente nu na cela, sem comida, sem água e sem lugar para fazer as necessidades. Depois, alternavam temperaturas baixíssimas e muito altas, desligando o refrigerador e acendendo as luzes de alta potência. Ao mesmo tempo, usavam gravações de urros humanos, sons de rádios fora de sintonia e sirenes de carros policiais. Não raro, os gritos eram de pessoas submetidas às maiores crueldades.

Retiravam-me da cela somente para as sessões de tortura. Nunca vi a cara dos militares envolvidos, de vez que permaneci encapuzado. Não raro enfiavam minha cabeça em recipientes de água, praticando afogamentos. Frequentemente aplicavam-me choques elétricos, sobretudo nas orelhas e nos testículos. Quando chegavam à conclusão técnica de que o esforço despendido se tornara improdutivo, conduziam-me novamente à “geladeira”, para depois recomeçarem todo o processo.

Durante a tortura, exigiam insistentemente informações sobre o paradeiro de vários camaradas, principalmente de minha companheira, que tinha escapado. A atitude que adotei foi declinar sempre a condição de vice-presidente da UNE e a impossibilidade de prestar depoimento na ausência de um advogado. Repeti tal discurso durante uma semana e meia, sem noção sobre noite ou dia e sem qualquer indício sobre o que estaria acontecendo fora daquele microuniverso macabro.

Também não tinha a menor noção sobre o tempo que Myriam levaria para sair de casa. No entanto, mesmo que soubesse sobre sua eventual segurança em outro lugar, teria mantido a mesma atitude. Um documento partidário orientava como se deveria comportar na prisão e continha a regra de manter a boca fechada a qualquer custo, sem abrir qualquer informação desconhecida pelos órgãos repressivos. Nesse ponto havia uma divergência com algumas organizações de esquerda, que recomendavam aguentar 24 ou 48 horas, para que os militantes saíssem dos “aparelhos” e se colocassem a salvo.

O estado de coma

Estava havia dias sem comer e sem beber nada. Depois de mais ou menos uma semana, comecei a sorver minha própria urina, com a mão em concha. Lá pelas tantas, entrei

em coma e um “médico” apareceu para examinar-me. Quando recobrei os sentidos, estava recebendo uma injeção na veia, com vistas a recuperar-me para novas sessões de tortura.

Constatada a gravidade de meu estado, o simulacro de médico achou melhor levar-me para a enfermaria da unidade militar, que se localizava no quartel acima. Ali falei para um enfermeiro, que era sargento: “Não sou bandido e estão me torturando no porão que existe aqui embaixo”. O militar arregalou os olhos e vi que não sabia de nada. Claro, nem quis conversar, de tanto medo. Mesmo assim, informei-lhe meu nome e minha condição de diretor da UNE. Não sei se houve algum resultado, mas logo depois me deram um prato de comida, água e soro por via intravenosa.

Quando melhorei um pouco, fui novamente reconduzido ao porão e assim continuaram as torturas. Um dia, anunciaram que me iriam matar. Jactaram-se de que tinham o hábito de jogar cadáveres na Restinga da Marambaia, após o Recreio dos Bandeirantes. Encapuzaram-me e colocaram-me dentro de um carro, vigiado por três agentes. Moveram-se para um lado e para outro, simularam uma execução e depois aceleraram o veículo. Como tinha pouco trânsito, suspeitei que poderia ser a via Dutra. De fato, estavam levando-me para São Paulo.

A transferência para a Oban

Cheguei à Operação Bandeirantes (Oban) após 10 dias detido no Rio. Logo me jogaram numa cela individual, que ficava no início do corredor central. Subitamente, outro prisioneiro político, notando que mais alguém havia chegado, assoviou a *Internacional*, multiplicando minhas forças. Pouco depois, fui conduzido ao escritório do Capitão Carlos Alberto Brillante Ustra, que era comandante da Operação Bandeirantes, o DOI-CODI em São Paulo.

No princípio, o notório torturador simulou tratar-me bem e me ofereceu uma cadeira. Sentou-se de um lado e me apontou o outro. Conversou de maneira “mansa”. Disse que no Rio a tortura era científica, bem dosada, mas que esse método não era utilizado em São Paulo. “Aqui”, informou com voz intencionalmente pausada, “torturamos e matamos na força bruta”. A seguir, disse saber que eu não tinha falado no Rio, mas que iria dar-me uma chance, a última oportunidade para cooperar. Fixou o prazo até a manhã do dia seguinte, para que eu “pensasse”.

Lançaram-me de novo na “solitária”. Após uma noite insone, reconduziram-me bem cedo à presença do macabro capitão, que cobrou a resposta. Repeti que era preso político, dirigente da UNE e gostaria de ter um advogado. Ato contínuo, o homem perdeu totalmente as estribeiras, ficou espumando de raiva e começou a esbofetear-me. Mantive a máxima frieza, fiquei calado e fiz o máximo esforço para evitar qualquer reação. Depois, recomeçou a tortura.

A “cadeira do dragão”, o “pau-de-arara” e mais choques

O método “paulista”, de fato, tinha singularidades. Seus equipamentos característicos eram a “cadeira do dragão” e o “pau-de-arara”, mas a máquina para choque elétrico me pareceu idêntica à carioca. Não usava afogamentos, como no Rio. A diferença maior era a

existência de sistema com turmas, que se revezavam nos interrogatórios. Cada uma tinha sua peculiaridade, sua tara e sua maneira de agir. Ali fiquei mais um mês. Ao todo, se forem somados o tempo no Rio e a passagem posterior no Dops-SP, foram 45 dias de tortura.

No Dops, as agressões foram mais brandas. Os socos e pontapés eram entrecortados pela preparação da papelada legal exigida no inquérito, o chamado “cartório”. Colocaram-me na mesma cela que pessoas ligadas a facções mafiosas. Como tinham valores distintos, ficaram impressionados e sem compreender quando me viam chegando com escoriações. De imediato, passaram a respeitar-me e a oferecer-me comida.

Certo dia, Sérgio Paranhos Fleury, sentado em minha frente, anunciou que iria entregar-me à Justiça Militar, mas que, antes, eu deveria assumir o compromisso de abandonar as “atividades subversivas” e cuidar de minha vida. Respondi-lhe que iria, sim, seguir minha vida e trabalhar, mas que não poderia dizer em detalhes o que faria ou deixaria de fazer, pois se tratava de assunto futuro, que não se poderia planejar com antecedência, ainda mais numa situação como aquela em que eu me encontrava.

Fui julgado com Luiz Artur Toríbio (Turiba), Genoíno, Luís Oscar, Ozéas e outros. Acabei condenado a seis meses de detenção com base na famigerada Lei de Segurança Nacional e acusado de militar em partido “posto fora da lei”. Descontado o período em que aguardei o julgamento no Tiradentes, cumpri o tempo restante no Presídio do Hipódromo.

A célula do PCdoB no Presídio

Lá chegando, imediatamente apresentei a Carlos Vítor Delamônica, Genoíno, César Teles a proposta de organizarmos um coletivo do PCdoB. A primeira providência foi encomendar a cada camarada o balanço de sua trajetória, desde a prisão até aquele momento. Todos receberam a tarefa de prestar contas detalhadamente e só foram reintegrados após análise coletiva.

Depois de implantada, a célula dirigiu as lutas dentro da prisão, ao lado de militantes de várias organizações e com variadas características. Em meio àquela confusão, exercemos uma forte influência e ajudamos a imprimir um sentido de unidade ao conjunto. Genoíno foi indicado representante dos detentos em face da estrutura prisional. Eu fiquei como dirigente interno.

Os prisioneiros políticos mantiveram a rotina de exercício físico e cozinha em comum. O estudo coletivo acontecia pela manhã. À tarde, as atividades eram individuais, de trabalho ou leitura. O lazer ficava, em geral, para a noite. Tal programação era cumprida cotidianamente. O objetivo era manter o estado de espírito elevado e, ao mesmo tempo, transformar a pena em algo que tivesse algum sentido pessoal e político superior. Assim, jamais me senti uma vítima. Apenas continuei militando, mas na situação mais difícil de todas.

As notícias sobre quedas

Inexistia contato político formal com o exterior, mas sabíamos de inúmeras baixas sofridas pela direção nacional do partido. Lincoln Bicalho, Luiz Guilhardini, Lincoln Oest

e Carlos Danielli haviam sido mortos. Quando saí, na virada de 1973 para 1974, o grosso das quedas já tinha acontecido. Durante o ano concentrei os esforços em retomar o controle sobre a situação em que me encontrava, inclusive para certificar-me de que a vigilância sobre mim havia arrefecido.

Depois, em 1975, procurei um camarada no Rio, que ainda estava em liberdade. Apresentei-lhe um rápido balanço oral sobre os acontecimentos que me envolveram, informei-lhe que estava à disposição do partido e solicitei um encontro com a direção. Deixei-lhe meu endereço e a forma de localizar-me, mas decidi esperar a iniciativa “de cima”, como era adequado. Voltei para o leste mineiro, onde estava trabalhando.

Em 1976, na falta de notícias, reatei o contato regular com Carlos Magno, que participara no 31º Congresso da UNE e se tornara membro do CR de Minas. No final do ano, recebi uma mensagem do CC. No envelope havia um bilhete, com um “ponto” para ser coberto em São Paulo. Presumo que seria com Pedro Pomar, pois não havia senha e só ele me conhecia pessoalmente. Todavia, o dia indicado já tinha passado. Logo depois recebi notícias sobre o Massacre da Lapa, com execução de três dirigentes. Novamente suspendi a busca de contatos nacionais até maiores informações, mantendo apenas a militância local.

A Conferência na Albânia

Em 1978, quando passei a cursar pós-graduação na USP, não raro aproveitava as viagens para visitar Ozéas e Genoíno, antigos conhecidos, mas eram relações inorgânicas. Foi então que recebi, através de alguém de São Paulo, o recado de que haveria a 7ª Conferência do partido na Albânia e de que eu tinha sido convocado. Trocamos ideias informalmente e tivemos posições diferenciadas. Resolvi comparecer.

Uma série de questões estava pendente para serem debatidas, principalmente a Guerilha do Araguaia e a nova situação política do país. Havia também o interesse, pelo menos de minha parte, em rediscutir a formação econômico-social brasileira. Algumas formulações, sobretudo do PCB, mas também do PCdoB, não correspondiam ao estágio do capitalismo e ao caráter do Estado.

Utilizando como cobertura legal uma pesquisa para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), dirigi-me a Paris. Hospedado num pequeno apartamento de militantes portugueses, que eram zeladores de um prédio residencial, esperei contato por quase duas semanas. Estive algumas vezes com um camarada do Piauí, que também se dirigia à segunda fase da 7ª Conferência. Já em Tirana, reencontrei Nelson, Alcir Henriques e sua companheira Flora, que estavam no exterior.

Primeiramente houve uma reunião do CC, já com minha presença, composta ainda por João Amazonas, Arruda, Dynéas e Nelson. Na pauta, questões de organização e preparação dos trabalhos do dia seguinte. No primeiro ponto da pauta, apresentei, por solicitação de Amazonas, um relato pormenorizado sobre minha passagem pela prisão em 1972 e 1973. Arruda tomou a iniciativa de propor a aprovação de meu informe, que foi endossado por unanimidade.

As intervenções e divergências

A Conferência de 1978-1979 começou com a discussão sobre conjuntura. Amazonas abriu a reunião com um informe, que durou o dia inteiro. O tempo gasto pode parecer absurdo, porém, naquela situação e com a excelente infraestrutura disponível, era possível e necessário haver um longo debate, com tempo livre, para que todos pudessem discorrer como julgassem necessário. Devo dizer que discordei do núcleo central da análise apresentada.

Seu equívoco maior foi a suposição de que as então recentes mobilizações sindicais por reivindicações específicas e lutas por liberdades democráticas significassem a iminência de uma ruptura institucional. Tratava-se de uma avaliação irrealista, pois o processo de transição estava dando-se por cima, sob o controle do regime, enquanto os partidos burgueses exerciam ampla primazia na oposição legal. Faltavam os elementos suficientes para o prognóstico de “que se vai gestando uma situação revolucionária no país”, como afirmou a resolução da 7ª Conferência.

No fim da tarde, fomos descansar. Após o jantar, senti a necessidade de articular melhor minha intervenção para o dia seguinte. Entrei no quarto onde estava hospedado, comecei a redigir, vareei a noite em claro e acabei o texto na manhã seguinte. Quando se reabriu o ponto de conjuntura, inscrevi-me em primeiro lugar e li minha intervenção, fazendo comentários complementares.

Em linhas gerais, concordei com a ideia de que era preciso passar à ofensiva e de que, tanto o Estado quanto a hegemonia burguesa estavam em processo de atualização, mas insisti em que não havia no Brasil uma situação revolucionária iminente. Apoiei-me nas formulações de Lênin em *A Bancarrota da II Internacional*, atitude que Amazonas tachou de preocupação meramente conceitual. No mais, houve consenso quanto ao retorno dos exilados e à necessidade de uma postura política mais ousada.

Amazonas fez uma série de anotações de próprio punho, referindo-se a uma carta que eu, então com o nome “frio” de Ulisses, teria levado e lido na Conferência. Nada disso havia acontecido. De fato, lembro-me que Ozéas chegou a escrever uma mensagem para a direção nacional, mas por iniciativa própria. O que apresentei foi minha intervenção, escrita durante a noite inteira. A versão de que eu teria sido emissário de alguém numa conferência partidária não passa de um absurdo, que nada tem a ver com minha concepção e com minha prática militante.

A discussão prosseguiu, entrando na avaliação sobre a Guerrilha do Araguaia. Houve nova divergência. Amazonas e Arruda insistiam em que as forças guerrilheiras teriam sido derrotadas por erros exclusivamente de tática militar. A posição que defendi, assemelhada em alguns aspectos às preocupações de Nelson, Alcir e Flora, era de que teria havido uma derrota estratégica, referente às características da formação econômico-social brasileira, às circunstâncias políticas em que o país vivia e também à concepção sobre a luta armada.

Depois, iniciou-se a discussão sobre a questão de organização. O debate acabou convergindo para o seguinte tema: o Congresso do PCdoB deveria ou não ser realizado em curto prazo? Defendi a imediata convocação, mas sem marcar data naquele momento, claro, porque

ainda era preciso verificar melhor as condições de infraestrutura no Brasil. Amazonas, Arruda e Dynéas se posicionaram contra. Na votação, a proposta que apresentei obteve maioria.

Acontece que, pelo Estatuto, as conferências eram consultivas e todas as suas decisões deveriam ser submetidas à ratificação do CC, que se reuniu pela segunda vez, também em Tirana. Com a inversão da correlação de forças, a maioria da direção não queria colocar em votação o indicativo aprovado na véspera, pois se preocupava com a possível sinalização de dissenso. Buscando o impossível consenso, a reunião se prolongou mais e mais.

Até que marcamos uma terceira reunião, a ser realizada em Paris. Manteve-se o impasse. Depois de três dias, a proposta de revogação do indicativo foi submetida, finalmente, à decisão. Eu e Nelson fomos votos vencidos, por três a dois. Depois, retornei ao Brasil, não sem antes mergulhar nos arquivos históricos ultramarinos portugueses. Os demais membros do CC no exterior voltaram após a Anistia de 1979.

A crise das expulsões e o meu desligamento

Já no Brasil, houve nova reunião, desta feita em São Paulo. Para meu espanto, não fui convocado, sob alegação de que eu não seria do CC. Contudo, além de integrado em 1971 e assim tratado por nove anos, participei do Pleno durante a 7ª Conferência, fui indicado para discursar em seu nome no encerramento dos trabalhos e depois me reuni novamente em Paris. Perante a situação criada, fiquei a postos, esperando o “ponto” para entrar, mas em vão.

Instalado o trabalho, alguns camaradas perguntaram por que eu não estava presente. O argumento foi de que meu nome não estaria na lista dos cooptados. Depois fiquei sabendo que haviam sido expulsos todos os dirigentes nacionais favoráveis à convocação imediata do Congresso. De minha parte, não sabia se também havia sido expulso, pois as versões eram contraditórias e não recebi nenhum comunicado oficial.

Nesse quadro de crise orgânica, voltei para Minas, onde estava incorporado na comissão parlamentar responsável pela participação partidária no processo eleitoral. Na primeira reunião após o sucedido, pedi a palavra e informei que não tinha condições de permanecer no PCdoB, como se nada tivesse acontecendo. Desliguei-me, pois, de modo formalizado. Depois de algum tempo, inexplicavelmente, pois já me havia retirado da organização, apareceu um aviso, segundo o qual eu teria sido expulso pelo CR.

A notícia saiu no jornal *A Classe Operária*. Mesmo tendo passado pela prisão, os órgãos repressivos não descobriram que eu havia saído do país clandestinamente em 1970 e nem que eu havia sido integrante do CC, mas ainda sob o regime militar, meu nome legal aparecia publicamente como “expulso”, exatamente como acabou sendo registrado no relatório da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A fundação do PRC e da RC

Com a informação de que, em todo o país, os CRs favoráveis à convocação imediata do Congresso estavam sendo dissolvidos por medidas administrativas, os dirigentes afastados

do CC resolveram convidar os demais militantes atingidos para se reorganizarem. Assim surgiu a corrente oficialmente denominada Esquerda do PCdoB, que alguns conheceram como Dissidência. Integrei-me à direção nacional, que convocou o 1º Congresso do Partido Revolucionário Comunista (PRC).

O partido fez três conclaves nacionais. Ao fim e ao cabo, surgiu uma posição liquidacionista, muito influenciada pela filosofia moral kantiana, pela ideologia social-liberal e pela cultura chamada “pós-moderna”, então em moda sob o impacto da crise que se abatia sobre a União Soviética. Vários dirigentes e militantes aderiram à vaga oportunista, que na plenária nacional do 3º Congresso reuniu 1/3 dos delegados.

Vencedora a tendência hostil ao movimento comunista e à ideia de revolução social, bem como favorável à extinção do PRC, a opção dos revolucionários em minoria foi atuar como corrente legal interna ao Partido dos Trabalhadores (PT), sob o nome de Movimento por uma Tendência Marxista, mais conhecida por TM. Logo depois, em 1989, publiquei o livro *Teses Tardias, Capitalismo e Revolução Social no Brasil Moderno*, que pode ser considerado uma contribuição às reflexões sobre os debates ocorridos nos anos 1980, sobre o transfúgio ideológico que levou à dissolução orgânica e sobre a busca por caminhos futuros. Em 2005, após novos acúmulos e disputas, participei do 1º Congresso da Refundação Comunista, realizado em Belo Horizonte.

Aparelho: local – casa ou apartamento – utilizado pelos militantes comunistas e de esquerda para se reunirem e guardarem documentos e equipamentos usados na resistência à ditadura. Em geral, alguns desses militantes residiam nesses lugares e procuravam fingir levar uma vida comum para não despertar a desconfiança dos vizinhos e dos órgãos de repressão.

Cair: no caso de um militante, significa ser preso; no caso de um aparelho, significa que o mesmo foi descoberto pelos órgãos de segurança.

Clandestinidade: condição na qual um militante era obrigado a viver quando passava a ser perseguido pelos órgãos de repressão. Nesta condição, era obrigado a assumir uma identidade falsa e, muitas vezes, se afastar da sua família, bem como de sua cidade e estado.

Deslocamento: mudança de um local para outro com o objetivo de cumprir uma tarefa designada pelo partido ou grupo de resistência.

Guerra popular prolongada: estratégia revolucionária desenvolvida por Mao Tsé-tung e Lin Piao a partir do exemplo da Revolução Chinesa e utilizada vitoriosamente em outros países, como o Vietnã. Ela tem como centro a mobilização armada dos camponeses no interior do país e o cerco das cidades pelo campo. É um processo de longo prazo, tendo em vista a força inicial do inimigo. Ao contrário do foquismo, a guerra popular prolongada valoriza o trabalho político prévio entre as massas e também o papel de vanguarda do partido comunista. O PCdoB pretendeu aplicar este modelo de luta armada na região do Araguaia, mas foi derrotado.

Foquismo: Estratégia da luta guerrilheira baseada nas elaborações de Che Guevara e radicalizada por Régis Debray. Por esse esquema, um grupo de homens e mulheres abnegados poderia iniciar a luta armada em regiões geograficamente favoráveis de um país, especialmente no campo e, pelo seu exemplo, impulsionar o desencadeamento da guerra popular. Isso, em grande medida, independia das condições objetivas e subjetivas. Tendia em subestimar o papel do partido comunista e a necessidade de um trabalho preliminar entre as massas populares. No Brasil, as correntes foquistas não conseguiram se implantar no campo e realizaram suas ações preponderantemente nas grandes cidades, onde foram dizimadas pela repressão.

Geladeira: técnica de tortura usada pelos órgãos de repressão que consistia em deixar o preso – em geral nu e sem alimentação – dentro de uma pequena cela com bruscas variações de temperatura e de iluminação e emissão de sons diversos. O objetivo era desestabilizar o preso emocional e psicologicamente.

Integração na produção: método utilizado pela Ação Popular (AP) que consistia em enviar militantes oriundos da burguesia e da pequena burguesia para exercer trabalho manual, nas fábricas ou no campo. O objetivo era oferecer-lhes a possibilidade de conviverem com os trabalhadores e, ao mesmo tempo, reeducá-los ideologicamente.

Latinha: tipo de tortura que consistia em colocar o prisioneiro descalço, em pé, sobre latas metálicas – utilizadas para o acondicionamento de alimentos em conserva e semelhantes – em cujas bordas, depois de abertas, ficavam pontas afiadas capazes de cortar a pele.

Partidão: apelido pelo qual era chamado o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Ponto: local em que eram marcados encontros entre militantes de esquerda. Geralmente, eram encontros com dia e hora determinados, feitos periodicamente e de maneira disfarçada. A ausência de uma das pessoas para quem o ponto estava definido em geral indicava a possibilidade de queda daquele militante.

Queda: quando um aparelho ou militante/dirigente de partidos ou movimentos de esquerda era descoberto pelos agentes da ditadura. Em geral, a queda resultava na prisão ou morte de militantes/dirigentes ou, no caso dos aparelhos, na apreensão dos materiais ali encontrados.

Queimado: quando um militante era descoberto pelos órgãos de repressão e ficava marcado, então, tinha que entrar para a clandestinidade e esconder-se para evitar nova prisão ou mesmo sua morte.

Telefone: tipo de tortura, ainda hoje utilizado por policiais, que consiste em dar fortes golpes com as mãos nos ouvidos dos prisioneiros.

Lista completa de todos os entrevistados

No curso deste projeto de pesquisa foram feitas entrevistas com 52 pessoas que, de alguma forma, se tornaram vítimas do arbítrio ditatorial. Todas elas ficarão disponíveis no Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois e na Comissão da Anistia do Ministério da Justiça. As que não compareceram neste livro, futuramente, poderão compor nova publicação.

Nomes

1. Abel Rodrigues Avelar
2. Alanir Cardoso
3. Aldo Silva Arantes
4. Arlindenor Pedro de Souza
5. Aurélio Peres
6. Benedito de Paula Bizerril
7. Bernardo Joffily
8. Carlos Alonso Cardoso Quintão
9. Carlos Augusto Diógenes (Patinhas)
10. Carlos Henrique Tibiriçá Miranda (Caíque)
11. Celina Alves Padilha Arêas
12. Dilceia da Rocha Quintela
13. Dilermando Nogueira Toni
14. Dynéas Fernandes Aguiar
15. Eduardo Bomfim Gomes Ribeiro
16. Elio Ramires Garcia
17. Eustáquio Vital Nolasco
18. Francis Gomes Vale
19. Francisco Lopes da Silva
20. Gildásio Westin Cosenza

21. Gilse Maria Westin Cosenza
22. Haroldo Borges Rodrigues Lima
23. Jamil Murad
24. João Batista Lemos
25. João de Paula Monteiro Ferreira
26. José Carlos Padilha Arêas
27. José Dalmo Ribeiro Ribas
28. José Reinaldo Santos Carvalho Filho
29. José Renato Rabelo
30. José Roberto Brom de Luna
31. José Rubens Sales Bastos
32. Luciano Roberto Rosas de Siqueira
33. Luís Amauri Pinheiro de Souza
34. Luiz Aparecido da Silva
35. Luiz Artur Toríbio (Turiba)
36. Maria Áurea Lemos Martinhago
37. Maria do Socorro Gomes Coelho
38. Maria do Socorro Jô Moraes
39. Maria Liège Santos Rocha
40. Michéas Gomes de Almeida (Zezinho do Araguaia)
41. Myriam de Oliveira Costa
42. Nelson Levy
43. Nelson Nahon
44. Ozéas Duarte de Oliveira
45. Paulo Ribeiro Martins
46. Pércles Santos de Souza
47. Raul Kroeff Machado Carrion
48. Ronald Cavalcanti Freitas
49. Ronald de Oliveira Rocha
50. Uirtz Sérvulo da Silva
51. Walter Natalino Sorrentino
52. Wellington Teixeira Gomes

Esta publicação foi impressa pela
RD Gráfica (www.rdgrafica.com.br) em
papel Chambrial Avena 80g. Textos compostos
nas fontes EDO (título do livro), Calibri
(chamadas) Latin 725 BT 11,5x14,5 (corpo do
texto) e Gotham (glossário e expedientes)

ESTA publicação é resultado do fomento do projeto Marcas da Memória, da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça. Ao tomar conhecimento do edital de chamada pública para o projeto, a Fundação Maurício Grabois, por meio de seu Centro de Documentação e Memória, apresentou a idéia que deu origem a este trabalho, com o firme objetivo de contribuir com a divulgação da anistia e o resgate da memória política do Brasil.

A Comissão de Anistia tem empreendido trabalhos como esses para a construção de uma memória plural sobre a ditadura que vitimou o país por mais de duas décadas, valendo-se da memória para promover a reparação moral e histórica. Assim, esta publicação insere-se em um movimento nacional pela memória. Movimento que ajuda a combater a cultura do esquecimento, uma cultura que provoca duplo dano: colabora para que os fatos criminosos e hediondos relacionados à repressão política não sejam desvendados e, em consequência, desarma a sociedade da necessária vigilância para que não se repitam.

O livro que o leitor tem em mãos abarca, basicamente, os depoimentos de militantes que pertenceram à Ação Popular (AP) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), duas organizações de origens diferentes que viriam a se aproximar no final da década de 1960, processo que culminaria na incorporação da AP ao PCdoB, em 1973. Os comunistas estão entre os grupos políticos cujas ideias mais foram censuradas, e que sofreram algumas das mais duras perseguições durante a ditadura militar, razão que torna esta publicação ainda mais importante como meio de reparação histórica.

O exemplo de vida da geração de militantes ouvidos nesta publicação iluminará os caminhos das novas gerações que refletem e vivem a política democrática, e desejam ver mais direitos sociais agregados a essa democracia em permanente construção. Uma nação forte e socialmente justa se constrói valorizando os gestos, as condutas, as opções em defesa dos fundamentos sobre os quais ela deveria ser erigida: liberdade, soberania e bem-estar para todos.



Anita Garibaldi

Esta publicação é resultado de iniciativa fomentada com verbas do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia, selecionada por meio de edital público (2ª Chamada – 2011). Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando expreso em contrário.

REALIZAÇÃO
